

REVISTA DO MUSEU  
DE  
ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

---

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



Nº 10

M A E

2000

# REVISTA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

## Comissão Editorial

Maria Beatriz Borba Florenzano  
Maria Christina de Souza Lima Rizzi  
Maria Cristina Mineiro Scatamacchia  
Maria Isabel D'Agostino Fleming  
Paulo De Blasis

## Editora Responsável

Maria Isabel D'Agostino Fleming

## Conselho Editorial

Ana Mae Tavares Barbosa	Lux Vidal
Antonio Porro	Maria Luiza Corassin
Augusto Titarelli	Maria Manuela Carneiro da Cunha
Aziz N. Ab'Saber	Maria Margareth Lopes
Carlos Serrano	Niède Guidon
Fábio Leite	Noberto Luiz Guarinello
Felipe Tirado Segura	Oscar Landmann
Gabriela Martin D'Ávila	Pedro Ignácio Schmitz
Igor Chmyz	Pedro Paulo Abreu Funari
Jacyntho Lins Brandão	Roberto Cardoso de Oliveira
José Antonio Dabdab Trabulsi	Rudolf Winkes
Kabengele Munanga	Solange Godoy

*Pede-se permuta*  
*We ask for exchange*



Av. Prof. Almeida Prado, 1.466  
Cidade Universitária – São Paulo, SP  
CEP 05508-900 – FAX 3818-5042 – 3818-4888



REVISTA DO MUSEU  
DE  
ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

---

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

publicação anual

Nº 10

2000

SÃO PAULO, BRASIL





# Sumário

## ARTIGOS

- 3 José Luís de Moraes – Tópicos de Arqueologia da Paisagem
- 31 Silvia Cristina Piedade  
André Luis R. Soares – Considerações sobre um enterramento Guarani: alterações e hipóteses etno-históricas
- 69 Suzanne K. Fish  
Paulo De Blasis  
Maria Dulce Gaspar  
Paul R. Fish – Eventos incrementais na construção de sambaquis, litoral sul do estado de Santa Catarina
- 89 Walter Mareschi Bissa  
Jean-Pierre Ybert  
Eduardo Luís Martins Catharino  
Miryam Kutner – Evolução paleoambiental na planície costeira do Baixo Ribeira durante a ocupação sambaquiara
- 103 Sérgio Augusto de Miranda Chaves – Estudo palinológico de coprólitos pré-históricos holocenos coletados na Toca do Boqueirão do Sítio da Pedra Furada. Contribuições paleoetnológicas, paleoclimáticas e paleoambientais para a região sudeste do Piauí – Brasil
- 121 Gilson Rodolfo Martins  
Emília Mariko Kashimoto – Arqueologia do contexto do rio Jauru (MT) impactado pelo gasoduto Bolívia-Mato Grosso
- 145 Rolf Winkes – *Natura Morta*
- 163 Katia Maria Paim Pozzer – Selos-cilindros mesopotâmicos – um estudo epigráfico
- 175 André Leonardo Chevitaese – Mulher e colheita de frutas na *pólis* ateniense: análise iconográfica dos vasos áticos de figuras negras e vermelhas
- 189 Leila Maria França – O estudo da noção de valor e o universo de aplicação do *dinheiro primitivo*
- 197 Antonio Porro – Contatos transpacíficos entre Ásia e Mesoamérica: uma questão em aberto
- 211 Mona Birgit Suhrbier  
Mariana Leal Ferreira – A poética da fome na arte Guarani
- 231 Camilo de Mello Vasconcelos  
Ana Carla Alonso  
Paulo Rodrigues Lustosa – A abordagem do período pré-colonial brasileiro nos livros didáticos do ensino fundamental

## ESTUDOS DE CURADORIA

- 241 Suely Moraes Ceravolo  
Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo – Tratamento e organização de informações documentárias em museus
- 255 Rita Amaral – A coleção etnográfica de cultura religiosa afro-brasileira do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo
- 271 Orlando Sampaio-Silva – Máscaras de dança Tükúna

## ESTUDOS BIBLIOGRÁFICOS

- 291 Francisco Silva Noelli – Comentário d' "A população nativa da América do Sul"
- 303 Julian H. Steward – A população nativa da América do Sul
- 317 Marisa Coutinho Afonso – Resenha: SCHEEL-YBERT, R. *Stabilité de l'Écosystème sur le Litoral Sud-Est du Brésil à l'Holocène Supérieur (5500-1600 Ans BP) – Les Pêcheurs-Cueilleurs-Chasseurs et le Milieu Végétal: Apports de l'Anthracologie. Université Montpellier II Sciences et Techniques du Languedoc, França, 1998, vol 1, 232 pp.; vol. 2, Atlas Anthracologique des Sambaquis du Sud-Est de l'État de Rio de Janeiro; CD-Rom incluso: Banque de données anthracologique "Atlas Brasil" – version 1.8 (1998); vol 3, Anexos*

## NOTAS

- 323 Gedley Belchior Braga  
Moema Nascimento Queiroz – Conservação e restauro de cerâmicas Arqueológicas: *workshop*
- 329 Haiganuch Sarian – Alguns dados relativos ao projeto de pesquisa "Arqueologia de um santuário: o *Heraion* de Delos, Grécia"
- 337 Denise Maria Cavalcante Gomes – Arqueologia do Rio Quequen Grande (região Pampeana, Argentina)
- 341 Maria C. M. Scatamacchia, Marcelo P. Prestes,  
Silvestre de L. Neto, Sérgio Moraes, Rivaldo Pavlawski, Abel de Oliveira Rocha – Arqueologia e Arquitetura: proposta de revitalização do Porto do Ribeira
- 345 Rosaria Ono, Gedley Belchior Braga, Deise Cavalcante Lustosa – Planos de emergência para proteção do Patrimônio Histórico-Cultural contra desastres
- 351 Judith Mader Elazari – Recursos pedagógicos de museus: "kits" de objetos arqueológicos e etnográficos

# Contents

## ARTICLES

- 3 José Luís de Morais – Topics on Landscape Archaeology
- 31 Silvia Cristina Piedade  
André Luis R. Soares – Considerations on a Guarani burial:  
alterations and ethnohistoric hypo-  
thesis
- 69 Suzanne K. Fish  
Paulo De Blasis  
Maria Dulce Gaspar  
Paul R. Fish – Incremental events in the construction  
of sambaquis, southeastern Santa  
Catarina
- 89 Walter Mareschi Bissa  
Jean-Pierre Ybert  
Eduardo Luís Martins Catharino  
Miryam Kutner – Palaeoenvironmental evolution in the  
coastal plain of Baixo Ribeira during the  
shell mounds occupation
- 103 Sérgio Augusto de Miranda Chaves – Pollen analysis of holocene pre-historic  
coprolithes collected at “Toca do Boquei-  
rão do Sítio da Pedra Furada”. Palaeoeth-  
nological, palaeoclimatological and  
palaeoenvironmental contributions for the  
Southeastern Region of Piauí State – Brazil
- 121 Gilson Rodolfo Martins  
Emília Mariko Kashimoto – Archaeology of the Jauru River (MT)  
context, impacted by the Bolivia-Mato  
Grosso gas pipeline
- 145 Rolf Winkes – *Natura Morta*
- 163 Katia Maria Paim Pozzer – Mesopotamian cylinder seals – an  
epigraphic study
- 175 André Leonardo Chevitarese – Woman and fruit harvest in the Athenian  
*pólis*: iconographic analysis of the  
Athenian black and red figure vases
- 189 Leila Maria França – *Primitive* money and the study of value
- 197 Antonio Porro – Transpacific contacts between eastern  
Asia and precolumbian Mesoamerica:  
an open question
- 211 Mona Birgit Suhrbier  
Mariana Leal Ferreira – The poetics of famine in Guarani art
- 231 Camilo de Mello Vasconcelos  
Ana Carla Alonso  
Paulo Rodrigues Lustosa – An approach to the Brazilian pre-  
colonial time in the didactic books for  
elementary school

## CURATORSHIP STUDIES

- 241 Suely Moraes Ceravolo  
Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo – Treatment and organization of documentary informations in museums
- 255 Rita Amaral – The ethnographic collection of Afro-Brazilian religious culture at the Museu de Arqueologia e Etnologia of São Paulo University
- 271 Orlando Sampaio-Silva – Tükúna dance masks

## BIBLIOGRAPHICAL STUDIES

- 291 Francisco Silva Noelli – Comment on “The native population of South America”
- 303 Julian H. Steward – The native population of South America
- 317 Marisa Coutinho Afonso – Review: SCHEEL-YBERT, R. *Stabilité de l'Écosystème sur le Litoral Sud-Est du Brésil à l'Holocène Supérieur (5500-1600 Ans BP) – Les Pêcheurs-Cueilleurs-Chasseurs et le Milieu Végétal: Apports de l'Anthracologie*. Université Montpellier II Sciences et Techniques du Languedoc, França, 1998, vol 1, 232 pp.; vol. 2, *Atlas Anthracologique des Sambaquis du Sud-Est de l'État de Rio de Janeiro*; included CD-Rom: *Banque de données anthracologique “Atlas Brasil”* – version 1.8 (1998); vol 3, Annexes

## NOTES

- 323 Gedley Belchior Braga  
Moema Nascimento Queiroz – Conservation and restoration of archaeological ceramics: workshop
- 329 Haiganuch Sarian – Some data related to the research project “Archaeology of a sanctuary: the *Heraion* of Delos, Greece”
- 337 Denise Maria Cavalcante Gomes – Archaeology of the Big Quequen river (Pampean region, Argentina)
- 341 Maria C. M. Scatamacchia, Marcelo P. Prestes,  
Silvestre de L. Neto, Sérgio Moraes, Rivaldo Pavlawski, Abel de Oliveira Rocha – Archaeology and Architecture: proposal for the revitalization of the Ribeira harbour
- 345 Rosaria Ono, Gedley Belchior Braga, Deise Cavalcante Lustosa – Emergency plans for protection of the Historical Cultural Heritage against disasters
- 351 Judith Mader Elazari – Museums pedagogical resources: kits of archaeological and ethnographical objects

# Artigos



## TÓPICOS DE ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM

José Luiz de Morais\*

MORAIS, J.L. Tópicos de Arqueologia da Paisagem. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 3-30, 2000.

**RESUMO:** As relações entre Arqueologia e a Geografia, definidas como Arqueologia da Paisagem, são enfatizadas neste artigo. As investigações arqueológicas na bacia do rio Paranapanema, conhecidas como projeto Paranapanema, Estado de São Paulo, reforçam esta abordagem interdisciplinar como um modelo em Arqueologia de ambiente tropical. Um glossário de termos técnicos é discutido.

**UNITERMOS:** Arqueologia Brasileira – Projeto Paranapanema – Arqueologia da Paisagem.

Nos últimos anos tem sido meu propósito enfatizar alguns processos interdisciplinares envolvendo a Arqueologia e algumas especialidades do campo das Geociências (Morais 1999a, 1999b, 2000), convergindo para a consolidação de uma subdisciplina conhecida como Arqueologia da Paisagem. De fato, a práxis arqueológica pelos lados do Paranapanema, iniciada por Luciana Pallestrini há mais de trinta anos (Pallestrini 1975), sempre privilegiou questões de ordem geoambiental, configurando um panorama técnico e científico onde o fator geo (Morais 1999a) determinou os matizes de uma Arqueologia pioneira no interior paulista.

Nesta oportunidade, retomo alguns pontos da abordagem iniciada anteriormente

(Morais 1999b), tentando destacar um corpo de problemas pré-definido enquanto regulador da construção de algumas hipóteses e da formulação de um leque de objetivos ligados às iniciativas futuras. Assim, como objeto de discussão eu formulo, neste momento, questões da seguinte ordem:

1) Em que medida os processos interdisciplinares envolvendo a Arqueologia, a Geografia, a Geomorfologia e a Geologia são importantes para o encaminhamento da investigação arqueológica, especialmente aquela de caráter regional?

2) Em que medida, os fatores de ordem ambiental colaborarão para a compreensão dos padrões de estabelecimento, para a caracterização sócio-econômica e cultural das comunidades ou para a recomposição dos cenários de ocupação humana de determinadas regiões?

(\*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.



3) Em que medida os fatores geoambientais contribuirão para a consolidação de esquemas de manejo e gestão do patrimônio arqueológico evidenciado regionalmente?

No caso da Arqueologia dos povos indígenas (que tem sido o ponto forte das operações levadas a efeito no Paranapanema), as proposições testáveis que poderão vir colaborar na solução da problemática definida poderiam ser formalizadas na seguinte hipótese: no ambiente da bacia do Paranapanema, a Arqueologia Regional e seus possíveis desdobramentos inter e intra-sítios, não podem prescindir da parceria com a Geografia, a Geomorfologia e a Geologia em todas as suas etapas operacionais, sob risco da verificação de lacunas e lapsos irreparáveis, frente às necessárias intervenções no registro arqueológico. Reitero que os fatores de ordem geoambiental (aqui entendidos o meio ambiente físico-biótico e sócio-econômico) constituem os alicerces para a compreensão e o mapeamento das características sócio-econômicas e culturais das populações indígenas, contribuindo expressivamente para os esquemas de manejo e gestão do patrimônio arqueológico delas herdado.

### **Revivenciando o fator geo**

No ambiente da Arqueologia, o fator geo costuma alavancar com competência planos e ações no âmbito da investigação arqueológica rotineira ou especial (entenda-se, neste caso, o salvamento arqueológico), proporcionando alguns elementos vitais como os que relaciono em seguida:

1) Subsídios ao reconhecimento e à análise das mudanças nos padrões de assentamento em relação ao meio ambiente físico-biótico, da pré-história aos grandes ciclos econômicos regionais, já no universo da sociedade nacional.

2) Identificação dos principais traços introduzidos pelo povoamento na paisagem, dos sistemas de uso e ocupação do solo e seus efeitos no meio ambiente regional, provendo bases arqueológicas

sólidas para a compreensão dos assentamentos pré-coloniais e históricos inseridos no seu recorte ambiental.

3) Reorganização do quadro de parâmetros locais relativo aos assentamentos humanos, com o propósito de subsidiar um modelo locacional de caráter preditivo a direcionar os levantamentos arqueológicos sistemáticos. Neste caso, os parâmetros locais adquirem o estatuto de geoindicadores arqueológicos, elementos de vital importância nos procedimentos de levantamento, o principal matiz da Arqueologia da Paisagem.

4) Identificação e registro do patrimônio arqueológico pré-colonial e histórico, procurando recompor os principais traços da paisagem à época das ocupações. No caso do Paranapanema, o inventário progressivo dos bens culturais de natureza arqueológica vem consolidando paulatinamente a identificação e o registro de sítios, ocorrências e paisagens de interesse para a Arqueologia, decorrentes de mais de trinta anos de pesquisa. Concomitantemente, os procedimentos adotados abrem caminho para a interlocução entre os dados obtidos por diferentes pesquisadores nas áreas limítrofes, como as pesquisas do Rio Ribeira médio-superior (De Blasis 2000) e do Tietê médio (Caldarelli 1983, Afonso 1995). A recomposição de traços da paisagem à época das ocupações ainda é carente em face das lacunas nas abordagens paleogeográficas que envolvem a Geologia, a Geomorfologia e a Fitogeografia do Quaternário continental.

5) Estímulo a uma aproximação com a Etnologia, fomentando enfoques etnoarqueológicos, com especial ênfase nos grupos agricultores imediatamente anteriores à conquista ibérica. No caso do Paranapanema, tento entender sistemas regionais de povoamento pré-colonial à luz dos preceitos geográficos. E isso tem algumas implicações terminológicas. Não há porque inventar novos nomes, novos rótulos, principalmente quando se trata da abordagem das populações indígenas do passado recente. Por que 'tradição Tupiguarani'?

Que tal pensarmos que, além de cacos e mais cacos, houve critérios para a escolha dos locais de assentamento, manejo agro-florestal, alterações paisagísticas. Enfim, cérebros e comportamentos humanos. Então, porque não acolher dois sistemas regionais de povoamento aparentados – Guarani e Tupinambá – desdobrando a ‘arqueológica’ (e um tanto convencional) tradição Tupiguarani, assumindo uma desejável e possível postura etnoarqueológica? Não seria mais interessante considerar a chamada tradição Itararé como um sistema regional Kaingang, já que esta etnia é tida como herdeira da tradição? No embalo da mudança, por que não me inspirar em José Proença Brochado (comunicação pessoal, 1997) e propor justiça às populações indígenas que, cultivando a batata (dentre outros vegetais) mudaram os hábitos alimentares dos europeus. Por que chamá-los de horticultores, já que o termo é mais apropriado aos plantadores de hortaliças? Seria pelo fato de não cultivarem espécies exóticas, nos moldes da agricultura comercial introduzida pelos conquistadores europeus? O justo é chamá-los, sim, de agricultores praticantes de uma agricultura de subsistência (e, ao que parece, exercitaram com sucesso o manejo da floresta).

6) Identificação e registro dos fatores de risco que afetam os sítios, os locais e as paisagens de interesse arqueológico, propondo medidas para a mitigação *in situ* dos impactos aos quais estão sujeitos.

7) Proposição de ações de manejo e gestão das áreas de interesse arqueológico e paisagístico, mapeando os seus componentes. O mapeamento é o procedimento básico inicial. Tenho insistido que a instrumentalização dos Municípios e dos Estados da União com mapas georreferenciados, elaborados em ambiente eletrônico, é uma maneira de conscientizar o poder público local com relação às suas responsabilidades no sistema de federalismo cooperativo de gerenciamento do patrimônio arqueológico. Neste sentido, há

muito ainda que ser feito, com a concorrência dos órgãos oficiais de proteção.

8) Otimização do uso das geotecnologias para localizar, registrar e facilitar o gerenciamento do patrimônio arqueológico e paisagístico. Pontuo aqui um grande avanço que permite, inclusive, a realociação precisa de sítios anteriormente pesquisados. No caso do Projeto Paranapanema, todos os sítios anteriormente registrados foram corretamente inseridos no sistema de posicionamento global com o uso de receptores GPS, colocando-o no elenco bastante restrito de projetos de Arqueologia Brasileira que contam com a totalidade dos sítios plenamente georreferenciados.

9) Retomada dos procedimentos ligados às técnicas arqueométricas, principalmente as datações por termoluminescência e por luminescência óptica estimulada, com o propósito de inserir cronologicamente as ocupações humanas do passado. No caso do Paranapanema, a consecução deste objetivo permitiu sensível avanço na consolidação do quadro cronológico dos estratos arqueológicos componentes dos diferentes sítios regionais.

### **Desenhando uma metodologia**

Em outra oportunidade (Morais 2000) afirmei que vez por outra alguém reclama, com certa veemência, a existência de lacunas graves na Arqueologia regional e nacional, mormente girando em torno da expressão ‘perda do bonde da história’, aplicada à discussão dos novos paradigmas da disciplina (fala-se em atrasos da ordem de uma ou duas dezenas de anos!). Mas o fato é que a Arqueologia Brasileira existe e está por aí criando e recriando o longo percurso dos povos indígenas e da sociedade nacional, tentando consolidar uma cor local que promova sua melhor identificação no cenário internacional. Nesse sentido, talvez possamos digerir as ‘lacunas’ como etapas (mal) queimadas, no momento em que somos atropelados pela frente ‘pós-pós-processualista’, na letra de Hodder:

'...What is post postprocessual archaeology? One of the main reasons for using the term 'post' in postprocessual archaeology was that a diversity of views was to be espoused, with no singular and unified perspective imposed on the discipline. This emphasis on diversity has continued on into the 1990s. Even processual archaeology has seen its splits, as in the emergence of cognitive processual archaeology (Renfrew and Zubrow 1994) and neo Darwinian archaeology (e.g. Dunnell 1989). The end of grand narratives, regionalism and the embrace of multivocality are characteristics of archaeology in this period. There is greater personal choice and eclectism in the putting together of theoretical positions.' (Hodder 1999: 5, grifo meu).

Nesta ótica, a subdisciplina Arqueologia da Paisagem procura ganhar corpo na peça de gestão do Projeto Paranapanema, que é o seu plano diretor de pesquisa. Em termos de estruturação orgânica, ela concorre com algumas outras – *Geoarqueologia*, *Arqueologia Ambiental*, *Etnoarqueologia* e *Arqueometria*, completando um interessante ciclo de processos interdisciplinares. O gerenciamento de banco de dados e o mapeamento automatizado são os instrumentos que balizam os procedimentos de preservação patrimonial *ex situ*.

Valendo-se de um corpo de teoria que admite '*greater personal choice and eclectism in the putting together of theoretical positions*', a Arqueologia da Paisagem, tal como concebo, procura resgatar e revitalizar a base de dados arqueológica a partir de três níveis de abordagem, entendidos *grosso modo* como levantamentos (neste caso, insisto no resgate do melhor dos sentidos do termo):

Nível 1: objetiva localizar e promover o levantamento básico estimativo de locais de interesse arqueológico e paisagístico por superfícies extensas, em escala regional. *Loci* são inventariados com o propósito de iniciar a construção da base de dados dos recursos patrimoniais da região. Os pontos centrais dos registros arqueológicos *in situ* são georreferenciados (sítios e ocorrências arqueológicas descobertas ou revisitadas). As paisagens notáveis, com algum interesse para a Arqueologia, também são inseridas no sistema de posicionamento global. Descrições sumárias para a base de dados são

elaboradas. O levantamento estimativo proporciona subsídios para a definição de esquemas preliminares e genéricos de manejo e gestão dos registros arqueológicos e das paisagens notáveis correlatas, permitindo a elaboração de MDTs (modelagens digitais de terreno) de pequena escala. Na primeira aproximação dos registros pré-históricos são considerados os geoindicadores arqueológicos que constituem os parâmetros do modelo locacional, de caráter preditivo. Sensores orbitais e sub-orbitais são utilizados nesta fase. Neste nível não se prevê outro tipo de intervenção nos registros arqueológicos, além de coletas comprobatórias georreferenciadas de materiais aflorantes.

Nível 2: corresponde à fase de identificação e avaliação, com especial ênfase nos compartimentos topomorfológicos e fitogeográficos (entendidos como geoindicadores arqueológicos), selecionados durante o levantamento estimativo. O nível 2 assume características de levantamento avaliatório. Nele se define a extensão e a forma de cada registro arqueológico e dos segmentos paisagísticos correlacionáveis, contextualizando-os na topomorfologia. Cobrindo uma constelação de segmentos areolares de menor extensão, o levantamento avaliatório proporciona registros mais detalhados que permitem compreender a evolução das paisagens. A partir deste nível, a geoarqueologia e a arqueologia ambiental convocadas para desempenho mais expressivo, em escala mais detalhada. Promovendo a aquisição de pontos e dados adicionais, o levantamento avaliatório é projetado para, gradativamente, alcançar o nível 3. Todavia, ainda neste nível é possível registrar detalhadamente os cenários humanos e paisagens notáveis de interesse arqueológico, desenhando o processo das atividades humanas em determinados locais. MDTs mais pontuais são elaboradas, abrangendo os cinturões de ambiência dos pontos focalizados.

Nível 3: reconhecido como levantamento mitigatório, corresponde à plenitude do manejo e gestão do registro arqueológico

co e das paisagens notáveis de interesse para a arqueologia. Representa o registro paisagístico mais compreensivo dos sítios, das ocorrências ou dos geoindicadores arqueológicos selecionados no nível anterior. As geotecnologias são usadas com maior ênfase no sentido de propiciar o manejo e a gestão dos registros arqueológicos nas condições *in situ* e *ex situ*, diametralmente opostas, porém absolutamente interdependentes. A geração de modelagens digitais de terreno é em escala de detalhe. Os produtos resultantes do levantamento mitigatório incluem o mapeamento na forma de construções isométricas do terreno ou edificações e maquetes. O desenvolvimento do nível 3 permite escolher se o manejo e o gerenciamento detalhado de cada registro arqueológico será na sua inserção natural, como parte de uma matriz arqueológica (preservação *in situ*), ou como patrimônio resgatado de suas origens virtualmente recomponíveis em ambiente digital (preservação *ex situ*). A opção pela preservação *in situ* é preferível em função da natureza finita dos bens arqueológicos enquanto recursos culturais, principalmente no caso do registro arqueológico pré-colonial. Nesta opção há de se pontuar o efetivo comprometimento dos órgãos oficiais de proteção e da sociedade em geral, com a responsabilidade da preservação *in situ*. Em contrapartida, na opção pelo resgate do registro arqueológico, pontua-se a responsabilidade do exercício profissional, pois a qualidade da preservação *ex situ* dependerá do georreferenciamento preciso e detalhado de cada elemento inserido na matriz arqueológica literalmente desmontada pelas intervenções de campo.

### Navegando por alguns conceitos

A leitura do texto talvez venha esbarrando em alguns termos nem sempre de uso corrente. Desse modo, convém colocá-los e explicá-los de forma mais precisa. Esclareço outrossim que se trata da emissão de conceitos estritamente presos ao escopo e às idéias exaradas.

Não é meu propósito fazer escola ou impor definições que, muitas vezes, poderiam não ser apropriadas em outras situações. Assim, para os exclusivos efeitos da Arqueologia da Paisagem em prática na bacia do Parana-panema, são entendidos os seguintes termos:

*Patrimônio arqueológico*: conjunto de expressões materiais da cultura referentes às sociedades indígenas pré-coloniais e aos diversos segmentos da sociedade nacional (inclusive as situações de contato inter-étnico), potencialmente incorporáveis à memória local, regional e nacional, compondo parte da herança cultural legada pelas gerações do passado às gerações futuras.

*Patrimônio arqueológico histórico-arquitetônico*: segmento que compreende as estruturas construídas e respectivos contextos referentes à sociedade nacional, dotadas de significado histórico local ou regional, compondo parte da herança cultural legada pelas gerações do passado às gerações futuras.

*Patrimônio paisagístico*: paisagens notáveis reconhecidas ou não por diplomas legais, de significância para as comunidades regionais. Inclui qualquer tipo de unidade de conservação estabelecida pela legislação competente.

*Registro arqueológico*: referência genérica aos objetos, artefatos, estruturas e construções produzidas pelas sociedades do passado, inseridas em determinado contexto. Conceito amplo que independe da posterior classificação do registro como sítio, ocorrência ou geoindicador arqueológico. Refere-se aos objetos naturalmente inseridos no meio ambiente físico ou às estruturas implantadas nas paisagens urbanas e rurais. Abrange as matrizes arqueológicas, as expressões arqueológicas evidentes (um conjunto funerário, por exemplo) e as expressões arqueológicas latentes (por exemplo, as assinaturas físico-químicas no solo que corroboram estruturas funerárias praticamente invisíveis). Inclui certos arranjos paisagísticos (como aqueles decorrentes do manejo das formações florestais por agricultores indígenas), bem como os elementos do meio físico-biótico de interesse para a Arqueologia (por exemplo, os diques clásticos ou as cascalheiras que serviram de fonte de matéria-prima para as indústrias líticas).

*Matriz Arqueológica:* é o ambiente sedimentar que contém as evidências arqueológicas. A ausência da matriz arqueológica não desqualifica um sítio como tal, mas limita as investigações. Os sedimentos proporcionam o contexto e mantêm as relações entre as assinaturas físicas e químicas que compõem o registro arqueológico. Materiais arqueológicos colocados diretamente sobre substratos rochosos melhor se caracterizam como agregados de objetos potencialmente sujeitos a contínua redeposição posto que desprovidos da proteção veiculada pela matriz sedimentar. O padrão de assentamento desenhado na bacia do Paraná superior demonstra que, em seus respectivos contextos primários, a maior parte dos registros arqueológicos de caçadores-coletores foi soterrada por sedimentos aluviais (sítios de terraço), assim como os de agricultores o foi por sedimentos coluviais (sítios colinares).

*Sítio arqueológico:* termo unitário na classificação dos registros arqueológicos. Corresponde à menor unidade do espaço passível de investigação, dotada de objetos intencionalmente produzidos ou rearranjados, que testemunham comportamentos das sociedades do passado. Um sítio só pode ser definido como tal após sua análise enquanto registro arqueológico. Sítio de referência é aquele que por suas características topomorfológicas e estratigráficas serve de apoio para as interpretações regionais e respectivas inserções.

*Ocorrência arqueológica:* objeto único ou quantidade ínfima de objetos aparentemente isolados ou desconexos encontrados em determinado local (uma ponta de flecha, um fragmento de cerâmica, um pequeno trecho de alicerce etc). A ocorrência arqueológica poderá ganhar estatuto de sítio a partir da posterior detecção de evidências adicionais que permitam esta nova classificação.

*Geoindicadores:* elementos do meio físico-biótico dotados de alguma expressão locacional para os sistemas regionais de povoamento, marcando locais de assentamentos antigos. No Paranapanema são considerados parâmetros de um modelo preditivo, construído a partir de um 'modelo empírico' que emergiu da práxis arqueológica regional.

Assim, os geoindicadores sustentam um eficiente modelo locacional, de caráter preditivo, muito útil no reconhecimento de área e levantamento arqueológico. Exemplos: cascalheiras de litologia diversificada, diques de arenito silicificado, pavimentos detríticos (matérias-primas de boa fratura conchoidal para o lascamento), barreiros (afloramentos de barro bom para a cerâmica), compartimentos topomorfológicos adequados para determinado tipo de assentamento, trechos de evidente manejo agro-florestal, etc.

*Siglagem:* sistema alfanumérico formado por um segmento alfabético composto por três letras retiradas do nome do registro arqueológico e por um segmento numérico composto por seis números extraídos das coordenadas UTM (leste e norte). Exemplo: o Sítio Marambaia, com as coordenadas UTM Leste 504.464 m e Norte 7.513.946 m, tem como sigla MRB044139.

*Sistema UTM:* é a base do sistema de siglagem do Projeto Paranapanema. Trata-se de sistema de coordenadas planas baseado na projeção Universal Transversa de Mercator. Nele, a Terra foi dividida em 60 fusos de seis graus de longitude cada (numerados de 1 a 60), iniciando no antemeridiano de Greenwich (180°), seguindo de oeste para leste. Em latitude, os fusos são limitados pelos paralelos 80°S e 84°N, divididos em faixas paralelas de 4° de latitude. Cada faixa forma uma zona identificada por letras. A origem das medidas lineares do quadrícula é o cruzamento do meridiano central de cada fuso com o Equador. Por convenção, as coordenadas de origem são 500.000 metros na direção leste de cada fuso e 10.000.000 de metros na direção norte. Assim, para se determinar a longitude local, basta adicionar aos 500.000 metros a distância do ponto em relação ao meridiano central. O mesmo ocorre com relação às medidas em latitude, quando o valor atribuído ao Equador (10.000.000 de metros) decresce paulatinamente em direção ao sul.

*Geotecnologias:* grupo de tecnologias referentes à informação geograficamente referenciada. Trata-se, dentre outros, do sistema de posicionamento global, do geoprocessamento, da fotogrametria, do sensoriamento aéreo ou orbital, da topologia e da geodésia. Não se admite o encaminhamento da

investigação arqueológica sem o uso das geotecnologias disponíveis, especialmente o sistema de posicionamento global.

*Georreferenciamento*: é o ato de estabelecer a ligação entre a informação literal (banco de dados) ou gráfica (vetor ou *bitmap*) e a sua posição específica no globo terrestre por meio de suas coordenadas. O georreferenciamento mais comum e obrigatório no processo de investigação arqueológica é a amarração dos registros arqueológicos no sistema de posicionamento global por meio de um receptor GPS.

*Sistema regional de povoamento*: a coordenação entre sítios ou conjuntos de sítios pautada por relações sociais, econômicas e culturais (considerando sua contemporaneidade, similaridade ou complementaridade) define um sistema regional de povoamento. Por exemplo: a maior parte dos sítios lítico-cerâmicos colinares remanescentes de assentamentos de agricultores indígenas pré-coloniais do Paranapanema, com datação em torno de mil anos antes do presente, compõe o sistema regional Guarani.

*Sistemas regionais de caçadores-coletores do Paranapanema*: formados por comunidades nômades pré-históricas originárias do sul, migrantes pelas calhas dos afluentes da margem esquerda do Paranapanema. Vistos em conjunto compõem um macro-sistema regional de caçadores-coletores. Até o presente estágio das investigações, as primeiras hordas datam, aproximadamente, do ano 6.000 a.C. No registro arqueológico compõem evidências possivelmente vinculadas àquilo que tem sido definido como 'tradições' de caçadores-coletores Umbu e Humaitá pelos arqueólogos do Rio Grande do Sul. Ao que parece, na perspectiva dos sistemas regionais de povoamento seria possível consolidar um sistema regional Umbu, presente na região entre 6.000 e 2.000 a.C. (assunto retomado adiante). Sua frente de expansão máxima, possivelmente situada na bacia do Tietê, integrou uma faixa de tensão com sistemas de caçadores possivelmente originários da bacia do alto Tocantins e do Alto São Francisco. Nesta faixa predominariam influências recíprocas de ordem social, econômica e cultural, provocando certa identidade 'fronteira' nos sistemas envolvidos. Não há porque definir um possível sistema regional Humaitá

diante da fragilidade dos elementos que permitiriam a sua identificação precisa. Na ótica das 'tradições', o que fosse Humaitá apareceria no registro arqueológico do Paranapanema por volta de 1.000 a.C., permanecendo até aproximadamente 750 d.C., quando desaparece frente à consolidação do sistema regional Guarani. A carência no que toca à melhor identidade dos humaitás com relação aos umbus fica por conta da ausência de marcadores locais que diferenciem os dois sistemas no Paranapanema. Ambos se instalaram preferencialmente nos terraços marginais da coleção hídrica de maior porte. Locais de atividades minerárias (exploração de diques de arenito silicificado intratrapiano) marcam sítios com características de oficinas líticas. As diferenças ficariam por conta do *design* dos artefatos líticos: pequenos e leves para os umbus, grandes e pesados para os humaitás. Este *design*, porém, tem mais a ver com a massa volumétrica das pré-formas disponíveis (seixos grandes ou pequenos, diques de arenito silicificado de espessura variável etc.), que forçaram o uso de técnicas de processamento adequadas para cada caso, facilmente reconhecíveis em análises de cadeia operatória. De qualquer forma, não considero válidos para a eventual distinção entre as duas situações aqueles pressupostos relacionados com 'artefatos-guias', sustentados por eventuais assinaturas tipológicas (presença ou ausência de pontas-de-projétil). Outra agravante para a não identificação de um provável sistema regional Humaitá seria a sua confusão, nas datas mais recentes, com oficinas líticas e áreas de lascamento corretamente atribuíveis ao sistema regional Guarani (neste caso, pontuo a fragilidade da 'ausência' de um outro 'artefato-guia', a cerâmica; ou seja, nem todo sítio sem cerâmica seria, necessariamente, atribuível aos caçadores-coletores ditos humaitás).

*Sistemas regionais de agricultores do Paranapanema*: formados por comunidades sedentárias originárias do sudoeste e do sul, migrantes pelas calhas do Paranapanema e de seus afluentes da margem esquerda, capazes do manejo agro-florestal. Numa visão de conjunto, compõem um macro-sistema regional. A grande invasão tem início por volta do início da Era Cristã, marcada no registro

arqueológico pelos remanescentes das aldeias do sistema regional Guarani. Na Bacia Superior, a implantação se fez em colinas permeadas por pequenos canais de drenagem. Na Bacia Média, este padrão continua, ampliado por uma rede de acampamentos e oficinas de lascamento junto às calhas hidrográficas de grande porte. Na Bacia Inferior, continua a ocupação dos relevos colinares somada à edificação de aldeias nos grandes terraços marginais do Paranapanema. No caso dos sistemas regionais de agricultores, a faixa de tensão fronteira fica no quadrante sudeste, nos limites das bacias do Ribeira e do Tietê médio-superior. Aí se deparam os sistemas Tupinambá, Guarani e Kaingang. O primeiro, ainda carente de estudos que lhe permitam melhor identidade regional, resulta do desdobramento da antiga tradição Tupiguarani. O último se relaciona com a tradição Itararé que regionalmente apresenta sítios com idades entre os anos 400 e 800 d.C. Os sistemas regionais de agricultores do Paranapanema foram desmantelados pelas várias frentes de invasão ibérica, a partir do século XVI.

*Ciclos regionais:* na perspectiva dos sistemas regionais de povoamento são acolhidos os ciclos regionais de desenvolvimento econômico consolidados no âmbito da História Social e Econômica. Quando for o caso, particularidades locais poderão ser consideradas na definição de ciclos micro-regionais. Por exemplo, o pequeno ciclo canavieiro que deu origem à cidade de Piraju, na bacia do Paranapanema médio.

*Sistema local:* o conjunto de registros coordenados pela presença de um ou mais geoindicadores arqueológicos constitui um sistema local. É comum, por exemplo, a existência de sítios e ocorrências arqueológicas de caçadores-coletores e agricultores pré-coloniais articulados pela conjunção de alguns geoindicadores, tais como diques de arenito silicificado intratrapiano, cascalheiras (ambos utilizados como fonte de matéria-prima para as indústrias líticas), e acidentes do leito dos rios que compõem uma seqüência de saltos cachoeiras e corredeiras, ambiente propício à apanha sazonal de peixes migratórios.

*Unidade Geográfica de Gestão Patrimonial – UGGP:* território de cada município

para os quais são definidas as políticas públicas locais de patrimônio cultural e ambiental, inclusive o patrimônio arqueológico.

*Unidade Geográfica de Manejo Patrimonial – UGMP:* corresponde à fração de terreno onde são executados os procedimentos de reconhecimento de área, levantamento, prospecção e escavação arqueológica. Abrange diferentes escalas, podendo ser uma micro-bacia hidrográfica, um módulo arqueológico, segmentos de um espaço definido como área diretamente afetada por empreendimento potencialmente lesivo ao meio ambiente etc.

*Módulo arqueológico:* porção de terreno balizada por coordenadas planas de referência (UTM) que encerra um sistema local ou um conjunto de geoindicadores arqueológicos.

*Modelo locacional:* formulado para o Projeto Paranapanema, a partir da construção de um modelo empírico, resultante da práxis rotineira. No caso, assinaturas arqueológicas repetidamente gravadas em alguns compartimentos da paisagem sugerem escolhas bem sucedidas, determinadas por condições ambientais favoráveis. O modelo empírico se construiu pela detecção, consolidação e mapeamento dessas assinaturas em seus respectivos suportes. A partir daí, os suportes são assumidos como geoindicadores arqueológicos. O modelo preditivo, denominado 'locacional', consiste no mapeamento dos suportes assumidos como geoindicadores arqueológicos, por meio da interpretação de registros de sensores orbitais e sub-orbitais. Desse modo, são cartografados compartimentos da paisagem potencialmente aptos a apresentarem assinaturas dos povos indígenas pré-coloniais. Cascalheiras de litologia diversificada, corredeiras, afloramentos de rochas de boa fratura conchoidal, barreiros, trechos de manejo agro-florestal, terraços marginais, vaus de rios são, dentre outros, geoindicadores arqueológicos.

*Padrão de assentamento:* é a distribuição dos registros arqueológicos em determinada área geográfica, refletindo as relações das comunidades do passado com o meio ambiente e as relações entre elas próprias no seu contexto ambiental. Estratégias de subsistência, estruturas políticas e sociais e densidade da população foram alguns dos fatores que

influenciaram a distribuição do povoamento, desenhando os padrões de assentamento.

Núcleo de solo antropogênico: é um tipo de assinatura dos povos pré-coloniais, corrente nos sítios de agricultores. Conhecido por mancha preta, é um corpo sedimentar remanescente de antigos solos de habitação e seu cinturão envoltório, depósitos de lixo, áreas de cocção de alimentos, etc. Surge como manchas ovaladas de solo enegrecido pelo elevado teor de materiais biogênicos coletados, processados e descartados pelas comunidades pré-coloniais, rico em evidências arqueológicas, principalmente fragmentos de cerâmica e estruturas de combustão. No caso do sistema regional guarani, são, com frequência, os remanescentes da *tapy iguassu*, a casa-grande e seu entorno. Luciana Pallestrini mapeou pela primeira vez os núcleos de solo antropogênico do Sítio Fonseca, Itapeva, em 1968.

#### **Arqueologia do Paranapanema paulista**

Escrever sobre a Arqueologia do Paranapanema, especialmente o trecho paulista, é tarefa provocadora. Palco das mais antigas pesquisas arqueológicas (considerando os horizontes da nova ordem acadêmica e científica imposta a partir de meados dos anos 60), seu território e acervo patrimonial foram os que primeiro sentiram as ações irreversíveis das principais correntes inspiradoras da Arqueologia Brasileira. Exatamente no meio da década, o casal Evans e seus seguidores valeram-se dos materiais recuperados nas margens da represa de Salto Grande para estabelecer as bases do processamento de materiais arqueológicos pelo Pronapa. Logo em seguida, Luciana Pallestrini, inspirada nos procedimentos franceses consolidados por André Leroi-Gourhan e Anette Laming-Emperaire, inicia as escavações de sítios arqueológicos em Itapeva e Piraju. De fato, as duas posições acabaram por acentuar a forte identidade que marca as raízes da Arqueologia que se faz, hoje, em cada uma das margens do Paranapanema (entenda-se as porções paulista e paranaense da bacia), pela Universidade de São Paulo e pela Universidade Federal do Paraná.

A maior parte dos estudos arqueológicos relativos à bacia do Rio Paranapanema no Estado de São Paulo tem sido encaminhada, desde 1968, pelo Projeto Paranapanema. O propósito inicial do programa foi o levantamento de antigas aldeias de grupos ceramistas atribuídos à então tradição Tupiguarani, situadas nos municípios de Itapeva e Piraju (Pallestrini 1975). Além das investigações encetadas no âmbito deste programa acadêmico pela Universidade de São Paulo, pontuarei algumas outras.

Entre 1964 e 1968 destacam-se as iniciativas de Igor Chmyz, desenhadas nos projetos de salvamento arqueológico das UHEs Salto Grande, Xavantes e Capivara, empreendimentos da antiga estatal paulista Uselpa (posteriormente sucedida pela CESP). Os materiais resgatados na faixa de depleção daquele primeiro reservatório constituíram o acervo inicial do Pronapa, posto que processados no primeiro seminário que deu origem ao programa (Chmyz 1972).

Neste lapso, Sílvia Maranca (também sob os auspícios do Pronapa) engendrou alguns levantamentos na sub-bacia do Rio Verde, Município de Itaberá, estudando o Sítio José Fernandes (Maranca 1969). André Prous (em pesquisa independente) também promoveu investigações que resultaram no mapeamento de algumas casas subterrâneas no trecho superior da bacia, em meados dos anos 70 (Prous 1979). Outras pesquisas mais recentes, ligadas ao licenciamento de empreendimentos potencialmente lesivos ao meio ambiente, percorrem extensos trechos da bacia do Paranapanema. Com estas características destacam-se o resgate arqueológico da faixa impactada pelo Gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol), da Petrobrás (De Blasis 2000), e o levantamento do patrimônio arqueológico da faixa de influência da Linha de Transmissão Itaberá/Tijuco-Preto, de Furnas Centrais Elétricas (Morais 2000).

#### **Retornando às fases e tradições arqueológicas**

A lógica pronapiana relativa às fases e tradições arqueológicas considerou que tais



conceitos se relacionam com 'unidades arqueológicas artificiais', que não podem ser confundidas com culturas, mesmo porque, na maioria dos sítios arqueológicos (principalmente os pré-cerâmicos), as condições ambientais reduziram os elementos da cultura material a raros vestígios (Kern 1981). Considero este pensamento válido apenas nos estreitos limites da arqueografia *per se*: a idéia de fase e tradição apóia-se em objetos e, vez por outra, (tropegamente) em algumas características físicas do registro arqueológico, como chamou a atenção Solange Caldarelli (1983). Ora, os objetos são meios e podem gerar classificações aplicáveis a eles próprios. Porém, é complicado transpor a idéia de uma 'unidade arqueológica artificial', gerada a partir do artifício da seriação de objetos, para algo maior e mais complexo como são os antigos sistemas de povoamento.

De início, a inspiração francesa que alicerçou o Projeto Paranapanema indicou a não utilização do jargão pronapiano na sua rotina científica. A investigação encaminhada sob os auspícios do projeto continua não acolhendo os termos fase e tradição arqueológica, posto que evitados de um artificialismo classificatório exacerbado, de todo incompatível com uma postura que busca, dentre outros propósitos, levantar e analisar os cenários das ocupações humanas do passado. Reconheço, porém, que a arqueografia que inventou (e denominou) as fases e as tradições acabou por distinguir características peculiares em conjuntos de materiais arqueológicos e isto é preliminarmente louvável. Mas não deveria ter parado por aí.

Assim, a chamada tradição Umbu é marcada por um traço-diagnóstico (como foi entendido seu artefato caracterizador, quase um fóssil-guia), a ponta-de-projétil. Na perspectiva da Arqueologia da Paisagem do Paranapanema, um eventual sistema regional Umbu deverá ser, no mínimo, diagnosticado pela cadeia operatória que produziu a sua tralha lítica, plenamente inserida nas condicionantes sociais e ambientais em vigor. Para alçar o estatuto de sistema regional de povoamento, Umbu, Humaitá ou Itararé, deverão preencher requisitos mais sofisticados e complexos.

José Proenza Brochado houve por bem desarticular a arqueológica tradição Tupiguarani. Concordo que não é correto mesclar tupinambás e guaranis pré-coloniais (grafados no plural, como qualquer outro gentílico da língua portuguesa) sob o estranho rótulo de 'tupiguarani' (sem hífen), como se a cerâmica pudesse ser um fator de fusão de dois povos. A Arqueologia não deve preocupar-se com a simples organização e o agrupamento de cacos. Que uma boa arqueografia encaminhe procedimentos preliminarmente válidos é aceitável. Todavia, não há porque insistir em mantê-los permanentemente.

#### **Cenários de povoamento do Paranapanema paulista**

Também não há porque ignorar o que foi feito antes. O ponto de partida para se compreender o *design* dos grandes sistemas regionais de povoamento do Paranapanema será a arqueografia das tradições arqueológicas. Embora percorra este caminho, não estarei simplesmente substituindo o termo 'tradição' por 'sistema regional de povoamento'.

Primeiramente, há de se definir dois macro-sistemas que se sucederam no grande lapso de tempo, marcado pelo início do povoamento da América pelas populações de origem monogólica e pela invasão européia do século XVI. O macro-sistema regional de povoamento dos caçadores-coletores perdurou por mais de cinco milênios, sucedido por um outro, de menor expressão temporal, de dois milênios, atribuído aos agricultores. Esta grande divisão parte de fatores de ordem econômica e social nas suas grandes linhas. Até o momento, a Arqueometria indica que o macro-sistema regional de caçadores-coletores do Paranapanema paulista se encontra balizado entre, aproximadamente, 6.000 a.C. e o início da Era Cristã. Após um período de convivência e inter-relação, impõe-se nova ordem social e econômica com o avanço dos agricultores sobre os territórios dos caçadores-coletores. Esta situação perdurou até a invasão ibérica, na virada do século XV para o XVI.

Os macro-sistemas regionais de povoamento anteriores à formação da sociedade nacional

nas terras do Paranapanema incluem identidades sócio-culturais em vários estágios de definição. Certamente, as identidades componentes do macro-sistema regional de agricultores são melhor definidas, principalmente em face das correlações arqueológicas, etnoarqueológicas, etno-históricas e etnográficas. Por outro lado, os registros arqueológicos remanescentes têm sido mais intensamente estudados. Desta forma, despontam o sistema regional Guarani e o sistema regional Kaingang. Este último seria correlacionável à tradição Itararé (prefiro aproximar o jargão arqueológico do passado recente aos nomes etnográficos; daí a opção por tomar o gentílico kaingang, em substituição ao topônimo 'Itararé').

O macro-sistema regional de caçadores-coletores é de caracterização bem mais complexa em face da sua longevidade. As tentativas de subdivisão ainda são claudicantes. A literatura arqueológica proveniente dos estados do sul, principalmente o Rio Grande do Sul e o Paraná (Schmitz 1981, Kern 1982) tem consolidado idéias em torno da existência de duas grandes tradições de caçadores-coletores – Umbu e Humaitá – que se permeiam no tempo e se estendem até as latitudes do atual território paulista. Neste caso, a Arqueologia de São Paulo lidaria com uma faixa de fronteira (ou interação) entre as tradições líticas meridionais e centro-orientais do subcontinente (é interessante que o mesmo pode ser afirmado com relação ao macro-sistema de agricultores).

### **Macro-sistema de caçadores-coletores do Paranapanema**

À vista dos dados arqueológicos recentes e da releitura dos resultados anteriores, considero o território paulista de modo geral e a bacia do Paranapanema de modo particular 'arqueologicamente meridionais'. Assim, se existem episódios arqueológicos que possam ser qualificados como 'tradições do sudeste', pouco abrangerão o território paulista (Caldarelli 1983). No máximo, as latitudes paulistas seriam uma 'terra de fronteiras'.

Caracterizar os caçadores-coletores do Paranapanema, significa discutir aquelas duas

tradições consolidadas na Região Sul, cujo correspondente povoamento talvez tenha avançado para o norte, até os interflúvios entre os rios Tietê e Grande. Retomo a questão dos umbus e humaitás, sobejamente descritos por arqueólogos gaúchos (Mentz Ribeiro 1999, Schmitz 1999). Na sua região nuclear, umbus e humaitás foram definidos e diferenciados basicamente pela tipologia das suas indústrias líticas (para melhor se inteirar das discussões recentes acerca da crise das tradições meridionais, sugiro a leitura dos trabalhos de Schmidt Dias, 1994 e Hoeltz, 1997). Minha intenção é submeter essas tradições ao olhar dos sistemas regionais de povoamento, considerando explicitamente a forte influência da Geografia nesta aproximação.

Não creio ser possível sustentar a identidade de dois sistemas regionais de povoamento no Paranapanema, a partir da definição das tradições Umbu e Humaitá. Como frisei anteriormente, as diferenças tipológicas expressas na tralha lítica parecem muito mais determinadas pela massa volumétrica da pré-forma das matérias-primas disponíveis. No máximo, seria o caso da adaptação das técnicas indígenas às ofertas da natureza. Adicionalmente, a demarcação espacial entre umbus e humaitás sugere uma configuração aparentemente caótica posto que seus marcadores territoriais se interpenetram ao sabor de motivos vários. Assim, separar dois sistemas em um mesmo espaço geográfico, tentando desenhar 'fatias' territoriais com base no perfil de pedúnculos de pontas-de-projétil, perde sentido na medida que se submetem as indústrias líticas envolvidas ao olhar da cadeia operatória e sua ambiência.

Quando acionados, alguns parâmetros de natureza ambiental corroboram a fragilidade da distinção entre umbus e humaitás enquanto candidatos ao estatuto de sistemas regionais de povoamento, como pode ser vislumbrado em seguida.

1) Morfologia e função dos assentamentos: os sítios do macro-sistema resultam de acampamentos com funções 'habitacionais' ou onde se realizavam atividades minerárias. A determinante para a escolha do *locus* foi a fonte de matéria-prima, geralmente cascalheiras de litologia

diversificada (sílex, quartzito, arenito silicificado) ou afloramentos de arenito silicificado (diques clásticos).

2) Técnicas e tipologia lítica: os líticos constituem o traço característico do macro-sistema. Se há uma característica que marque alguma diferença a partir do olhar sobre as indústrias líticas, são as técnicas do processamento da matéria-prima, diagnosticáveis por meio da adoção do modelo cadeia operatória. É interessante notar que tipos (considerando-se os quadros tipológicos tradicionais) 'umbus' e 'humaitás' encontram-se mormente presentes em um único sítio. Neste caso, reitero o que foi dito anteriormente a respeito da adaptação da técnica indígena à oferta da matéria-prima pela natureza.

3) Hidrografia e topografia: os remanescentes dos acampamentos do macro-sistema surgem tanto nas grandes ou pequenas calhas fluviais, como em colinas, colos e platôs mais interiorizados, distribuídos por várias cotas altimétricas.

4) Geologia e geomorfologia: os acampamentos, sem distinção, tendem a se localizar junto a afloramentos ou depósitos de matérias-primas aptas para o lascamento.

5) Fitoecologia: a territorialidade da tradição Umbu e e da tradição Humaitá, no espaço geográfico do Paranapanema, dependeu menos das adaptações ambientais que do distanciamento das áreas nucleares situadas bem mais ao sul. Se a identidade separada for fato consumado, ambas as tradições se alternaram nos mesmos locais, como comprovam os vários sítios multicomponenciais das bacias do Paranapanema e do Tietê. Isto contraria as afirmações de alguns arqueólogos do Sul que frisam que as comunidades portadoras da tradição Umbu teriam vivido em áreas de campo aberto, hábito herdado dos caçadores nômades mais antigos. Ao contrário, as comunidades portadoras da tradição Humaitá teriam vivido em regiões de mata densa, principalmente nas margens dos rios. Neste modelo, a expansão umbu teria alcançado antes o Paranapanema, ultrapassando-o até as vertentes setentrionais da bacia do

Tietê. A expansão humaitá teria vindo logo depois (porém mesclada com a primeira por longo intervalo de tempo) não ultrapassando as vertentes setentrionais do Paranapanema. Os pequenos ciclos de climas quentes e localmente mais secos, ocorrentes entre 3.050 e 2.050 a.C. (Ab'Sáber 1989), talvez tenham refreado a expansão da tradição Umbu para o norte.

6) Parâmetros locais: os sítios do macro-sistema podem ser encontrados indistintamente em terraços, patamares de vertentes, cabeceiras de nascentes e topos de interflúvios (parâmetros locais ligados à função morar, com características de geoincidentes, no modelo preditivo). Quase sempre estão associados a cascalheiras, diques clásticos ou pavimentos detriticos (locais de extração mineral para a indústria lítica) e corredeiras, cachoeiras ou saltos (locais de apanha de peixes migratórios).

No presente estágio da investigação arqueológica nesta faixa de fronteiras que é o território paulista, teria pouco fundamento a manutenção da dicotomia Umbu-Humaitá. Existe categoricamente um macro-sistema regional de caçadores-coletores ainda indíviduo, que pode ser rotulado com um termo já consagrado – 'Umbu'. A existência de 'tradições' líticas no seio do macro-sistema é um preciosismo tipológico mal amparado, que sucumbe na perspectiva da análise da cadeia operatória, conforme afirmo anteriormente.

### **Agricultores do Paranapanema**

Novas observações, principalmente aquelas feitas por arqueólogos do Sul do Brasil (José Proenza Brochado, Francisco Noelli e André Soares, dentre outros), têm provocado bases sólidas para a consolidação da chamada tradição Guarani, que resulta do desdobramento daquilo que foi a tradição Tupiguarani (o outro componente vem sendo identificado como tradição Tupinambá). Aproximações arqueológicas, etnoarqueológicas, etno-históricas e etnográficas corroboram francamente a adoção da perspectiva dos sistemas regionais de

povoamento no caso dos agricultores indígenas do Paranapanema.

Na perspectiva dos sistemas regionais de povoamento, as ocupações que resultaram nos sítios arqueológicos guaranis estão datadas entre 2.030 e 200 anos antes do presente, o que corresponde ao lapso cronológico 80 a.C. a 1750 d.C. (datas verificadas no Sítio Arqueológico Panema – Município de Campina do Monte Alegre, objeto de outro artigo integrante deste volume, de autoria de Silvia Piedade e André Soares).

Luciana Pallestrini (1975) descobriu os primeiros sítios que hoje compõem o sistema regional Guarani da bacia do Paranapanema. Já no final dos anos 60, esta pesquisadora havia inaugurado uma série de levantamentos e escavações de sítios arqueológicos por ela denominados 'lito-cerâmicos colinares do interior', cujos itens fundamentais foram assim descritos:

- 1) Vestígios representados por testemunhos cerâmicos e líticos.
- 2) Distribuição dos vestígios segundo planos espaciais com zonas diferenciadas, representadas por manchas escuras, quase negras.
- 3) Localização dos conjuntos escuros em áreas de ápice de colinas com declives suaves.
- 4) Existência constante de um rio na base da colina.
- 5) Fitogeografia regional representada pelo cerrado, manchas de floresta tropical e palmeiras sobre solos latossólicos avermelhados.
- 6) Conceituação geral dos sítios como sendo correspondentes a aldeias pré-históricas situadas em colinas próximas a rios, cujos habitantes eram ceramistas embora conservando ainda a técnica do trabalho da pedra.
- 7) Inserção dos sítios arqueológicos no tempo, graças às datações por termoluminescência, abrangendo faixas cronológicas de mil anos.

A grande contribuição de Pallestrini no que toca aos sítios guaranis pré-coloniais foi, de fato, sua visão do conjunto intra-sítio. Longe de considerar cada uma das manchas pretas um

'sítio-habitação', como faziam os pesquisadores do Pronapa, a pesquisadora inaugurou a perspectiva da aldeia como categoria de assentamento, fazendo comparecer preocupações de ordem etnográfica. Para tanto, definiu uma seqüência operacional de trabalhos de campo que pode ser reconhecida no seu próprio texto (Pallestrini 1975):

- 1) Caracterização ecológica, com análises do contexto botânico, geológico, pedológico e geomorfológico.
- 2) Limpeza da área arqueológica, com o propósito de se obter áreas suficientemente claras para as futuras decisões a serem tomadas, tais como trincheiras, cortes e setores.
- 3) Topografia e quadriculamento, que representam a operação fundamental de amarração do sítio arqueológico.
- 4) Ataque em profundidade e superfície, por meio de perfis indicadores da estratigrafia e decapagens horizontais.

A continuidade das pesquisas na área do Paranapanema paulista levaram à localização e mapeamento de outras aldeias guaranis pré-coloniais, bem como alguns acampamentos a elas subordinados. O presente estágio das investigações arqueológicas permite estabelecer o seguinte quadro ambiental para as ocupações guaranis pré-coloniais que concretizam o sistema regional Guarani, por meio de sítios e acampamentos.

1) Morfologia e função do assentamento: aldeias e acampamentos constituem sítios a céu aberto. No primeiro caso, enquanto sítio de moradia, há preocupações de ordem locacional, marcadamente defensivas: o sítio colinar ocupa posição em acrópole (isto também é válido para o alto terraço), o que permite um amplo domínio visual da *skyline*. No caso dos acampamentos, predomina outra variável estratégica: a fonte para atividades extrativas.

2) Materiais: o material arqueológico mais popular nos sítios do sistema Guarani é a cerâmica. Os remanescentes das aldeias fornecem milhares de fragmentos e algumas vasilhas inteiras (inclusive urnas funerárias de sepultamento primário). Surgem os líticos polidos, principalmente

lâminas de machado e mãos-de-pilão provenientes de pré-formas selecionadas nas minas de palanquinhos (afloramentos de disjunções colunares de basalto). A importância do lítico lascado guarani vem sendo descoberta nestes últimos anos. Muitos sítios líticos atribuídos erroneamente a caçadores-coletores da tradição Humaitá, pela ausência de cerâmica (o tal traço-diagnóstico!) são, de fato, acampamentos guaranis, verdadeiras oficinas de lascamento. No Paranapanema médio, a camada II do Sítio Camargo, do ano 920 d.C., associada a abundantes afloramentos de arenito silicificado, não apresentou nenhum caco de cerâmica. O lascamento, todavia, tem todas as características tecno-morfológicas de sítios lito-cerâmicos como o Alves, situado a menos de 10 km, cuja ocupação é do ano 930 d.C. Isto indica que a camada II do Camargo é, de fato, o registro arqueológico de uma oficina guarani. O mesmo ocorre com o Camargo 2, localizado na calha do Paranapanema. Lá foi recuperada grande quantidade de líticos com 'características humaitás', associados a meia dúzia de fragmentos de cerâmica guarani, atribuíveis a data semelhante a do Sítio Alves.

3) Altimetria: até o momento, as aldeias e acampamentos descobertos não ultrapassam a cota de 700 metros sobre o nível do mar.

4) Hidrografia: no trecho médio-superior da bacia, as aldeias se localizam junto aos pequenos tributários, tanto do Paranapanema, como de seus grandes afluentes (o Taquari, por exemplo). Acampamentos tendem a se localizar na calha dos grandes rios. No trecho médio-inferior (a jusante da confluência Paranapanema-Pardo) aldeias e acampamentos compõem principalmente na calha do Paranapanema, embora não possam ser descartadas ocorrências junto a pequenos afluentes.

5) Geomorfologia e Geologia: as aldeias distribuem-se por todas as grandes unidades geomórficas, desde a Depressão Periférica até o Planalto Ocidental, passando pelas Cuestas Basálticas, o que inclui rochas sedimentares e de origem vulcânica que se decompõem em solos geralmente

aptos para a agricultura. Os acampamentos tendem a se localizar junto a afloramentos ou depósitos de matérias-primas aptas para o lascamento.

6) Tipologia topomorfológica: as aldeias se inserem nas classes 'sítio em terraço fluvial' (na calha inferior do Paranapanema), 'sítio em terraço e baixa vertente' e 'sítio em colina'. Os acampamentos podem se enquadrar nas categorias 'sítio em piso basáltico' e 'sítio em pavimento detrítico' (locais de atividades minerárias).

7) Fitoecologia: as aldeias e os acampamentos se distribuem pelos domínios da floresta estacional semidecidual, relacionada com o clima Cwa (mesotérmico com inverno tendendo a seco) e terras com bom potencial agrícola.

8) Capacidade de uso da terra: as aldeias se localizam em terras de média a alta produtividade agrícola, com declividade inferior a 20%, embora sujeitas a problemas de conservação do solo. No trecho inferior da bacia, apesar de boa parte das aldeias se situar em altos terraços marginais, compõem manchas de solo hidromórfico de boa sustentabilidade para atividades agrícolas.

9) Parâmetros locais: mormente as aldeias se encontram associadas aos seguintes parâmetros locais: terraços e vertentes (ligados à função morar) e barreiros (atividade extrativa mineral / cerâmica). Os acampamentos poderiam se associar a cascalheiras, diques clásticos, pavimentos detríticos (atividade extrativa mineral / lítico lascado), disjunções colunares (atividade extrativa mineral / lítico polido) e corredeiras, cachoeiras e saltos (atividade extrativa animal / pesca).

Se anteriormente foi possível questionar a afirmação pronapiana de que tradições e fases são unidades arqueológicas artificiais quando se trata de caçadores-coletores, no caso dos agricultores há de se convir que pelo menos o conceito de tradição se confunde com cultura, haja vista o peremptório desdobramento da convencional tradição Tupiguarani em duas outras, Guarani e Tupinambá, quando prevaleceu o bom senso dos aportes interdisciplinares possíveis entre a Arqueologia e a Etnologia.

Nesta linha de pensamento, não há porque manter o topônimo Itararé para a identificação de um sistema regional Kaingang, de filiação Jê, que se instala nos primeiros séculos da Era Cristã nas formações florestais ombrófilas mistas com araucárias. A literatura tradicional notifica que parte dos sítios está distante dos rios. Algumas unidades habitacionais são deprecionadas (casas subterrâneas). Os fragmentos de cerâmica correspondem a vasilhas pequenas, intensamente utilizadas sobre o fogo.

O sistema regional Kaingang se faz presente no Paranapanema paulista de duas maneiras: compondo sítios próprios do sistema ou pela presença de materiais kaingang, em sítios guaranis. No primeiro caso, o avanço das pesquisas para a bacia superior, nas suas vertentes atlânticas, já tem demonstrado a existência de sítios tipicamente kaingang, posto que atribuíveis à chamada tradição Itararé. As investigações levadas a efeito por ocasião do resgate do patrimônio arqueológico afetado pelo Gasoduto Brasil-Bolívia veio adicionar dados interessantes a respeito de uma provável faixa fronteira entre os mundos guarani, tupinambá e kaingang. Outrossim, materiais kaingangs compõem com frequência em sítios do Sistema Guarani, principalmente no trecho médio-inferior, o que comprova certos tipos de contato entre as duas etnias.

### O cenário da identidade nacional

As frentes de expansão colonial das potências ibéricas na bacia do Paranapanema seguiram caminhos opostos: de fato, o Meridiano de Tordesilhas cortava este território na sua porção média, deixando para os portugueses a metade oriental e, aos espanhóis, a metade ocidental. No limiar da conquista, o Paranapanema era povoado por guaranis que se distribuíam em aldeias e acampamentos, compondo um sistema de ocupação territorial bastante característico (para melhor compreensão do assunto, leia-se Soares 1997). Portugueses e espanhóis encontraram este desenho de apropriação do espaço. Cada qual, porém, adotou um modo diferente de submeter os guaranis. Sem maiores compromettimentos (não é objetivo deste trabalho aprofundar este aspecto), é possível

sintetizar os primeiros contatos em sentido genérico para colocar, em seguida, um caso específico de contato mais recente.

O *Tratado de la Capitulación y la Partición del Mar Oceano*, firmado em Tordesilhas, Espanha, sob os auspícios da Santa Sé, deixara a metade oeste do Paranapanema àquela potência. Assim, a partir de Assunção, os jesuítas espanhóis começaram a implantar as primeiras missões, exatamente as do Paranapanema, fundando duas bastante importantes no início do século XVII: Santo Inácio Menor e Nossa Senhora de Loreto. Certamente, durante o período em que floresceram, a influência dos padres espanhóis extrapolou os núcleos originais, aproximando-se bastante do trecho médio, conforme testemunham recentes pesquisas arqueológicas na região de Canoas (entre as cidades de Assis e Ourinhos). Descontentes com a *pax iberica* apenas formalmente aceita pelos europeus, os bandeirantes paulistas passaram a atacar as reduções a fim de apresar índios para o trabalho escravo nas plantações de cana do litoral vicentino e das terras altas de Piratininga. Tais ataques resultaram na transferência das missões jesuíticas espanholas para centenas de quilômetros a jusante na calha do Rio Paraná, deixando o Paranapanema um deserto de índios por quase dois séculos. Neste momento, avento um fato curioso, afeito ao nome do rio: *parana'pane'ma* significa 'água grande azarada', 'água que não presta'. Como pode um rio extremamente rico em peixes não prestar? Por ter sido o caminho dos bandeirantes na rota da destruição da ordem jesuítica entre os guaranis? Talvez.

O repovoamento dos sertões do Paranapanema recrudescer no século XIX, quando as terras devolutas passaram a ser alvo da cobiça das novas frentes de posseiros. A imagem do índio seria considerada um dos piores desafios para eles, que se viam aterrorizados, atacados, roubados e até assassinados. Duas soluções foram viabilizadas: exterminar os índios ou catequizá-los. Tais atitudes travestiam, de fato, um outro objetivo: o esbulho das terras indígenas. Nesta época, três grupos marcavam presença nos sertões do Paranapanema:

- 1) Os kaingangs, conhecidos como coroados, que ocupavam as vertentes setentrionais da bacia.

2) Os guaranis, conhecidos como cauiás, que estavam percorrendo a bacia, na procura da 'terra-sem-mal'.

3) Os xavantes, ocupando os interflúvios entre os afluentes do Paranapanema.

Neste momento, pontuarei o caso do trecho médio como exemplo desta fase de contato, envolvendo índios e posseiros. É o caso de Piraju, onde o povoamento indígena pré-colonial ou guarani histórico tem efetiva participação na herança cultural da cidade. Sabe-se que dentre as nações indígenas do território brasileiro, os guaranis se destacam pela religiosidade e pelo misticismo. Egon Schaden os chamou de 'teólogos sul-americanos', haja vista os cento e cinquenta anos vividos nas missões jesuíticas, após a conquista ibérica (Clastres 1978). Isto tem um pouco a ver com a história da fundação de Piraju, que envolve uma imagem de São Sebastião pertencente a um grupo de índios aldeados.

O ato da fundação da cidade, perdido nas névoas dos meados do século passado (há quem diga que aconteceu em 20 de janeiro de 1862), foi certamente imbuído de algum espírito místico. Posseiros vindos do leste em busca de nova vida, depararam com hordas messiânicas guaranis vindas do oeste, na procura da mítica *yvy marane'y*, a 'terra sem mal, onde não mais se morre'. Um dos encontros foi na região onde é a cidade, na época conhecida pelos exploradores do sertão por Tijuco-Preto, corruptela da expressão indígena *teyque'pe'*, o 'caminho da entrada', a 'boca do sertão'. De fato, neste trecho, o Rio Paranapanema vence uma barreira de escarpas (cuestas arenito-basálticas), atravessando-as em estreito afunilamento, com um traçado sinuoso que acompanha as fraturas do basalto, sugerindo que, em alguns trechos, o rio corre 'para trás'.

As migrações messiânicas guaranis foram lentas e supervisionadas pela administração da província: acampamentos e aldeias foram implantados pelo caminho e, em pleno Tijuco-Preto, instalaram-se dois aldeamentos: o do Tijuco-Preto e o do *Pira'yu'* (Piraju), cujos patronos eram padres capuchinhos. *Pira'yu'*, em língua guarani, significa 'peixe-dourado', clara referência a um importante elemento da fauna ictiológica presente nos rios da região, o dourado (*Salminus maxilosus*). O amarelo dourado,

cor do sol, diferentemente do amarelo comum, tinha significado especial na mitologia guarani.

Os posseiros vinham do Tietê médio e do Sul de Minas Gerais e começaram a assentar-se na região, fundando os núcleos iniciais das cidades (o solo é de grande fertilidade). Sua base econômica era a agricultura, principalmente o plantio de cana-de-açúcar e algodão. Esses núcleos eram conhecidos como 'patrimônios'. Piraju nasceu desta forma, a partir de uma gleba doada por três famílias de posseiros – Arruda, Graciano e Faustino – onde foi levantada uma capela sob a invocação de São Sebastião.

Assim, as origens e o processo histórico de Piraju orbitam entre o sagrado e o profano. Entre uma antiga imagem de São Sebastião, presente dos capuchinhos aos índios, deles tomada pelos posseiros e por várias vezes recuperada (conforme descrito por Constantino Leman, historiógrafo local).

Hélène Clastres relata a versão indígena deste contato:

... Enquanto Guiracambi seguia as margens do Paranapanema, Nimbiarapoñi chegava pelo vale do Tietê até o oceano. Algum tempo depois convencendo-se da impossibilidade de atravessá-lo, acreditou haver localizado erroneamente a terra-sem-mal, que uma tradição diversa situava no centro da Terra: arrepiou caminho. No trajeto, uma epidemia de rubéola matou toda a sua gente, exceto duas pessoas. Ele acabou atravessando sozinho o Rio Paraná, sempre esperançoso de descobrir a terra-sem-mal. Morreu em 1905, no alto Ivaí. Seu sucessor, o pajé Tangará, conduziu de novo sua gente para leste: primeiro até o Rio Verde, e daí até Piraju, onde Nimuendajú conseguiu, em 1912, que os sobreviventes do grupo (trinta e três pessoas) se instalassem na Reserva de Araribá. No mesmo ano, Tangará morreu na reserva. O breve relato dessas migrações dos guaranis para a terra-sem-mal basta para mostrar, também aí, a originalidade de uma tradição religiosa que nem os maiores abalos conseguiram enfraquecer. Nenhum sincretismo existe aqui. E, ao contrário do que se dá com os movimentos messiânicos, não deparamos com nenhuma ressonância política: não se trata de revoltas; nenhuma reinvidicação política ou territorial acompanha ou provoca as migrações. É, ao contrário, e como antigamente, o abandono do território e a passagem à vida nômade."

Os descendentes dos guaranis contemporâneos da fundação de Piraju permanecem ainda hoje na Reserva de Araribá, hoje situada no Município de Avaí, proximidades de Bauru.

**Datações do Projeto Paranapanema\***

Cronologia dos estratos arqueológicos datados até dezembro de 2000										
Sítio	Descrição do estrato	Município	Sist. regional	Amostra	Estrato	Método	Ano a.C./d.C.	Processamento	Ano AP	Referência
Caçador	horizonte superficial (0,20 m) do estrato arqueológico 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Caçador	Itaí	Guarani	frag. de cerâmica	I a	termoluminescência	1780 d.C.	FATEC, 2000	220 ± 20	Morais, 2000
Panema	estrato arqueológico 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Panema	Campina M. Alegre	Guarani	colágeno de frag. de osso humano (urna I)	I	radiocarbono	1660 d.C.	BETA ANALYTIC, 2000	290 ± 40	Piedade, 2000
Mata Figueira	horizonte intermediário (0,40 m) do estrato arqueológico 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Mata da Figueira	Cândido Mota	Guarani	frag. de cerâmica	I	termoluminescência	1660 d.C.	FATEC, 2000	340 ± 35	Morais, 2000
Pajeú	horizonte superficial (0,20 m) do estrato arqueológico 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Pajeú	Cândido Mota	Guarani	frag. de cerâmica	I a	termoluminescência	1660 d.C.	FATEC, 2000	340 ± 35	Morais, 2000
Indaiaí	horizonte intermediário (0,30 m) do estrato arqueológico 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Indaiaí	Ibirama	Guarani	frag. de cerâmica	I	termoluminescência	1660 d.C.	FATEC, 2000	340 ± 35	Morais, 2000

(\*) Os anos AP (antes do presente) têm como ponto de partida o ano de 1950 para as datações radiocarbônicas; para as datações por termoluminescência ou luminescência opticamente estimulada, o ponto de partida será o ano do processamento da amostra pelo laboratório. Na conversão a.C / d.C. foram considerados esses parâmetros.



**Cronologia dos estratos arqueológicos datados até dezembro de 2000 (cont.)**

Sítio	Descrição do estrato	Município	Sist. regional	Amostra	Estrato	Método	Ano a.C / d.C	Processamento	Ano AP	Referência
Figueira	horizonte superficial (0,20 m) do estrato arqueológico 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Figueira	Cândido Mota	Guarani	frag. de cerâmica	I a	termoluminescência	1572 d.C.	FATEC, 2000	428 ± 50	Morais, 2000
Camargo	horizonte intermediário (0,30 m) do estrato arqueológico 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Camargo	Piraju	Guarani	frag. de cerâmica	I	termoluminescência	1530 d.C.	IF-USP, 1980	450 ± 40	Morais, 1980
Piracanjuba	horizonte superficial (0,20 m) do estrato arqueológico 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Piracanjuba	Piraju	Guarani	frag. de cerâmica (núcleo de solo antropogênico 1)	I a	termoluminescência	1520 d.C.	FATEC, 2000	480 ± 50	Morais, 2000
Almeida	horizonte superficial (0,10 m) do estrato arqueológico 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Almeida	Tejupá	Guarani	frag. de cerâmica	I a	termoluminescência	1502 d.C.	IF-USP, 1972	470 ± 50	Pallestrini, 1972
Bersi	horizonte intermediário (0,30 m) do estrato arqueológico 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Bersi	Tejupá	Guarani	frag. de cerâmica	I	termoluminescência	1480 d.C.	FATEC, 2000	520 ± 60	Morais, 2000
Campina	horizonte intermediário (0,20 m) do estrato arqueológico 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Campina	Campina M. Alegre	Guarani	frag. de cerâmica	I	termoluminescência	1460 d.C.	FATEC, 2000	540 ± 50	Morais, 2000

**Cronologia dos estratos arqueológicos datados até dezembro de 2000 (cont.)**

Sítio	Descrição do estrato	Município	Sist. regional	Amostra	Estrato	Método	Ano a.C / d.C	Processamento	Ano AP	Referência
Almeida	data média do estrato 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Almeida	Tejuπά	Guarani		1		1455 d.C.		515	Morais, 2000
Martins	horizonte intermediário (0,30 m) do estrato arqueológico 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Martins	Campos Nov. Pta.	Guarani	frag. de cerâmica	1	termoluminescência	1420 d.C.	FATEC, 2000	580 ± 60	Morais, 2000
Almeida	horizonte subsuperficial (0,30 m) do estrato arqueológico 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Almeida	Tejuπά	Guarani	frag. de cerâmica	1b	termoluminescência	1412 d.C.	IF-USP, 1972	560 ± 60	Pallestrini, 1972
Marolo	horizonte intermediário (0,20 m) do estrato arqueológico 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Marolo	Cândido Mota	Guarani	frag. de cerâmica	1	termoluminescência	1404 d.C.	FATEC, 1998	594 ± 60	Morais, 2000
Pajeú	data média do estrato 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Pajeú	Cândido Mota	Guarani	-	1	-	1393 d.C.		607	Morais, 2000
Figueira	data média do estrato 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Figueira	Cândido Mota	Guarani	-	1	-	1376 d.C.		624	Morais, 2000

**Cronologia dos estratos arqueológicos datados até dezembro de 2000 (cont.)**

Sítio	Descrição do estrato	Município	Sist. regional	Amostra	Estrato	Método	Ano a.C / d.C	Processamento	Ano AP	Referência
Piapara	horizonte intermediário (0,20 m) do estrato arqueológico 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Piapara	Piraju	Guarani	frag. de cerâmica	1	termoluminescência	1290 d.C.	FATEC, 2000	710 ± 70	Morais, 2000
Neves	horizonte intermediário (0,20 m) do estrato arqueológico 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Neves	Iepê	Guarani	frag. de cerâmica	1	termoluminescência	1243 d.C.	FATEC, 1998	755 ± 80	Faccio, 1998
Figueira	horizonte subsuperficial (0,50 m) do estrato arqueológico 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Figueira	Cândido Mota	Guarani	frag. de cerâmica	1b	termoluminescência	1180 d.C.	FATEC, 1998	820 ± 80	Morais, 2000
Colina	horizonte intermediário (0,20 m) do estrato arqueológico 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Colina	Piraju	Guarani	frag. de cerâmica	1	termoluminescência	1130 d.C.	FATEC, 2000	870 ± 90	Morais, 2000
Pajeú	horizonte subsuperficial (0,40 m) do estrato arqueológico 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Pajeú	Cândido Mota	Guarani	frag. de cerâmica	1b	termoluminescência	1125 d.C.	FATEC, 1998	875 ± 90	Morais, 2000
Nunes	horizonte intermediário (0,20 m) do estrato arqueológico 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Nunes	Piraju	Guarani	frag. de cerâmica	1	termoluminescência	1108 d.C.	IF-USP, 1987	880 ± 90	Pallestrini, 1988

**Cronologia dos estratos arqueológicos datados até dezembro de 2000 (cont.)**

Sítio	Descrição do estrato	Município	Sist. regional	Amostra	Estrato	Método	Ano a.C./ d.C.	Processamento	Ano AP	Referência
Peroba	horizonte intermediário (0,30 m) do estrato arqueológico 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Peroba	Cândido Mota	Guarani	frag. de cerâmica	1	termoluminescência	1083 d.C.	FATEC, 1998	917 ± 100	Morais, 2000
Alvim	horizonte superficial (0,20 m) do estrato arqueológico 2, Sistema Regional Guarani no Sítio Alvim	Pirapozinho	Guarani	frag. de cerâmica	2a	termoluminescência	1081 d.C.	IF-USP, 1987	906 ± 90	Kunzli, 1987
Alvim	data média do estrato 2, Sistema Regional Guarani no Sítio Alvim	Pirapozinho	Guarani	-	2	-	1045 d.C.	-	942	Morais, 2000
Almeida	horizonte intermediário (0,50 m) do estrato arqueológico 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Almeida	Tejupá	Guarani	carvão de fogueira	2	radiocarbono	1020 d.C.	GIF, 1972	930 ± 100	Pallestrini, 1972
Alves	horizonte superficial (0,30 m) do estrato arqueológico 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Alves	Piraju	Guarani	frag. de cerâmica	1a	termoluminescência	1015 d.C.	IF-USP, 1970	955 ± 100	Pallestrini, 1970
Alves	horizonte superficial (0,30 m) do estrato arqueológico 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Alves	Piraju	Guarani	frag. de cerâmica	1a	termoluminescência	1010 d.C.	IF-USP, 1970	960 ± 100	Pallestrini, 1970

**Cronologia dos estratos arqueológicos datados até dezembro de 2000 (cont.)**

Sítio	Descrição do estrato	Município	Sist. regional	Amostra	Estrato	Método	Ano a.C./d.C.	Processamento	Ano AP	Referência
Alvim	horizonte subsuperficial (0,40 m) do estrato arqueológico 2, Sistema Regional Guarani no Sítio Alvim	Pirapozinho	Guarani	frag. de cerâmica	2b	termoluminescência	1009 d.C.	IF-USP, 1987	978 ± 100	Kunzli, 1987
Fonseca	estrato arqueológico 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Fonseca	Itapeva	Guarani	frag. de cerâmica (urna 1)	1	termoluminescência	1000 d.C.	IF-USP, 1970	970 ± 100	Pallestrini, 1970
Jango Luís	horizonte superficial (0,10 m) do estrato arqueológico 2, Sistema Regional Guarani no Sítio Jango Luís	Campina M. Alegre	Guarani	frag. de cerâmica	1a	termoluminescência	990 d.C.	IF-USP, 1970	980 ± 100	Pallestrini, 1970
Fonseca	estrato arqueológico 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Fonseca	Itapeva	Guarani	frag. de cerâmica (urna 1)	1	termoluminescência	960 d.C.	IF-USP, 1970	1.010 ± 100	Pallestrini, 1970
Alves	data média do estrato 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Alves	Piraju	Guarani		1	-	949 d.C.	-	1.021 ± 100	Pallestrini, 1970
Camargo	horizonte intermediário (0,50 m) do estrato arqueológico 2, Sistema Regional Guarani no Sítio Camargo	Piraju	Guarani	carvão de fogueira	2	radiocarbono	920 d.C.	LFR-MONACO, 1976	1.030 ± 100	Morais, 1980
Camargo 2	horizonte intermediário (0,40 m) do estrato arqueológico 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Camargo 2	Piraju	Guarani	frag. de cerâmica	1	termoluminescência	918 d.C.	IF-USP, 1987	1.070 ± 100	Morais, 1988

**Cronologia dos estratos arqueológicos datados até dezembro de 2000 (cont.)**

Sítio	Descrição do estrato	Município	Sist. regional	Amostra	Estrato	Método	Ano a.C./ d.C.	Processamento	Ano AP	Referência
Ragil 2	horizonte intermediário (0,30 m) do estrato arqueológico 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Ragil 2	Iepê	Guarani	frag. de cerâmica	1	termoluminescência	905 d.C.	FATEC, 2000	1.093 ± 100	Facco, 1998
São Roque	horizonte intermediário (0,30 m) do estrato arqueológico 1, Sistema Regional Guarani no Sítio São Roque	Angatuba	Guarani	frag. de cerâmica	1	termoluminescência	900 d.C.	FATEC, 2000	1.100 ± 110	Afonso, 2000
Fonseca	data média do estrato 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Fonseca	Itapeva	Guarani	-	1	-	894 d.C.	-	1.076	Pallestrini, 1970
Fonseca	estrato arqueológico 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Fonseca	Itapeva	Guarani	frag. de cerâmica (urna 1)	1	termoluminescência	870 d.C.	IF-USP, 1970	1.100 ± 100	Pallestrini, 1970
Fonseca	estrato arqueológico 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Fonseca	Itapeva	Guarani	frag. de cerâmica (urna 1)	1	termoluminescência	860 d.C.	IF-USP, 1970	1.110 ± 110	Pallestrini, 1970
Quatis	horizonte intermediário (0,30 m) do estrato arqueológico 1, Sistema Regional Kaingang no Sítio Quatis	Itapeva	Kaingang	frag. de cerâmica	1	termoluminescência	840 d.C.	FATEC, 2000	1.160 ± 110	Araújo, 2000
Alves	horizonte subsuperficial (0,50 m) do estrato arqueológico 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Alves	Piraju	Guarani	frag. de cerâmica	1b	termoluminescência	820 d.C.	IF-USP, 1970	1.150 ± 100	Pallestrini, 1970

**Cronologia dos estratos arqueológicos datados até dezembro de 2000 (cont.)**

Sítio	Descrição do estrato	Município	Sist. regional	Amostra	Estrato	Método	Ano a.C./d.C.	Processamento	Ano AP	Referência
Fonseca	estrato arqueológico 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Fonseca	Itapeva	Guarani	frag. de cerâmica (urna 1)	1	termoluminescência	780 d.C.	IF-USP, 1970	1.190 ± 120	Pallestrini, 1970
Jango Luís	data média do estrato 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Jango Luís	Campina M. Alegre	Guarani	-	1	-	710 d.C.	-	1.260	Pallestrini, 1975
Gasbol 8	horizonte intermediário (0,30 m) do estrato arqueológico 1, Sistema Regional Kaingang no Sítio Gasbol 8	Itapeva	Kaingang	frag. de cerâmica	1	termoluminescência	460 d.C.	FATEC, 2000	1.540 ± 150	Araújo, 2000
Almeida	horizonte superficial (0,65 m) do estrato arqueológico 3, Sistema Regional Umbu no Sítio Almeida	Tejupá	Umbu	carvão de fogueira	3 a	radiocarbono	450 d.C.	GIF, 1972	1.500 ± 150	Pallestrini, 1972
Jango Luís	horizonte subsuperficial (0,10 m) do estrato arqueológico 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Jango Luís	Campina M. Alegre	Guarani	frag. de cerâmica	1b	termoluminescência	430 d.C.	IF-USP, 1970	1.540 ± 150	Pallestrini, 1970
Almeida	data média do estrato 3, Sistema Regional Humaitá no Sítio Almeida	Tejupá	Guarani	-	3	-	350 d.C.	-	1.600	Morais, 2000
Ragil	horizonte intermediário (0,30 m) do estrato arqueológico 1, Sistema Regional Guarani no Sítio Ragil	Iepê	Guarani	frag. de cerâmica	1	termoluminescência	338 d.C.	FATEC, 1998	1.660 ± 170	Faccio, 1998

**Cronologia dos estratos arqueológicos datados até dezembro de 2000 (cont.)**

Sítio	Descrição do estrato	Município	Sist. regional	Amostra	Estrato	Método	Ano a.C./d.C.	Processamento	Ano AP	Referência
Almeida	horizonte subsuperficial (0,75 m) do estrato arqueológico 4, Sistema Regional Umbu no Sítio Almeida	Tejupá	Umbu	carvão de fogueira	3b	radiocarbono	250 d.C.	GIF, 1972	1.700 ± 170	Pallestrini, 1972
Panema	estrato arqueológico 2, Sistema Regional Guarani no Sítio Panema	Campina M. Alegre	Guarani	frag. de cerâmica	2	termoluminescência	30 a.C.	FATEC, 2000	2.030 ± 200	Afonso, 2000
Camargo	horizonte intermediário (0,90 m) do estrato arqueológico 3, Sistema Regional Umbu no Sítio Camargo	Piraju	Umbu	carvão de fogueira	3	radiocarbono	110 a.C.	LFR-MÓNACO, 1976	2.060 ± 200	Morais, 1980
Almeida	horizonte intermediário (1,20 m) do estrato arqueológico 4, Sistema Regional Umbu no Sítio Almeida	Tejupá	Umbu	areia queimada	4	termoluminescência	428 a.C.	GIF, 1972	2.400 ± 240	Pallestrini, 1972
Almeida	horizonte intermediário (1,20 m) do estrato arqueológico 5, Sistema Regional Umbu no Sítio Almeida	Tejupá	Umbu	carvão de fogueira	5	radiocarbono	1650 a.C.	GIF, 1972	3.600 ± 360	Pallestrini, 1972
Brito	profundidade: 0,30 m	Sarutaiá	-	carvão de fogueira	-	radiocarbono	1980 a.C.	GIF, 1983	3.930 ± 60	Vilhena-Vialou, 1983
Brito	profundidade: 0,30 m	Sarutaiá	-	carvão de fogueira	-	radiocarbono	2310 a.C.	GIF, 1983	4.260 ± 60	Vilhena-Vialou, 1983



**Cronologia dos estratos arqueológicos datados até dezembro de 2000 (cont.)**

Sítio	Descrição do estrato	Município	Sist. regional	Amostra	Estrato	Método	Ano a.C./ d.C.	Processamento	Ano AP	Referência
Camargo	horizonte intermediário (1,50 m) do estrato arqueológico 4, Sistema Regional Umbu no Sítio Camargo	Piraju	Umbu	carvão de fogueira	4	radiocarbono	2700 a.C.	LFR-MÓNACO, 1976	4.650 ± 450	Morais, 1980
Brito	profundidade: 0,69 m	Sarutaiá	-	carvão de fogueira	-	radiocarbono	3130 a.C.	GIF, 1983	5.080 ± 60	Vilhena-Vialou, 1983
Lambari	horizonte profundo (1,30 m) do estrato arqueológico 1, Sistema Regional Umbu no Complexo Pintado-Lambari	Piraju	Umbu	paleossolo arenoso	1	luminescência opticamente estimulada	4050 a.C.	FATEC, 2000	6.050 ± 600	Morais, 2000
Pintado	horizonte profundo (1,40 m) do estrato arqueológico 1, Sistema Regional Umbu no Complexo Pintado-Lambari	Piraju	Humaitá	paleossolo arenoso	1	luminescência opticamente estimulada	4350 a.C.	FATEC, 2000	6.350 ± 650	Morais, 2000
Brito	profundidade: 0,60 m	Sarutaiá	-	carvão de fogueira	-	radiocarbono	5070 a.C.	GIF, 1983	7.020 ± 70	Vilhena-Vialou, 1983

MORAIS, J.L. Topics on Landscape Archaeology. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 3-30, 2000.

**ABSTRACT:** Relations between archaeology and geography, defined as landscape archaeology, are emphasized in this article. Archaeological investigations in Paranapanema River Basin, called Paranapanema Project, São Paulo State, reinforce this interdisciplinary approach. A glossary of technical terms is discussed.

**UNITERMS:** Brazilian archaeology – Paranapanema Project – Landscape archaeology.

### Referências bibliográficas

- AB'SÁBER, A.N.  
1989 Páleo-Climas Quaternários e Pré-História da América Tropical. *Dédalo*, São Paulo, publicação avulsa 1: 9-25.
- AFONSO, M.C.  
1995 *Caçadores-coletores pré-históricos: estudo geoarqueológico da bacia do Ribeirão do Queimador (médio Tietê, SP)*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP.
- ASHMORE, W.; BERNARD KNAPP, A. (Eds.)  
1999 *Archaeologies of landscape. Contemporary perspectives*. Oxford: Blackwell Publ.
- BROCHADO, J.P.  
1984 *An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture in Eastern South America*. Ph.D. Thesis, Urbana-Champaign, University of Illinois.
- BROWN, A.G.  
1997 *Alluvial geoarchaeology. Floodplain archaeology and environmental change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CALDARELLI, S.B.  
1983 *Lições da Pedra. Aspectos da ocupação pré-histórica no médio vale do Rio Tietê*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP.
- CHMYZ, I.  
1972 *Pesquisas paleoetnográficas efetuadas no vale do Rio Paranapanema, Paraná, São Paulo*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP.  
1982 Estado Atual das Pesquisas Arqueológicas na Margem Esquerda do Rio Paraná (Projeto Arqueológico Itaipu). *Estudos Brasileiros*, Curitiba, 8 (13): 5-39.
- CLASTRES, H.  
1978 *Terra Sem Mal*. O profetismo tupi-guarani. São Paulo: Brasiliense.
- De BLASIS, P.A.D.  
2000 Resgate Arqueológico no Traçado do Gasoduto Brasil-Bolívia no Estado de São Paulo. Relatório Final, MAE-USP.
- DINCAUZE, D.F.  
2000 *Environmental Archaeology. Principles and practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HOELTZ, S.E.  
1997 Artesãos e artefatos pré-históricos do Vale do Rio Pardo. Santa Cruz do Sul: Edunisc.
- MARANCA, S.  
1969 Dados preliminares sobre a arqueologia do Estado de São Paulo. *Pronapa* 3 (1967/1968), Publicações Avulsas, Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi, 13: 133-142.
- MELLO ARAUJO, A.G.  
1994 *Levantamento arqueológico da área do alto Taquari, Estado de São Paulo, com ênfase na abordagem dos sítios líticos*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH-USP.
- MENTZ RIBEIRO, P.A.  
1990 A Tradição Umbu no Sul do Brasil. Anais da V Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira. *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, 17 (20): 129-151.
- MORAIS, J.L.  
1981 Os artefatos em sílex de Santa Bárbara [1982] d'Oeste, SP. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, 28: 101-114.  
1983 *A utilização dos afloramentos litológicos pelo homem pré-histórico brasileiro: análise do tratamento da matéria-prima*. Coleção Museu Paulista, Arqueologia, São Paulo, volume 7.  
1999a *Perspectivas geoambientais da Arqueologia do Paranapanema paulista*. Tese de Livre-Docência, MAE-USP.

- 1999b A Arqueologia e o fator geo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 9: 3-22.
- 2000 Estudo do patrimônio arqueológico, histórico-cultural e paisagístico da Linha de Transmissão Itaberá/Tijuco-Preto. Plano de Trabalho, MAE-USP.
- NOELLI, F.S.
- 1993 *Sem teho'ha' não há teko' (Em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do Rio Jacuí, RS)*. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre.
- PALLESTRINI, L.
- 1975 *Interpretação de estruturas arqueológicas em sítios do Estado de São Paulo*. Coleção Museu Paulista, Série de Arqueologia, 1.
- SCHMIDT DIAS, A.
- 1994 *Repensando a Tradição Umbu a partir de um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre, IFCH-PUCRS.
- SCHMITZ, P.I.
- 1981 Industrias líticas en el sur de Brasil. *Pesquisas, Antropologia*, 32: 107-130.
- SOARES, A. L.
- 1997 *Guarani. Organização Social e Arqueologia*. Porto Alegre: Edipucrs.

Recebido para publicação em 15 de dezembro de 2000.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE UM ENTERRAMENTO GUARANI: ALTERAÇÕES E HIPÓTESES ETNO- HISTÓRICAS\*

*Silvia Cristina Piedade\*\**

*André Luis R. Soares\*\*\**

PIEDADE, S.C.; SOARES, A.L.R. Considerações sobre um enterramento Guarani: alterações e hipóteses etno-históricas. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 31-68, 2000.

**RESUMO:** Durante o tratamento curatorial de ossada humana Guarani, foram detectadas diversas alterações nos ossos, como marcas de cortes, sulcos, faixas raspadas, depressões e queima. Devido à ausência de estudos ou notícias de material semelhante, na arqueologia brasileira, baseamos os procedimentos analíticos na bibliografia internacional. Como resultado, obtivemos que parte das alterações foram provocadas antropicamente e, com exceção das marcas de descarnamento, foram feitas em ossos já desidratados ou secos.

Para entender a ocorrência de tais alterações, foram levantadas, a partir de fontes históricas e etnográficas, algumas possibilidades de interpretação, que não podem ser tomadas como definitivas em nível de analogia direta e sim como base para especulações futuras.

As principais dificuldades encontradas foram a ausência, no Brasil, de coleções experimentais de referência e a escassez e fragmentação dos dados na bibliografia etno- histórica relativa a rituais e destino de ossadas humanas.

**UNITERMOS:** Bioantropologia – Etno-História – Guarani – Ossos humanos – Alterações.

O material ósseo humano, objeto deste artigo, deu entrada no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo em dezembro de 1999, vindo do Centro Regional de Arqueologia Ambiental, base operacional

(\*) Trabalho desenvolvido no Projeto “Arqueologia da Paisagem, Cenas do Paranapanema Paulista: da pré-história ao ciclo do café” – ProjPar, coordenado pelo Prof. Dr. José Luiz de Moraes e financiado pela FAPESP.

(\*\*) ProjPar – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

(\*\*\*) Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria, RS.

do MAE- USP situado em Piraju, onde estava depositado desde o seu achado, em outubro do mesmo ano.

Consta de um indivíduo enterrado em uma vasilha cerâmica, que foi utilizada como urna funerária. Foi encontrado e exumado por não arqueólogos, no Sítio Arqueológico Panema, localizado na Fazenda Prados do Panema, nos arredores de Campina do Monte Alegre, SP (Fig. 1).

Posteriormente ao achado, a equipe do projeto, sob a Coordenação de Marisa Coutinho Afonso, fez duas visitas ao sítio, ocasião em que foram realizadas sondagens para sua delimitação, coleta de material para datação,



*Fig. 1 – Augusto Rua Pinto Guedes e urna funerária, na ocasião em que foi encontrada (foto de autoria desconhecida, gentilmente cedida pela Prefeitura de Campina do Monte Alegre, SP).*

além da obtenção das coordenadas UTM do local (22 K, 755.715 e 7387. 730). Trata-se de uma aldeia de agricultores ceramistas, ocupando o topo e meia encosta de colina suave (Fig. 2), apresentando as tradicionais manchas de solo antropogênico. Não foi realizado, até o momento, nenhum tipo de intervenção arqueológica, entretanto, a escavação sistemática no sítio está prevista em projeto futuro que se encontra em fase de elaboração pelos mesmos coordenadores.

A urna funerária está exposta no Centro Cultural de Campina do Monte Alegre, e a tampa permanece em depósito na base operacional de Piraju, para onde foi encaminhada para tratamento e reconstituição pelo técnico João Carlos Alves (Fig.3).

Ao iniciarmos os trabalhos de tratamento e análise no material, constatamos que os ossos apresentavam uma série de alterações que os diferenciavam dos outros indivíduos que inventariamos no âmbito do Projeto (Piedade 1998, 1999). Percorremos a bibliografia arqueológica brasileira e não encontramos nenhum relato de ocorrência semelhante. Por isso, as

alterações presentes nos ossos, extremamente intrigantes, direcionaram a busca de análises específicas, além do rotineiro inventário descritivo do material. Para tanto, elaboramos algumas questões que foram usadas como ponto de partida:

1. Seriam alterações tafonômicas ou de ação antrópica?
2. Em que época foram provocadas? Antes, durante ou após a morte do indivíduo?
3. Se antrópicas, estão ligadas a algum tipo de ritual?
4. Em que seqüência ocorreram as alterações?
5. Qual o sexo do indivíduo? Há relação com as alterações?
6. A falta de referência na bibliografia arqueológica sobre ossos humanos com alterações semelhantes é por se tratar de ocorrência única ou por terem passado despercebidas?

Para tentar responder tais questões, entramos em contato com diversos profissionais com o objetivo de encaminhar algumas análises específicas, cujos dados preliminares estamos apresentando neste trabalho. Estamos cientes da necessidade de verticalização das informações, tanto as de análise das alterações como, principalmente, as relacionadas com o contexto do achado, no sentido de conhecer e entender as relações sociais em que esteve inserido.

É nosso objetivo, neste trabalho, apresentar os procedimentos analíticos adotados e mostrar a importância de como um exame mais detalhado e cuidadoso de alterações em ossos humanos pode nos fornecer um potencial de informações, muitas vezes negligenciado. Além de análises como a de DNA para determinação do sexo do indivíduo e de datação pela extração do colágeno, que segundo consta, estão sendo usadas pela primeira vez na arqueologia brasileira, levantamos algumas hipóteses de possibilidades de interpretações etno-históricas, baseadas nos documentos relativos aos sécs. XVI ao XVIII.

Desta forma, este artigo é apresentado em duas partes distintas: a primeira trata da análise e descrição das alterações presentes no material esquelético encontrado; no segundo momento, levantamos hipóteses e possíveis interpretações para as alterações registradas. É necessário que esta divisão exista pelo caráter das análises, em um primeiro instante descritivas, que resultou em conclusões que geraram outras questões interpretáveis somente a partir de especulações etno-históricas. Se a primeira parte do trabalho é analítica, a segunda é hipotética, razão pela qual não foram aglutinadas.



*Fig. 2 – Vista do Sítio Panema, orientação NS. Em segundo plano, a árvore que fica próxima ao local onde foi encontrada a urna. Foto de Marisa Coutinho Afonso.*

### **Procedimentos analíticos**

Iniciamos pela limpeza do material com escova macia e água para a retirada do sedimento impregnante. As partes que se apresentavam erodidas ou com ausência do tecido ósseo compacto, expondo o tecido esponjoso, foram delicadamente escovadas a seco.

Em seguida, encaminhamos as três etapas de triagem. A primeira consistiu no reconhecimento e agrupamento dos ossos pelas partes anatômicas, isto é, fragmentos de crânio, de costelas, ossos longos etc. e identificação de lateralidade. Na segunda, identificamos os ossos principais que apresentavam as alterações (sulcos, depressões, faixas raspadas) e na terceira triagem os pequenos fragmentos (> 1cm) pelas características anatômicas e cor de queima. Uma vez triados, passamos à reconstituição provisória do que foi possível e, posteriormente, para a definitiva, utilizando cola branca *PH Neutral Adhesive*.

Os ossos foram identificados com a sigla do sítio (Pa-1) e numerados para facilitar a referência: cada parte anatômica recebeu um número e seus diversos fragmentos letras (por exemplo, o crânio recebeu o nº 1 e seus fragmentos 1A, 1B, 1C; a mandíbula o nº 2 e seus fragmentos 2A, 2B etc.)

Cada peça foi analisada com lente de aumento manual sob iluminação incandescente. Segundo Bunn 1982 (*apud* White 1992), a iluminação fluorescente é difusa, subdividindo detalhes topográficos, fundamentais na interpretação das alterações na superfície do osso. Constatamos a veracidade desta afirmação, verificando que várias alterações, não perceptíveis sob iluminação fluorescente, se tornavam claramente visíveis na iluminação incandescente. Posteriormente foi utilizada lupa binocular para auxiliar na caracterização das alterações, construindo-se uma 'classificação paradigmática', conforme proposto por Dunnell (1971).

Fizemos ainda observações de detalhes das alterações no sistema de análise óptico e tratamento digital de imagem *Leika Q 550 IW*, marca *Zeiss Stemi Sv 11*.<sup>1</sup> Elaboramos o inven-

(1) Equipamento do Projeto de Apoio à Infra-Estrutura de Pesquisa – Modernização do Laboratório de Sedimentologia/Processo Fapesp 1997/10669-0), sob a responsabilidade de Paulo César Fonseca Giannini, do Instituto de Geociências da USP, a quem agradecemos a disponibilização do equipamento.



tário dos ossos, no qual aproveitamos para incluir os dados levantados relativos à quebra (Mello 1999 e White 1992), queima (Shipman, Foster e Shoeninger 1984; Machado 1990 e Stiner, Kuhn, Weiner, Bar-Yosef 1995), além de mapeamento das alterações para melhor visualização dos dados. Tomamos as dimensões dos ossos, comprimento e largura máximos, apenas para referência.

Encaminhamos o material para as seguintes análises: exame de DNA para determinação de sexo do indivíduo e para datação pela técnica de "Spectrometria por Acelerador de Massa (AMS)" no Laboratório *Beta Analytic Inc.*, Miami, Flórida, USA.

Documentamos fotograficamente todo o material, em seus aspectos gerais e em detalhes, tendo em vista o registro curatorial. Além disso, a fotografia foi utilizada como método de análise, considerando a projeção de luz para o registro das alterações.<sup>2</sup>

### As vasilhas

Em relação às formas, as vasilhas podem pertencer tanto a grupos historicamente definidos como Tupinambás ou como Guarani. A classificação destas vasilhas pode ser realizada sob distintas óticas, oriundas de diferentes momentos da arqueologia brasileira. Segundo a "Terminologia do PRONAPA" (1976), trata-se de duas vasilhas pertencentes à Tradição Tupiguarani, do tipo corrugado. Segundo Brochado (1984) estas mesmas vasilhas podem ser classificadas como Tradição Policrômica Amazônica, Subtradição Guarani.

A vasilha que serviu de tampa tem forma de semi-esfera, com tratamento de superfície corrugada, sem pinturas. A vasilha que serviu de urna tem a forma de duplo cone, sendo o cone superior seccionado, não possuindo borda, com tratamento de superfície corrugada (Fig.3).

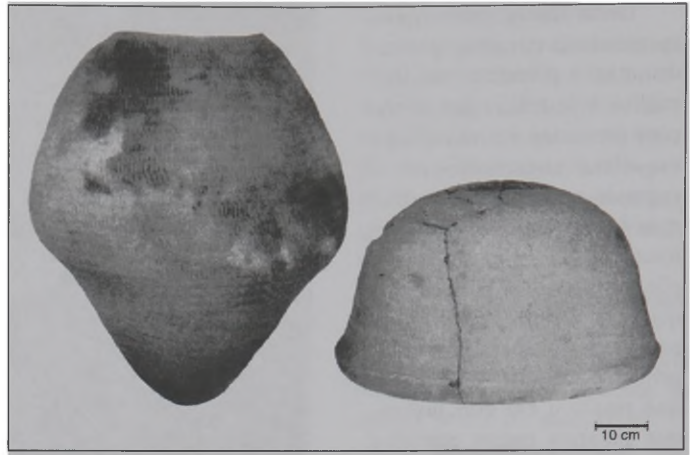


Fig. 3 – Vasilhas cerâmicas utilizadas como urna funerária.

É útil a apreciação realizada por Brochado, por meio de contato eletrônico, sobre as formas das vasilhas:

"A tampa me parece a forma usual do *ñaetá* que existe tanto no Guarani como no Tupinambá, apesar de muito arredondada. Verifica porém se o perímetro da boca é muito ovalado, se interiormente a borda é muito reforçada e se exteriormente a superfície plana apresenta pintura, o que seriam características que apontariam para o Tupinambá, especialmente a pintura (desenhos). A panela parece que está com a borda quebrada toda ao redor. Se a borda era extrovertida poderia ser um *yapepó* Guarani apesar de meio esquisito; se não, é uma vasilha Tupinambá característica do sul de São Paulo (bacia do rio Pardo) aparece nos trabalhos do velho Pereira Jr. e se aproxima também das grandes urnas Caiapó daquela região. Na cerâmica Guarani não há vasilhas ovóides assim com a borda introvertida e com o diâmetro maior tão em baixo. A Pallestrini ilustra várias assim dos sítios Tupinambá. É possível que na fronteira Guarani/Tupinambá a cerâmica tivesse elementos tanto de uns como de outros. Mesmo inimigos, devem ter tido muitos contatos durante muito tempo. Scatamacchia diz que no vale do Ribeira do Iguape encontrou coisa parecida (mas nunca publicou). Seria a cerâmica do Tupiniquim cf representada por Staden (tigelas características Tupinambá, jarras ou talhas muito próximas das Guarani). (Brochado, mensagem eletrônica, 22/07/00)

No caso tratado, a forma da boca é arredondada, a borda reforçada externamente e ausência de pintura interna, o que poderia levar à conclusão de ser um *ñaetá* Guarani, ou tigela de cozinhar, segundo o vocabulário

(2) As fotografias são de autoria de Wagner Souza e Silva, do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

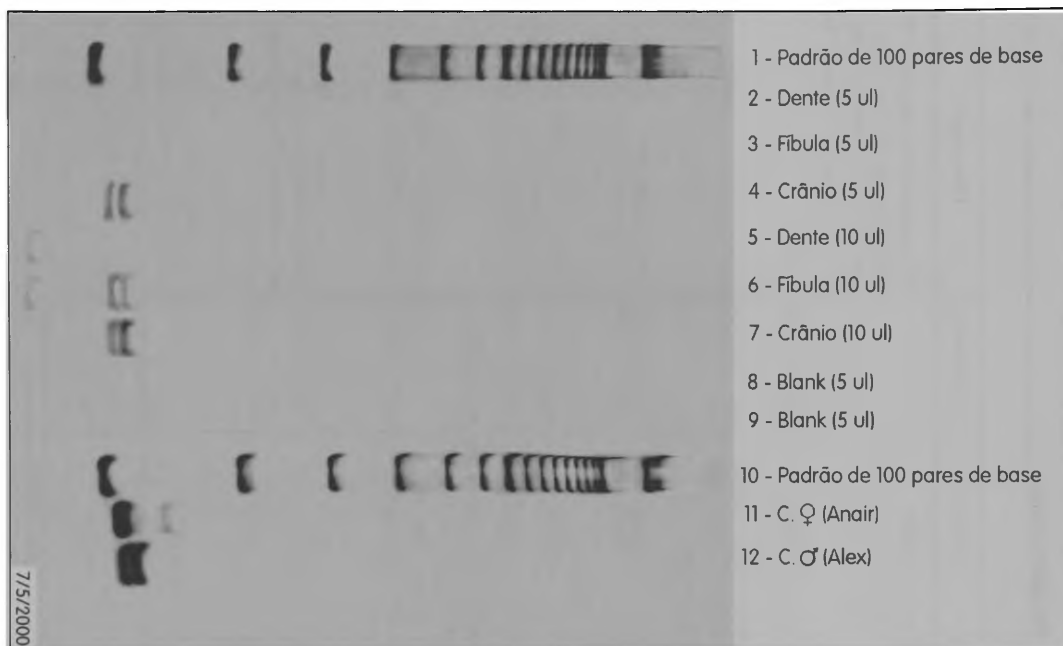


Fig.4 – Determinação do sexo através do locus amelogenina resultando em perfil masculino (XY). Note na coluna n° 7 (crânio) o resultado idêntico à coluna n° 12 (♂ - Alex).

etno-histórico de Brochado colhido a partir das informações dos dicionários de Montoya.

Com relação à panela maior, uma vez que a borda está quebrada, não se poderia realizar conclusões diretas, mas pode-se imaginar que, se a tampa é tipicamente uma forma Guarani, o mesmo se deve dizer a respeito da urna, embora a cintura esteja abaixo da metade da altura, o que é pouco usual nas formas de *Yapepó* Guarani.

É interessante observar também que, no caso da panela maior, sua forma cônica, presente tanto em Guaranis como Tupi-nambás, não pode ser utilizada como critério de exclusão para a forma. Em contrapartida, não se descarta nem a hipótese de contato interétnico (através de fronteira espaço-cultural) nem de influências mútuas sobre as formas das vasilhas.

#### Inventário e levantamento das alterações

Na Tabela 1, apresentamos o inventário do material, com o número e uma breve descrição dos ossos. Acrescentamos os dados de quebra, queima, sulcos, faixas

raspadas e depressões, além de um campo para observações onde constam informações complementares.

#### DNA

A determinação do sexo através do locus *amelogenina* resultou perfil masculino (XY). A extração do DNA foi efetuada pelo método fenol-clorofórmio. A amostra contendo DNA foi submetida ao processo de amplificação pelo método da PCR (Reação de Cadeia Polimerase). Os produtos de amplificação foram caracterizados após separação eletroforética em gel de poliacrilamida e corado por técnica de precipitação com prata.<sup>3</sup> (Fig. 4).

(3) Este ensaio foi realizado por Akimi Mori Honda, Kazuo Umeda Iwasa e Massato Yamaguchi, sob a orientação de Mário Hirata, responsável pelo Laboratório de Biologia Molecular Aplicada do Departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo, aos quais agradecemos.



**TABELA 1 - Inventário e levantamento das alterações**

Alterações								
Nº	Osso	Descrição	Quebra	Queima	Sulcos	Outras	Dimensões	Observação
1A	Crânio	Frag. de parietal artic. com frag. de occipital	Antiga	SIM. Gretas de contração. Cor: manchas escuras e claras alternadas (10YR 4/4 e 10YR 8/2 ( 285°C a 525°C)	NÃO	NÃO	9,3 x 6,8cm	O material foi usado para determinação de sexo pelo exame de DNA (abril/2000) e para a datação (julho/2000)
1B	Crânio	Frag. de parietal E	Antiga	SIM. Gretas de contração e descamação. Cor: idem 1A	NÃO	NÃO	4,6 x 2,7cm	
1C	Crânio	Frag. não identif.	Antiga	SIM. Com descamação. Manchas escuras e claras, alternadas; cor predominante: 10YR 7/4: ~185°C	NÃO	SIM. Faixa raspada de 0,25 x 2cm (em depressão)	3,9 x 3,1cm	
1D	Crânio	Frag. não identif.	Antiga	SIM. Gretas de contração e descamação. Cor predom.: 10YR 7/4: ~185°C	NÃO	NÃO	4,2 x 3,2cm	
1E	Crânio	Frag. não identif.	Antiga	SIM. Gretas de contração e descamação. Cor predominante: 7YR 6/4: ~360° C	NÃO	NÃO	6,2 x 4,7cm	
1F	Crânio	Frag. de occipital	Antiga e recente	SIM. Gretas de contração e descamação. Cor predominante: 7,5YR 7/4 ou 10YR 8/4: ~185°C	NÃO	SIM. Faixa raspada (em depressão) 1,3x0,3 cm = ao frag. 1C	3,0 x 2,1cm	
1G	Crânio	Frag. não identif.	Antiga e recente	SIM. Leve descamação. Cor predominante: 7,5YR 7/4 ou 10YR 8/4: ~185°C	SIM, na superf. endocraniana (paralelos e cruzados)	NÃO	2,2 x 1,6cm	Provavelmente os sulcos provocaram a fragmentação do osso
1H	Crânio	Frag. não identif.	Antiga e recente	SIM. Leve. Cor: 10YR 7/6: ~185°C	SIM, finos e longos na superfície endocraniana. Bem marcados, paralelos, em "V" ou se superpondo, próximos à fragment.	NÃO	4,9 x 3,6cm	
1I	Crânio	Frag. não identif.	Antiga e recente	SIM. Cor predom.: 10YR 5/6: ~525°C	NÃO	NÃO	4,6 x 3,0cm	
1J	Crânio	Frag. não identif.	Antiga	NÃO	NÃO	NÃO	3,1 x 2,3cm	
1L	Crânio	Frag. não identif.	Recente	NÃO	NÃO	NÃO		

**TABELA 1 - Inventário e levantamento das alterações (cont.)**

Nº	Osso	Descrição	Quebra	Alterações				Observação
				Queima	Sulcos	Outras	Dimensões	
1M	Crânio	26 frag. não identif.	-	SIM. Superfície exocraniana = > 285°C e superfície endocraniana = < 185°C	NÃO	NÃO	1 a 3 cm	Superfície exocraniana mais queimada que a superfície endocraniana
2A	Mandíbula	Frag. de ramo E	Antiga	SIM, c/ rachaduras e queima próx. ao côndilo. Cor: 10YR 8/4 (~185°C) e próximo ao côndilo 7YR 6/6 (> 185°C)	SIM, simples, finos paralelos, na porção anterior do osso	NÃO	8,4 x 3, 9cm	
2B	Mandíbula	Frag. do ramo D (bordo inferior)	Recente (?)	SIM, c/ finas rachaduras e finas linhas de contração. Cor: 10YR 8/4: ~185°C (amarelo)	SIM, no bordo um pouco acima do ângulo e espalhados pela superf. do osso	SIM (superf. inter.)	3,2 x 1,4cm	Possível percussão que culminou na quebra
2C	Mandíbula	Frag. de corpo E	Antiga e recente	SIM. C/ finas rachaduras e descamação. Cor: 10YR 8/4: ~185°C	NÃO	NÃO	8,4 x 4,1cm	Ausência do bordo inf. Articulado frag. do 1º molar e alvéolo do 2º pré-molar
3A	Escápula E	Região escapular frag.	Antiga (colo do acrômio) e recente	SIM, com rachaduras. Porção anterior mais queimada que a posterior. Cor: escura ( 7,5YR 4/3 = ~285°C ) clara (7,5YR 7/4 = ~185°C)	SIM, no colo do acrômio e no bordo lateral	NÃO	15,2 x 6,0cm	Os sulcos atingem o tecido ósseo esponjoso
3B	Escápula D	Frag. da espinha da escápula	Antiga	SIM, c/ rachaduras e descam. Idem 3A	NÃO	NÃO	8,7 x 2,9 cm	
4A	Clavícula E	Frag. nas extr. na porção anter. à extr. acromial e na porção anter. à impressão para o ligamento costal-clavicular	Antiga, transversa, na porção medial e recente, irregular nas extremidades	SIM, c/ rachaduras e descamação. Cor: marrom avermelhado (285°C a 525°C); cód. de cor 2 (ligeiramente queimado) e cor predominante: 10 YR 6/2	SIM, bem marcados, oblíquos ao eixo principal do osso	SIM, depressão provocada por vários sulcos juntos	7,8 x 1,5 cm	Os sulcos apresentam erosão nas bordas. A área c/ sulcos vai até a fragmentação, o que deve ter fragilizado o osso

TABELA 1 - Inventário e levantamento das alterações (cont.)

Alterações								
Nº	Osso	Descrição	Quebra	Queima	Sulcos	Outras	Dimensões	Observação
5A	Úmero D	Diáfise, frag. Ocorreu transver. e longit. ao eixo princ. do osso	Antigas, p/ queima e recentes (exumação)	SIM, c/ rachad. longit. e gretas de contr. Cor predom.: 10YR 6/2 (285°C a 525°C). Código de queima nº 2	SIM, na extrem. distal, perpend. e oblíquos ao eixo principal do osso	SIM, faixas raspadas, longitudinais, ao longo da diáfise	14,0 x 2,4 cm	Provavelmente a fragmentação ocorreu por fragilização pela queima. Linhas de fraturas curvas e transversais
5B	Úmero E	Frag. na diáfise (próx. à metáfise distal). Extrem. distal, c/ frag. da epífise	Antiga, oblíqua, na diáfise	SIM, com rachad., gretas de contr. e descam.. Cor: marrom avermelhado (285°C a 525°C); 10YR 6/2 (Estádio III- 525°C); cód. de cor 2 (lig. queimado)	SIM, bem marcados; perpend. ao eixo princ. do osso, próx. à frag. da diáfise	SIM, faixa raspada na parte posterior, próx. à frag. da diáfise	8,0 x 3,7 cm	Apresenta ainda uma parte da diáfise que recebeu o nº 5C. Preservada parte da fossa olecraniana
5C	Úmero E	Frag. de diáfise	Antiga e oblíqua nas extremid.	SIM, com rachaduras, gretas de contração e descamação. Idem 5B	SIM. Duplo, isolado, oblíquo ao eixo principal do osso	NÃO	7,5 x 2,0 cm	O sulco se apresenta com morfologia diferente dos demais
6A	Úlna D	Frag. na porção mesial da diáfise	Antiga, irregular	SIM, c/ rachad. longit. e descam.. Cor: amarelo pálido (20°C a 285°C); 10YR 8/3 (estádio I: ~ 185°C); código 1= (ligeir. queimado- creme/ marrom)	NÃO	NÃO	13,5 x 3,5cm	Presença da epífise proximal
6B	Úlna E	Frag. na altura da metáfise prox. e na diáfise distal	Antiga, transversa. (prox.) e oblíqua (distal)	SIM, com rachad. e gretas de contr. Cor: marrom avermelhado (285°C a 525°C); cód. de cor 2 -ligeir. queim.; 10YR 6/2 (estádio III- 525°C)	SIM, sulcos longos e finos na lateral da diáfise. Bem marcados, perpendiculares ao eixo princ. do osso	SIM, faixa raspada, superposta aos sulcos bem marcados	16,2 x 2,4cm	Os sulcos apresentam erosão dos bordos
7A	Rádio D	Diáfise frag.	Antiga. Distal e prox. irreg.; recente e irreg. na porção mesial da diáfise	SIM, c/ rachad. e gretas de contr. Cor: marrom avermelhado (285°C a 525°C); código de cor 2 (ligeir. queim.); cor predominante: 10YR 6/2: ~ 525°C	SIM. Sulcos feitos depois da queima	NÃO	12,6 x 1,6cm	Ausência das epífises. Sulcos c/ erosão dos bordos

TABELA 1 - Inventário e levantamento das alterações (cont.)

Alterações								
Nº	Osso	Descrição	Quebra	Queima	Sulcos	Outras	Dimensões	Observação
7B	Rádio E	Diáfise frag. na metáfise prox. e na distal na região que antecede a metáfise	Antiga-irregular (distal)/ recente irregular (prox.) transver. (diáfise mesial)	SIM, c/ rachad. longit. e gretas de contr. Cor: marrom averm. (285° C a 525° C); 10YR 6/2 (estágio III-525°C); cód. de cor 2 (ligeiramente queimado)	NÃO	SIM, faixa raspada, longitudinal ao eixo principal do osso e depressão causada por vários sulcos	15,2 x 1,7cm	Ausência das epífises
8A	Esterno	Manúbrio, c/ rachad. na chanfrad. jugular	Recente na face posterior	NÃO	NÃO	NÃO	4,8 x 6,1cm	Ausência do corpo. Presença da apófise xifóide (frag.). Manúbrio – 8A Apófise xifóide – 8B
9A	Ossos das mãos	10 ossos completos e 48 fragmentos	Antigas e recentes; transversas e irregulares	SIM, c/ rachaduras longitudinais e descamação	NÃO	NÃO	-	
9B	Ossos dos pés	27 (astrágalos, navicular, falanges, etc.)	Antigas e recentes	SIM, c/ rachaduras longitudinais e descamação	NÃO	NÃO	-	
10A	Costelas	Fragmentos	Antigas e recentes	SIM, variam do amarelo (inter.) ao marrom avermelhado, c/ descamação e finas rachaduras (ext.)	NÃO	NÃO	-	Fragmentos de 1,0 a 3,0 cm
10B	Costelas	Fragmentos	Antigas e recentes	SIM, variam do amarelo (inter.) ao marrom avermelhado, c/ descamação e rachaduras longitudinais (ext.)	NÃO	NÃO	-	Fragmentos de 3,1 a 6,0 cm. Uma delas apresenta queima mais intensa em uma das extremidades
10C	Costelas	8 fragmentos	Antigas e recentes, transversas e irregulares	SIM, variam do amarelo (inter.) ao marrom avermelhado, c/ descamação e rachaduras longitudinais (ext.)	SIM, localizados na face interna, externa e nos bordos	SIM	-	Fragmentos de 3,1 a 5,0 cm. Faces internas c/ aparência mais lisa, menos queimadas

**TABELA 1 - Inventário e levantamento das alterações (cont.)**

Alterações								
Nº	Osso	Descrição	Quebra	Queima	Sulcos	Outras	Dimensões	Observação
10D	Costelas	26 fragmentos	Antigas e recentes	SIM, c/ rachaduras longitudinais	SIM, algumas c/ sulcos na superfície inter., outros na extr. ou nos bordos	SIM, faixa raspada	-	Fragmentos de 1,0 a 3,0 cm. A maioria apresenta o tecido ósseo compacto das faces externas fragmentados
11A	Vértebras	11 fragmentos: 2 proces. espinhosos frag., 5 frags. de corpo; 1 fragmento de apófise transv.; 3 fragm. não identificados; axis	Antigas e recentes (2)	SIM. Processos espinhosos - Cor: marrom escuro (c/ manchas) e rachaduras (~285°C a 525°C)	NÃO	NÃO	-	-
11B	Vértebras	2 processos espinhosos; 1 fragmento não identificado	Antigas e recentes	2 c/a cor amarela e 1 marrom avermelhada (~285°C a 525°C)	SIM	NÃO	-	-
12A	Osso do quadril	Presença do tubérculo da crista ilíaca E	Antiga	SIM, leve, c/ rachadura	NÃO	NÃO	4,5 x 4,0cm	-
13A	Fêmur D	Diáfise c/ fragmento nas extremidades	Extrem.proximal fragm. antiga, curva e transv., na altura do colo. Na distal, frag. antiga, transv.	SIM, marrom escuro, com gretas de contr. em toda a superfície do osso e rachaduras longitudinais. Cor predom.: 10YR 5/6 (mais escura) 10YR 4/3 (285°C a 525°C)	SIM, nas extremidades. Prox. (paralelos) oblíquos ao eixo principal do osso	SIM, faixas raspadas feitas pós queima	15,0 x 4,0 cm	Os sulcos apresentam características diferentes dos demais (longos e finos)
13B	Fêmur E	Diáfise com epífise distal (a porção anter. está frag.). A epífise prox. "amputada" por queima (presente)	Antiga e recente. Prox.: irreg., transv. e a distal: irreg.	SIM, principalmente nas extremidades. Na proximal houve "amputação" da epífise. Cor predominante (10YR 7/6= ~20°C a 185°C). Cor das extremidades: marrom avermelhado (10YR 5/8= ~360°C)	NÃO	NÃO	30,0 x 8,0 cm	Epífise do fêmur esquerdo recebeu o nº 13C. Superf. do osso c/ aspecto vítreo, sem rachaduras ou gretas de contração (apenas na extremidade proximal)

**TABELA 1 - Inventário e levantamento das alterações (cont.)**

Nº	Osso	Descrição	Quebra	Alterações					Observação
				Queima	Sulcos	Outras	Dimensões		
14A	Tíbia E	Diáfise fragmentada nas porções que precedem as metafíses	Prox.: recente/irregular; distal: recente/irregular	Na faixa anter., c/ rachad. longit., leves gretas de contr. e descam. intensa. Cor: amarelo- 10YR 7/6: ~ 185°C. Na faixa posterior, o osso está melhor preservado (cor amarela)	NÃO	NÃO	22,5 x 4,0 cm		
14B	Tíbia D	Diáfise fragmentada	antiga/irregular; recente/irregular	Na faixa longit. anter., c/ rachad. longit., leves gretas de contr. e desc. intensa. Cor: amarelo- 10YR 7/6 (~ 185°C). Na faixa poster., o osso está melhor preserv. (cor amarela)	NÃO	Faixa raspada, longitudinal ao eixo principal do osso. (28x5mm)	12,2 x 3,0cm	Com provável percussão que causou a fragmentação na diáfise	
15A	Fíbula D	Frag. de diáfise	Extr. prox.: oblíqua e irreg.; na extr. distal: irreg.	SIM. Cor: amarelo, com rachaduras longitudinais - 10YR 7/4: ~ 185°C	NÃO	NÃO	10,0 x 1,2 cm	15C- epífise distal	
15B	Fíbula E	Frag. de diáfise com epífise distal	na diáfise: irreg.; na epífise: erosão	SIM, c/ leves rachaduras longitudinais. Cor: amarela 10YR 7/4: ~185°C	NÃO	NÃO	8,2 x 2,4 cm		
15D	Frag. fíbula	Frag. de diáfise sem determinação de lateralidade	Antiga e recente, transversas	SIM. Cor: amarela - (~185°C) c/ rachaduras longitudinais e descamação	NÃO	NÃO	10,0 x 1,1cm		
15E	Fíbula	Frag. de diáfise s/ determ. de lateral. Idem 15 D	Idem 15D	Idem 15D	NÃO	NÃO	-	Osso enviado para o laboratório p/ análise de DNA (determinação de sexo) e posteriormente para datação	

TABELA 1 - Inventário e levantamento das alterações (cont.)

Alterações								
Nº	Osso	Descrição	Quebra	Queima	Sulcos	Outras	Dimensões	Observação
16A	Frag. osso do quadril (?)	Largo e plano, extremamente modificado	Antiga	SIM, leve. Cor: amarela (~185°) c/ finas rachaduras	SIM, na face ext. e bordas são leves e finos. No centro, são bem marcados (paralelos, oblíquos)	NÃO	5,8 x 4,1cm	Os sulcos foram feitos em dois momentos; no osso fresco (leves e finos) e no osso desidratado (bem marcados). Osso extremamente modificado
18A	Não identif.	12 fragmentos	Recente	SIM, leve. Cor: amarelo (~185° C)	SIM (todos os fragmentos apresentam sulcos)	SIM, faixa raspada (em um fragmento)	-	Fragmentações provavelmente ocasionadas na exumação
17A	Dentes	apresentam-se bem fragmentados e muito deles ausentes. Os que estão em melhores condições (11 dentes) foram preservadas apenas as coroas, são eles: 3 molares, 4 pré-molares, 1 canino, 2 incisivos laterais e um incisivo central. Notam-se em todos eles vestígios de depósitos de cálculos salivares e desgaste nas cúspides, mais acentuado nos molares. A coroa do incisivo central superior apresenta na face lingual, a forma de pá, que, constitui uma característica morfológica principalmente dos grupos de origem mongolóide. Estão presentes ainda 15 pequenos fragmentos de raízes e 24 de coroas dentárias						

## Datação

A análise foi feita no Laboratório *Beta Analytic Inc.* Optamos pela técnica do Spectrometria Acelerador de Massa (AMS), que data o osso por meio de sua proteína (fração colágeno). O material foi enviado em dois momentos: no primeiro, em abril de 2000, 30g. de fragmentos de ossos longos (que continham proteína insuficiente para uma datação confiável); num segundo momento, em meados de julho enviamos 25g. de fragmentos de crânio. O resultado,  $290 \pm 40$  BP (Beta nº 144862), foi nos enviado em 6 de setembro.

## Quebras

Para caracterizar as fragmentações presentes, utilizamos a classificação proposta por Mello (1999), que é semelhante a de White (1992), com pequenas diferenças de nomenclatura.

As quebras nos ossos nos fornecem excelentes indicadores da época em que ocorreram (se antes da morte, na época da morte ou posteriormente). A quebra em ângulo reto ou oblíquo significa que foi feito em osso seco; em ângulo agudo, obtuso e de contorno arredondado e em espiral, em osso fresco. A presença de sedimento incluso nas trabéculas é testemunho do ambiente em que o osso esteve inserido, podendo auxiliar na inferência dos processos de deposição ocorridos.

O material em questão apresenta quebras recentes, provavelmente causadas por ocasião da exumação do indivíduo e, na maioria dos ossos, quebras antigas, testemunhada pela presença de sedimento incluso e aderido às trabéculas, com a mesma cor do restante da peça, indicando sua ocorrência antes ou durante o envolvimento sedimentar. As fraturas *post-mortem* refletem o grau de hidratação do osso no momento em que aconteceram. No Pa-1, o conjunto da fragmentação é preferencialmente transversa (Mello 1999) ou perpendicular típica (White 1992) e irregular, indicando quebra ocorrida já no osso desidratado, podendo ter sido causado por pressão da deposição. Esta evidência é um dos dados que possibilita o descarte das hipóteses de ritual antropofágico ou de ataque de animais carnívoros por ocasião da morte do indivíduo (caso contrário, os ossos

apresentariam quebras em ponta, ou esmialhamento).

O encaixe das quebras foi classificado como 'perfeitos' em alguns casos e 'parciais' em outros. Quanto mais recente a quebra, maior é a possibilidade de um encaixe perfeito. (Mello 1999). Diversos ossos fragmentados não apresentam o complemento. Alguns, com fragmentação recente, podem ter sido extraviados por ocasião da exumação e outros, com fragmentação antiga, devem ter sido perdidos ou destruídos por ação antrópica na época em que foram feitas as alterações.

## Queima

Para a caracterização da queima nos ossos, nos valem, inicialmente, da metodologia proposta por Shipman, Foster e Shoeningger (1984). Estes autores associam as cores predominantes do tecido ósseo compacto, classificadas por meio da tabela de Munsell e relacionadas às temperaturas de queima. Ainda subdividem o material em 5 estágios de calor em tecidos ósseos e os correlacionam com observações da morfologia microscópica do osso, com o auxílio do Microscópio Eletrônico de Varredura. Tal descrição foi utilizada por Machado (1990) no trabalho desenvolvido sobre as práticas funerárias de cremação e sua variação em grutas do norte e noroeste de Minas Gerais. Concordamos que esta metodologia é um pouco subjetiva e não aceita por diversos autores, porém, foi o recurso disponível e os resultados foram satisfatórios.

Iniciamos pela separação dos ossos de acordo com as tonalidades apresentadas pela superfície. Em seguida, utilizando a tabela de Munsell, determinamos os códigos referentes às cores predominantes e às secundárias, reportando o resultado para a temperatura de queima constante na tabela de Shipman, Foster e Shoeningger, conforme apresentado no inventário.

O material mostra diversificação de cor e conseqüentemente de queima ao longo dos ossos, com manchas escuras e claras alternadas. Em geral, as cores predominantes são as mais claras e as secundárias, mais escuras, com uma variação que vai do amarelo claro ao marrom avermelhado, acusando uma temperatura de queima de  $185^{\circ}\text{C}$  a  $525^{\circ}\text{C}$ . Em alguns



ossos, como fragmentos da calota craniana, escápula e costelas, por exemplo, a superfície interna é bem mais clara que a externa; em outros como o fêmur, a extremidade proximal apresenta-se bem mais queimada que o restante do osso, com conseqüente amputação da epífise.

Descrevemos também as categorias de queima com base na superfície macroscópica e na cor, considerando sete níveis (que vão de zero a seis), inspirados nas experimentações e análise de ossos fragmentados encontrados em abrigos no Paleolítico (Stiner *et al.* 1995).

Aplicando esta metodologia ao material em questão, obtivemos como resultado os níveis de zero a dois, que significam material não queimado, levemente queimado ou ligeiramente queimado, respectivamente.

Na observação macroscópica, os ossos que apresentam temperatura de queima mais baixa, de 185°C a 360°C, mostram na superfície rachaduras longitudinais, descamação e em alguns casos, finas gretas de contração (Fig.5), enquanto que, nos mais queimados, – 525° C – as gretas de contração são mais marcadas e os ossos visivelmente mais friáveis (Fig.6). As rachaduras se caracterizam por rupturas na superfície do osso que podem ou não alcançar extremidades opostas e as gretas e fendas podem ser paralelas ao seu eixo principal - no caso do osso fresco- e transversais, quando ocorre no osso seco. Além disso, constatamos que a queima não se deu com os ossos envoltos em tecido mole o que causaria,

além das gretas de contração longitudinais e transversais, um leve arqueamento do osso (Ubelaker 1989). Pelas características apresentadas, podemos inferir que a queima ocorreu com os ossos já desidratados, diretamente nas chamas, em fogueira simples.

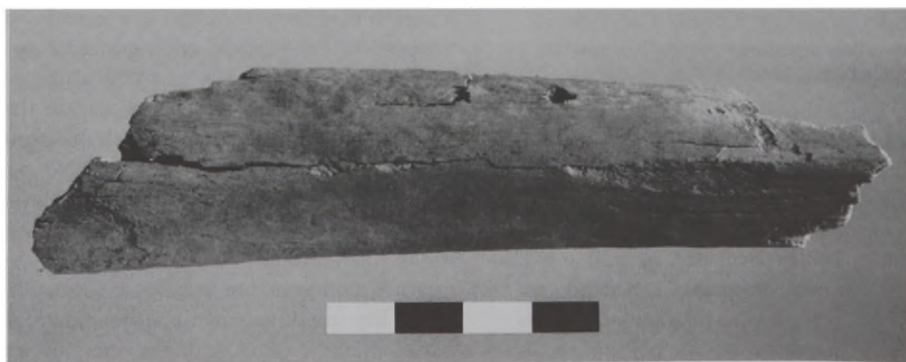
Observando o material na lupa binocular, com aumento de 60x, notamos concentrações de micro-fragmentos de carvão aderidos à superfície dos ossos, porém se apresentam ausentes ou bem esparsos nas faixas raspadas, nos sulcos e nas depressões. Provavelmente foram transferidos para as alterações por ocasião da limpeza dos ossos.

Para sistematização e visibilidade dos dados levantados, elaboramos mapeamento de queima na Fig. 7 (modificado de Rubio-Fuentes 1975), onde registramos as duas faixas de temperaturas detectadas.

A Tabela 2 apresenta as principais informações sobre a queima.

#### **Sulcos, faixas com 'raspagem' e depressões**

Assim que detectamos nos ossos as estranhas e intrigantes alterações, iniciamos a busca de situações semelhantes na literatura especializada. Porém, os trabalhos consultados tratavam de quebras, queimas e cortes causados por ritual antropofágico, limpeza dos ossos para enterramento secundário, descarnamento de ossos de animais para consumo da carne ou ataque por carnívoros, todos eles



*Fig. 5 – Diáfise de tibia direita, levemente queimada, apresentando rachaduras longitudinais.*



*Fig. 6 – Aspecto de fragmento do úmero esquerdo, com queima mais acentuada, apresentando rachaduras longitudinais, gretas de contração e tecido ósseo compacto bem friável.*

apresentando marcas de cortes ou de dentes em ossos frescos, não se assemelhando à maioria das alterações encontradas no material em questão, que foram provocadas nos ossos já desidratados ou secos.

As marcas de cortes provocadas em ossos frescos mostram-se mais estreitas, com estrutura semelhante a uma linha. Além disso, tanto para descarnamento (para consumo da carne), como para desmembramento (corte dos ligamentos dos ossos) e sua limpeza com finalidade de enterramento secundário, as marcas podem ocorrer nas diáfises dos ossos; porém, localizam-se preferencialmente nas metáfises e nas epífises (White 1992, Ubelaker 1989, Binford 1981).

Ao analisar o material, utilizando lupa binocular com aumento de 10x, detectamos três tipos de alterações: sulcos, faixas raspadas e depressões, muitas delas não visíveis a olho nu.

Os sulcos, que se assemelham a cortes, foram predominantes (63,8%) e ocorrem em quase todo o esqueleto, ou seja, nos fragmentos de crânio, de mandíbula, de escápula esquerda, de clavícula esquerda, do úmero direito e esquerdo, da ulna esquerda, do rádio direito, além de trinta e quatro fragmentos de costelas, três fragmentos de vértebras e no

fêmur direito. Nos ossos longos estão localizados preferencialmente nas diáfises, conforme demonstra o mapeamento de alterações (Fig.8). Os sulcos apresentam-se por vezes paralelos, cruzados, retilíneos ou desenhando curvas. Em alguns casos são simples, em outros, duplos, compostos, em V ou isolados. São mais profundos na região central, ficando mais rasos conforme se aproximam das extremidades, que, em geral, terminam em ponta (mais estreitas que a largura central). Não apresentam linguetas nas extremidades. Em secção transversal, o sulco tem a forma de U. Em alguns casos, as bordas se apresentam erodidas, principalmente nos ossos mais queimados.

No fêmur direito, na mandíbula (Fig.9), em alguns fragmentos de costelas e no fragmento do osso do quadril, os sulcos apresentam morfologia ligeiramente diferente dos demais, assemelhando-se a cortes feitos em ossos ainda frescos.

Em diversos ossos notamos que os sulcos não foram feitos com o intuito de cortá-los, pois atingem apenas o tecido ósseo compacto e nem sempre estão próximos à fragmentação (Fig.10). A exceção fica por conta de alguns fragmentos de costelas e do úmero esquerdo,

**Proj Par**  
Sítio Panema  
Campina do Monte Alegre  
Enterramento: Pa - 1  
Queima

Legenda:  
■ 20°C a 285°C  
■ 285°C a 525°C

Obs: foram mapeados apenas as queimas ocorridas nos fragmentos ósseos identificados e com referência de lateralidade.

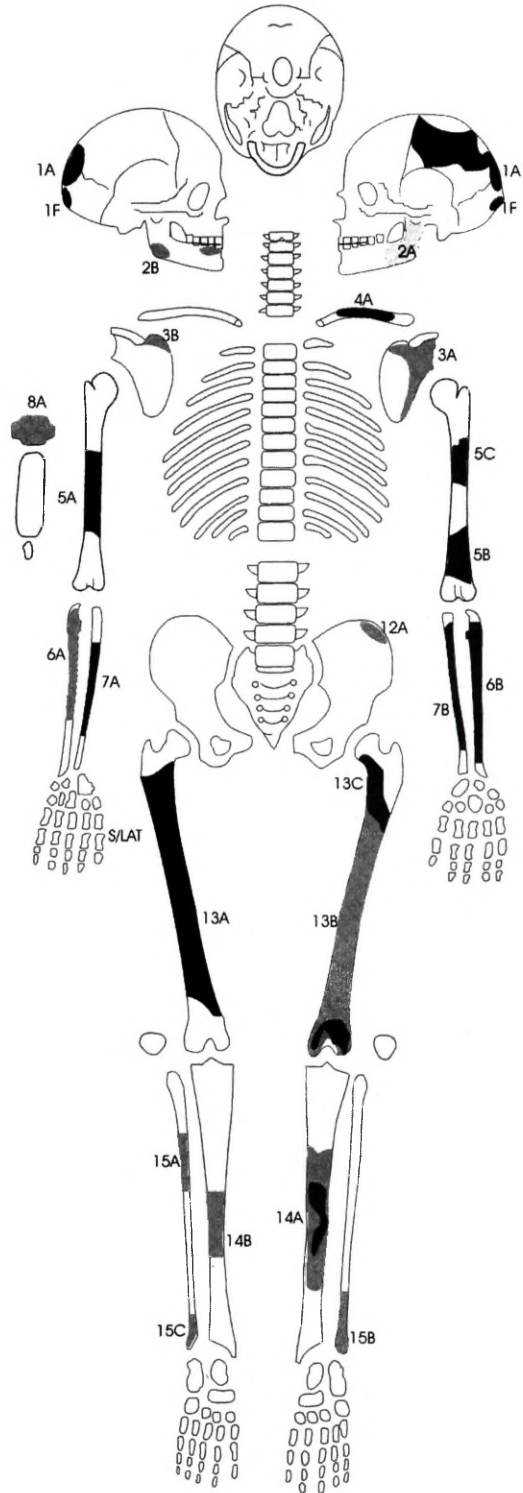


Fig. 7 – Mapeamento da queima.

**Tabela 2 – Temperaturas de queima e alterações nos ossos**

Nº	Osso	Cor predominante Tabela de Munsell	Classificação Shipman	Classificação Stiner	Alteração do osso
1A	Frag. crânio	10YR 7/7	~285°C a 525°C	2- ligeir.queim.	Gretas de contração
1B	“	10YR 7/7	~285°C a 525°C	“	Gretas contr./desc.
1C	“	10YR 7/4	~185°C	“	Desc.
1D	“	10YR 7/4	~185°C	“	Gretas/desc.
1E	“	10YR 6/4	~360°C	“	“
1F	“	7,5YR 5/4	~360°C	“	“
1G	“	7,5YR 7/4	~185°C	“	Desc.
1H	“	10YR 7/6	~185°C	1- levem. queim.	-
1I	“	10YR 5/6	~525°C	2- ligeir. queim.	-
1J	“	-	-	0- não queim.	-
1L	“	-	-	“	-
2A	Frag. mand.	10YR 8/4	~185°C	2- ligeir. queim.	Rachaduras
2B	“ D	10YR 8/4	~185°C	“	“
2C	“ E	10YR 8/4	~185°C	“	“
3A	Escápula D	7,5YR 7/4	~185°C	“	“
3B	Escápula E	7,5YR 7/4	~185°C	“	Rachad./ desc.
4A	Clavícula E	10YR 6/2	~525°C	“	“
5A	Úmero D	10YR 6/2	~285°C a 525°C	“	Rachad./gretas
5B	Úmero E	10YR 6/2	~525°C	“	Rach./gretas/desc.
5C	Frag. úmero E	10YR 6/2	~525°C	“	“
6A	Ulna D	10YR 8/3	~185°C	1-levem. queim.	Rachad./desc.
6B	Ulna E	10YR 6/2	~525°C	2- ligeir. queim.	Rachad./gretas
7A	Rádio D	10YR 6/2	~525°C	“	“
7B	Rádio E	10YR 6/2	~525°C	“	“
8A	Esterno	-	-	0- não queim.	-
13A	Fêmur D	10YR 5/6	~525°C	2- ligeir. queim.	Gretas/ rachad.
13B	Fêmur E	10YR 7/6	~185°C	1- levem. queim.	-
14A	Tíbia E	10YR 7/6	~185°C	“	Gretas/ desc.
14B	Tíbia D	10YR 7/6	~185°C	“	Gretas/rachad./desc.
15A	Fíbula D	10YR 7/4	~185°C	“	Rachaduras
15B	Fíbula E	10YR 7/4	~185°C	“	“
15D	Frag. fíbula	10YR 7/4	~185°C	“	Rachad./ gretas

**Proj Par**  
Sítio Panema  
Campina do Monte Alegre  
Enterramento: Pa -1

**Legenda**

- Sulcos
- ▲ Faixas raspadas
- depressões

Obs 1: foram mapeadas apenas as alterações nos fragmentos ósseos identificados e com referência de lateralidade.

Obs 2: Além dos ossos mapeados apresentam ainda alterações:

1. sulcos: 2 fragmentos de crânio, 34 de costelas, 3 de vértebras e 1, provavelmente, de osso do quadril.

2. faixa raspada: 2 fragmentos de crânio e 1 de costela.

3. depressões: 1 fragmento de costela.

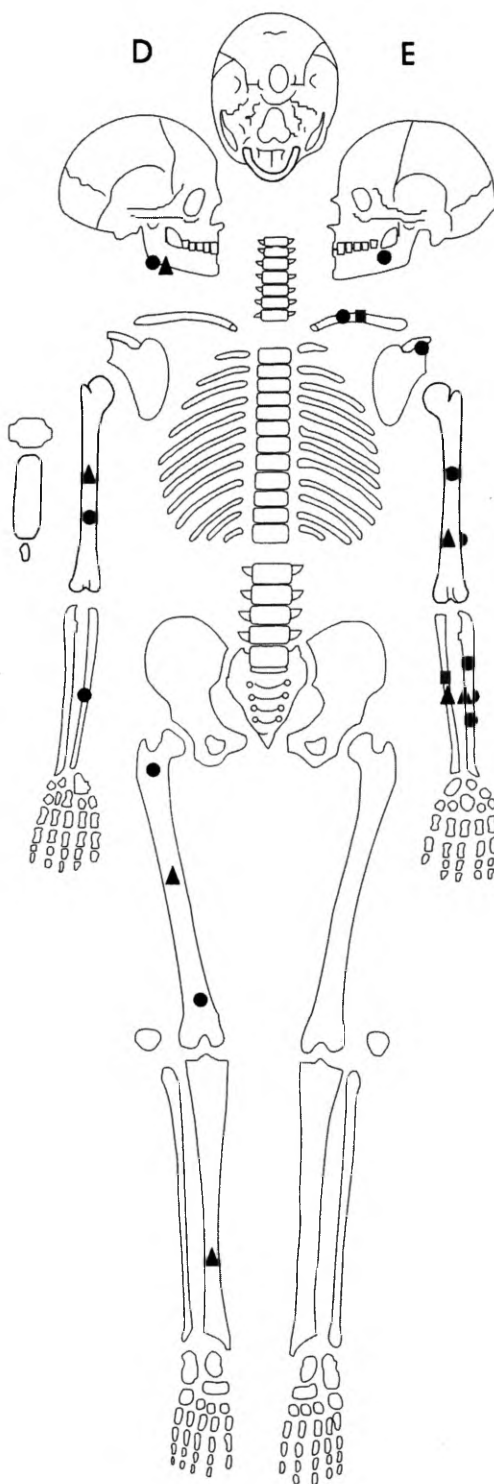
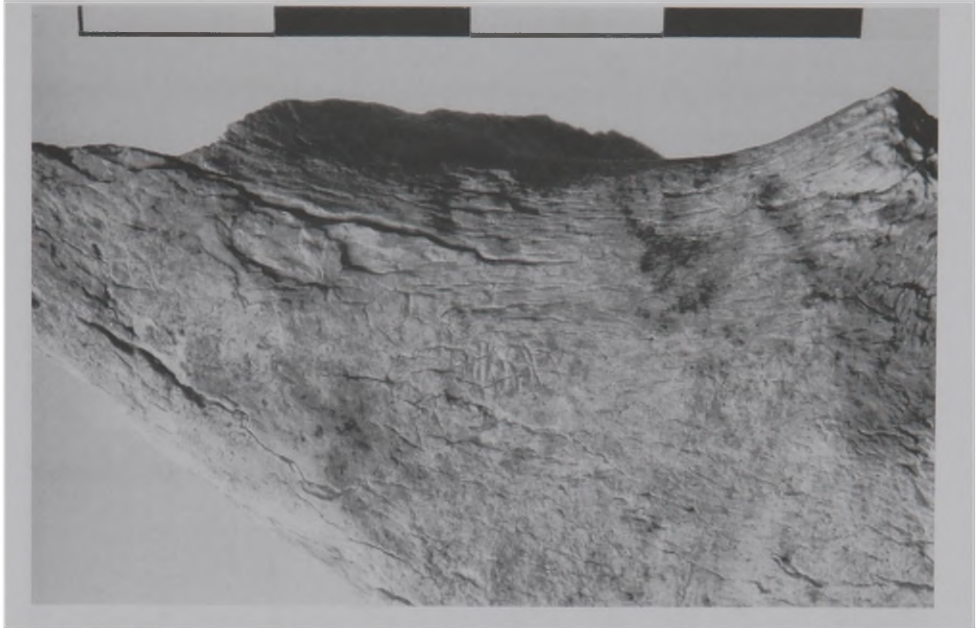


Fig. 8 – Mapeamento dos sulcos, faixas raspadas e depressões.





*Fig. 9 – Fragmento de mandíbula, lado esquerdo, com marcas de descarnamento (centro).*

que se apresentam com sulcos bem marcados (neste último, provavelmente provocaram a quebra da diáfise, como na Fig.11). Os restantes, como as costelas, diversos ossos longos, fragmento de mandíbula e escápulas, não foram cortados e sim fragmentados naturalmente, provavelmente, por pressão do sedimento durante o processo pós-deposicional. Entretanto, encontramos diversos fragmentos pequenos com sulcos próximos à fragmentação que certamente quebraram nos locais que estavam fragilizados pela alteração. A escápula esquerda é a única peça que apresenta o tecido ósseo esponjoso atingido pelos sulcos, ficando suas marcas no tecido ósseo compacto consecutivo.

Em alguns casos, onde os sulcos se apresentam compostos, observamos três ocorrências de marcas em forma de S semelhantes às causadas por caninos de animais (Botella, Alemán, Jiménez 1999) (Fig.12).

Encontramos uma única ocorrência de sulco duplo isolado na diáfise do úmero esquerdo, de origem não identificada.

Não foram observadas alterações nas poucas epífises presentes de ossos longos e apenas o fêmur direito apresenta sulcos nas metáfises.

Segundo classificação paradigmática, elaborada para sistematização dos dados e onde foram computadas as variáveis, como tipo de alteração, forma, posição, ocorrência, direção da alteração, posição no osso e orientação (Tabela 3), temos que o tipo do sulco predominante foi o simples (58,3%), paralelo (40,0%) e em ocorrência composta (61,1%), este último sugerindo insistência de movimentos, causando diversos sulcos no mesmo local do osso (Dunnell 1971).

Em relação ao eixo principal do osso, a direção das alterações nos ossos longos foi variável, apresentando-se oblíquas (29,45%), transversais (20,5%) e longitudinais (14,7%), mostrando que a forma do osso não teve influência na preferência pela direção das ranhuras.

As faixas com raspagem, verdadeiras facetas resultantes da possível retirada de fatias longitudinais do osso, estão principalmente localizadas nas diáfises dos ossos longos, acompanhando seu eixo principal. Sua ocorrência totaliza 22,2% dos ossos alterados. Estão presentes nos úmeros direito (Fig.13) e esquerdo (Fig.14), no rádio esquerdo, na ulna esquerda no fêmur direito, na tíbia direita



*Fig. 10 – Ulna esquerda apresentando sulcos, sem fragmentação da diáfise.*



*Fig. 11 – Diáfise do úmero esquerdo com sulcos que provavelmente provocaram a fragmentação.*



Fig. 12 – Detalhe da ulna esquerda onde se vê, ao centro, o sulco em forma de S.

**Tabela 3 – Classificação Paradigmática**

Tipo alter.	Nº	%	Forma	Nº	%	Posição	Nº	%	Ocorrência	Nº	%
A- sulco	23	63,8	A-simples	21	58,3	A-paralelo	14	40,0	A-isolado	4	38,8
B- raspado	8	22,2	B-duplo	3	8,3	B-cruzado	7	20,0	B-compost.	22	61,1
C-depressão	5	13,8	C-circular	2	5,5	C- em "V"	2	5,7			
			D-alongada	9	25,0	D- em "S"	2	5,7			
			E-amorfa	1	2,7	E-nulo	10	28,5			

Direção	Nº	%	Posição no osso	Nº	%	Orientação	Nº	%
A-oblíqua	10	29,4	A-diáfise	10	27,7	A-anterior	9	25,0
B-longitud.	5	14,7	B-metáfise	2	5,5	B-posterior	7	19,4
C-transver.	7	20,5	C-epífise	0	-	C-lateral	12	33,3
D-nulo	12	35,2	D-outro	14	38,8	D-outro	8	22,1



(Fig.15), em fragmento de mandíbula e de costela. Por suas características e pelas ranhuras deixadas como vestígio, podemos inferir que foram causadas por lasca lítica com o intuito de raspar pequenas porções do tecido ósseo compacto, sem a intenção de atingir o tecido ósseo esponjoso. Em dois fragmentos de crânio, elas se apresentam em

depressão, diferindo do restante dos ossos onde elas aparecem niveladas com a superfície do osso. No úmero esquerdo, a faixa raspada apresenta-se como resultante da fricção contra um suporte lítico (Fig.14).

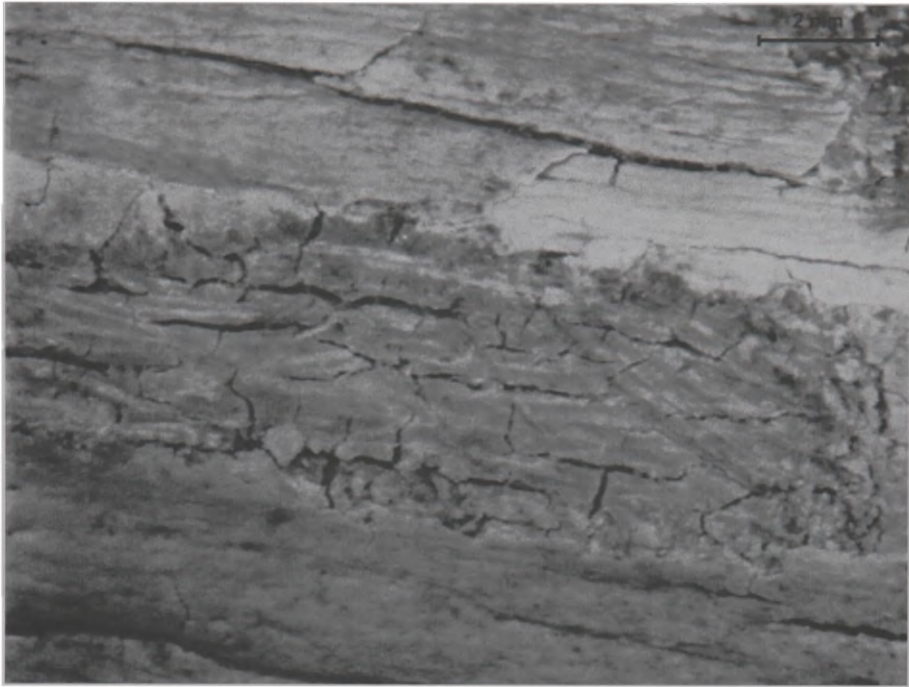
O material apresenta, em menor número, depressões (13,8%) causadas por vários sulcos juntos, sugerindo uma repetição de



*Fig. 13 – Úmero direito apresentando faixas raspadas, longitudinais, acompanhando o eixo principal do osso.*



*Fig. 14 – Úmero esquerdo com faixa raspada próxima à fragmentação da diáfise.*



*Fig. 15 – Detalhe da faixa raspada na tíbia direita (Fig. 5), com aumento de 6x.*

movimentos. Estão localizadas na clavícula esquerda, ulna esquerda e em um fragmento de costela (Fig.16).

Analisando o conjunto de informações obtidas, concluímos que a maioria dos sulcos, as faixas raspadas e as depressões foram feitas com os ossos já desidratados e posterior à queima, conforme atesta a Fig. 17, cujo detalhe mostra uma greta de contração causada pela ação térmica, apresentando superfície polida. Porém, encontramos também marcas semelhantes à de descarnamento, que sugerem terem as alterações ocorrido em dois momentos, isto é, antes da queima, com os ossos ainda frescos e posteriormente, nos ossos já desidratados (Figs.17 e 18).

Os sulcos feitos posteriormente à queima apresentam algumas características que deixam dúvidas quanto à sua origem. Se tafonômicas, as marcas se assemelham, em alguns casos, às deixadas por dentes de carnívoro, isto é, curvas, em S, compostas de forma cruzada ou superpostas (caóticas). Entretanto, faltam os esperados e tradicionais furos circulares causados por dentes caninos, as extremidades dos ossos roídas e as marcas de bipolaridade,

ou seja, sulcos feitos pelos dentes superiores e inferiores (a ação de roer envolve tanto os caninos como as cúspides dos molares superiores e inferiores).

Se, por um lado, as evidências não nos permitem afirmar se tratar de processo tafonômico, por outro, não descartamos a possibilidade de alteração antrópica.

Como não há tradição de pesquisa neste assunto em Arqueologia Brasileira, o que provoca a ausência de coleções experimentais de referência, não possuímos parâmetros para comparação. Por isso estes sulcos foram apenas descritos e incluídos na seqüência em que ocorreram as alterações.

Em alguns ossos, como no úmero direito, por exemplo, constatamos que as marcas são interrompidas pela fragmentação e, mesmo depois de reconstituído o osso, os sulcos não passam para o complemento (Fig.19). Isto significa que o osso foi quebrado antes de ocorrer a alteração e posteriormente os fragmentos foram cuidadosamente recolhidos e depositados na urna funerária, numa ação inquestionavelmente antrópica.



*Fig. 16 – Fragmento de costela com evidência de depressão.*



*Fig. 17 – Ulna esquerda mostrando no canto direito superior marcas de descarnamento, no centro, sulcos bem marcados posterior à queima e no centro superior a faixa raspada sobre os sulcos.*





*Fig. 18 – Fêmur direito mostrando no canto direito inferior marcas de descarnamento. Note ao centro faixa raspada que não ultrapassa a fragmentação, significando que foi feita após a fragmentação do osso.*



*Fig. 19 – Úmero direito. Note-se que os sulcos não passam para o complemento, significando que o osso já estava quebrado quando foram feitos.*

## Possibilidades de interpretações etno-históricas

A interpretação de restos esqueléticos a partir das fontes históricas e etnográficas é árdua, haja vista a ausência quase completa de escavações sistematizadas sobre enterramentos e sobre as diversidades que se apresentam. Ao mesmo tempo, os modelos existentes mais confundem do que esclarecem diversos aspectos no que concerne ao entendimento dos grupos de fala Tupi-Guarani.

Desta forma, a interpretação de um enterramento em vasilha com tratamento de superfície corrugada é absolutamente impossível, frente aos dados arqueológicos, históricos ou antropológicos existentes, cabendo apenas divagações ou possibilidades remotas que **não** podem ser tomadas como últimas ou definitivas.

Não existe, até o momento desta escrita, uma sistematização do trabalho arqueológico, apenas algumas reflexões baseadas timidamente em dados históricos que propõem modelos, prática, aliás, corrente na arqueologia brasileira.<sup>4</sup>

Sendo assim, e frente a uma total carência de dados empíricos sistemáticos ou interpretáveis à luz das analogias ou das fontes primárias (históricas, antropológicas ou etnográficas), é que apresentaremos um viés possível, frente a nossa experiência de campo em exumações anteriores de enterramentos Guaranis ainda inéditos,<sup>5</sup> mas que poderão trazer luz ao achado em questão. Este preâmbulo é necessário para que se esclareça que, a partir deste momento, está se trabalhando com **hipóteses** sobre o material disponibilizado e,

ao contrário de modelos fechados e perfeitos pré-existentes (com farta e abundante bibliografia de apoio), com uma bibliografia escassa em termos históricos e quase inexistente em termos arqueológicos. Modelos não respondem questões pertinentes a dezenas de parcialidades ao longo de centenas de anos: não resolvem nem dirimem dúvidas. Ao mesmo tempo, ainda se desconhece a mudança interna existente dentro das parcialidades em contato com grupos diferentes.

Nossa exposição é, em face da ausência de padrões ou estudos locais de enterramentos dos horticultores falantes do Tupi-Guarani, apontar que sérias dúvidas persistem, tais como:

- Situação dos enterramentos frente ao status de chefia temporal;
- Situação dos enterramentos frente ao status de chefia espiritual;
- Situação dos enterramentos frente às distintas parcialidades;
- Situação dos enterramentos frente aos diferentes momentos históricos.

Esses questionamentos são fundamentais para que nenhuma hipótese ou especulação seja tomada como premissa ou paradigma quanto à Arqueologia da morte. Infelizmente, as publicações na região sul do Brasil ainda inviabilizam qualquer fonte a ser tomada como segura ou única na interpretação dos enterramentos até hoje exumados em condições quase sempre adversas. Sendo assim, e embora extenso como prólogo, é necessário que se façam algumas observações para que se evitem precipitações interpretativas em futuros achados.

O primeiro momento a ser considerado é a ausência total de trabalhos sistemáticos sobre enterramentos arqueológicos identificáveis do ponto de vista temporal, étnica e socialmente falando. Por se tratar de uma área pouco conhecida, ainda persistimos na dúvida de tratar o local como de ocupação Guarani, grupo Guaranizado ou de fala Tupi-Guarani, que são MUITO diferentes e devem ser tratados de forma cuidadosa e ainda incipiente na Arqueologia nacional.

Em comunicação pessoal, José Proença Brochado (1999) afirmou que as vasilhas

(4) Neste caso pode-se citar a dissertação de Noelli (1993) e as propostas de investigação de Noelli e Montardo (1989), que apresentam elementos a ser considerados para os arqueólogos de campo. Não descrevem, porém, nenhuma prática de campo na qual seu próprio modelo tenha sido testado.

(5) A equipe do LEPA-UFSM realizou, em caráter de urgência, três salvamentos arqueológicos com enterramentos Guaranis, a saber: duas urnas funerárias com pouquíssimos vestígios ósseos em São Martinho da Serra; um enterramento em vasilha Guarani em um cerrito em São Gabriel; e uma doação de ossos em vasilha Guarani proveniente da localidade da Cabeceira do Raimundo, Santa Maria. Os resultados aguardam publicação.

grandes, no caso as painéis utilizadas como urnas funerárias, eram semelhantes entre os Guaranis do Rio Grande do Sul e os Tupinambás de São Paulo, conforme seu levantamento bibliográfico de formas de vasilhas cerâmicas do leste da América do Sul. Da mesma forma, ainda segundo Brochado, as diferenças e disparidades das informações **não** permitem nenhuma afirmação definitiva, uma vez que qualquer descrição será praticamente única no cenário arqueológico do sul do Brasil, não sendo o mesmo em outros estados.

A localização geográfica do município sugere uma **provável** ocupação Guarani, mas sujeita a uma série de indagações, como por exemplo, influência de outros grupos, Guaranização, contato interétnico predominante, entre outras possibilidades.

Até o momento desta revisão bibliográfica, os dados utilizados são compostos de três tipos de informações não excludentes, mas não necessariamente complementares, que devem ser tomadas com diversas ressalvas para que não se caia no reducionismo.

– As informações dos viajantes e jesuítas dos séculos XVI ao XVIII, tratando dos índios de forma exótica ou pejorativa, sem preocupação propriamente descritiva, ainda mais se tratando do assunto em questão;

– As informações dos viajantes de meados do século XIX e início do século XX, que são tratadas desconsiderando-se os efeitos nefastos dos contatos, que necessariamente modificaram as formas tradicionais de vida e socialização das informações em questão;

– As informações de autodidatas, etnógrafos e antropólogos do nosso século, cientificamente elaboradas, porém, em contato com realidades distintas das tradicionais.

Sendo assim, é praticamente impossível considerar estas informações, seja em nível de analogia direta ou etnográfica, mas que poderão ser tomadas como base para especulações que deverão ser comprovadas em outras oportunidades, quando uma maior quantidade de enterramentos forem escavados de forma sistemática, controlada e fartamente documentada.

Em primeiro lugar, os ossos provavelmente sofreram descarnamento, ou seja, houve cortes em certos ossos que remetem ao descarna-

mento ou ao corte dos ligamentos entre os ossos e os nervos, cartilagens ou ligamentos que uniam o esqueleto aos músculos. Neste sentido, podem ser interpretados como provável descarnamento os ossos do maxilar inferior, costela e fêmur, que apresentam cortes finos em coincidência com músculos e ligamentos.

Os tipos de corte encontrados, no entanto, não se reduzem a cortes de descarnamento. A hidratação do osso em situação *peri mortem* deixaria cicatrizes semelhantes ao já observado em outros rituais para fins de enterramento ou antropofagia. Em nosso caso, existem sulcos e cortes de caráter antrópico ou tafonômico diferentes do descarnamento. Nossa observação no Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas – LEPA/UFMS –, em dois enterramentos anteriormente exumados, nos municípios de São Gabriel<sup>6</sup> (formação geológica do Escudo Cristalino ou Sul Rio-Grandense) e no município de São Martinho da Serra<sup>7</sup> (formação geológica da Serra Geral) nos apresentaram evidências de descarnamento, nas quais este, no momento da morte – *peri mortem* –, propicia um tipo de marca no osso hidratado, deixando vestígios específicos diferentes dos cortes realizados no osso seco.

O material ósseo apresenta uma série de alterações dignas de nota do ponto de vista histórico, etno-histórico e arqueológico Guarani. As informações existentes sobre os Guaranis serão tratadas a partir da análise dos ossos, não com o intuito de direcionar a interpretação, mas, ao contrário, que sejam possíveis leituras distintas frente às diferentes possibilidades que as informações viabilizam sobre o material proposto.

A partir das características descritas supra-citadas, buscaremos construir uma hipótese sobre várias possibilidades relativas ao enterramento, considerando as especificidades dos grupos Guarani já conhecidas, como por exemplo, enterro primário e/ou descarnamento, enterramento em urna, entre outras:

(6) Urna funerária com ossos humanos encontrados por um agricultor em um cerrito, trabalho de campo coordenado por Saul Milder, 1998.

(7) Urna funerária resgatada por André Soares e equipe do LEPA, dezembro de 1998, IV Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos, no prelo.

– Uma única etapa, em que os ossos foram descarnados, cortados e, em seguida, processos pós-deposicionais perturbaram e/ou alteraram os cortes. Queima de ossos por incêndio ou queima intencional;

– Duas etapas, nas quais o indivíduo passa por um processo de descarnamento; posterior ‘violação’ do sepultamento e realização de cortes, fraturas e queimas.

– Quatro etapas, nas quais o indivíduo foi descarnado para enterramento; recolhido para queima com posterior abandono; alterações tafonômicas e/ou antrópicas (carnívoros e raspagens) e; enterramento final em urna.

– Quatro etapas, com exposição do cadáver à intempérie, descarnamento e limpeza dos ossos, queima parcial e enterro na vasilha;

– Cinco etapas, com exposição do cadáver à intempérie; descarnamento e limpeza dos ossos – uma vez decomposto o cadáver; enterro em urna; queima parcial; re-enterro em urna;

Centrar-nos-emos na terceira hipótese, devido aos seguintes argumentos:

A primeira hipótese é inválida por que os cortes de descarnamento não são contemporâneos aos outros cortes, realizados em ossos já secos e sem tecidos musculares; ao mesmo tempo, as fraturas decorrentes dos cortes evidenciam um período bem depois da morte em que os ossos já estavam desidratados.

A segunda hipótese não é inviável, mas seria uma coincidência bastante grande que os ossos escolhidos para serem cortados fossem os mesmos já queimados em momentos idênticos, face principalmente ao fato dos cortes serem posteriores à queima, como atestam as deposições de carvão na superfície dos ossos e esparsas dentro das áreas raspadas e cortadas, de forma que trabalharemos como eixo norteador a hipótese três. As hipóteses quatro e cinco, embora viáveis, não cabem nos procedimentos conhecidos para os Guaranis, ou seja, exposição à intempérie do cadáver, muito embora existam marcas que poderiam conduzir a este raciocínio.

Os elementos que disporemos agora serão no sentido de apontar que dois fatores devem ser observados na problemática levantada: os cortes devem ser posteriores ao descarnamento e, em segundo lugar, à queima.

Embora seja assunto extremamente delicado, em face da completa ausência de escavações ou exumações controladas em urnas funerárias Guaranis, acreditamos que se trata, em virtude das distintas etapas pelas quais passaram os ossos, de uma ‘violação’ ou queima intencional seguida de retirada de pó ou pequenos fragmentos dos ossos.

### Documentação do século XVII

Deve-se observar, primeira e principalmente, que não possuímos qualquer registro, arqueológico, histórico ou etnográfico, de queima dos ossos, cremação de cadáver ou queima de ossos intencionalmente entre os Guaranis. Em nenhuma das parciais estudadas, ao longo de cinco séculos de contato, existem registros, informações ou citações de queima em ossos, salvo a hipótese colocada a seguir.

Para que esta hipótese tenha sustentação é necessária uma digressão relativa aos tipos de enterramentos conhecidos, à importância do enterramento e da conservação dos ossos, e à fragilidade dos dados etno-históricos para um texto consistente de fato.

Começaremos pelo último:

As informações históricas utilizadas são sempre fragmentadas, no sentido descritivo, étnico e cultural: com isto estamos afirmando que as existentes provêm de grupos muitas vezes descritos com forte carga eurocêntrica, sem precisão do grupo com que se trabalha e sem aprofundamento sócio-temporal, quer dizer, sem integração social ou tempo suficiente para conhecer a sociedade a fundo.<sup>8</sup> Isto não quer dizer que esses dados não possam ser utilizados: apenas que eles não podem ser tomados como verdade última ou absoluta, frente ao fato que não sabemos, exatamente, de quem estamos falando. Os Guaranis têm sido tratados como uma massa homogênea que vai contra a identidade étnica das diversas parciais e

(8) Esta proposição não é nova: diversos autores trabalham com a inconsistência e fragilidade das informações, como Melià (1988), Noelli (1993), Soares (1996,1997) entre outros.

suas mudanças e transformações ao longo do tempo. Tomemos um exemplo:

“... el mestizamiento ... en el proceso de este curce racial predominaba la práctica de que los avá fundaban sus mismos “teyy” entre los grupos avasallados, de donde la simultaneidad de una “guaranización” culturoolingüística; el mestizamiento direto, mediante mujeres cautivas y niños integrados o mestiços, era más frecuente con las guayaná-gé...” (Susnik 1970/80:11)

Sendo assim, utilizaremos os dados históricos,<sup>9</sup> mas cobrindo todo o texto com as ressalvas de que são diversos grupos que passaram distintas experiências, portanto, trata-se de uma hipótese especulativa de trabalho.

A crítica às fontes já foi realizada, de forma que poderemos voltar à questão do enterramento da forma como é conhecido entre os Guaranis históricos, para buscar fontes de analogias com o estudo de caso. Os modelos teóricos<sup>10</sup> apontam para enterramentos primários e secundários em urnas, e primários diretamente sob o solo. As escavações arqueológicas sistemáticas e realizadas por arqueólogos têm poucas referências no sul do Brasil.<sup>11</sup>

Os enterramentos primários e secundários, ainda segundo modelos especulativos (Soares 1997) devem ter relação com status social e religioso, seguindo as informações históricas e antropológicas de diferenças hierárquicas tanto nas chefias temporais como espirituais.

Isto não evita as diferentes e divergentes informações sobre enterramentos, locais de enterramentos e tratamentos diferenciados dados aos mortos por grupos próximos e usualmente utilizados para analogia etnográfica. Apresentamos, mesmo que de forma longa, alguns exemplos:

“Generalmente, el entierro tiene lugar en la choza del fallecido, aproximadamente a un metro de profundidad bajo tierra. Si el Pañ muere

fuera de la choza, y es enterrado fuera de ella, entonces debe colocarse por encima de su tumba un techo protector. Al muerto se le agrega en la tumba todo su haber personal antes también rifle y machate – éstos, hoy en día casi siempre exceptuados – pero no tocado por los parientes. Por eso no hay entre ellos derecho sucesorio” (Müller [1913] 1989:30) (sobre os Pañ-tavyterã, conhecidos também como ñandeva ou Pay)”

“Fui informado, ainda, que os executados como feiticeiros ruins não são sepultados dentro da casa, mas soterrados sem solenidade na mata onde os parentes os podem ir lastimar.” ( Baldus [1935] 1970: 302) (sobre os Tapirapé)

“Quando muere alguno dellos entierralo assentado y pónence de comer con una rede en que ellos duermen, y dicen que sus ánimas andam por los montes y que vienen allí comer (pg.137) (...) esto porque creen, según dicen, que después que muren tornan a comer y descansar sobre su sepultura. Hechanlos en cuevas redondas, y si son principales hâzenles una choça de palma...” (Serafim Leite [1538-1553] 1954:152) (dos tupis do litoral)

“.. quando se muere alguno ayunan dos dias; todas las de su casa no comen carne ni van al rio... y las indias han de llorar a gritos y se suellen dar muy crueles golpes; enterran sus difuntos en el campo o hacienda, sobre la sepultura unas choquelas y de quando en quando van a limpiar la yerba que nace en ella porque asi dicen que descansa el difunto; cortan los puños de las hamacas en que los entierran porque si no, moriran otros de la misma casa, por la misma raçon quitan las cuerdas de hamaca, y en la sepultura. Mientras lo entierran no a de caer basura alguna porque si cae se moriran otros de aquella parcialidad. Si la difunta es india que tenia hijo al pecho va una vieja a la sepultura con un redajo y como que ensaca con el algo, lo mece dos o tres veces, con lo qual saian el alma de alli porque el niño no se muera porque el alma de la india ayuda a criar al niño y se se queda en la sepultura, el niño a de morir.” (Cortésão 1951:274) (dos Guaranis do Guairá, 1549)

“O costume Tapirapé de enterrar o morto no interior da casa era ou é praticado por muitas tribos Tupí, a saber, pelos Tupinambá (Léry, Gabriel Soares de Souza), ... Kaingúá (Ambrosetti), Guaraní (Metraux), Chiriguano (ib.), Kokama (ib.) (...) Seja como for: o costume de sepultar o morto dentro da casa onde morou, e de continuar habitar esta casa mostra os Tapirapé como parentes dos Tupinambá e da maior parte das tribos da mesma família lingüística diferenciando-os dos Karajá (Krause), dos Kayapó (ib.) e das tribos do Culiseu (Von Den Steinen)”. (Baldus, op.cit.:157)

Estas citações seriam suficientes para mostrar que, em termos de analogia etno-

(9) As fontes mais conhecidas e sobejamente citadas são Susnik (vários) Montoya (Dicionários e a Conquista...), Cadogan (1992).

(10) Ver Noelli (1993:102-105).

(11) Um caso é a descrição de Chmyz (1974). Na maior parte das vezes conhecemos casos de 'salvamento' de urnas por arqueólogos que engordam coleções museológicas, mas, sem nenhuma preocupação científica.



ráfica ou histórica, os Guaranis e seus parentes lingüísticos formariam uma bela colcha de retalhos', como costuma acontecer. Mas talvez a citação de Métraux (1979), abaixo, seja o suficiente para indicar que não há, segundo a bibliografia, um *padrão* de enterramento, mas **diferentes possibilidades** frente ao grupo e ao status social.

"Em se tratando de um chefe de família, enterram-no em casa, no próprio local onde costumava dormir; se é uma criança, o morto é sepultado fora e atrás da oca. Alguns o são nas plantações e outros nos sítios de sua preferência. (pg.107) A gente comum, ao que parece, era enterrada fora das habitações. Todavia, os índios não esqueciam de erigir no túmulo uma choça em miniatura. A presença de um teto sobre a sepultura era, provavelmente, julgada indispensável, pois, quando os tupinambás abandonavam alguma aldeia, destruíam as habitações, mas tinham o cuidado de depositar folhas de palmeira pindó no local onde repousavam seus antepassados." (Métraux 1979:108, sobre os tupinambá)

Isto posto, pode-se perceber que o enterramento encontrado faz parte de uma gama de possibilidades enterratórias comuns aos grupos de fala Tupi-Guarani, e igualmente comum às distintas parciaisidades Guaranis, como colocado.

Mas outro ponto deve ser salientado, que a importância que os Guaranis dão aos ossos após o enterramento, seja ele primário ou secundário. Para que não recaíamos nos mesmos erros supra-citados, colocaremos um exemplo histórico e outro etnográfico, a saber, proveniente das Cartas Anuais de 1637 (Maeder 1984) e, mais adiante, das experiências de Cadogan (1992).<sup>12</sup> Infelizmente, não sabemos de que grupo Guarani se trata, mas vemos que se passou na área de abrangência do Colégio de "La Rioja":

"En cierta choza pajiza estaba tendido un indio muy anciano.... pero viviendo en su juventud entre los infieles, había vuelto a las costumbres gentiles...(sobre) La confesión. En este acto notó el confesor al lado de la cama del enfermo (pg.67) una especie de ataúd cubierto con un paño negro, y preguntó al anciano, que significaba ésto.

2) Este dicionário tem um história própria, pois o autor o escreveu com intuito de aprofundar os mitos anscritos em Ayvu Rapyta (1953).

Contestó: Los restos de mis antepasados, se guardan allí en señal de amor y reverencia. (...) Exteriormente estaba pintado y contenía adentro siete cráneos adornados con plumas en forma de corona y una sarta de chaquiras como collar. No quiso que estos restos tuviesen mayor distinción que las almas de estos difuntos, y así los entregó al fuego. Al saber esto el viejo y una vieja que les acompañó, comenzaron a dar señales de luto a su usanza, y por varios días seguidos no encendieron fuego." (Maeder 1984:66).

A lingüística como fonte de informação, baseada na reminiscência vocabular também se mostra complicada, pois os Mbyá-Guarani usam ambas as formas de expressão para os enterramentos:

"... **mba'e guachu rupa** "lecho de cosa grande"; probablemente una reminiscencia de la época en que los mbyá, como otras naciones tupi-guarani, enterraban a sus muertos en urnas;" "(...) **ygarýpy ñamboupa va'e yvyra kãnga** en (recipiente de) cedro depositamos el esqueleto." (Cadogan 1992: 103;116)

" (...) **omano va'e romboupa takuapemy ipy, ko'eramo roñomo** al muerto lo colocamos en una estera y al día siguiente lo enterramos." (Ibid, 132)

## Culto aos ossos

O culto aos ossos que aparece desde as Anúas é fartamente descrito por Cadogan, mas diversas lacunas ficam abertas para as formas como este 'culto' é realizado. Abaixo exporemos alguns dos verbetes do dicionário que, deve-se observar, não tratam do culto no passado, mas como uma *práxis* corrente até o ano de escrita de Ayvu Rapyta (1953).

"**kãngo** deshuesar, quitar los huesos; **pira eikãngo kyringue o'u anguã** quita los huesos del pescado para comerlo el niño; usado también al referirse a la preparación del esqueleto de un niño para el culto de los muertos. **kãnguekue omboetery** hizo que la palabra fluyera por el esqueleto, hizo que vuelva a encarnarse el espíritu." (Cadogan 1992:78);

"**karai oguerojapychaka yvyra'i kãnga** el sacerdote 'hace escuchar' el esqueleto, objeto de culto; **rojeroky** danzar con, danzar en homenaje a; **oguerokeroky kãnguekue** danzó con los huesos, con el esqueleto, objeto de culto" (ibid: 159);

"**rokandire** alcanzar el estado de inmortalidad 'kandire' juntamente con el objeto de culto;

todos los ejemplos anotados guardan relación con el culto del esqueleto de párvulo” (ibid, 160);

“**roñembo**’e rezar referente a, rezar por; **Takua Vera Chy Ete ogueroñembo’e yvyra’i kanga** – Takua Vera Chy Ete rezo referente al esqueleto (Leyenda de Takua Vera Chy Ete)” (ibid, 161);

“**Takua Vera Chy Ete** heroína divinizada que obtuvo **aguyje** la perfección danzando y entonando himnos em honor de **yvyra’i kãngua** los huesos de un hijo que se la había muerto”(ibid, 166);

“**takuaryva i kãnga** ‘nombre religioso’ del esqueleto humano (feminino); **takuaryva i kãnga mitã’i** ‘nombre religioso’ del esqueleto de una niña.” (ibid, 166)

Certamente trata-se de uma coincidência, mas Montoya, em sua *Conquista Espiritual* (1639 [1989]) relata uma casa na qual se realizava o culto de ossos que, segundo o pajé, retornaria à vida, fazendo que os parentes conservassem o seu corpo defumado em uma rede.

“...de aquel monte descubrieron un templo adonde eran honrados aquellos huesos secos...(..) Recogieron los Padres los huesos, plumas y arreos...(..) descubrimos unos hediondos huesos que aunque adornados con vistosas plumas nunca perdieron su sucia fealdad” (Montoya [1639] 1989: 132, 134)

Mas, ressalvada a importância que os ossos e os restos mortais possuem, cabe a pergunta: qual o motivo dos cortes, raspagens e queima do estudo de caso? Ao que tudo indica, e a análise dos ossos aponta para isto, os cortes, raspagens e queimas foram realizados em algum momento após a extinção dos tecidos moles, não comendo, desta forma, parte do descarnamento com fins de sepultamento. O estado de conservação dos ossos aponta, ainda, para dois momentos de cortes, um com esses ainda frescos e outro com os ossos secos.

Não sabemos o que levaria um indivíduo a ‘profanar’ o túmulo de outro. As informações históricas já trabalhadas em momentos anteriores (Soares 1997) não relatam nenhuma ação específica ou causa para tal ‘profanação’. Dentro do exercício especulativo, sabemos que o maior número de informações a respeito dos Guaranis históricos encontram-se naquelas descritas pelos padres da companhia de Jesus, os jesuítas e especialmente, os

Dicionários de Montoya.<sup>13</sup> A ausência completa dos assuntos religiosos dos índios nos dicionários e *Ânuas* justifica-se porque sempre foram tomados como costumes pagãos a serem redimidos, por isso sua total ausência na bibliografia jesuítica, citados esporadicamente como exemplos da ausência da fé e da barbárie indígena.

Infelizmente, as únicas informações sobre queima de ossos secos provêm do procedimento dos padres jesuítas em relação ao culto aos ossos. Tanto os padres do Colégio de ‘La Rioja’ em 1637 como Montoya, em 1639, comentam, rapidamente, como os ossos destinados aos cultos são queimados, preferencialmente em praça pública, em fogueiras (abertas, não em buracos ou fornos). Paradoxalmente, e ao mesmo tempo, não se registrou que os ossos tenham sido queimados até a pulverização ou somente como fim de culto pagão. Tampouco aparece o destino dos ossos após a fogueira.

Até aqui teríamos uma hipótese plausível para a queima dos ossos, no sentido que, pertencendo a um objeto de culto por parte dos Guaranis, o esqueleto foi profanado por padres e levado à fogueira como forma de terminar o culto.

Restam ainda as alterações que não pertencem ao descarnamento, como as faixas raspadas. Considerando a inexistência de informações como dados utilizáveis, poder-se-ia supor que a completa ausência ao tratamento dado aos ossos, bem como o que levaria um indivíduo a ter seus ossos quebrados, raspados e queimados, seja assunto fora da alçada da religião cristã, leia-se feitiçaria (especificamente no período anterior ao contato com os europeus). Desta forma, considerando os atributos supracitados (de raspagem e queima de ossos) como ausentes da bibliografia corrente tanto dos séculos XVI como XVII, XVIII e XIX, cremos ser possível inferir que este assunto refere-se a um domínio cultural que não pôde ser acessado ou descrito, que poderíamos entender como a religião ou as

(13) Sobre a importância dos dicionários de Montoya para a etno-história Guarani, ver Melià (1988), Noelli e Landa (1990) e Noelli (1993).

formas de expressão relacionadas à ligação do homem com o sobrenatural.

Adentrando no funil, cada vez mais tênue, das informações que temos, devemos buscar na possibilidade da religião indígena uma hipotética explicação para a 'profanação' encontrada. Esta elástica ida-e-vinda na bibliografia histórica e antropológica só pode ser considerada dentro da total ausência de informações e, ao mesmo tempo, da fragilidade das analogias e inexistência de dados mais concretos.

### Papel dos pajés

Em que caso poder-se-ia molestar um indivíduo no *post mortem*, haja vista a preocupação supracitada com o destino dos ossos e o descanso do seu proprietário?

No nosso entender (e somente frente à ausência de dados melhores), nos casos de feitiçaria ou relacionado à questão religiosa, próxima ao culto aos ossos. Nas entrelinhas, percebe-se que há uma possibilidade de que se continue o culto aos ossos:<sup>14</sup>

"...pudiesen ver el desengaño en los huesos fríos, mostrólos el Padre declarando los nombres de cuyos eran. (...) A porfía traían leña para quemarlos, y así se hizo en presencia mía para que no llevasen algún hueso, y con él continuasen su mentira" (Montoya op.cit.: 136)

Cadogan possui alguns verbetes que podem esclarecer o papel do pajé, sua importância e o respeito que lhe creditam, muitas vezes transformado em temor. Como representante e elo de ligação com o sobrenatural, poderíamos encontrar um sem-número de citações que atestam o destaque do pajé dentro da sociedade. Consultado para expedições de guerra, equilíbrio social, mágico-religioso, físico e espiritual, o pajé controla uma grande quantidade de forças que não é

enfrentada nem pelo chefe mais audacioso, como atestam os documentos.<sup>15</sup>

Não nos cabe neste momento apresentar as hierarquias entre os pajés localizadas nos documentos,<sup>16</sup> mas apontar que estas figuras são tão benquistas quanto temidas. Se pensarmos na segunda possibilidade e no que, em breves exertos, significa a pajelança, poderemos esboçar uma tímida e incipiente idéia do papel do pajé.

"... el poder impositivo de los shamanes dominadores de las fuerzas mágicas desconocidas. En contraste con los guaraníes históricos, culturalmente marginados e ideológicamente consciente y predominantemente su "tekó porã" vivencial y su "teko kaví" socio-cultural, siendo los shamanes en su rol de "yeri kyhara" verdaderos impulsores del dinámico "o guaitá" y, no menos, del agresivo "marãndekó". (Susnik 1979/80: 10)

Sendo assim, a parte a seguir refere-se à mais profunda especulação histórica, sem nenhum caráter comprobatório antes de maiores análises ao material ósseo e a bibliografia paraguaia contemporânea. Já colocamos acima a importância dada pelos diversos grupos Guaranis aos mortos e aos ossos, independente do local ou tipo de enterramento utilizado. Isto nos levaria a crer em uma valorização do momento da morte e no destino dado aos ossos de forma generalizada para as distintas parcialidades. Fato é, no entanto, que os ossos exumados encontram-se bastante atingidos por ações provavelmente posteriores ao enterramento.

Desta forma, fomos buscar em que casos pode-se violar o enterramento e, frente a esta negativa, face ao caráter sagrado da sepultura, como buscar uma explicação plausível para a violação.

O que pudemos averiguar é que, por deter a ligação entre o mundo dos vivos e dos não vivos, o pajé também é alvo de temores tão agudos que, em casos extremos, pode levar à

(14) Ver também citação acima de Maeder, 1984. Devemos lembrar que, todavia, nesta mesma passagem, em outro lugar, Montoya refere-se a três esqueletos que eram objeto de culto, enquanto ele relata o destino de apenas um deles. Curiosamente, não aparece o destino dos outros ossos queimados.

(15) Para uma leitura extensa, ver Manuscritos da Coleção de Angelis, Jesuítas e Bandeirantes no Itatim; no Uruguai; no Tape; no Guairá.

(16) Em Soares (1997), apresentamos a hierarquia horizontal que ocupam os pajés 'sopradores', 'chupadores' e os kará ambulantes.

vingança a ser efetuada sobre o próprio pajé, com penalidades variando com as atribuições dos males por ele causados. Novamente exporemos uma longa lista de verbetes advindos dos dicionários de Cadogan para que esboçemos analogias tímidas:

a) **ipoataa rupigua** cosa o ser que se halla fuera de nuestro alcance; **mba'evykya ipoataa rupigua** hechicero que, por pertenecer a otro grupo, no puede ser alcanzado físicamente; para castigar-le, se recurre a la hechicería. (p. 57)

b) **mondýi** espantar, escarmentar; **poroavykya oikóramo ñamondýi vaipa va'erã, ipoapy rupi ñaikychimba i va'erã** si hay brujos, debemos escarmentarlos ejemplarmente: debemos inferirles numerosas heridas en el antebrazo. (p. 100)

c) **mba'eu guachu** "cosa grande", 'nombre religioso' del cadáver humano; **mba'eu guachu mboavai'eya** profanador de cadáveres; los que, en vez de resucitar al héroe solar, intentaron asarlo y devorarlo, siendo convertidos en **uruvu** buitres (mito del robo del fuego). (p. 103)

d) **mba'ekuaa** sabiduría, conocimiento de las cosas; también designa la ciencia perniciosa – conocimientos de brujería – como el la venácula; **oime amongue karai guapicha rete ire omba'ekuaa oiporu, tatápy ombojecha** a veces hay chamanes que usan sus conocimientos contra (los cuerpos de) sus prójimos haciendo que el fuego les abraze (que se encuentren en el fuego – con fuego o fiebre mortífera). (p. 104)

e) **tembiavykykue** víctima de embrujamiento, "el que ha sido objeto de herida o manuseo furtivo", **embiavykykue** la víctima de su hechicería; **ñarandu vai va'e rembiavykykue omanóramo, jajuka eteve i va'erã** si muere la víctima de un brujo, debemos matarlo" (p. 175)

Buscando analisar o enterramento encontrado à luz destes verbetes, observamos (sempre afirmando tratar-se de uma especulação acadêmica e de analogia um tanto forçada, mas única à disposição) que os feiticeiros são respeitados mas, em caso de utilização maléfica do seu conhecimento, duramente castigados. Se colocássemos em ordem as punições, teríamos inicialmente o verbo **a**, sendo o feiticeiro de outra aldeia, apela-se, segundo a Lei de Talião, para outro feitiço. Caso haja no próprio grupo o conhecimento do uso maléfico de feitiçaria, usam a punição exemplar, como no verbo **b**, que sinaliza para uma punição do tipo corretiva, ou seja, aplicar feridas no braço. Em caso de morte, como no verbo **e**, continua vigorando a Lei de Talião.

Uma hipótese seria, então, isolarmos os ossos do enterramento segundo a ótica dos verbetes **b/e**, e teríamos, assim, um indivíduo que, tendo utilizado a feitiçaria, foi morto e, não cessando o efeito de seu malefício, em seus ossos foram realizadas 'numerosas feridas em seu antebraço' para uma punição exemplar. Talvez isto explique, ainda que de forma simplória e especulativa, a 'profanação' de um túmulo, caso diferenciado do verbo **c**, no qual não se encontra a explicação para as raspagens nos ossos.

Outra hipótese, ainda mais remota, seria buscar a explicação justamente pela existência das escarificações nos ossos que foram mais queimados. As raspagens são notadamente alterações antrópicas, das quais não temos referências na bibliografia histórica ou arqueológica. Desta forma, buscamos possibilidades na bibliografia recente para tentar explicar a realização das raspagens após a queima dos mesmos ossos. A coincidência entre queima e raspagens nos leva a **especular** a utilização destes ossos como componentes para uma ação culturalmente desconhecida, eliminada a possibilidade de perturbação tafonômica. Em se tratando da confecção do cachimbo ritual, esta é assim descrita por Garlet e Soares<sup>17</sup> (1998: 251-274):

"Os petyngua que se destinam ao uso ritual normalmente contém ossos em sua pasta. O animal preferido é o porco do mato, koxi (**tajassú**) considerado **ñanderu rymba** (animal doméstico de Nosso Pai). (p. 155). Também referem-se aos ossos do **kaguaré** (tamanduá), outro animal que emprestaria maiores poderes ao cachimbo. O tratamento dado aos ossos consiste em torrã-los junto à fogueira e pulverizã-los no pilão : **ña'e'u ñamopiru kãngue ku'i kaigue reve, jajapo petyngua, ñamochyi kãngue reve ñambojy**, 'mezclamos arcilla con huesos calcinados pulverizados, hacemos la pipa, la pulimos con un hueso y la cocinamos'. (Cadogan 1992: 140). Constata-se, portanto, que o processo de produção de cachimbo, desde as observações feitas por Cadogan aos dias atuais, permanece inalterado. Apesar da dificuldade em encontrar alguns elementos imprescindíveis a sua

(17) Garlet, Ivori; Soares, André Luis R. In: P.P. Funari (Org.) *Cultura Material e Arqueologia Histórica*. Coleção Idéias. IFCH – Unicamp, 1989: 251-274.

confeção, ainda que do ponto de vista simbólico. Os mbya do RS não tendo à disposição ossos de koxi, incursionam com frequência pela Argentina e Paraguai com a finalidade exclusiva de adquirir, junto aos seus parentes, petyngua confeccionados com ossos deste animal. Tais cachimbos constituem-se em verdadeiras raridades, tendo sua circulação e uso restrito entre os líderes religiosos.” (p. 256).

Deve ser dada uma especial atenção a que o verbete de Cadogan não fala a quem pertence o osso, apenas que é utilizado. Da mesma forma, Garlet e Soares apresentam a importância do cachimbo feito com tais ossos. Não se poderia, hipoteticamente, profanar um túmulo para obter os ossos a fim de serem calcinados e pulverizados para a confecção de um cachimbo? Não encontraria eco, desta forma, nas maneiras antes antropofágicas de ‘aquisição’ de poder espiritual? E, estando o osso já calcinado, não seria utilizável o osso como amuleto e seu pó como antiplástico?

O cachimbo dos atuais Mbyá-guaranis é uma peça anômala em diversos sentidos. Em comunicação pessoal, Brochado afirma que nunca foram encontrados cachimbos de cerâmica em escavações arqueológicas como aqueles confeccionados pelos Mbyás. Ao mesmo tempo, é provável que anteriormente fizessem seus cachimbos de madeira, face a sua completa ausência do registro arqueológico.

Explica-se a anomalia do cachimbo de cerâmica:

– Sua confecção é realizada por homens (ao contrário das mulheres), com nomes específicos, sendo vedada sua produção a determinados nomes;

– A técnica utilizada é o esculpido em todas as suas etapas (ao invés de modelado ou acordelado, como é a técnica tradicional de confecção cerâmica entre os guaranis);

– O antiplástico utilizado é preferencialmente o osso e, no caso descrito por Garlet e Soares, *de animais domésticos da divindade*, ao invés das ofertas locais de areia ou minerais usuais.

Na mesma esteira da especulação anterior, se partirmos das raspagens e queimas realizadas sobre os ossos, percebemos uma ‘intencionalidade’ na realização das raspagens. Excetuando-se aqueles atribuídos à técnica

utilizada pelos não-acadêmicos, podemos perceber que diversos ossos foram cortados, raspados e queimados em um conjunto claro de atividades seqüenciais que não devem ser atribuídas ao acaso. Ampliando a especulação, a título de curiosidade, é importante salientar que os ossos são considerados elementos que ampliam o poder do cachimbo: não se poderia imaginar que os ossos de um pajé – considerando enquanto divindade<sup>18</sup> – tivessem o mesmo efeito? São possibilidades.

## Conclusões

Podemos arrolar os seguintes itens de conclusão:

1. Esqueleto humano enterrado em vasilha cerâmica, utilizada como urna funerária, com tratamento de superfície do tipo Corrugado, pertencendo à Tradição Tupiguarani, segundo TERMINOLOGIA (1976) do PRONAPA. Segundo outras classificações pode também ser enquadrada na Tradição Policrômica Amazônica, Subtradição Guarani (Brochado 1984), Cultura Arqueológica Guarani (Soares 1997) ou Sistema Regional Guarani (Morais 1999);

2. Trata-se de indivíduo adulto do sexo masculino, identificado por meio do *locus amelogenina*. Indígena, comprovado pela presença de dente incisivo em forma de pá, característica morfológica freqüente em grupos de origem mongolóide;

3. No estudo da integridade óssea constatamos a presença de quebras recentes, causadas provavelmente pela exumação do material por não arqueólogo e quebras antigas, testemunhadas pela inclusão de sedimentos aderidos às trabéculas. As fragmentações antigas são, na maior parte, transversas e irregulares, indicando sua ocorrência no osso já desidratado;

(18) Paul Banh, em seu *Manual do Blefador* “Tudo o que você gostaria de saber sobre Arqueologia e jamais teve coragem de perguntar”, EdiOuro, SP, 1989, afirma que os arqueólogos sentem-se irresistivelmente atraídos a explicar como religioso TUDO aquilo que ele não tem a mínima idéia do que se trata.

4. Constatamos marcas de descarnamento para enterramento secundário na mandíbula, no fêmur direito, em alguns fragmentos de costela e no fragmento do osso do quadril. As poucas evidências encontradas podem significar que o corpo se encontrava em adiantado estado de putrefação, necessitando de pouca limpeza ou os cortes foram mascarados pelas alterações realizadas posteriormente, como queima, raspagem etc.,

5. Os ossos apresentam diferentes graus de queima; foram considerados não queimados, levemente queimados ou ligeiramente queimados. A variação da cor dos ossos, provocada pela queima, vai do amarelo claro ao marrom avermelhado em temperaturas que, provavelmente, variaram entre 185° C e 525° C, com predominância de 185° C. Pelas características apresentadas, podemos inferir que a queima ocorreu com o osso já desidratado, muito tempo depois da morte do indivíduo;

6. A partir da queima e da datação obtida, acreditamos que se trata de um caso de culto aos ossos realizados pelos Guaranis, que foi queimado pelos padres jesuítas, uma vez que existem dados bibliográficos que corroboram a hipótese ao mesmo tempo em que não existem indicações de queima de ossos realizados pelos Guaranis nem no período de primeiros contatos e tampouco no período histórico;

7. Baseados na análise das quebras e dos sulcos, descartamos a possibilidade de ataque por animais carnívoros, enquanto o osso ainda estava fresco, isto é, logo após a morte. A ausência das marcas de caninos, de esmigalhamento do osso e de fragmentações em ponta, além de incompatível morfologia dos sulcos, corroboram esta afirmação;

8. As faixas raspadas foram provocadas antropicamente nos ossos já desidratados ou secos posteriormente à queima e à confecção dos sulcos. Podem ter sido feitas com lasca de pedra, com exceção do úmero, que parece ter sido friccionado contra um suporte lítico;

9. No mapeamento das alterações, verificamos que os ossos mais alterados são os mais queimados, o que nos levou a inferir que pode ter havido uma intencionalidade entre as duas ações;

10. Reunindo todos os dados, sugerimos **hipoteticamente** que a seqüência dos procedi-

mentos relativos a esta estrutura funerária ocorreu na seguinte ordem: enterramento primário em urna ou cova; exumação; descarnamento; enterramento secundário em urna ou cova; nova exumação; queima; alterações tafonômicas e/ou antrópicas, sugeridas pelos sulcos e depressões; alterações antrópicas sugeridas pelas raspagens; recolhimento e depósito dos ossos e fragmentos na urna e, finalmente, enterramento na urna;

11. **Dentro do caráter especulativo**, podemos relacionar as raspagens com ações antrópicas ligadas à religiosidade guarani, seja no caso de preensão a pajés que causam malefícios, ou ainda da confecção de cachimbos rituais, confeccionados atualmente com ossos de animais pelos atuais Mbyá-Guaranis.

Finalizando, o que tentamos neste breve ensaio foi um exercício interpretativo e especulativo sem pretensão de ser definitivo. Nosso principal objetivo foi demonstrar que, se por um lado, os modelos arqueológicos ou etnoarqueológicos são consistentes, por outro lado não têm necessariamente correspondência com a realidade. Os exemplos apresentados demonstram a dificuldade de realização de analogias, e o quanto estas são frágeis e tênues. Ao mesmo tempo, não se propôs um 'modelo', mas, ao contrário, partir do material escavado e dos vestígios arqueológicos para buscar possíveis, mesmo que tênues, analogias que retirem o véu de sobre o material.

## Agradecimentos

Agradecemos aos docentes, técnicos e pós-graduandos do Museu de Arqueologia e Etnologia-USP, que colaboraram neste trabalho. A Iranides Santana pela digitalização gráfica de figuras. Pela leitura dos manuscritos e sugestões, José Luiz de Moraes, Marisa Coutinho Afonso, Walter Neves, Sandra Nami Amenomori, Saul Milder, Astolfo de Mello Araujo, André Jacobus e Miguel C. Botella do Laboratório de Antropologia da Faculdade de Medicina da Universidade de Granada, Espanha. À FAPESP pelo apoio financeiro.

Esclarecemos ainda que as opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade dos autores.

PIEIDADE, S.C.; SOARES, A.L.R. Considerações sobre um enterramento Guarani: alterações e hipóteses etno-  
stóricas. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 31-68, 2000.

PIEIDADE, S.C.; SOARES, A.L.R. Considerations on a Guarani burial: alterations and  
ethnohistoric hypothesis. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São  
Paulo, 10: 31-68, 2000.

**ABSTRACT:** During the curatorial treatment of the Guarani human bones,  
we observed several modifications as cutmarks, grooves, scratches, depres-  
sions and burn. Due to the lack of studies or reports about similar material in  
Brazilian archaeology, we based the analysis on international bibliography.  
We concluded that part of the modifications is anthropic and, excluding the  
defleshing marks, these alterations were done on bones already dehydrated or  
dry.

In order to understand the occurrence of these modifications, some  
possible interpretations were raised from ethnographic and historic sources.  
These interpretations should not be considered as final conclusions, but only  
sources for future studies.

The main difficulties found were the lack of experimental reference collec-  
tions in Brazil and the shortage of ethnohistoric references related to rituals  
and destination of human bones.

**UNITERMS:** Bioanthropology – Ethnohistory – Guarani – Human bones –  
Alterations.

### Referências bibliográficas

- ALDUS, H.  
1970 *Tapirapé Tribo Tupí no Brasil Central*. São  
[1935] Paulo: Nacional, 511pp.
- BASS, W.M.  
1987 *Human osteology*. Missouri Archaeological  
Society. Special Publication, Columbia.
- BECKER, I.I.B.  
1994 Formas de enterramento e ritos funerários  
entre as populações pré- históricas. *Revista  
de Arqueologia*, São Paulo, 8(1): 61-74.
- BILLMAN, B.R.; LAMBERT, P.M.; LEONARD, B.L.  
2000 Cannibalism, warfare, and drought during  
the twelfth century A.D. *American  
Antiquity*, 65 (1): 145-178.
- BINFORD, L.R.  
1981 *Bones: ancient men and modern myths*.  
Flórida/Orlando: Academic Press.
- COTELLA, M.C.; ALEMÁN, I.  
1998 Las huellas del canibalismo. *Arch. Esp.  
Morfol*. Granada, Facultad de Medicina, 3:  
75-86.
- COTELLA, M.C; ALEMÁN, I.; JIMÉNEZ, S.A.  
2000 *Los huesos humanos: manipulación y  
alteraciones*. Barcelona: Bellaterra.
- ROCHADO, J.P.  
1992 An ecological model of the spread of  
pottery and agriculture into Eastern South  
America. Urbana-Champaign, University  
of Illinois at Urbana-Champaign. PhD  
Tesis. 1984.
- BROTHWELL, D.R.  
1981 *Digging up bones*. British Museum:  
Oxford University Press.
- CADOGAN, L.  
1992 *Dicionário Mbyá-Guarani Castellano*.  
CEADUC/ CEPAG.
- CARVALHO, S.M.S.  
1982 A cerâmica e os rituais antropofágicos.  
*Revista de Antropologia*, São Paulo,  
FFLCH/USP, 26: 39- 52.
- CÉSAR, J.V.  
1972 Enterros em urnas dos Tupi- guaranis. E.  
Shaden (Ed.?) *Homem, cultura e socieda-  
de no Brasil*. São Paulo: Vozes.
- CORTESÃO, J.  
1951 Manuscritos da coleção de Angelis I.  
*Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1549-  
1640)*. Introdução, notas e glossário por  
Jaime Cortesão. Biblioteca Nacional.
- DUNNELL, R.C.  
1970 *Systematics in prehistory*. New York: The  
Fre Press.
- HENRY GRAY, F.R.S.  
1988 *Anatomia*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara.

- LYNAN, R.L.  
1994 *Vertebrate taphonomy*. Cambridge: University Press.
- MAEDER, E.  
1983 *Cartas Anuas de la Provincia Del Paraguay 1637-1639*, Buenos Aires: FECIC.
- MACHADO, L.C.  
1989 Sobre as práticas funerárias de cremação e suas variações em grutas do norte e noroeste de Minas Gerais. *Anais da VI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Santa Cruz do Sul, RS: 235-47.  
1997 Tafonomia humana: alguns problemas e interpretações em arqueologia funerária. *Arqueologia e suas interfaces disciplinares, IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB)*. Resumos, p.28.
- McMINN, R.M.H.; HUTCHINGS, R.T.  
1984 *Atlas Terramicina de anatomia humana*, Pfiser.
- MELLO, M.G.S.  
1999 *Sistematização de critérios para diagnóstico diferencial entre paleopatologias e sinais de alterações análogas: fundamentos teórico-metodológicos* (Tese de doutorado) Rio de Janeiro, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.
- MÉTRAUX, A.  
1979 *A Religião dos Tupinambá*. São Paulo: Nacional/ Edusp. Brasileira, v. 267.
- MONTARDO, D.L.O.  
1995 *Práticas funerárias das populações pré-coloniais e suas evidências arqueológicas: reflexões iniciais* (Tese de Mestrado) Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Arqueologia.  
[1996]
- MONTARDO, D.L.O.; NOELLI, F.S.  
1995 Sugestões para o estudo dos enterramentos [1989] Guarani. *Anais da VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Coleção Arqueologia. Porto Alegre, EDIPUCRS, nº 1, v.1: 491- 502.
- MONTOYA, A.R.  
1639 *Conquista Espiritual hecha por los Religiosos de la Cia. de Jesús en las provincias de Paraguay, Paraná, Uruguay e Tape*. Equipo Difusor de Estudios de História Iberoamericana. Buenos Aires.
- MONUMENTA BRASILLIAE. Serafim Leite, S.J.  
1960 *Monumenta Histórica Societatis Iesu*. Roma, IV (1563-1568).
- MORAIS, J.L.  
1999 *Perspectivas geoambientais da arqueologia do Paranapanema Paulista*. Tese de Livre-docência. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MULLER, F.  
1989 *Etnologia de los Guarani del Alto Paraná*. Svd. Societatis Verbi Divini, Argentina.
- NEVES, W.A.  
1988 Uma proposta pragmática para cura e recuperação de coleções de esqueletos humanos de origem arqueológica. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Pará, Série Antropologia, 4 (1).
- OLSEN, S. L.; SHIPMAN, P.  
1994 Cutmarks and perimortem treatment of skeletal remains on the Northern Plains. D.W. Owsley; R.L. Jantz (Eds.?) *Skeletal Biology in the Great Plains: migration, warfare, health and subsistence*. Washington/London: Smithsonian Institution Press.
- OWSLEY, D.W.; MANN, R.W.; BAUGH, T.G.  
1993 Culturally modified human bones from the Edwards I Site. D.W. Owsley; R.L. Jantz (Eds.?) *Skeletal Biology in the Great Plains: migration, warfare, health and subsistence*. Washington/London: Smithsonian Institution Press.
- PALLESTRINI, L.  
1969 *Sítio arqueológico Fonseca*. Museu Paulista/ Universidade de São Paulo.
- PIEIDADE, S.C.  
1997 Tratamento e inventário de ossada humana proveniente do Sítio Silveira, Município de Itapeva. (Relatório). ProjPar, São Paulo.  
1998 Tratamento e inventário da ossada humana SVR- 2, proveniente do Sítio Silveira, Município de Itapeva. (Relatório). ProjPar, São Paulo.
- RODRIGUES, R.A.  
1998 *A representação simbólica presente na cerâmica policrômica utilizada no ritual antropofágico Tupinambá*. (Monografia). Universidade Estadual Paulista/ Centro de Estudos e Pesquisas do Litoral/ Centro de Estudos Indígenas "Miguel A. Menéndez". São Vicente, SP.
- RUBIO- FUENTES, A.  
1975 *Apuntes de antropología: curso de antropología para médicos*. Madrid: Universidad Complutense/ Depto. de Medicina Legal.
- SCHMITZ, P.I. et al. ???  
1989 *Uma aldeia Tupiguarani: Projeto Candelária, RS*. Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisa. UNISINOS, Documentos 4.
- LEITE, S.  
1954 *Cartas dos primeiros Jesuítas do Brasil I*. Serafim Leite, S.J. (1538-1553). Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, SP.



PIEIDADE, S.C.; SOARES, A.L.R. Considerações sobre um enterramento Guarani: alterações e hipóteses etno-históricas. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 31-68, 2000.

- SHIPMAN, P.; FOSTER, G; SCHOENING, M.  
1985 Burnt bones and teeth: an experimental  
[1980] study of color, morphology, cristal structure  
and shrinkage. *Journal of Archaeological  
Science*, 11, Academic Press: 307-325.
- SICHER, H.; TANDLER, J.  
1981 *Anatomia para dentistas*. São Paulo:  
Atheneu. Trad. Milton Picosse.
- SOARES, A.L.R.  
1997 *Guarani: organização social e arqueolo-  
gia*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- STINER, M.C.; KUHN, S; WEINER, S; BAR-YOSEF, O.  
1995 Differential burning, recrystallization, and  
fragmentation of archaeological bone.  
*Journal of Archaeological Science*,  
Academic Press, 22: 223- 37.
- SUSNIK, B.  
1979 Los aborígenes del Paraguay. *Etnohistoria  
de los guaraníes -epoca colonial*, Museo  
Etnografico "Andres Barbero", Asuncion,  
Paraguai, Tomo II.
- VILLALTA, B.  
1970 *Ritos caníbales en América*. Buenos Aires:  
Casa Pardo.
- WHITE, T.D.  
1992 *Prehistoric cannibalism at Mancos  
5MTUMR- 2346*. New Jersey: Princeton  
University Press.
- UBELAKER, D.H.  
1990 *Human skeletal remains: excavation,  
analysis, interpretation*. Washington:  
Smithsonian Institution.

Recebido para publicação em 27 de novembro de 2000.

## EVENTOS INCREMENTAIS NA CONSTRUÇÃO DE SAMBAQUIS, LITORAL SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Suzanne K. Fish\*

Paulo De Blasis\*\*

Maria Dulce Gaspar\*\*\*

Paul R. Fish\*

FISH, S.K.; BLASIS, P.; GASPAR, M.D.; FISH, P.R. Eventos incrementais na construção de sambaquis, litoral sul do estado de Santa Catarina. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 69-87, 2000.

**RESUMO:** A construção de câmoros artificiais (*mounds*) é um fenômeno de amplo alcance em termos globais. Neste artigo são examinados alguns dos processos responsáveis pela construção destas estruturas no litoral sul de Santa Catarina, tomando-se como referência os trabalhos realizados no sambaqui Jaboticabeira II, município de Jaguaruna. Além da análise dos processos envolvidos na construção daquele sambaqui, procura-se chamar a atenção para os aspectos sociais e demográficos destes mesmos processos, evidenciando um sistema regional de considerável complexidade social e duração cronológica.

**UNITERMOS:** Construção de sambaquis – Complexidade social de grupos de pescadores-coletores-caçadores.

A construção de câmoros, ou aterros artificiais coliniformes (*mounds*), é um fenômeno transcultural de alcance praticamente mundial. É comum denominar-se “monumental” uma construção massiva como um *mound* quando é aparente, em razão de seu tamanho e configuração, o fato de ter sido um elemento intrusivo na paisagem pré-histórica. Em razão desta característica visualmente intrusiva, *mounds* monumentais podem ser vistos como condutores de uma mensagem culturalmente

codificada e transmitida aos observadores de modo contínuo. Enquanto e na medida em que construtores e observadores compartilhassem de um léxico simbólico mutuamente inteligível, a mensagem codificada pelo *mound* e o significado do esforço nele investido eram comunicados com sucesso.

Embora alguns *mounds* monumentais possam ser o resultado de um único – contínuo – episódio de construção, a forma final de muitos outros é o resultado de eventos incrementais em estágios sucessivos. Quando estes eventos mantiveram um tema comum através de episódios sequenciais, a mensagem codificada foi repetida e reforçada. Como resultado da reiteração cumulativa por muitos participantes ao longo do tempo, é provável que a derradeira magnitude de um *mound* monumental assim construído tenha transmitido uma mensagem de maior força do que

(\*) Arizona State Museum da Universidade do Arizona, EUA.

(\*\*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

(\*\*\*) Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

cada uma de suas etapas anteriores, e menores, de constituição. Portanto, a chave para a compreensão de um *mound* monumental é a reconstituição do formato e contexto cultural dos eventos incrementais presentes na sua construção.

A percepção de sambaquis monumentais enquanto símbolos altamente visíveis em paisagens culturais desafia as interpretações anteriores dos enormes sambaquis da costa sul brasileira, que os entendiam como empilhamentos gigantes de restos de cozinha e outros restos de atividades (*shellmiddens*), ou plataformas para residência seca e elevada, ou mesmo outras atividades. É improvável que o esforço necessário para criar “montes” massivos de conchas de até 30 metros de altura e centenas de metros de diâmetro tenha sido incidental ou sem um propósito contundente. O conceito de sambaquis imensos como marcadores territoriais e construções intencionais, conforme articulado por Maria Dulce Gaspar e Paulo De Blasis (1992), foi fundamental em nossas pesquisas recentes em Jaguaruna, Santa Catarina (Figura 1).

### Contexto da pesquisa

A seguinte descrição da seqüência de desenvolvimento de um sambaqui de Santa Catarina é um relato sintético do trabalho de campo em julho e agosto de 1997, complementado por intervenções pontuais em outubro de 1998. As escavações em Jabuticabeira II fazem parte de um projeto mais amplo que inclui o estudo dos sistemas de assentamento em âmbito regional, subsistência e pesquisa etnoarqueológica, entre outros aspectos. Selecionamos Jabuticabeira II como foco de nossos principais trabalhos de escavação a partir de um reconhecimento dos sambaquis, realizado em 1995, de uma área de estudo situada nos entornos da lagoa do Camacho, nos municípios de Jaguaruna, Laguna e Tubarão. Já se encontravam disponíveis registros de 23 sambaquis em uma área de cerca de 420 quilômetros quadrados (Rohr 1984), o que forneceu o arcabouço para o refinamento do estudo de padrões de assentamento. Uma série de datas obtidas em estudos arqueológicos anteriores revelam que as ocupações sambaquieiras concentraram-se entre 2000 e 4000 anos atrás, com ocorrências anteriores e

posteriores (Tabela 1). Dos sambaquis visitados na área de estudo, Jabuticabeira II representou uma oportunidade única para a compreensão, de modo rápido e eficiente, da estratigrafia e estrutura de um exemplar de grande porte. A mineração predatória encetada anteriormente proporcionou os meios para um grande estudo das características estruturais do sambaqui com um mínimo de danos adicionais.

### As pesquisas em Jabuticabeira II (1997 e 1998)

Jabuticabeira II cobre uma área de aproximadamente 84.000 metros quadrados e se eleva ao máximo de 8 metros em dois picos de mesma altura (Fig. 2). Sua base tem cerca de um metro sob a superfície atual. Assenta-se sobre areia branca que contém uma grande quantidade das mesmas conchas que são proeminentes na matriz do sambaqui. Seus principais componentes são conchas e areia. Um depósito de aproximadamente um a três metros de solo orgânico escuro recobre as camadas dominadas por conchas, sobrepondo-se a parcelas significativas, talvez por inteiro, do topo e da lateral leste do sambaqui. Nesse manto de solo escuro as conchas estão limitadas apenas a pequenas inclusões.

No passado, Jabuticabeira II esteve sujeito à mineração extensiva com equipamento pesado. A remoção de conchas e outros materiais produziu cavidades enormes, conforme indicado nas áreas cinzentas da Figura 2. O maquinário atuava a partir do exterior do sambaqui e de uma estrada que o atravessa. O segmento do sambaqui ao sul da estrada foi seriamente alterado mas sua conformação original ao norte ainda pode ser discernida. As atividades de mineração cortaram faces praticamente verticais no interior das áreas escavadas. Duas dessas cavidades, Locus 1 e Locus 2, foram selecionadas para pesquisa intensiva (Figura 2).

Trabalhadores locais limpavam cuidadosamente e aplainaram manualmente as superfícies feitas com o maquinário. Com a ajuda de uma rede feita de corda de nylon com malha de um metro quadrado, suspensa de modo a justapor-se ao perfil, registrou-se a estratigrafia ao longo de 50 metros lineares em Locus 1 e 75 metros em Locus 2. A altura dos perfis variou entre 2 a

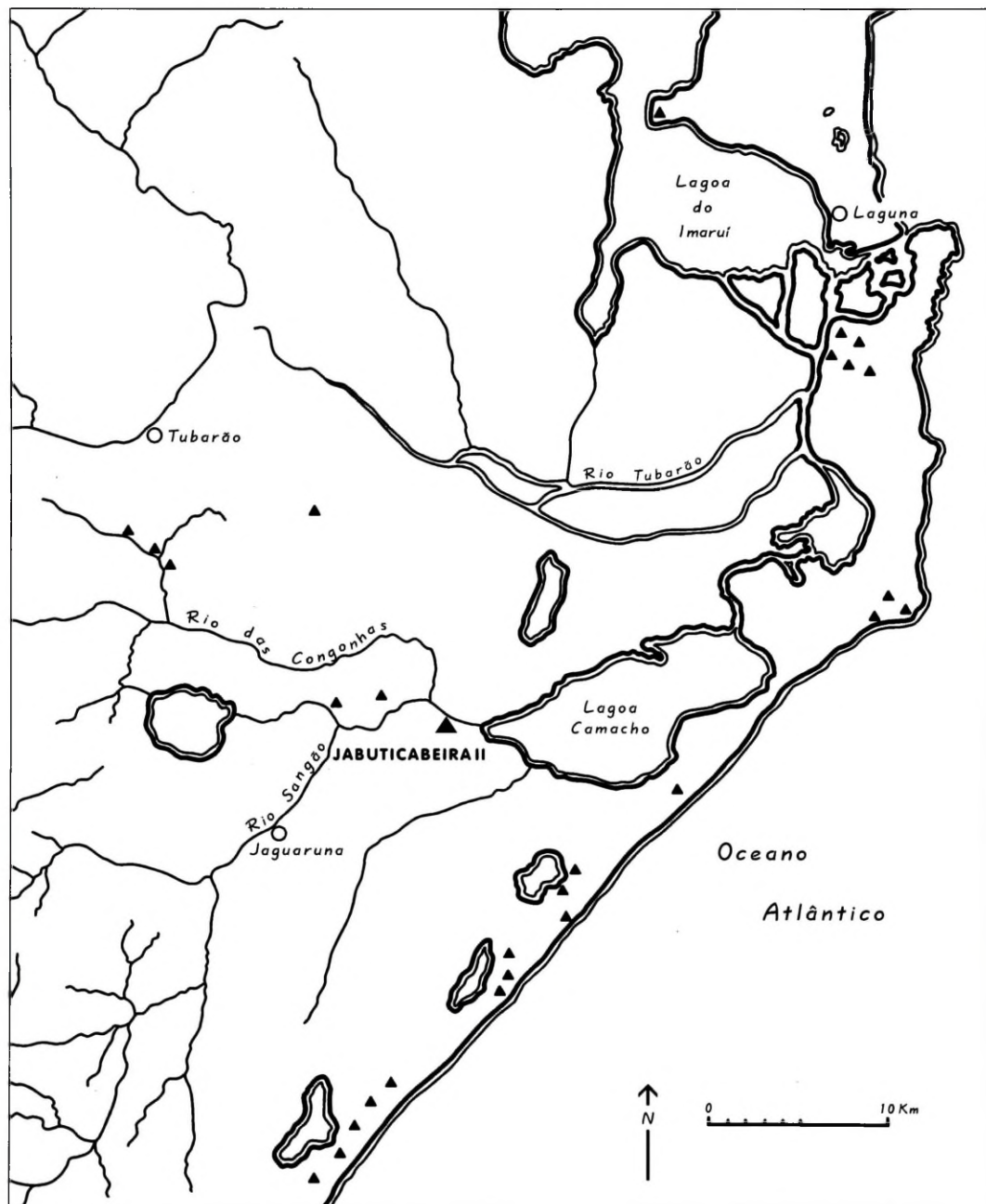


Figura 1 – Área de pesquisa e a localização do sambaqui Jabuticabeira II.

mais de 6 metros. Os perfis de Locus 1 e 2 possibilitaram uma visão do cerne de Jabuticabeira II, revelando uma longa história deposicional envolvendo sepultamentos recorrentes e atividades fúnebres relacionadas. Os perfis

intersectaram sepulturas ao longo de ambas as áreas. Em Locus 1 foi escavada uma amostra de enterramentos relativamente intactos.

Os perfis de Locus 1 e 2 documentaram a especificidade estratigráfica em uma porção

**TABELA 1**

**Datas radiocarbônicas de sítios próximos a Jabuticabeira II**

Sítio	Datação C14	Referência
Caiera	795 ± 95	Hurt 1974: Figura 1
Caiera	2770 ± 100	Hurt 1974: Figura 1
Caiera	3230 ± 155	Hurt 1974: Figura 1
Carnaça I	2550 ± 100	Hurt 1974: Figura 1
Carnaça I	3210 ± 150	Hurt 1974: Figura 1
Carnaça I	3370 ± 150	Hurt 1974: Figura 1
Carnaça I	3310 ± 150	Hurt 1974: Figura 1
Carnaça I	3040 ± 110	Hurt 1974: Figura 1
Carnaça I	2400 ± 110	Hurt 1974: Figura 1
Carnaça I	2460 ± 110	Hurt 1974: Figura 1
Carnaça I	3350 ± 150	Hurt 1974: Figura 1
Carnaça I	3400 ± 150	Hurt 1974: Figura 1
Carnaça I	3300 ± 160	Hurt 1974: Figura 1
Carnaça IA	3300 ± 160	Hurt 1974: Figura 1
Carnaça IA	3400 ± 150	Hurt 1974: Figura 1
Carnaça IA	3550 ± 110	Hurt 1974: Figura 1
Carnaça IA	2460 ± 125	Hurt 1974: Figura 1
Congonhas I	3270 ± 200	Beck 1972
Figueirinha III	4240 ± 190	Martin <i>et al.</i> 1988: 38
Garopaba	3450 ± 180	Martin <i>et al.</i> 1988: 39
Cabeçuda	4120 ± 220	Mendonça de Souza 1995:99

central de Jabuticabeira II. Com a finalidade de proceder a generalizações a partir destes resultados, foi necessário confirmar que outros setores do sítio eram compostos dos mesmos elementos estratigráficos e em uma seqüência similar. Para tanto, foi realizada uma combinação de sondagens manuais e cortes com retro-escavadeira em outros locais que representassem todos os setores do sambaqui (Figura 2). Essas exposições adicionais tornaram possível definir, aproximadamente, a extensão espacial e estratigráfica de sucessivas superfícies de ocupação disseminadas em intervalos dos episódios de deposição de conchas, assim como demonstrar a presença de sepultamentos por todo o sambaqui.

**Estruturas recorrentes nos perfis de Jabuticabeira II**

Nos muitos metros de perfis mapeados e nas exposições complementares, encontramos

recorrentemente a mesma série de estruturas (Figuras 3 e 4). Este conjunto consistia de uma camada fina e escura representando o nível de superfície de um estágio de construção do sambaqui, com covas mortuárias, fogueiras e buracos de estacas que dali se originaram. Entre estes níveis, nas camadas mais espessas de conchas e areia, não havia absolutamente qualquer dessas estruturas ou outras que são frequentemente associadas a ocupações pré-históricas, tais como restos de cozinha (fogueiras etc.) ou silos de armazenamento. Artefatos são raros, e quase sempre ocorrem isolados.

*Enterramentos*

Os enterramentos ocorreram da base ao topo ao longo dos 125 metros de perfis mapeados e na maioria das sondagens adicionais (Figura 2). Somente as sondagens com menos de um metro de largura não revelaram restos humanos. As sepulturas são covas sem formato definido e tamanho que não excedia em muito as dimensões necessárias para acomodar o corpo ou os corpos. Escavamos uma amostra dos enterramentos intersectados pelo perfil no Locus I. Em razão de cada sepultura ter sido perturbada por um corte vertical durante a mineração anterior e, de certo modo, perturbada mais ainda durante nossa limpeza de perfil, foi algumas vezes difícil discernir o número exato de corpos em cada cova mortuária. A Tabela 2 apresenta o número de corpos quando a recuperação foi inequívoca.

Com base nas observações de campo, a população sepultada incluía indivíduos de ambos os sexos que variavam de crianças a idosos. Em alguns casos, os membros estavam muito dobrados junto ao corpo ainda articulado, de modo a sugerir uma redução anterior do volume de carne através de processos como exposição ou dissecação. Sepultamentos múltiplos envolviam mais de um adulto e adultos com crianças. Esqueletos parciais ou ossos isolados também foram enterrados juntamente com corpos completos e articulados. Uma vez que as covas mortuárias quase nunca se mesclavam entre si, é duvidoso que esses ossos "extras" representem sepultamentos anteriores perturbados pela escavação da tumba subsequente. Uma modificação *pós mortem* de osso humano foi



Fig. 2 – Intervenções no sambaqui Jaboticabeira II em 1997 e 1998.



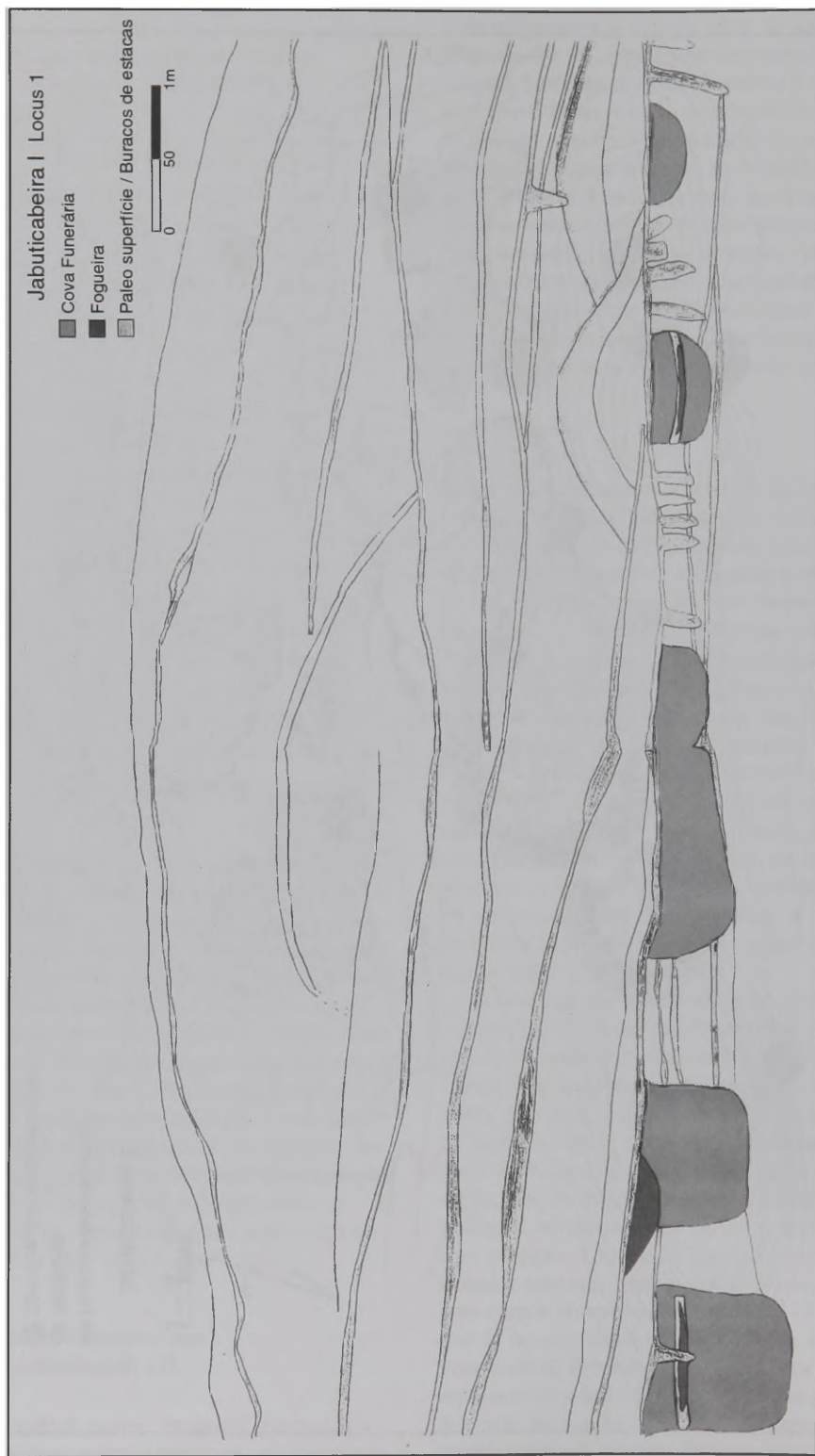


Fig. 3 – Exemplo da estrutura estratigráfica do sambaqui Jabuticabeira II.

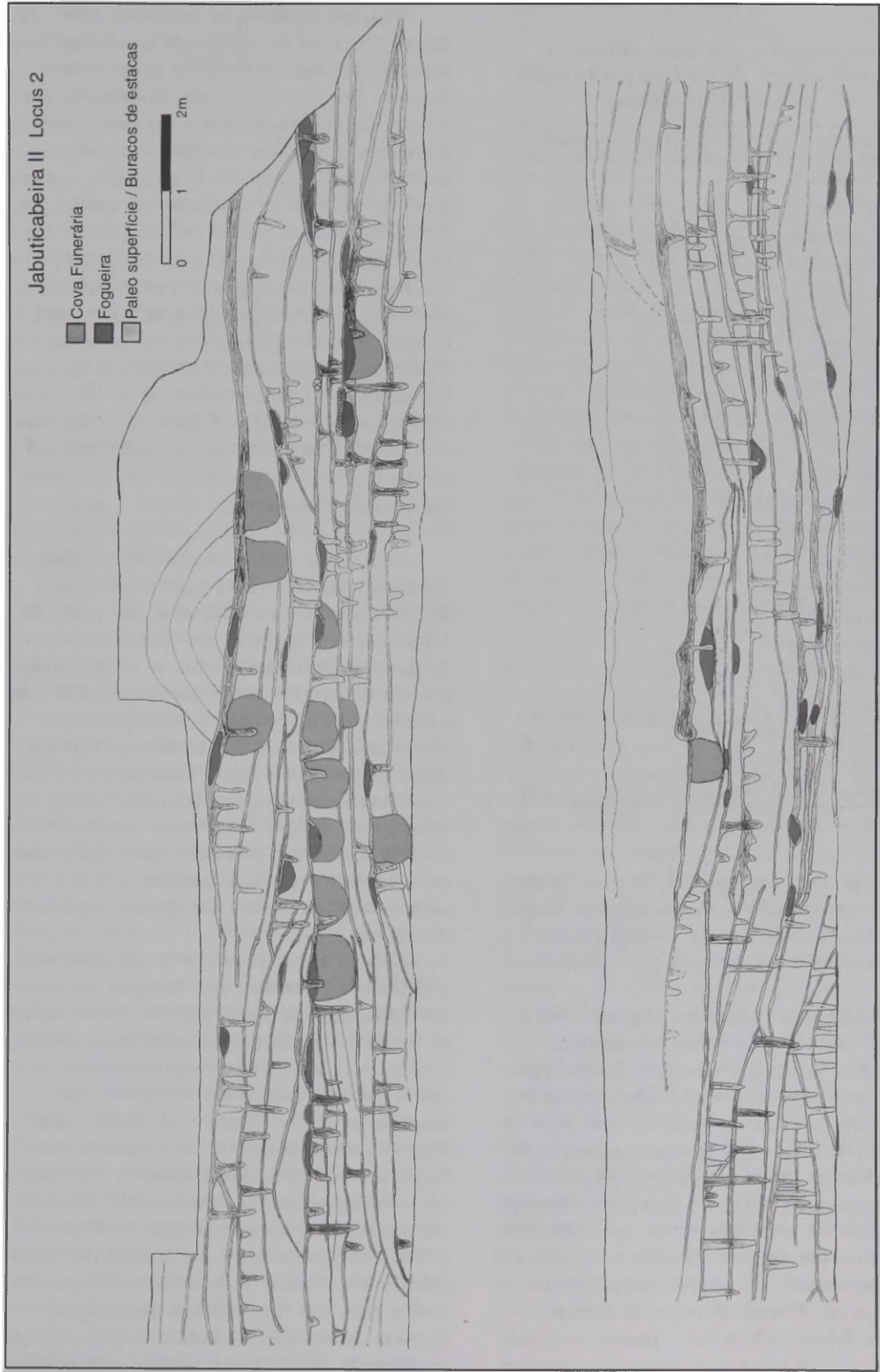


Fig. 4. Exemplos da estrutura estratigráfica do sambaqui Jabuticabeira II.



**TABELA 2**

**Enterramentos escavados em Locus 1 quando o número de indivíduos enterrados pôde ser determinado**

Nº do enterramento	Nº de indivíduos
Enterramento 1	2
Enterramento 2	1
Enterramento 3	2
Enterramento 4	2
Enterramento 5	1
Enterramento 6	1
Enterramento 7	1
Enterramento 8	2
Enterramento 10	2
Enterramento 11	1
Enterramento 12	3
Enterramento 14/19	1
Enterramento 15	1
Enterramento 16	4
Enterramento 17	2
Enterramento 18	1
Enterramento 20	1
Enterramento 21	1
Enterramento 23	1
Nº de enterramentos = 19	
Nº total de indivíduos = 30	
Nº médio de indivíduos por enterramento = 1,57	

verificada, dois conjuntos de marcas pequenas que se intersectavam em um osso longo. (Para mais detalhes sobre a população de Jabuticabeira II ver Storto, Eggers, Lahr 1999).

Os artefatos colocados nas sepulturas eram de natureza marcadamente utilitária. Machados, seixos grandes com a superfície polida pelo uso, seixos e plaquetas de pedra com pequenas depressões circulares são ítems comuns. Em muitos casos, seixos grandes ou artefatos feitos deste material foram colocados sobre ou próximos à cabeça. Uma série de pequenos seixos arredondados, parecidos com aqueles alisados pela ação das ondas nas praias atuais, foi recuperada de várias covas. Contas planas e de formato circular, feitas de conchas, adornavam alguns corpos.

Algumas espécies de moluscos, distintas das encontradas no sedimento que preenche a maioria das covas mortuárias, assim como ossos de peixes e mamíferos, acompanhavam muitos enterramentos, aparentemente como oferendas de comida. Conchas queimadas e ossos de peixe em estado fragmentário, que em geral constituíam uma parcela substancial do conteúdo da cova, podem refletir outra forma de oferenda, ou restos de comidas preparadas e consumidas em conjunção à cerimônia de enterramento. Despojos desta natureza eram também proeminentes nas camadas finas, relativamente escuras, que marcavam as superfícies dos sucessivos estágios de construção do sambaqui, a partir das quais as covas mortuárias eram escavadas (Figuras 3 e 4).

#### *Buracos de estacas*

Buracos de estacas de diâmetros e profundidades variadas ocorrem a partir da maioria das paleosuperfícies detectadas nos perfis de Jabuticabeira II (Figuras 3 e 4). Os contornos do que outrora foram estacas se evidenciavam por um sedimento escuro que contrastava com a matriz clara de conchas e areia que os circundava. Estacas de extremidades arredondadas ou apontadas foram colocadas em uma variedade de posições perpendiculares ou oblíquas em relação à superfície original. No caso de um buraco de estaca que invadiu uma cova mortuária, a estaca queimou *in situ* e a carbonização preservou um grande segmento de madeira.

Embora nossa inclinação inicial tenha sido considerar as estacas como vestígios de estruturas residenciais, o grande número visível ao longo dos perfis do sambaqui lança dúvidas a tal interpretação. Parece improvável que os perfis tenham intersectado as paredes das casas de modo tão intenso a ponto de revelar uma tal densidade de buracos de estacas em locais tão dispersos. Além disso, os buracos não coincidem sistematicamente com níveis de superfície, como seria de se esperar se eles estivessem posicionados no entorno dos pisos residenciais (Figura 3). A raridade dos artefatos, exceto em covas mortuárias, a distribuição dispersa de carvão e de outros despojos típicos de áreas de atividade nas camadas conchíferas

de construção entre os níveis de superfície, assim como a inexistência de outras estruturas domésticas, são outras linhas de evidência sugerindo que os numerosos buracos de estacas não eram suportes para estruturas comuns de habitação.

### *Fogueiras*

Fogueiras também se encontravam amplamente distribuídas. Depressões com o formato de bacias rasas foram escavadas para acomodar algumas fogueiras e outras parecem ter sido posicionadas diretamente nos paleoníveis de superfície do sambaqui. Algumas estavam adjacentes ao topo das covas mortuárias, outras localizavam-se sobre estas e algumas foram construídas no limite perimetral das covas e usadas, aparentemente, durante uma pausa enquanto a sepultura estava sendo preenchida (Figuras 3 e 4).

As fogueiras aparecem enquanto estruturas notavelmente padronizadas, lenticulares no perfil do corte estratigráfico. Uma vez que os perfis intersectavam a circunferência das fogueiras em diferentes pontos, seus diâmetros eram variáveis. Todavia, o diâmetro máximo no perfil raramente excedeu a um metro. A parte central do conteúdo das fogueiras consistia de cinza consolidada, de cor clara. A combustão de conchas ricas em cálcio-carbonato na matriz das fogueiras pode ter contribuído para o endurecimento das cinzas. A elevada temperatura do fogo consumiu completamente o combustível, embora camadas enegrecidas de carvão fino no topo e na base das fogueiras comprimissem, como um sanduíche, o núcleo de cinzas de cor clara; conchas carbonizadas e ossos de peixe bastante fragmentados formavam inclusões freqüentes no revestimento exterior acima e abaixo das cinzas.

Na maioria dos casos, os conteúdos de cinzas estavam intactos tanto nas fogueiras das depressões como naquelas que formaram lentes de cinzas compactadas nas superfícies. A condição intacta destes materiais sugere fortemente que as fogueiras foram pouco expostas às condições do tempo e do clima ou outras perturbações, ou seja, foram rapidamente enterradas pela deposição das camadas subsequentes. Logo, o uso das fogueiras em uma determinada superfície teria estado entre as

últimas atividades antes de um novo episódio de construção. O material usual, composto de cinzas, estava ausente em algumas poucas fogueiras de formato côncavo, as quais foram intencionalmente preenchidas com areia branca e limpa antes do início do estágio de construção seguinte.

Apenas duas fogueiras foram escavadas, fornecendo não mais que sugestões tantalizantes sobre o significado destas estruturas. Cinco conchas de ostras gigantes, uma com perfuração para suspensão, estavam nos limites de uma das fogueiras, e uma sexta concha de ostra foi recuperada próxima à base do sedimento de cinzas. Provavelmente, as conchas foram utilizadas para servir múltiplas pessoas. Outras associações de conchas de ostras gigantes a fogueiras são visíveis nos perfis. O conteúdo de uma segunda fogueira foi submetido à flotação para a obtenção de carvão destinado à datação radiocarbônica. Nesse processo foram recuperados um pendente e contas planas feitos de conchas, não detectados anteriormente.

### *Camadas incrementais de construção*

O formato das camadas conchíferas acrescentadas para criar os sucessivos estágios do sambaqui pode ser discernido através de sua estrutura interna e por estarem realçadas pelas superfícies mais escuras, com buracos de estacas tanto em cima como embaixo (Figuras 3 e 4). Em geral, o grosso do material utilizado para construir as camadas entre a superfície escura anterior e posterior consistia de uma mistura de conchas fragmentadas, muitas inteiras (incluindo, ocasionalmente, bivalves articulados) e areia. Carvão, conchas e ossos queimados de peixe foram componentes apenas ocasionais. Ao contrário, as superfícies mais escuras que recobrem as camadas construtivas de conchas compunham-se, usualmente, de conchas esmigalhadas e compactadas, com os fragmentos estendendo-se paralelamente à superfície; ossos e conchas queimados são inclusões comuns ocorrendo, com freqüência, em manchas, ou concentrações.

Novos incrementos de conchas e areia eram normalmente depositados na forma de pilhas ou montículos, e apenas ocasionalmente a superfície recém-criada era aplainada e uniforme. Estes acréscimos produziram a topografia localizada

o formato de montículo do estágio subseqüente do sambaqui. Os buracos demonstram a colocação de estacas em cumes e laterais das camadas de construção monticulares é tão comum como em porções mais homogêneas das superfícies de recobrimento (figura 3).

### Reconstrução do ritual mortuário

A relação consistente entre sepultamentos, fogueiras, paleosuperfícies, buracos de estacas e camadas monticulares de construção em Jaboticabeira II só se tornou aparente quando pôde visualizar padrões espaciais repetitivos em perfis amplos. Este complexo recorrente de estruturas define um programa mortuário que aplica tanto a distribuição padronizada de tipos particulares de estruturas como a construção incremental do sambaqui como um todo. Os episódios de construção parecem ter sido elementos intrínsecos à progressiva revalidação do ritual mortuário ao longo do tempo.

Indivíduos e, algumas vezes, mais de uma pessoa foram enterrados em covas escavadas a partir de cada antiga superfície do sambaqui. Se os corpos foram colocados na mesma sepultura em ocasiões distintas, no contexto de um funeral múltiplo, não foi possível detectar, arqueologicamente, mais do que uma abertura da cova. Em algumas sepulturas ficou claro que ossos soltos ou partes corporais de outros indivíduos acompanharam o enterramento principal. Tais conclusões, assim como a modificação intencional de ossos humanos, pode refletir um sistema de crenças que venera os remanescentes físicos dos ancestrais; outras possibilidades incluem símbolos de guerra. Artefatos e alimentos acompanhavam muitos dos mortos.

As fogueiras freqüentemente sobrepõem-se às covas mortuárias e ocorrem próximas ao final do preenchimento de algumas delas. Talvez no momento do enterramento, mas com certeza antes de outro episódio de construção, fogueiras tinham sido acesas na periferia das covas mortuárias ou nas proximidades. Seis conchas grandes de ostra usadas como recipiente, encontradas dentro e em torno de uma fogueira cavada, sugerem um número de participantes. Restos de alimentos, associados a estas foguei-

ras e à paleosuperfície circundante, podem representar oferendas aos mortos ou festejos comunitários de parentes e outras pessoas, como parte da cerimônia fúnebre. Ornamentos em outra fogueira sugerem destruição ritual dos pertences do falecido, ou então talvez oferendas ao morto.

As centenas de buracos de estacas nas antigas superfícies do sambaqui não podem ser explicadas exclusivamente em termos de paredes de estruturas habitacionais. Sobretudo a partir das escavações de 1999, ficou evidente que elas também exerceram um papel no ritual mortuário. As estacas, cujos buracos exibem uma variedade de diâmetros, profundidades e orientações, poderiam servir a vários objetivos. Considerando que covas mortuárias originárias de uma mesma superfície nunca intrudem umas nas outras, algumas estacas podem ter servido para demarcar túmulos específicos, através de cercas ou alguma coisa assim. Podem também representar estruturas para sustentar oferendas ou outra parafernália ritual. Plataformas sustentadas pelas estacas podem ter sido utilizadas inicialmente para expor o corpo antes do sepultamento, ou para dispor as oferendas. Ossuários ou outras estruturas não residenciais, talvez de natureza temporária, também podem ter exercido seu papel nas cerimônias mortuárias. São necessárias mais escavações horizontais no futuro para esclarecer estas e outras possibilidades.

Cada paleosuperfície que recobre os vários estágios de construção deste sambaqui representa um período de tempo durante o qual um certo número de pessoas morreram e foram enterradas. Pessoas que morreram em outras localidades, em um intervalo específico, podem ter sido trazidas para Jaboticabeira II e enterradas coletivamente ou individualmente, de acordo com esquemas rituais pré-estabelecidos. Uma longa superfície antiga com muitas sepulturas pode ser acompanhada por mais de 30 metros no extenso perfil do Locus 2. Provavelmente o acúmulo de restos orgânicos, talvez inclusive grandes quantidades de despojos relacionados a fogueiras, confere a cor escura que contrasta estes níveis estratigráficos das superfícies anteriores do sambaqui com as camadas conchíferas de construção.

Assim como uma determinada superfície do sambaqui e o respectivo estágio de construção satisfizessem certos critérios para o encerramento

de um ciclo das atividades mortuárias, iniciava-se um novo episódio de construção. Mais uma vez, estas decisões parecem estar relacionadas ao próprio ritual mortuário. Em alguns casos, os construtores empilhavam pequenos montes de conchas sobre sepulturas individuais (Figura 3). Com mais frequência, agrupamentos de sepulturas eram recobertos por camadas monticulares. Essas construções mais abrangentes podem ter sido executadas com o trabalho cooperativo de aparentados ou grupos vizinhos para celebrar seus mortos em comum. As repetições de ciclos de enterramento, ritual e construção resultaram na altura e extensão finais, atuais, do sambaqui Jaboticabeira II. Seu crescimento ocorreu tanto vertical como horizontalmente ao longo do tempo, sendo que cada episódio incremental localizado contribuiu para o volume total do sambaqui.

### **Regimes deposicionais contrastantes**

A transição dos principais constituintes da matriz sambaqueira, de conchas para o solo escuro, é dramática. Camadas conchíferas não mais são empilhadas sobre as sepulturas, separando as superfícies sucessivas às quais pertenciam as covas mortuárias. O depósito escuro é espesso o suficiente para sugerir a adição intencional de sedimento a qualquer acúmulo de despojos gerado por atividades diversificadas. Embora o entendimento da estratigrafia interna seja ainda preliminar, a presença de camadas monticulares não é aparente de imediato, e a maior parte do depósito parece ter se acumulado de modo relativamente plano. Uma concreção bastante endurecida, esbranquiçada e, ao que parece, de natureza pós-deposicional, se formou em muitas partes do sambaqui nos pontos de contato entre os estratos de conchas e de solo escuro.

Datações radiocarbônicas são mais ou menos contínuas nesta horizontalmente ampla transição estratigráfica, apontando a inexistência de hiato temporal significativo no uso do sambaqui. Também a indicar continuidade ocupacional e temporal está o fato de que a taxa de enterramentos em Jaboticabeira II não diminui na camada escura superior – ao contrário, parece aumentar. Além do desaparecimento dos empilhamentos de conchas sobre os enterramentos, o

ritual mortuário no solo escuro parece apresentar poucas mudanças em relação aos anteriores.

Os estilos dos artefatos utilitários e dos ornamentos pessoais enterrados com os mortos também exibem continuidade com os acompanhamentos anteriores. Um punhado de fragmentos cerâmicos dispersos foi recuperado na superfície do sambaqui e neste depósito de solo escuro: alguns raros cacos também foram encontrados no estrato de conchas superior, mas podem ser reflexo de perturbação estratigráfica. A cerâmica pode representar contato ocasional com outros grupos próximos, mas nunca está associada a enterramentos e parece não ter desempenhado um papel significativo na tecnologia de cozimento de moluscos e peixes, representados por vestígios abundantes.

Há indicações de funções ocupacionais em Jaboticabeira II, neste último intervalo deposicional representado pela camada escura que recobre o sambaqui, que não são evidentes na fase anterior onde predominou a construção conchífera. O solo escuro apresenta bolsões com materiais típicos de espaços funcionais de ocupação, tais como grande quantidade de carvões (incluindo madeira e sementes) e também concentrações de restos de peixe carbonizados. Em contraste, na porção mais antiga do sambaqui, as concentrações de ossos de peixe e conchas queimados estavam confinados, quase sempre, às antigas superfícies escuras dos estágios monticulares de construção. Artefatos dissociados de enterramentos são mais numerosos e esparsos na parte superior de solo escuro, embora, em períodos mais antigos, estivessem confinados, principalmente, nos antigos níveis de superfície. Muitas covas, à primeira vista não relacionadas a sepulturas e, em alguns casos, contendo pedras rachadas pelo fogo, sugerem, nos episódios deposicionais finais do sítio, funções mais diversificadas incluindo em larga escala atividades culinárias e talvez outras mais envolvendo utensílios líticos diversos.

### **Cronologia e contemporaneidade**

Um conjunto de datações radiocarbônicas de Jaboticabeira II, obtidas a partir de carvão de madeira, recai entre 2800 e 1800 AP (Antes

o Presente) e proporciona um contexto temporal para discutir a evolução do sambaqui. Todos os resultados se adequam à seqüência estratigráfica (veja Tabela 3 e Fig. 5). Lentes finas de carvão, algo descontínuas, conchas e ossos de peixe esmigalhados são recorrentes no interior dos depósitos de areia e conchas sob a base do sambaqui. Uma única data radiocarbônica de uma destas camadas de cupação sugere o uso inicial da área, talvez como acampamento, em 2800 A.P. A datação mais antiga para um episódio de construção propriamente dito do sambaqui em Locus 1 é  $500 \pm 155$ . Uma segunda datação próxima à base em Locus 2 (Trincheira 5) é  $2470 \pm 55$  A.P. Datações associadas predominantemente à construção conchífera recaem no intervalo entre 2500 a 1000 A.P., embora estas datas não representem, necessariamente, os eventos mais antigos e os mais recentes. A mudança da matriz mais antiga, predominantemente de conchas, para o solo escuro que recobre Jabuticabeira II, ocorreu entre 2000 e 1800 anos atrás.

Assim como em Jabuticabeira II, as datações obtidas para os sambaquis próximos, Morrote e Garopaba do Sul (Tabela 3 e Fig. 5), recaem na faixa final da série de datações radiocarbônicas da área pesquisada. As datas em Garopaba do Sul sugerem que este sambaqui é um pouco anterior ao início de Jabuticabeira II. Morrote, por sua vez, parece ser, ao menos em parte, contemporâneo. As datações foram obtidas nas camadas conchíferas superiores e no solo escuro que recobre Morrote e que é semelhante à principal mudança estratigráfica em Jabuticabeira II. A transição do sedimento de conchas para o sedimento escuro concomitante em ambos os sambaquis.

O uso freqüente de conchas para as datações radiocarbônicas de sambaquis pelos pesquisadores precedentes pode ser um fator de complicação na comparação cronológica. Uma inferência sistemática tem sido documentada entre as datas obtidas a partir de conchas marítimas em relação às provenientes de amostras de carvão, em razão da emanação de carvão antigo de águas oceânicas profundas e a sua incorporação pelos moluscos. Todavia, como nenhum estudo de calibração foi empreendido para o Atlântico Sul, o grau de discrepância entre datações de conchas e carvão para a costa leste

da América do Sul é desconhecida. Amostras modernas de conchas, coletadas antes do advento da era nuclear, provenientes da Fazenda Japuiba (1944) e Jurujuba (1939), Rio de Janeiro, foram enviadas ao Laboratório de Geoquímica da Universidade do Arizona para um estudo de calibração de datações de conchas para a costa brasileira. Datas de  $400 \pm 40$  e  $670 \pm 30$  A.P., nestas conchas modernas, demonstram a enorme influência do carbono antigo nas datações de conchas. Embora de modo ainda inconclusivo, estas datas indicam uma forte possibilidade de que as datações anteriores de conchas, comuns na literatura arqueológica do litoral sul brasileiro, tenham um viés excessivamente antigo.

### Parâmetros populacionais

A distribuição de sepulturas em toda a extensão vertical e horizontal de Jabuticabeira II deixa poucas dúvidas de que sua função primordial tenha sido funerária. A amostra de enterramentos é pequena em termos do volume total do sambaqui, mas é espacialmente abrangente. Nossa visão conjunta dos depósitos estratigráficos e seu conteúdo, nos longos perfis e trincheiras espalhados pelo sambaqui, nos permite fazer inferências sobre implicações a longo prazo dos eventos sepulcrais e do crescimento incremental do sambaqui.

Perfis de 373 m<sup>2</sup> em Locus 1 e Locus 2 continham um mínimo de 51 enterramentos independentes, um número que se apresenta conservador ao excluir os restos humanos recuperados na limpeza do perfil e cuja localização não foi possível precisar. Ainda de modo conservador, consideraremos cada um dos locais de enterramento como a sepultura de uma única pessoa, a despeito da ocorrência de sepultamentos múltiplos. Pressupondo-se que cada metro quadrado de perfil exposto seja uma amostra adequada do metro cúbico por ele representado, usamos os 51 enterramentos em 373 m<sup>3</sup> para derivar um índice aproximado de 0,137 enterramentos por metro cúbico (Tabela 4). Esta estimativa é projetada para o sambaqui como um todo com base na presença confirmada de enterramentos em locais bastante espaçados, dispersos por toda sua área. Fundamentando-se na delimitação precisa do mapa topográfico, na

**TABELA 3**  
**Quadro das datações radiométricas obtidas para os sambaquis do Projeto Camacho**

Sítio	Amostra	Sítio	Data convencional	Sigma + Sigma - Calibrada	Localização	Amostra
Congonhas 1	10650	Co1	3165	55 55	perfil 1 estrato 11 a 12	carvão
Congonhas 1	10651	Co1	3350	85 85	perfil 1 estrato 6	carvão
Congonhas 2	10648	Co2	2705	85 85	perfil 1 estrato 11	carvão
Congonhas 2	10647	Co2	2740	70 65	perfil 1 estrato 21	carvão
Congonhas 2	10649	Co2	2835	95 95	perfil 1 estrato 24	carvão
Congonhas 3	10646	Co3	2115	50 50	perfil 1 estrato 2	carvão
Garopaba	10032	Ga	2681	240 240	Perfil da parte baixa do sambaqui	carvão
Garopaba	9888	Ga	2816	70 70	Perfil do topo do sambaqui	carvão
Garopaba	9888	Ga	2816	70 70	Perfil do topo do sambaqui	carvão
Garopaba	9888	Ga	2816	70 70	Perfil do topo do sambaqui	carvão
Jabuticabeira I	10642	Ja1	2430	125 125	perfil 2 estrato 18	carvão
Jabuticabeira I	10641	Ja1	2655	110 110	perfil 1 estrato 11	carvão
Jabuticabeira I	10640	Ja1	3995	85 85	perfil 1 estrato 5	carvão
Jabuticabeira I	10639	Ja1	4185	90 85	perfil 1 estrato 9	carvão
Jabuticabeira II	9884	Ja2	1781	65 65	Trincheira 11. Camada superior preta	carvão
Jabuticabeira II	9885a	Ja2	1826	40 40	Trincheira 10. Camada superior preta	carvão
Jabuticabeira II	9892	Ja2	1871	185 185	Locus 1 Estrutura 1.15.6	carvão
Jabuticabeira II	9900	Ja2	1951	95 95	Locus 1 camada 3	carvão
Jabuticabeira II	9897	Ja2	2036	85 85	Locus 1 camada 36	carvão
Jabuticabeira II	9881	Ja2	2051	65 65	Trincheira 4. Base do sambaqui.	carvão
Jabuticabeira II	9899	Ja2	2091	65 65	Locus 2	carvão
Jabuticabeira II	9899	Ja2	2091	65 65	Locus 2	carvão
Jabuticabeira II	9899	Ja2	2091	65 65	Locus 2	carvão
Jabuticabeira II	10246	Ja2	2115	65 65	trincheira 13	carvão
Jabuticabeira II	9895	Ja2	2146	95 95	Locus 1. Contato da camada 44 e a base	carvão
Jabuticabeira II	9896	Ja2	2146	45 45	Locus 1 Sepultamento 12. Base do perfil	carvão
Jabuticabeira II	10637	Ja2	2165	75 75	Locus 1/estrato 11/trincheira 19	carvão
Jabuticabeira II	10635	Ja2	2180	105 100	Locus 1/estrato 2/trincheira 17	carvão

**TABELA 3 (cont.)**  
**Quadro das datações radiométricas obtidas para os sambaquis do Projeto Camacho**

Sítio	Amostra	Sítio	Data convencional	Sigma + Sigma	Calibrada	Localização	Amostra
Jabuticabeira II	9893	Ja2	2186	60	2146	Locus 1 camada 36	carvão
Jabuticabeira II	10244	Ja2	2210	60		Trincheira 8	carvão
Jabuticabeira II	9883	Ja2	2216	170	2300	Trincheira 8. Base do sambaqui	carvão
Jabuticabeira II	9883	Ja2	2216	170	2260	Trincheira 8. Base do sambaqui	carvão
Jabuticabeira II	9883	Ja2	2216	170	2155	Trincheira 8. Base do sambaqui	carvão
Jabuticabeira II	9898	Ja2	2246	75	2312	Locus 2	carvão
Jabuticabeira II	9898	Ja2	2246	75	2227	Locus 2	carvão
Jabuticabeira II	9898	Ja2	2246	75	2210	Locus 2	carvão
Jabuticabeira II	9890	Ja2	2261	45	2318	Locus 2. camada acima da camada 10	carvão
Jabuticabeira II	9891	Ja2	2271	90	2322	Locus 2. Camada 31	carvão
Jabuticabeira II	10634	Ja2	2280	80	80	Locus 1/trincheira 18/estrato 10	carvão
Jabuticabeira II	10245	Ja2	2285	45	45	Trincheira 11	concha
Jabuticabeira II	10632	Ja2	2310	70	70	Locus 5/trincheira 13/Estrato 7	carvão
Jabuticabeira II	9889	Ja2	2321	105	105	Locus 2. Perto da base do perfil	carvão
Jabuticabeira II	10246	Ja2	2335	35	35	Trincheira 13	concha
Jabuticabeira II	10245	Ja2	2370	35	35	Trincheira 11	concha
Jabuticabeira II	9882	Ja2	2446	55	2465	Trincheira 5. Base do sambaqui	carvão
Jabuticabeira II	10247	Ja2	2470	55	55	Trincheira 17	carvão
Jabuticabeira II	10244	Ja2	2490	35	35	Trincheira 8	concha
Jabuticabeira II	9894	Ja2	2500	155	155	Locus 1. Camada 7	carvão
Jabuticabeira II	10636	Ja2	2655	105	100	Locus 1/trincheira 17/estrato 5 a 6	carvão
Jabuticabeira II	10247	Ja2	2795	35	35	Trincheira 17	concha
Jabuticabeira II	10631	Ja2	2855	105	100	Locus 5/trincheira 13/Estrato 8	concha
Jabuticabeira II	9880	Ja2	2856	75	75	Trincheira 1. Base do sambaqui	carvão
Jabuticabeira II	10633	Ja2	2890	55	55	Locus 5/Trincheira 13/Estrato 7	concha
Juventus	10638	Ju	4420	50	50	Camada arqueológica	concha
Mato Alto 1	10643	MA1	2245	60	60	perfil 2 (Base)	carvão
Mato Alto 1	10644	MA1	2535	165	160	perfil 1/estrato 2	carvão
Mato Alto 2	10645	MA2	4685	160	155	perfil 1/estrato 4	carvão
Morrore	9887	Mo	1951	115	115	60 cm abaixo da superfície no perfil	carvão
Morrore	9886	Mo	2051	110	110	32 cm abaixo da superfície no perfil	carvão



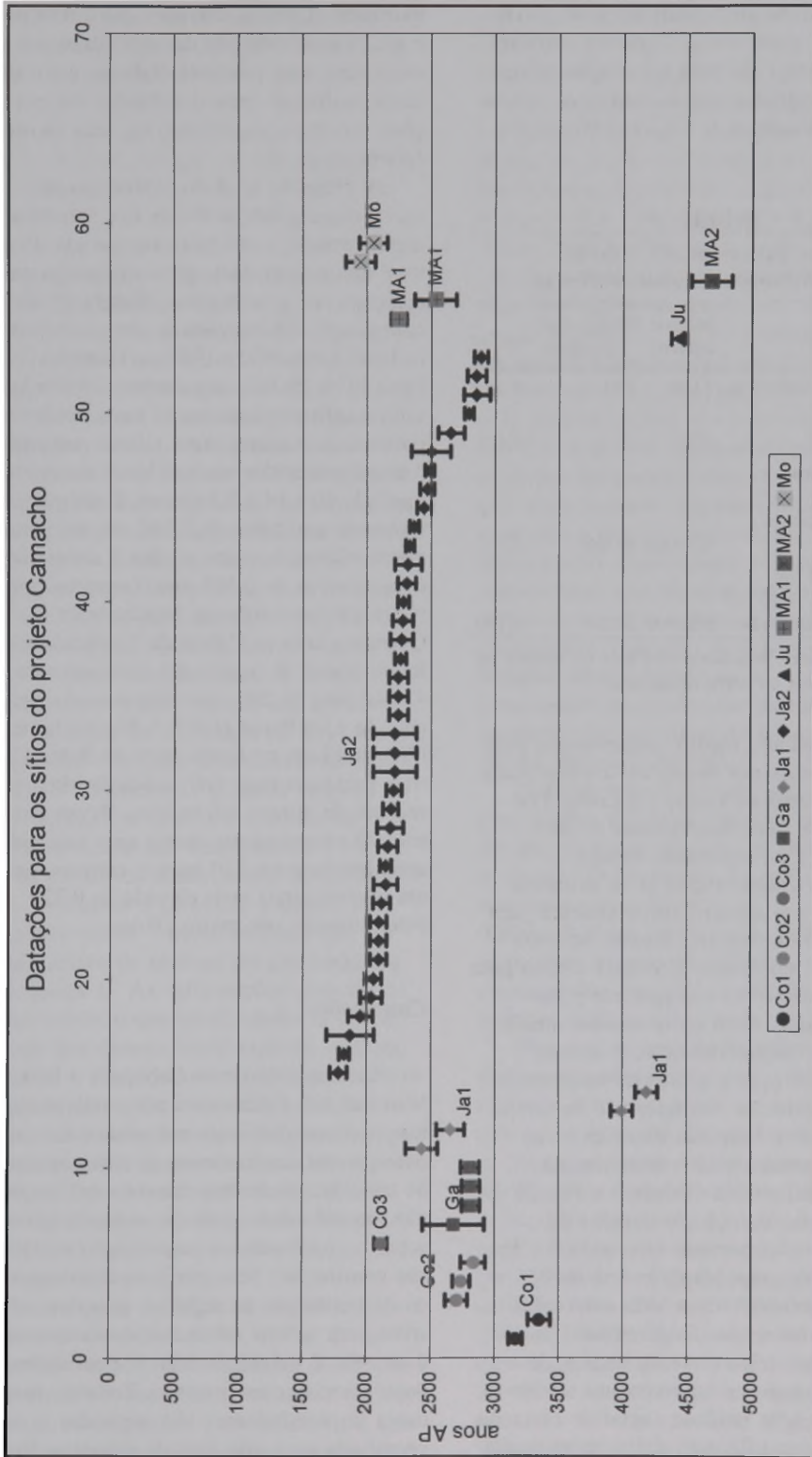


Fig. 5 – Intercalação gráfica das datações obtidas para este projeto. Os sítios são Congonhas 1,2 e 3, Garopaba do Sul, Jabuticabeira 1 e 2, Juventus, Mato Alto 1 e 2, Morrote.



documentação da profundidade basal obtida na escavação e em uma estimativa razoável do volume removido pela mineração moderna, pode-se calcular, seguramente, o volume total de Jabuticabeira II em 320.000 metros cúbicos.

**TABELA 4**

**Bases para estimar o total de enterramentos em Jabuticabeira II**

	Metros cúbicos	Nº de enterramentos	Índice
Escavação em Cabeçuda	1190	191	0,160
Escavação em Jabuticabeira II	373 <sup>1</sup>	51	0,137
Projeção Total em Jabuticabeira II (com base na taxa de Jabuticabeira)	320.000	43.840	0,137
Projeção Total em Jabuticabeira II (com base na taxa de Cabeçuda)	320.000	51.200	0,160

(1) Metros cúbicos projetados com base no número de metros quadrados do perfil registrado.

Se este cálculo médio, conservador, para os enterramentos por metro cúbico (derivada a partir dos perfis de Locus 1 e Locus 2) é representativo, aproximadamente 43.840 pessoas foram incorporadas durante a construção de Jabuticabeira II. À primeira vista, parece um número surpreendente para uma população forrageira, mesmo no mais favorável dos ambientes. Um fator crítico para avaliar com eficiência a magnitude populacional é tempo. Com os resultados atuais das amostras radiocarbônicas, podemos considerar a duração e a taxa de enterramentos. Pode-se postular um intervalo de tempo de 700 anos com base nas datações mais antiga, mais recente e intermediárias na seqüência estratigráfica (Tabela 3 e Fig. 5). De acordo com esta duração, o número de pessoas enterradas por ano teria sido 63. Em um intervalo de gerações da ordem de 25 anos, 1550 pessoas teriam sido enterradas. Mesmo números assim fragmentados sugerem populações relativamente densas de pescadores-caçadores-coletores no território circundante e uma unidade social de tamanho apreciável compartilhando deste monumento

mortuário. Com as datações que estão por vir e um cálculo refinado de indivíduos por cova mortuária, será possível elaborar estimativas mais confiáveis para o tamanho das populações viventes que enterraram seus mortos em Jabuticabeira II.

A projeção total dos enterramentos existentes em Jabuticabeira II é surpreendentemente grande, e um tanto inesperada. Portanto, é muito importante procurar ensejo para comparações quantitativas (Tabela 4). Tal comparação foi propiciada por pesquisas realizadas em 1950 e 1951 em Cabeçuda (Castro Faria 1959: 99-102), um sambaqui maior localizado a aproximadamente 17 km a nordeste, próximo de Laguna. Aqui, 191 sepultamentos foram recuperados em um bloco escavado medindo 10 x 14 x 8,5 metros. Estes números fornecem um índice de 0,160 enterramentos por metro cúbico, bastante similar à estimativa conservadora de 0,137 enterramentos por metro cúbico obtida em Jabuticabeira II. Quando a taxa de Cabeçuda é aplicada em Jabuticabeira II, a projeção total aumenta de 43.840 para 51.200 enterramentos. As escavações de Alan Bryan (1993: 3, 89) em Forte Marechal Luz, no litoral norte de Santa Catarina, fornecem mais uma indicação do caráter realista de nossas estimativas. Bryan encontrou 79 enterramentos numa área escavada de aproximadamente 240 metros cúbicos, gerando um número ainda mais elevado de 0,329 enterramentos por metro cúbico.

### Conclusões

A comparação com Cabeçuda e Forte Marechal Luz fundamenta nossa interpretação da função primordialmente mortuária e das estimativas para os enterramentos de Jabuticabeira II. Se tais números de enterramentos em sambaquis não são anômalos, quais são as implicações sobre a população e a organização na época de sua construção? Sem um inventário sistemático de sambaquis na região e datações suficientes para refletir sobre sua contemporaneidade, não é viável abordar as densidades populacionais com precisão. Todavia, magnitudes impressionantes são sugeridas com veemência para esta área de pesquisa. Rohr

(1984: 87-109) elencou 23 sambaquis dentro de nossa área de pesquisa de aproximadamente 420 km<sup>2</sup> e em nossos trabalhos de campo recentes (1997-1999) foram (re)cadastrados um total de 31 sambaquis, mas ainda há outros por registrar. A concentração de datações radio-carbônicas regionais na Tabela I implica em uma sobreposição cronológica substancial.

Uma questão fundamental ao avaliar o significado da enorme quantidade de enterramentos em Jabuticabeira II e, ao que parece, também em Cabeçuda e Forte Marechal Luz, é se a maioria dos sambaquis das vizinhanças serviram a uma função especializada de mesmo tipo e se continham índices similares de enterramentos por volume. Outras escavações publicadas (Beck 1973, Hurt 1974, Rohr 1984) e nossas próprias observações não deixam dúvidas de que há um grande número de enterramentos na maioria dos sambaquis das cercanias. Infelizmente, a informação disponível é, na maioria dos casos, insuficiente para estimar as frequências de enterramentos em volumes determinados.

Os achados em Jabuticabeira II nos proporcionam *insights* diretos em apenas alguns aspectos da sociedade de seus construtores, mas oferecem informações novas e intrigantes relacionadas a outros ângulos do mundo social. Um deles é o tamanho da população. Ainda que continuemos a refinar nossas estimativas quantitativas e, provavelmente, venhamos a proceder a ajustes nas estimativas atuais, é ponto pacífico que um grande número de pessoas foi enterrado em Jabuticabeira II. As informações disponíveis sugerem também que Jabuticabeira II não é diferente dos demais neste aspecto, embora ainda não se tenha demonstrado que todos os sambaquis da região tenham tido funções idênticas. Ademais, uma grande população no território imediatamente vizinho a Jabuticabeira II compartilhou a construção deste edifício monumental onde, por um período de tempo considerável, seus antepassados foram regularmente depositados.

Os resultados de Jabuticabeira II implicam em um grau de sedentarismo, apesar do fato de não termos encontrado evidências de atividades residenciais corriqueiras na maior parte do sambaqui. Aventamos a possibilidade de que os vestígios residenciais possam ocorrer em

algum setor ainda inexplorado, embora seja duvidoso que a residência local assuma qualquer fração significativa do sambaqui, ou responda pela totalidade da população enterrada. Entretanto, a maioria dos mortos devem ter vivido suficientemente próximos a Jabuticabeira II de modo a que pudessem ser transportados rotineiramente para o sepultamento; no clima úmido da região, a preservação dos corpos seria comprometida por um sepultamento postergado.

Considerando que os sambaquis mais próximos em um raio de 5 km, e sem datação, são parcialmente contemporâneos a Jabuticabeira II, pode-se admitir que o território associado a este sítio é, de fato, densamente populoso. A distâncias um pouco maiores há grandes sambaquis ainda bastante vizinhos a Jabuticabeira II, tanto para o interior como ao longo da costa. Embora estas observações *per se* não indiquem sedentarismo, elas sugerem territórios relativamente circunscritos e populosos para pescadores-caçadores-coletores, uma perspectiva bastante reforçada por recentes estudos envolvendo características paleopatológicas da população esquelética de Jabuticabeira II (Storto, Eggers, Lahr 1999).

Considerando-se o transporte em embarcações, poucas incursões externas às residências não poderiam ser realizadas em menos de um dia de viagem. Outra implicação, reforçada pelos estudos zooarqueológicos em andamento (Klökler & Figuti 1999), é a exploração intensiva de recursos lacustres e costeiros, que os estudos etnoarqueológicos, ainda preliminares, demonstram ser bastante abundantes e acessíveis.

O exame de mais de 50 enterramentos, e dos objetos que constituíam seu acompanhamento funerário, forneceu pouca evidência sobre diferenciação social. Posses ou oferendas para os falecidos podem ter sido dispostas tanto nas fogueiras como nas sepulturas. Pelo menos um zoólito bem trabalhado, em exibição em uma mostra de artefatos sambaquieiros (recolhidos por João Alfredo Rohr) preparada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/11ª CR), foi achado neste sítio. A quantidade de sepulturas em Jabuticabeira II e em outros locais sem tal acompanhamento salienta o fato de que essas efígies elaboradas eram reservadas a muito poucos indivíduos. A

calização das sepulturas no sambaqui e o esforço despendido nas elevações subsequentes podem ser atributos relacionados à estratificação social. Ostentação e generosidade no local mortuário, particularmente em festins, pode ter sido uma arena adicional na qual as relações de poder eram negociadas e a posição social era realçada por indivíduos importantes e proeminentes, por aparentados ou outros grupos sociais.

Finalmente, o sepultamento cumulativo de restos ancestrais é quase que seguramente uma forte afirmação de direitos territoriais compartilhados e afiliação. A mensagem visual teria sido continuamente reforçada para os habitantes, assim como para os visitantes, através das mensagens maciças, sempre crescentes, do sambaqui. A visibilidade teria sido especialmente proeminente para os viajantes em barcos ao longo do Rio das Congonhas e lagoas vizinhas. Com certeza, a inter-visibilidade consistente por todo o grupo de enormes sambaquis próximos uns aos outros não é aleatória. Estes sambaquis monumentais e a mensagem codificada em seu crescimento incremental são chaves para as paisagens culturais das sociedades que os construíram.

## Agradecimentos

Nossa pesquisa vem sendo financiada principalmente pela Wenner Gren Foundation for Anthropological Research e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com colaboração da Heinz Foundation, da Universidade de São Paulo (através da

Pró-Reitoria de Pesquisa), e ainda do CNPq e da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O escritório regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em Santa Catarina, através de seu diretor, Dalmo Vieira Filho, e toda a equipe, expediu a autorização para os trabalhos de campo e forneceu suporte logístico de várias maneiras. Carlos Berenhauser Leite e o Jurerê Praia Hotel, em Florianópolis, generosamente forneceram acomodações no início das pesquisas sistemáticas em 1997, fornecendo assim um excelente “empurrão” inicial.

Cabe lembrar ainda todas as equipes que, de 1997 a 1999, ajudaram a tornar este projeto uma realidade interdisciplinar, através de seu trabalho e sua competência: Marisa Coutinho Afonso, Levy Figuti, Daniela Magalhães Klökler, Dária Barreto, Paula Barbosa, da Universidade de São Paulo; Peter Pilles, Anne Worthington, Geoffrey Clark, Guadalupe Sanchez de Carpenter, Julie Kunen, Arthur MacWilliams, Teresa Serrano, Jorge Algaza, Emiliano Gallaga e Rick Karl, da Universidade do Arizona; Márcia Barbosa e Cristina Tenório, do Museu Nacional/UFRJ, e também “seu” Ari e toda a turma da Garopaba do Sul, sem os quais nosso trabalho teria sido muitíssimo menos produtivo. Por fim, um agradecimento especial para Edna June Morley, do IPHAN, que foi fundamental na iniciação e organização deste projeto de pesquisa.

Este artigo foi originalmente apresentado como um *paper* na Reunião Científica da SAB no Rio de Janeiro, em 1997. Reelaborado depois pelos autores, o texto foi traduzido do inglês original para o português por Julia Cristina Berra, e revisado por Paulo De Blasis.

FISH, S.K.; BLASIS, P.; GASPAR, M.D.; FISH, P.R. Incremental events in the construction of sambaquis, southeastern Santa Catarina. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 69-87, 2000.

**ABSTRACT:** Moundbuilding is a cross-cultural phenomenon of nearly world-wide scope. In this article some of the moundbuilding processes related to the sambaquis (shellmounds) from the coast of Santa Catarina State, Brasil, are examined, focusing on field research at the sambaqui Jaboticabeira II. By means of analysing the mounding up processes at that site, attention is drawn to its social and demographic corollaries, which speak of considerable social elaboration and territorial permanence in time.

**UNITERMS:** Shellmounds (sambaquis) – Moundbuilding – Social complexity of fishing-collecting-hunting groups.

### Referências bibliográficas

- BECK, A.  
1972 *A Variação do Conteúdo Cultural dos Sambaquis do Litoral de Santa Catarina*. Tese de Doutorado, FFLCH - Universidade de São Paulo.
- BRYAN, A.L.  
1993 *The Sambaqui at Forte Marechal Luz, State of Santa Catarina, Brazil*. Center for the Study of First Americans, Oregon State University, Corvallis.
- CASTRO FARIA, L. de  
1959 O problema da proteção aos sambaquis. *Arquivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, XLIX: 95-137.
- GASPAR, M.D.; DE BLASIS, P.  
1992 Construção de sambaquis. *Anais da VI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, Rio de Janeiro (2): 811-820.
- HURT, W.R.  
1974 The Interrelationships between the natural environment and four sambaquis, coast of Santa Catarina, Brazil. *Occasional Papers and Monographs, Indiana University Museum*, Bloomington, 1.
- MARTIN, L.; SUGUIO, K.; FLEXOR, J.; AZEVEDO, A.  
1988 *Mapa geológico do quaternário costeiro dos Estados do Paraná e Santa Catarina*. Ministério das Minas e Energia, Série Geologia, 28, Brasília.
- MENDONÇA DE SOUZA, S.  
1995 *Estresse, Doença e Adaptabilidade: Estudo Comparativo de Dois Grupos Pre-Históricos em Perspectiva Biocultural*. Tese de Doutorado, Escola Nacional de Saude Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.
- ROHR, J.A.  
1984 Sítios arqueológicos de Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia*, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 17: 77-168.
- STORTO, C.; EGGERS, S.; LAHR, M.M.  
1999 Estudo preliminar das paleopatologias da população do sambaqui Jaboticabeira II, Jaguaruna, SC. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 9: 61-71.

Recebido para publicação em 4 de dezembro de 2000.



## EVOLUÇÃO PALEOAMBIENTAL NA PLANÍCIE COSTEIRA DO BAIXO RIBEIRA DURANTE A OCUPAÇÃO SAMBAQUIERA

Walter Mareschi Bissa\*

Jean-Pierre Ybert\*\*

Eduardo Luís Martins Catharino\*\*\*

Miryam Kutner\*\*\*\*

BISSA, W.M.; YBERT, J.-P.; CATHARINO, E.L.M.; KUTNER, M. Evolução paleoambiental na planície costeira do Baixo Ribeira durante a ocupação sambaquierna. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 89-102, 2000.

**RESUMO:** A análise palinológica e diatomológica do perfil sedimentar de uma turfeira da região do Baixo Ribeira de Iguape (estado de São Paulo, Brasil), mostrou mudanças significativas nas condições ambientais. Antes de 3.250 anos AP a região era recoberta por águas salobras em conexão com o mar, depois ela foi ocupada por uma floresta paludosa. A penetração do mar está relacionada à transgressão marinha que culminou há 5.100 anos AP. A descida do nível do mar foi progressiva de 5.100 anos AP até o presente, sem oscilações notáveis. Esta mudança radical das condições ambientais pode explicar a distribuição geográfica dos sítios arqueológicos da região, em particular a presença de sambaquis a 50 km da costa.

**UNITERMOS:** Palinologia – Holoceno – Paleoeambiente – Paleoclima – Sambaquis – Brasil.

### Introdução

Muito pouco se conhece a respeito dos paleoambientes holocenos das planícies costeiras do Brasil. A maioria das reconstituições foram realizadas a partir de estudos palinológicos e

concernem ao litoral das regiões sul e sudeste, em Terra de Areia (Neves & Lorscheitter 1995), Lagoa dos Patos (Cordeiro & Lorscheitter 1994) e Pelotas (Neves & Lorscheitter 1997), no estado do Rio Grande do Sul, e em Iguape (Bissa 1998) no estado de São Paulo. Dados paleoambientais foram obtidos também no litoral do estado de Rio de Janeiro, entre Saquarema e Cabo Frio, a partir de estudos antracológicos (Scheel-Ybert 1998, 2000), sedimentológicos e isotópicos (Tasayco-Ortega 1996).

Essas reconstituições são importantes para se conhecer o meio de vida e os recursos alimentares das populações pré-históricas que ocuparam a costa brasileira durante o Holoceno.

(\*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

(\*\*) IRD, França.

(\*\*\*) Instituto de Botânica, São Paulo, Brasil.

(\*\*\*\*) Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo.

De fato, uma das características das planícies litorâneas do Brasil é a presença de numerosos vestígios arqueológicos, testemunhos de uma intensa ocupação humana. Na planície de Cananéia-Iguape foram encontrados mais de cem sambaquis, que se concentram nas áreas menos expostas ao mar aberto, no litoral e nas ilhas Comprida, do Cardoso e de Cananéia (Uchôa & Garcia 1983). Estes sítios, colinas artificiais formadas por conchas de moluscos e sedimentos, contendo vestígios de ocupação humana, foram construídos por grupos de pescadores-coletores-caçadores cuja dieta era composta por animais marinhos (peixes, moluscos e crustáceos), complementada pela caça e pela coleta de vegetais (Prous 1992). As datações indicam, para a região, uma ocupação ao longo do Holoceno Superior, entre 5000 e 800 anos AP (Uchôa 1981/1982).

## Área de estudo

### *Localização geográfica e características geológicas*

A área de estudo consiste em uma floresta paludosa situada na planície sedimentar recente de Cananéia-Iguape, na Fazenda Boa Vista, a 15 km a noroeste de Iguape (24°36'15"S - 47°38'00"W), entre o rio Peropava e o curso inferior do rio Ribeira de Iguape (Fig. 1). Essa planície é rodeada pelos morros da Boa Vista, Caiobá e Momuna.

A origem da turfeira está provavelmente relacionada ao represamento do rio Ribeira de Iguape subsequente às transgressões e regressões marinhas do Quaternário (IPT 1981, 1982; Ramos Neto 1993). Sua formação é posterior ao último máximo do nível relativo do mar, que culminou ao redor de 3,5 a 4 m acima do nível atual há 5100 anos AP (Martin *et al.* 1979, 1984; Angulo & Lessa 1996, 1997) (Fig. 2).

O solo, constantemente inundado, é caracterizado pelo acúmulo de material vegetal parcialmente decomposto. Na parte central da turfeira, o sedimento é constituído por até 5 m de turfa de origem autóctone com pH variando de 2 a 3. Encontram-se restos de troncos e raízes até 3 a 4 m de profundidade. Abaixo desta cobertura de matéria orgânica, encontra-se uma camada arenosa (Catharino 1986).

### *Clima e vegetação*

O clima é de tipo tropical sub-quento, super úmido, sem seca (Nimer 1989). A temperatura média anual é de 23° C com um máximo de 38 a 40° C entre os meses de dezembro e janeiro, e um mínimo absoluto de 2 a 4° C no inverno. As precipitações na faixa litorânea são de 2000 mm anuais, os meses mais chuvosos sendo de janeiro a março.

A vegetação predominante do Vale do Ribeira é a Floresta Pluvial Tropical Atlântica, muito densa e com grande diversidade de espécies (Angelo & Sampaio 1994). As regiões litorâneas arenosas (restingas) são ocupadas por um mosaico de formações florestais de fisionomias diferentes, refletindo as variações do substrato (Ramos Neto 1993).

As matas sobre restingas são classificadas em floresta alta, floresta baixa e floresta paludosa. A floresta paludosa, também chamada de floresta brejosa, floresta alagada e, quando sobre turfeira, floresta turfosa, ocorre nas depressões entre os cordões arenosos, ou em lagoas e meandros fluviais abandonados. As florestas alta e baixa desenvolvem-se sobre os cordões arenosos, em substratos mais secos (Ramos Neto 1993).

Na floresta paludosa do local de amostragem, Catharino (1986) levantou duzentos e quarenta e três espécies vegetais distribuídas em setenta e uma famílias e cento e quarenta e seis gêneros. O estrato superior possui árvores que atingem 10 a 20 m de altura com algumas emergentes. O segundo estrato é formado por arvoretas de 6 a 8 m de altura. Os estratos arbustivos e herbáceos, mais baixos, são igualmente bem representados.

Myrtaceae é a família que apresenta o maior número de espécies, sendo muito freqüente nos estratos internos da floresta, com poucas espécies de dossel. Lauraceae, também com um grande número de espécies, é mais freqüente no estrato superior. No entanto, *Matayba guianensis* (Sapindaceae), *Sloanea guianensis* (Elaeocarpaceae), *Tapi-rira guianensis* (Anacardiaceae), *Nectandra rigida* (Lauraceae), *Callophyllum brasiliense* (Guttiferae) e *Ficus organensis* (Moraceae) aparecem com grande freqüência e são dominantes na fisionomia. *Hedyosmum brasiliensis* (Chloranthaceae) tem uma ocorrência mar-







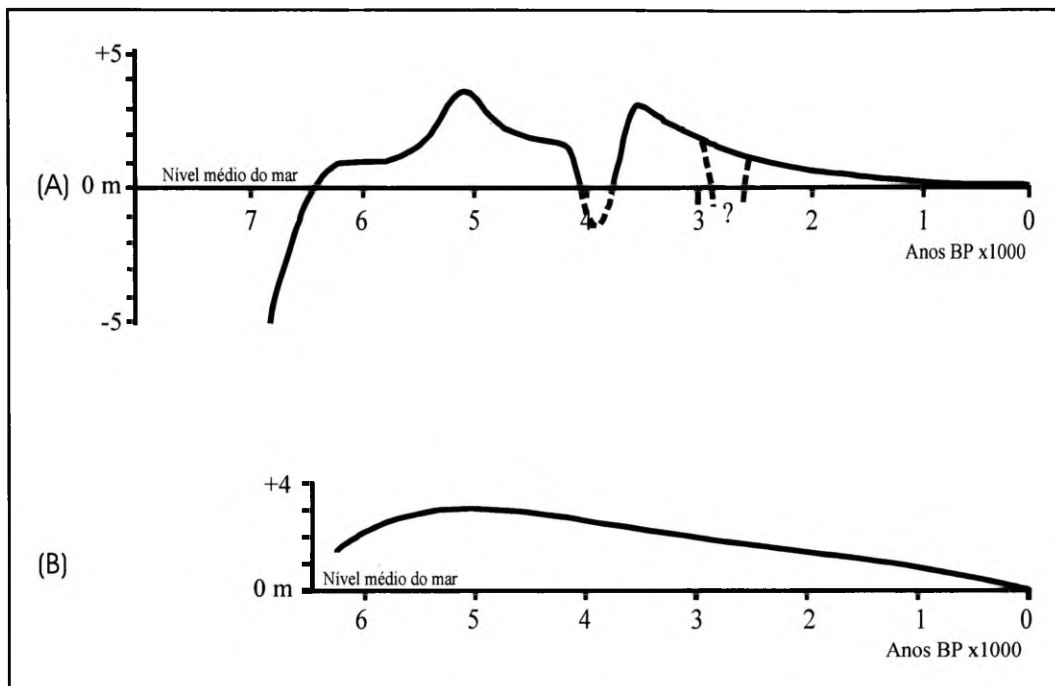


Fig. 2 – Curvas de variação do nível do mar. (A) Litoral de Cananéia-Iguape, segundo Martin *et al.* 1979. (B) Litoral de Paranaguá e de Cananéia, segundo Angulo & Lessa 1997.

vegetação das planícies litorâneas. Reitz (1961), menciona a existência de seres sucessionais partindo de duas situações diferenciadas: em terrenos secos, formando a xerosera, e em terrenos úmidos, a hidrosera. Segundo este autor, a floresta paludosa é um dos estágios mais evoluídos da hidrosera. Estágios menos evoluídos de vegetação de áreas úmidas, ou alterações do nível do lençol freático da floresta paludosa, formam associações secundárias com predomínio de Cyperaceae e Melastomataceae, sendo expressivas as Pteridophyta e Briophyta (*Sphagnum*). *Alchornea* e *Rapanea* são dois gêneros característicos de estágios sucessionais iniciais.

## Material e métodos

Os sedimentos analisados foram coletados na encosta de uma das valas de drenagem da Fazenda Boa Vista, na margem sudoeste da turfeira. A altitude da superfície da turfeira, no ponto de coleta, é de 4 metros. Os primeiros 109

cm foram coletados diretamente na encosta da vala, recortando paralelepípedos de sedimento, método que permitiu evitar os troncos e raízes. A partir dessa cota, correspondendo ao nível da água na vala, foi utilizado um testemunhador tipo pistão (Shimada *et al.* 1981). A espessura total de sedimento coletado alcançou 280 cm.

O sedimento é uma turfa mal compactada, rica em restos vegetais pouco decompostos até 15 cm de profundidade; entre 15 e 100 cm, a turfa é mais compactada, mas ainda com muitos restos vegetais; de 100 a 185 cm a turfa é argilosa, compacta, de cor preta; de 185 a 225 cm o sedimento é uma argila orgânica de cor oliva escura; de 225 a 280 cm é uma argila compacta de cor cinza. A partir de 280 cm o sedimento é excessivamente compacto para se poder usar o testemunhador. É provável que o substrato arenoso tenha sido alcançado.

As análises palinológicas foram feitas sobre amostras de um centímetro de espessura segundo uma malha vertical de 10 centímetros. O tratamento das amostras seguiu o método padrão estabelecido por Ybert *et al.* (1992), ou seja,

ataques químicos com HCl a 10% para eliminação dos carbonatos, KOH a 10% para eliminação dos ácidos húmicos e dispersão da matéria orgânica, acetólise, separação dos minerais com  $Cl_2Zn$  em licor denso.

Seis pastilhas de esporos de *Lycopodium clavatum* foram adicionadas a cada amostra, no início do tratamento, para calcular a concentração polínica absoluta por unidade de volume e de peso de sedimento (Stockmarr 1971). Foram contados no mínimo 350 grãos de pólen por amostra.

Os mesmos níveis foram preparados para a análise das diatomáceas. A metodologia empregada foi a técnica de Von Stosch (Carmelo 1997): lavagem da amostra com água destilada, remoção da água por decantação, adição de 20 ml de ácido nítrico com aquecimento por 30 minutos, lavagem por decantação com água destilada até obter um pH neutro. Montagem das lâminas com resina (Naphrax).

Quatro datações radiométricas foram realizadas sobre a matéria orgânica total pelo método do  $^{14}C$ . Os resultados são apresentados na Tabela 1 em datas convencionais, datas calibradas e datas calendário (Scheel-Ybert, 1999). O cálculo das datas calibradas foi feito usando o programa CALIB 3.0 (Stuiver & Reimer 1993).

## Resultados

### Análises diatomológicas

Foram encontradas diatomáceas somente na base do testemunho, entre 280 e 210 cm (Tab. 2). As espécies determinadas indicam um ambiente salobro com influência marinha e aportes de água doce.

A presença de diatomáceas marinhas entre 280 e 210 cm de profundidade, ou seja, entre

1,20 e 1,90 m de altitude, indica que o mar recobria a região. Isso significa que seu nível ficou permanentemente mais alto que o atual de pelo menos 1 a 2 m durante esse período, ou seja, entre 4360 e 3250 anos AP.

### Análises palinológicas

O diagrama polínico é caracterizado por uma forte predominância de pólenes de plantas arbóreas, que ultrapassam 80 %. Não se nota nenhuma variação importante no diagrama sintético AP/NAP (Fig.3), o qual indica um ambiente de floresta ao longo de todo o perfil estratigráfico. Todavia, o diagrama detalhado (Figs.4a/b) e o diagrama de concentração (Fig.5) permitem separar cinco zonas polínicas.

**Zona 1** – da base até 200 cm (4400 a 3250 anos AP): Esta zona é caracterizada por baixas concentrações de todos os palinomorfos, por frequências relativas de pólenes de herbáceas mais altas do que no resto do diagrama e por porcentagens altas de espécies pioneiras e de ambientes abertos, como *Alchornea* (30 a 50 %), Moraceae e Ulmaceae. Os pólenes de Myrtaceae e Palmae apresentam suas frequências mais baixas. As Chenopodiaceae estão presentes no topo dessa zona; as Amaranthaceae, Compositae e Gramineae apresentam suas maiores porcentagens; os esporos de Pteridophyta têm porcentagens elevadas.

A presença de diatomáceas marinhas e a baixa concentração de pólenes e esporos indicam que a região era ocupada por uma enseada ou uma laguna. A presença de água salgada explica as frequências mais altas de Chenopodiaceae e de Amaranthaceae do gênero *Gomphrena*, e a escassez das Cyperaceae. O conjunto polínico dominado por taxa arbóreas heliófilos e as taxas maiores de pólen de plantas herbáceas indicam

TABELA 1

Nível estratigráfico	Data convencional "anos BP"	Data calibrada (2 $\sigma$ ) "anos cal BP"	Data calendário "anos AD / BC"	Código laboratório
55 cm	1050 $\pm$ 50	1049 (929) 792	901 (1021) 1158 AD	Beta 103248
130 cm	2820 $\pm$ 50	3014 (2913) 2758	1065 (964) 809 BC	Beta 103249
210 cm	3300 $\pm$ 50	3634 (3452) 3359	1685 (1503) 1410 BC	Beta 95151
280 cm	4360 $\pm$ 60	5197 (4858) 4661	3247 (2909) 2711 BC	Beta 92334

Datações  $^{14}C$  na turfeira da Fazenda Boa Vista - Iguape.

TABELA 2

Ambiente	Espécie	Nível estratigráfico em cm							
		210	220	230	240	250	260	270	280
Marinho	<i>Actinocyclus</i> sp.			*			*		
	<i>Actinoptychus hookeri</i>					*			
	<i>Actinoptychus senarius</i>				*				
	<i>Actinoptychus splendens</i>	*	*		*		*		
	<i>Actinoptychus vulgaris</i>				*		*		
	<i>Biddulphia rhombus</i>						*		
	<i>Diploneis bombus</i>		*			*		*	
	<i>Nitzschia panduriformes</i>				*				
	<i>Polymixus coronalis</i>					*			
	<i>Raphoneis</i> sp.						*		
	<i>Thalassiosira</i> sp.							*	*
	<i>Triceratium patagonicum</i>			*	*	*			
Litoral marinho; Estuarino	<i>Cyclotella stylorum</i>	*	*	*					
	<i>Paralia sulcata</i>	*	*	*	*	*	*	*	*
	<i>Triceratium favus</i>	*	*	*	*		*		
Litoral marinho; Estuarino; Continental salobro	<i>Achnanthes brevipes</i>					*			*
	<i>Achnanthes longipes</i>							*	*
	<i>Cyclotella striata</i>				*				
	<i>Surirella rorata</i>					*	*	*	*
	<i>Terpsinoe musica</i>		*	*	*				
Água doce	<i>Eunotia diodon</i>							*	*
Continental	<i>Cocconeis placentula</i>					*			*
Não definido	<i>Achnanthes</i> sp.							*	
	<i>Actinoptychus</i> sp.							*	
	<i>Amphora</i> sp.						*		
	<i>Caloneis</i> sp.								*
	<i>Cocconeis</i> sp.			*	*	*			
	<i>Coscinodiscus</i> sp.		*	*	*		*	*	*
	<i>Cyclotella</i> sp.						*	*	
	<i>Cymbella</i> sp.					*		*	*
	<i>Epithemia</i> sp.				*			*	*
	<i>Eunotia</i> sp.		*	*	*	*	*		*
	<i>Gomphonema</i> sp.		*					*	
	<i>Gyrosigma</i> sp.							*	
	<i>Melosira</i> sp.	*	*		*				*
	<i>Nitzschia</i> sp.					*	*	*	*
	<i>Pinnularia</i> sp.						*	*	*
	<i>Synedra</i> sp.		*	*	*		*	*	*

Distribuição das diatomáceas no sedimento em função do hábitat de cada taxon.

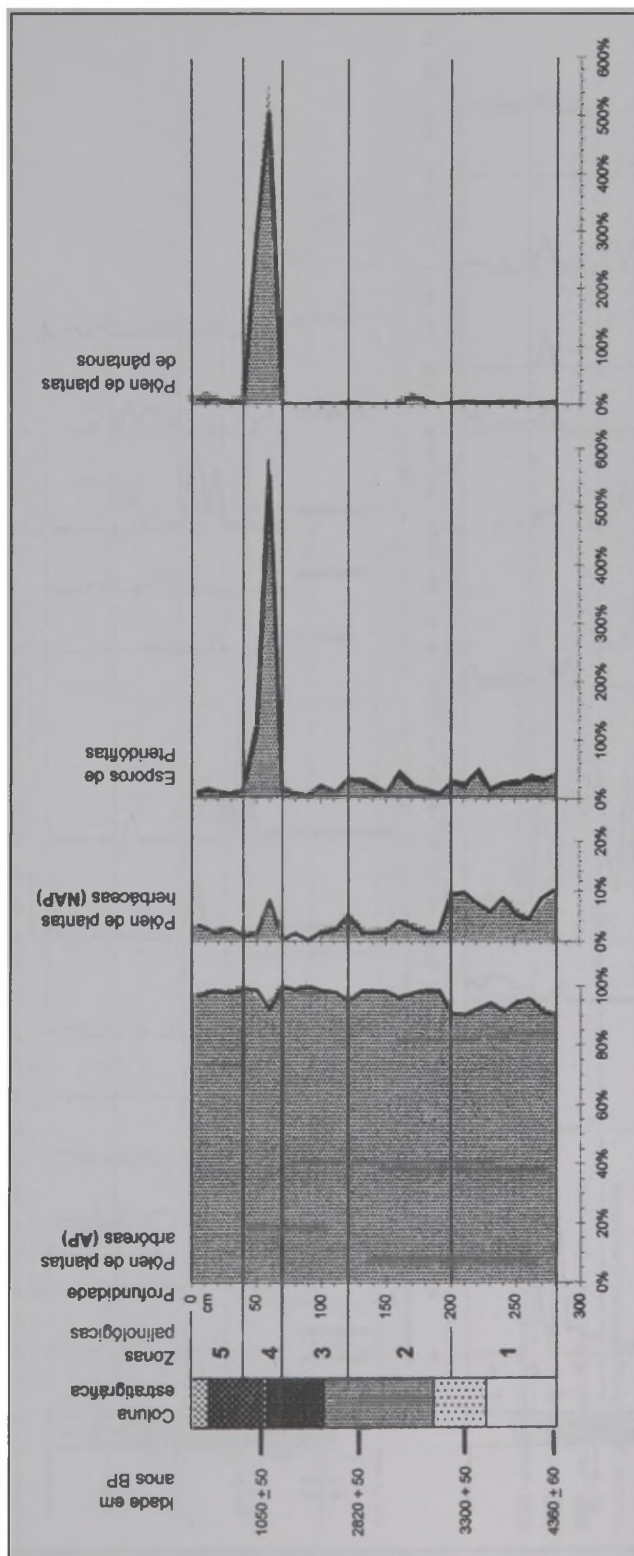


Fig. 3 – Diagrama palinológico sintético da turfeira da Fazenda Boa Vista - Iguape.

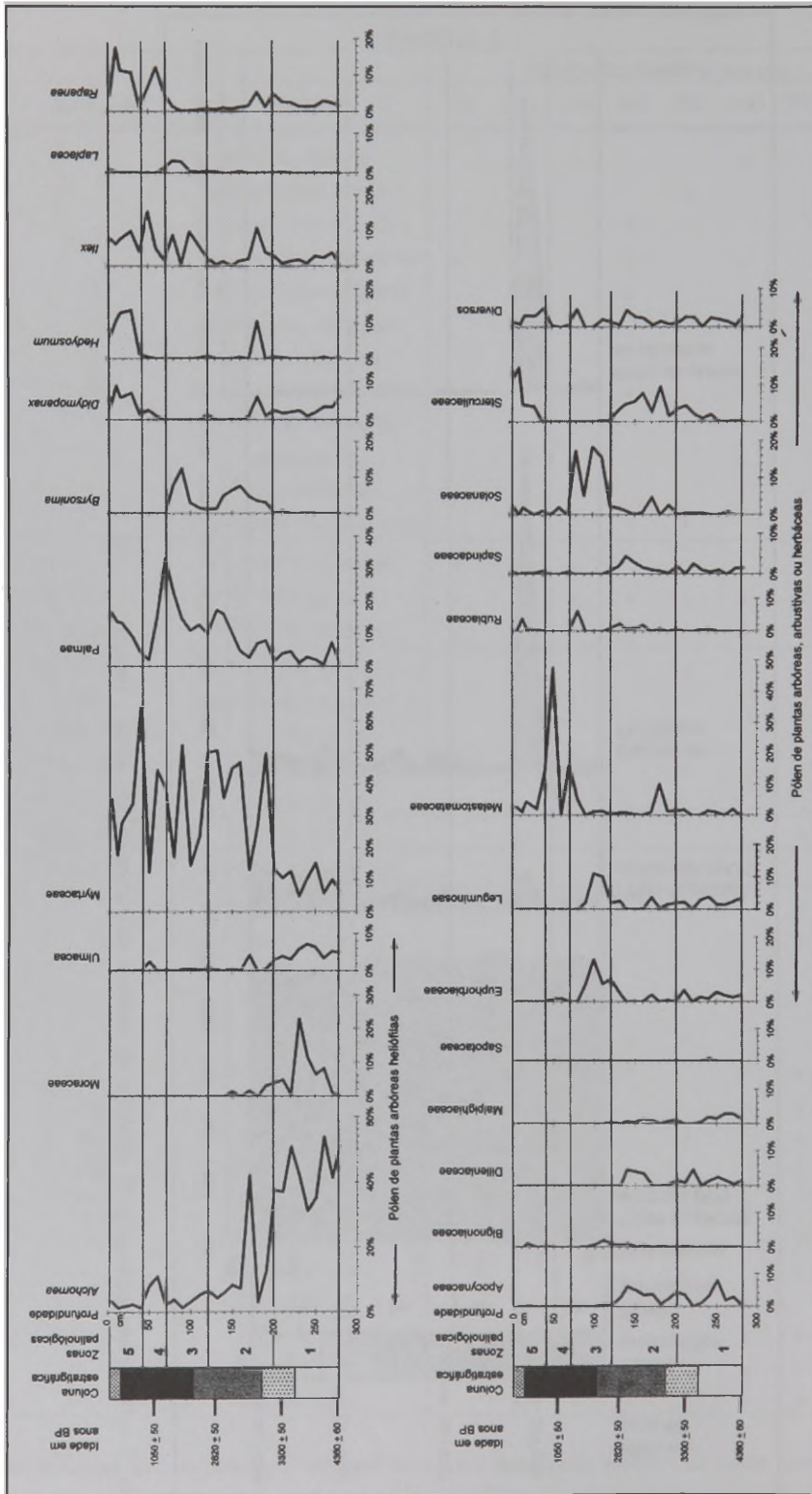


Fig. 4a - Diagrama palinológico da turfeira da Fazenda Boa Vista - Iguape. Frequência relativa dos grãos de pólen de plantas arbóreas.

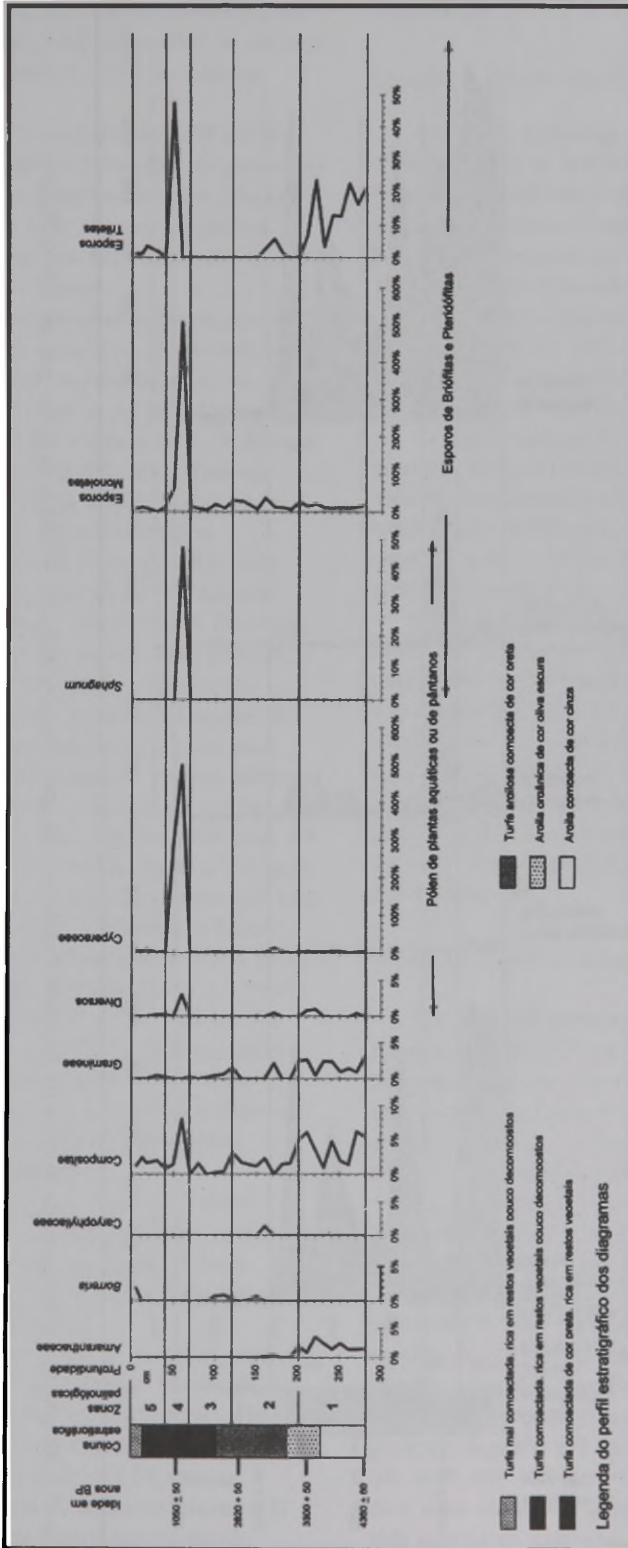


Fig. 4b – Diagrama paleontológico da turfeira da Fazenda Boa Vista - Iguape. Frequência relativa dos grãos de pólen e dos esporos das plantas herbáceas.



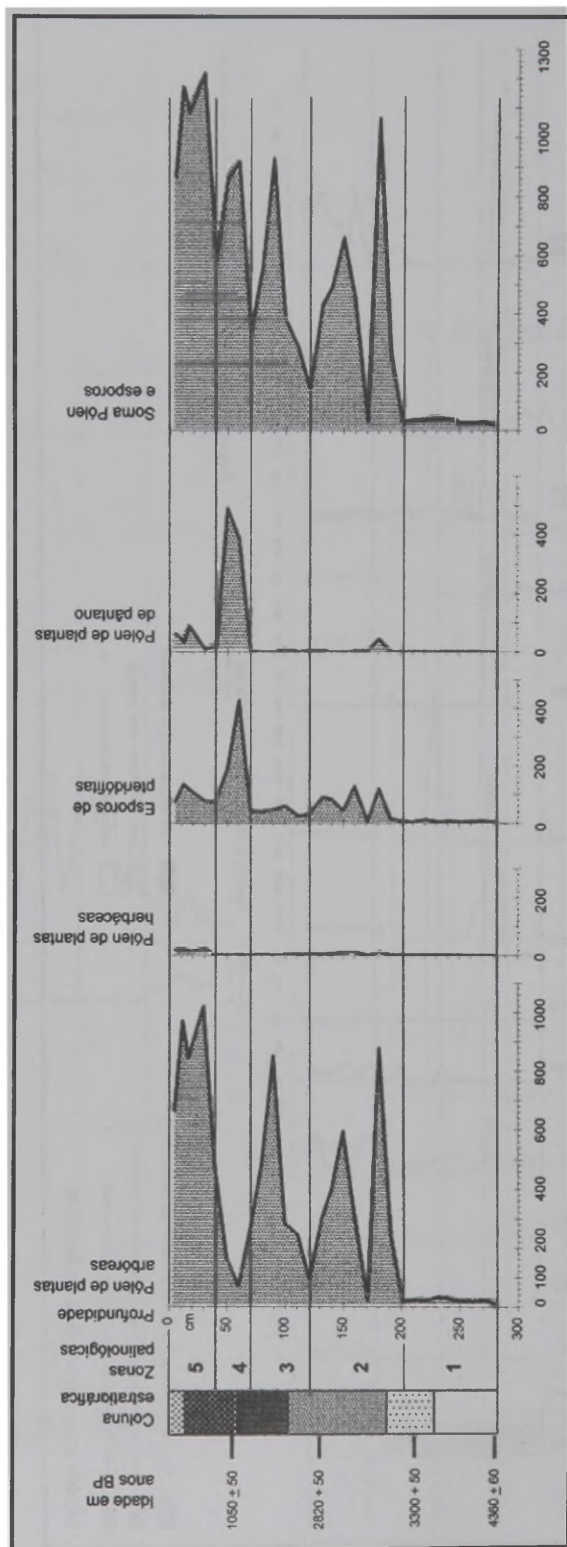


Fig. 5 – Diagrama palinológico da turfeira da Fazenda Boa Vista - Iguape. Concentração em milhares de grãos por cm³ de sedimento.

que a laguna estava cercada por uma floresta relativamente aberta, localizada sobre os cordões arenosos pleistocenos e sobre as colinas circundantes.

**Zona 2** – de 200 até 120 cm (3250 a 2600 anos AP): Esta zona se diferencia da precedente por um aumento significativo dos pólenes de Myrtaceae, Palmae e *Byrsonima*, e por uma diminuição das espécies heliófilas, das herbáceas e dos esporos triletes.

A ausência de diatomáceas indica que a laguna desapareceu devido ao abaixamento do nível do mar. O aumento significativo, em concentração, dos esporos de pteridófitas indica uma expressiva umidade local. A floresta ombrófila densa, provavelmente paludosa, recobre a região. O clima é ligeiramente mais úmido que durante o período anterior.

**Zona 3** – de 120 até 70 cm (2600 a 1400 anos AP): As porcentagens de *Alchornea* diminuem, *Ilex* é mais abundante. A diversidade polínica é menor do que na zona precedente. Os esporos de pteridófitas são menos abundantes. A floresta se mantém apesar de um clima globalmente um pouco mais seco. Todavia, um pico de pólen de plantas arbóreas no meio desta zona poderia indicar um breve período mais úmido por volta de 2000 anos AP.

**Zona 4** – de 70 até 40 cm (1400 a 775 anos AP): Este intervalo é caracterizado por um leve aumento dos pólenes de *Alchornea* e Ulmaceae, e por aumentos significativos dos pólenes de Melastomataceae, *Rapanea*, *Ilex* e, principalmente, de Cyperaceae e dos esporos de *Sphagnum* e Pteridophyta. A concentração dos pólenes de espécies arbóreas diminui drasticamente enquanto os pólenes e esporos de plantas pantanosas e de pteridófitas aumentam notavelmente.

Estas flutuações são provavelmente relacionadas a uma subida do lençol freático e a um aumento das precipitações. O local estava ocupado por um lago raso de água doce ou por um pântano.

**Zona 5** – de 40 cm até o topo (775 anos AP ao Presente): Todos os pólenes e esporos de ambiente encharcado, como *Sphagnum*, diminuem ou desaparecem. Ao contrário, *Didymopanax*, *Hedyosmum*, Palmae e Myrtaceae aumentam. A floresta paludosa se reinstala. O clima volta a ser um pouco menos úmido.

## Discussão

### *Quadro paleoclimático e paleoambiental*

Os dados palinológicos obtidos a partir da análise do perfil da turfeira da Fazenda Boa Vista mostram uma relativa estabilidade do meio ambiente entre ca. 3250 anos AP e o presente. Após um período de ocupação da área de estudo por um grande corpo de água salobra, de 4400 até 3250 anos AP, desenvolveu-se uma floresta paludosa que se mantém até hoje, tendo sofrido apenas uma alteração significativa entre ca. 1400 e 775 anos AP, devido a uma elevação do lençol freático.

O clima também permaneceu relativamente estável e próximo ao clima atual, notando-se, todavia, três períodos um pouco mais úmidos: entre 3250 e 2600 anos AP, em torno de 2000 anos AP e entre 1400 e 775 anos AP, este último sendo mais acentuado.

Estes resultados são comparáveis com os dados de Tasayco-Ortega (1996) que menciona para a Região dos Lagos, no litoral do estado do Rio de Janeiro, dois episódios úmidos, respectivamente em torno de 2000 anos AP e entre 1000 e 600 anos AP. Por sua vez, Scheel-Ybert (1998, 2000), para a mesma região, registrou um período relativamente seco entre 4900 e 2300 anos AP seguido por uma fase úmida entre 2300 e 2000 anos AP.

### *Variações do nível do mar*

Os dados palinológicos e diatomológicos aqui apresentados indicam que o local de estudo era ocupado pelo mar, ou por uma laguna, de pelo menos 4400 anos AP até ca. 3250 anos AP. Isso está de acordo com os dados sobre as variações do nível do mar fornecidos por Martin *et al.* (1979, 1984) e por Angulo & Lessa (1996, 1997) para o litoral de Cananéia-Iguape, os quais indicam que o mar estava mais alto que atualmente a partir de ca. 6400 anos AP. Segundo estes autores, o nível subiu até ca. 5100 anos AP, quando atingiu um máximo de aproximadamente +3,5 a +4 m. Após esta data, segundo Angulo & Lessa, o nível baixou regularmente até atingir o zero atual na época presente; segundo Martin *et al.* a baixa do nível não teria sido contínua e esses autores mencionam duas oscilações negativas onde o nível teria sido inferior ao zero atual, entre ca. 4100 e 3750



anos AP e entre ca. 2900 e 2600 anos AP. Nos dois casos, o nível teria sido de aproximadamente +2 m há ca. 3250 anos AP, e sempre mais baixo depois.

O topo do ponto de amostragem sendo a +4 m de altitude, a base do perfil está a +1,20 m, e a cota de +2 m corresponde ao limite entre as zonas palinológicas 1 e 2, ou seja, a ca. de 3250 anos AP. Segundo os dados diatomológicos e palinológicos, a presença do mar foi contínua durante esse período e não foi registrada nenhuma interrupção, o que tende a invalidar a curva de variação do nível do mar proposta por Martin *et al.* e a confirmar a curva de Angulo & Lessa.

#### *Ocupação humana*

A presença de um grande corpo de água salobra, laguna ou estuário, a cerca de 40 km do litoral atual explica porque se encontram sambaquis a essas distâncias.

Os dados arqueológicos (Uchôa 1981/82) indicam que as populações de pescadores-coletores-caçadores tiveram seu maior desenvolvimento durante o período de 5000 a 3100 anos AP, o que pode estar associado à extensão dos ambientes lagunares, resultante do alto nível do mar e à presença de florestas relativamente abertas nos morros e serras da região. De fato, os ambientes lagunares são considerados como particularmente ricos em peixes e moluscos (Oyuela-Caycedo 1996), muito mais acessíveis que no mar aberto. Da mesma forma, as florestas de restingas fornecem em abundância frutos e raízes para complementar a dieta alimentar (Scheel-Ybert 1998, 2001).

Supõe-se que com o recuo do mar, o início dos processos graduais de colmatação das lagunas e enseadas (Ab'Saber & Besnard 1953) e a instalação das florestas paludosas, estas regiões tornaram-se impróprias à vida de moluscos e peixes, forçando as populações de pescadores-coletores-caçadores a migrar em direção ao litoral atual e a ocupar novas áreas como a Juréia, a Ilha do Cardoso e a Ilha Comprida.

#### **Conclusões**

O estudo palinológico e diatomológico do perfil sedimentar da turfeira da Fazenda Boa Vista na região de Iguape, litoral do estado de São Paulo, permitiu reconstituir o meio ambiente durante o Holoceno Superior. O apogeu da ocupação pré-histórica na região, entre 5000 e 3100 anos AP, está provavelmente ligado à existência, durante este período, de uma extensa laguna salobra.

O nível do mar se manteve mais alto que atualmente de pelo menos 2 metros até 3250 anos AP, e baixou continuamente, sem oscilações notáveis, a partir desta data. Esse recuo progressivo do mar provocou o desaparecimento da laguna e favoreceu a instalação de uma floresta paludosa em seu lugar. Em consequência, os pescadores-coletores-caçadores que ocupavam a periferia da laguna foram provavelmente forçados a migrar em direção ao litoral atual, em busca de alimentação. Seria interessante averiguar a distribuição geográfica dos sambaquis em função de sua idade para verificar sua relação com as variações do nível do mar.

O clima ficou bastante estável durante os 4400 últimos anos, sendo registrados apenas três períodos um pouco mais úmidos. O último, em torno de 1000 anos AP, mais acentuado, foi acompanhado de uma subida do lençol freático e da formação de um pântano. Essas oscilações climáticas não foram suficientes para provocar grandes perturbações na vegetação da região e as formações florestais foram sempre dominantes.

#### **Agradecimentos**

Este trabalho foi desenvolvido no quadro da dissertação de mestrado do primeiro autor, que contou com o auxílio financeiro da FAPESP (Processo 95/0885-2) e da Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo.

BISSA, W.M.; YBERT, J.-P.; CATHARINO, E.L.M.; KUTNER, M. Evolução paleoambiental na planície costeira do Baixo Ribeira durante a ocupação sambaquiara. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 89-102, 2000.

BISSA, W.M.; YBERT, J.-P.; CATHARINO, E.L.M.; KUTNER, M. Palaeoenvironmental evolution in the coastal plain of Baixo Ribeira during the shell mounds occupation. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 89-102, 2000.

**ABSTRACT:** Pollen and diatoms analyses in a peat bog from the Baixo Ribeira do Iguape region (São Paulo State, Brazil) showed expressive changes in the environmental conditions. Brackish waters connected to the sea covered this site before 3.250 years BP; after that a swamp forest developed. Sea presence is due to the marine transgression that culminated at 5.100 years BP. Lowering of sea level has been gradual from 5.100 years BP to the present, without major oscillations. This drastic change in environmental conditions can explain the distribution of the archaeological sites in this region, specially the presence of shell mounds 50 km away from the coast.

**UNITERMS:** Palynology – Holocene – Palaeoenvironment – Palaeoclimate – Shell mounds – Brazil.

### Referências bibliográficas

- AB'SABER, A.N.; BESNARD, W.  
1953 Sambaquis da região lagunar de Cananéia. I – Observações geográficas. II – Especulações pré-históricas. *Boletim do Instituto Oceanográfico da USP*, 4 (1-2): 215-238.
- ANGELO, S.; SAMPAIO, F.  
1994 *Políticas públicas, agricultura e desmatamento no Vale do Rio Ribeira de Iguape*. Estudo de caso 5, 80 p.
- ANGULO, J.R.; LESSA, G.  
1996 The brazilian sea level curves: a critical review with emphasis on the curves from Paranaguá and Cananéia regions. *Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Geologia, Salvador*, 5: 285-288.  
1997 The Brazilian sea level curves: a critical review with emphasis on the curves from the Paranaguá and Cananéia regions. *Marine Geology*, 140: 141-166.
- BISSA, W.M.  
1998 *Reconstituição dos paleoambientes de uma planície holocênica no curso inferior do Rio Ribeira (Município de Iguape, SP)*. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, São Paulo, 60 p.
- CARMELO, R.T.  
1997 *Identifying marine phytoplankton*. Academic Press, 858 p.
- CATHARINO, E.L.M.  
1986 Composição florística e fitofisionomia de uma Mata de Turfeira (Floresta Pluvial Tropical Atlântica) localizada em uma planície quaternária recente. Relatório, Escola de Agricultura "Luiz de Queiroz" 38 p.
- CORDEIRO, S.H.; LORSCHETTER, M.L.  
1994 Palynology of Lagoa dos Patos sediments, Rio Grande do Sul, Brazil. *Journal of Paleolimnology*, 10: 35-42.
- INSTITUTO de PESQUISAS TECNOLÓGICAS (IPT).  
1981 Prospecção regional de turfa no Estado de São Paulo. Relatório, 15.318.  
1982 *Avaliação de turfeiras nos vales dos rios Moji-Guaçu, Ribeira de Iguape, Jacaré-Pepira e Itapetininga - fase de semi-detahle*. Relatório, 16.408.
- MARTIN, L., SUGUIO, K.; FLEXOR, J.M.  
1979 Le Quaternaire marin du littoral brésilien entre Cananéia (SP) et Barra de Guaratiba (RJ). *International symposium on coastal evolution in the Quaternary*, São Paulo, Brasil: 296-331.  
1984 Informações adicionais fornecidas pelos sambaquis na reconstrução de paleolinhas de praia quaternária: exemplo da costa do Brasil. *Revista de Pré-História*, Universidade de São Paulo, 6: 128-147.
- NEVES, P.C.P.; LORSCHETTER, M.L.  
1995 Upper Quaternary palaeoenvironments in the Northern Coastal Plain of Rio Grande do Sul, Brazil. *Quaternary of South America and Antarctic Peninsula*, 9: 39-67.  
1997 Palinologia de sedimentos de uma mata tropical paludosa na Planície Costeira Sul do Rio Grande do Sul, Brasil. *VI Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário*, Resumos expandidos: 341-344.

BISSA, W.M.; YBERT, J.-P.; CATHARINO, E.L.M.; KUTNER, M. Evolução paleoambiental na planície costeira do Baixo Ribeira durante a ocupação sambaquieira. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 89-102, 2000.

- NIMER, E.  
1989 *Climatologia do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, IBGE: 421 p.
- OYUELA-CAYCEDO, A.  
1996 The study of collector variability in the transition to sedentary food producers in northern Colombia. *Journal of World Prehistory*, 10 (1): 49-93.
- PROUS, A.  
1992 *Arqueologia Brasileira*. Brasília: ed. UnB. 605 p.
- RAMOS NETO, M.B.  
1993 *Análise florística e estrutural de duas florestas sobre restinga, Iguape, São Paulo*. Dissertação de Mestrado, USP, 129 p.
- REITZ, P.R.  
1961 Vegetação da zona marítima de Santa Catarina. *Sellowia*, 13: 17-115.
- SCHEEL-YBERT, R.  
1998 *Stabilité de l'écosystème sur le littoral sud-est du Brésil à l'Holocène supérieur (5500-1400 ans BP) - Les pêcheurs-cueilleurs-chasseurs et le milieu végétal : apports de l'anthracologie*. Tese de Doutorado, Université Montpellier II, França. 3 volumes: Texte, 245 p.; Atlas anthracologique, 114 p. + 1 cdrom; Annexes, 161 p.
- 1999 Considerações sobre o método de datação pelo Carbono-14 e alguns comentários sobre a datação de sambaquis. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 9: 297-301.
- 2000 Vegetation stability in the Southeastern Brazilian coastal area from 5500 to 1400 <sup>14</sup>C yr BP deduced from charcoal analysis. *Review of Palaeobotany and Palynology* 110: 111-138.
- 2001 Man and vegetation in the Southeastern Brazil during the Upper Holocene. *Journal of Archaeological Science*, 28 (5), 471-480
- SHIMADA, H.; MOTTA, J.F.M.; CABRAL, JR. M.; NAKANO, S.  
1981 Prospecção de turfa no Estado de São Paulo, 3º *Simpósio Regional de Geologia*. Curitiba. SBG-SP. 2: 259-273.
- STOCKMARR, J.  
1971 Tablets with spores used in absolute pollen analysis. *Pollen et Spores*, 13: 615-621.
- STUIVER, M.; REIMER, P.J.  
1993 Extended <sup>14</sup>C data base and revised CALIB 3.0 <sup>14</sup>C age calibration program. *Radiocarbon*, 35 (1): 215-230.
- SUGYIAMA, M.  
1993 *Estudo de florestas na restinga da Ilha do Cardoso, Cananéia, SP*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Biociências, USP. São Paulo. 115 p.
- TASAYCO-ORTEGA, L.A.  
1996 *Variations paléohydrologiques et paléoclimatiques d'une région d'upwelling au cours de l'Holocène: enregistrement dans les lagunes côtières de Cabo Frio (État de Rio de Janeiro, Brésil)*. Tese de Doutorado. Université Pierre et Marie Curie, Paris, França. 321 p.
- UCHÔA, D.P.  
[1981] Ocupação do litoral sul-sudeste brasileiro por grupos de coletores-pescadores holocênicos. *Arq. Mus. Hist. Nat.*, UFMG, 6-7:133-143.
- UCHÔA, D.P.; GARCIA, C.R.  
1983 Cadastramento dos sítios arqueológicos da baixada Cananéia-Iguape, litoral sul do Estado de São Paulo - Brasil. *Revista de Arqueologia, Museu Goeldi*, Belém, 1 (1): 19-29.
- YBERT, J.P.; SALGADO-LABOURIAU, M.L.; BARTH, O.M.; LORSCHREITTER, M.L.; BARROS, M.A.; CHAVES, S.A.M.; LUZ, C.F.P.; RIBEIRO, M.; SCHEEL, R.; VICENTINI, K.F.  
1992 Sugestões para padronização da metodologia empregada em estudos palinológicos do Quaternário. *Revista do Instituto Geológico*, 13 (2): 47-49.

Recebido para publicação em 26 de maio de 2000.

# ESTUDO PALINOLÓGICO DE COPRÓLITOS PRÉ-HISTÓRICOS HOLOCENOS COLETADOS NA TOCA DO BOQUEIRÃO DO SÍTIO DA PEDRA FURADA – CONTRIBUIÇÕES PALEOETNOLÓGICAS, PALEOCLIMÁTICAS E PALEOAMBIENTAIS PARA A REGIÃO SUDESTE DO PIAUÍ - BRASIL

*Sérgio Augusto de Miranda Chaves\**

CHAVES, S.A.M. Estudo palinológico de coprólitos pré-históricos holocenos coletados na Toca do Boqueirão do Sítio da Pedra Furada. Contribuições paleoetnológicas, paleoclimáticas e paleoambientais para a região sudeste do Piauí - Brasil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 103-120, 2000.

**RESUMO:** Este trabalho apresenta os resultados das análises polínicas feitas em coprólitos humanos e de animais recolhidos no abrigo sob rocha da Toca do Boqueirão do Sítio da Pedra Furada. Esses coprólitos foram identificados por pesquisadores da escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) e foram tratados segundo a metodologia descrita por Chaves (1994, 1996, 1997) e Chaves e Renault-Miskovsky (1996). Os resultados forneceram dados que nos permitiram elaborar um quadro paleoclimático e paleoambiental da região estudada. Do ponto de vista paleoetnológico, os resultados das análises polínicas dos coprólitos humanos nos permitiram demonstrar a gama de plantas utilizadas pelos homens que habitaram a região por volta de 8.000 anos A.P..

**UNITERMOS:** Coprólitos – Análise polínica – Brasil – Paleoambiente.

## **Introdução**

Os métodos atuais de análise polínica utilizados nas pesquisas ambientais permitem uma melhor compreensão de como o quadro vegetacional de uma dada região se modificou

em uma época precisa. Os estudos palinológicos de coprólitos humanos e animais, por exemplo, estão a cada dia mais desenvolvidos. O conteúdo polínico dos coprólitos é, em geral, de uma tal quantidade e variedade, que o estudo desse rico material orgânico nos permite, por exemplo, estabelecer uma seqüência cronológica da implantação de uma dada vegetação e mesmo a de uma curva de evolução climática.

Nos dias atuais, os trabalhos palinológicos que tratam do período Quaternário no

(\*) Laboratório de Ecologia da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz. Rio de Janeiro, RJ.

Brasil são ainda raros. Esta pesquisa será o primeiro estudo palinológico do paleoambiente holocênico da região Sudeste do Piauí. Tivemos a possibilidade de desenvolver os primeiros trabalhos palinológicos no sítio pré-histórico de Pedra Furada, a partir dos pólenes encontrados nos coprólitos humanos e animais. O sítio onde foram coletados esses coprólitos é o sítio de referência da região: a **Toca do Boqueirão do Sítio da Pedra Furada**, situado no Sudeste do Piauí, na região Nordeste do Brasil.

A região Sudeste do Piauí tornou-se conhecida depois de 1970, devido à riqueza de seus sítios de arte rupestre. Esse complexo arqueológico é atualmente considerado como um dos mais importantes do continente americano (Emperaire 1984).

Paralelamente às pesquisas arqueológicas e às descobertas artísticas, outros estudos revelaram-se também importantes. As pesquisas sobre os coprólitos humanos e não humanos por exemplo, possibilitaram o desenvolvimento de linhas de pesquisas relacionadas à paleoecologia, à paleoepidemiologia e à paleoparasitologia, entre outras, tendo os resultados desses trabalhos já sido publicados em revistas nacionais e estrangeiras. Vários estudos multidisciplinares estão em andamento na região de São Raimundo Nonato, no Sudeste do Piauí, a 700 km da capital do estado, Teresina, por uma equipe de pesquisadores.

As primeiras escavações arqueológicas do sítio de Pedra Furada não indicaram a presença de pólenes nas amostras sedimentares – todas essas amostras mostraram-se estéreis. Da mesma forma, também não existiam dados sobre os restos de ossos humanos ou animais, em razão da natureza ácida do solo desse sítio, o que implica em uma má conservação do material arqueológico. No que diz respeito aos estudos antracológicos, o estágio atual das pesquisas não fornece ainda resultados concretos. Dessa maneira, os únicos elementos que poderiam contribuir para o conhecimento das fases climáticas holocênicas, assim como do paleoambiente regional, dependia, então, da palinologia dos coprólitos (material que apresenta, naturalmente, uma excelente e eficaz conservação dos grãos de pólen).

No início dos anos de 1980, já existiam dados suficientes para explicar os possíveis quadros paleoclimáticos existentes entre 13.000 e 20.000 A.P. para o continente sul-americano (Ab'Saber 1980, Absy e Suguio 1975, Servant *et al.* 1989). Esses dados foram aprofundados com as pesquisas palinológicas e antracológicas realizadas nos anos 90 e permitiram fornecer numerosas informações sobre os períodos mais distantes, como há 30.000 A.P. (Absy *et al.* 1991, Ledru *et al.* 1996, Vernet *et al.* 1994, Van der Hammen e Absy 1994, Behling 1995).

O quadro paleoambiental do Pleistoceno para essa região era caracterizado por um clima mais úmido que o atual, com uma vegetação denominada de “savanas abertas e arborizadas”, ecologicamente favorável aos grandes mamíferos, que estão bem representados por seus fósseis em alguns sítios da região (Guerin 1991).

A preexistência de um clima árido regional seria então uma constante no paleoclima da região, sempre relacionado com a forma do continente e a orientação dos ventos alísios do hemisfério sul. Porém, no passado, qual teria sido a duração dos eventos climáticos de aridez? Em quais ambientes teriam vivido/sobrevivido os homens e animais que habitaram/visitaram em várias épocas o abrigo de Pedra Furada? A partir de 1970, as sínteses paleoecológicas e paleoclimáticas sobre o continente se reportavam, seja à teoria dos refúgios, seja às mudanças climáticas, seja à ação antrópica para responder a essas questões. É também nessa mesma época que a *New Archeology* e sua tentativa metodológica de um enfoque paleoetnológico revela uma nova e importante forma no “olhar” dos vestígios arqueológicos. Não poderíamos mais estudar tais vestígios de maneira independente, ou seja, sem relacioná-los ao seu ambiente natural e cultural. Essa nova forma de interpretar os elementos naturais/culturais da Arqueologia, através da reunião das ciências como a Etnologia, a Antropologia e as ciências paleoambientais, ampliou consideravelmente o universo das pesquisas em pré-história. O objetivo principal desse trabalho é a reconstituição do paleoambiente holocênico no Sudeste do Piauí, assim como contribuir com

algumas informações de uma possível utilização medicinal de certas plantas através da análise dos pólenes encontrados nos coprólitos humanos.

### A Toca do Boqueirão do Sítio da Pedra Furada

Na América do Sul, mais de uma dezena de sítios são, hoje em dia, datados e reconhecidos como sendo anteriores a 12.000 A.P. Os dados publicados por Parenti (1993, 1996), Parenti e Torroni (1994), Meltzer *et al.* (1994) e Guidon *et al.* (1994, 1996) sobre o sítio pré-histórico de Pedra Furada, conduzem à revisão da cronologia do povoamento do continente americano. Às teorias anunciadas anteriormente, tornou-se então necessário acrescentar os novos dados cronológicos, antropológicos e culturais apresentados nos trabalhos desses autores e aguardar outros novos resultados, para então inseri-los no contexto da pré-história sul-americana.

Graças às pesquisas arqueológicas desenvolvidas na região pelo grupo de estudos da arqueóloga Niède Guidon, possuímos atualmente um número importante de dados sobre as populações pré-históricas do Piauí.

O sítio de Pedra Furada (8°50'10" S - 42°33'20" W) está localizado no estado do Piauí, na região nordeste do Brasil (Mapa). Com uma largura de 70m, é aberto para o sul, cercado a leste por quedas d'água que, devido às violentas tempestades, fazem desembocar, além das linhas de chuva, seixos provenientes da desagregação das camadas conglomeradas subjacentes (Parenti 1993).

As escavações do sítio de Pedra Furada foram organizadas e coordenadas pela arqueóloga Niède Guidon a partir de 1978. Em 1988, o arqueólogo Fábio Parenti refez os trabalhos de estratigrafia do sítio – tema de sua tese de Doutorado, defendida em 1993. Existem então duas estratigrafias para o sítio de Pedra Furada. A primeira, segundo alguns arqueólogos europeus e americanos, apresenta problemas metodológicos consideráveis. Por essa razão, não foi totalmente aceita por esses pesquisadores da comunidade científica. A



Mapa – Localização do Sítio da Toca do Boqueirão da Pedra Furada (BPF).

segunda, mais precisa, é, atualmente, a estratigrafia aceita e aquela que adotaremos nesse trabalho.

As datações, de uma impressionante antigüidade – por volta de 48.000 A.P. – obtidas em Pedra Furada, até o momento não foram unanimemente aceitas. A tese defendida por Fábio Parenti, a partir de um rigoroso estudo do sítio (que apresenta um corte estratigráfico bem detalhado, com séries de datações obtidas pelo Carbono 14 e com uma análise rigorosa do material lítico e das estruturas consideradas antrópicas), comporta, a nosso ver, os elementos decisivos e necessários para o convencimento dessa parte da comunidade científica ainda “descrente”.

Nas camadas arqueológicas da Toca do Boqueirão do sítio da Pedra Furada, os homens deixaram como testemunhos uma indústria lítica abundante, relacionada a fogueiras que foram encontradas em diferentes níveis estratigráficos. As 32 datações radiométricas pleistocênicas de Pedra Furada permitiram a construção de um quadro cronoestratigráfico, que, até o presente, não

possui equivalente para o Novo Mundo. As datações dessas amostras resultaram em valores que variam entre 5.000 anos (no topo do perfil estratigráfico) a mais de 48.000 anos A.P. (Parenti 1993).

A partir dos estudos elaborados por Parenti (1993), podemos distinguir, no corte de referência do sítio, dez unidades estratigráficas: **1** – areia fina com carvões e macrorestos vegetais atuais; **2** – areia média apresentando algumas perturbações devido aos cupins; **3** – seixos de tamanho médio; **4** – areias finas com perturbações devido aos cupins; **5** – areia fina apresentando carvões e cinzas; **6** – areia média; **7** – lentes de cinzas e de carvões; **8** – areia média apresentando cinzas e carvões; **9** – areia média com seixos de tamanho pequeno; **10** – seixos de tamanho médio a pequeno; raros são os seixos de tamanho grande; presença de blocos de granito.

Os resultados desses estudos demonstraram também uma grande riqueza de seixos nas unidades superiores holocênicas.

O conjunto das unidades estratigráficas permitiu-nos definir as três fases pleistocênicas principais: Pedra Furada **1**, Pedra Furada **2** e Pedra Furada **3** – com uma duração mínima total de 40.000 anos – e das fases holocênicas – Serra Talhada **1**, Serra Talhada **2** e Agreste. A fase Serra Talhada **2** terminou há 6.000 anos e a fase Agreste, há 5.000 anos A.P.

No que diz respeito aos utensílios líticos recolhidos em Pedra Furada, foram repertoriadas aproximadamente 600 peças líticas pleistocênicas e 6.600 peças holocênicas.

Segundo Guidon *et al.* (1994), “*les industries paléolithiques (phases Pedra Furada 1, 2 et 3) sont des galets taillés (la taille bifaciale concerne environ la moitié des pièces), des fragments utilisés, des éclats corticaux, des racloirs, de rares perçoirs et denticulés. Elles se caractérisent par une faible exploitation des galets de quartz et de quartzite, présents sur le site, et par une technique de taille non pré-déterminée. Au Paléolithique, des éclats de taille et des fragments d'origine naturelle ont été aussi indéniablement repris et utilisés. D'un point de vue technologique, les tendances principales montrent une diminution progressive de la taille bifaciale et aussi une augmentation régulière de l'exploitation des*

*galets. Les deux phénomènes se situent dans le cadre d'une grande stabilité technique pendant le Pléistocène final*”.

Ainda segundo Guidon *et al.* (1994), “*les industries des niveaux holocènes (phases Serra Talhada 1 et 2, et phase Agreste), tout en continuant l'exploitation des galets disponibles sur place, montrent une plus grande différenciation typologique et l'utilisation de matière première exogène (notamment de calcédoine provenant des massifs de calcaire métamorphique). Elles comprennent un outillage 'léger' mis en forme hors du site et fabriqué essentiellement en calcédoine et silex, avec des racloirs de types variés, des limaces et des perçoirs. Il s'agit de formes très définies qui présentent de grandes analogies avec les industries déjà connues dans d'autres sites du Nord-est brésilien. Elles comprennent aussi un outillage plus lourd, galets taillés (dont 20% seulement à taille bifaciale), rabots, entames retouchées, qui est en continuité directe avec les techniques de taille utilisées dans les niveaux paléolithiques. Il semble qu'il y a eu un traitement thermique postérieur à la taille et antérieur à la retouche à partir de 10.000 ans B.P. (Niveaux Serra Talhada)*”.

Os sítios nos arredores de Pedra Furada alcançam o número de 49, mas, se considerarmos a área arqueológica de São Raimundo Nonato em sua totalidade, o número de sítios sobe para mais de 400.

A ocupação humana de Pedra Furada se efetuou em diferentes períodos. Os coprólitos humanos que estudamos nesse trabalho, por exemplo, foram recolhidos no que chamamos de fases Serra Talhada **1** e Serra Talhada **2**, que se caracterizam pela presença de fogueiras que foram reutilizadas inúmeras vezes.

## Metodologia

### Coletas

Os 31 coprólitos analisados neste trabalho foram coletados manualmente, com a ajuda de pequenas espátulas, no interior das decapagens sucessivas do sítio estudado. No laboratório, após a identificação, a pesagem, a



fotografia e a etiquetagem, esses coprólitos foram descritos e essas informações passadas para fichas individuais. Algumas partes das amostras foram separadas para datação pelo  $C^{14}$  e outras análises.

Os tratamentos químicos dos coprólitos, tendo em vista seu estudo polínico, foram feitos no "Institut de Paléontologie Humaine de Paris". As análises paleoparasitológicas foram efetuadas na Escola Nacional de Saúde Pública - ENSP, no Rio de Janeiro, Brasil. As datações pelo método do radiocarbono, foram realizadas no laboratório de datações de Gif-sur-Yvette, na França.

#### *Metodologia das preparações químicas*

Todas as amostras estudadas eram muito ricas em matéria orgânica. O tratamento químico seguiu a metodologia descrita por Chaves e Renault-Miskovsky (1996) e Chaves (1994, 1996 a, 1997):

1 - Pesagem de 2 g de coprólitos (peso seco), seguida da separação sobre uma tela de cobre de malha de 200  $\mu$ m. Esta última fase tem por objetivo eliminar os elementos grosseiros encontrados no interior dos coprólitos (sementes, folhas etc.). O material selecionado foi tratado como descrevemos a seguir:

Para as **amostras argilosas** - tratamento com ácido fluorídrico (HF) a 70% frio.

Para as **amostras ricas em matéria orgânica** - seguimos o método de Von Post, ou seja, utilizamos o hidróxido de potássio (KOH) a 10%, a fim de dissolver os compostos húmicos e os eliminar por meio de centrifugações sucessivas.

2 - Após essa etapa, a solução restante foi colocada em banho-maria com ácido clorídrico (HCl) a 50% e lavada com centrifugações sucessivas de água destilada até a obtenção de uma solução clara.

3 - Na etapa seguinte utilizamos a metodologia de extração e de separação das matérias orgânicas com o Cloreto de Zinco ( $ZnCl_2$ ).

4 - Uma vez separada a parte orgânica dos sedimentos, procedemos a uma nova série de centrifugações, com a adição do ácido clorídrico a 25%.

O material orgânico obtido foi deixado meia hora em uma solução de água glicerizada.

5 - Feito isso, separamos 50  $\mu$ l do sedimento e preparamos a montagem do material entre lâmina e lamínula, com a lutagem sendo feita com "Histolaque". O material está pronto para a observação e a determinação dos pólenes e dos esporos.

#### *Descrição e conteúdo dos coprólitos*

Oitenta por cento das amostras dos coprólitos recolhidos no sítio de Pedra Furada apresentavam um aspecto exterior orgânico e poroso, algumas vezes muito duros. Sua coloração variava do marrom-escuro ao preto. Os pedaços separados para o estudo palinológico desses coprólitos pesavam, em média, de 2 a 10g e suas medidas eram, em média, de 2 x 2 x 2 cm. A identificação dos coprólitos foi feita por especialistas da Escola Nacional de Saúde Pública-ENSP e foi relacionada a diversos animais, como cervídeos, felinos, roedores, macacos, percebendo-se também a presença de alguns coprólitos humanos. Algumas amostras não foram identificadas.

No interior dos coprólitos, distinguimos restos de plantas, de sementes e de outros macrorestos, como folhas, carvões e outros restos orgânicos não identificados. Poucos coprólitos apresentavam restos ósseos no seu interior. É importante frisar que, para os coprólitos animais, os restos ósseos evocam animais carnívoros como cachorros ou felinos. A determinação desses macrorestos, assim como dos carvões, por exemplo, deve, futuramente, ser objeto de um estudo aprofundado, para que possamos estabelecer relações mais precisas entre esses macrorestos e a paleoalimantação dessas populações.

#### *Modo de interpretação*

##### *Identificação e contagem dos grãos de pólen*

O tratamento químico realizado teve por objetivo obter grãos de pólen e esporos sem o seu conteúdo celular. Isso permite não apenas identificá-los, mas também eliminar os resíduos minerais e vegetais. Três lâminas de cada sedimento orgânico dos coprólitos foram preparadas para as contagens e identificações.

A identificação foi feita, no mínimo, no nível de família botânica, utilizando-se as coleções de referência da região sudeste do Piauí, provenientes do herbário do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e do herbário da Universidade Federal de Teresina – Piauí.

A identificação dos grãos de pólen foi feita por comparação com grãos de pólen atuais, provenientes de uma coleção de pólenes e esporos atribuídos a espécies botânicas – *coleção de referência* – e por consulta a catálogos que apresentam descrições, medidas, desenhos e fotos de pólenes e de esporos. Essas comparações se baseiam em características morfológicas dos pólenes, como o relevo da superfície dos grãos, a existência ou não de poros, sulcos etc.

A contagem e a identificação dos pólenes e dos esporos foi feita para um mínimo de 20 *taxa*. Uma média de 200 esporomorfos foram contados por lâmina. A soma polínica (soma total) foi utilizada para obter as porcentagens de cada *taxa*. Calculamos as porcentagens de cada *taxa* utilizando a relação entre a soma de base, os AP (Arboreal Pollen), os NAP (Non Arboreal Pollen) e os esporos (Pteridofitas, monoletes e triletes).

Como a maioria (90%) dos excrementos estavam secos, o volume das amostragens não foi constante. Logo, o cálculo da concentração por centímetro cúbico não foi possível para a totalidade das amostras. Assim, calculamos a concentração polínica apenas para algumas delas. Suas concentrações polínicas foram, de maneira geral, altas (18.450 grãos/g). E mesmo as amostras com uma baixa concentração polínica apresentavam 2.000 grãos/g.

### Interpretação em função da chuva polínica atual

#### *A chuva polínica atual*

As precipitações polínicas que se sedimentam na superfície do solo em um determinado local compreendem, de um lado, os depósitos polínicos *alóctones*, provenientes dos fluxos externos trazidos pelas correntes de ar ou por animais e, de outro lado, a fração dos pólenes produzidos pelas plantas locais, que se

deposita no local de produção, representando o que denominamos de chuva polínica *autóctone* (Cour 1973).

A fim de caracterizar a sedimentação polínica atual de nossa região de estudo, coletamos durante dois anos consecutivos amostras de superfície em duas localidades – Barreirinho e Sítio do Meio. A partir dessas amostragens, pudemos analisar a composição florística próxima da encontrada atualmente na região.

Analisando os resultados dos estudos polínicos dos sedimentos atuais, constatamos que a vegetação regional apresenta *taxa* típicos da caatinga – (*Spondias*, *Piptadenia*, *Mimosa*) –, em associação com gêneros das famílias Anacardiaceae, Leguminosae, Bombacaceae, Myrtaceae e Apocynaceae. Esses *taxa* e essas famílias refletem, de uma maneira geral, a vegetação implantada atualmente nas diferentes formações geomorfológicas de nossa região de estudo. Esses conjuntos taxionômicos encontrados estão de acordo com as descrições dos ecossistemas citados por Emperaire (1983).

Entre as árvores e arbustos, as associações dos *taxa Acacia*, *Piptadenia*, *Sclerobium* e *Bowdichia*, assim como as Anacardiaceae, tiveram uma boa representação polínica nos nossos diagramas. Esses resultados indicam a existência de um estrato arbóreo alto, representativo da vegetação dos terrenos dos vales e das planícies. Os *taxa Croton*, *Borreria* e *Pfaffia*, plantas ruderais, indicam a presença dessas plantas na vegetação secundária existente nos dias de hoje na região.

Com o objetivo de sermos atentos e prudentes em nossos passos metodológicos, foi necessário distinguir dois diferentes casos onde os pólenes podem ser encontrados nos coprólitos:

– o primeiro caso é quando os pólenes são encontrados no **interior** dos coprólitos, tendo sido ingeridos com a alimentação sólida e/ou líquida dos homens ou dos animais;

– o segundo caso é aquele relacionado à chuva polínica depositada **sobre** os coprólitos. Os coprólitos funcionam então como uma “armadilha”, coletando o pólen das espécies vegetais do ambiente que os cerca (árvores principalmente), assim como os de plantas

encontradas a longas distâncias. Esses pólenes são trazidos por correntes de ar.

Torna-se, então, necessário termos uma grande prudência em nossas interpretações dos diagramas polínicos. Um diagnóstico errado, não levando em conta principalmente esses dois tipos de impregnação dos coprólitos pelos pólenes, pode levar nossas interpretações ecológicas a conclusões errôneas e precipitadas.

### Resultados das análises dos coprólitos humanos

Os coprólitos humanos e animais recolhidos em Pedra Furada eram, de uma maneira geral, bem conservados, e nos possibilitaram construir dois diagramas polínicos. No que diz respeito ao conteúdo polínico dessas amostras, 90% dos coprólitos estudados apresentaram uma boa quantidade de pólenes (mais de 6.000 grãos).

A análise polínica dos excrementos humanos fósseis nos permite apresentar interessantes informações. Do ponto de vista paleoetnológico, por exemplo, os resultados das análises polínicas dos coprólitos nos permitiram apresentar uma gama de plantas utilizadas pelos homens que ocuparam/visitaram o sítio de Pedra Furada. Podemos, então, a partir dos pólenes descobertos nos coprólitos estudados, colocar em evidência algumas plantas utilizadas pela população local na pré-história.

#### *Descoberta de plantas com uma utilização terapêutica e/ou alimentar*

Essas descobertas permitem, sobretudo, aprofundar nossos conhecimentos relativos aos “tratamentos” de doenças pela população humana pré-histórica da Toca do Boqueirão do Sítio da Pedra Furada. Da mesma maneira, nosso trabalho permitiu confirmar o que Ferreira *et al.* (1987) afirmaram sobre a presença de pequenos vermes parasitas nos coprólitos humanos dessa mesma população. Podemos, então, provar que esses habitantes, que foram parasitados há 9.000 anos A.P., procuravam se livrar desses vermes parasitas

utilizando partes de flores e/ou folhas de algumas plantas selecionadas. Essas descobertas mostram a utilização de medicamentos encontrados no seu ambiente. Essas plantas são, ainda hoje, utilizadas no tratamento de verminoses, diarreias, doenças oculares e problemas respiratórios (Chaves 1998).

Os resultados paleoetnológicos estão apresentados no histograma (Fig. 1). Eles colocam em evidência a presença, nos dejetos fósseis dos homens de Pedra Furada, de pólenes de plantas com uso alimentar e/ou terapêutico.

O histograma apresenta, para cada amostra, os *taxa* AP (Arboreal Pollen) e NAP (Non Arboreal Pollen), detalhando, da esquerda para a direita, a descoberta de nove *taxa* e seis famílias arbóreas, e de dez *taxa* acompanhados de cinco famílias não arbóreas, de filicales, dos *taxa* indetermináveis e da relação AP/NAP.

No histograma (Fig. 1), notamos a presença significativa dos *taxa Borreria* sp. (“cabeça-de-velho”), *Sida* sp. (“malva-benta”) e *Terminalia* sp. (“maçarico”), que podem ter sido utilizados com os seguintes fins: as folhas de *Sida* sp., no tratamento de feridas e, em infusão, como facilitador da digestão; da mesma forma, para a digestão, utilizaram a infusão das folhas de *Borreria* sp.; contra a desintéria, a infusão de folhas de *Terminalia* sp.

Descobrimos também outros *taxa* que colocam em evidência uma utilização seletiva e que são ainda utilizados nos dias atuais, de acordo com os trabalhos etnobotânicos de Emperaire (1983). Por exemplo: a partir da casca de *Anadenanthera* sp. (“angico”), prepara-se uma infusão tônica e depurativa utilizada no tratamento da tuberculose e das infecções das vias respiratórias. Sua casca raspada, aplicada sobre os dentes, acalma a dor. A infusão da casca de *Bauhinia* sp. (“miróro”) é tônica e vermífuga. A infusão da casca de *Caesalpinia* sp. (“pau-ferro”) é cicatrizante. A infusão das folhas de *Cecropia* sp. (“embaúba”) é utilizada contra as dores. A folha de *Croton* sp. (“marmeleiro”) é utilizada contra a gripe e a bronquite. A folha de *Chenopodium* sp. (“mentruz”) é muito utilizada como remédio de base, sendo ainda fortificante e vermífugo.

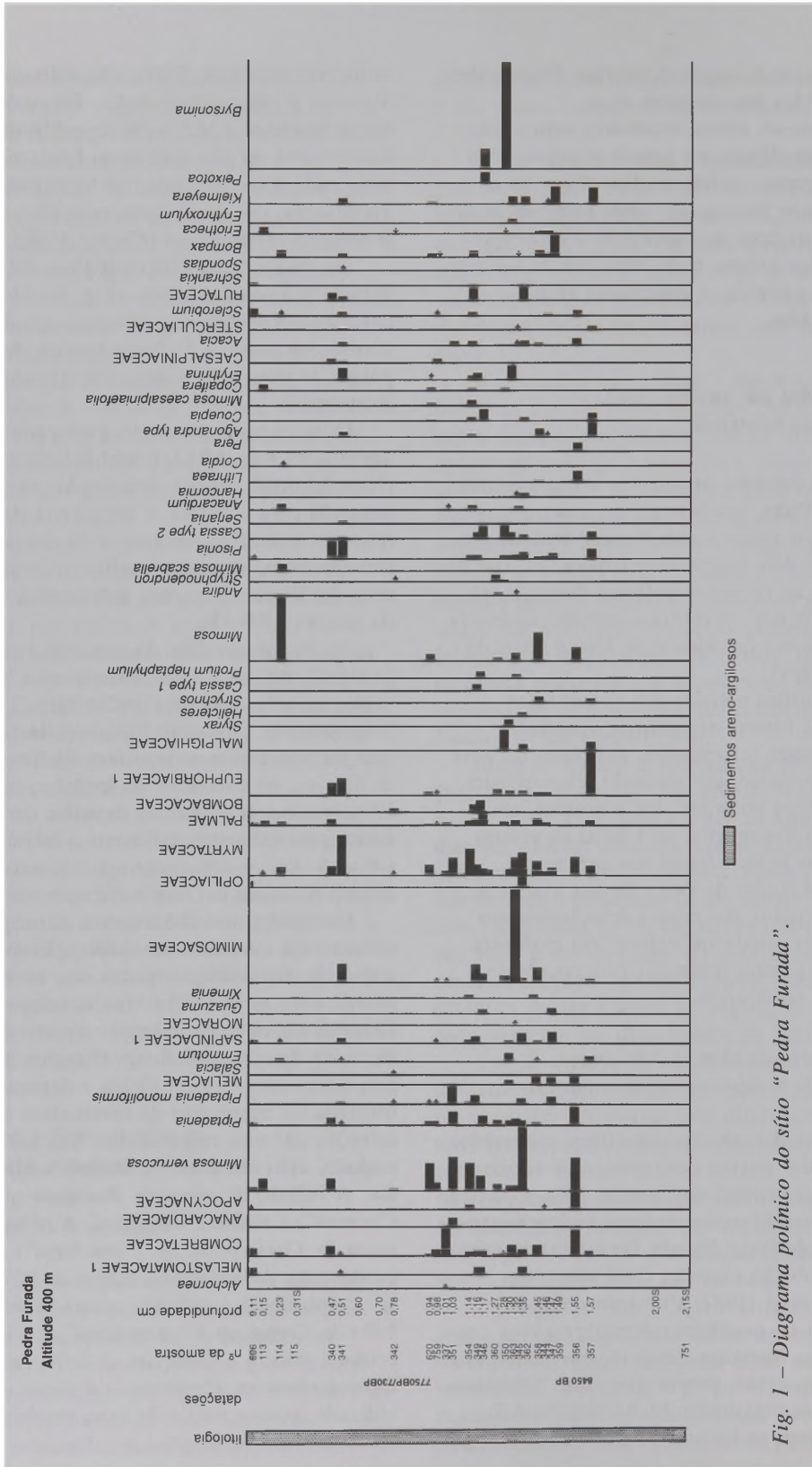


Fig. 1 – Diagrama polínico do sítio “Pedra Furada”.

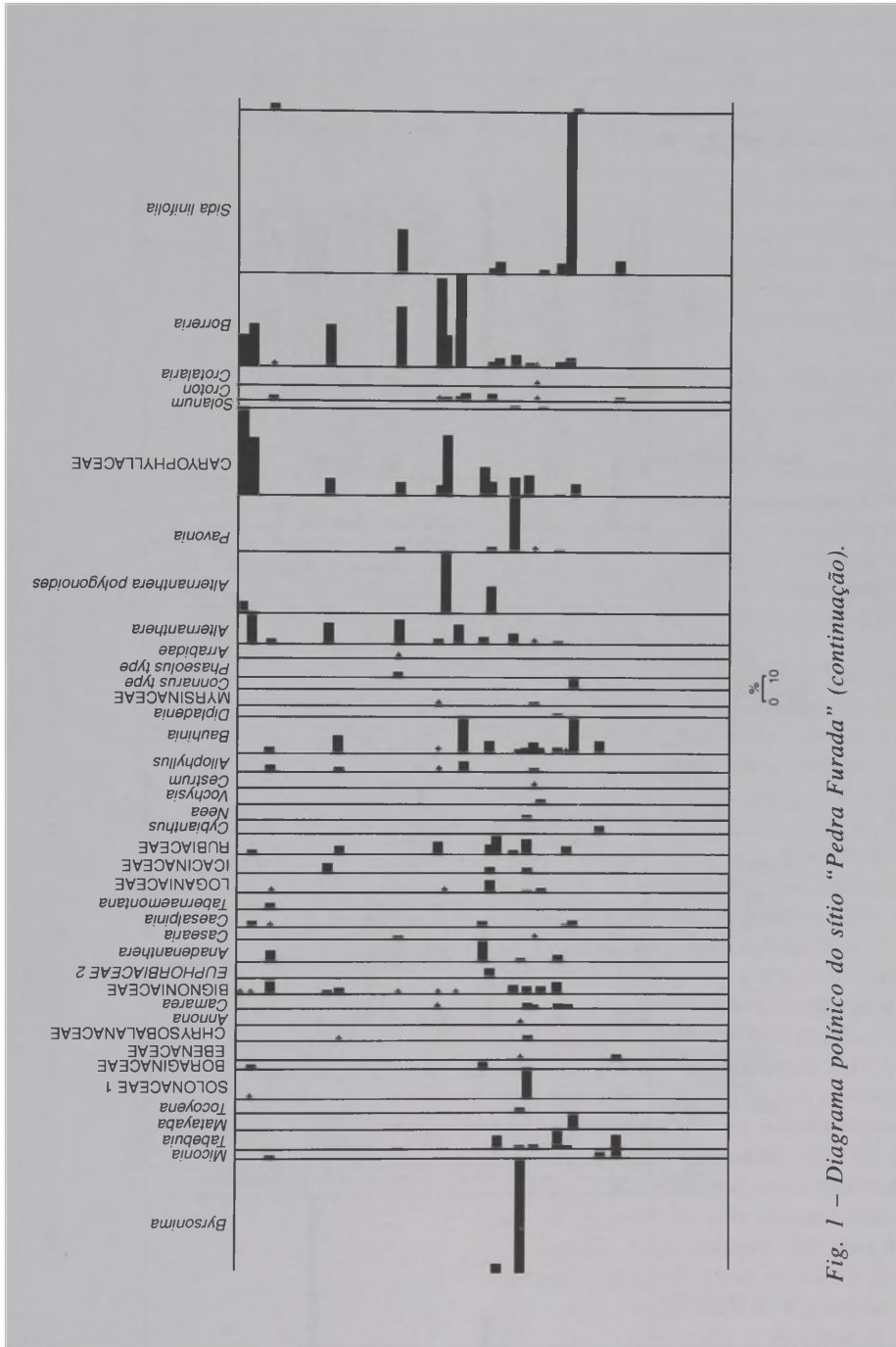


Fig. 1 – Diagrama polínico do sítio “Pedra Furada” (continuação).



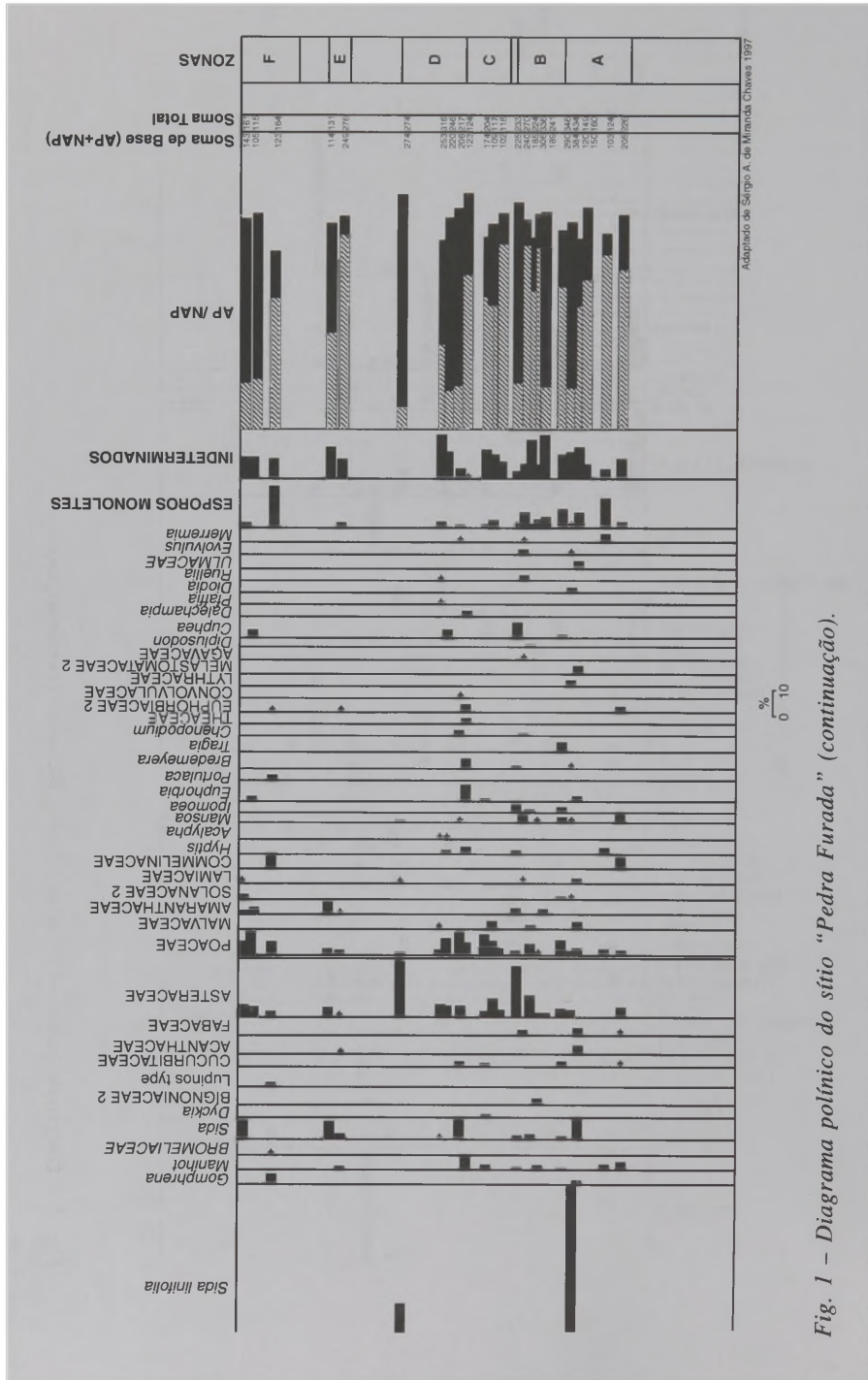


Fig. 1 - Diagrama polínico do sítio "Pedra Furada" (continuação).

Entre os *taxa* inventariados, alguns tiveram um uso exclusivamente alimentar. É o caso de *Phaseolus* sp. ("feijão-bravo"), *Anacardium* sp. ("cajuzinho") e alguns *taxa* das famílias Cucurbitaceae e Convolvulaceae que não foram ainda determinados no nível de gênero e/ou de espécie.

Uma ressalva deve ser feita no que diz respeito aos *taxa* da família Palmae. Essa família deve ser considerada como uma família de árvores extremamente importante, na medida em que mantém uma relação privilegiada com o Homem. Esse último as utiliza de maneiras múltiplas, como na alimentação, através de seus frutos, na produção de fibras e trançados, na construção de cabanas etc..

### Resultados das análises dos coprólitos animais

A análise polínica dos coprólitos animais também nos permitiu apresentar interessantes informações do ponto de vista paleoclimático e paleoambiental. Os resultados das análises polínicas desses coprólitos são apresentados no diagrama seguir (Fig. 1).

A partir da base do nosso diagrama, nos níveis inferiores a 157 cm, para uma data de 8.450 A.P., dividimos nosso diagrama (Fig. 1) em 6 zonas. Os critérios de distinção das zonas polínicas foram estabelecidos em função dos valores dos AP e dos NAP, expressos em percentagem.

A primeira zona, a zona A (coprólitos nº 357, 356, 359, 347, 344 e 358), entre 157 cm e 145 cm, apresenta um grupo de *taxa* arbóreos que domina até o nível de 147 cm. As associações de *Mimosa*, *Mimosa verrucosa* e os *taxa* da família Combretaceae, encontrados nos níveis a 155 cm, são característicos dos períodos de chuvas. É importante acrescentar a essas associações a presença de Apocynaceae, característica de climas úmidos e de solos argilosos. Todos esses *taxa* citados acima estão relacionados a espaços arbóreos. É importante também frisar a ocorrência, nessa zona, de um pique de floração de *Sida linifolia*, que alcança uma percentagem muito importante (67%). Os *taxa* pertencentes às famílias Poaceae e Asteraceae estão também

representados nesses níveis, porém com fracas percentagens.

A análise do diagrama polínico de Pedra Furada possibilita interpretações particularmente interessantes nesses níveis. A alta percentagem (mais de 60%) de pólen de árvores nesses níveis inferiores indica que essa região, durante a época de  $\pm$  8.450 A.P., no que concerne ao quadro ambiental, era bem mais arborizada e mais úmida do que nos dias atuais. A ocorrência de *taxa* pertencentes às famílias Myrtaceae, Leguminosae, Rutaceae e de outros *taxa* característicos de uma certa umidade (*Gomphrena* e *Bauhinia*) reforçam essa conclusão.

Por outro lado, os *taxa Kielmeyera* e *Erythroxylum* típicos e característicos do cerrado, foram encontrados no meio dessa zona, a 147 cm. Nos dias atuais, as espécies *Erythroxylum deciduum*, *Erythroxylum suberosum* e *Erythroxylum anguifugum* são encontradas no ecossistema denominado cerradão. Esses *taxa* estão relacionados a índices de chuvas de aproximadamente 1.500 mm/ano (Pott e Pott 1994).

A zona B (coprólitos nº 362, 345, 363, 350 e 360), entre 135 cm e 127cm, é caracterizada pela presença de *taxa* representativos da savana arbustiva densa: *Agonandra*, *Miconia* tipo, *Mimosa verrucosa*, *Piptadenia* e *Piptadenia monoliformis*, assim como de *taxa* das famílias Combretaceae e Myrtaceae. A abundância das Mimosaceae, assim como a forte percentagem (53%) do *taxa Byrsonima* nessa zona, sugere uma vegetação do tipo cerrado. Esta zona também se caracteriza por um decréscimo significativo de 20% dos *taxa* arbóreos nos coprólitos nº 362 e 360, onde se observa um pique de floração de Asteraceae (21%). Essa zona sugere a existência de um paleoambiente arbóreo, característico da vegetação do cerrado.

Na zona C (coprólitos nº 346, 349, 354 e 351), entre 117 cm e 103 cm, a representação dos AP aumenta de uma maneira relativamente homogênea. A percentagem do *taxa Mimosa verrucosa* aumenta (mais de 16%); observamos também o aumento de Myrtaceae (de 3% para 12%), assim como o aumento da percentagem dos *taxa Piptadenia* e *Piptadenia monoliformis* que alcançam seus mais altos valores nessa zona (5,7% e 8,0%, respectiva-



mente). Alguns *taxa* pertencentes às famílias Melastomataceae-Combretaceae nos fazem inferir a presença de espécies pioneiras, símbolo de uma provável substituição da vegetação ocorrida nessa zona. Essa conclusão é reforçada observando-se o aumento das Asteraceae (mais de 7%), das Caryophyllaceae (6%) e dos *taxa Alternanthera polygonoides* (11%) e *Borreria* (4%).

Na zona D (coprólitos nº 337, 759, 620 e 342), entre 101 cm e 78 cm, a percentagem dos NAP aumenta de maneira significativa (mais de 60%). Nessa zona, os pólenes das plantas herbáceas – *Sida linifolia*, *Borreria*, *Alternanthera* e *Alternanthera polygonoides* –, assim como os pólenes das famílias Asteraceae e Caryophyllaceae, dominam claramente. As percentagens dos pólenes das associações Combretaceae-Leguminosae (mais de 36%) sugerem também uma vegetação do tipo relativamente aberta. Por outro lado, o *taxa Caesalpinia* está relacionado à localização de refúgios florestais; o que nos faz pensar na existência de uma vegetação aberta, com um clima ameno no interior desses refúgios.

Podemos observar na zona E (coprólitos nº 341 e 340), entre 51 cm e 47 cm, uma nova alta da percentagem dos *taxa* arbóreos (mais de 50%). A abundância desses *taxa* pertencentes às famílias Leguminosae, Myrtaceae, Sapindaceae, Euphorbiaceae, Rutaceae, Rubiaceae e Palmae, assim como a presença dos *taxa Erythrina*, *Kielmeyera*, *Pisonia*, *Cassia*, *Sclerobium*, *Acacia*, *Bauhinia*, *Piptadenia* e *Serjania* demonstra, nesses níveis, uma boa riqueza taxonômica. Esses resultados confirmam a floração contemporânea dessas associações, comprovando-se, então, o “restabelecimento” da vegetação do tipo cerrado.

A zona F (coprólitos nº 115, 114, 113 e 606), entre 31 cm e 11 cm, apresentou uma amostra estéril em sua base – o coprólito de nº 115. Nessa última zona, os NAP estão mais uma vez bem representados. As percentagens dos NAP aumentam, sobretudo em relação àquelas dos *taxa Alternanthera*, *Borreria* e *Sida*. As percentagens das Asteraceae (13%), das Caryophyllaceae (61%) e das Poaceae (mais de 20%) são também significativas nesses níveis. Dessa forma, pensamos que esse estrato herbáceo é característico da

vegetação encontrada nos dias atuais no interior dos boqueirões. Esse estrato é também composto de um estrato frutescente e de um estrato arbóreo.

Nesses níveis, as percentagens dos AP diminuem significativamente – mas podemos observar ainda alguns picos de floração de *Mimosa*, assim como algumas fracas percentagens dos *taxa Copaifera*, *Sclerobium*, *Schrankia*, *Miconia*, *Caesalpinia*, *Anacardium*, *Bauhinia* e dos *taxa* pertencentes às famílias Melastomataceae, Combretaceae, Sapindaceae, Palmae e Myrtaceae.

Por outro lado, observamos associações arbóreas Mélastomataceae-Combretaceae e a presença dos *taxa Miconia* e *Tocoyena*, entre outros, sempre relacionados à floresta mesófila semi-decídua (o cerrado). Da mesma forma, a ocorrência dos *taxa Piptadenia monoliformis*, *Sclerobium*, *Bombax*, *Acacia*, *Mimosa scabrella*, *Mimosa verrucosa* e *Bauhinia* indica a possível existência de uma vegetação de transição entre o cerrado e a caatinga arbustiva durante esse período.

As análises dos pólenes encontrados nos coprólitos animais permitiram também demonstrar a época de floração de algumas plantas, conhecendo-se mesmo seus picos de floração durante o ano, como por exemplo: *Mimosa verrucosa*, *Mimosa sp.*, *Byrsonima*, *Alternanthera polygonoides*, *Pavonia*, *Borreria*, *Sida linifolia* e alguns pólenes pertencentes às famílias Mimosaceae, Myrtaceae, Caryophyllaceae e Asteraceae.

Pudemos também precisar, de uma maneira geral, no que diz respeito à paleovegetação e ao paleoclima regional, que os *taxa* identificados no sítio de Pedra Furada estão em relação com a vegetação do cerrado e, de certa forma, com a vegetação de transição entre o cerrado e a caatinga. Pensamos, então, que, entre 8.450 anos e 7.230 anos A.P., existiram nessa região algumas formações abertas com retomadas temporárias das vegetações do cerrado e do cerrado.

### Os parasitas nos coprólitos de Pedra Furada

O estudo parasitológico dos coprólitos de Pedra Furada forneceu importantes informa-

ções sobre as relações hospede-parasita, assim como alguns dados sobre a existência de novas espécies de vermes parasitas até então não identificadas (Chame 1988).

Vejamos alguns exemplos (Fig. 2):

– A amostra nº 362, pequeno coprólito discóide de 2,5 cm de diâmetro, provavelmente eliminado por um animal de porte médio. Esse coprólito continha um ovo de *Trichuris* sp. de 100,20 X 46,76 µm. Essas dimensões são excepcionais para o gênero, o que nos faz pensar em espécies ainda não descritas, uma vez que, na América do Sul, os ovos dessas espécies de *Trichuris* sp. já descritas, são normalmente menores (Ferreira *et al.* 1988).

– Os coprólitos da amostra de nº A-114 eram constituídos de várias unidades cilíndricas de 1,5 cm de comprimento por 0,5 cm de espessura e continham também ovos de *Trichuris* sp. Esses coprólitos foram provavelmente eliminados por roedores cavernícolas conhecidos por “mocó” (*Kerodon rupestris*), bastante comuns na região. As dejeções atuais desse roedor são muito parecidas com aquelas encontradas nessa amostra. Podemos, então, suspeitar que esses ovos são de uma espécie ainda não estudada, uma vez que esses parasitas não são normalmente encontrados parasitando tais mamíferos de pequeno porte. As dimensões dos oito ovos encontrados nesses coprólitos (64,88-60,0 µm X 35,0-30,75 µm) não são nem mesmo compatíveis com as medidas dos hospedeiros encontrados nessa localidade, nos dias atuais.

– A amostra de nº A-358 continha fragmentos disformes de coprólitos de 1 a 2,5 cm (na sua maior dimensão), que podem, então, ser atribuídos a animais de tamanho médio a grande. No interior desses fragmentos, encontramos ovos de *Trichuris* sp. com as seguintes medidas: 60,12 X 33,4 µm e 53,44 X 26,72 µm. Apesar de um desses ovos apresentar dimensões dos ovos de *T. gracilis* (50-59 µm X 23-28 µm), normalmente encontrados nos coprólitos do roedor *Dasyprocta agouti* (“cotia”), não somos capazes de confirmar a identificação desses parasitas.

Segundo Confalonieri (1983), a presença de *Trichuris trichiura*, assim como a de ancilostomídeos, encontrados nas populações humanas pré-colombianas, não confirma a

hipótese segundo a qual esses parasitas foram introduzidos pelas populações vindas da Ásia pelo estreito de Behring. Por outro lado, a existência desses parasitas nos coprólitos humanos é fundamental para que possamos confirmar a hipótese segundo a qual essas levadas migratórias humanas teriam chegado à América do Sul pelo mar (Ferreira *et al.* 1991, Chaves 2001). É importante notar que esses dois parasitas foram encontrados, respectivamente, no interior de dois coprólitos humanos: o de nº 352 e o de nº 337.

Além disso, a descoberta de ovos de *Trichuris* nos coprólitos de pequenos roedores – *Kerodon rupestris*, nas imediações do sítio da Toca do Boqueirão da Pedra Furada, datados de 9.000 anos A.P. – e a ausência desses parasitas nas populações atuais desses roedores evocam uma mudança climática entre 10.000 e 8.000 anos A.P. (Araújo *et al.* 1993).

De uma maneira geral, a fauna pré-histórica encontrada nos arredores do sítio de Pedra Furada parece caracterizar um clima mais úmido que aquele observado nos dias atuais. Encontramos também algumas características evocando uma paisagem de savana entrecortada de zonas florestais.

## Conclusão

Ao final deste trabalho, a partir das análises polínicas dos coprólitos animais e humanos, assim como dos outros restos orgânicos vegetais encontrados no sítio de Pedra Furada, podemos estabelecer a seguinte hipótese: entre 8.700 e 7.000 A.P., na região Sudeste do Piauí, houve atenuação da última crise árida holocênica. Nesta época, a paisagem da região de São Raimundo Nonato era muito diferente da que conhecemos hoje em dia. Nos diagramas que apresentamos, os registros polínicos mostram uma forte percentagem de *taxa* arbóreos, assim como de associações típicas que confirmam a existência, no passado, de uma vegetação do tipo cerrado-cerradão. Esses registros revelam também a existência de um clima ligeiramente mais frio e menos seco que o clima atual. Os homens que habitavam essa região naquele período beneficiavam-se de uma vegetação

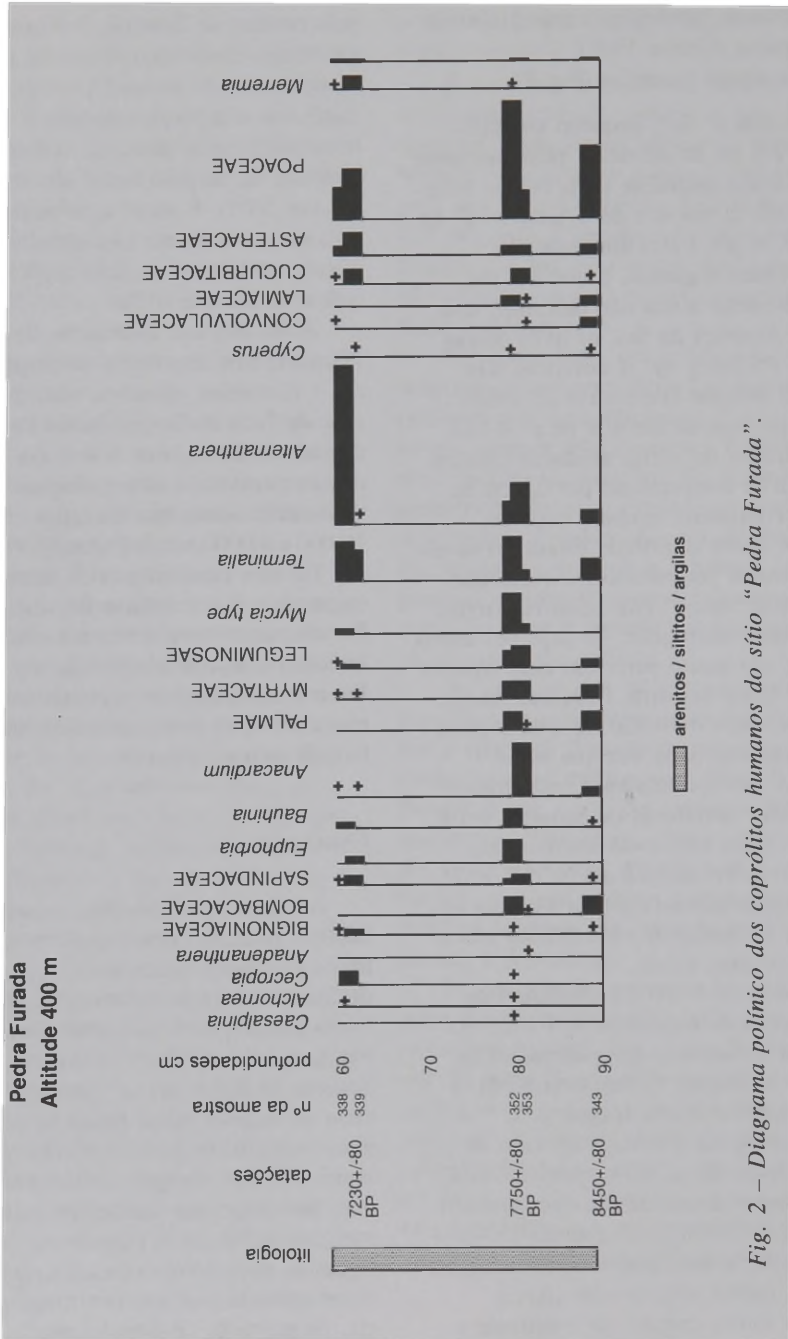


Fig. 2 – Diagrama polínico dos coprólitos humanos do sítio “Pedra Furada”.

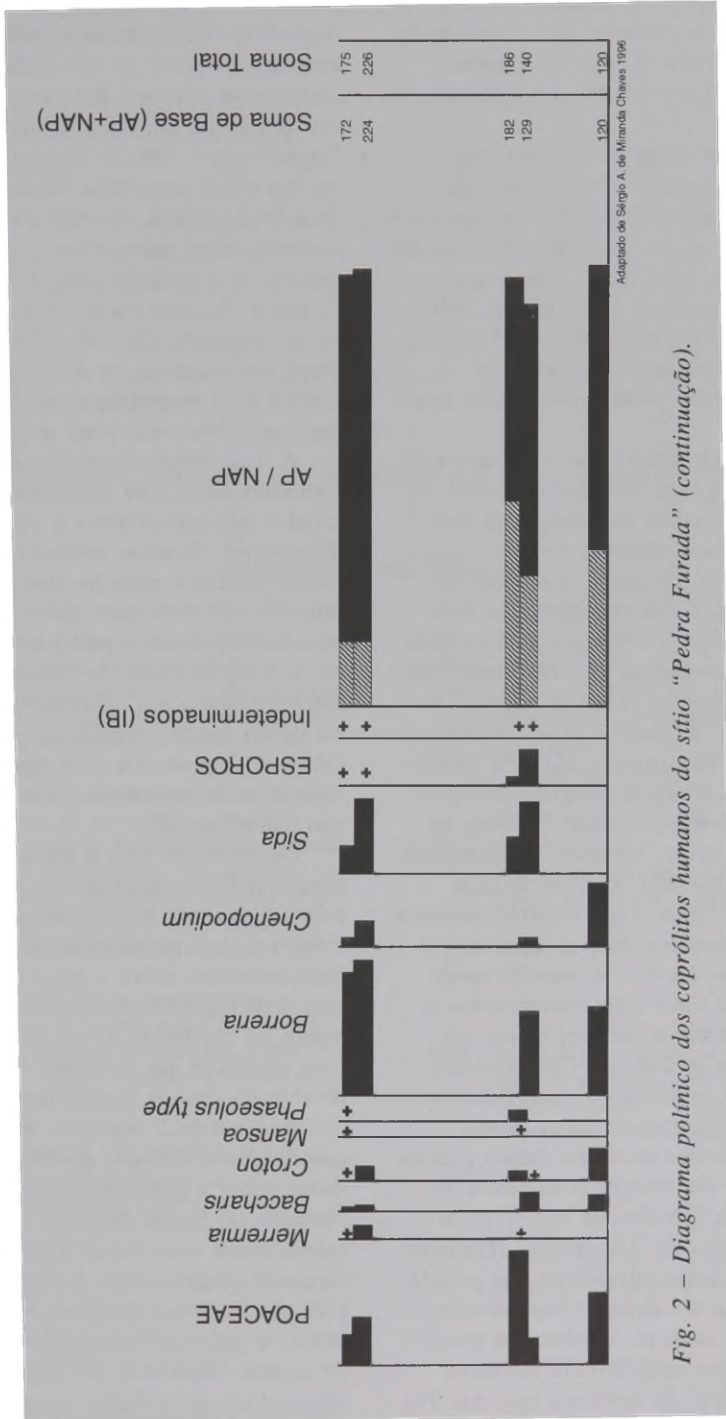


Fig. 2 – Diagrama polínico dos coprólitos humanos do sítio “Pedra Furada” (continuação).

rica e heterogênea, sempre relacionada a um ambiente favorável à presença de uma fauna diversificada. Os pólenes identificados nos permitiram também conhecer qual a estação do ano em que se dava a floração de algumas plantas e/ou de determinadas associações vegetais.

A riqueza e a heterogeneidade dessa vegetação estava, então, relacionada a um índice de chuvas superior a 1.500 mm/ano – e é o que nos fazem pensar as marcas deixadas por uma antiga e volumosa queda d'água que existiu há milhares de anos no sítio de Pedra Furada. Essa queda d'água, hoje extinta, teria, provavelmente, chamado a atenção das populações humanas e dos animais para esse abrigo.

É importante também frisar a existência, no interior da caatinga do Nordeste do Brasil, de inúmeros morros suficientemente altos que permitiriam o estabelecimento de uma vegetação densa e úmida, chamada localmente de brejos. Os brejos, ainda existentes nos dias atuais, são isolados uns dos outros e também das grandes áreas de florestas. No interior dos brejos, encontramos as espécies vegetais da Amazônia, típicas da floresta úmida, como por exemplo: *Gallezia gorarema*, *Huberia ovalifolia*, *Manilkaria rufula*, *Myrocarpus fastigiatus* e *Phyllostylon brasiliensis*. Durante os períodos secos, esses “refúgios” demonstram a existência, no passado, de áreas úmidas.

A análise polínica dos coprólitos humanos nos permitiu demonstrar uma possível utilização medicinal das plantas no período citado (entre 8.700 e 7 000 A.P.). Da mesma forma, a presença, no interior desses coprólitos, de *taxa* pertencentes às famílias Cucurbitaceae, Fabaceae, Chenopodiaceae, Convolvulaceae e de outros *taxa* “hortícolas” indica, como vimos, uma utilização alimentar dessas plantas.

Ao terminar este artigo, gostaríamos de enfatizar algumas questões de âmbito geral que merecem destaque. São aquelas relacionadas às possíveis rotas migratórias das populações pré-históricas do Brasil. Como demonstramos, há 8.000 anos, no Nordeste do Brasil, uma rica vegetação caracterizava um novo período na evolução do ambiente regional. Foi ela que constituiu um verdadeiro e substancial aporte nutricional aos paleoíndios da região,

assim como à fauna que lhes foi contemporânea. Nessa mesma época, esses paleoíndios já teriam atravessado as paisagens ocidentais da Amazônia. Talvez essas populações tenham se encontrado diante de uma escolha capital: permanecer nos cerrados amazônicos; partir em direção de novas fronteiras, como o Nordeste ou o Planalto Central brasileiro; ou mesmo tomar o caminho em direção ao litoral Sudeste do Brasil. Atualmente, nossos conhecimentos sobre esses prováveis movimentos de populações pré-históricas são ainda escassos. As atuais escavações em andamento nos inúmeros sítios de diferentes regiões do Brasil (no Nordeste, na Amazônia, no Planalto Central etc.) permitirão obter respostas mais precisas sobre essas rotas migratórias.

A importância da análise palinológica dos coprólitos como uma ferramenta a mais nos estudos paleoetnológicos e paleoambientais é indiscutível. Torna-se necessário lembrar o caráter inédito e pioneiro dessa pesquisa: pela primeira vez obtivemos dados confiáveis que permitirão precisar o paleoambiente holoceno no Sudeste do Piauí. Se outros pesquisadores, anteriormente a nós, demonstraram a existência de um quadro climático e vegetacional diferente daquele dos dias atuais, foi possível, a partir de nosso estudo palinológico, confirmar tais afirmações.

Os coprólitos vêm a ser, assim, objetos imprescindíveis nesse gênero de pesquisa, e, a palinologia, uma ferramenta incontornável para todos aqueles que necessitam aperfeiçoar os conhecimentos sobre a paleovegetação de uma dada região. Como já frisamos anteriormente, os coprólitos foram as únicas testemunhas orgânicas que puderam resistir à acidez do solo do sítio de Pedra Furada.

No final deste trabalho, esperamos ter contribuído e também apresentado novos dados sobre a pré-história dessa região do Nordeste do Brasil. No nível paleoetnológico, conseguimos demonstrar a provável utilização de certas plantas selecionadas pelas populações pré-históricas do Piauí. No nível paleoclimático e paleoambiental, esperamos, através de nossos resultados, ter aberto novas perspectivas de trabalho, no que diz respeito ao conhecimento do paleoambiente da região Nordeste do Brasil durante o Holoceno.

CHAVES, S.A.M. Estudo palinológico de coprólitos pré-históricos holocenos coletados na Toca do Boqueirão do Sítio da Pedra Furada. Contribuições paleoetnológicas, paleoclimáticas e paleoambientais para a região sudeste do Piauí - Brasil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 103-120, 2000.

CHAVES, S.A.M. Pollen analysis of holocene pre-historic coproliths collected at "Toca do Boqueirão do Sítio da Pedra Furada". Palaeoethnological, palaeoclimatological and palaeoenvironmental contributions for the Southeastern Region of Piauí State - Brazil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 103-120, 2000.

**ABSTRACT:** This work presents the results of the pollen analyses made on animal and human coproliths collected from the rock-shelther "Toca do Boqueirão do Sítio da Pedra Furada". These coproliths were identified by researchers from the National School of Public Health (ENSP) and were treated according to the methodology described by Chaves (1994, 1996, 1997) and Chaves & Renault-Miskovsky (1996). The results have generated data which permitted us to elaborated a palaeoclimatological and palaeoenvironmental scene of the studied region. From the palaeoethnobotanical point of view, the results from the pollen analysis in human coproliths allowed us to demonstrate the variety of plants used by the prehistoric men who inhabited the region around 8.000 years B.P..

**UNITERMS:** Coprolithes – Pollen analyses – Brazil – Palaeoenvironment.

### Referências bibliográficas

- AB'SABER, A.N.  
1980 Espaços ocupados pela expansão dos climas secos na América do Sul por ocasião dos períodos glaciais Quaternários. *Craton e Intracraton*, Instituto Geográfico, Universidade de São Paulo, 3: 1-18.
- ABSY, M.L.; SUGUIO, K.  
1975 Palinological content and paleoecological significance of the drilled sediment samples from the Baixada Santista, Brazil. *An. Acad. Bras. Cienc.*, 47: 287-290.
- ABSY, M.L.; CLEEF, A.; FOURNIER, M.; MARTIN, L.; SERVANT, M.; SIFFEDINE, A.; SILVA, M.F.F.; SOUBIES, F.; SUGUIO, K.; TURCQ, B.; VAN DER HAMMENT  
1991 Mise en évidence de quatre phases d'ouverture de la forêt dense dans le sud-est de l'Amazonie au cours des 60000 dernières années. Première comparaison avec d'autres régions tropicales. *C.R. Acad. Sci. Paris*, série II, 312: 673 - 678.
- ARAÚJO, A.J.G.; RANGEL, A.; FERREIRA, L.F.  
1993 Climatic change in Northeastern Brazil Paleoparasitological data. *Mem. Inst. Oswaldo Cruz*, 88 (4): 577 - 579.
- BEHLING, H.  
1995 Investigation in the Late Pleistocene and Holocene history of vegetation and climate in Santa Catarina (S Brazil). *Veget. Hist. Archaeobot.*, 4: 127-162.
- CHAME, M.  
1988 *Estudo comparativo das fezes e coprólitos não humanos da região arqueológica de São Raimundo Nonato, Sudeste do Piauí*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 134p.
- CHAVES, S.A.M.; RENAULT-MISKOVSKY, J.  
1996 Paléoethnologie, paléoenvironnement et paléoclimatologie au Piauí, Brésil: apport de l'étude pollinique de coprolithes humains recueillis dans le gisement préhistorique Pléistocène de "Pedra Furada", *C.R. Acad. Sci. Paris*, 322, série IIa: 1053-1060.
- CHAVES, S.A.M.  
1994 *Étude Palynologique des coprolithes humains recueillis sur le site "Pedra Furada" - Piauí (Brésil); interprétations paléoethnologiques et paléobotaniques*, Mémoire de D.E.A, Géologie, Paléontologie Humaine et Préhistoire, Muséum National d'Histoire Naturelle, Paris, 60p.
- 1996 Metodologia utilizada para a extração de grãos de pólen de coprólitos humanos – um estudo comparativo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 6: 394-395.
- 1997 *Étude palynologique des coprolithes préhistoriques holocènes recueillis sur les sites de "Toca do Boqueirão da Pedra Furada, Sítio do Meio et Sítio Baixa do Cipó. Apports paléoethnologiques, paléoclimatiques et paléoenvironnemental pour la région Sud-Est du Piauí, Brésil*. Thèse de Doctorat, Géologie, Paléontologie Humaine et Préhistoire, Muséum National d'Histoire Naturelle, Paris, 243p.
- 1998 New perspectives on diet and prehistorical plant use of paleoindians people from

CHAVES, S.A.M. Estudo palinológico de coprólitos pré-históricos holocenos coletados na Toca do Boqueirão do Sítio da Pedra Furada. Contribuições paleoetnológicas, paleoclimáticas e paleoambientais para a região sudeste do Piauí - Brasil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 103-120, 2000.

- North-east Brazil: a palinological advance. III Congresso Mundial de Estudos sobre Momias. Arica, Chile. *Resúmenes*: 51-52.
- 2001 Pólens, paisagens e a pré-história americana, *Ciência Hoje*, jan/fev. Vol. 28, nº 168, 57-59.
- CONFALONIERI, U.E.
- 1983 *Paleoparasitologia do gênero Trichuris roedereri* 1761, com um estudo Paleoparasitológico sobre a origem do *Trichuris trichiura* (Linn., 1771) Stiles, 1901 na América. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 170p.
- COUR, P.
- 1973 Nouvelles techniques de detection des flux et des retombées polliniques; étude de la sédimentation de pollens et de spores à la surface du sol. *Pollen et Spores*, 1 (16): 103-141.
- EMPERAIRE, L.
- 1983 *La Caatinga du sud-est du Piauí - Brésil. Étude ethnobotanique*. Paris: Ed. Recherche sur les civilisations, 135p.
- 1984 La région de la Serra da Capivara (sud-est du Piauí) et sa végétation. *Études Américanistes Interdisciplinaires*, Laboratoire d'Anthropologie Préhistorique d'Amérique, École des Hautes Études en Sciences Sociales, R.C.P., Paris, 3: 8-111.
- FERREIRA, L.F.; ARAUJO, A.J.G.; CONFARONELI, U.; CHAME, M.; RIBEIRO FILHO, B.
- 1987 Encontro de ovos de ancilostomídeos em coprólitos humanos datados de 7.230 ± 80 anos, Piauí, Brasil. *An. Acad. Brasil Ciênc.*, 59: 280-281.
- FERREIRA, L.F.; ARAUJO, A.J.G.; CONFALONIERI U.E. (Orgs.)
- 1988 *Paleoparasitologia no Brasil*, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 159p.
- FERREIRA, L.F.; ARAUJO, A.J.G.; CONFALONIERI, U.; CHAME, M.; GOMES D.C.
- 1991 *Trichuris* eggs in animal coprolites dated from 30 000 years ago. *Journal of Parasitology*, 77: 491-493.
- GUÉRIN, C.
- 1991 La faune de vertébrés du Pléistocène supérieur de l'aire archéologique de São Raimundo Nonato (Piauí, Brésil). *C.R. Acad. Sci. Paris*, 312, Série II: 567-572.
- GUIDON, N.; PARENTI, F.; LUZ, M. da; GUÉRIN, C.; FAURE, M.
- 1994 Le plus ancien peuplement de l'Amérique: le Paléolithique du Nordeste brésilien. *Bull. Soc. Préhist. Française*, 91 (4-5): 246-250.
- GUIDON, N.; PESSIS A.-M.; PARENTI, F.; FONTUGNE, M.; GUÉRIN, C.
- 1996 Pedra Furada, Brazil: reply to Meltzer, Adovasio & Dillehay. *Antiquity*, 268 (70): 408-421.
- LEDRU, M.P.; BRAGA, P.I.S.; SOUBIÈS, F.; FOURNIER, M.; MARTIN, L.; SUGUIO, K.; TURCQ, B.
- 1996 The last 50,000 years in the Neotropics (Southern Brazil): evolution of vegetation and climate. *Palaeogeograph. Palaeoclimatolog. Palaeoecol.*, 123: 239-257.
- MELTZER, D.J.; ADOVASIO, J.M.; DILLEHAY, T.D.
- 1994 On a Pleistocene human occupation at Pedra Furada, Brazil. *Antiquity*, 261 (68): 695-714.
- PARENTI, F.
- 1993 *Le gisement quaternaire de la Toca do Boqueirão da Pedra Furada (Piauí, Brésil) dans le contexte de la préhistoire américaine. Fouilles, stratigraphie, chronologie, évolution culturelle*. Thèse de Doctorat, École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris.
- 1996 Les Industries lithiques du site paléontologique de La Lagoa da Pedra (Pernambuco) et le Passage Pléistocène-Holocène dans le Nordeste du Brésil. *Journal de la société des Américanistes*, 82: 9-29.
- PARENTI, F.; TORRONI, A.
- 1994 Archeologia preistorica e analisi del DNA mitocondriale nella questione del popolamento delle Americhe. *Rivista di Antropologia*, 72: 1-14.
- POTT, A.; POTT, V.J.
- 1994 *Plantas do Pantanal*. Corumbá: Embrapa, 320p.
- SERVANT, M.; FOURNIER, M.; SOUBIÈS, F.; SUGUIO, K.; TURCQ, B.
- 1989 Sécheresse holocène au Brésil (18-20° latitude Sud). Implications paléoclimatiques. *C.R. Acad. Sci. Paris*, 309, série II: 153-156.b
- SOBOLIK, K.D.; GREMILLION, K.J.; WHITTEN P.L.; WATSON, P.J.
- 1996 Sex determination of Prehistoric Human Paleofeces. *Amer. J. Phys. Anthropol.*, 101: 283-290.
- VAN DER HAMMEN, T.; ABSY, M.L.
- 1994 Amazonia during the last glacial. *Palaeogeograph. Palaeoclimatolog. Palaeoecol.*, 109: 247-261.
- VERNET, J.L.; WENGLER, L.; SOLARI, M.E.; CECCANTINI, G.; FOURNIER, M.; LEDRU, M.P.; SOUBIÈS F.
- 1994 Feux, climats et végétations au Brésil central durant l'Holocène: les données d'un profil de sol à charbons de bois (Salitre, Minas Gerais). *C.R. Acad. Sci. Paris*, 319, série II: 1391-1397.

Recebido para publicação em 2 de agosto de 2000.



## ARQUEOLOGIA DO CONTEXTO DO RIO JAURU (MT) IMPACTADO PELO GASODUTO BOLÍVIA – MATO GROSSO

Gilson Rodolfo Martins\*  
Emília Mariko Kashimoto\*\*

MARTINS, G.R.; KASHIMOTO, E.M. Arqueologia do contexto do rio Jauru (MT) impactado pelo gasoduto Bolívia-Mato Grosso. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 121-143, 2000.

**RESUMO:** Este artigo objetiva compreender as relações existentes entre os vestígios arqueológicos coletados nas pesquisas de resgate arqueológico realizadas na região do médio curso do rio Jauru, Estado de Mato Grosso, Brasil, e os índios Chiquito, atualmente habitantes na região.

**UNITERMOS:** Resgate Arqueológico – Rio Jauru, Estado de Mato Grosso – Índios Chiquito.

### Introdução

Com vistas a atender a crescente demanda por energia elétrica no Estado de Mato Grosso estão em execução projetos de construção de unidades geradoras, tais como a Usina Termelétrica de Cuiabá (*UTC*) que utilizará como combustível o gás natural proveniente das jazidas bolivianas. Este empreendimento, sob a responsabilidade da empresa Gasocidente do Mato Grosso Ltda. (*Gasocidente*), motivou a construção de um gasoduto interligando as regiões de Santa Cruz de la Sierra (Bolívia) e de Cuiabá.

No trecho brasileiro desse gasoduto, o *transect* projetado possui 267 km de extensão,

aproximadamente. Iniciando-se na divisa com a Bolívia, nas proximidades da cidade boliviana de San Matias, percorre, em seguida, os municípios mato-grossenses de Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Várzea Grande e Cuiabá. Em boa parte do percurso, o traçado é retilíneo e paralelo à rodovia BR 070, destacando-se, como exceção, o trecho da Província Serrana de Cáceres.

A tubulação, com um diâmetro de dezoito polegadas, foi depositada em uma vala de oitenta centímetros de largura e um metro e meio de profundidade. A faixa de trabalho, quando por ocasião da implantação da obra, possuía uma largura de trinta metros. Nas travessias dos quatro rios principais da região – Jauru, Padre Inácio, Paraguai e Cuiabá – não foram abertas valas, sendo os tubos instalados sob os leitos fluviais, por meio da perfuração direcional, preservando-se, assim, os cursos d'água e suas margens.

Em atendimento à legislação em vigor, a empresa (*Gasocidente*) contratou a FAPEC –

(\*) Laboratório de Pesquisas Arqueológicas do Departamento de História do Centro Universitário de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

(\*\*) Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Museu Dom Bosco da Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande/MS.

Fundação de Apoio à Pesquisa, Ensino e Cultura, sediada em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, para a elaboração e execução de um projeto de mitigação dos efeitos da construção desse gasoduto sobre o patrimônio arqueológico em Mato Grosso. A FAPEC, por sua vez, estabeleceu como executante dos estudos o Laboratório de Pesquisas Arqueológicas do Departamento de História do Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (LPA). Essa Fundação já havia participado dos trabalhos de salvamento arqueológico na área do Gasoduto Bolívia-Brasil, em Mato Grosso do Sul.

Assim, originou-se o “Projeto Salvamento Arqueológico na Área Impactada pelo Gasoduto Bolívia-Mato Grosso (trecho brasileiro)” – *PSAGBM* – sob a coordenação do arqueólogo Dr. Gilson Rodolfo Martins – o qual foi devidamente autorizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), por meio da Portaria nº11 de 04/03/99 (D.O.U. 05/03/99).

Os trabalhos de campo, em sintonia com o desenvolvimento das obras, foram realizados durante o ano de 1999, abrangendo levantamento, prospecção, resgate e monitoramento.

No *PSAGBM* foi efetuada uma análise das distintas paisagens percorridas pelo traçado do gasoduto, isto como forma de distinguir os cenários ambientais que teriam sido o suporte para o desenvolvimento cultural de grupos humanos pretéritos. Esse estudo forneceu critérios para o planejamento dos trabalhos de levantamento arqueológico. Foram estabelecidas as seguintes subunidades paisagísticas:

- segmento entre a fronteira com a Bolívia e o interflúvio anterior à margem direita do riacho São Sebastião;
- segmento entre as margens do riacho São Sebastião e as margens do Jauru, Distrito de Porto Limão;
- segmento entre o Distrito de Porto Limão e o início do pantanal do rio Padre Inácio;
- segmento entre o pantanal do rio Padre Inácio e os pantanais das duas margens do rio Paraguai;
- segmento entre a borda esquerda do pantanal do rio Paraguai e a base ocidental da serra de Piraputanga;

- segmento da Província Serrana em Cáceres;
- vale do rio Sangradouro;
- depressão cuiabana.

Após a sub-regionalização do traçado, aplicou-se uma metodologia de levantamento arqueológico apropriada para empreendimentos lineares como é o caso de gasodutos, oleodutos e rodovias. Utilizando-se de material cartográfico, foram selecionados os pontos preferenciais para a prospecção e sondagem arqueológica, isto com base num referencial de variáveis ambientais favoráveis à ocorrência de sítios arqueológicos (Kashimoto 1997, Martins & Kashimoto 1998). Os procedimentos adotados consistiram em entrevistas com moradores, vistorias de superfície na “faixa de serviço” e proximidades, abertura de furos de sondagem no interior da “faixa de serviço” e, principalmente, onde seria aberta a vala, realizaram-se alinhamentos de furos de sondagem, espaçados a cada 5 m, com 1,5 m de profundidade. Além das atividades anteriores, efetuou-se um treinamento dos técnicos e trabalhadores das frentes de obra, com o objetivo de instruí-los sobre a importância da preservação de recursos arqueológicos e como proceder no caso de verificarem a ocorrência de qualquer vestígio durante os trabalhos de implantação da obra.

Ao todo foram examinados 125 pontos, dos quais 26 eram sítios arqueológicos. Desses sítios, 20 foram encontrados no âmbito deste projeto, sendo que 11 estavam na área direta e indiretamente impactada pelo empreendimento. Sempre que os sítios localizados encontravam-se em pontos afetados pelo empreendimento, foi efetuado o desvio do traçado do gasoduto. Quando, por razões técnicas, não foi possível o desvio, procedeu-se ao resgate arqueológico, o que ocorreu em 5 sítios. Considerando-se que o traçado, no trecho brasileiro, possui uma extensão de 267 km, a metodologia adotada pelo *PSAGBM* abordou, em média, um ponto a cada 2,1 km. As margens de todos os cursos fluviais interceptados pelo gasoduto, mesmo os de menor porte, foram examinadas por meio de vistorias de superfície e sondagens na subsuperfície. O mesmo procedimento foi adotado em outros locais de relevância arqueológica e paisagística.

As subunidades ambientais em que se observou maior fertilidade arqueológica foram o

contexto do rio Jauru e a área entre o rio Paraguai e a Província Serrana de Cáceres, registrando-se, nesses locais, a ocorrência de sítios pré-coloniais e históricos, estes últimos localizados na área serrana e também nas proximidades de Cuiabá.

Este artigo aborda, especificamente, a região do médio curso do rio Jauru. Para identificar e tentar compreender quem foram os produtores dos vestígios arqueológicos localizados durante o desenvolvimento do *PSAGBM*, utilizou-se, preliminarmente, uma leitura regressista sobre o processo histórico de povoamento humano na área afetada pela construção do gasoduto. Dessa forma, na tentativa de verificar se existe alguma relação arqueológica entre os índios que, no momento, vivem no sudoeste mato-grossense e os sítios arqueológicos localizados pelos trabalhos do *PSAGBM*, partiu-se de uma caracterização e diagnóstico da atual realidade etnográfica da área influenciada pela obra. Com o mesmo objetivo, efetuou-se um levantamento das principais fontes bibliográficas produzidas por cronistas, no passado, e ainda uma revisão da bibliografia etno-histórica regional.

Sendo a cerâmica o vestígio numericamente predominante e mais conservado da cultura material das populações indígenas pré-coloniais dessa região de Mato Grosso, a mesma foi usada como o referencial principal para se tentar estabelecer um vínculo entre os dados arqueológicos coletados pelo *PSAGBM* e o processo etno-histórico do espaço percorrido pelo gasoduto. No entanto, outros itens da cultura material pretérita indígena devem ainda contribuir na identificação cultural dos produtores desses vestígios, entre eles líticos, sepultamentos e adornos.

### **A atual realidade etnográfica regional**

Com vistas a detectar, no presente, a existência de índios na área a ser impactada direta ou indiretamente pela obra, a Gasocidente, empresa responsável pela obra do gasoduto, contratou os serviços especializados de consultoria técnica-científica da PRIME Engenharia. Os trabalhos de levantamento etnográfico, em campo, foram realizados em novembro de 1998, sem se limitar à área afetada diretamente pela

obra. As pesquisas foram executadas por um grupo de trabalho multidisciplinar sob a coordenação da Profa. Dra. Joana Aparecida Fernandes da Silva da UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso. Esses estudos geraram um relatório intitulado “Estudo Etno-Histórico e Pesquisa de Campo de Comunidades Chiquitanas na Área de Influência do Gasoduto Bolívia – Mato Grosso”, o qual passou a integrar o Projeto Básico Ambiental-PBA (Gasocidente/Prime, 1998) com o objetivo de obter-se a licença ambiental prévia para a implantação da obra.

Oficialmente, segundo o estudo acima citado, hoje, no sudoeste de Mato Grosso, existem as seguintes Terras Indígenas (*TI*): *TI* Umutina, localizada no município de Barra dos Bugres a 80 km ao norte do traçado do gasoduto; *TI* Perigara, comunidade de índios Bororo, localizada a 115 km ao sul do traçado; *TI* Tereza Cristina, comunidade de índios Bororo, localizada a 120 km ao sul do traçado; *TI* Figueiras, comunidade de índios Paresi, localizada a 160 km ao norte do traçado e *TI* Sararé, comunidade de índios Nhambiquara, localizada a 180 km a noroeste do traçado. Segundo o mesmo estudo nenhuma dessas comunidades indígenas sofrerá qualquer tipo de interferência direta ou indireta com a construção do gasoduto, devido à distância que essas *TIs* se encontram da área influenciada pelo empreendimento.

Por outro lado, o grupo de trabalho acima referido identificou a presença de 20 comunidades de índios Chiquito na área fronteira entre Mato Grosso e Bolívia, no segmento Caslavasco/Corixa Grande (MT), onde o gasoduto, proveniente de San Matias (Bolívia), penetra em território brasileiro. Dessas comunidades, 11 estão localizadas a menos de 60 km de distância do gasoduto, totalizando, aproximadamente, 650 pessoas (Gasocidente/Prime, 1998).

No Oriente Boliviano vive, atualmente, uma população superior a quarenta e quatro mil índios Chiquito, distribuídos por 323 comunidades localizadas no Departamento de Santa Cruz, integrando, em termos de etnologia territorial o Etnoconjunto Del Oriente (que abarca todas as Províncias de Santa Cruz, exceto a de Cor-dillera) (Cimar 1996).

Quanto à presença de outras etnias indígenas, nas proximidades da área afetada pelo gasoduto, o grupo de trabalho acima citado

localizou isoladamente algumas pessoas, que alegaram ser descendentes de índios Bororo ou Guató. As fontes bibliográficas consultadas referiram-se à existência, no início deste século e em momentos anteriores, de comunidades de índios Bororo no município de Cáceres e nas proximidades de San Matias, hoje extintas. As mesmas fontes citaram grupos pequenos de índios Guató vivendo, no início do século, no Pantanal do rio Paraguai, em Cáceres, porém igualmente desaparecidos há décadas. Portanto, em termos etnográficos pode-se considerar que atualmente, na área influenciada pelo gasoduto, só há comunidades chiquitanas.

### Resumo etno-histórico da presença dos índios Chiquito em Mato Grosso

A história dos índios Chiquito pode ser dividida em quatro partes: a primeira, antes da chegada dos espanhóis; a segunda, quando do início da colonização até fins do século XVII; a terceira, o período jesuíta de 1692 a 1767; a quarta, o período posterior à saída dos jesuítas até os dias de hoje.

O termo *chiquitos* (pequenos) é a denominação que os colonizadores castelhanos do Paraguai Colonial aplicaram às diversas tribos, distintas entre si, que habitavam o oriente da Bolívia, sobretudo, entre os paralelos 14° e 21° sul e 58° e 65° oeste, numa zona de transição entre o Chaco Boreal e as florestas do contexto sul-amazônico. No Brasil, o gasoduto está localizado entre os paralelos 15° e 16° sul.

Ao percorrer a região do Alto Paraguai, em 1832, D'Orbigny (1945) descreveu sinteticamente o espaço geográfico da chamada Província Chiquitana da seguinte maneira:

*"(...)Esta comarca, (...) está limitada al este por el curso del Paraguay y por las posesiones brasileñas de la provincia de Cuyaba o de Matto Grosso; al norte (siguiendo los límites de los tratados de 1750 y 1777 entre España e Portugal) por una línea que parte de la conjunción de los ríos Jauru y Paraguay, en dirección a Matto-Grosso, y más allá por una segunda línea que arranca desde esse punto hasta la confluencia de los ríos Verde y Barbado. Al noroeste, selvas inmensas o esteros deshabi-*

*tados separan esta provincia de la de Moxos, algo al norte del país de los guarayos. Al oeste, el curso del río Grande sirve de límite con la provincia de Santa Cruz de la Sierra. Finalmente, al sur se extienden las tierras deshabitadas del Gran Chaco, que todavía no pertenecen a ningún gobierno."* (p. 1241)

*"Circumscripita de esta manera, la provincia de Chiquitos está rodeada de ríos y de pantanos, en medio de los cuales corren cadenas de colinas completamente aisladas en la dirección noroeste y subsudeste. Esas colinas, que forman mi sistema geológico chiquitano y que dominan desde algunos centenares de metros las llanuras circundantes, son también los puntos culminantes, las cumbres que señalan la división entre las dos grandes vertientes del Amazonas y del Plata".*

*"Las partes montañosas de la provincia y los terrenos colindantes están libres de inundaciones; son las tierras más fértiles del mundo. El resto es parcialmente anegadizo en la estación de las lluvias; pero com excepción de la laguna de Yarayes, formada por los desbordes del río Paraguay, todas las tierras se secan en invierno y dan praderas excelentes para la cría de ganado. Así, pues, la provincia entera, de unas 18.770 leguas cuadradas, podría ser utilizada com provecho para la agricultura(...)." (p. 1245)*

Nos contornos geográficos fixados por D'Orbigny, a região compreendida entre o rio Jauru e a fronteira Brasil/Bolívia, seccionada pelo gasoduto, integrava a paisagem típica da área chiquitana. Pelo relato acima pode-se perceber também que havia por parte das comunidades integrantes do complexo chiquitano a deliberada intenção de evitar os pantanais impróprios para o desenvolvimento das atividades agrícolas. Nota-se também que esse contexto ambiental configura-se como um divisor de águas entre as bacias hidrográficas amazônica e platina, fato ambiental que deve ter tido um grande significado nos movimentos migratórios pré-coloniais, conferindo, portanto, à região, o caráter multicultural registrado por ocasião da chegada dos colonizadores ibéricos, no século XVI.

A origem do etnônimo *Chiquito* provém do fato de que a altura da entrada das casas habitadas por esses índios era muito baixa, isto como forma de evitar a entrada de mosquitos e também evitar a surpresa de ataques noturnos de índios inimigos, daí os primeiros observadores castelhanos deduzirem que os seus ocupantes deveriam ser de baixa estatura.

Esses índios formavam um mosaico etnográfico constituído por mais de 40 povos indígenas diferentes entre si, cujos grupos mais conhecidos eram os Zamuco, Paikoneka, Saraveka e Paunaka, filiados ao tronco lingüístico Aruak, e os Kuruminaka, Kurave, Koraveka, Tapii, Korokaneka, Manacica, falantes de línguas aparentadas com o Bororo (MMA 1997). Segundo Maldí (1989), estas últimas línguas seriam integrantes de um subgrupo lingüístico denominado Otukeano. Na opinião de Métraux (1942), os Otuke, Kovareka e Kuruminaka formavam um grupo lingüístico isolado, talvez relacionado ao Bororo. Os Otuke foram considerados por Susnik o ramo mais ocidental dos Bororo. Havia ainda os falantes do dialeto Tao, que englobava outros 14 grupos e ainda o dialeto Piñoco, falado por outros 8 grupos indígenas. Segundo Cimar (1996), atualmente todos os remanescentes desses grupos estão incluídos na família lingüística denominada Chiquito, embora, ao norte de Concepción de Ñuflo de Chávez, ainda restem 2 comunidades de índios Paunaka que continuam falando línguas filiadas ao tronco Aruak.

As tribos acima citadas, apesar de possuírem línguas e costumes culturais específicos, tinham em comum o fato de serem formadas por povos agricultores voltados para o cultivo do milho, da mandioca, do amendoim, da abóbora, do algodão, entre outros, e que também caçavam e pescavam. Segundo as crônicas históricas seiscentistas esses índios, embora não conhecessem a metalurgia, utilizavam diversos objetos de metais, os quais adquiriam em trocas com tribos “neolíticas” subandinas. Como outras tribos chaquenhas, os Chiquito eram arquinimigos dos índios Guarani do Paraguai Colonial.

Segundo Susnik (1978):

*“Bajo el término “Chiquitana” se extiende el área que se extiende desde la provincia de Xarayes hasta la provincia de Sta. Cruz de la Sierra, recorrida por los*

*Españoles en el siglo XVI y antes, o simultáneamente por los emigrantes guaraníes. Fueron precisamente los Guaraníes quienes con su paso de tránsito, sus desplazamientos irregulares en la tierra del gentio desconocido y con definitivos asentamientos conquistados, provocaron el movimiento de muchas tribus, éstas también buscando novos lugares libres y no poseídos o disputados. La movilidad étnica de los pueblos culturalmente neolíticos, sobrepniendo y fusionándose a veces, en el área entre los ríos Guaporé, S. Miguel y Paraguay, impide con frecuencia la identificación etnolingüística: todas las tribus manifestaban una abierta política integracionista por una parte, y por otra, imponiendo su lengua mutuamente entre los inmediatos vecinos periféricos. Las expediciones de los asunceños primero y de los santacrucenses luego influyeron aún más en la compleja dispersión geográfica de las tribus; se creaban despoblados y zonas improductivas, por onde ni los Guaraníes pasaban, sabiendo la falta de víveres; dichas zonas servían muchas veces de refugio a las huidizas protopoblaciones de cultura paleolítica, éstas de por sí con un transhabitat marginado a causa de la dispersión de los amazónicos rumbo r. Madeira y sus grandes afluentes; no es por extraño que la documentación del siglo XVI habla con preferencia de los pueblos de cultura neolítica.” (p. 33)*

O texto acima retrata a dificuldade em se construir modelos explicativos para essa realidade, sejam estes de caráter lingüístico, arqueológico, etno-histórico ou etnológico. Portanto, no atual estágio do conhecimento, as conclusões ficam ainda restritas ao campo das hipóteses.

Os Chiquito não eram canoeiros, seus deslocamentos se davam no interior dos limites geográficos da Província, evitando as áreas pantanosas do rio Paraguai, a aridez do solo do Chaco Boreal, bem como a área subandina influenciada pelo Império Inca.

Os primeiros relatos etnográficos sobre esses índios foram produzidos no século XVI, durante o processo de descobrimento e reconhecimento geográfico da bacia do Alto Paraguai, destacando-se entre eles os elaborados por

Cabeça de Vaca e Schmiedl. O contato pioneiro de europeus com alguma tribo chiquitana foi o efetuado por Aleixo Garcia, no início da segunda década do século XVI, com os índios Tarapecoci.

Alguns relatos de cronistas descrevem a existência de grandes aldeias, às vezes subdivididas em bairros. Conforme Maldi (1989), os índios Chiquito habitavam aldeias cercadas por paliçadas, destacando-se, no conjunto, a casa dos solteiros. Suas aldeias possuíam chefias independentes e “templos” ou “casas de bebidas” onde consumiam coletivamente a chicha. Isto pode ajudar a compreender a ocorrência arqueológica de grandes vasilhas de cerâmica que, segundo os cronistas, seria uma cerâmica de alta qualidade. Os homens usavam *tembetás* enfeitados com penas sob o lábio inferior; os cabelos eram mantidos longos e atados à nuca. Tinham como armas flechas envenenadas e bordunas. Para os espanhóis que percorreram a região no século XVI, os “chefes” das aldeias chiquitanas pareciam ser uma espécie de “reis”, os quais concentravam, conforme o tamanho da aldeias, grande poder.

No olhar de D’Orbigny (1945):

*“Estaban gobernados por una muchedumbre de jefecillos o Iriabos, elegidos por el consejo de ancianos, y conduciendo cada uno su pequeña tribu, al mismo tiempo que ejercían las funciones de médicos. A menudo atacaban a sua vecinos com el único objeto de labrarse una reputación de bravura. Se frecuentaban poco y rara vez hacían causa comun; diseminados en centenares de secciones, no formaban, hablando com exactitud, un cuerpo nacional.*

*Reducíase su religión a la creencia en outra vida, lo que motivaba la costumbre, generalmente extendida entre ellos, de enterrar armas y víveres com los muertos.(...)”*. (p. 1247)

Na sua expressiva obra sobre a História do Brasil, escrita no início do século XIX, Southey (1981) produziu um relato etnográfico onde aborda aspectos da cultura material dos índios Manacica, constituindo-se num trabalho de relevante interesse etno-arqueológico:

*“Do mesmo tronco, como as que compunham as missões dos Chiquitos, eram*

*as várias hordas comprendidas sob o nome genérico de Manacicas. Coberta de espessas florestas se achava parte de seu país, e em vastas planícies a maior parte do ano consistia a outra, pelo que não podia haver falta de caça e de peixe, nem dos frutos que a terra produz. Fértil é o solo e abundantes de ordinário as colheitas.(...) Conta-se que eram as suas aldeias edificadas com algum gosto, regulares as ruas e bem proporcionadas as praças. Habitavam o cacique e os maiores edifícios grandes, divididos em diferentes aposentos, que também serviam para reuniões públicas, banquetes e templos. Tão pouco eram mal construídas as casas dos particulares, apesar de ali ser o machado de pedra o único instrumento conhecido. Hábeis tecelãs eram as mulheres, cuja obra de olaria, de singular perfeição, tinha como metal ao tocar-se. Deixava-se ficar o barro, antes de servir, muito tempo a amadurecer, sendo este o princípio que os chins se diz que têm enterrado muitos anos o que destinam ao fabrico de sua louça mais fina.”* (p. 105/6).

Em 1547, Ñuflo de Chávez, seguido por 223 espanhóis e mais de 3.500 índios Guarani, iniciou a colonização da região do “Mar de Xaraiés”, formada por grandes lagoas no Pantanal do Alto Paraguai. Esta área era habitada por tribos denominadas Xaraié, porém essa expedição desviou-se desses índios e seguiu em direção ao Peru, entrando em território Chiquito.

No ano de 1550, a cidade de Santa Cruz de la Sierra foi fundada pelo conquistador acima citado em local próximo à atual San José de los Chiquitos. Alguns anos depois, em 1591, ocorreu o traslado dessa cidade para o assentamento atual. Entre esta última data e a fundação da primeira redução jesuítica, 1692, quase não houve contato entre os índios e as frentes colonizadoras ibéricas na área chiquitana.

Ao iniciar-se o século XVII, o modelo colonizador castelhano já estava consolidado em toda a bacia Platina, materializando-se por meio da fundação de cidades como Buenos Aires, Assunção, Santa Cruz de la Sierra, Santiago de Xerez, entre outras. Ao contrário da região andina, onde a economia colonial firmou-se com o incremento das atividades de mineração de metais preciosos, na bacia Platina o comércio e

sobretudo a produção agrícola de gêneros tropicais (algodão, farinhas, entre outras) foi a atividade econômica predominante. Devido à escassez de capitais e o relativo isolamento dessa área da economia colonial castelhana, na América do Sul a mão-de-obra empregada na produção agrícola e têxtil colonial foi essencialmente indígena. Apesar de compulsório, o trabalho indígena não era tipicamente escravo como na colônia luso-brasileira, porém, da mesma forma, indispensável para a viabilização do sistema colonial mercantilista. No Paraguai Colonial, o regime de trabalho adotado era o das *encomiendas*, o que é o mesmo que dizer compulsório.

A necessidade de mão-de-obra em larga escala, como condição para a viabilização do modelo colonizador castelhano, implicou domesticação e submissão dos indígenas às diretrizes dos colonos ibéricos. A ordem econômica estabelecida, associada às questões geopolíticas (disputas territoriais entre metrópoles) fez com que a coroa espanhola fomentasse a vinda, para o Paraguai Colonial, de missionários católicos com o escopo de inserir os índios na nova ordem em implantação. A catequese seria um instrumento sutil de dominação, substituindo a violência física pelo emprego da violência cultural, resguardando dessa forma os estoques de força de trabalho.

Assim, em fins do século XVI, estabeleceram-se no Paraguai Colonial as primeiras frentes catequistas, sobretudo as Missões Jesuíticas. Inicialmente foram instaladas em Assunção, em seguida, no início do século XVII, na área do atual oeste paranaense (Missões do Guairá), a seguir na região do pantanal sul-mato-grossense, em 1632 (Missões do Itatim) e no oriente boliviano (Moxos) em 1682. Após vários ensaios, foi fundada entre os índios Moremono a redução de Nossa Senhora do Loreto, na margem esquerda do rio Ivari, afluente do Mamoré. Em 1692, o missionário jesuíta José Arce fundou a primeira redução na região chiquitana, junto ao subgrupo Piñoco, ou seja, a Missão de São Francisco Xavier, próxima ao rio San Pedro. Em 1696, o padre jesuíta Juan Batista de Zea fundou a Missão de São Rafael. Em 1706, foi fundada a Missão de San José, que viria a ser a capital de Chiquitos. Entre 1692 e 1760, ao todo, foram fundadas dez missões na Província de Chiquitos.

Na segunda metade do século XVIII, as missões, na região dos índios Chiquito, reuniam em torno de vinte mil índios catequizados.

Segundo Maeder (1997):

*“Los pueblos se habían trazado según el modelo tradicional y con poca diferencia respecto de las misiones de guaraníes. En lo que hace a su economía, el régimen adoptado fue de subsistencia y de solidaridad interna. La producción agrícola de granos y frutos, la ganadería de lanas, la recolección de cera y miel y la elaboración de lienzos y hamacas, constituían la base de su producción. Algunos excedentes les servían para la adquisición de herramientas, ornamentos para el culto, u otros bienes que se procuraban a través del oficio jesuítico del Colegio de Potosí.”* (p. 275)

Essas expressivas concentrações de índios “docilizados” e aptos ao trabalho na economia agrícola colonial despertaram não só a cobiça dos colonos paraguaios/crucenhos como também dos bandeirantes paulistas, os quais assediaram diversas vezes as reduções.

Em 1694, uma bandeira comandada por Antonio Ferraz de Araújo e Manuel de Frias atacou a região, enfrentando primeiramente os Tao, entre os quais fizeram vários prisioneiros, para em seguida marcharem sobre os Piñoco. A reação inesperada por parte dos índios fez com que os dois comandantes paulistas caíssem em combate, não restando da bandeira mais que alguns sobreviventes. Após essa fracassada ação bandeirante, puderam os índios chiquitanos gozar de relativa tranquilidade em relação aos ataques paulistas, pois estes, a partir da descoberta do ouro em Minas Gerais, progressivamente alteraram sua perspectiva colonial privilegiando a mineração.

Como havia uma diversidade cultural significativa entre os índios chiquitanos, sobretudo lingüística, os jesuítas, a exemplo do que fizeram no Brasil, criaram uma língua geral para facilitar e universalizar a catequese. Este fato tem implicações até os dias de hoje, inclusive no panorama etnográfico do sudoeste mato-grossense. Nos trabalhos de campo na área de influência do gasoduto, a equipe de antropólogos a serviço da Gasocidente/Prime (1998), observou que as comunidades chiquitanas utilizam o



*linguará* – fala remanescente da língua geral constituída pelos jesuítas no tempo das missões.

A capital da área missioneira chiquitana era a Missão de São José, localizada na altura do paralelo 14° 4', próxima à antiga cidade de Santa Cruz de la Sierra.

Outras reduções, devido ao isolamento e à distância de Santa Cruz de la Sierra, mantinham relações comerciais estreitas com os colonos portugueses estabelecidos no sudoeste de Mato Grosso, apesar da ilegalidade desses vínculos na ordem jurídica colonial. O inverso também era verdadeiro.

Com a expulsão dos jesuítas dos domínios coloniais espanhóis e portugueses, no início da segunda metade do século XVIII, a tutela sobre as missões passou para as instituições seculares do governo colonial. Em decorrência disso, a pressão econômica sobre as reduções, enquanto reservas de mão-de-obra, acentuou-se. Os rigores do regime de trabalho fizeram com que muitos índios chiquitanos abandonassem as missões, buscando refúgio nas matas ou mesmo em Mato Grosso colonial, onde eram acolhidos de forma oportunista pelas autoridades portuguesas. A elevação de Mato Grosso à condição de Capitania, em 1748, e o apogeu do ciclo minerador, reforçaram essa atração demográfica.

A fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1749, como capital de Mato Grosso, na cabeceira do rio Guaporé, criou tensão na fronteira. O contrabando colonial se intensificou, pois as Missões de Chiquitos estavam mais perto da zona de garimpo do que de São Paulo. A Missão de Santana, próximo à atual San Matias, era habitada pelos índios Saraveka (Aruak) e constituía-se na mais próxima de Mato Grosso. Segundo Maldini (MMA, 1997), teriam sido os índios Saraveka os que migraram para Cáceres. As outras reduções próximas a Mato Grosso eram San Rafael, San Miguel e San Ignacio. O fluxo de mercadorias contrabandeadas era tão regular que havia provocado a abertura de um caminho terrestre, passando pelo rio Jauru, interligando as duas realidades coloniais. Avolumava-se, assim, o ritmo migratório de índios para o território brasileiro, engrossando dessa forma os contingentes de mão-de-obra que deveriam abastecer com gêneros de primeira necessidade as áreas de garimpo.

As pendências fronteiriças entre as duas colônias ibéricas, no Alto Paraguai, agravadas pela ocupação desordenada e expansionista da mineração em Mato Grosso, acirrou as relações entre os sistemas coloniais luso-castelhanos. Com evidentes razões geopolíticas, o Governador da Capitania de Mato Grosso, D. Luiz Albuquerque de Melo e Cáceres fundou, em 1778, a localidade urbana de Vila Maria do Paraguai na margem esquerda do rio Paraguai, posteriormente, elevada à condição de cidade com o nome de São Luiz de Cáceres.

Para constituir e engrossar esse pioneiro núcleo populacional, D. Luiz Albuquerque recrutou algumas dezenas de índios fugitivos das Missões de Chiquitos e as fixou no novo povoado, sobretudo porque os índios naturais da região eram arredios e “selvagens” se comparados aos índios Chiquito já “aculturados” pela ação missionária. Ainda obedecendo a essa perspectiva, D. Luiz Albuquerque, mandou adquirir uma extensão de terra na margem direita do rio Paraguai, defronte à Vila Maria, onde constituiu uma fazenda para a criação de gado, denominada Fazenda Caiçara, cuja mão-de-obra era formada basicamente por índios Chiquito refugiados da região das missões.

O fato histórico acima narrado tem particular interesse para o *PSAGBM*, pois durante os trabalhos de levantamento arqueológico que precederam as obras de implantação do gasoduto, a equipe técnico-científica do *PSAGBM* realizou prospecções no entorno da Baía Caiçara, em Cáceres, e aí encontrou diversos fragmentos de cerâmica arqueológica, sendo que um desses fragmentos apresenta decoração plástica feita pela impressão de cordinha de caraguatá, o que não é comum na região, mas é típico da cerâmica arqueológica e etnográfica chaquenha. Segundo Susnik (1978):

*“El estilo decorativo por impresión de cuerda de caraguatá es un elemento cerámico neolítico intruso en el área altoparaguayense, siendo sus portadores los Chané-Arawak subandinos, inmigrantes avasallados por los Mbayá-Guaycurúes; (...) Es probable que tal cerámica caracterizara también a las poblaciones cultivadoras de origen Arawak en los límites de las rutas transchaqueñas, seguidas por los expedicionarios asun-*

*ceños hacia los Tamacocis de las llanuras del R. Guapay” (p. 16)*

O local acima foi registrado pelo PSAGBM como sítio arqueológico Baía Caiçara 1, sendo que os vestígios cerâmicos aí coletados podem estar correlacionados com esse contexto histórico, pois sabe-se que os índios Saraveka, provenientes da Missão de Santana, eram descendentes de índios Aruak. Pode-se apontar como reforço a essa hipótese o fato de que ainda hoje, conforme o que foi constatado pelos antropólogos que participaram do PBA (Gasocidente/Prime 1998), no local vive uma comunidade de índios que se identifica como chiquitana.

Nas primeiras décadas do século XIX, o quadro sócio-político da região da bacia do Alto Paraguai passou por um período de grande instabilidade devido às convulsões sociais provocadas pelas guerras de independência na América espanhola. A região das Missões de Chiquitos, a exemplo de outras realidades da Bacia Platina foi palco de diversos eventos bélicos entre as forças pró e contra a independência. Os índios ficaram no meio do fogo cruzado e sofreram pesadas baixas demográficas, agravadas no pós-guerra pelo agudo empobrecimento da região e pelos surtos epidêmicos provenientes das péssimas condições sócio-econômicas. A população indígena teve sua infra-estrutura produtiva (economia missioneira) desmantelada com o estabelecimento da nova ordem política-nacional (surgimento do Estado boliviano). Em decorrência dessas conturbações, novas ondas migratórias de índios Chiquito dirigiram-se para o Mato Grosso durante o século XIX. Em 1831, os índios da Missão Santana estavam reduzidos a cerca de oitocentas pessoas. Nessa mesma época, em Casalvasco, Mato Grosso, havia aproximadamente trezentas famílias indígenas chiquitanas.

Quando D’Orbigny visitou a região, em 1831, o quadro demográfico na área chiquitana reunia cerca de vinte mil índios, distribuídos entre as tribos, Koraveka, Kurave, Tapii, Kurukaneka, Paikoneka, Saraveka, Otuke, Kuruminaka, Samucu e Chiquito.

No ano de 1875, João Severiano da Fonseca (1986), ao percorrer a região do Alto Paraguai, assim descreveu a realidade etnográfica que encontrou em San Matias, na divisa da Bolívia com Mato Grosso, local de entrada do gasoduto em território brasileiro:

*“O povo de S. Matias fica a sete quilômetros e meio da Corixa do Destacamento. É uma pequena povoação de mais ou menos duzentas almas, índios quase todos chiquitanos, e alguns bororós. Compõe-se, como todas as missões jesuíticas, de uma praça retangular, tendo numa das faces a igreja e nas outras as habitações.”(pag. 384/5)*

*“São estas bandas povoadas pelos restos das nações dos chiquitos e bororós, aldeados outrora pelos jesuítas espanhóis. S. Matias é toda de chiquitanos. Os homens, conquanto andem inteiramente à vontade entre os seus, quando saem para os povoados vestem camisa, calça e chapéu, senão também a sua jaqueta, trazendo sempre na cintura uma banda ou faixa vermelha muito apreciada em todos os países castelhanos, e aqui por tal forma, que dir-se-á usarem de calças só para terem o prazer de lhe passarem a cinta. Uma faca de ponta ou um facão é complemento obrigatório do traje de viagem.*

*Falam estas gentes mais ou menos quatro idiomas: o chiquitano, o bororó, o espanhol e o português. Ora, de um povo, que dispõe assim de tão vastos conhecimentos lingüísticos, longe deve ir a idéia de dizê-lo curto de civilização.” (p. 384/5)*

Em 1880, com o auge da produção da borracha natural no oriente boliviano, milhares de índios Chiquito morreram ou dispersaram-se devido às péssimas condições de trabalho nos seringais das Províncias de Ñuflo de Chávez e Velasco.

Max Schmidt (1942), em junho de 1901, ao descer o rio Cuiabá em direção à serra do Amolar, na atual divisa entre os Estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, observou em uma propriedade rural, nas proximidades da confluência com o rio São Lourenço, a presença de vinte índios Chiquito trabalhando para um indivíduo denominado João Paiz. Não forneceu maiores detalhes.

No início deste século, entre 1907 e 1911, Rondon comandou a instalação da linha telegráfica entre Cáceres e Vila Bela, em Mato Grosso, ocasião em que fez várias referências à região de Cáceres como sendo habitada por diversas famílias de índios Chiquito. Ele esteve também

na Fazenda Facão, em Cáceres, onde há um sítio arqueológico, mas não se referiu a ela sob o ângulo etnográfico e arqueológico.

Quando da ocasião da construção da estrada de ferro entre Corumbá e Santa Cruz de la Sierra, no começo do século XX, reproduzindo o antigo caminho das Missões de Chiquitos para Santa Cruz/Peru, muitos índios foram submetidos a rigorosas condições de trabalho, fato que provocou muitos danos aos índios, sobretudo a desterritorialização.

Nas primeiras décadas do século XX, novo episódio bélico fomenta o fluxo migratório desses índios para Mato Grosso, ou seja, a Guerra do Chaco, que na década de trinta envolveu o Paraguai e a Bolívia em disputa territorial pela região do Chaco Boreal. O desfecho do conflito foi desfavorável à Bolívia, que perdeu extensas porções de seu território para o país vizinho, além de sofrer pesadas baixas humanas. Mais uma vez a população indígena das terras baixas bolivianas viu-se entre o fogo dos exércitos nacionais beligerantes e sofreu sérias conseqüências demográficas e culturais, o que motivou novo êxodo de dezenas de famílias para a região abrangida pelas bacias do rio Jauru e do Alto Paraguai, no município de Cáceres.

Em termos sócio-culturais, o grupo de trabalho da Gasocidente/Prime (1998) caracterizou a situação das comunidades indígenas chiquitanas existentes na área influenciada pelo gasoduto, da seguinte maneira: as comunidades indígenas apresentam contextos atuais diferenciados, isto conforme a trajetória histórica percorrida por cada uma delas; nenhuma tem a sua situação fundiária legalizada enquanto Terra Indígena pela FUNAI; algumas famílias, isoladamente, possuem títulos particulares de propriedade da terra onde habitam; há uma tendência populacional em estabilizar-se o índice demográfico dessas comunidades em um quantum médio de oito famílias; a sobrevivência econômica está baseada em um modelo camponês de subsistência, associado à prestação de serviço temporário em fazendas vizinhas, ou mesmo, com trabalho assalariado nas cidades próximas, sobretudo em Cáceres; no que diz respeito à auto-identificação étnica foi registrada uma tendência em renegar suas origens, talvez como uma forma de evitar a discriminação

sócio-cultural a que são submetidos, historicamente, pela sociedade envolvente.

Dentre as comunidades chiquitanas identificadas pelo grupo de trabalho Gasocidente/Prime (1998), as que mais se aproximam da área influenciada pelo gasoduto são as do “Limão” (30 famílias), localizada na margem esquerda do rio Jauru e “Beira de Estrada” (9 famílias), localizada na margem direita da rodovia Cáceres-San Matias, antes do rio Padre Ignácio. Ambas comunidades estão situadas a uma distância da faixa de serviço do gasoduto menor que um quilômetro.

Como já foi explicitado anteriormente, em termos de cultura material tradicional, o presente desses índios contrasta sensivelmente com o passado. Os objetos e artefatos utilizados no cotidiano atual são obtidos no mercado da sociedade envolvente, não havendo, portanto, uma personalização étnica dos mesmos. Isso é compreensível se considerado o processo histórico de desterritorialização a que essas comunidades foram submetidas nos últimos duzentos anos. Em localidades mais distantes do traçado do gasoduto o mesmo grupo de trabalho (Gasocidente/Prime (1998)) constatou a permanência residual de alguns elementos da cultura material indígena tradicional, sobretudo cestaria (abanicos e peneiras), alguma peças de cerâmica, redes de dormir e padrão das habitações. Mesmo assim, os elementos da cultura material indígena observados e descritos por esses antropólogos não auxiliam na analogia com os vestígios arqueológicos registrados durante os trabalhos do PSAGBM.

Nas comunidades indígenas de Alambrado e de Corixa Grande, foram encontrados fragmentos de cerâmica lisa, sendo que alguns cacos eram “pintados” de vermelho na face externa e preto na face interna (Gasocidente/Prime 1998). Por essa descrição, mesmo que sucinta, observa-se que essa cerâmica se assemelha àquela coletada pelo PSAGBM, nos sítios Rio Jauru, Riacho São Sebastião 1, 2, 3 e 4. As datações obtidas através do método da termoluminescência em amostras de cerâmica coletadas nestes sítios são anteriores ao início da colonização do Brasil, portanto, não concordantes com a trajetória etno-histórica recente desses índios no Estado de Mato Grosso. Ainda na Corixa Grande, conforme o trabalho acima citado,

soldados do destacamento do Exército ali sediado teriam encontrado, ao abrir uma roça, diversas vasilhas de cerâmica, sendo algumas com engobo vermelho na face externa.

Os fragmentos de cerâmica, provavelmente arqueológica, observados na superfície das comunidades de Corixa Grande e Alabrado, não afetadas pela obra, não podem ser associados, por suas características tecnológicas, aos atuais ocupantes desses locais. Esses vestígios muito provavelmente correspondem a ocupações pré-coloniais, anteriores ao advento dos atuais índios Chiquito ao território mato-grossense.

A permeabilização dos índios Chiquito na sociedade mato-grossense atual camufla (talvez como uma forma de resistência clandestina) a sua identidade étnica, de tal forma que, pela sua baixa visibilidade antropológica externa, a própria FUNAI não reconhece, por enquanto, formalmente a existência de Terras Indígenas desses índios no território do Estado de Mato Grosso.

Quanto à interferência da obra no cotidiano desses índios e no seu modo de ser, devido às circunstâncias de sua localização, no momento, somente as duas comunidades acima citadas (Limão e Beira da Estrada) sofrerão algum tipo de impacto. Este, no entanto, será circunstanciado e somente durante o período da construção do empreendimento. Nesse sentido, o grupo de trabalho da Gasocidente/Prime (1998), juntamente com a FUNAI/MT, já definiram uma pauta de medidas mitigadoras a serem adotadas e que já estão sendo aplicadas com o devido acompanhamento dos órgãos públicos responsáveis pela questão indígena.

### **Arqueologia na região do médio curso do rio Jauru**

Na região do Alto Paraguai, os primeiros trabalhos de coleta sistemática de material arqueológico foram realizados, entre 1926 e 1928, por Max Schmidt (1940). Nessa oportunidade, esse pesquisador realizou um trabalho programado de levantamento arqueológico entre Cuiabá e a região das lagoas Gaíba, Uberaba e Mandioré, também conhecida como Mar de Xaraiés. Schmidt fez escavações na Fazenda Facão, em Cáceres, onde coletou fragmentos de

cerâmica (algumas peças com espessura de parede de até 1,7 cm, associadas a urnas funerárias). Alguns desses fragmentos possuíam resíduos de pintura vermelha, o que posteriormente foi atribuído à Tradição Descalvado.

Descendo o rio Paraguai, no local denominado Passagem Velha, a montante da barra do rio Padre Ignácio, M. Schmidt coletou fragmentos de cerâmica, de diversos tamanhos (alguns com pintura vermelha, associando-os, em parte, a urnas funerárias). Em seguida, a montante da Fazenda Descalvado, no local denominado Barranco Vermelho, fez as suas mais importantes descobertas, entre elas, a de uma grande urna intacta, cujo formato é semelhante às expostas no museu de Cáceres (piriforme); no interior dessa urna havia fragmentos de cerâmica, inclusive um pequeno prato. Coletou também peças com pintura geométrica e alguns cachimbos de cerâmica. Em seguida, esse pesquisador fez prospecções na Fazenda Descalvado. Tanto Descalvado como Barranco Vermelho são sítios que estão situados abaixo da barra do Jauru, no rio Paraguai. Schmidt também fez escavações em um aterro (Aterradinho), nas proximidades do paralelo 17, cujo resultado refere-se a outra problemática arqueológica, não relacionada diretamente à proposta deste artigo.

Posteriormente, em 1931, o pesquisador norte-americano V. M. Petruccio (1932) realizou escavações sistemáticas na Fazenda Descalvado, na ocasião propriedade de uma empresa norte-americana, ampliando assim o conhecimento que se tinha sobre as características dessa cerâmica arqueológica. Com base na ocorrência de vasilhames piriformes e outras características desses vestígios arqueológicos, essa cerâmica foi vinculada por alguns autores à Tradição Aratu. Estudos mais aprofundados sobre essa realidade corrigiram esse enfoque o que originou a denominação Tradição Descalvado para os sítios arqueológicos com conteúdo análogo.

Entre 1994 e 1997, Wüst & Migliácio realizaram novos estudos na região do Alto Paraguai, sobretudo na área urbana de Cáceres e na Fazenda Descalvado. Desde então passou-se a ter o conhecimento de doze sítios filiados à Tradição Descalvado, todos localizados ao sul de Cáceres. Segundo essas pesquisadoras, a área estudada havia sido habitada, pelo menos até o início do século XX, por índios Bororo e Guató,

porém, para elas, as evidências arqueológicas enquadradas na Tradição Descalvado não estão relacionadas ao passado desses índios, sendo mais provável, conforme as mesmas, que as vinculações culturais dos produtores da cerâmica Descalvado sejam atribuídas originariamente a contextos culturais do oriente boliviano, ou mesmo da área amazônica.

Quanto às principais características da cerâmica Descalvado as autoras acima descrevem o seguinte:

*“O material arqueológico destes sítios compreende grandes recipientes piriformes com um gargalo biconvexo, urnas piriformes apenas com gargalo infletido, tigelas fundas e rasas, além de potes médios e pequenos. Enquanto a maioria dos recipientes cerâmicos é lisa, observa-se a presença de engobo vermelho interno e/ou externo, raramente apêndices ou uma decoração ponteadas. São poucos os recipientes conhecidos (tigelas rasas) com boca circular ou elipsóide que apresentam na sua superfície interna uma pintura vermelha com motivos geométricos, sendo listas, triângulos e pequenas cruces os motivos mais frequentes.”*

*Ocorrem ainda rodela de fuso, bem como cachimbos tubulares com apliques de figuras zoomorfas e decoração incisa. Prevalece nos sítios do curso superior do Rio Paraguai o tempero de caco moído, enquanto em direção à região mais alagada aumenta o tempero de concha triturada. A espessura da parede dos recipientes cerâmicos varia de 1 a 3 cm, sendo o acabamento externo frequentemente polido.” (1994: 49/50)*

O rio Jauru é um afluente da margem direita do rio Paraguai, sendo que a área aqui enfocada contextualiza-se a noroeste dos sítios abordados pelos trabalhos acima citados.

Antes da construção do gasoduto, as referências sobre ocorrências arqueológicas na região entre o Distrito de Porto Limão (rio Jauru), em Cáceres e San Matias (fronteira do Brasil com a Bolívia) limitavam-se a relatos orais, por parte de moradores da área, sobre achados isolados de concentrações superficiais de fragmentos ou, mais raramente, sobre grandes potes de cerâmica enterrados no interior de áreas agrícolas. Essas observações foram feitas sem

nenhum tipo de contextualização científica sobre as condições em que foram encontrados ou coletados esses vestígios. Com o início dos estudos ambientais/culturais avaliadores dos impactos da construção do gasoduto, fizeram-se os primeiros registros técnico-científicos de material arqueológico na região (Gasocidente/Prime 1998, Natrontec/Entrix 1998), quando foram localizados fragmentos de cerâmica arqueológica na área de Corixa Grande e na margem direita do rio Jauru, em ponto próximo ao local em que este foi seccionado pela obra (Sítio Rio Jauru).

O médio curso do rio Jauru, pesquisado no âmbito do PSAGBM, caracteriza-se por possuir margens pantanosas, intercaladas por diques fluviais e terraços estruturais, como é o caso do local onde está implantado o sítio Rio Jauru. A partir da margem direita, no segmento onde incide o traçado do gasoduto, tem início um extenso interflúvio plano, com algumas dezenas de quilômetros, que se conclui no vale do Corixa Grande divisa com a Bolívia. A cobertura vegetal é predominantemente formada por uma Floresta Estacional Semidecidual Antropizada (Gasocidente/Prime 1998). Por todo esse espaço as drenagens secundárias são raras, destacando-se nessa paisagem, quase singularmente, a microbacia do riacho São Sebastião, afluente direito do rio Jauru. Apesar de apresentarem escassas redes de drenagens permanentes, paradoxalmente, partes consideráveis desses terrenos permanecem alagados por águas pluviais vários meses no ano. Isto se deve à baixa profundidade do lençol freático e à planura da superfície. Em alguns trechos, topograficamente não inundáveis, por vezes distante centenas de metros das margens dos leitos fluviais permanentes (Corixa Grande, riacho São Sebastião e Jauru), implantaram-se, no período Pré-colonial, extensos aldeamentos de grupos indígenas agricultores, fabricantes de recipientes de cerâmica possuidores das características da Tradição Descalvado. Essas ocupações estão sobrepostas a outros níveis arqueológicos que talvez possam incluir a presença de caçadores/coletores.

Como exemplos dessas evidências pode-se citar o sítio Rio Jauru, localizado em um terraço elevado sobre uma concavidade da margem direita do rio Jauru, nas proximidades do povoado conhecido como Porto Limão, ou ainda os sítios

Riacho São Sebastião 3 e Riacho São Sebastião 4, todos com mais de 1 km de eixo maior. Estes sítios localizam-se próximos uns dos outros em média três quilômetros. Devido a problemas técnicos, específicos da obra, não foi possível desviar o traçado do gasoduto desses sítios arqueológicos, optando-se, portanto, como alternativa mitigadora, pelos trabalhos de resgate arqueológico.

Os procedimentos de resgate arqueológico restringiram-se à faixa de serviço do gasoduto. Os trabalhos desenvolveram-se por meio da abertura de furos de sondagem, bem como de trincheiras e áreas de decapagem, sendo os dados arqueológicos coletados e registrados quanto à sua localização tridimensional e inserção na estratigrafia do solo.

Segundo Gasocidente/Prime (1998), o solo da margem direita do rio Jauru, pesquisado nas escavações arqueológicas, apresentava *argila limosa com pouca areia*, variando de cor cinza clara a amarela. Essa classificação é extensiva ao contexto dos três sítios aqui analisados.

A partir da associação com os dados arqueológicos, observou-se que a estratigrafia dos sítios pesquisados era composta por duas camadas principais: a primeira camada, cinza, com espessura média de 40 cm e a segunda, amarela, atingindo mais de 1,5 m de profundidade. O horizonte cerâmico localizava-se, aproximadamente até 50 cm de profundidade.

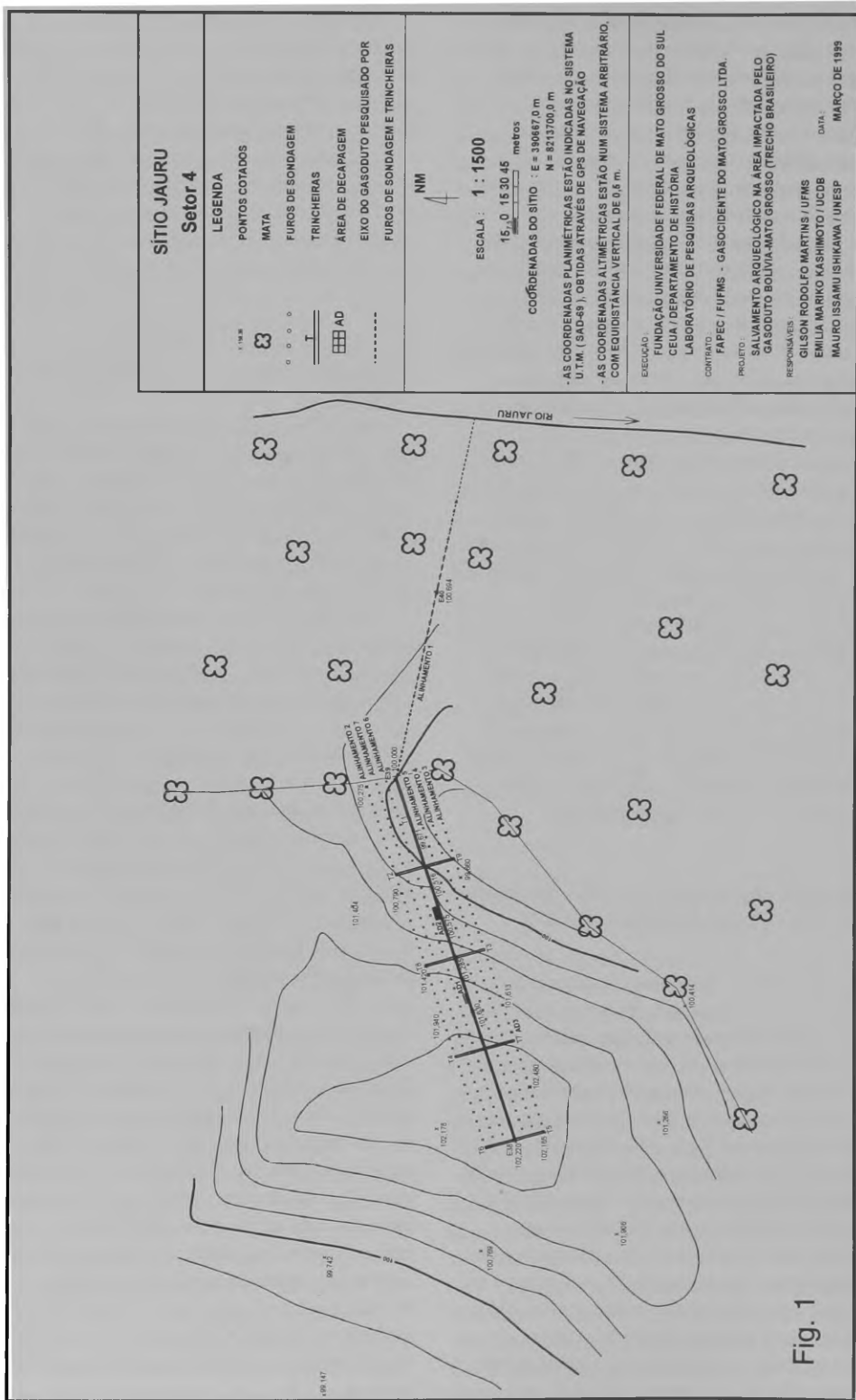
### **1. Escavações arqueológicas no Sítio Rio Jauru/ Setor 4 (JU1) - UTM E390667/S8213700**

Após o trabalho de sondagens arqueológicas, por uma extensão de mais de 350m na faixa de serviço, a partir do ponto onde tem início o “furo direcional”, definiu-se o contexto que deveria ser objeto das escavações de resgate arqueológico. Assim, foi aberta sobre a área projetada para ser a vala da tubulação, uma trincheira com 200 m de extensão por 1 m de largura, atingindo, em vários segmentos, 2m de profundidade. Perpendicularmente a essa trincheira principal (T1) foram abertas outras 9 trincheiras, pretendendo-se com isso contemplar a largura da faixa de serviço e os limites das concentrações de material arqueológico (v. Fig. 1). A abertura dessas trincheiras permitiu também a visualização do perfil estratigráfico do sítio.

Durante os trabalhos de resgate acima descritos coletaram-se significativos conjuntos de material arqueológico. Os vestígios são predominantemente fragmentos de cerâmica, dos quais, nos níveis superiores, um número significativo é composto por peças que apresentam vestígios de engobo vermelho, típico da Tradição Descalvado. Algumas amostras desse material foram enviadas para datações radiométricas. Também foram coletadas algumas lascas de sílex, havendo retoques em algumas delas. Após 1,5 metro de profundidade, encontraram-se somente algumas lascas. Na área estudada, a densidade de estruturas de combustão foi insignificante.

Foram processadas, até o momento 22 datações radiométricas, empregando-se o método da termoluminescência, no Laboratório de Vidros e Datações da Faculdade de Tecnologia de São Paulo-FATEC (LVD), sob a coordenação da Profa. Dra. Sonia Hatsue Tatumi, obtendo-se os resultados apresentados a seguir:

As datações obtidas no sítio Rio Jauru, mesmo as relativas às camadas superficiais, mostram que essas ocupações são, pelo menos trezentos anos anteriores ao início da colonização ibérica na região. Esses vestígios arqueológicos poderiam estar associados ao universo chiquitano Pré-colonial, cujos produtores teriam sido deslocados pela instabilidade etno-espacial, no oriente boliviano, provocada pelo advento do Tawantinsuyu. A relação das datações do sítio Jauru-setor 4, com a visualização dos níveis estratigráficos, sugere a existência de pelo menos dois momentos distintos, subsequentes, de ocupações por grupos ceramistas pré-coloniais, sendo o horizonte correspondente à Tradição Descalvado (camada cinza e início da amarela) o mais recente e mais denso em termos de material arqueológico. Observou-se também a presença de uma camada de material arqueológico que deve corresponder a ocupações de caçadores/coletores. Isto foi evidenciado por meio de uma discreta ocorrência de material lítico lascado a uma profundidade maior que 1 metro (camada amarela). A sobreposição de ocupações, aparentemente consecutiva por mais de 600 anos, confere ao local do sítio Rio Jauru atributos ambientais que devem ter sido muito significativos na atração e fixação de populações nativas.





**TABELA 1**

Amostra (código LVD)	superfície do fragmento	trincheira	metro	profundidade (cm)	Datação (AP)
206/JR-amostra 2	lisa	setor 1		superfície	965 ± 100
226/JR-amostra 22	lisa	T7	11	00-10	830 ± 90
221/JR-amostra 17	lisa	T1	200	00-10	990 ± 100
213/JR-amostra 9	lisa	T1	124	10-20	820 ± 90
214/JR-amostra 10	lisa	T1	134	10-20	890 ± 90
210/JR-amostra 6	lisa	T1	105	10-20	940 ± 100
216/JR-amostra 12	lisa	T1	142	10-20	945 ± 110
227/JR-amostra 23	lisa	T1	145	20-30	810 ± 85
208/JR-amostra 4	lisa	sondagem	71	20-30	950 ± 100
220/JR-amostra 16	lisa	T1	194	20-30	995 ± 100
225/JR-amostra 21	lisa	T7	8	20-30	1030 ± 100
212/JR-amostra 8	engobo vermelho	T1	122	20-30	1140 ± 110
223/JR-amostra 19	lisa	T4	4	20-30	1350 ± 140
207/JR-amostra 3	lisa	T1	31	30-40	1000 ± 110
215/JR-amostra 11	lisa	T1	139	30-40	1035 ± 100
218/JR-amostra 14	lisa	T1	152	30-40	1500 ± 150
222/JR-amostra 18	lisa	T2	10	30-40	1520 ± 160
211/JR-amostra 7	lisa	T1	118	40-50	1300 ± 125
224/JR-amostra 20	lisa	T7	1	40-50	1340 ± 140
219/JR-amostra 15	lisa	T1	186	40-50	1350 ± 130
217/JR-amostra 13	lisa	T1	143	40-50	1400 ± 150
209/JR-amostra 5	bolota lisa	T1	79	70-80	2300 ± 300

As datações relativas aos sítios Riacho São Sebastião 3 e 4, estão, no momento, sendo processadas no LVD. Assim que estiverem concluídas, permitirão análises comparativas entre os três sítios pesquisados, ocasionando melhores condições de leitura temporal e espacial das relações intra-sítios e intersítios.

## 2. Escavações arqueológicas no Sítio Riacho São Sebastião 4 (SE4) - UTM E385667/S8211537

O sítio Riacho São Sebastião 4, situado na alta vertente da margem esquerda do riacho São Sebastião apresentou, durante os trabalhos de levantamento, expressivas concentrações de fragmentos de cerâmica distribuídas na superfície. Efetuou-se uma coleta sistemática de superfície, definindo-se para tal 275 quadrículas de 25m<sup>2</sup> cada uma, o que abrangeu uma área total de 6.875m<sup>2</sup>. Conjuntamente foram abertos 98 furos de sondagem, espaçados em 5m, cobrindo uma extensão de 490m.

No trecho onde foi observada a maior concentração de material foram abertas trincheiras e áreas de decapagem. Na área de decapagem 1 foi evidenciada uma estrutura de sepultamento composta por dois recipientes intactos, tampados, cuja superfície externa apresenta vestígios de engobo vermelho típico da Tradição Descalvado. Um destes recipientes era uma urna funerária que continha em seu interior um *tembetá*, contos de colar e vestígios de ossos (muito friáveis, não permitiram a sua identificação) (v. Fig. 2). Dentre os demais vestígios cerâmicos coletados destacam-se ainda uma estatueta zoomorfa, diversas alças de recipientes e uma base, localizados entre 30 e 60cm de profundidade. (v. Figs. 3 e 4).

## 3. Escavações arqueológicas no Sítio Riacho São Sebastião 3 (SE3) - UTM E383810/S8210764

O sítio Riacho São Sebastião 3, implantado na alta vertente da margem direita de um corixo (microbacia do riacho São Sebastião), apresen-

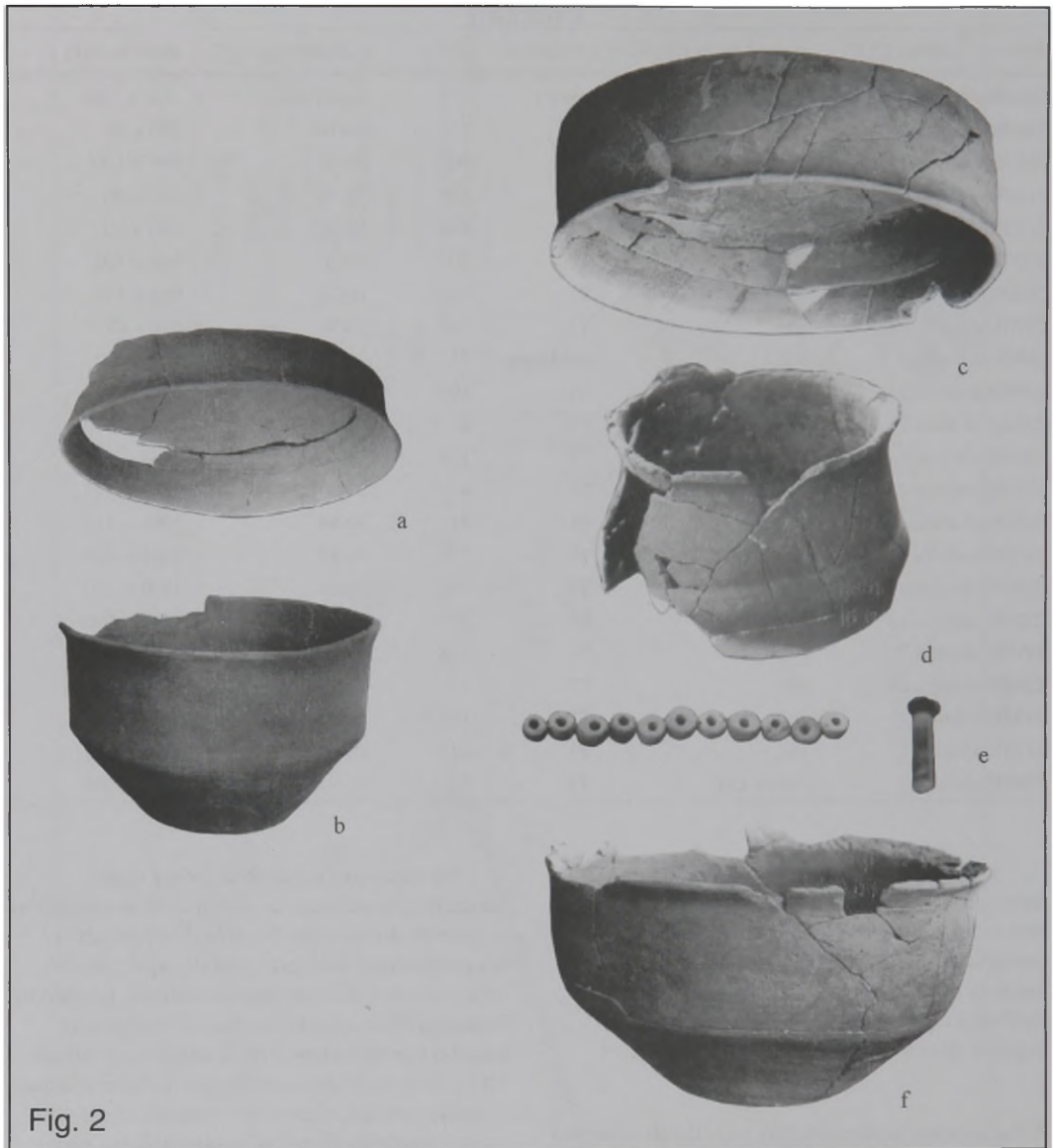


Fig. 2

tou afloramento de material cerâmico por mais de 1km de extensão, isto considerando-se somente o que foi observado na faixa de serviço.

O procedimento adotado foi uma coleta sistemática de superfície em toda a largura da faixa de serviço, abrangendo uma área total de 26.250m<sup>2</sup>. A delimitação das concentrações de material baseou-se também na abertura de 211 poços de sondagem, espaçados em 5m, totalizando uma extensão de 1.055m. Nos locais onde havia maior concentração de material arqueoló-

gico, evidenciados durante as sondagens, foram abertas trincheiras e áreas de decapagem.

Dentre o material coletado, destacam-se fragmentos de parede de cerâmica com engobo vermelho e/ou linhas incisadas, além de peças com alça, duas pequenas estatuetas – uma antropomórfica e outra zoomórfica –, dois “pingentes”, uma rodela de fuso, um carimbo, todos com superfície alisada, sem engobo (v. Figs. 3, 4 e 5). A maior parte do material encontrava-se principalmente entre 30 e 60cm de profundidade.



Fig. 3

Numa análise preliminar, embora o enfoque do resgate tenha ficado restrito à faixa de serviço, o perfil do sítio permite visualizar parcialmente o padrão de assentamento, ou seja, o local teria sediado uma grande aldeia de índios ceramistas, análoga a outras já registradas pela Arqueologia na bacia do Alto Paraguai, sobretudo

do àquelas caracterizadas como filiadas à Tradição Descalvado.

#### Considerações finais

Os sítios da Tradição Descalvado, segundo os estudos retrocitados (Wüst & Migliácio),



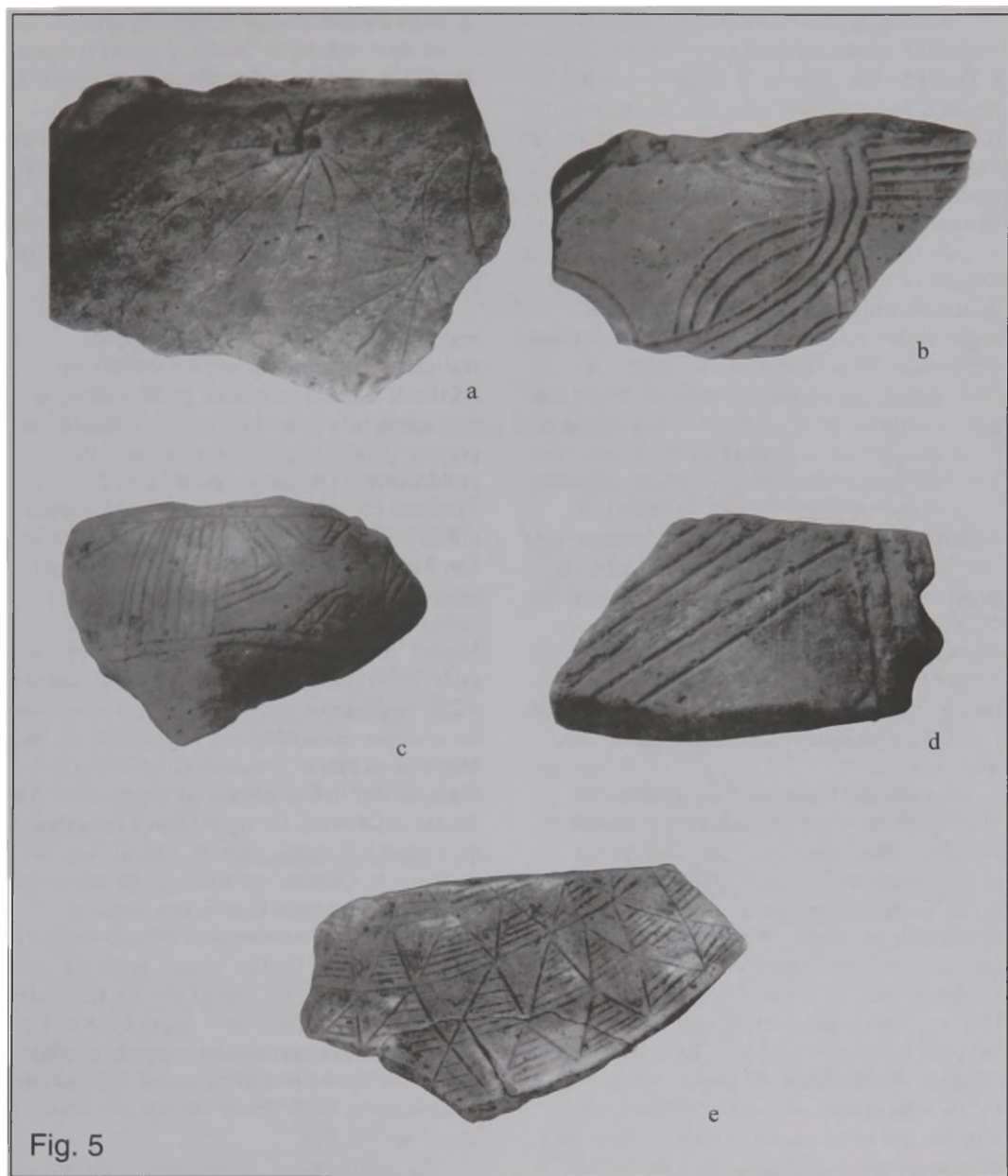
Fig. 4

seriam de três tipos distintos: sítios habitacionais e cemitérios, os quais estariam, na sua maioria localizados sobre barrancos do rio Paraguai e alguns sítios com sepultamentos secundários instalados em aterros.

O que os trabalhos do *PSAGBM*, entre outros aspectos, ilustraram, até o momento, no

que diz respeito aos locais preferenciais para ocorrência dos sítios da Tradição Descalvado é que os mesmos não estão restritos às margens do rio Paraguai. Os trabalhos de levantamento e as escavações realizadas durante o desenvolvimento desse projeto ampliaram o conhecimento que se tinha até então, mostrando que esses sítios se





fizeram presentes, tanto na área rural de Cárceres (sítio Serra da Chapadinha 2, na estrada para Barra do Bugres), distante da margem esquerda do rio Paraguai, como na área do riacho São Sebastião, afluente direito do médio curso do rio Jauru, ou seja, afastados das margens de um grande rio. Este é o caso também do Sítio Facão, em Cárceres. Isso sugere uma reconsideração da idéia de que em

termos de morfologia esses sítios seriam lineares e paralelos às margens de grandes rios. Outra contribuição ao melhor conhecimento da Tradição Descalvado foi a descoberta de objetos cerâmicos antropomórficos, carimbo, novos formatos de recipientes e alguns tipos de adornos, que no futuro servirão para uma melhor caracterização dessa tradição.

A extensão dos sítios localizados pelo *PSAGBM* e considerados como sendo filiados à Tradição Descalvado, sobretudo aqueles situados na região do rio Jauru, mostrou que estes sítios correspondem a grandes aldeias de índios ceramistas, agricultores, tecelões e portadores de complexas manifestações sócio-culturais.

Os resultados obtidos com os trabalhos de resgate contribuíram para o aprofundamento de uma abordagem científica da realidade arqueológica do Alto Paraguai, pois permitiram a aquisição de uma expressiva amostra de itens integrantes da cultura material de populações instaladas preteritamente nessa região e hoje desaparecidas. Considerando-se que não havia nenhum conhecimento anterior referente a esse contexto (médio curso do Jauru), o trabalho aí desenvolvido permitiu levantar uma série de problemas a serem considerados em pesquisas futuras. Foi ainda possível estabelecer uma relação arqueológica com os outros sítios existentes na área influenciada pela bacia do rio Jauru, em seu médio curso, os quais também foram identificados pelo *PSAGBM*, porém fora da faixa do gasoduto e, por isso, não escavados.

O etnônimo Chiquitos é um produto da visão geopolítica colonial ibérica que resume e camufla a diversidade e complexidade étnica existente em uma região de grande significado geográfico e arqueológico, isto enquanto área de confluência ou dispersão de culturas indígenas. Na realidade Pré-colonial não havia o contorno fronteiriço que, no presente, caracteriza a Província de Chiquitos como uma área cultural indígena do oriente boliviano (Etnoconjunto Del Oriente). A pluralidade de grupos indígenas era tão expressiva que possivelmente o território utilizado por esses grupos deveria ser bem mais extenso do que o definido a partir do Período Colonial. Os relatos dos cronistas do século XVI e início do XVII nada informaram sobre a realidade etnográfica da área entre a barra do Jauru e o Alto Paraguai. As expedições espanholas, antes de adentrarem no Chaco, tinham o Porto de Los Reys, ao sul da lagoa Gaíba, como meta setentrional, ou seja, toda a área da bacia

do Jauru não foi visitada durante o primeiro século da colonização. Assim, é possível supor que a dispersão das tribos chiquitanas orientais, antes da colonização, poderia abranger o território brasileiro entre San Matias e o rio Jauru, ou mesmo as margens do Paraguai, nas proximidades de Cáceres, mesmo não tendo os atuais Chiquito da região, traços culturais que permitam a sua associação direta aos sítios arqueológicos pesquisados.

Várias questões permanecem abertas. É necessário ressaltar que as escavações realizadas durante o desenvolvimento do *PSAGBM* ficaram limitadas, precisamente, à área impactada pela obra, o que, portanto, não permite generalizações no tratamento de problemáticas tais como: Há relação da Tradição Descalvado com os índios Chiquito pré-coloniais? Qual a relação dos Chiquito de San Matias com a realidade arqueológica do médio curso do rio Jauru? Há relação dos índios Chiquito das Missões de Santana, San Miguel, Santo Ignácio e San Rafael, as quais estão localizadas a uma distância não superior a 250 quilômetros dos sítios do rio Jauru, com os vestígios arqueológicos registrados em San Matias e no Jauru? Como explicar a origem e extinção dos índios Bororo da região entre San Matias e Cáceres? Existe cerâmica Descalvado no oriente boliviano, além de San Matias, ou ao norte de Cáceres, ou ainda na cabeceira do rio Jauru? Os índios Otuke, que segundo alguns autores teriam alguma relação lingüística com os índios Bororo, e que, ainda no começo deste século, viviam nas proximidades da ferrovia entre Corumbá e Santa Cruz de La Sierra, poderiam também ter ocupado a região do rio Jauru, sendo antepassados dos Bororo Ocidentais os quais foram citados por viajantes no século XIX?

As interrogações, no momento superam em muito as respostas. Pesquisas arqueológicas no oriente boliviano são fundamentais para clarear esses problemas, no entanto, a região chiquitana é uma área ainda pouco conhecida pela arqueologia boliviana que concentra suas ações, até o momento, de forma mais intensa, sobre a problemática andina.

MARTINS, G.R.; KASHIMOTO, E.M. Archaeology of the Jauru River (MT) context, impacted by the Bolivia-Mato Grosso gas pipeline. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 121-143, 2000.

**ABSTRACT:** This article aims to understand the connections between the archaeological remains collected in the archaeological rescue research done in the region of the middle course of the River Jauru, Mato Grosso state, Brazil, and the Chiquito Indians, currently inhabiting the region.

**UNITERMS:** Archaeological Rescue – Jauru River, Mato Grosso State – Chiquito Indians.

### Referências bibliográficas

- ALBUM GRAPHICO DO ESTADO DE MATTO GROSSO  
1914 Corumbá/Hamburgo, S. Cardoso Ayala/F. Simon.
- AZARA, F.  
1923 *Viajes por la América Meridional*. Madrid: Calpe.
- BASTOS, U.R.A.  
s/d Os jesuítas e seus sucessores (Moxos e Chiquitos – 1767-1830). Dissertação de Mestrado em História. São Paulo, FFLCH-USP.  
1979 Expansão territorial do Brasil colônia no vale do Paraguai (1767-1801). São Paulo, FFLCH-USP.
- CABEZA DE VACA, A.N.  
1984 *Naufraágios y comentarios*. Madrid, História 16.
- CARDIEL, J.  
1988 *Las misiones del Paraguay*. Madrid: Edición de Héctor Sáinz Ollero.
- CASTELNAU, F.  
1949 *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- CIMAR-CENTRO DE INVESTIGACIÓN Y MANEJO DE RECURSOS NATURALES RENOVABLES  
1996 *Comunidades, Territorios Indígenas y Biodiversidad en Bolivia*. Santa Cruz de la Sierra, Universidad Autónoma Gabriel René Moreno.
- CORTESÃO, J.  
1958 *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura.
- COURTEVILLE, R.  
1938 *Le Matto-Grosso*. Paris: Payot.
- D'ORBIGNY, A.  
1945 *Viaje a la América Meridional*. Buenos Aires: Editorial Futuro.
- FONSECA, J.S.  
1986 *Viagem ao redor do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.
- GANDIA, E.  
s/d *Historia del Gran Chaco*. Madrid: Sociedad General Española de Librería.
- GASOCIDENTE/PRIME – GASOCIDENTE DO MATO GROSSO/PRIME ENGENHARIA  
1998 *PBA-Plano Básico Ambiental*. São Paulo, PRIME Engenharia.
- GIÓRGIS, P.C.  
1994 Propriedades e manutenção das reduções jesuíticas com os índios chiquitos. *Anais do X Simpósio Nacional de Estudos Missionários* (Santa Rosa), 1: 168-181.
- HAGEN, U.  
1992 *História oral com ejemplos de los indígenas chiquitanos*. Santa Cruz de la Sierra, Apoyo para el Campesino Indígena del Oriente Boliviano.
- INSTITUTO DE INVESTIGACIONES GEOHISTÓRICAS  
1996 Cartas anuas de la provincia jesuítica del Paraguay 1641 a 1643. *Documentos de Geohistória Regional* (Resistência/Chaco), 11.
- JARDIM, R.J.G.  
1869 Creação da directoria dos índios na Província de Mato Grosso. *Revista Trimensal de Historia e Geographia* (Instituto Historico e Geographico Brasileiro), IX: 548-554.
- KASHIMOTO, E.M.  
1997 O uso de variáveis ambientais na detecção e resgate de bens pré-históricos em áreas arqueologicamente pouco conhecidas. *Atas do Simpósio Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural*, 1: 91-94.
- LIMA, T.A.  
1986 Cerâmica indígena brasileira. *Sum. Etnológica Brasileira*, 2: 173-230.
- LIMA e COSTA, I.F.  
1994 Chiquitos: estrutura das missões jesuíticas do Oriente Boliviano no Século XVIII. *Anais do X Simpósio Nacional de Estudos Missionários* (Santa Rosa), 1: 151-167.



- 1997 Missões Religiosas: um enclave jesuíta no Oriente Boliviano – chiquitos. *Anais do XI Simpósio Nacional de Estudos Missionários* (Santa Rosa), 2: 581-595.
- LOBO, E.M.L.  
1960 Caminho de chiquitos às missões guaranis de 1690 a 1718. *Revista de História*, 20. São Paulo, FFLCH-USP: 84-104.
- MAEDER, E.J.A.  
1997 Las Misiones de Chiquitos en la Etapa Post Jesuítica (1768-1830). Organización política y estructura demográfica. *Anais do XI Simpósio Nacional de Estudos Missionários* (Santa Rosa), 1: 273-296.
- MALDI, D.  
1997 De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade das fronteiras indígenas nos séculos XVII e XIX. *Revista de Antropologia*, 40 (2): 183-221.
- MARTINS, G.R.  
1997 Avaliação de impactos arqueológicos de empreendimentos regionais e medidas mitigadoras aplicáveis. *Atas do Simpósio Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural*, 1: 66-70.
- MARTINS, G.R., BALTAZAR, P.; FREITAS FILHO, J.D.  
1993 *Relatório de avaliação e diagnóstico na área afetada pela construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, trecho Terenos-Três Lagoas/MS*. Campo Grande, FAPEC/PETROBRÁS. (não publicado).
- MARTINS, G.R.; KASHIMOTO, E.M.  
1997 *Relatório de prospecção arqueológica na área a ser diretamente impactada pelo Gasoduto Bolívia-Brasil em Mato Grosso do Sul - Trecho Terenos/Três Lagoas*. Campo Grande, FAPEC/PETROBRÁS. (não publicado).
- 1998 Arqueologia na área impactada pelo Gasoduto Bolívia-Brasil: trecho Terenos-Três Lagoas/MS. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 8: 87-107.
- 1999a *Resgate arqueológico na área do gasoduto Bolívia/Brasil em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, Editora da UFMS.
- 1999b Projeto salvamento arqueológico na área impactada pelo gasoduto Bolívia-Mato Grosso (trecho brasileiro): primeiro relatório trimestral. Campo Grande, FAPEC/GASOCIDENTE (não publicado).
- 1999c Projeto salvamento arqueológico na área impactada pelo gasoduto Bolívia-Mato Grosso (trecho brasileiro): segundo relatório trimestral. Campo Grande, FAPEC/GASOCIDENTE (não publicado).
- 1999d Projeto salvamento arqueológico na área impactada pelo gasoduto Bolívia-Mato Grosso (trecho brasileiro): terceiro relatório trimestral. Campo Grande, FAPEC/GASOCIDENTE (não publicado).
- 1999e Projeto salvamento arqueológico na área impactada pelo gasoduto Bolívia-Mato Grosso (trecho brasileiro): quarto relatório trimestral. Campo Grande, FAPEC/GASOCIDENTE (não publicado).
- MEIRELES, D.M.  
1989 *Guardiães da Fronteira – rio Guaporé, século XVIII*. Petrópolis: Editora Vozes.
- MENDES, N.F.  
1998 *Memória Cacerense*. Cáceres: Carlini & Caniato.
- MENDONÇA, M.C.  
1985 *Rios Guaporé e Paraguai primeiras fronteiras definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Reprodutiva Xerox.
- MÉTRAUX, A.  
1942 The native tribes of Eastern Bolivia and Western Matto Grosso. *Smithsonian Institution Bureau of American Ethnology/Bulletin* 134.
- MIGLIACIO, M.C.; WÜST, I.  
1994 Averiguação de denúncias de destruição de sítios arqueológicos no município de Cáceres, Mato Grosso – Fazendas Facão e Ressaca. Cuiabá, IPHAN (não publicado).
- MMA-MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL  
1997 *Plano de conservação da Bacia do Alto Paraguai – PCBAP/Projeto Pantanal, Programa Nacional do Meio Ambiente*. Brasília: Programa Nacional do Meio Ambiente.
- MURATORI, L.A.  
1983 *Relation des missions du Paraguay*. Paris: La Découverte.
- NATRONTEC/ENTRIX  
1998 Levantamento Arqueológico Preliminar – Gasoduto San Matias-Cuiabá. Campinas/Rio de Janeiro, UNICAMP/UERJ. (relatório não publicado).
- PETRULLO, V.M.  
1932 Primitive peoples of Matto Grosso Brazil. *The Museum Journal*, 22 (2): 91-124.
- RIESTER, J.  
1967/ [1968] El habla popular del Oriente boliviano: el Chiquito. *Revista de Antropologia*, 15/16: 171-196.
- 1981 *Arqueologia y arte rupestre en el Oriente boliviano*. La Paz: Editorial los Amigos del Libro.
- ROBRAHN-GONZÁLEZ, E.M.  
1996a *A ocupação ceramista pré-colonial do Brasil Central: origens e desenvolvimento*. Tese de Doutorado em Arqueologia. São Paulo, FFLCH-USP.
- 1996b Os grupos ceramistas pré-coloniais do Centro-Oeste brasileiro. *Revista Museu de Arqueologia e Etnologia*, 6: 83-121.
- RONDON, C.M.  
1949 *Relatório dos trabalhos realizados de 1900-1906*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional.

- SCHMIEDL, U.  
1986 *Relatos de la conquista del Rio de la Plata y Paraguay 1534-1554*. Madrid: Alianza Editorial.
- SCHMIDT, M.  
1940 Hallazgos prehistóricos en Matto-Grosso. *Revista de la Sociedad Científica del Paraguay*, V (1): 27-71.  
1942 *Estudos de etnologia brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- SCHMITZ, P.I.; ROGGE, J.H.; ROSA, A.O.; BEBER, M.V.  
1998 Aterros indígenas no pantanal do Mato Grosso do Sul. *Pesquisas*, 54. São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas.
- SCHUCH, M.E.J.  
1994 *Xaray e Chané: índios frente à expansão espanhola e portuguesa no Alto Paraguai*. Dissertação de Mestrado em História. São Leopoldo, Centro de Educação e Humanismo da UNISINOS.
- SOUTHEY, R.  
1981 *História do Brasil*. São Paulo: Editora Itatiaia/EDUSP (Coleção Reconquista do Brasil, v. 3)
- SUSNIK, B.  
1961 *Classificación de las poblaciones indígenas del area chaqueña* (Manual de etnografía paraguaya). Asunción, Museo Etnográfico "Andrés Barbero": 209-212.  
1972 Dimensiones migratorias y pautas culturales de los pueblos del gran Chaco y de su periferia (enfoque etnológico). *Suplemento Antropológico*, 7 (1-2): 85-108.  
1978 *Etnografía del Chaco Boreal y su periferia (siglos XVI y XVIII)* – (Serie "Los Aborígenes del Paraguay", 1). Asunción: Museo Etnográfico "Andrés Barbero".  
1994 *Interpretación etnocultural de la complejidad sudamericana antigua. I – Formación y dispersión étnica*. Asunción, Museo Etnográfico "Andrés Barbero".
- VIALOU, A.; VIALOU, D.  
1994 Les premiers peuplements préhistoriques du Mato Grosso. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 91 (4/5): 257-263.
- VIETLER, R.B.  
1986 A formação da sociedade Bororo: mitologia e considerações etno-históricas. *Revista de Antropologia*, 29: 1-39.
- WÜST, I.  
1983/ [1984] A pesquisa etnoarqueológica entre os Bororo do Mato Grosso. *Arquivos do Museu de História Nacional*, VIII/IX: 285-296.  
1987/ [1988] [1989] A pesquisa arqueológica e etnoarqueológica na parte central do território Bororo. *Revista de Antropologia*, 30/31/32: 21-36.  
1990 Continuidade e mudança: para uma interpretação dos grupos pré-coloniais na bacia do rio Vermelho, Mato Grosso. Tese de Doutorado em Antropologia. São Paulo, FFLCH-USP.  
1992 Contribuições arqueológicas, etnoarqueológicas e etno-históricas para o estudo dos grupos tribais do Brasil Central: o caso Bororo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 2: 13-26.  
1998 Continuities and discontinuities: archaeology and ethnoarchaeology in the heart of the Eastern Bororo territory. *Antiquity*, 72: 663-75.
- WÜST, I.; BARRETO, C.  
1999 The ring villages of Central Brazil: a challenge for Amazonian archaeology. *Latin American Antiquity*, 10 (1): 3-23.
- WÜST, I.; MIGLIÁCIO, M.C.  
1994 Programa para preservação do patrimônio arqueológico pantaneiro. Goiânia/Cuiabá, UFG/IPHAN. (não publicado).  
1997 Vistoria no Sítio MT-BU-010 Carne Seca. Goiânia/Cuiabá, UFG/IPHAN. (não publicado).

Recebido para publicação em 2 de junho de 2000.



## NATURA MORTA\*

Rolf Winkes\*\*

WINKES, R. *Natura Morta*. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 10: 145-161, 2000.

**RESUMO:** As representações de naturezas-mortas nos afrescos da Campânia são comparadas às naturezas-mortas holandesas do século XVII. À primeira vista, elas parecem ser muito similares. Entretanto, o significado da natureza-morta holandesa é associado a uma demonstração de opulência da burguesia da época, a valores cristãos e erudição. Os afrescos campânicos foram associados com os *xenia* gregos, às vezes, também, foram chamados pinturas de gênero. Resulta que eles são mais um reflexo de costumes culinários na Campânia.

**UNITERMOS:** Afrescos romanos – Natureza-morta – *Oponia* – *Xenia*.

Um dos motivos favoritos na história da pintura ocidental é o da natureza-morta. E ainda, seu significado é tão variado quanto os termos utilizados por diferentes civilizações para designá-la: *natura morta*, *banketje*, *vie coye*, *bodegones*, *Stilleben*, que denotam o fato de essas pinturas poderem representar um elemento da natureza já morto, comida para um banquete, seres vivos em repouso, e decoração para hospedarias e *cellas*, onde carne e vinho são vendidos. Às vezes essas pinturas são aparentemente muito parecidas, mas isso não nos permite concluir que tenham o mesmo significado ou que façam parte da mesma tradição. A comparação entre, por exemplo, os quadros de *natura morta* pintados por Caravaggio (Fig. 1) ou outros pintores contemporâneos com certas representações de *still life* da região

da Campânia, poderia induzir alguém a declarar que o artista italiano foi inspirado pelas belas obras da antigüidade devido às aparentes similaridades encontradas. Entretanto, os afrescos da Campânia decorados com natureza-morta foram descobertos após 1738 e não exerceram influência sobre as obras do Renascimento Italiano nem sobre as tradições grandiosas da natureza-morta holandesa. Mesmo que parte do significado das obras seja às vezes semelhante, a origem e o contexto cultural do qual estas surgiram são marcadamente diferentes. Este artigo, que é baseado em uma palestra apresentada na Universidade de São Paulo, pretende demonstrar que, apesar da ocasional ocorrência de similaridades, a essência da obra é determinada pelo contexto cultural. Uma pintura, mesmo que seja praticamente idêntica a outra em aparência, pode ser a portadora de uma mensagem intelectual complementemente diferente e pretender evocar uma resposta psicológica bastante diversa.

Em primeiro lugar, os afrescos da Campânia não são apresentados como painéis

(\*) My thanks to Ana Cristina C. Wichoski for the translation.

(\*\*) Center for Old World Archaeology and Art. Brown University, EUA.

isolados, mas sim como parte da decoração de uma parede inteira e pretendem ser interpretados no contexto de um esquema decorativo completo. Ambos, Caravaggio e a natureza-morta da Campânia, podem nos lembrar do aspecto transitório da vida, mas em um caso é o ambiente de um cenário epicureano que conduziu a essa representação e no outro foi a tradição da linguagem figurativa cristã.

Há outras diferenças básicas: enquanto sabemos o nome do pintor renascentista, raramente sabemos o nome de um artista romano. Mesmo que os afrescos da Campânia possam ocasionalmente nos impressionar como obras-primas dignas de um mestre, estes não eram em sua maioria pintados pelos artistas mais importantes da época. Naturezas-mortas não reproduzem necessariamente grandes obras originais. Alcançamos, através de fontes literárias e do contexto no qual a decoração das paredes se insere, um entendimento relativamente preciso do seu significado. E este é consideravelmente diverso do significado das naturezas-mortas do período posterior italiano e das naturezas-mortas holandesas. Vários trabalhos acadêmicos recentes auxiliam a compreensão da natureza-morta holandesa em particular e mostram existirem diferentes níveis de significado que não são necessariamente excludentes.

Por exemplo, no quadro de Caravaggio de 1596, *Cesta de Frutas*, atualmente na Pinacoteca Ambrosiana em Milão (Bryson 1990: 68), a natureza-morta está inserida em um espaço que é consideravelmente diferente não apenas do exemplo da Campânia mas também da representação do objeto no espaço na sua própria época, quando panoramas e cenários facilmente discerníveis eram as técnicas usuais e todas as pessoas e objetos podiam ser posicionados em um espaço claramente definido. Vemos aqui uma cesta de vime com frutas, diante de um fundo amarelo indefinido, sobre uma linha que poderia ser uma tábua, o beiral de uma janela ou algum outro objeto que não pode ser identificado claramente pelo espectador. Apesar de o vime e a parte de trás das folhas de parreira mostrarem que a luz incide sobre a cena pela esquerda e pela frente, não vemos sombras. Todos esses detalhes fazem com que a atenção do espectador seja assim concentrada na cesta de frutas. Apesar de as frutas parecerem frescas, algumas

folhas já murcharam um pouco, indicando que o processo da morte já se iniciou. Para reforçar o ponto, a maçã da frente exibe um buraco de bicho-de-maçã e nós sabemos que, caso abrissemos a fruta, provavelmente a encontraríamos em parte, se não totalmente, estragada. Com essas insinuações acerca da morte, Caravaggio escolhe um tema que encontramos desde o início na natureza-morta holandesa.

Esta é uma insinuação que todo esse esplendor irá passar e desaparecer por completo. Esta é uma técnica artística que se origina de um conceito cristão cuja tradição se iniciou já na Idade Média: a *vanitas*. Uma das representações mais populares desse tema é a natureza-morta na qual um crânio faz parte da composição (Milman 1982: 66, Monneret 1993: 116, Bryson 1990: 131) (Fig. 2). Encontramos crânios em algumas naturezas-mortas não apenas em conexão com alimentos mas também com objetos que sugerem atividade intelectual. E ainda, apesar de toda essa erudição, não há escapatória. Na Holanda, a natureza-morta parece sempre ter uma outra lição a ensinar além da observação da natureza. Por exemplo, a sabedoria cristã era baseada na vigilância como São Mateus (25,1 - 3) descreve na parábola das virgens sábias e tolas. A partir daqui o tema dos cinco sentidos decola na natureza-morta holandesa. Uma continuação do tema do olfato na exposição dos cinco sentidos na natureza-morta é a natureza-morta com motivo de flores. No entanto, existem também outros aspectos a considerar.

A representação exuberante de flores é um dos temas prediletos da natureza-morta holandesa. Encontramos vários buquês *per se*, sempre agregando uma grande variedade de flores (Fig. 3). Além de se situar na tradição do motivo do olfato, as flores também poderiam ser interpretadas, é claro, como parte do *banketje* e serem, assim como a opulenta exibição de comida no *banketje*, uma expressão do nível de vida que se experimentava na época na Holanda. Além disso, as flores representadas não são aquelas que se podia colher no jardim. Estas variedades de flores não podiam ser vistas em muitos jardins holandeses da época. Eram, entretanto, encontradas nos Jardins Botânicos e havia um grande interesse no aspecto científico das flores (Segal: 186-187). A tulipa foi levada da Turquia para a Holanda em 1573 (Taylor 1995: 2) e muitas outras flores fizeram



Fig. 1 – Caravaggio, *Cesta com Frutas*, 1596. *Biblioteca Ambrosiana*. (Propriedade da *Biblioteca Ambrosiana*, Milão. Todos os direitos são reservados e proibidas outras reproduções).

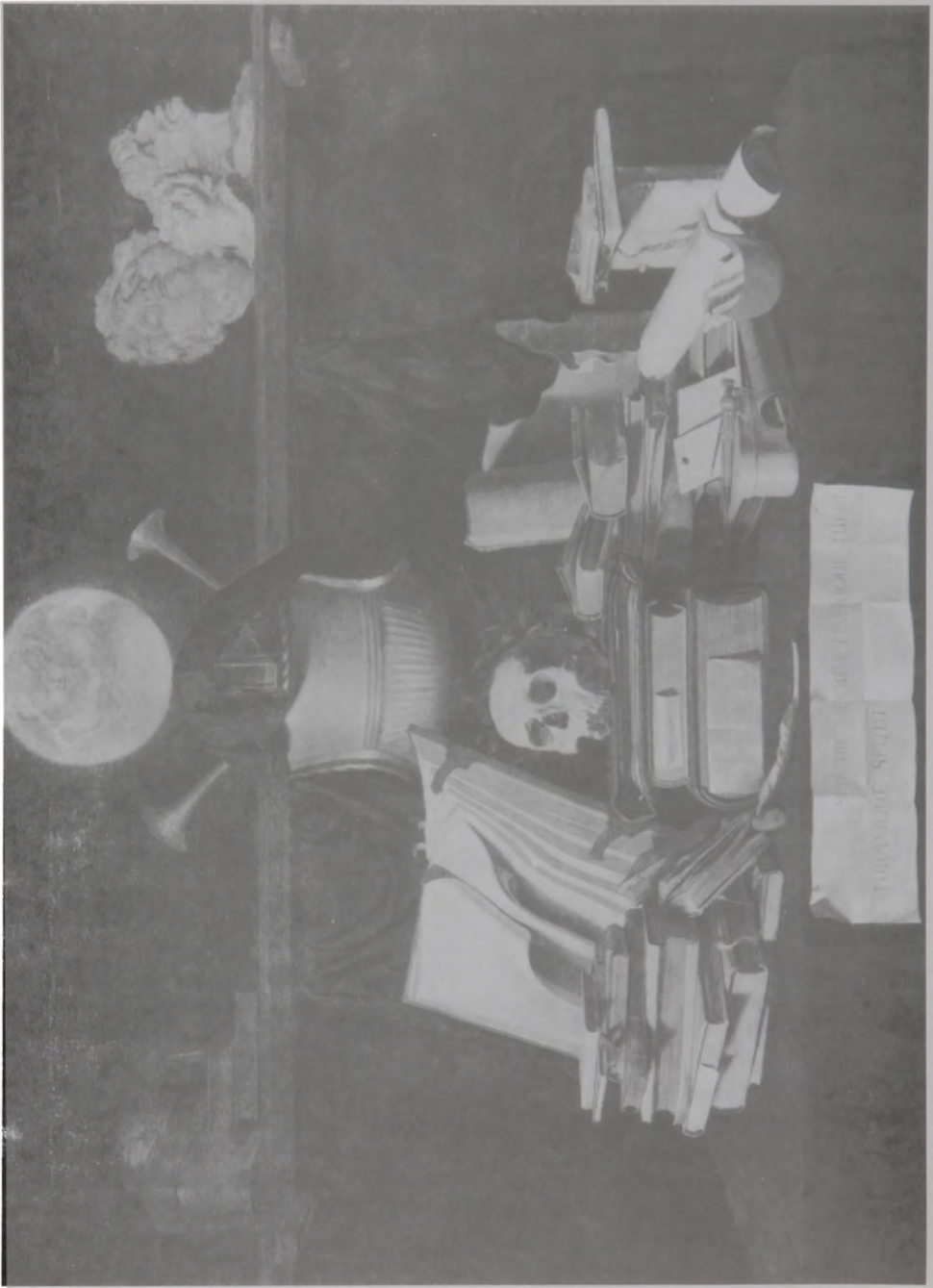


Fig. 2 – *Jacob II de Gheyn, Vanitas, 1621. Yale University Art Gallery. Presente dos Associates in Fine Arts (permissão para reprodução deve ser solicitada por escrito).*



parte dos itens colecionados quando se exploravam e se colonizavam países em cantos distantes do mundo. O buquê é, assim, quase um estudo científico e, novamente, uma alusão à abundância obtida graças ao vitorioso comércio holandês. Esses tipos de flores podiam ser vistos e estudados nos Jardins Botânicos Reais, aonde eram obviamente estudados pelos artistas e a cuja variedade não reflete razões artísticas. Encontramos obras de referência que nos ensinam detalhadamente sobre a flora.

Nos anos que se seguiram à Guerra dos Trinta Anos, encerrada com a Paz de Westfalia em 1648, a maioria da população holandesa experimentou um alto nível de vida, como nunca antes visto. Dessa época em diante encontramos a natureza-morta. A vida representada nesses quadros é a vida dos burgueses, da burguesia, que foi a maior beneficiada pela nova riqueza e que substituiu a sociedade aristocrática anterior.

O burguês gosta de mostrar que leva uma vida tão esplêndida quanto aquela de um aristocrata e, assim, temas aristocráticos, como alusões a caçadas, são introduzidos na iconografia. Burgueses, e não mais somente nobres, participavam de caçadas e possuíam áreas de caça. As naturezas-mortas incluem não apenas iguarias como frutas, carnes, frutos do mar e sobremesas, mas também a suntuosa exibição de recipientes de metais variados e de porcelana. E, em breve, os próprios recipientes poderiam ser decorados com natureza-morta alusória a suas funções, como podemos ver nas porcelanas do acervo do Museu Paulista. Os burgueses tinham meios para possuir tais objetos preciosos e a exposição destes se tornou inerente a sua expressão de auto-estima, sucesso e orgulho. Embora seja claro por parte do contexto da natureza-morta, e certamente por outros contextos, que os alimentos e a cozinha eram vistos como parte do domínio feminino, muitas naturezas-mortas mostram objetos que sugerem sucesso masculino ou atividades masculinas como a caça. Como demonstrou Bryson, os artistas gostam de associar símbolos masculinos com a extravagância das representações; cenas de cozinha menos elaboradas permanecem na esfera feminina (Bryson 1990: 136-178) (Fig. 4). Mais recentemente, Falkenburg investigou a natureza-morta em um ambiente diferente: a exuberante representação de alimentos nas

cenas de mercado do século XVI nos quadros de Pieter Aertsen. Falkenburg as chamou de retórica visual e comparou os alimentos representados com evidências dos alimentos consumidos na época. Essas evidências surgiram do exame de sementes e resíduos de plantas encontrados em fossas que foram escavadas. Os alimentos na natureza-morta de Aertsen eram uma alusão ao comportamento mundano dos camponeses, onde aspectos libidinosos são inerentes não apenas às mercadorias mas também a quem as vende. Aertsen favorece as composições “grosseiras”, cuja utilidade é a de demonstrar o subjacente “domínio das convenções e das regras da arte” (Falkenburg 1996: 23).

A natureza-morta não foi sempre considerada uma forma de arte elevada; mesmo no tempo de Caravaggio esta não era normalmente vista como uma obra digna de um artista célebre. Se analisarmos o famoso período da natureza-morta holandesa, verificamos, no entanto, que esta não estava na dianteira do *establishment* artístico, do qual, aliás, as mulheres estavam em sua maioria excluídas. Havia, entretanto, um número considerável de mulheres que pintava naturezas-mortas. A maioria, no entanto, nunca chegou a expor seu trabalho nas exposições das sociedades artísticas e essa situação se manteve por várias gerações.

No virar do século vinte, detectamos elementos de natureza-morta no Quarto Vermelho de Matisse, um quadro atualmente no Hermitage (Gardner 1985: 958). Ainda assim, o tema principal do quadro é o espaço propriamente dito. Matisse, por outro lado, torna a mulher o principal e único soberano deste espaço. E ela não está mais exilada na cozinha: é a mesa que está sendo posta que é mostrada aqui, é o equivalente ao *banketje*. O peso da história relativa ao envolvimento com o espaço doméstico permanece um assunto de interesse para artistas como Cézanne (Bryson 1990: 164-165). Ele escolhe usar, além do tema *vanitas*, naturezas-mortas representando maçãs nas quais o ambiente é obscuro e não influi em nada, nem há qualquer ênfase no sucesso e no papel masculinos. Podemos observar o mesmo nas obras de Braque e Picasso (Bryson 1990: 85).

Depois desse *tour de force* com ênfase na natureza-morta holandesa, gostaria de retornar para a natureza-morta romana a qual, como já citei, é frequentemente comparada com e



*Fig. 3 – Abraham Mignon, Bouquet de flores com relógio de bolso, 1670. Direitos de reprodução Herzog Anton Ulrich-Museum, Braunschweig.*



Fig. 4 – Adriaen van Nieuwland, *Natureza-morta de grande cozinha*, 1616. Direitos de reprodução Herzog Anton Ulrich-Museum, Braunschweig.

interpretada da mesma maneira que a natureza-morta holandesa pela maioria dos acadêmicos. No entanto, essa comparação só pode ser feita para alguns elementos.

Em um trabalho anterior (Winkes 1983: 237), agrupei as naturezas-mortas da Campânia em três tipos de acordo com o assunto. Elas mostram:

1. Alimentos para o consumo humano (Fig. 5)
2. Animais vivos, peixes ou aves
3. Objetos
4. *Oikos asaratos*. Relacionados de uma certa maneira, embora não façam parte dos afrescos, estão os mosaicos que decoram o chão de algumas salas de jantar e que mostram as sobras após uma refeição e antes de o chão ser varrido. Sabemos como estes mosaicos eram chamados, *oikos asaratos*, e também quem é suposto tê-los criado, Sosos de Pér-gamo.

As naturezas-mortas romanas foram chamadas de *xenia* por quase todos os acadêmicos, já que as descrições feitas pelos autores da antigüidade parecem, à primeira vista, se referir ao tipo de representação que encontramos nos afrescos da Campânia. Mesmo Bryson, que apresentou excelentes análises da natureza-morta holandesa, parece estar de alguma maneira influenciado por visões tradicionais das fontes da antigüidade (Bryson 1990: 17-22). É normalmente citado um famoso trecho de Vitruvius *De Architectura* (VI, 7, 4):

Eles erguem, à direita e à esquerda desses edifícios com peristilo, outras casas menores, com portas privativas e contendo salas e quartos muito confortáveis, destinados a receber os estrangeiros, os quais não eram hospedados nos apartamentos do peristilo. Porque entre os gregos, aqueles que eram ricos e grandiosos possuíam apartamentos com todas as comodidades reservados para receber aqueles que tinham vindo de longe para se hospedarem com eles. O costume era que somente no primeiro dia eles os recebiam à sua mesa; depois disso eles lhes enviavam todos os dias um presente que consistia de coisas recebidas do campo, como galinhas, ovos, ervas e frutas. Disto vem que, os pintores que reproduziam essas coisas que comumente se enviavam aos hóspedes, as chamaram *Xenia*.

Dessa maneira, aqueles que viajavam ficavam hospedados como se estivessem na sua própria casa, podendo viver nesses apartamentos com privacidade e em total liberdade.

Também são citadas as descrições de Filostrato-o-Velho, do final do segundo ao início do terceiro século d.C. (*Eikones* II, 26, *Xenia*):

A lebre dentro da jaula é um prêmio da rede do caçador. Ela está sentada nas patas traseiras, movendo delicadamente suas patas dianteiras, e vagarosamente erguendo as orelhas; mas ela olha ao redor tão atentamente quanto pode, e deseja que pudesse ver também o que está por detrás dela, por causa de suas dúvidas e medo constante. Outra lebre foi pendurada em um carvalho envelhecido, com a barriga dilacerada e [sua pele] puxada sobre as patas traseiras; ela é um testemunho da rapidez do cachorro, que senta sob o carvalho descansando e mostrando que ele pegou a lebre sem ajuda alguma. E quanto aos patos que estão perto da lebre (conte-os, há dez deles) e aos gansos, dos quais há o mesmo número que o de patos, não é necessário apertá-los. Já que neles a parte ao redor do peito, onde nas aves aquáticas há mais gordura, foi completamente arrancada. Se você gosta de filões de pão crescido ou de filões de oito partes, eles também estão por perto na cesta funda. Agora, se você sente necessidade de uma refeição elaborada, você tem esses mesmos pães – já que estes foram temperados com funcho e salsa e também com sementes de papoula, que é o tempero do sono – e se você deseja um [segundo] prato, submeta-se nesse respeito aos cozinheiros, e se volte para a comida que não precisa ser preparada. Por que, por exemplo, não se serve das frutas maduras, das quais há uma pilha alta na outra cesta? Não percebe que em pouco tempo não as encontrará mais nas mesmas condições, mas que elas já terão perdido sua frescura? E não despreze as sobremesas, especialmente se você gosta ao menos um pouco do fruto da árvore de néspere e das bolotas de Zeus [castanhas doces], as quais aquela árvore tão lisa produz em uma casca espinhuda – um problema para descascar. Deixe que até o mel seja posto de lado, já que temos à mão este *palathe* (ou como quer que seja que queira chamá-lo). Este é, com certeza, um doce delicioso. Suas próprias folhas o envolvem, dessa maneira acrescentando uma atrativa frescura ao *palathe*. Acredito que essa pintura transmita 'presentes de anfitrião' [*xenia*] ao senhor da fazenda. Ele está se banhando e talvez imagine o vinho de Pramne ou de Thasia. Mas está ao alcance dele tomar o vinho verde doce que está sobre a mesa, o resultado disso sendo que, ao voltar à cidade, ele irá rescender a uvas esmagadas e ócio e poderá arrotar diante das pessoas da cidade.



Fig. 5 – *Ainé, R. Herculano e Pompéia, Coleção Geral das Pinturas, Bronzes, Mosaicos, etc., vol. I, 1863, Pranchas 4, 5. Fotos Ms. Brooke Hammerle.*



Entretanto, várias questões metodológicas têm que ser levantadas antes que se possa associar essas descrições com *xenia* e particularmente com pinturas da Campânia.

Filostrato viveu cerca de 300-400 anos após a época para a qual Vitruvius descreveu o costume grego referente a *xenia*. A descrição de Vitruvius se referia a algo que já era para ele passado distante. Filostrato pode ter se confundido ou entendido mal, incorporando, assim, elementos que não pertenciam originalmente ao gênero. Ele estava escrevendo uma *ekphrasis*, um exercício de retórica que pela sua própria natureza tem como objetivo principal a retórica e não necessariamente os fatos. Finalmente, quando esse trecho é examinado com cuidado, se descobre que a interpretação como *xenia* só surge após a sua descrição e esta inverte a função do verdadeiro costume. O proprietário recebe o presente quando este, na verdade, costumava ser recebido pelo convidado. Todos esses fatos juntos deveriam nos deixar relutantes em supor que Filostrato estava descrevendo e identificando corretamente algo comparável às naturezas-mortas da Campânia. Além disso, como podemos inferir dos exemplos holandeses, talvez significados diferentes em épocas diferentes passem a fazer parte das pinturas. Estas podem parecer apenas à primeira vista pertencer ao mesmo tipo e tradição. Mesmo assim, algo que todas as naturezas-mortas e suas descrições parecem ter em comum antes da chegada da arte moderna é: elas tentam criar uma ilusão de realismo, o *trompe l'oeil*. Este efeito já era atribuído à arte de Parrásio e Zeuxis e é muito enfatizado em Filostrato.

Eckstein associou com a natureza-morta outro termo: *opsonia*<sup>1</sup> (Eckstein 1967: 31-32). Plínio (*História Natural*: 35: 112) escreveu que o pintor grego Pereaikos pintava barbearias e sapatarias, mas também adorava pintar *opsonia*. O contexto mostra, entretanto, que *opsonia* significava alimento para consumo humano, enquanto, à primeira vista, as naturezas-mortas

da Campânia não parecem representar exclusivamente isto. Por esta razão, alguns dos afrescos da Campânia foram interpretados como pinturas de gênero. Naturalmente, o trecho sobre Peraikos parece apoiar a idéia de que poderiam haver certas semelhanças entre os afrescos da Campânia daquele tipo e as naturezas-mortas holandesas. Eles diferem dos *bodegones* na medida em que as últimas são pinturas com uma diferente função: foram criadas como decoração de bares e tavernas. Eckstein é um acadêmico que tem devotado a maior parte da sua pesquisa ao estudo das naturezas-mortas romanas. Ele observou que existem categorias específicas e autônomas que são representadas, tais como frutas, vegetais ou risoto, e que, além disso, em certas pinturas essas categorias se misturam. Em cenas onde animais mordiscam alimentos, ou aves se aproximam de frutas, um elemento brincalhão parece ser introduzido e, por essa razão, Eckstein afirma que certos tipos mistos lembram estudos naturais. A mim parece que a melhor compreensão de seu significado pode ser atingido através do exame minucioso destes tipos mistos, já que os vários motivos neles representados devem ter algo em comum. Interpretá-los como colocados juntos por nenhuma outra razão que aleatoriamente escolhendo e misturando diferentes tradições é altamente suspeito em vista de tudo que sabemos sobre pinturas da Campânia em outras áreas. Através de outros temas, como as vistas arquitetônicas, sabemos que, em geral, um outro significado subjacente estava sendo introduzido.

Vamos analisar cuidadosamente alguns tipos mistos (Winkes 1983: 239, Fig.2) (Figs. 6 e 7). Frutas próximas a uma tigela de vidro com um líquido ou vegetais e frutas reunidas em uma cesta e próximas a uma taça são destinadas ao consumo. Esta parece ser a interpretação mais óbvia. Quando estes objetos são colocados em um peitoril de janela ou em um degrau eles refletem, então, o ambiente real existente na casa da Campânia e não precisam referir-se a costumes gregos para serem compreendidos. Pessoas que não pertenciam à elite talvez os usassem como balcões para comer. Horácio descreve sua própria modéstia quando cita a *lapis albus* – a laje branca na qual ele comia ao invés de usar

(1) Nota do tradutor: [*Grego*] *opsônum* ou *ops-*, ii, n., = *opsônion*, aquilo que é comido com pão; provisões, alimentos, especialmente peixe. Também de frutas, Plin. 15, 19, 21, § 82.

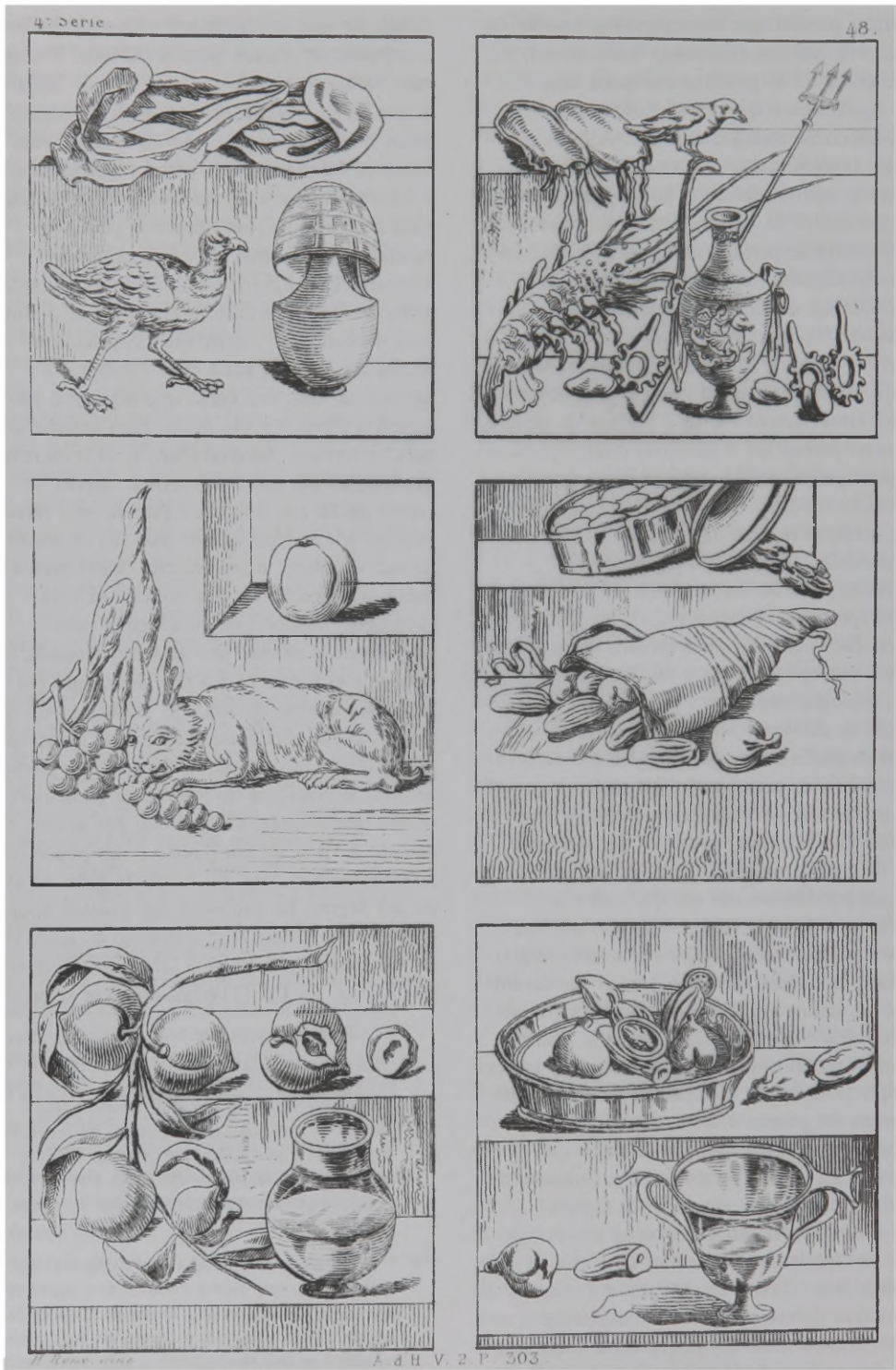
a cozinha portátil que acompanhava o sofisticado Túlio em público (Horácio, *Sermonum*: I, VI, 16). E então há as pinturas nas quais animais vivos aparecem, o que levou Eckstein a classificá-las como estudos naturais. Alguns dos animais representados têm os pés amarrados, há um lagostim morto e um polvo junto a uma *oinochoe* (jarra de vinho). Estas são referências a uma receita de peixe e, como os animais com os pés amarrados, devem ser interpretados como animais destinados à alimentação. Realmente, a pintura com a ave morta, frutas no peitoril da janela e uma lebre mordiscando uvas dão – à primeira vista – a impressão de uma mistura entre *natura morta* e pintura de gênero. O mesmo parece ser o caso nas muitas pinturas nas quais galos, galinhas ou outras aves domésticas mordiscam uvas ou maçãs. Entretanto, a narrativa deveria nos alertar: sabemos que galinhas ou lebres normalmente não mordiscam uvas ou maçãs. Columella menciona a dieta apropriada para pequenos animais como a lebre. Esta consistia de sementes de grãos, chicória selvagem, alface e ervilhas púnicas, as quais, principalmente para os animais jovens que não se dão bem com rações secas, deveriam ser deixadas de molho na água. Ele escreve que galinhas deveriam ser alimentadas com milhete, cevada, ervilhas, farelo de trigo e trevo, mas previne quanto à utilização de cascas de uvas. Cascas de uvas deveriam fazer parte da ração no período do ano em que elas não estivessem botando ovos. Lendo Columella, parece pouco provável que os animais estejam comendo nos afrescos o que eles costumavam comer normalmente. Claro que isso poderia ser uma referência divertida ao fato de os animais estarem fazendo uma travessura e, sendo assim, este tipo de narração poderia derivar realmente da pintura de gênero. Porém, uma doninha mordiscando uma noz pede uma explicação já que este é um animal carnívoro. Um exame mais cuidadoso confirmará que apenas alguns elementos de narrativa são usados nas composições destinadas ao consumo. Podemos descobrir isso através de Apicius e de outros autores que descrevem hábitos culinários. Apicius é ainda mais útil já que ele é contemporâneo das naturezas mortas da Campânia. É possível que Apicius seja uma compilação de várias fontes sob um mesmo nome, mas é

suficiente que seu livro seja capaz de esclarecer e substanciar alguns pontos básicos. Encontramos várias receitas para o preparo de galinhas e lebres. Encontramos receitas para o preparo de patos e aves de caça. O pavão aparece com bastante frequência nos afrescos da Campânia e talvez possa, em alguns exemplos, simbolizar a vida após a morte, mas também pode ser entendido como uma referência à comida. Marcial (XIII: *Epigram* LXX) admira a beleza do pavão e considera cruel o homem que o entrega para o cozinheiro insensível. Trimalção no *Satiricon* não tem nada mais profundo a acrescentar que seu verso que afirma: o pavão espera a morte em sua gaiola para agradar ao paladar romano. Juvenal (*Sat.*: I, 143) escreve que aquele que entra nas termas depois de comer pavão em demasia é punido pela refeição pesada. Mesmo papagaios não são excluídos da mesa romana, e uma receita destes utiliza os mesmos ingredientes que uma outra para flamingos. Mesmo que uma receita para o preparo de doninhas não seja mencionada, não devemos esquecer que o rato do campo era considerado uma iguaria. Do mesmo modo que a galinha era uma parte predileta da alimentação romana, também o eram as frutas. Uma pintura no Museu Nacional de Nápoles é particularmente interessante: um galo de pés atados está deitado ao lado de um pinhão e um pouco de erva ou verdura (Fig. 8). Atrás do galo, no alto de um degrau, há um ovo e um *cyathos* apoiado. A faca à direita frisa o destino do galo. Uma receita chamada Galinha a *La Varro* em Apicius (*De re coq.* VI, IX, 11) é lida como se segue:

Pullum coques iure hoc: liquamine, oleo, uino <cui mittis> fasciculum porri, coriandri, satureiae. Cum coctus fuerit, teres piper, nucleos ciatos duos et ius de suo sibi suffundis (et fascicules proicies), lac temperas. Et reexinanes mortarium supra pullum, ut ferueat. Obligas eundem albamentis ouorum tritis, ponis in lance et iure supra scripto perfundis. Hoc ius candidum appellatur.

Cozinhe uma galinha dessa maneira: em um caldo de *garum*, óleo e vinho suave, junto com um buquê de alho-poró e coriando. Depois de cozida, pegue pimenta, o centro de dois pinhões, o caldo em que se cozinhou a galinha (removendo o buquê) e acrescente leite. Ponha essa preparação sobre a galinha e deixe ferver. Pique as claras de ovo, ponha em um prato e acrescen-





*Fig. 6 – Ainé, R. Herculano e Pompéia, Coleção Geral das Pinturas, Bronzes, Mosaicos, etc., vol. V, 1872, Prancha 48. Foto Ms. Brooke Hammerle.*

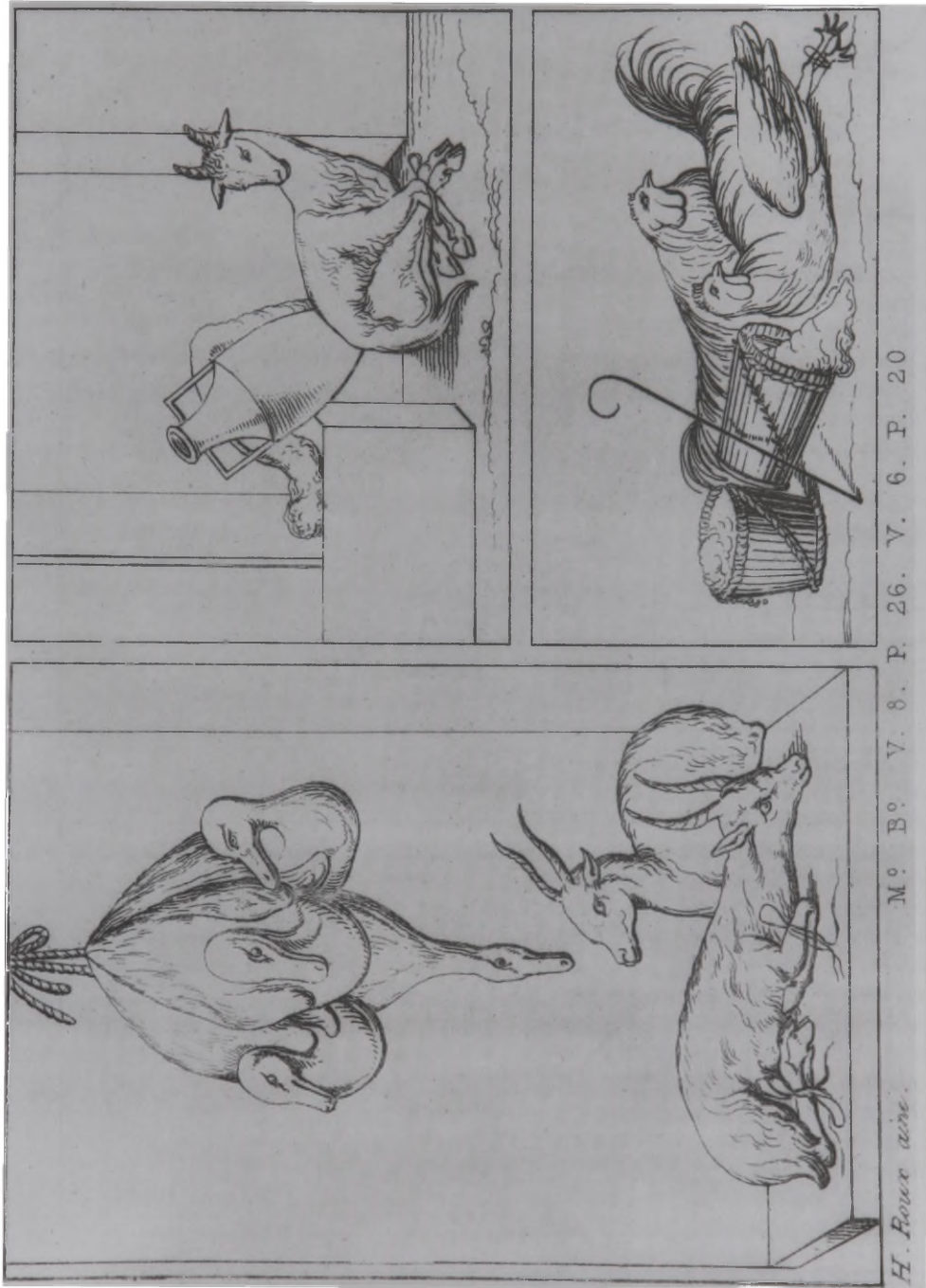


Fig. 7 – Ainé, R. Herculano e Pompéia, *Coleção Geral das Pinturas, Bronzes, Mosaicos, etc.*, vol. V, 1872, Prancha 50. Foto Ms. Brooke Hammerle.



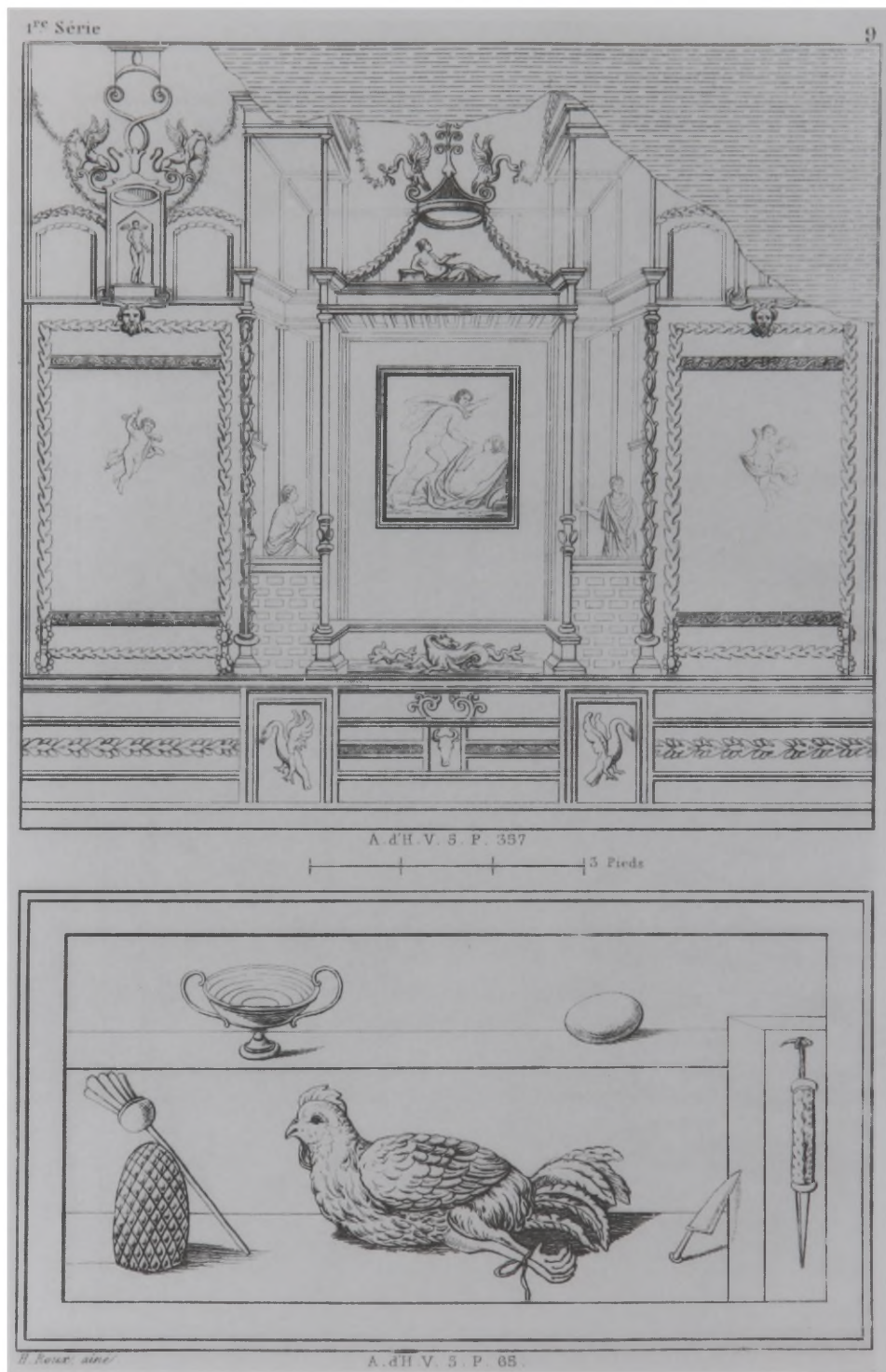


Fig. 8 – Ainé, R. Herculano e Pompéia, *Coleção Geral das Pinturas, Bronzes, Mosaicos, etc., vol. I, 1863, Prancha 9. Foto Ms. Brooke Hammerle.*

te o molho explicado acima. Este é chamado de molho branco.

Este afresco poderia ser uma ilustração para o livro de receitas de Apicius caso tais ilustrações existissem como nos livros de receitas modernos, o que não acontecia.

Parece claro pela evidência que as naturezas-mortas com objetos misturados se baseavam na comida consumida na época, na cozinha contemporânea. Entretanto, este fenômeno poderia ser examinado sob um outro ponto de vista. Certamente não tem o mesmo significado da natureza-morta holandesa, já que Horácio considerava luxuosas comidas tais como ostras lucrine, aves africanas ou faisões jônicos (*Epode* II, 49 ff.). A quinta sátira de Juvenal é repleta de comparações entre a comida do homem de sociedade e a comida daqueles das classes mais baixas. Na sua décima primeira sátira se encontra a descrição dos pratos dos serviços de mesa e de outros objetos que rodeiam a mesa de jantar. Os comerciantes de Pompéia eram consideravelmente prósperos em comparação com comerciantes em outras partes do Império e certamente em comparação com a maioria das pessoas que não pertenciam à aristocracia. A maior parte das pessoas comia muito pouco, não possuía uma cozinha e fazia as refeições na *popina* esquina. Cozinhas eram raras nos prédios de apartamento em Óstia. Assim como as referências a *xenia* se referiam à comida e aos hábitos dos ricos, as receitas de Apicius e a comida representada nas naturezas-mortas da Campânia são um reflexo de um estilo de vida abastado. Juvenal considera Apicius a personificação da gula (*Sat.* XI, 2-3). São raras as naturezas-mortas apenas de objetos, pintados do mesmo modo que poderiam ser vistos na casa de uma pessoa abastada; estas, porém, também se referem aos hábitos culinários já que mostram pratos e taças. Entretanto, há ainda o fenômeno da representação de tábuas de escrita e instrumentos. Deverão ser interpretados como os livros nas naturezas-mortas holandesas, que pretendem evocar o tema da *vanitas*? Certamente não. Marcial (Epigram XIV) nos fornece uma lista de *apophoreta*. Estes são presentes que os convidados podem pegar e levar para casa. Ele

cita vários tipos de tábuas de escrita, caixas de marfim ou madeira para guardar dinheiro, uma caixa de *stylos*, uma estante para livros e um Virgílio em pergaminho. Muitos outros também são mencionados. Eles incluem pássaros como um papagaio, um corvo ou um rouxinol. Para onde quer que viremos, tudo parece apontar para costumes culinários contemporâneos. Eles simbolizam – como no caso das naturezas-mortas holandesas – a riqueza. Porém, no caso holandês, eram a expressão de uma riqueza vivenciada pelos burgueses que encomendavam essas pinturas. As naturezas-mortas refletiam, até um certo ponto, a realidade das suas vidas, mas também incorporavam vários outros significados que aludiam à inteligência do criador. Elas às vezes serviam como uma expressão do interesse científico, como no caso dos buquês de flores, ou aludiam a ou eram comparadas a uma tradição existente de virtudes cristãs. Afrescos romanos com representações arquitetônicas devem, pelo menos até a época de Augusto, ser entendidos como uma cópia embelezada da arquitetura contemporânea. Este tratamento particular do tema surgiu em conexão ao renascimento do epicurismo no Golfo de Nápoles, onde a aristocracia vivia uma vida de ócio, longe da agitação de Roma, longe do *negotium*. Este é o contraste entre vida contemplativa e vida ativa; o aristocrata possuía ambas. Referências ao epicurismo é o paralelo na antigüidade das alusões holandesas às tradições cristãs. Mesmo que as naturezas-mortas nas duas culturas sejam aparentemente muito parecidas, elas são em essência muito diferentes. Enquanto os holandeses eram precisos e metuculosos no seu interesse científico, os romanos da Campânia eram detalhistas nas suas referências aos costumes culinários contemporâneos. Na arquitetura romana ilusionista era representada uma arquitetura contemporânea que agradava ao comerciante mas que este não podia ter e, por isso, decorava sua casa com esta ilusão. A comida aqui representada estava, da mesma maneira, fora de seu alcance, era um sonho. Só pessoas vulgares como Trimalcião adotavam o comportamento inadequado para uma pessoa da sua classe e ofereciam jantares que podiam rivalizar em abundância com os jantares da aristocracia.

Encontramos em *Satiricon* e em várias casas em Pompéia alusões à morte. Em *Satiricon*, um esqueleto de prata é passado ao redor da mesa de jantar. Conhecemos as taças de prata de Boscoreale decoradas com esqueletos e uma casa com um mosaico ilustrando o mesmo tema. Mas a referência à morte não deve ser interpretada como tendo o mesmo significado que nas naturezas-mortas holandesas, onde esta era um alerta originado na tradição cristã de valores, visando a vida após a morte e ressaltando a necessidade da virtude para que se possa alcançar uma vida após a morte tão boa quanto possível. As naturezas-mortas da Campânia mostram um ponto de vista oposto, o epicureano: *carpe diem*, aproveite o presente porque amanhã pode ser diferente; não se preocupe com o que vai acontecer após a morte. Os que estão representados vivos não estão. Em muitas naturezas-mortas holandesas os animais representados vivos sugerem uma vida de luxo. Podem também refletir uma certa atividade de gênero, como um cão em conexão a uma caçada. Nas naturezas-mortas da Campânia, os alimentos vivos têm apenas um propósito: se transformar em *natura morta* para agradar ao nosso paladar. Petrônio (*Satiricon*: 47) é uma das melhores representações literárias

das circunstâncias nas quais as naturezas mortas da Campânia devem ser vistas:

Nam cum mundatis as symphoniam mensis tres albi sues in triclinium adducti sunt capistris et tintinnabulis culti, quorum unum bimum nomenclator esse dicebat, alterum trimum, tertium vero iam senem. Ego putabam petaurisarios intrasse et porcos sicut in circulis mos est portent a aliqua facturos. Sed Trimalchio exspectatione discussa "quem" inquit "ex eis vultis in cenam statim fieri? Gallum enim gallinaceum, penthiacumet eius modi naenias rustici faciunt; mei coci etiam vitulos aeno coctos solent facere." Continuo que cocum vocari iussit et non expectata electione nostra maximum natu iussiti occidi.

As mesas foram tiradas ao som de música e três porcos brancos com arreios e sininhos foram trazidos para a sala de jantar. O mordomo disse que um deles tinha dois anos, o outro três e o terceiro quase seis anos. Pensei que malabaristas haviam chegado e que os porcos iriam participar de números incríveis, como em espetáculos saltimbancos. Essa expectativa se acabou quando Trimalcônio perguntou: "Qual deles vocês querem agora mesmo para o seu jantar? Qualquer caipira pode oferecer um frango assado, uma sopa ou outras coisinhas; meus cozinheiros estão acostumados a preparar animais inteiros.". Ele chamou um cozinheiro imediatamente e, sem esperar por nossa resposta, lhe ordenou que matasse o maior porco.

WINKES, R. *Natura Morta. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 145-161, 2000.

**ABSTRACT:** The representations of still-life in Campanian frescoes are compared with the later Dutch still-life. On first sight they appears to be quite similar. However, the meaning of Dutch still-life is connected to a demonstration of opulence by the burghers at the time, Christian values and learnedness. Campanian frescoes have been associated with the Greek *xenia* and have also been called at times genre pictures. It turns out that they are rather a reflection of culinary customs in Campania.

**UNITERMS:** Roman frescoes – Still-life – *Oponia* – *Xenia*.

### Referências bibliográficas

- BEYEN, H.G.  
1927 Über ein Fragment einer Wanddekoration mit Stilleben aus Pompeji. *Jahrbuch des Deutschen Archäologischen Instituts*, 42: 41-62.  
1928 *Über Stilleben aus Pompeji und Herculanum*. 's Gravenhage.
- BRYSON, N.  
1990 *Looking at the overlooked: Four essays on still life painting*. Cambridge: Harvard University Press.
- CROISELLE, J.M.  
1965 *Les natures mortes campaniennes – Collections Latomus LXXXVI* Bruxela.
- ECKSTEIN, F.  
1963 *Natura morta. Enciclopedia dell'Arte Antica Classica e Orientale*, 5: 355-360.  
1967 *Untersuchungen "über die Stilleben aus Pompeji und Herculanum"*. Berlim.
- FALKENBURG, R.  
1996 *Matters of Taste: Pieter Aertsen's Market Scenes, Eating Habits, and Pictorial Rhetoric in the Sixteenth Century*. A.W. Lowenthal (Ed.) *The Object as Subject, Studies in the Interpretation of Still Life*. Princeton, Princeton University Press: 13-27.
- GARDNER, L.  
1985 *Art through the Ages*. New York.
- GEMAR-KOELTZSCH, E.  
1995 *Holländische Stillebenmaler im 17. Jahrhundert*. Lingen: Luca-Bild-Lexikon.
- GRIMM, K.  
1988 *Stilleben. Die Niederländischen und deutschen Meister*. Stuttgart.
- HUTTINGER, E.  
1965 *Das Italienische Stilleben von den Anfängen bis zur Gegenwart*. Ausstellung Kunsthau Zurich December 1964 – February 1965, Museum Boymans-van Beuningen, Rotterdam March – April 1965.
- MILMAN, J.  
1982 *Trompe- l'Oeil painting*. Geneva.
- MONNERET, J.  
1993 *Le Triomphe du Trompe- l'Oeil*. Monges.
- SEGAL, S.  
1990 *Flowers and Nature*. Haia.
- SGATTI, G.  
1957 *Caratteri della "Natura Morta" Pompeiana, L'interpretazione dello Spazio*. *Archaeologia Classica*, 8: 174-192.
- TAYLOR, P.  
1995 *Dutch Flower Painting 1600 –1720*. New Haven: Yale University Press.
- WINKES, R.  
1983 *Natura morta and Cuisine. Revue des Archeologues et Historiens d'Art de Louvain, XVI: 237 - 244*.

Recebido para publicação em 25 de maio de 1999.





## SELOS-CILINDROS MESOPOTÂMICOS – UM ESTUDO EPIGRÁFICO

*Katia Maria Paim Pozzer\**

POZZER, K.M.P. Selos-cilindros mesopotâmicos – um estudo epigráfico. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 10: 163-174, 2000.*

**RESUMO:** O estudo dos selos-cilindros mesopotâmicos é importante não somente por sua iconografia, mas, também, pelas inscrições que eles contêm. Neste artigo analisamos alguns textos de um arquivo privado de um rico mercador de Larsa no período paleobabilônico. Os documentos são representativos da diversidade tipológica dos textos cuneiformes deste período, da atuação do setor privado na economia paleobabilônica e da preocupação em garantir a autenticidade dos mesmos com a aposição sistemática de selos-cilindros em tabletes e envelopes.

**UNITERMOS:** Mesopotâmia – Selo-Cilindro – Epigrafia – Arquivos Privados – Tabletes Cuneiformes.

A documentação cuneiforme é diversa e numerosa, estima-se em mais de 200.000 os fragmentos repertoriados em todo o mundo, mas a cada ano, as missões arqueológicas multiplicam, de maneira impressionante, este número.

Longe de ser uma curiosidade, os tabletes cuneiformes são a fonte privilegiada para o estudo da Antigüidade Oriental. A documentação não é nem monótona, nem limitada a uma categoria particular. Os gêneros da documentação vão da literatura elaborada, – como os mitos, os textos religiosos e sapienciais –, até os textos ditos da prática, – como contratos, testamentos, processos, faturas, etc. –, passando por todos os gêneros intermediários, da magia, das ciências, de cartas privadas e textos oficiais da Diplomacia

ou de Historiografia. É, então, através dos tabletes cuneiformes que se pode conhecer e reconstruir este período da história da humanidade, e buscar uma aproximação maior com sua riqueza e complexidade (Pozzer 1998).

O estudo dos selos-cilindros mesopotâmicos é importante não somente por sua iconografia, mas, também, pelas inscrições que eles contêm. Analisaremos o conteúdo dos selos<sup>1</sup> presentes nos tabletes de argila que compõem os arquivos privados<sup>2</sup> de um importante

(1) Este estudo dos selos-cilindros foi realizado à partir da impressão destes nos tabletes cuneiformes, pois os próprios selos-cilindros nunca foram encontrados.

(2) Esse trabalho é parte integrante de minha Tese de Doutorado, realizada na Université de Paris I – Panthéon-Sorbonne, ainda inédita no Brasil (Pozzer 1996). Nela realizei o estudo de arquivos familiares de importantes mercadores.

(\*) Universidade Luterana do Brasil, Canoas, RS.

homem de negócios, na cidade de Larsa, localizada na Baixa Mesopotâmia, no período paleobabilônico situado entre 1.822 e 1.763 a.C. Nosso propósito é determinar as ligações sociais existentes entre os indivíduos e compreender, dentro dos limites de nossas fontes, as razões da utilização desse tipo de prática.

Em seu estudo sobre os selos da época paleobabilônica, Leemans (1982: 221) estabeleceu que eles podiam ter as seguintes funções:

1. indicar a propriedade de alguma coisa,
2. proteger alguma coisa contra infrações,
3. certificar a qualidade, o peso, a medida ou o conteúdo de alguma coisa,
4. identificar o portador de um selo no sentido b ou indicá-lo como representante,
5. dar conhecimento do fabricante ou expedidor de alguma coisa,
6. confirmar um escrito – contrato, declaração, carta etc. – seja em lugar ou ao lado da assinatura,
7. autenticar um escrito, às vezes, coincidindo com 6,
8. aprovar um ato por uma pessoa ou uma autoridade,
9. indicar (provar) a presença de alguém a um ato.

Deduzimos, pois, que o selo apostado a um contrato tinha, por finalidade, autenticar o documento.

Na época de Isin-Larsa (2.004-1.792 a.C.), a maioria dos contratos eram selados pelas testemunhas, encontrando-se apenas algumas raras exceções, nas quais o próprio proprietário do selo era uma das partes contratantes, a exemplo do que era o usual nos tempos de Ur III (2.112-2.004 a.C.).

Os contratos eram redigidos do ponto de vista do comprador e não das testemunhas, como o afirma Renger (1977: 75), uma vez que esses documentos tornavam-se o título de propriedade do adquirente (Charpin 1985: 20). Por sua vez, os selos eram apostados, na maioria das vezes, sobre o envelope<sup>3</sup> e não sobre o tablete, o que explica o reduzido número

daqueles que chegaram até nós, pois, como sabemos, os envelopes conservam-se com maior dificuldade.

No reino de Larsa, os contratos continham uma cláusula referente aos selos – *kišib lú-inim-ma-bi-meš íb-ra* ou, simplesmente, *kišib-a-ni íb-ra*, cuja tradução é “o selo das testemunhas foi apostado” ou “o selo foi apostado”. Essas fórmulas colocam em destaque o papel das testemunhas no negócio, o qual pode ser interpretado como um reforço da autenticação do ato econômico. De fato, quanto mais impressões de selos de testemunhas houvesse, mais difícil seria contestar o documento, ainda mais que essas testemunhas desfrutavam, geralmente, de uma importante posição social.

Quando o documento era selado por uma das partes contratantes, esta era quem, pelo contrato, renunciava a um direito ou assumia uma obrigação. Era, assim, o beneficiário da transação que apunha seu selo no caso dos recibos de prata ou de bens, o devedor que o fazia no caso de empréstimos e o vendedor, no de vendas.

Sabemos, também, que os selos pessoais podiam ser transmitidos de uma geração a outra e que o filho mais velho herdava o direito de utilizar o selo de seu pai após a morte deste (Charpin 1990: 62).

Entre os selos presentes em nossa documentação, pudemos reconhecer três tipos, conforme a classificação estabelecida por Gelb (1977: 117): pessoais, *bur-gul* e de inscrições religiosas. Os primeiros caracterizam-se pela presença de três linhas, a saber-se, “nome próprio” (NP), “filho de [segundo nome próprio]” (NP<sub>2</sub>), “servidor de [nome de divindade]” (ND). Os segundos, em geral, não apresentam iconografia; o proprietário é, simplesmente, identificado através da fórmula “NP filho de NP<sub>2</sub>” e as inscrições consistem em sinais maiores e gravados mais grosseiramente, tratando-se de selos confeccionados especialmente para determinada ocasião (Whiting 1977: 67). Os últimos selos comportam, freqüentemente, duas linhas (ND, ND<sub>2</sub>), sobre cada uma das quais está escrito um nome divino.

Charpin (1990: 72-74), que, em seu estudo das inscrições dos selos-cilindros de diversas famílias babilônicas, interessou-se pelo

(3) O envelope tinha por função a proteção do tablete. Após a secagem do tablete, ele era recoberto com uma fina camada de argila mole onde se inscrevia um resumo do conteúdo do tablete, se fazia o “endereçoamento”, no caso de tratar-se de uma carta, e se apunha o selo-cilindro.

significado da menção “servidor de [nome de divindade]” (*ir ND*) presente nos selos pessoais, afirma que a menção “*ir ND*” exprime uma devoção particular. Mas, segundo Gelb (1977: 113-114), essa expressão significa que o possuidor do selo é um funcionário do templo ou um sacerdote. Consideramos que a idéia de devoção particular seria a mais plausível, assim como a hipótese de que as divindades que figuram nos selos não seriam somente de origem paterna, mas familiares.

De fato, tratando-se de uma sociedade patriarcal, onde a figura do pai mostra-se preponderante no seio da família, assim como no resto da sociedade, a devoção familiar poderia se confundir com a devoção patriarcal, o que explicaria, também, a transmissão dos selos-cilindros de pai para filho.

#### Os arquivos de Šēp-Sîn, mercador de Larsa

Šēp-Sîn foi um importante mercador, segundo vasta documentação oriunda da cidade-estado de Larsa (Anbar 1975 e 1978). Ele praticou compra e venda de terrenos e campos, de escravos, mas se especializou no empréstimo de prata. Analisaremos em seguida alguns destes documentos,<sup>4</sup> que consideramos representativos da diversidade deste dossiê. Os arquivos de Šēp-Sîn contêm vários documentos selados. Assim, o documento nº 1 (YOS VIII, 120) é um contrato de adoção, apresentando dois selos.

##### Nº 1 (20/IX/RS 39)

1 *i-lí-gi-im-la-an-ni* mu-ni  
2 ki ní-te-na  
3 <sup>1</sup>*še*<sub>20</sub>-ep<sup>d</sup>EN.ZU  
4 nam-dumu-ni-šè šu ba-an-ti  
5 nam-ibila-ni-šè in-gar  
6 u<sub>4</sub>-kúr-šè u<sub>4</sub>-na-me-a-ak  
7 tukum-bi  
8 *i-lí-gi-im-la-an-ni*  
9 nam <sup>1</sup>*še*<sub>20</sub>-ep<sup>d</sup>EN.ZU ad-da-ni

(4) Apresentamos a transcrição dos tabletas, linha a linha, indicando-se somente os números de linhas pares, as laterais com o símbolo (L) e o anverso com (A).

10 ad-da-mu nu-me-en  
11 ba-na-an-du<sub>11</sub>  
12 kù-šè ba-an-sum-mu-uš  
13 ù tukum-bi  
14 <sup>1</sup>*še*<sub>20</sub>-ep<sup>d</sup>EN.ZU  
15 nam *i-lí-gi-im-la-an-ni*  
16 dumu-mu nu-me-en ba-na-an-du<sub>11</sub>  
17 é nì-ga-ra bar-ra-è-a  
A.18 mu <sup>d</sup>nanna <sup>d</sup>utu  
19 ù <sup>d</sup>ri-im<sup>d</sup>EN.ZU lugal  
20 in-pàd-meš  
21 igi <sup>d</sup>EN.ZU-*i-ri-ba-am* mu  
22 igi *ša-ap-ri-ia* nu-giš-kiri<sub>6</sub>  
23 igi <sup>d</sup>utu-*e-ti-ir* nu-giš-kiri<sub>6</sub>  
24 igi *a-na-pa-ni*-dingir dub-sar  
25 kišib lú-inim-ma-bi-meš  
26 íb-ra  
27 iti gan-gan-è u<sub>4</sub>-20-kam  
28 mu ki-10 giš-tukul-mah AN <sup>d</sup>en-líl  
29 <sup>d</sup>en-ki-ga-ta  
30 ì-si-in<sup>ki</sup> in-dib-ba

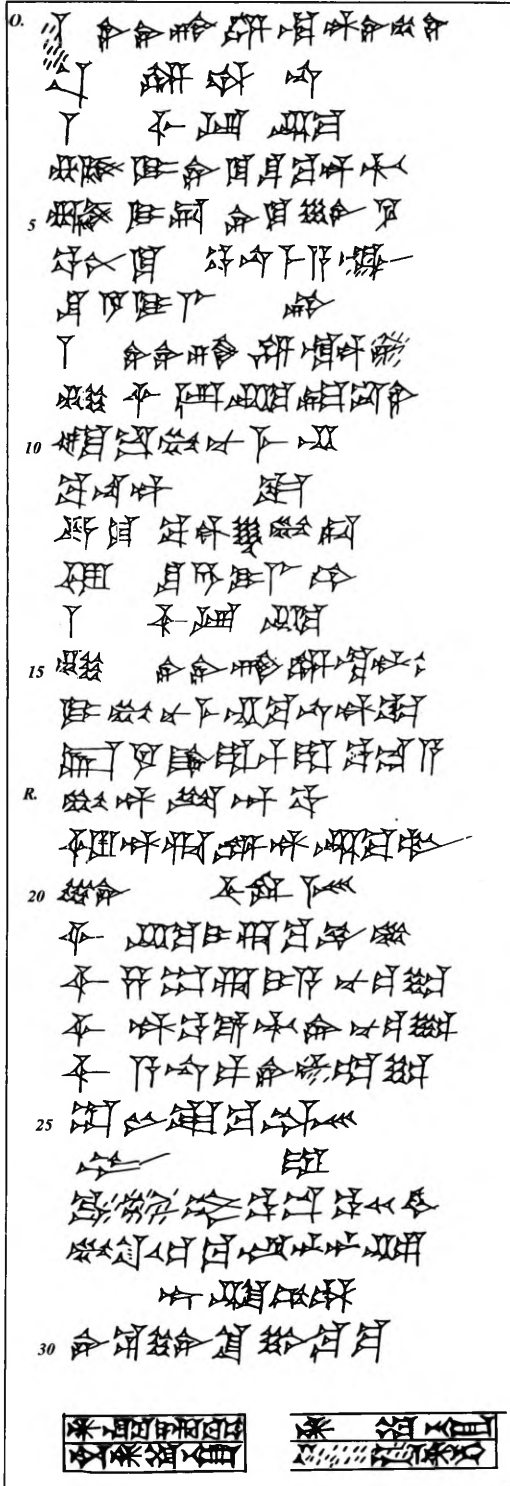
selos a) <sup>d</sup>EN.ZU-*e-ri-ba-am*  
ir <sup>d</sup>nin-šubur  
b) <sup>d</sup>nin-šubur  
[x x]-an-na

<sup>1-5</sup> *Ili-gimlanni*, é o seu nome, Šēp-Sîn recebeu em filiação dele mesmo. Ele o tornou seu herdeiro. <sup>6-12</sup> No futuro, se *Ili-gimlanni* disser à Šēp-Sîn, seu pai: “tu não és meu pai”, ele será vendido (como escravo). <sup>13-17</sup> E se Šēp-Sîn disser à *Ili-gimlanni*: “tu não és meu filho”, ele perderá seu direito sobre a casa e os bens. <sup>18-20</sup> Eles juraram por Sîn, Šamaš e o rei Rīm-Sîn. <sup>21-26</sup> Diante de Sîn-iribam, cozinheiro, diante de Šapriya, jardineiro, diante de Šamaš-etir, jardineiro, diante de Ana-pani-ilí, escriba. O selo das testemunhas foi aposto.

a) Sîn-eribam, servidor de Ilabrat;  
b) Ilabrat, [xx]-anna

Este texto é um típico contrato de adoção, com cláusulas que prevêm as sanções para cada uma das partes, se vierem a negar o contrato ali redigido. No caso do filho renegar o pai, ele será vendido como escravo. Mas, se o pai renegar o filho adotivo, ele perderá seus próprios bens. O juramento é feito em nome do rei de Larsa, Rīm-Sîn e por duas divindades

Nº 1



importantes, Šamaš<sup>5</sup> e Sîn.<sup>6</sup> Esse documento está datado do dia 20, do mês *kislimu* (novembro/dezembro) do 39º ano do reinado de Rim-Sîn.

Na Baixa Mesopotâmia, os contratos de adoção eram selados, fosse por aquele que doava a criança/o adulto, fosse pela pessoa adotada ou por quem a adotasse (Leemans 1982: 226-227). Entretanto, nesse documento, um dos selos pertence a uma das testemunhas, alguém qualificado como cozinheiro, e o outro é, provavelmente, um selo de inscrição religiosa, sendo que a divindade Ilbrat<sup>7</sup> está presente em ambos.

Na Mesopotâmia, a adoção de crianças e adultos era praticada com certa frequência, como atestam diversas fontes (Stone e Owen 1991). Podemos dizer que a adoção era o expediente encontrado pelas famílias sem prole, para garantir sua sobrevivência na velhice, pois, segundo a tradição da época, os pais idosos eram amparados economicamente pelos filhos.

Temos um segundo documento (nº 2 - TEBA I, 9) que é um contrato de compra de um terreno portando três selos, dos quais um pertence ao vendedor e os dois outros às testemunhas.

Nº 2 (-/IV/RS 47)

- 1 eše iku a-ša kankal
- 2 ús-sa-rá a-ša *ši-lí<sup>d</sup>*EN.ZU
- 3 ús-sa-rá 2-kam ir-ni-sa-nu-um
- 4 sag-bi e-sa-mu-um
- 5 ša ka-al-ba-na-nu-um
- 6 a-ša <sup>d</sup>utu-na-pa-al-ti
- 7 ki <sup>d</sup>utu-na-pa-al-ti
- 8 lugal-a-ša-ga-ke<sub>4</sub>
- 9 <sup>d</sup>EN.ZU-be-el-ap-lim ù še<sub>20</sub>-ep<sup>d</sup>EN.ZU
- 10 in-ši-in-šám
- 11 2/3 gín kù-babbar
- 12 šám-til-la-ni-še
- 13 in-na-an-lá
- 14 inim-<sup>r</sup>gál<sup>r</sup>-la-a-bi a-ša
- 15 <sup>d</sup>utu-na-pa-<sup>r</sup>al-ti<sup>r</sup>

(5) Šamaš, o deus-sol, também considerado o deus da justiça.

(6) Sîn, o deus-lua que, segundo a cosmogonia mesopotâmica, era o pai de Šamaš.

(7) Ilbrat é o nome acádico do deus Ninšubur, hoje associado à constelação de Orion.

16 ʾba<sup>1</sup>-ni-ib-gi<sub>4</sub>-[gi<sub>4</sub>]  
inim-gál-la a-šà ú-ul [x]  
18 i-na<sup>uru</sup> a-bu-um-ma  
1 ešè iku a-šà i-na šuku ká a-li i-[xx]  
20 u<sub>4</sub>-kúr-šè u<sub>4</sub>-nu-me-a-ak inim nu-gá-gá-a  
nu-ub-ta-bal-e  
22 mu<sup>d</sup>nanna<sup>d</sup>utu ù<sup>d</sup>ri-im<sup>d</sup>EN.ZU lugal  
in-pád-me-eš  
24 igi<sup>d</sup>EN.ZU-ma-gir  
igi mu-na-wi-rum  
26 igi<sup>d</sup>utu-i-in-ʾma<sup>1</sup>-tim  
igi a-hu-um  
28 igi a-hu-ia-tum  
igi ip-qú-ú-tum  
30 igi la-a-lum  
igi ip-qú-ša  
32 igi<sup>d</sup>EN.ZU-i-dí-nam  
ʾiti<sup>1</sup> šu-numum-a  
34 mu ki-18 i-si-in-na<sup>ki</sup>  
ba-an-dib

envelope

4 sag-bi e-sa-mu-um  
27 igi a-hu-ú-a-tum  
28 igi<sup>d</sup>utu-a-bi  
30 igi ta-ri-bu-um  
31 igi ap-lum  
32 igi a-lí-wa-aq-rum

As linhas 26, 29 e 31 foram omitidas.

- selos a) a-hu-um  
dumu ka-lu-mu-um  
ir<sup>d</sup>ugal-gú<sup>1</sup>-du<sub>8</sub>-a  
b) <sup>d</sup>EN.ZU-ma-gir  
dumu sí-na-tum  
ir<sup>d</sup>nin-si<sub>4</sub>-an-na  
c) <sup>d</sup>utu-na-pa-al-ti  
dumu dingir-um-ma  
ir<sup>d</sup>MAR.TU

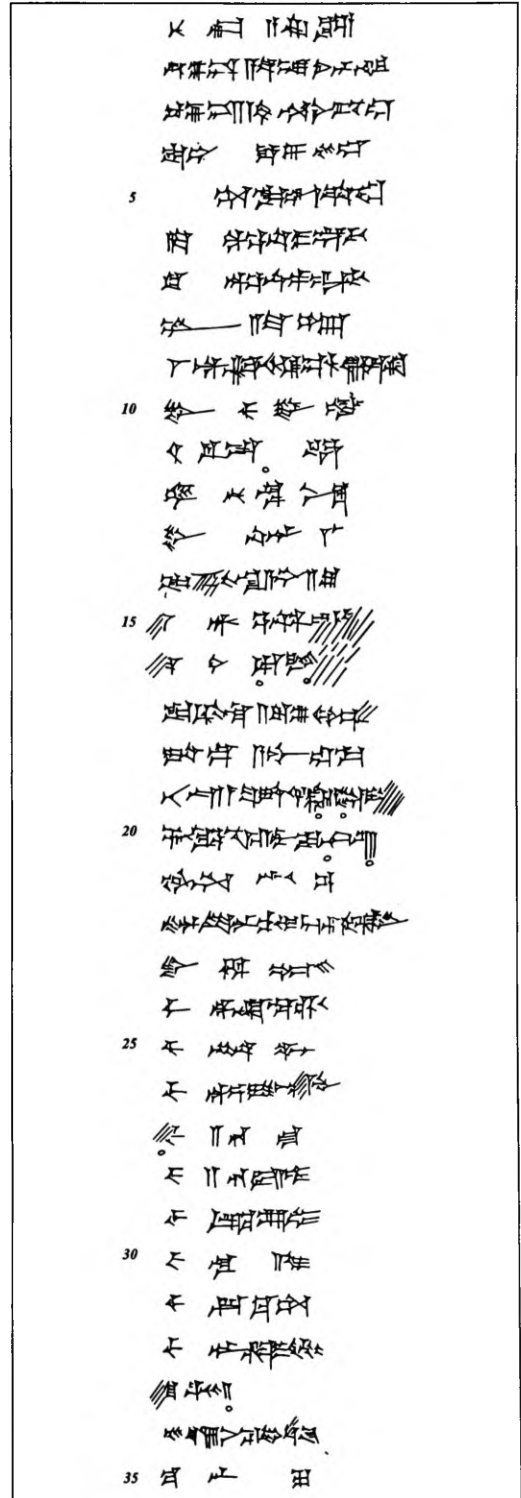
<sup>1-6</sup> 6 iku<sup>8</sup> de um campo inculto, ao lado do campo de Šilli-Sîn; o segundo lado (faz vizinhança com o) de Warad-nisanum, seu pequeno lado<sup>9</sup> dá sobre o *esamum*<sup>10</sup> de Kalbanānum, campo de Šamaš-napalti.<sup>7-13</sup> Sîn-bēl-aplim e Šēp-Sîn compraram de Šamaš-napalti, o proprietário do campo. Eles

(8) 1 iku é unidade de medida de superfície e equivale a 3.600 m<sup>2</sup>.

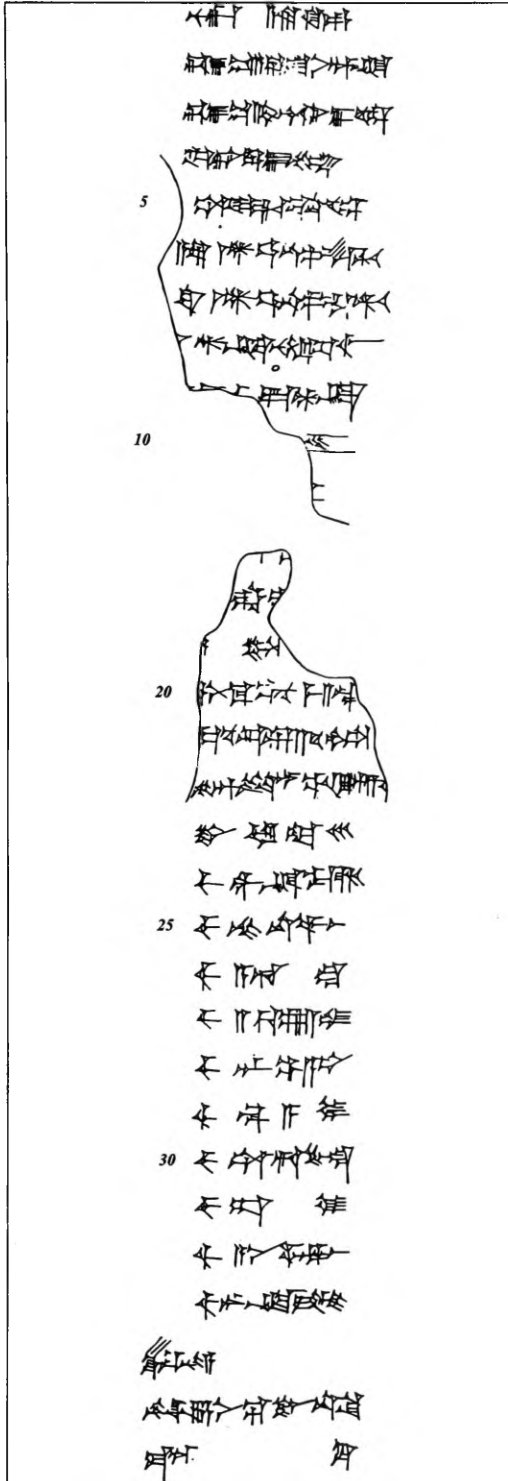
(9) Os terrenos, em geral, tinham o formato retangular, o que explicaria a referência à dois lados maiores e dois lados menores.

(10) Este termo não possui tradução, acreditamos que se trate de um tipo específico de terreno.

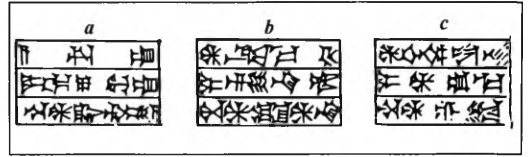
Nº 2 – Tablete



Nº 2 – Envelope



Nº 2 – Selos



pagaram 11 2/3 siclos<sup>11</sup> de prata por seu preço completo.<sup>12 14-18</sup> Contra uma reivindicação do campo, Šamaš-napalti se oporá, ele não [...] a reivindicação do campo, na cidade de Abūm.<sup>19-23</sup> 6 iku de um campo dentro de um campo alimentar, na porta da cidade<sup>13</sup> [...]. No futuro, para sempre, ele não reclamará, ele não mudará (de opinião). Eles juraram pelo nome de Sin, Šamaš e do rei Rīm-Sin.<sup>24-33</sup> Diante de Sin-magir, diante de Munaw-wirum, diante de Šamaš-īn-matim, diante de Ahūm, diante de Ahūyatum, diante de Šamaš-abi, diante de Ipqūtum, diante de Layalum, diante de Taribum, diante de Aplūm, Ipquša, diante de Ali-waqrum, diante de Sin-iddinam.

- a) Šamaš-napalti, filho de Ilumma, servidor de Amurrum;
- b) Sin-magir, filho de Sinatum, servidor de Ninsianna;
- c) Ahūm, filho de Kalūmum, servidor de Lugalgudua.

Esse tablete insere-se na tradição de Larsa, segundo a qual aquele que cedia uma propriedade devia, efetivamente, apor seu selo.

Trata-se de um documento de compra de um campo inculto (não plantado), onde o vendedor é Šamaš-napalti e, Šēp-Sin compra em sociedade com Sin-bēl-aplim. O texto, que teve também preservado o envelope, está datado do quarto mês do calendário assírio (*dūzu*), equivalente aos meses de junho/julho

(11) Unidade de medida de peso, 1 siclo equivale a, aproximadamente, 8 gramas.

(12) Essa expressão indica que foi realizado um pagamento a vista.

(13) As cidades antigas orientais eram cercadas de altas e espessas muralhas que podiam ser transpostas através de grandes portões, que eram chamados de “portas da cidade”.

de nosso calendário atual. A fórmula de localização do referido campo está incompleta, pois é indicado a vizinhança de apenas três dos quatro lados do terreno.

A seguir temos um documento de empréstimo (YOS VIII, 157) de uma significativa quantidade de prata, que era o metal nobre empregado nas diversas transações comerciais da época.

**Nº 3 (30/XI/RS 55)**

- 13 ma-<na> kù-<sup>7</sup>babbar<sup>7</sup>  
 2 ugu *mu-na-wi-rum*  
<sup>1</sup>še-ep-<sup>d</sup>EN.ZU  
 4 in-tuk  
 inim-ta <sup>1</sup>sá-ar-ri-qum  
 6 iti sig<sub>4</sub>-a  
<sup>1</sup>sá-ar-ri-qum  
 8 kù i-la-é  
 A. igi ir-zi-ib-nim  
 10 igi <sup>d</sup>MAR.TU-na-šir  
<sup>T</sup>tab-ši-lum  
 12 <sup>1</sup>li-pi-it-<sup>d</sup>inanna  
<sup>1</sup>a-wi-lum  
 14 <sup>1</sup>ka-di-ša-di-i  
 aga-ús <sup>d</sup>nin-urta-ni-šu  
 16 kišib-a-ni ib-<ra>  
 iti ziz-a u<sub>4</sub>-30-kam  
 18 mu ki-26 giš-tukul-mah  
 i-si-in<sup>ki</sup>  
 20 in-dib-ba

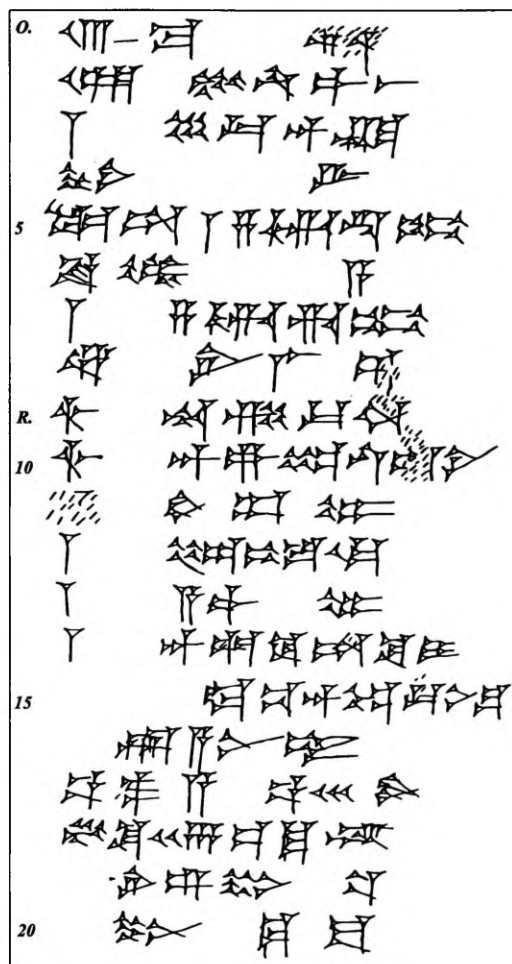
- selos a) *šu-um-šu-nu-<sup>r</sup>um<sup>7</sup>*  
 ir <sup>d</sup>nin-šubur  
 ù <sup>d</sup>maš-tab-ba  
 b) *mu-na-wi-ru-um*  
 dumu <sup>d</sup>utu-[...]-[x] [...]  
 ir<sup>d</sup>[...]

<sup>1-7</sup> Šēp-Sîn emprestou 13 minas<sup>14</sup> de prata para Munawwirum,<sup>15</sup> por intermédio de Sarriqum. <sup>8-16</sup> No mês Simānu Sarriqum deverá pagar a prata. Diante de Warad-zibnim, diante de Amurru-našir, Tāb-šillum, Lipit-Ištar, Awilum, Ištaran-šadī, soldado de Ninurta-nišu. Seu selo foi aposto.

(14) Unidade de medida de peso, 1 mina equivale a, aproximadamente, 480 gramas.

(15) Tradução literal: Šēp-Sîn tem um crédito de 13 minas de prata sobre Munawwirum.

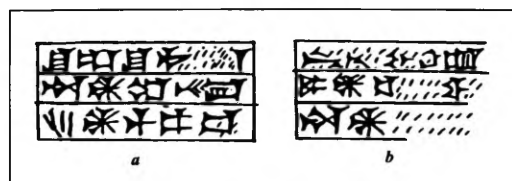
**Nº 3**



a) Šumšunum, servidor de Ninšubur e de Maštabba;

b) Munawwirum, filho de Šamaš-[...], servidor de [...].

O documento de empréstimo de prata foi selado pelo devedor e por uma pessoa que não é nominada no texto, sendo que o selo desta última tem a particularidade de apresentar dois nomes de divindade.





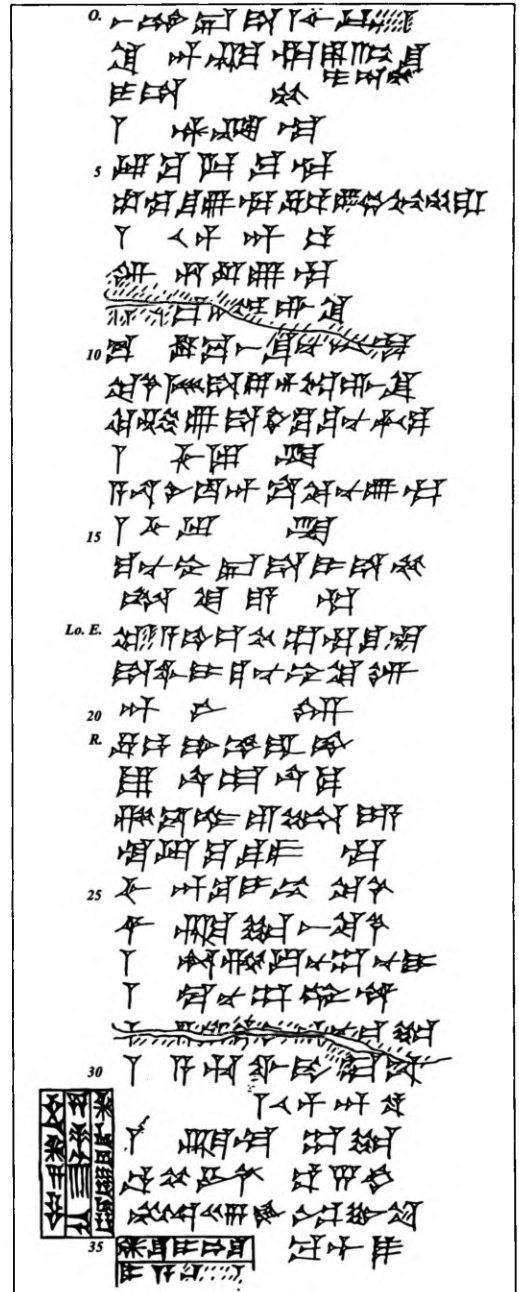
Esse empréstimo foi intermediado por Sarriqum, o responsável pelo pagamento, talvez uma espécie de avalista de Munawwirum. O mês previsto para o pagamento é o terceiro mês do calendário assírio (maio/junho), logo após as colheitas, quando a população dispõe de mais recursos para realizar seus negócios privados.

O tablete nº 4 (YOS VIII, 150), referente a um processo jurídico, possui dois selos, pertencentes a juizes citados como testemunhas, de acordo com o que dispunha a tradição (Leemans 1982: 237-238).

**Nº 4 (5/XII/RS 55)**

- aš-šum* é *ša*<sup>1</sup>*še*<sub>20</sub>-*ep*-[<sup>d</sup>EN.ZU]
- 2 ki <sup>d</sup>EN.ZU-uru<sub>4</sub> iš *a-bi-šu i-ša-mu i-ša-mu*
- 4 <sup>d</sup>EN.ZU-uru<sub>4</sub>  
*ib-qú-ur-šu-ma*
- 6 *um-ma šu-ú-ma kù-babbar ú-ul gu-mu-ra*  
<sup>1</sup>*u-bar*<sup>d</sup>utu
- 8 *im-hu-ru-ú-ma*  
[<sup>a</sup>*na*]<sup>7</sup> é <sup>d</sup>nin-mar-ki
- 10 *iṭ-ru-da-aš-šu-nu-ti<sup>7</sup>-ma*  
*di-ku<sub>5</sub>-meš ša* é <sup>d</sup>nin-mar-ki
- 12 *dī-nam šu-ša-hi-zu-šu-nu-ti-ma*  
<sup>1</sup>*še*<sub>20</sub>-*ep*-<sup>d</sup>EN.ZU
- 14 *a-na ni-iš dingir id-di-nu-ú-ma*  
<sup>1</sup>*še*<sub>20</sub>-*ep*-<sup>d</sup>EN.ZU
- 16 *ku-nu-uk* é *ša i-ša-mu*  
*il-qé-e-ma*
- L.18 *ki-a-am iz-kur um-ma šu-ma*  
*ša pi-i ku-nu-uk-ki-im*
- 20 *an-ni-im*
- A. *kù-babbar ga-am-ra-am*
- 22 *lu na-ad-na-ku*  
*sí-it-tum e-li-ia*
- 24 *la ib-ba-šu-ú-ma*  
*igi dingir-šu-i-bi-<šu> di-ku<sub>5</sub>*
- 26 *igi* <sup>d</sup>EN.ZU-*šar-rum* di-ku<sub>5</sub>  
<sup>1</sup>*ir-zi-ib-nu-um nu-bànda*
- 28 <sup>1</sup>*ma-nu-um šagin*  
<sup>1</sup>*a-na-pa-ni-dingir nu-giš-kiri<sub>6</sub>*
- 30 <sup>1</sup>*a-hu-wa-qar* aga-ús  
<sup>1</sup>*u-bar*<sup>d</sup>utu
- 32 <sup>d</sup>EN.ZU-uru<sub>4</sub> *dub-sar*  
*iti še-kin-ku<sub>5</sub> u<sub>4</sub>-5-kam*
- 34 *mu ki-26-kam i-si-in<sup>ki</sup>*  
*ba-an-dib*

**Nº 4**



- selos a) <sup>d</sup>EN.ZU-*šar-ru-um*  
*dumu mu-sa-a*  
*ir* <sup>d</sup>*i-šum*
- b) *dingir-šu-i-bi-šu*  
*dumu a<sup>7</sup>hú<sup>7</sup>-[x]*

<sup>1-6</sup> (Documento) sobre a casa que Šēp-Sîn comprou de Sîn-eriš, um servidor de seu pai. Sîn-eriš reivindicou-lhe a casa, ele disse assim: “a prata não foi completamente versada”.<sup>16</sup> <sup>7-10</sup> Eles foram encontrar Ubar-Šamaš, (e) ele os enviou ao templo de Nin-marki.<sup>17</sup> <sup>11-24</sup> Os juizes do templo de Nin-marki renderam-lhes uma sentença, eles liberaram Šēp-Sîn por causa do juramento pelo deus. Šēp-Sîn tomou (para si) o documento selado da casa que ele comprou e jurou assim: “segundo o conteúdo deste tablete selado, eu dei completamente a prata,<sup>18</sup> não há nenhum débito de minha parte”.<sup>25-32</sup> Diante de Ilšu-ibbišu, juiz, diante de Sîn-Šarrum, juiz, Warad-zibnum, tenente, Manûm, governador, Ana-panī-ilī, jardineiro, Ahuwaqar, soldado, Ubar-Šamaš, Sîn-eriš, escreva.

a) Sîn-Šarrum, filho de Musaya, servidor de Išum;

b) Ilšu-ibbišu, filho de Ahu[...].

Este documento ilustra bem a prática de resolução de uma disputa sobre propriedade. Na ausência de documentos e de testemunhas que presenciaram o negócio, as partes em litígio dirigem-se à um dos templos da cidade<sup>19</sup> e prestam juramento diante do deus. Depois disso, os juizes do templo proclamam uma sentença que deve ser cumprida.

O texto é selado por duas testemunhas, ambas juizes de profissão. Ao analisarmos a constituição dessas testemunhas vemos que, com exceção de um soldado e um jardineiro, todos os outros pertencem às mais altas categorias sociais, o que pode ser um indicío do círculo de amizades e da própria condição social de Šēp-Sîn, como importante homem de negócios da cidade de Larsa.

(16) Em uma tradução livre teríamos: o pagamento não foi realizado integralmente.

(17) Nin-marki é uma divindade local, descendente de Ea, o criador dos Homens, segundo a mitologia mesopotâmica.

(18) Para uma versão livre teríamos: eu paguei integralmente.

(19) A religião mesopotâmica tinha caráter politeísta, sendo assim as cidades possuíam vários templos, cada um dedicado a um deus em particular.

Temos aqui um segundo documento (YOS VIII, 151) referente à empréstimo de prata.

#### Nº 5 (9/XII/RS 56)

1 gín igi-6-gál 6 še kù-[babbar]  
 2 ki še<sub>20</sub>-ep<sup>d</sup>EN.ZU  
<sup>d</sup>EN.ZU-uru<sub>4</sub>  
 4 šu ba-an-ti  
 iti sig<sub>4</sub>-a  
 6 kù i-lá-e  
 igi puzur<sub>4</sub>-<sup>d</sup>utu  
 8 igi bé-el-šu-nu  
 kišib lú-ki-inim-ab-bi-meš  
 10 ib-ra-aš  
 iti še-kin-ku<sub>3</sub> u<sub>4</sub>-9-<sup>Γ</sup>ka<sup>m</sup><sup>Γ</sup>  
 12 mu ki-27 i-si-<sup>Γ</sup>in-na<sup>ki<sup>Γ</sup></sup>

envelope

1 gín igi-6-gál 6 še kù-babbar

selos a) puzur<sub>4</sub>-<sup>d</sup>utu  
 dumu nu-úr-<sup>d</sup>utu  
 ir <sup>d</sup>utu

b) bé-el-šu-nu  
 dumu <sup>d</sup>EN.ZU-<sup>Γ</sup>qí-šā<sup>Γ</sup>-[am]  
 ir<sup>d</sup>[...]

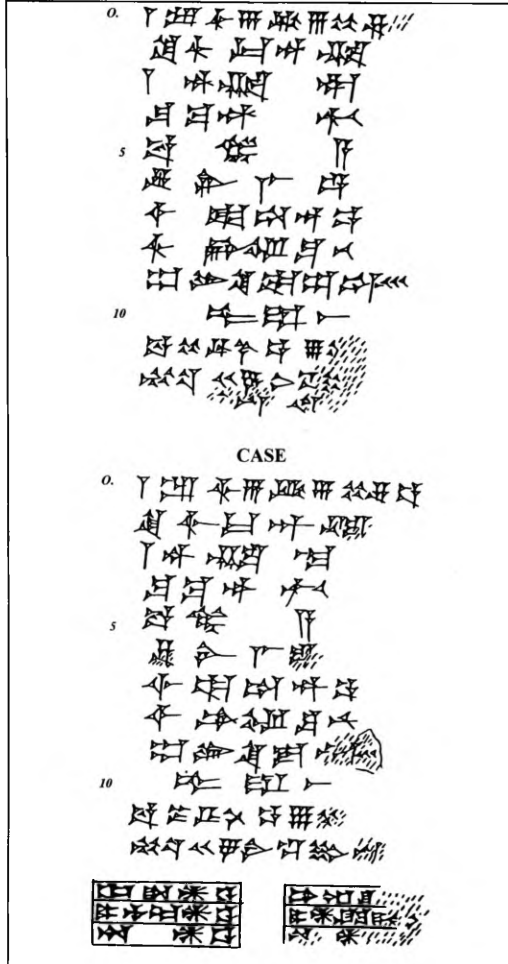
<sup>1-6</sup> 1 1/6 siclos 6 še de prata Sîn-eriš recebeu de Šēp-Sîn. No mês Simānu ele pagará a prata.<sup>7-10</sup> Diante de Puzur-Šamaš, diante de Bēlšunu. Os selos das testemunhas foram apostos.

a) Puzur-Šamaš, filho de Nūr-Šamaš, servidor de Šamaš;

b) Bēlšunu, filho de Sîn-iqīšam, servidor de [...].

Por sua vez, o texto nº 5, que se constitui em um recibo por empréstimo de prata, aparece selado por duas testemunhas. Observamos, aqui, uma coincidência entre o onomástico teônimo e a divindade pessoal, isto é, o deus protetor individual ou familiar (Šamaš) é o mesmo que compõe uma parte dos nomes próprios do pai, Puzur-Šamaš e do filho, Nūr-Šamaš. Mais uma vez o pagamento deverá ser efetuado no terceiro mês do calendário assírio (maio/junho).

Nº 5



Finalmente temos o texto nº 6 (TEBA II, 14) que certifica a realização de um empréstimo *in natura*, isto é, em cereais, forma bastante utilizada na época.

Nº 6 (20/XII/RS 58)

- 1 𒀭 pi še
- 2 e-zi-ib pi-i ku-nu-[ki-šš]
- ki še<sub>20</sub>-ep<sup>d</sup>EN.ZU
- 4 𒀭id-la-ma-s[ī]
- dam ku-ru-uš-šiš
- L.6 šu ba-an-ti
- A. iti sig<sub>4</sub>-a
- 8 kù i-lá-[e]
- igi [x]
- 10 𒀭igi

- 12 iti še-𒀭kin<sup>l</sup>-[ku<sub>3</sub>] u<sub>4</sub>-𒀭20<sup>l</sup>-[kam]
- mu ki-29

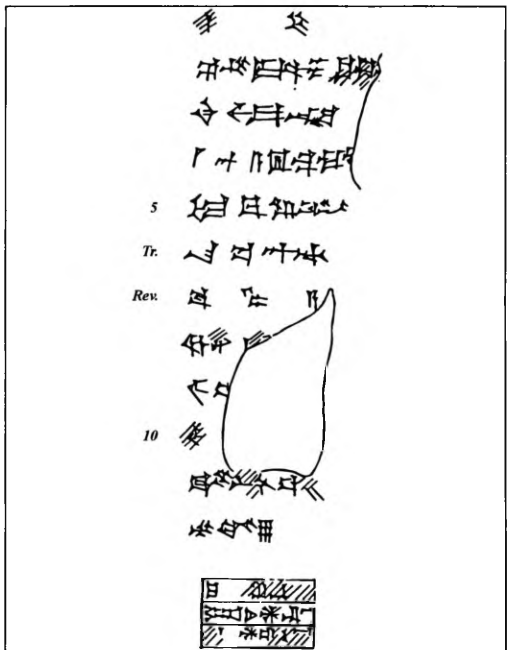
selo ku-ru-𒀭us<sup>l</sup>-[šiš]  
 dumu ši-lá<sup>d</sup>EN.𒀭ZU<sup>l</sup>  
 [i]r 𒀭MAR.TU<sup>l</sup>

<sup>1-6</sup> 1 pi<sup>20</sup> de cereal, em separado a obrigação estabelecida por este tablete selado, Nārum-lamassi, esposa de Kurušiš recebeu de Šep-Sîn. <sup>7-8</sup> No mês Simānu ela pagará a prata. Diante de (...).

a) Kurušiš, filho de Šilli-Sîn, servidor de Amurrum.

O texto nº 6 apresenta um raro caso de utilização do selo-cilindro por uma mulher, Nārum-lamassi, que recebe uma quantidade de cereal e certifica o documento com o selo de seu esposo, chamado Kurušiš. O pai deste, Šilli-Sîn, aparece, por outro lado, como o vizinho do terreno vendido através do contrato nº 2. É interessante notar que o pagamento do cereal deverá ser feito em prata e não mais *in natura*. Novamente o mês indicado para o pagamento é Simānu, logo após as colheitas.

Nº 6



(20) Unidade de medida de capacidade equivalendo a 60 litros.

Pretendemos demonstrar a importância do estudo dos selos-cilindros, ainda quando só dispomos de dados epigráficos. Esses vêm enriquecer a análise histórica e, às vezes, permitir uma maior compreensão acerca dos estudos prosopográficos, das relações familiares e das práticas religiosas exercidas por estes indivíduos.

Os documentos aqui analisados são bastante representativos da diversidade tipológica dos textos cuneiformes deste período, da atuação do setor privado na economia paleobabilônica e da preocupação em garantir a autenticidade dos mesmos com a aposição sistemática de selos-cilindros em tabletes e envelopes.

POZZER, K.M.P. Mesopotamian cylinder seals – an epigraphic study. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 163-174, 2000.

ABSTRACT: The study of cylinder seals is important not only because of its iconography but also because of inscriptions. This article analyzes some texts of a rich merchant from Larsa in the Old Babylonian period. The documents are representative of the type diversity of the cuneiform texts from this period, of the influence of private sector in the Old Babylonian economy and of the importance to assure the authenticity of a document by the systematic printing of the cylinder seals in the tablets and envelopes.

UNITERMS: Mesopotamia – Cylinder Seal – Epigraphy – Private Archives – Cuneiform Tablets.

### Referências bibliográficas

- ANBAR, M.  
1975 Textes de l'époque Babylonienne Ancienne (TEBA I). *Revue d'Assyriologie et d'Archéologie Orientale*, 69: 109-136.  
1978 Textes de l'époque babylonienne ancienne II: Les archives de Šep-Šîn (TEBA II). *Revue d'Assyriologie et d'Archéologie Orientale*, 72 (2): 113-138.  
1989 *Notes Assyriologiques Brèves et Utilitaires*, nota 83.  
1995 *Notes Assyriologiques Brèves et Utilitaires*, nota 65.
- CHARPIN, D.  
1985 Des scellés à la signature: l'usage des sceaux dans la Mésopotamie antique. A.-M. Christin (Ed.) *Écritures II*, Le Sycomore: 13-23.  
1990 Les Divinités Familiales des Babyloniens d'après les Légendes de Leurs Sceaux-Cylindres. Ö. Tunca (Ed.) *De la Babylonie à la Syrie, en passant par Mari*. Liège: 59-78.
- FAUST, D.  
1941 *Contracts from Larsa-Dated in the Reign of Rim-Sin*. YOS VIII, New Haven.
- GELB, I.  
1977 Typology of Mesopotamian Seal Inscriptions. Mc Gibson; R. Biggs (Eds.) *Seals and Sealing in the Ancient Near East*. BiMes 6, Malibu: 107-126.
- LEEMANS, W.F.  
1982 La Fonction des Sceaux, apposés à des Contrats Vieux-babyloniens, AŞ ZIKIR ŞUMIM. Leiden: 119-244.
- POZZER, K.M.P.  
1996 *Les Archives Privées de Marchands à Larsa Pendant la Deuxième Moitié du Règne de Rim-Sîn*. Tese de Doutorado em História, Université de Paris I – Panthéon-Sorbonne.  
1998 A Escrita Cuneiforme no Antigo Oriente Próximo: Origens e Desenvolvimento. M.M. Bakos; K.M.P. POZZER (Orgs.) *Anais da III Jornada de Estudos do Oriente Antigo*: Línguas, Escritas e Imaginários, Porto Alegre, Coleção História 20, EDIPUCRS: 39-55.
- RENGER, J.  
1977 Legal Aspects of Sealing in Ancient Mesopotamia. Mc Gibson; R. Biggs (Eds.)

- Seals and Sealing in the Ancient Near East*. BiMes 6, Malibu: 75-88.
- STONE, E.; OWEN, D.I.  
1991 Adoption in Old Babylonian Nippur and the Archive of Mannum-mešu-li«ur. Eisenbrauns: Winona Lake.
- TANRET, M.; JANSSEN, C.  
1992 *Notes Assyriologiques Brèves et Utilitaires*, nota 85.
- WHITING, R.  
1977 Sealing Practices on House and Land Sale Documents at Eshnunna in the Isin-Larsa Period. Mc Gibson; R. Biggs (Eds.) *Seals and Sealing in the Ancient Near East*, BiMes 6, Malibu: 67-74.

*Recebido para publicação em 4 de maio de 2000.*

## MULHER E COLHEITA DE FRUTAS NA *PÓLIS* ATENIENSE: ANÁLISE ICONOGRÁFICA DOS VASOS ÁTICOS DE FIGURAS NEGRAS E VERMELHAS

André Leonardo Chevitarese\*

CHEVITARESE, A.L. Mulher e colheita de frutas na *pólis* ateniense: análise iconográfica dos vasos áticos de figuras negras e vermelhas. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 175-187, 2000.

**RESUMO:** Ao fazer um levantamento sistemático das cenas de colheita de frutas nos vasos áticos de figuras negras e vermelhas, constata-se uma relação direta entre o desempenho dessa atividade agrícola e as mulheres. Pretende-se com este trabalho estabelecer possíveis explicações dessa associação, a priori pouco comum para os padrões da cultura ateniense, a partir do exame dos vasos atenienses e da tradição literária.

**UNITERMOS:** Vasos – Atenas – Ática – Mulher – Colheita de Frutas – História Social.

Constata-se uma quase ausência de informações sobre o tema proposto para análise. Este dado pode ser explicado não apenas pela característica da documentação textual que chegou até nós, como, também, pelos próprios objetos pesquisados pela historiografia em séculos recentes. Enunciaram-se estes dois aspectos de maneira introdutória, objetivando situar apenas e tão somente o tema deste trabalho.

Os textos antigos gregos, trazendo uma característica marcadamente misógina, estão muito mais interessados em associar a *πολίτις* com o modelo *μέλισσα*, situando-a, portanto,

no espaço do *οἶκος*, do que inseri-la no âmbito das atividades externas à casa. O objetivo dos autores antigos, neste sentido, é o de falar acerca da filha e / ou da esposa do cidadão, principalmente se o *πολίτης* pertencer ao grupo dos *καλοὶ καγαθοί*, situando-as respectivamente no espaço do gineceu. As suas atividades são o tear, a roca e o bom ordenamento das coisas no interior do *οἶκος*, muito embora, sobre este último aspecto, a palavra final dependerá do pai ou marido. Quando o objeto trabalhado pelos textos antigos gregos é a filha ou esposa do cidadão rico, dificilmente as informações ultrapassam os limites das paredes da casa, muito embora seja possível encontrar poucos passos e indícios nestes mesmos textos acerca das atividades que elas desempenharam na esfera pública (Lessa 1996). Obviamente que estas poucas passagens e indícios, acrescidos

(\*) Laboratório de História Antiga, Departamento de História. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

do próprio silêncio, pensado aqui como um não-dito, dos textos antigos, têm permitido ao pesquisador contemporâneo construir hipóteses, a partir de novas bases teóricas, descortinando um universo feminino, mesmo para as filhas e esposas dos *καλοί καγαθοί*, bem diferente do que aquele idealizado pelos autores gregos.<sup>1</sup>

No campo da historiografia, constata-se uma preocupação excessiva com objetos e temas marcadamente urbanos. Este aspecto serve mesmo para demonstrar a forte dependência que os historiadores da Antigüidade grega têm dos textos antigos. Muito embora possam ser citadas algumas dezenas de pesquisas em curso ou já concluídas sobre os espaços rurais de inúmeras *pólis* gregas, estas ainda não foram capazes de alterar a relação presente nos livros sobre antigüidade grega, qual seja: *pólis* como sinônimo de cidade, de espaço urbano. Os recentes trabalhos relacionados à *χωρα* antiga parecem ainda leituras distantes de muitos pesquisadores preocupados em reforçar a urbanidade do mundo *políade*, seja através das *ágoras*, *acrópolis*, teatros e outras construções magníficas, por um lado, seja através das festas, jogos, procissões e espetáculos, por outro (Snodgrass 1987: 67, Osborne 1987: 3). Todos estes elementos ajudam a reforçar apenas um aspecto constituinte da *pólis*, qual seja, a *ἄστυ*. É no seu interior que o *πολίτης* se torna civilizado. Neste caso, ser civilizado é ser cidadão, é viver no espaço urbano. Este aspecto projeta um quadro de violenta oposição ao *ἄγροικος*, à vida na *χωρα*. Constata-se, porém, um ponto sempre presente nos atuais discursos historiográficos: a importância do espaço rural para a sociedade *políade*.

(1) Aguarda-se o resultado da pesquisa de doutorado de Fábio de Souza Lessa, desenvolvida atualmente no Programa de Pós-Graduação em História Social, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A sua pesquisa, denominada preliminarmente *Mélissa e Redes Sociais Informais na Pólis Ateniense*, procura demonstrar, a partir das análises teóricas de Michel de Certeau, que a participação da esposa bem-nascida em grupos informais representa uma de suas táticas para subverter a dominação cultural masculina no interior de Atenas durante o período clássico.

Os argumentos utilizados para demonstrar este aspecto são basicamente três: a produção agrícola, o calendário agrícola que ditava o ritmo do ano e o fato de a população ser majoritariamente camponesa. Estes argumentos, muito embora, na minha opinião, estejam corretos, aparecem de uma forma um tanto quanto superficial, sem uma discussão aprofundada. Verifica-se, assim, um tipo de afirmação estéril, já que carece de uma reflexão mais cuidadosa, na maior parte dos discursos historiográficos, qual seja: ao mesmo tempo em que a *χωρα* adquire importância por causa dos três fatores apontados acima, ela aparece vazia e sem vida. Em outras palavras, não é possível ver na maior parte dos discursos históricos o camponês como agente transformador da sua *χωρα*, muito menos perceber as relações que ele estabeleceu com seus vizinhos, o seu envolvimento na política do *dêmos* e da *pólis*, se ele utilizou ou não a mão-de-obra escrava, se a sua mulher e filhos estavam diretamente envolvidos no processo produtivo (Chevitarese: 1997).

O pequeno número de referências sobre o tema deste trabalho se deve muito mais à característica dos textos antigos gregos e à escolha dos objetos desenvolvidos nas recentes pesquisas históricas, do que propriamente a inexistência de pomares ou o número insignificante de indivíduos envolvidos com a atividade de colheita de frutas na *pólis* ateniense. Constata-se, de fato, o pouco interesse dos autores antigos gregos em falar sobre a disseminação de árvores frutíferas, exceção feita às videiras e às oliveiras, entre os agricultores áticos.<sup>2</sup>

Tornando ainda mais explícita a razão para um número inexpressivo de informações acerca da relação entre mulher e colheita de frutas nos textos antigos, podem ser apontados dois aspectos não necessariamente excludentes, mas complementares: de imediato, aqueles que realizavam as colheitas de frutas eram, em muitos casos, pequenos agricultores, detentores da cidadania ateniense, que se tornavam

(2) Uma leitura atenta das comédias de Aristófanes, do *Econômico* de Xenofonte e *De Causis Plantarum* de Teofrasto deixa transparecer a presença de figueira, macieira, romãzeira, marmeleiro e amendoeira.



trabalhadores sazonais, em épocas de pico agrícola, como forma de complementarem os seus rendimentos. Estes cidadãos desempenhavam estas atividades ao lado de uma mão-de-obra estrangeira livre, como os metecos, ou escrava. O segundo motivo estaria relacionado ao fato de as mulheres representarem uma parcela significativa da mão de obra utilizada na colheita de frutas. Muito embora, como será visto mais abaixo, seja difícil precisar os seus estatutos sociais, pode ser argumentado que elas não seriam necessariamente de origem escrava. Em ambos os casos, no entanto, o número inexpressivo de informações nos textos antigos pode estar relacionado ao fato de os autores gregos estarem localizados no espaço urbano, desdenharem a atividade manual, terem dificuldade em admitir que o agricultor viesse a ser cidadão, pelo menos, que ele detivesse a cidadania plena e que a mulher, no caso de ela ser uma *πολίτις*, desempenhasse qualquer tipo de atividade fora daquelas previstas no modelo *μέλισσα*.

O segundo aspecto mencionado acima, qual seja, mulheres envolvidas com colheita de frutas, embora passe praticamente despercebido nos textos antigos,<sup>3</sup> faz-se presente, através das imagens, nos vasos áticos de figuras negras e vermelhas. Os Quadros 1 e 2 mostram as formas e o total de vasos produzidos na *pólis* ateniense nos períodos arcaico e clássico.

**Quadro 1**

Cenas de Colheita de Frutas na Cerâmica Ática de Figuras Negras	
Lécito	13
Ânfora	4
Enócoa	4
Taça	3
Esquifo	2
Hídria	1
Total	27

(3) Conheço apenas três passagens diretamente conectadas com mulheres envolvidas em atividades de colheitas: as duas primeiras estão associadas com o trabalho assalariado sazonal na época de pico agrícola (Pollux. *Onomasticon* 7,141 e 7,150) e a terceira

**Quadro 2**

Cenas de Colheita de Frutas na Cerâmica Ática de Figuras Vermelhas	
Taça	2
Lécito	1
Esquifo	1
Hídria	1
Cratera	1
Total	6

Os Quadros oferecem, a partir de uma comparação entre eles, alguns importantes dados. O Quadro 1 apresenta um total de vinte e sete cenas de colheita de frutas relacionadas com mulheres, envolvendo seis diferentes formas de vasos, entre o último terço do sexto e o primeiro quartel do quinto séculos. O principal vaso utilizado como suporte neste período foi o lécito, com treze cenas, perfazendo um total de 48,15% das imagens. Já o Quadro 2 oferece um total de seis cenas de colheita de frutas associadas com mulheres, abarcando cinco formas diferentes de vasos. O mais importante vaso utilizado como suporte foi a taça, com duas cenas, perfazendo um total de 33,33% das imagens. Estes dados sugerem cinco aspectos relevantes: de imediato, constata-se uma violenta redução no número de cenas envolvendo mulheres e colheita de frutas entre os vasos áticos de figuras negras e vermelhas, isto é, de vinte e sete para seis imagens respectivamente ou de aproximadamente 75% entre uma técnica e outra; segundo, há uma pequena diminuição no número das formas de vasos utilizadas como suportes para as imagens, isto é, de seis (figuras negras) para cinco (figuras vermelhas); terceiro, o lécito que concentrava 48,15% das imagens de mulheres colhendo frutas nos vasos áticos de figuras negras, oferece apenas um único exemplar na cerâmica ática de figuras vermelhas; quarto aspecto, enquanto a cratera foi utilizada pelos pintores

relacionada com a colheita de uvas (Demóstenes 57, 45). O orador deste discurso observa que as mulheres chegaram à condição de vindimadoras (*τρουγήτριαι*) por causa da extrema pobreza.

áticos de figuras vermelhas, muito embora ela estivesse ausente na técnica anterior, a ânfora e a ânfora representando respectivamente 14,28% das cenas deixam de ser utilizadas como suporte para as cenas de mulheres colhendo frutas nos vasos de figuras vermelhas; por fim, não deve ser perdido de vista que o número de cenas envolvendo colheita de frutas, no particular, e o de cenas rurais, no geral, é extremamente reduzido, principalmente se comparado com outros temas desenvolvidos pelos pintores de vasos entre o sexto e quarto séculos.<sup>4</sup>

Um maior detalhamento dos dados advindos dos Quadros 1 e 2 será de grande valia para uma melhor compreensão da relação envolvendo mulheres e colheita de frutas na cerâmica ática. Este aprofundamento se dará a partir de duas questões básicas: primeira, qual seria o período de tempo coberto pelas cenas de mulheres colhendo frutas nos vasos áticos? Sobre esta questão, deve ser observada, de imediato, uma certa dificuldade em datar de forma absoluta os vasos relacionados com esta temática. Eles podem ser situados, no entanto, entre 510 e 450. Observa-se, assim, que as referidas cenas cobrem um período de tempo relativamente curto, coexistindo inclusive o emprego das técnicas de figuras negras e vermelhas, principalmente através do pintor Haimon. Segunda questão: quais seriam as informações passíveis de serem extraídas das imagens de mulher e colheita de frutas? Esta pergunta pode começar a ser respondida a partir de uma rápida comparação entre os três

(4) Identifiquei, na minha Tese de Doutorado, um total de 103 vasos relacionados com cenas rurais, cobrindo um total de oito temas (caça, apisoamento das uvas, colheita de frutas, pesca, cruzamento e caracterização dos animais de tiro, cenas pastoris, mulheres retirando água de poços rurais, caracterização dos camponeses áticos) na cerâmica ática de figuras vermelhas. A minha atual pesquisa, que ainda está em curso, já identificou 248 vasos relacionados com cenas rurais, cobrindo um total de quatorze temas (caça, colheita de frutas, apisoamento das uvas, pastores e rebanhos, trabalho agrícola, colheita de azeitona, apicultura, caça aos pássaros, fabricação e venda do azeite, fabricação da farinha e do pão, pesca, colheita de uva, fonte campestre, banho de mar ou rio) na cerâmica ática de figuras negras.

grandes grupos de imagens relacionados com a colheita de frutas: videiras, oliveiras e árvores frutíferas não especificadas.

Com relação ao primeiro grupo – colheita de uvas – observa-se a existência de apenas uma única cena diretamente relacionada com esta atividade na cerâmica ática de figuras negras e vermelhas (CVA, France, 5, pls. 29, 3 e 30, 3; Malagardis 1988: 127, figura 11d; Bertrand e Brunet 1993: 178). Trata-se de uma imagem raríssima, já que ela é inclusive realizada por homens. Observam-se jovens por entre os galhos, suspensos por estacas (*χάρακες*), colhendo enormes cachos de uvas, enquanto outros quatro colheiteiros, localizados no chão, colhem outros. Dois grandes cestos já estão cheios de frutos. É digno de menção o instrumento utilizado pelo trabalhador que está localizado no extremo esquerdo da cena. Ele segura um utensílio encurvado, um tipo de faca, denominada de *δρέπανον* ou *άρπη*. O que mostra a esmagadora maioria das imagens, no entanto, são cachos de uvas já colhidos, acondicionados em cubas (*σκάφαι*) (Beazley 1963: 569, 39; Sparkes 1976: 64, figura 26) ou cestas (*φορμῶν* ou *κόφιννοι*) (Sparkes 1976: 62, figura 20) prontas para serem apisoadas. Observa-se, com relação às cenas de apisoamento das uvas, um reduzidíssimo número de representações diretamente associadas com seres humanos. Há apenas uma cena situada no primeiro quartel do quinto século (Chevitarese 1997: 353), de um total de trinta e uma imagens (quinze de figuras negras e dezesseis de figuras vermelhas), onde aparecem homens, nunca mulheres, envolvidos no processo de apisoamento das uvas. Esta quase ausência de representações humanas seria decorrência do caráter ritual contido na imensa maioria das imagens, com suas estreitas ligações com o dionisismo. Esta questão ajudaria a explicar, inclusive, o grande número de sátiros, mênades e do próprio Dioniso nestas representações (Chevitarese 1997: 210).

Com relação ao segundo grupo – colheita de azeitonas –, identifica-se um total de quatro cenas. Três delas são exclusivas do universo masculino e uma outra relacionada com mulheres. Todas as imagens deste segundo grupo fazem parte da cerâmica ática de figuras

negras. Verifica-se, em duas delas, a presença de um jovem por entre os galhos das oliveiras recolhendo os seus frutos (para a primeira imagem, ver: CVA, USA, 7, pl. 3, 1-3; Malagardis 1988: 131, figura 13a; sobre a segunda imagem, ver: Beazley 1956: 270, 50; Malagardis 1988: 123, figura 10c). Há uma outra característica comum presente nas duas cenas representadas em ânforas que seria o emprego de grandes varas, sustentadas por pessoas que estão de pé, junto à oliveira ou mesmo pelo jovem que está no galho (para a primeira imagem, ver: CVA, Great Britain, 5, British Museum, 4, pl. 55; Beazley 1956: 273, 116; Amouretti 1986: 74, figura 8; Malagardis 1988: 123, figura 10b; Boardman 1991: figura 186; sobre a segunda imagem, ver: Beazley 1956: 270, 50; Malagardis 1988: 123, figura 10c). Elas servem para derrubar os frutos da árvore. Em ambas as cenas aparecem jovens abaixados, junto ao tronco da oliveira, recolhendo os frutos do chão. Com relação à única cena envolvendo mulheres neste tipo de atividade (ver catálogo A número 27 – ver neste trabalho a Figura 1), verifica-se uma jovem subindo no tronco da oliveira para recolher os seus frutos, enquanto outras seis mulheres perma-

necem no chão observando a sua companheira. Esta cena se aproxima muito daquelas imagens identificadas mais acima com o processo de colheita da uva e da azeitona, onde aparecem também jovens nos troncos ou nos galhos das videiras e das oliveiras.

Com relação ao terceiro grupo – mulheres colhendo frutas de árvores não especificadas – há um total de trinta e duas imagens. Elas estão sempre localizadas junto às árvores. Elas podem colher diretamente as frutas (ver catálogo A número 5 e B número 4 – ver neste trabalho a Figura 2), ou lançar mão do emprego de varas (ver catálogo B número 6 – ver neste trabalho a Figura 3) para retirar os frutos situados nas partes mais altas e extremas da árvore. Esta última técnica é exatamente igual àquela aplicada à colheita de azeitona, onde o emprego de varas também é utilizado não só para acessar as partes mais altas, como, também, as pontas dos galhos. O emprego das varas, em ambos os casos, substituindo a presença de uma pessoa nos locais de difícil acesso, pode estar diretamente relacionado com a preservação da própria capacidade produtiva da árvore frutífera, evitando, pelo emprego desta técnica, que os galhos se quebrassem.



Fig. 1 – Catálogo A (*Figuras Negras*) número 27.



*Fig. 2 – Catálogo B (Figuras Vermelhas) número 4.*



*Fig. 3 – Catálogo B (Figuras Vermelhas) número 6.*

A maioria das cenas de colheita de frutas ocorre com duas mulheres (ver catálogo A números 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26 e B números 4, 5). Elas aparecem nos extremos, com a árvore localizada no centro da imagem. Existem apenas três cenas envolvendo apenas uma única colheiteira (ver catálogo A número 16 e B números 2, 3). Isto representa apenas 9,09% do total de trinta e três imagens. Considerando este dado e acrescentan-

do as informações advindas dos dois outros grupos de imagens envolvendo a colheita da uva e da azeitona, este processo parece ocorrer em equipe. Verifica-se um bom número de imagens relacionadas com grupos de três a sete participantes (ver catálogo A números 5, 10, 12, 25 (ver neste trabalho a Figura 4), 27 e B número 1, 6) realizando esta atividade. Nas cenas envolvendo uma ou duas mulheres, elas podem aparecer sentadas em cadeiras ou em pé junto às árvores,



segurando em uma das mãos pequenos cestos com ou sem alça, ou tendo perto de si grandes cestos depositados no solo, onde os frutos são depositados. Em algumas cenas as mulheres podem não estar realizando a colheita de frutas, mas o fato de elas estarem sentadas perto ou próximas às árvores com (ou sem) cestos, sugere que a referida atividade rural já foi realizada, está em curso ou será executada em breve (Webster 1972: 244). Nestas cenas nunca é utilizado o trabalho de varas. Estas só aparecem em imagens envolvendo um grupo maior de participantes. Consta-se, neste último grupo de cenas, uma clara divisão do trabalho. Existem aquelas mulheres que retiram os frutos das partes mais altas e das pontas dos galhos mais externos com o auxílio de varas; há uma segunda equipe de colheiteiras que colhe os frutos das partes mais baixas da árvore ou aqueles caídos no chão depositando-os nos grandes cestos; uma terceira equipe fica responsável por carregar os cestos repletos de frutos.

Parece então que as cenas envolvendo mulheres e colheita de frutas podem sofrer dois processos distintos de leituras ou de interpretação: o primeiro está relacionado com aquelas imagens que mostram uma ou duas mulheres segurando com uma das mãos pequenos vasos, com ou sem alças. Constatam-se, nestas cenas, duas possíveis leituras: 1<sup>a</sup>. Trata-se de uma rápida ida ao pomar com o claro objetivo de colher uma pequena quantidade de frutas para

atender às necessidades imediatas do consumo familiar; 2<sup>a</sup>. Trata-se de cenas rituais, onde a esposa do senhor do *οἶκος*, sozinha ou acompanhada da filha, por exemplo, ao colher uma fruta simboliza o início dos trabalhos agrícolas relacionados com a colheita. O segundo processo está associado com aquelas imagens envolvendo grupos maiores de mulheres. A leitura, neste caso, está diretamente relacionada com a realização de uma atividade agrícola disseminada por todo o espaço rural ateniense. Os elementos presentes nestas cenas ajudam a reforçar esta interpretação: a presença das varas e dos grandes cestos repletos de frutos, por um lado, a visível divisão de tarefas e o esforço da jovem que sobe no tronco da árvore para colher frutos, por outro. Todos estes elementos deixam transparecer, da mesma forma que as cenas relacionadas com o processo de colheita da uva e da azeitona, uma nítida preocupação do pintor em construir não uma cena ritual, mas uma atividade rural bem disseminada pela Ática.

Estas conclusões devem ser vistas com cautela. Este cuidado se deve a três fatores básicos: as informações contidas na documentação antiga grega, relativas aos pomares e à colheita de frutas, são esparsas e superficiais; há poucos estudos realizados até o momento sobre o tema em questão; a minha pesquisa ainda está em curso, logo os resultados obtidos não são conclusivos, mas parciais e preliminares.



Fig. 4 – Catálogo A (Figuras Negras) número 25.

## Catálogo das cenas de colheita de frutas nos vasos áticos

### A. Figuras Negras

1 – Lécito ático de figuras negras. Baltimore, Walters Art Gallery. Inventário: 48.245. Manner of the Haimon Group.

**Bibliografia:** Beazley 1956: 554, 401; Webster 1972: 247 (b).

**Descrição:** mulheres no pomar balançando árvore frutífera.

2 – Lécito ático de figuras negras. Paris, Musée du Louvre. Inventário: CA 2913. The Group of Brussels A 1311.

**Bibliografia:** Beazley 1956: 488, 3; Webster 1972: 246 (b); Malagardis, 1988: 130, nota 150.

**Descrição:** mulheres sentadas junto a uma árvore frutífera.

3 – Lécito ático de figuras negras. Atenas, National Museum. Inventário: 1098 (CC. 925). Prov. Mégara. The Kalinderu Group.

**Bibliografia:** Beazley, 1956: 503, 1; Webster, 1972: 246 (b).

**Descrição:** mulheres sentadas junto a uma árvore frutífera.

4 – Lécito ático de figuras negras. Palermo, Collezione Mormino (Banco di Sicilia). Inventário: 684. Data: início do quinto século.

**Bibliografia:** CVA, Italia, 50, pl. 12, 1-2.

**Descrição:** no centro da cena está uma árvore frutífera repleta de frutos pretos e brancos. Há duas mulheres colhendo frutas. A da direita, voltada para a esquerda, usa *quítion* e manto, tem o cabelo preso, caindo por detrás da nuca, está sentada em um banco (ou um pequeno tronco de árvore?) por entre os galhos da árvore colhendo os frutos. Aquela situada na esquerda, voltada à direita, usa *quítion* e manto, tem os cabelos presos na altura da nuca, está sentada em um banco branco (?) colhendo os frutos. Ambas as mulheres depositam os frutos em um grande cesto, situado entre elas, que já está cheio até a boca.

5 – Lécito ático de figuras negras. Braunschweig, Herzog Anton Ulrich - Museum. Inventário: P 2. Prov. Eretria. Manner of the Haimon Painter.

**Bibliografia:** CVA, Deutschland, 4, pls. 10, 18 e 11, 9; Beazley 1956: 554, 400.

**Descrição:** no centro da cena está uma árvore frutífera. Ela tem, por entre os seus longos galhos, pequenos frutos. Identificam-se, também, outros frutos maiores brancos e pretos. Há três mulheres colhendo estes últimos frutos. Duas delas estão localizadas à direita da árvore. Aquela próxima ao tronco está voltada para a esquerda, com a cabeça virada para cima, como se estivesse procurando frutos por entre os galhos mais altos, usa *quítion* e manto e tem praticamente os seus cabelos presos por um tipo

de touca, deixando apenas uma parte deles caindo por detrás da nuca. Atrás dela está uma outra mulher, voltada para a esquerda, cabelos presos na altura da cabeça, vestindo *quítion* e manto, observando atentamente o trabalho das suas duas colegas. Aquela situada na esquerda, voltada à direita, usa *quítion* e manto, o rosto está encoberto pelos cabelos, tem o seu braço direito completamente esticado, buscando recolher um fruto preto.

6 – Lécito ático de figuras negras. Viena, Universität. Inventário: 739, 6. The Kalinderu Group.

**Bibliografia:** CVA, Deutschland, 5, pl. 6, 11; Beazley 1956: 503, 2; Webster 1972: 246 (b).

**Descrição:** no centro da cena está uma árvore frutífera com os seus galhos marcados por pontos escuros (frutos?). Entre ela, há duas mulheres sentadas em divrói colhendo frutas. Elas estão usando *quítion* e manto. Há um cesto no chão, junto aos galhos, entre as duas mulheres.

7 – Lécito ático de figuras negras. Atenas, National Museum. Inventário: E 1833. The Kalinderu Painter.

**Bibliografia:** Beazley 1956: 504, 1; Webster 1972: 246 (b).

**Descrição:** mulheres sentadas junto a uma árvore frutífera, com um veado entre elas.

8 – Lécito ático de figuras negras. Atenas, École Française. Inventário: V 75. Prov. Thera (?). Data: 525-475. The Haimon Painter.

**Bibliografia:** Beazley 1956: 554, 403; Carpenter 1989: 135; Webster 1972: 247 (b); Maffre 1972: 52 (nº 95) e 53, fig. 37 a-b (p. 51).

**Descrição:** no centro da cena está uma árvore frutífera plantada em um grande vaso (πίθος?). À sua volta, estão duas mulheres sentadas em δίφροι, vestindo *quítion* e manto. Os ramos da árvore esparramam-se pelo chão.

9 – Lécito ático de figuras negras. Paris, Musée du Louvre. Inventário: F 456. Manner of the Haimon Painter.

**Bibliografia:** Beazley 1956: 554, 404; Webster 1972: 247 (b).

**Descrição:** mulheres sentadas junto a uma árvore.

10 – Lécito ático de figuras negras. Havard, University, Fogg Museum. Inventário: 6.1908. The Class of Athens 581. Data: 500-475.

**Bibliografia:** CVA, USA, 8, pl. 21, 6; Beazley 1956: 505, 1; Webster 1972: 247 (b).

**Descrição:** no centro da cena está uma árvore frutífera com o tronco retorcido. Há três mulheres, sendo que duas delas estão colhendo frutas. A da direita, voltada para a esquerda, usa *quítion* e manto, sentada em um banco (δίφρος), tem uma fita na

cabeça. O seu braço direito alcança os galhos mais altos da árvore. Há uma mulher, atrás da que está sentada. Ela tem o braço direito levantado e o esquerdo no quadril. Aquela situada na esquerda, voltada para a direita, cabeça virada para trás, usa *quítion*, está em pé, tem os dois braços levantados e uma fita na cabeça.

**11** – Lécito ático de figuras negras. Roman Market. Manner of the Emporion Painter.

**Bibliografia:** Beazley 1956: 586, 10.

**Descrição:** mulheres no pomar.

**12** – Lécito ático de figuras negras. Rio de Janeiro, Museu Nacional. The Haimon Painter. Data: 500-475.

**Bibliografia:** Sarian e Leal, s/data, 84, fig. 10 (p. 85).

**Descrição:** no centro está uma árvore frutífera com seus ramos marcados por pontos brancos e pretos (frutos?). À sua volta, há quatro mulheres colhendo frutas: duas de cada lado da árvore. Na parte mais à direita da cena está uma mulher voltada para a direita, com uma fita vermelha ao redor da cabeça, vestindo *quítion* e manto. Ela está situada entre dois galhos. Mais ao centro da cena, está uma outra mulher voltada para a esquerda, com uma fita vermelha ao redor da cabeça, vestindo *quítion* e manto, com as duas mãos junto ao tronco. No extremo esquerdo da cena, há uma terceira mulher voltada para a direita, com uma fita vermelha ao redor da cabeça, usando *quítion* e manto, por entre os galhos, com a mão direita buscando pegar um fruto. No centro da cena, uma mulher voltada para a direita, com uma fita vermelha ao redor da cabeça, vestindo *quítion* e manto, tendo próxima de si muitos galhos repletos de frutos. Junto ao tronco estão duas cestas com frutos.

**13** – Lécito ático de figuras negras. Atenas, Ceramisque. Inventário: “Stais” 1896. The Haimon Painter.

**Bibliografia:** Beazley 1956: 553; Haspels 1936: 244, 62; Webster 1972: 247 (b).

**Descrição:** mulheres no pomar.

**14** – Ânfora ática de figuras negras. Once Roman, American Academy. Inventário: 547. The Red-Line Painter.

**Bibliografia:** Beazley 1956: 604, 67.

**Descrição:** mulheres no pomar sacudindo as árvores.

**15** – Ânfora ática de figuras negras. Munique, Museum Antiker Kleinkunst. Inventário: 1643 (J.540). Prov. Vulci. The Red-Line Painter.

**Bibliografia:** Beazley 1956: 604, 68.

**Descrição:** mulheres no pomar colhendo frutas.

**16** – Ânfora ática de figuras negras. Copenhagen, National Museum. Inventário: Chr. VIII 318. The Kalinderu Group. Prov. Atenas.

**Bibliografia:** CVA, Danemark, 3, pl. 109, 1 a-b; Beazley 1956: 504; Webster 1972: 247 (b).

**Descrição:** (a) No centro da cena está uma mulher, voltada para a direita, sentada em um banco (*δίφορος*), vestindo *quítion* e manto, com a sua mão esquerda estendida. À sua direita está uma cepa de vinha, cujos ramos estão carregados de cachos brancos que se espalham pelo chão.

(b) Uma cena muito parecida. No centro está uma mulher sentada em um banco (*δίφορος*), voltada para a direita, vestindo *quítion* e manto. Parece existir, em frente a esta mulher, traços imprecisos de uma outra personagem (?).

**17** – Ânfora ática de figuras negras. Sevres, Musée Ceramique. The Edinburg Painter.

**Bibliografia:** Haspels 1936: 220, 75; Webster 1972: 246 (b); Malagardis 1988: 130, nota 150.

**Descrição:** mulheres sentadas junto a uma árvore frutífera.

**18** – Enócoa ática de figuras negras. Munique, Museum Antiker Kleinkunst. Inventário: 1998 (J.1140). Manner of the Haimon Painter.

**Bibliografia:** Beazley 1956: 558, 473; Haspels 1936: 246, 95; Webster 1972: 247 (b); Lau, Brunn and Kell 1877: plate 19, 6.

**Descrição:** mulheres junto a árvore frutífera (lado A).

**19** – Enócoa ática de figuras negras. Paris, Musée du Louvre. Inventário: F 248. Manner of the Haimon Painter.

**Bibliografia:** Beazley 1956: 558, 475; Haspels 1936: 246, 3; Webster 1972: 247 (b).

**Descrição:** mulheres sentadas junto a uma árvore frutífera.

**20** – Enócoa ática de figuras negras. Once Tynemouth Hall. Manner of the Haimon Painter.

**Bibliografia:** Beazley 1956: 558, 474.

**Descrição:** mulheres sentadas junto a umas árvores frutíferas.

**21** – Enócoa ática de figuras negras. Paris, Musée du Louvre. Inventário: F 427. Manner of the Haimon Painter.

**Bibliografia:** Beazley 1956: 558, 476; Malagardis 1988: 130, nota 150.

**Descrição:** mulheres sentadas junto a uma árvore frutífera.

**22** – Taça ática de figuras negras. Londres, British Museum. Inventário: B 444. Prov. Camiros. Manner of the Haimon Painter.

**Bibliografia:** Beazley 1956: 561, 531; Webster 1972: 247 (b).

**Descrição:** mulheres no pomar.

**23** – Taça ática de figuras negras. Nauplia, Museum. Inventário: 529. Manner of the Haimon Painter.

**Bibliografia:** Beazley 1956: 561, 620; Webster 1972: 247 (b).



**Descrição:** duas mulheres sentadas junto a uma árvore (lado A).

24 – Taça ática de figuras negras. Genebra, Musée d'Art et d'Histoire. Inventário: H 235. Manner of the Haimon Painter.

**Bibliografia:** Beazley 1956: 561, 621; Webster 1972: 247 (b).

**Descrição:** duas mulheres sentadas junto a uma árvore.

25 – Esquifo ático de figuras negras. Moscou, Pushkin State Museum of Fine Arts. Inventário: II 1b dep. 25. Manner of the Haimon Painter. Data: 490-480.

**Bibliografia:** CVA, Rússia, 1, pl. 52, 6.

**Descrição:** (a) No centro da cena, há quatro mulheres sentadas em bancos (δῆφοι), tendo uma videira no fundo, com os seus ramos marcados por pontos escuros (frutos?). Da direita para a esquerda: mulher, voltada para a direita, usa *quítton* e manto, cabelo preso na altura da cabeça com um pequeno coque, a mão direita levantada. Uma segunda mulher, corpo representado de frente, cabeça voltada para a esquerda, usa *quítton* e manto, cabelo preso na altura da cabeça com um pequeno coque, braço direito levantado, com a mão tocando no ramo da videira. Uma terceira mulher, voltada para a direita, usa *quítton* e manto, cabelo preso na altura da cabeça com um pequeno coque, tem o braço esquerdo levantado, com a mão esquerda tocando no fruto, e o outro braço esticado, com a mão direita parecendo tocar no ramo da videira. No extremo esquerdo da cena, uma mulher voltada para a direita, usa *quítton* e manto, cabelo preso na altura da cabeça com um longo coque, parecendo estar completamente absorvida na realização da sua atividade. As suas mãos estão tocando o ramo da videira.

26 – Esquifo ático de figuras negras. Atenas, Agora. Inventário: P 1319. Prov. Atenas. The Kalinderu Group.

**Bibliografia:** Beazley 1956: 504, 2; Webster 1972: 247 (b); Vanderpool 1946, 296, pl. 47, n° 97.

**Descrição:** (a) No centro da cena está uma árvore frutífera. Há duas mulheres colhendo frutas. A da direita, voltada para a esquerda, tendo apenas parte do seu corpo preservado, usa *quítton* e manto, está sentada em um banco (δῆφος) colhendo frutas. Aquela situada na esquerda, apenas parte da figura está preservada, usa *quítton* e manto, tem o seu braço direito (?) esticado, objetivando colher uma fruta. (b) Parte de uma árvore frutífera. Na direita, uma mulher sentada (faltam os seus pés e a maior parte do banco – ou um tronco de árvore?), voltada para a esquerda, usa *quítton* e manto, está colhendo frutas.

27 – Hídria Ática de figuras negras. Munique, Museum Antiker Kleinkunst. Inventário: 1712A (J.142). Prov. Vulci. The A. D. Painter.

**Bibliografia:** Beazley 1956: 334, 6; Webster 1972: 246 (b); Malagardis 1988: 131, fig. 13b.

**Descrição:** no centro da imagem está uma árvore frutífera (oliveira?) com os seus galhos marcados por pontos brancos e pretos (frutos?). Há sete mulheres (todas em pé, vestindo *quítton* e manto, com os pés pintados de branco) envolvidas no processo de colheita de frutas. Da direita para a esquerda até o centro da cena: na parte mais externa está uma mulher com a cabeça voltada à esquerda, com uma fita em torno da cabeça, cabelos presos, com o braço direito completamente visível, apoiando em sua cabeça um enorme cesto. À sua frente está uma outra mulher, corpo completamente de perfil, voltada para a esquerda, cabeça ligeiramente levantada para cima, uma fita ao redor da cabeça que desce em forma de trança por detrás da nuca alcançando as suas costas, braços estendidos e voltados para cima. Muito embora a maior parte do seu rosto esteja faltando, todos os seus movimentos parecem estar relacionados com a jovem que está subindo no tronco da árvore. Mais para o centro cena, encontra-se uma outra mulher, com a parte inferior do corpo voltada para a direita, cabeça e tronco voltados para a esquerda. Ela tem uma fita ao redor da sua cabeça e tem o seu braço direito visível. Em pé no tronco da árvore está uma mulher, corpo voltado para a direita, braço esquerdo por entre os galhos, como se estivesse recolhendo azeitonas (?), enquanto o braço direito, completamente visível, parece estar segurando no tronco da árvore. Do lado esquerdo até o centro da cena: na parte mais externa está uma mulher representada de perfil, virada para a direita, cabelo preso, observando atentamente o movimento das companheiras. À sua frente encontra-se uma mulher, corpo representado de frente, cabeça ligeiramente inclinada para o alto, observando atentamente a jovem em pé no tronco da árvore. Quase no centro da cena está uma mulher, corpo voltado para a direita, cabeça voltada para cima, braço esquerdo esticado e voltado para cima, enquanto que a sua mão direita segura a ponta do *quítton*, esticando-o para frente. Ela parece estar bastante envolvida com a sua companheira que está no tronco da oliveira (?).

Há inscrições: ΦΙΑΤΟ, ΡΟΔΕ, ΣΙΜΥΛ [Ε], ΤΥΝΙΣ (Τυυνίς), ΚΟΡΙΝΟ (= κοριννώ) ΚΑΛΕ, ΚΑΦΣΙΣ, ΚΟΡΕΝΣ.

## B. Figuras Vermelhas

1 – Taça ática, figuras vermelhas. Musée de Compiègne. Inv. 1090. Prov. Vulci. The Wedding Painter. Data: 475.

**Bibliografia:** CVA, France, 3, pl.17, 9; Beazley 1963: 922, 1; Bérard et Vernant 1984: 91, fig. 129.

**Descrição:** Uma árvore frutífera está localizada no centro da cena. Ao seu redor, cinco mulheres estão colhendo frutas. Duas estão localizadas próximas à árvore. A da esquerda, corpo coberto por *quítton* e

manto, fita na cabeça, cabelo comprido preso, braço direito estendido para frente, em direção à árvore, segura com a mão esquerda, pela alça, um cesto, com três pezinhos na base. Aquela situada à direita, corpo coberto com *quítton* e manto, fita na cabeça, cabelo comprido preso, usa o próprio manto como receptáculo para as frutas que caem da árvore. Encontram-se, atrás dela, duas outras mulheres. Elas parecem estar conversando. Aquela voltada para a direita tem o corpo coberto por *quítton* e manto, inclusive a nuca. A sua companheira, virada para a esquerda, usa *quítton* e manto, fita na cabeça, braço direito levantado, segura na mão esquerda, pela alça, uma cesta, com dois pezinhos na sua base. No extremo do lado esquerdo da cena, há uma outra mulher. Ela veste *quítton* e manto, fita ao redor da cabeça, braço direito levantado, segurando na mão esquerda, pela alça, uma cesta, com os pezinhos na base, e na mão direita uma fruta.

2 – Taça ática, fundo branco. Londres, British Museum. Inv. D. 6. Inv. Atenas. The Sotades Painter. Data: 470-60.

**Bibliografia:** Beazley 1963: 763, 1; Pfuhl 1955: 63-64, fig. 82; Robertson 1992: 188, fig. 198; Robertson 1975: 264.

**Descrição:** O centro da imagem é ocupado por uma árvore frutífera, cuja base está faltando, bem como a maior parte do seu lado esquerdo e da sua área central. No lado direito está uma mulher, voltada para a esquerda, cabeça voltada para cima, circundada por uma fita, cabelos presos, usando um vestido transparente, o qual deixa ver partes do seu corpo. Ela está apoiada na ponta dos pés, braço direito estendido por entre os galhos, com a nítida intenção de pegar uma fruta. O seu braço esquerdo está voltado para baixo, com a sua mão segurando levemente a ponta do vestido.

Há inscrições: ΜΕΛΙΣΙ [ΣΟΤΑ]ΔΕΣ ΕΓΟΙΕΣΕΝ.

3 – Léxico ático, figuras vermelhas. Copenhague, Musée National. Inv. Chr. VIII 863. Prov. Atenas. The L.M. Painter.

**Bibliografia:** CVA, Danemark, 4, pl.167, fig. 4. Beazley, 1963: 1364, 2.

**Descrição:** Uma mulher, voltada para a direita, corpo ligeiramente inclinado para frente, usa *quítton* e fitas para prender os cabelos. O seu braço direito está esticado em direção de uma planta localizada no solo. Ela segura na sua mão esquerda uma flor (ou um fruto?), enquanto a sua mão direita está colhendo uma flor (ou um fruto?).

4 – Esquifo ático, figuras vermelhas. Coleção Privada. The P.S. Painter. Data: 480-70.

**Bibliografia:** Beazley 1971: 353,1; Boardman 1991: 113-14, fig. 205; Robertson 1992: 136, fig. 139.

**Descrição:** (a) No centro da cena está uma árvore frutífera. Duas mulheres estão colhendo frutas. Elas usam *quítton*, manto, cabelos presos e tiaras nas

cabeças. Aquela situada à esquerda segura com a sua mão esquerda, pela alça, uma cesta, com três pezinhos na sua base, e na sua mão direita uma fruta. A outra mulher, localizada à direita da cena, tem o braço direito ligeiramente levantado para frente em direção de sua companheira. Ela segura uma fruta em cada uma das mãos.

Há inscrições: ΓΙΣΤΟΧΣΕΝΟΣ, [Σ]ΥΡΙΣΚΟΣ, ΕΓΟΙ[ΕΣ]ΕΝ, ΧΟΡΟ, ΑΙ.

(b) No centro da cena está uma árvore frutífera. Duas mulheres estão colhendo frutas. Elas usam *quítton*, manto, cabelos presos e tiaras nas cabeças. Aquela situada à esquerda, braço esquerdo ligeiramente levantado, segura com a mão esquerda, pela alça, um cesto, com três pezinhos na sua base, e com a mão direita uma fruta. A outra mulher, localizada à direita da cena, braço direito voltado para baixo, segura com a mão direita uma cesta sem alça (ou ela estaria dobrada, conforme parece sugerir o primeiro arco pintado na cesta?) e na mão esquerda uma fruta.

5 – Hídria ática, figuras vermelhas. Schloss Fasanerie (Adolphseck). Inv. 39. The Perseus Painter (Earlier Mannerists). Data: 460-50.

**Bibliografia:** CVA, Deutschland, 11, tafel 29, 4; Beazley, 1963: 582, 19.

**Descrição:** No centro da cena está uma árvore frutífera. Há duas mulheres colhendo frutas. A da direita, voltada para a esquerda, usa *quítton* e manto, estica o seu braço direito com a intenção de pegar o fruto nos galhos da árvore. Aquela situada na esquerda, voltada à direita, usa *quítton* e manto, touca na cabeça, segura com a mão esquerda, pela alça, um cesto e, com a mão direita, uma fruta.

6 – Cratera ática, figuras vermelhas. Nova Iorque, Metropolitan Museum of Art. Inv. 07.286.74. The Orchard Painter. Data: 460.

**Bibliografia:** Beazley 1963: 523, 1; Richter 1936: 117, fig. 87.

**Descrição:** No centro da cena está uma árvore frutífera. Duas mulheres, próximas da árvore, estão recolhendo frutos em um grande cesto (de vime?) completamente cheio, localizado no solo. A da direita, voltada para a esquerda, usa *quítton* e manto, cabeça ligeiramente levantada, circundada quatro vezes por um fio que prende os seus cabelos. Ela tem o braço direito levantado, segurando com a mão direita uma fruta e com a esquerda outras três. Entre a sua mão direita e a sua cabeça, uma fruta que parece estar caindo. Aquela localizada à esquerda da árvore, voltada para a direita, usa *quítton* e manto, fita passada três vezes ao redor da cabeça, mantendo os cabelos presos. O seu braço direito está esticado para frente com a mão aberta, de modo a pegar duas frutas que caem da árvore. Encontram-se, atrás dela, uma mulher com *quítton* e manto, voltada para a direita, fita ao redor da cabeça, cabelos compridos e soltos. Ela segura, com a mão direita, uma

grande vara usada, talvez, para derrubar as frutas localizadas nos galhos mais altos da árvore, de modo que eles possam ser recolhidos pelas demais assistentes. Há duas outras mulheres no lado direito da cena. Uma delas, voltada para a direita, *peplo* com pregas e dobras, fita passada duas vezes ao redor da cabeça, tem os cabelos presos. Ela está carregando, com enorme

esforço, visto que o tronco do seu corpo está visivelmente arqueado para frente, um cesto (de vime?) repleto de frutos. Atrás dela está localizada uma mulher, voltada para a esquerda, usando *quíton* e manto, fita ao redor da cabeça, com os cabelos compridos. Ela tem o braço direito levantado, com a sua mão prestes a segurar um fruto.

CHEVITARESE, A.L. Woman and fruit harvest in the Athenian *pólis*: iconographic analysis of the Athenian black and red figure vases. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 175-187, 2000.

**ABSTRACT:** When raising the fruit harvest scenes in the Athenian black and red figured vases systematically, one notices a direct relation between the practice of this agriculturist activity and the women. One intends with this paper to establish possible explanations of this association, at first not very common for the Athenian culture patterns, from the examination of Athenian vases and the literary tradition.

**UNITERMS:** Greek Vases – Athens – Attic – Woman – Fruit Harvest – Social History.

### Referências bibliográficas

- AMOURETTI, M.-C.  
1986 *Le Pain et L'Huile dans la Grèce Antique. De L'Araire au Moulin*. Paris: Les Belles Lettres.
- BEAZLEY, J.D.  
1956 *Attic Black-Figured Vase-Painters*. Oxford: Clarendon Press.  
1963 *Attic Red-Figured Vase Painters*. Oxford: Clarendon Press, 2<sup>nd</sup> ed., 3 volumes.  
1971 *Paralipomena. Additions to Black-Figured-Painters and to Attic Red-Figured Vase-Painters*. Oxford: Clarendon Press, 2<sup>nd</sup> ed.
- BÉRARD, C.; VERNANT, J.-P.  
1984 *La Cité des Images. Religion et Société em Grèce Ancienne*. Paris: Fernand Natan – L.E.P.
- BERTRAND, J.; BRUNET, M.  
1993 *Les Athéniens. À la Recherche d'un Destin*. Paris: Armand Colin.
- BOARDMAN, J.  
1991 *Athenian Red Figured Vases. The Archaic Period*. London: Thames and Hudson.
- CARPENTER, T.H.  
1989 *Beazley Addenda. Additional References to ABV, ARV<sup>2</sup> and Paralipomena*. Oxford, 2<sup>nd</sup> ed.
- CHEVITARESE, A.L.  
1997 *Arqueologia, Antropologia e História Rural da Ática no Período Clássico* (dois volumes), Departamento de Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (Tese de Doutorado), São Paulo.
- CORPUS VASORUM ANTIQUORUM (CVA)  
xxxxx Danemark, 3, Copenhague, 3; Danemark, 4, Copenhague: Musée National, 4; Deutschland, 4, Braunschweig; Deutschland, 5, Wien; Deutschland, 11, Schloss Fasanerie (Adolphseck), 1; France, 3, Musée de Compiègne (Musée Vivanel), fasc. unique; France, 5, Musée du Louvre, 4; Great Britain, 5, British Museum, 4; Italia, 50, Collezione Mormino, 1; Rússia, 1, Pushikin State Museum, 1; USA, 7, Baltimore, 3; USA, 8, Fogg Museum and Gallatin Collections.
- HASPELS, C.H.E.  
1936 *Attic Black Figured Lekythoi*. Paris: de Boccard.
- LAU, T.; BRUNN, H.; KELL, P.F.  
1877 *Die Griechischen Vasen*. Leipzig.

LESSA, F.S.

- 1996 *Mélissa: do Gineceu à Agora*. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio Janeiro (Dissertação de Mestrado), Rio de Janeiro.

MAFFRE, J.-J.

- 1972 Collection de L'École Française: Céramique. *Bulletin de Correspondence Hellénique*, 96: 52 (n° 95) e 53, fig. 37 a-b (p. 51).

MALAGARDIS, N.

- 1988 Images du Monde Rural Attique à L'Époque Archaïque. Travail et Société: L'outil et le Geste sur les Vases. *ARCAIOLOGIKH EFHMERIS*, 127: 95-134.

OSBORNE, R.

- 1987 *Classical Landscape with Figures. The Ancient Greek City and Its Countryside*. London: George Philip.

PFUHL, E.

- 1955 *Masterpieces of Greek Drawing and Painting*. London: Chatto and Windus.

RICHTER, G.M.A.

- 1936 *Red Figured Athenian Vases in Metropolitan Museum of Art*. New Haven: Yale University Press.

ROBERTSON, M.

- 1975 *A History of Greek Art*. Cambridge: Cambridge University Press, 2 volumes.

ROBERTSON, M.

- 1992 *The Art of Vase Painting in Classical Athens*. Cambridge: Cambridge University Press.

SARIAN, H.; LEAL, C.E.C.

- (s/d) Vasos Clássicos. *Cerâmicas Antigas da Quinta da Boa Vista*. Museu Nacional de Belas Artes (de 16 de novembro de 1995 a 16 de março de 1996). Associação dos Amigos do Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro: 77-151.

SNODGRASS, A.M.

- 1987 *An Archaeology of Greece. The Present State and Future Scope of a Discipline*. Los Angeles, University of California Press.

SPARKES, B.A.

- 1976 Treading the Grapes. *Bulletin Antieke Beschaving*, 51: 47-64.

VANDERPOOL, E.

- 1946 *Hesperia*, 15: 296, pl. 47, n° 97.

WEBSTER, T.B.L.

- 1972 *Potter and Patron in Classical Athens*. London: Methuen & Co.

Recebido para publicação em 27 de maio de 2000.



## O ESTUDO DA NOÇÃO DE VALOR E O UNIVERSO DE APLICAÇÃO DO *DINHEIRO PRIMITIVO*\*

Leila Maria França\*\*

FRANÇA, L.M. O estudo da noção de valor e o universo de aplicação do *dinheiro primitivo*. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 10: 189-196, 2000.

**RESUMO:** Poucos são os estudos que abordam de maneira adequada os temas relativos às trocas - como circulação, valor e dinheiro - nas sociedades pré-capitalistas. Neste artigo, propomos algumas reflexões acerca do tema, baseadas numa bibliografia específica que nos permite instrumentalizar a noção do econômico tanto quanto compreender o seu funcionamento e as suas particularidades em relação aos fenômenos e categorias de uma economia de mercado.

**UNITERMOS:** Noção de Valor – Dinheiro Primitivo – Economias Pré-Capitalistas – Trocas nas Sociedades Antigas.

Um campo relativamente novo na pesquisa, o estudo da *Noção de Valor*, deriva da insatisfação dos pesquisadores da Numismática e da Antropologia Econômica quanto à conceituação superficial de dinheiro normalmente empregada nos estudos de economia existentes. Ao se trabalhar com a moeda grega dos primeiros tempos e sobretudo com os objetos pré-monetários que lhe antecederam, percebeu-se que havia algo mais em tomo dessas unidades monetárias que lhes atribuía valor; algo estreitamente relacionado aos diversos valores daquela cultura, que extrapolava a esfera econômica,

e que não se limitava, portanto, às explicações de cunho materialista.

Além do valor-de-uso e do valor-de-troca estabelecidos por Marx (1980-81), havia qualquer substância ou atributo de valor que remontava a tempos mais antigos ou a estágios mais recuados das sociedades, relacionados às tradições mais caras de uma determinada cultura, estreitamente vinculadas à noção do sagrado e de *status* social.

Isto é facilmente apreendido na obra de Mauss (1971), que analisou, em seu texto clássico *Essai sur le Don*, o processo de troca nas sociedades indígenas dos EUA e Oceania. Trabalhando com as noções de *dom*, *contra-dom* e *reciprocidade* – noções universais – o autor destaca a íntima relação existente entre o valor mágico-religioso e o valor econômico nos chamados *objetos preciosos* que circulam naquelas culturas.

Em uma aplicação das idéias desenvolvidas por Mauss, Louis Gernet (1948) analisou o

(\*) Este artigo faz parte de uma reflexão mais ampla acerca da Noção de Valor na Mesoamérica Pré-hispânica. Ver *Transformações da Noção de Valor na Mesoamérica: os 'Objetos Preciosos' como Intermediários nas Trocas Indígenas e o seu Encontro com a Moeda Metálica*. São Paulo, FFLCH/USP, 1999 (Dissertação de Mestrado).

(\*\*) Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, doutoranda em Arqueologia.

significado dos *objetos preciosos* na tradição mítica grega, apresentando os contextos míticos nos quais eles aparecem, de maneira que a noção de valor neles implícita fosse evidenciada.<sup>1</sup> A relação do valor mágico-mítico com o valor econômico – neste caso, símbolo de riqueza – foi também por ele observada.

A existência de uma noção de valor fundamentada em outros valores sociais que não o econômico pode ser, ainda, comprovada por dois fatores muito importantes. O primeiro deles é o fato – que será discutido adiante – de que nessas sociedades não houve uma autonomia ou relevância do econômico em detrimento de outras esferas, de modo que toda circulação de bens estaria impregnada de outros fatores e preocupações que não o da simples satisfação de necessidades materiais. O segundo, derivado do primeiro, é que ao contrário do raciocínio Aristotélico – reforçado por Marx (1980-81) – estudos têm demonstrado que o *dinheiro primitivo* não surgiu das necessidades da troca, mas sua origem repousa, antes de tudo, em fatores não comerciais, entre os quais, nas necessidades de pagamento – de sangue (indenização por morte), nupcial, resgate, multa, recompensa –, de ornamentação de prestígio, e religiosas. Na verdade, ainda quando se defenda a origem comercial do *dinheiro primitivo* – ou seja, a constituição de um equivalente para intermediar as trocas – a eleição de um determinado objeto passa pela sua aceitação em esferas extra-econômicas (Einzig 1966: 346). Inversamente, em muitos casos em que outros sistemas monetários mais avançados alcançam uma cultura, o uso religioso e cerimonial do *dinheiro primitivo* se mantém (idem: 384).

Paul Einzig defende que a origem do dinheiro estaria relacionada predominantemente à necessidade de pagamento, sobretudo o matrimonial (idem: 382-384), opinião compartilhada, em grande medida, por Frederick Pryor (1977: 169), a partir da análise feita sobre o conjunto de 60 (sessenta) sociedades antigas e atuais, e por A. Hingston Quiggin (1949: 7-9).

(1) Referimo-nos, aqui, aos mitos nos quais os 'objetos preciosos' encarnam significados centrais na narrativa como por exemplo, o papel de prêmio atribuído ao tripé dos sete sábios (Diogenes Laercio, I 27-33) ou a virtude temível do tapete de púrpura de Agamenon (Ésquilo, 905-949), *apud*, Gernet 1948.

As funções ornamentais e cerimoniais dos objetos estariam, também, especialmente relacionadas ao seu uso monetário. Acredita-se que na grande maioria dos casos o uso de um objeto como ornamento anteceda sua função monetária (Einzig 1966: 366-369).

Para Bernard Laum (1924), o gado constitui um dos dinheiros mais antigo da humanidade, cujo valor é antes de tudo religioso. Segundo ele, na Grécia do Período Homérico o comércio era uma prática insignificante, o que torna mais plausível a hipótese de que a adoção do boi como unidade monetária tenha se desenvolvido a partir do sacrifício – que pode ser interpretado, também, como uma forma de *comércio* com os deuses.

Einzig acredita que *entre os fatores não comerciais que conduziram ao uso do dinheiro, o fator religioso merece especial atenção* (1966: 370). Os objetos teriam sido escolhidos por suas qualidades mágicas, seus poderes sobrenaturais ou, ainda, sofrido um processo de estandarização em função de seu emprego no sacrifício aos deuses e nos ritos funerários. Um elemento que reforça essa possibilidade é o fato de que, em muitas comunidades indica-se a observância de ritos e regras aos *produtores* desses dinheiros no desempenho da tarefa sagrada (idem: 370).

De qualquer modo, ainda quando quisermos associar a origem do dinheiro a outros fatores não-religiosos, encontraremos dificuldades, uma vez que não é tarefa fácil tentar separar, nessas sociedades, as motivações religiosas daquelas que chamaríamos mundanas (idem: 376).

Em seu livro *A Survey of Primitive Money*, A. Quiggin, ao comentar essa substância inexplicável do *dinheiro primitivo*, afirma que, ao contrário dos critérios estabelecidos pelos economistas para definir dinheiro, *existe uma essência intangível que é mais importante do que aquelas...qualidades e muito mais difícil de definir. É uma qualidade ou virtude intrínseca adquirida pela reputação, associação ou uso, algo parecido com 'mana' na Oceania, com o que é, em geral, vagamente denominado 'fetiche' na África, ou 'sortilégio', entre nós. Isso torna tais objetos tão desejáveis que acabam 'passando por dinheiro'* (1949: 3).

Assim, George Dalton (1967: 255) afirma, ao comparar o dinheiro primitivo com o dinheiro moderno, que o primeiro *possui pedigree e personalidade, uso sagrado e conotações morais e emocionais*.



Esses e outros tantos exemplos que poderiam ser citados reforçam a idéia de que o relacionamento do homem com o dinheiro – em nosso caso, o *dinheiro primitivo* – é algo muito mais complexo e impregnado de um valor que é incompreensível à luz das categorias marxistas – embora elas não possam ser descartadas.

Tendo em vista tudo o que foi dito até aqui, se quando da sua origem, ou seja, num estágio mais recuado de desenvolvimento das sociedades, o *dinheiro primitivo* esteve estreitamente vinculado às esferas descritas acima, é de se supor, com o mínimo de razão, que em períodos posteriores – sobretudo anteriormente à predominância do mercado observada por Karl Polanyi (1980) – esses laços tenham se afrouxado em função do desenvolvimento das atividades comerciais, mas em hipótese alguma, se extinguido.

Tanto é verdade que ainda hoje utilizamos expressões que denotam esse passado como ‘Idade de Ouro’ ou conservamos práticas como jogar uma moedinha na fonte para fazer um pedido, evocando consciente ou inconscientemente, alguma entidade sobrenatural.

Mesmo nas chamadas sociedades *arcaicas* – na qual tanto a presença do Estado quanto de um comércio extremamente desenvolvido poderia nos desmotivar a encontrar tais traços – podemos observar inúmeros exemplos dessa relação indissociável entre o valor econômico e o valor tradicional, fundamentado em fatores extra-econômicos.

### O lugar do econômico nas sociedades ‘primitivas’ e arcaicas<sup>2</sup>

Foi Karl Polanyi quem formulou de maneira clara a separação semântica da palavra *economia* em seus significados formal e real. O primeiro, de natureza racional, tem como pressuposto a escassez e se desenvolve a partir da eleição de

meios para se atingir os fins: por trás desse raciocínio está implícita a idéia de mercado – objeto da disciplina conhecida como *economia*. O segundo significado refere-se à *economia* empírica como *uma atividade institucionalizada de interação entre o homem e seu meio que dá lugar a um suprimento contínuo de meios materiais para a satisfação de necessidades* (1976: 293).

A separação entre essas duas esferas de compreensão do *econômico* foi fundamental para o estudo das diversas economias existentes, uma vez que somente ela pode proporcionar os instrumentos adequados às Ciências Sociais na análise das economias não regidas pelo mercado. Assim, enquanto persistia a análise econômica baseada no sistema de mercado, pouco se podia apreender sobre as reais condições dos demais tipos de economia nas quais o mercado não existe ou não prevalece.

A partir, então, da noção de *economia real* foi possível perceber que a *economia humana está integrada e submersa em instituições de tipo econômico e extra-econômico*, sendo estas últimas de fundamental importância (idem: 295). Na ausência de um mercado controlador não há, portanto, a predominância do *econômico* sobre as demais instâncias das sociedades. Assim, *os elementos da economia estão agora integrados em instituições não econômicas. Todo o processo econômico está regido institucionalmente através do parentesco, o matrimônio, os grupos de idades, as sociedades secretas, as associações totêmicas e as solenidades públicas. O termo ‘econômico’ carece aqui de significado claro* (idem: 117).

Dentro desse tipo de organização, um indivíduo não pode *identificar como econômicas determinadas experiências, nem perceber algum interesse especial por seu próprio sustento* o que se explica, inclusive, pela ausência total de vocábulos para expressar o conceito de *econômico* (idem).

Marcel Mauss ao analisar a *Potlatch* dos indígenas do noroeste americano – um contex-

(2) Embora reconheçamos a inadequação do termo *primitivo*, não poderíamos prescindir dele pelo fato de que adquire sentido dentro do *corpus* teórico adotado, devido ao seu conteúdo conceitual. Na obra de Polanyi e seus seguidores, cujos estudos se inscrevem dentro de uma

lógica evolucionista, utiliza-se o *primitivo* como relativo à sociedade simples em oposição a *arcaico* – sociedade que atesta a presença do Estado, num estágio de desenvolvimento mais avançado. No estudo dos aspectos econômicos, essa distinção é extremamente importante.

to festivo, cerimonial onde se realizam trocas, com implicações político-sociais, jurídicas, morais que se refletem no cumprimento do ritual e na obrigação de dar, receber e devolver o dom, assim como de destruir bens – observou tratar-se de um *fato social total* em que *tudo acaba misturado* (1949: 157). Não se pode, portanto, *explicar o fenômeno social partindo de um fenômeno julgado causa, mas ligar todos os traços econômicos, jurídicos, religiosos, artísticos de uma sociedade dada e compreender como eles conspiram no mesmo sentido* (Lefort 1967: 64).

Mas, se não existe, em princípio, uma preocupação direta com a subsistência, como se organizam, afinal, as sociedades, de forma que o seu suprimento lhes seja garantido? E para nós, pesquisadores, como destacar e instrumentalizar essa noção de *econômico* que nos é indispensável na análise do *dinheiro primitivo*?

Karl Polanyi define como *puramente* econômicas as atividades de produção, transporte e transferências de bens voltados para a subsistência (1968a). A forma como cada sociedade institucionaliza essas atividades chamadas econômicas, dentro de um sistema de organização mais abrangente, é que lhe confere unidade e estabilidade. Teoricamente, distingue-se três formas básicas, chamadas formas de integração: *reciprocidade*, *redistribuição e troca*, as quais interagem em maior ou menor proporção dentro de determinada sociedade. A *reciprocidade* supõe movimentos entre pontos correlativos de agrupamentos distribuídos simetricamente; *redistribuição* consiste em movimentos de apropriação em direção a um centro, e num momento posterior desse centro para fora; e a *troca* consiste em movimentos recíprocos dentro de um sistema de mercado criador de preços.

Nas diversas sociedades podemos detectar esses três níveis de integração. Na sociedade asteca, por exemplo, a presença desses elementos é extremamente clara, através das trocas cerimoniais, do tributo e do mercado (*tianguiz*) respectivamente. É importante ressaltar que, embora a troca nas sociedades arcaicas de *economia camponesa* (Dalton 1967: 265) compartilhe características comuns com a economia capitalista – compra e venda de terra, trabalho, mercadorias e serviços, a

dependência do mercado para a satisfação de grande parte das necessidades da população e a função meio-de-troca (comercial) do dinheiro como a mais difundida – difere dela em dois pontos essenciais: na ausência de uma tecnologia moderna e sobretudo *na retenção de práticas culturais e organização social tradicionais* (idem: 266). É justamente nesse ponto que repousa a análise do valor – tradicional – daqueles objetos monetários utilizados nas trocas cerimoniais, no pagamento do tributo e, inclusive, *no mercado*. Afinal, não podemos esquecer que estes objetos são, antes de mais nada, *objetos preciosos*, cuja valorização remonta a tempos mais recuados, dada a preservação contínua de um passado mítico relativo às origens, associada, portanto, a experiências sociais diversas – de natureza religiosa, mítica, de prestígio, moral, jurídica – que lhes favorecem a circulação e lhes conferem valor.

## O dinheiro primitivo

No mundo atual, quando buscamos uma definição para *dinheiro*, pensamos imediatamente na sua função como meio-de-troca, ou seja a sua potencialidade de comprar algo ou, ao contrário, de obtê-lo por meio da venda de algum bem. Na verdade, tal como o definiu Marx, o dinheiro é o *equivalente universal*, capaz tanto de medir e expressar o valor quanto de servir de meio de troca entre mercadorias que são intercambiáveis entre si (1980-81). A definição do dinheiro moderno, portanto está diretamente ligada à idéia de *mercado*. Embora outras funções não comerciais – como pagamento, taxas etc. – poderiam igualmente ser atribuídas ao dinheiro moderno, todas elas, hoje, estão submetidas às *leis* do mercado auto-regulável o qual, segundo Polanyi, constitui uma espécie de ser autônomo, acima do bem e do mal, que dita suas regras à sociedade conforme seus próprios interesses (1980).

Mas é preciso lembrar que nem sempre foi assim. Quando nos ocupamos de outras sociedades que não a capitalista ocidental ou as atuais que compartilham os efeitos de um mundo globalizado, encontramos um dinheiro com características muito diversas, entre as quais se

destacam as funções não-comerciais. Na verdade, uma reflexão sobre o *dinheiro primitivo* implica, antes de mais nada, num reconhecimento de suas particularidades, as quais estão intimamente relacionadas aos aspectos organizacionais e ao perfil específico das atividades chamadas *econômicas* dentro das sociedades que o empregaram.

G. Dalton, em sua análise sobre o tema, afirma que as melhores comparações entre o *dinheiro primitivo* e o ocidental pecam por falta de profundidade na análise da estrutura econômica e social nas quais operam. Segundo ele, *concentrar atenção sobre o que todos os dinheiros tem em comum significa descartar aquelas pistas – de como o dinheiro difere – as quais constituem expressões claras de diferentes organizações sócio-econômicas* (1976: 255). Para ele, é preciso entender que o dinheiro não é um fato isolado, separado portanto, de seu contexto social (idem: 280).

É este fato fundamental, portanto, que nos permite compreender o universo de aplicação do *dinheiro primitivo* em sua complexidade e diversidade e que, ao contrário do dinheiro moderno, não se define por sua função comercial, mas por um conjunto de práticas sociais de onde as trocas podem ser destacadas, não sem alguma dificuldade.

Em termos gerais, *dinheiro primitivo* pode ser definido como objetos quantificáveis utilizados como meio de pagamento, padrão de valor, entesouramento e troca (Polanyi 1968b: 191). O termo *quantificáveis* supõe que esses objetos possuam um certo grau de uniformidade que permita o cálculo da riqueza ou das operações citadas acima que podem ser comerciais ou não.

Algumas dessas operações ou funções podem se desdobrar em diversos contextos mais específicos, como é o caso do pagamento, entendido como a liberação de uma obrigação através da transferência desses objetos em forma de resgate, multa, casamento, recompensa, taxas etc.. Essa é um esfera especialmente importante nas chamadas sociedades *primitivas* e arcaicas, onde o uso do dinheiro, ao lado da utilização como padrão de valor, é mais difundido.

O padrão de valor ou unidade de conta constitui uma unidade abstrata que permite o cálculo da riqueza e os valores intercambiados.

Essa função do dinheiro está especialmente relacionada à necessidade de cálculo nas operações de troca em espécie, e nos sistemas redistributivos, uma vez que, nesses casos, somente algum padrão mental pode calcular os valores a serem trocados, armazenados e distribuídos.

O entesouramento consiste na acumulação de objetos como expressão de riqueza estando vinculados tanto ao pagamento quanto às trocas, pelo fato de que os objetos entesourados podem ter origem social, política ou comercial e, depois de armazenados, podem vir a ser utilizados para os mesmos fins.

Quanto às trocas, em termos de *dinheiro primitivo*, podem ser consideradas tanto as trocas comerciais – que requerem o uso de objetos quantificáveis, e supõe a existência de mercado em algum grau –, quanto as trocas cerimoniais (de presentes), fundamentadas nos princípios de reciprocidade.

Essa diversidade nas funções do dinheiro em contextos primitivos e arcaicos é responsável por uma variação bastante grande em relação aos objetos utilizados. Podemos compreender com mais clareza essa variação se tomarmos como exemplo, o dinheiro moderno.

Numa economia capitalista, o mercado é um elemento autônomo dentro da sociedade, direcionando, inclusive, as relações sociais. É *natural*, portanto, que o dinheiro seja representado quase que exclusivamente por um único objeto em função de sua aceitação no mercado (Polanyi 1968b: 178). Já o *dinheiro primitivo* que atua dentro de sociedades com um alto grau de integração, não possui um elemento unificador, ainda que consideremos o poder que nelas exerce a esfera espiritual:<sup>3</sup> aqui, é possível distinguir diferentes esferas de circulação, nas quais se observa o uso de diferentes objetos com funções monetárias diversas. Ao observar essa diferença fundamental, Karl Polanyi denominou '*all-purpose money*' aquele primeiro tipo, unificado pelo mercado; e o segundo, devido à sua variabilidade e aplica-

(3) Apesar de não ser um *elemento unificador*, a esfera religiosa exerceu, sem dúvida, uma forte influência sobre o valor do *dinheiro primitivo* nas diversas culturas. Ver França (1999).

ções específicas, '*special-purpose money*' (idem: 178-179).

Essa distinção é da máxima importância não somente para a compreensão do funcionamento do *dinheiro primitivo*, mas sobretudo dos resultados do confronto entre este e dinheiro moderno.

Paul Bohannon, no final da década de 50, aplicou esses princípios a fim de tornar inteligível a situação dos Tiv – um grupo africano que vivia experiências econômicas, sociais e morais extremamente conflitantes, após a introdução da moeda pelos ingleses (Bohannon 1967). Em seu estudo, o autor observou que os Tiv possuíam uma economia multicêntrica, com três esferas de troca bem definidas: subsistência, prestígio e casamento. Cada uma dessas esferas possuía suas particularidades, suas unidades monetárias próprias, sendo que as duas últimas se caracterizavam por um conteúdo moral extremamente acentuado. A partir do contato, os ingleses elegeram como dinheiro universal (*all-purpose money*) dos Tiv, uma de suas unidades – as varas de metal, que circulavam tradicionalmente, apenas na esfera de prestígio e como indenização nas dívidas de casamento – estabelecendo equivalências com a moeda inglesa. O resultado mais dramático foi, além da desconfiança no novo dinheiro, uma crise geral dos valores daquele povo, através da falência de seu sistema de trocas sociais. Segundo o autor, *o dinheiro para todos os propósitos provê um denominador comum entre todas as esferas, tornando assim, os itens, dentro de cada uma delas, expressáveis em termos de um único padrão e conseqüentemente, imediatamente intercambiáveis entre si*. Por essa razão, *esse novo dinheiro é incompreensível para os Tiv* (idem: 132).

Podemos afirmar, portanto, que todo o problema se resume no fato de que o dinheiro universal foi introduzido numa sociedade onde, em princípio, somente o dinheiro para fins especiais era conhecido, ao mesmo tempo, em que identificamos aí, a origem da problemática da introdução da moeda metálica nas sociedades tradicionais e suas conseqüências desastrosas.

Quanto às suas características o *dinheiro primitivo* tem sido analisado pelos especialistas por comparação ao dinheiro moderno e sua universalidade, em termos de *limitações*. Isto porque, ao *dinheiro primitivo* não é possível

preencher todos os requisitos propostos pelos economistas – que partem de uma definição de dinheiro moderno – devido aos seus traços específicos e as particularidades de seu emprego.

De maneira geral, além da questão fundamental, já apontada, sobre os diversos usos do dinheiro – o que requer o emprego de objetos diferentes – pode-se dividir as chamadas limitações em três níveis diversos: limitações físicas, limitações de origem sócio-cultural e limitações econômicas.

A questão relativa aos critérios físicos para a utilização do dinheiro diz respeito às qualidades intrínsecas e extrínsecas do material monetário para sua perfeita operacionalização: utilidade e valor, portabilidade, indestrutibilidade, homogeneidade, divisibilidade, estabilidade do valor, reconhecibilidade, qualidades derivadas da utilização do metal, como sendo o *dinheiro por excelência*. Os especialistas concordam que seja impossível levar em conta todos os critérios no que se refere ao *dinheiro primitivo*; do contrário, haveria poucas sociedades primitivas com dinheiro (Einzig 1966, Pryor 1977). Entretanto, dentro da abrangência material do *dinheiro primitivo*, pode-se encontrar objetos que atendam mais ou menos a essas requisitos. Esses critérios estão fortemente vinculados à idéia de eficiência nas operações e, embora sejam muito pertinentes no que diz respeito a transações que visam a subsistência – não o são, necessariamente, quando outros elementos sociais estão presentes, como a idéia de prestígio veiculada através dos *vaygu'a* (braceletes e colares de conchas) nas Ilhas Trobriand (Mauss 1971), do colar de contas de jade na Mesoamérica (França 1999) e do gado em numerosas culturas (Einzig 1966, Quiggin 1949).

O segundo nível de *limitação* diz respeito às peculiaridades geográficas, etnológicas e sociais. O uso do *dinheiro primitivo*, geralmente, está circunscrito a uma área específica, uma aldeia ou uma comunidade, o que pode dificultar as transações tanto no nível interno quanto externo. No mesmo sentido correm as limitações de ordem etnológicas, que levam um grupo a utilizar objetos monetários diferentes para si (comércio interno) e para o comércio com outras comunidades.

Quanto às *limitações sociais* podem obedecer aos critérios prestígio e sexo: em

numerosas sociedades alguns objetos são de uso exclusivo das camadas dirigentes como os colares de contas na Nova Caledônia e o ébano em comunidades africanas; em outras, os objetos têm seu uso restrito ao sexo masculino ou feminino, como entre os Yap, onde as conchas de madre pérola têm seu uso restrito à mulheres, ou em diversas partes da África em que as pontas de lanças e flechas reservam-se ao uso exclusivo dos homens (Einzig 1966).

Com relação às *limitações econômicas*, ou seja, tendo como parâmetro a economia capitalista, são considerados como limitantes os seguintes fatores: 1) a ocorrência de um volume de comércio muito pequeno em determinadas comunidades devido à sua organização ou estágio de desenvolvimento; 2) prática muito difundida de troca direta de mercadorias, que dispensaria o uso do meio de troca ou dinheiro; 3) aceitação do *dinheiro primitivo* que nem sempre é automática, pois como se sabe, o dinheiro é antes de tudo, uma convenção e objeto de unanimidade, condição que nem sempre é plenamente atendida na ausência de Estado como interventor; 4) aceitação restrita a alguns tipos de mercadoria e serviços, de acordo com as necessidades locais; 5) existência de diversos objetos que concorrem entre si dentro da mesma esfera ou fora dela, que não propicia a uniformização do sistema (idem).

Todos esses fatores são considerados *limitações* pelo fato de que impedem a existência de um equivalente universal, uma visão, como já vimos, nascida da perspectiva econômica que não consegue pensar no fenômeno *dinheiro* independentemente do comércio e do mercado.

Paul Einzig reconhece que essas *limitações* – que chamaríamos *particularidades* – reduzem a importância do dinheiro nessas sociedades mas não interferem em seu desempenho. Segundo ele *as limitações surgidas da estrutura social de uma comunidade simplesmente significam que o meio de troca está operando de acordo com os requisitos daquela estrutura.* (idem: 435). É nesse sentido que Polanyi reconhece o dinheiro primitivo como *símbolo...de situações sociais definidas* (1968b:176).

### Considerações finais

O universo de aplicação do *dinheiro primitivo* propõe, portanto, questões muito

diferentes daquelas às quais estamos habituados dentro do raciocínio econômico e, por isso mesmo, devem ser objeto de muita atenção.

Embora o estudo da esfera econômica nas sociedades primitivas e arcaicas envolva grandes dificuldades teórico-metodológicas que nos obrigam, muitas vezes, a utilizar categorias inadequadas para a apreensão do *econômico*, não se pode perder de vista a especificidade desses sistemas sócio-culturais que se caracterizam pela integração e totalidade.

Considerações acerca do *dinheiro primitivo*, por mais precisas e consistentes que possam ser, não podem prescindir desse olhar antropológico, o qual, aliás, não nos permite rotular todos esses fatores – justamente eficazes dentro de sua estrutura de funcionamento – como *limitantes*, mas como particularidades relativas ao seu desempenho nessas sociedades.

O *dinheiro primitivo* – sob forma dos mais variados objetos – caracteriza-se, acima de tudo, pelo valor simbólico resultante de seu desempenho nas diversas esferas da vida social, o que determina, inclusive, a sua eleição como instrumento monetário. Embora seu uso envolva um consenso em torno de seu valor, não é absolutamente uma convenção, como o dinheiro moderno. Ao contrário deste último – impessoal, capaz de subjugar toda espécie de bens e de relações ao mercado – o dinheiro primitivo possui um valor intrínseco, vinculado a contextos extra-econômicos que o tornam um objeto único dentro de esferas específicas de circulação.

Finalmente, o estudo da noção de valor constitui um instrumento importante na análise das sociedades. Na medida em que o uso dos objetos monetários extrapola a esfera *econômica*, o estudo de sua trajetória e funcionamento dentro de uma dada cultura pode, sem dúvida, ampliar nosso conhecimento sobre a sociedade em seu conjunto. O mesmo ocorre com a temática da mudança cultural: as poucas análises do processo de substituição monetária demonstraram a possibilidade de abordar aspectos antes pouco visíveis em contextos de conquista e colonização, como por exemplo, a relação existente entre a introdução da moeda e a desestruturação das relações sociais tradicionais através de sua simplificação à lógica do mercado, fenômeno ainda pouco explorado, mas cujo estudo poderá produzir excelentes resultados.

FRANÇA, L.M. Primitive money and the study of value. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 189-196, 2000.

**ABSTRACT:** Specific studies of exchange, value and money in precapitalistic societies are still very few. This article's main goal is to approach these conceptual categories through the use of a specific bibliography which, we believe, will take us to a better understanding of 'primitive' and archaic economies.

**UNITERMS:** Notion of value – Primitive money – Precapitalist economies – Exchange in ancient societies.

### Referências bibliográficas

- BOHANNAN, P.  
1967 *The Impact of Money on an African subsistence Economy*. G. Dalton (Ed.) *Tribal and Peasant Economies*. New York, The Natural History Press: 123-135.
- DALTON, G. (Ed.)  
1967 *Tribal and Peasant Economies*. New York: The American Museum of Natural History, The Natural History Press.  
1968 *Primitive, Archaic and Modern Economies*. Boston: Beacon Press.
- EINZIG, P.  
1966 *Primitive Money*. Glasgow: Blackie and Son Ltd., 2a. ed. (revised and enlarged).
- FRANÇA, L.M.  
1999 *Transformações da Noção de Valor na Mesomérica: os 'Objetos Preciosos' como Intermediários nas Trocas Indígenas e o seu Encontro com a Moeda Metálica*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, F.F.L.C.H./ USP.
- GERNET, L.  
1948 La notion mythique de la valeur en Grèce. *Journal de Psychologie*: 415-462.
- LAUM, B.  
1924 *Heiliges Geld: Eine Historische Untersuchung ueber den sakralen Ursprung des Geldes*. Tübingen.
- LEFORT, C.  
1967 A troca e a luta dos homens. C.H. Esbar (Ed.) *O Método Estruturalista*. Rio de Janeiro, Zahar Editores: 64-79.
- MARX, K.  
1980 A Mercadoria; A Troca; O Dinheiro ou a Circulação das Mercadorias. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MAUSS, M.  
1971 Ensaio sobre los dones. Razón y forma del cambio en las sociedades primitivas. *Sociologia y Antropologia*. Madrid, Editorial Tecnos. Parte II: 155-263.
- POLANYI, K.  
1968a On the Comparative treatment of Economic Institutions in Antiquity with illustrations from Athens, Mycenae and Alalakh. G. Dalton (Ed.) *Primitive, Archaic and Modern Economies*. Essays. Boston, Beacon Press: 306-334.  
1968b Semantics of Money-Uses. G. Dalton (Ed.) *Primitive, Archaic and Modern Economies*. Essays. Boston, Beacon Press: 175-203.  
1980 *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro: Ed. Campus Ltda.
- POLANYI, K.; ARENSBERG, C.M.; PEARSON, H.W.  
1976 *Comercio y Mercado en los Impérios Antiguos*. Barcelona: Labor Universitária.
- PRYOR, F.L.  
1977 *The Origins of the Economy. A Comparative Study of Distribution in Primitive and Peasant Economies*. Nova Iorque: Academic Press.
- QUIGGIN, A.H.  
1949 *A Survey of Primitive Money. The beginning of Currency*. Nova Iorque: Barnes & Noble, Inc/Londres: Methuen & CO. Ltd.

Recebido para publicação em 15 de outubro de 2000.

## CONTATOS TRANSPACÍFICOS ENTRE ÁSIA E MESOAMÉRICA: UMA QUESTÃO EM ABERTO

*Antonio Porro\**

PORRO, A. Contatos transpacíficos entre Ásia e Mesoamérica: uma questão em aberto. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 10: 197-209, 2000.*

**RESUMO:** A tese dos contatos transpacíficos entre Ásia Oriental e Mesoamérica pré-colombiana é uma das mais controversas da Arqueologia americana. Ao contrário das antigas e amadorísticas hipóteses de navegações egípcias ou fenícias, ela surgiu com status acadêmico a partir do estudo comparativo de motivos iconográficos e simbólicos semelhantes, feito a partir de 1950 por especialistas de reconhecida competência nas duas áreas. Apesar de não haver evidências históricas ou arqueológicas desses contatos, uma série significativa de elementos comuns sugere que eles tenham ocorrido em diversos momentos, durante o primeiro milênio a. C. e o primeiro d.C.

**UNITERMOS:** Mesoamérica: Arqueologia – Ásia oriental: Arqueologia – Pacífico: navegações, difusão cultural.

A necessidade de recorrer a hipotéticas influências transoceânicas para explicar o alto grau de desenvolvimento das civilizações pré-colombianas foi sentida pelos teólogos e intelectuais europeus a partir do século 16, quando o Novo Mundo e os seus habitantes tiveram que ser inseridos na exegese bíblica e na cosmologia ocidental. Já no século 19, quando o estudo das fontes históricas e dos restos arqueológicos na bacia do Mediterrâneo e no Oriente Médio havia ganho foros de ciência (enquanto na Mesoamérica e nos Andes ainda estava pouco mais que engatinhando), foi natural procurar na antiguidade Clássica e Oriental, fosse ela egípcia, grega, fenícia ou

mesmo da Atlântida, a origem das civilizações americanas.

Tudo isso, naturalmente, é um capítulo encerrado pelos avanços da Arqueologia científica na Mesoamérica desde as últimas décadas do século 19, em grande parte resultado do trabalho de arqueólogos e instituições norte-americanas. Com a descoberta e a reconstituição das seqüências regionais de desenvolvimento que culminariam, no início da nossa Era, com as civilizações do período Clássico, foram identificados os estágios de crescimento das aldeias agrícolas do Formativo e a sua transformação em centros cerimoniais e administrativos dotados de arquitetura monumental sob a égide de elites teocráticas; foram reconhecidos os primeiros esboços de escrita e de notação calendárica que mais tarde iriam ganhar formas altamente sofisticadas para o registro de tradições míticas, religiosas, históricas e cosmológicas, bem como

(\*) Doutor em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.



de observações astronômicas a serviço da religião e da agricultura. Uma vez que o conjunto dessas manifestações culturais não mostrava qualquer semelhança com as do Velho Mundo, passou-se a admitir, tacitamente ou não, que as civilizações da América haviam sido o resultado de uma evolução local e independente.

Não foi alheio, diga-se, a esta concepção histórica, um certo viés “americanista” em que é possível identificar componentes ideológicos de ordem nacionalista ou “continentalista” que remetem à Doutrina de Monroe. Os pesquisadores europeus não associados a universidades americanas, seja por estarem livres daquele viés, seja pela preponderância das escolas difusionistas na Antropologia da primeira metade do século 20, estavam mais abertos a considerar a possibilidade de contatos e influências intercontinentais, mas o seu interesse e a sua atuação estavam mais voltados para a Arqueologia do Velho Mundo. Dadas essas condições, em meados do século 20 as hipóteses de contatos intercontinentais estavam virtualmente ausentes da literatura arqueológica mesoamericana, ou então eram categoricamente refutadas (cf. os compêndios clássicos de Krickeberg [1939] 1946, Morley 1946, Pijoan 1946, Spinden 1957, Vaillant [1941] 1955).

Esse estado de coisas começou a mudar por ocasião do XXIX Congresso Internacional de Americanistas (Nova Iorque, 1949), quando o sinólogo austríaco Robert von Heine-Geldern e o arqueólogo norteamericano Gordon F. Ekholm apresentaram uma contribuição sobre “Paralelos significativos nas artes simbólicas da Ásia meridional e da Mesoamérica”, acompanhada de uma exposição fotográfica que deixou surpresa e perplexa a maioria dos especialistas nas duas áreas (Heine-Geldern e Ekholm 1951). Heine-Geldern já havia feito desde a década de 30 importantes estudos sobre as influências chinesas e indochinesas nas artes da Oceania (Heine-Geldern 1937) e Ekholm, em 1946, sobre estatuetas de cerâmica (supostamente brinquedos) com rodas, procedentes de várias regiões do México. Nos anos seguintes, eles continuaram a arrolar uma série de elementos arquitetônicos, de formas escultóricas e de motivos simbólicos e decorativos das artes plásticas da

China, do sudeste asiático e da Índia, de um lado, e de várias regiões da Mesoamérica de outro. Embora reconhecendo a inexistência de dados históricos e arqueológicos a respeito, sugeriram que os inegáveis paralelismos formais teriam sido o resultado da chegada de navegantes asiáticos de mais de uma procedência e em diversas épocas, entre o primeiro milênio a.C. e o primeiro d.C. (Ekholm 1950, 1953, 1955, 1964a, 1964b, Heine-Geldern 1952, 1959a, 1959b, 1960, 1964, 1966).

O que mais chama a atenção nas semelhanças encontradas é que elas não dizem respeito, na maioria dos casos, a elementos estruturais ou funcionais, mas a motivos simbólicos e até mesmo a detalhes que podem ser simplesmente decorativos. Os mais significativos são os seguintes:

- O motivo da árvore cósmica entre os Maya e em Java;
- a postura característica do personagem sentado no trono na iconografia maya e indiana;
- os frisos com personagens entrelaçados em plantas aquáticas que brotam da boca de peixes ou monstros marinhos, no Yucatan e na Índia;
- as máscaras monstruosas da divindade desprovida de mandíbula, entre os Maya e na Indochina;
- os frisos com espirais e volutas geometrizadas em toda a área maya e em El Tajín (México) e nos bronzes chineses;
- os vasos trípodes cilíndricos com tampa de Teotihuacán (México) e do período Han da China;
- a figura humana que emerge das fauces de um sáurio ou de outra criatura monstruosa, entre os Olmecas e Mayas do México e também na Índia, Camboja e Java;
- o deus da chuva com nariz em tromba nos códices mayas e o deus-elefante Ganesa em Champa e outras partes da Índia;
- as colunas decorativas provavelmente reminiscentes da antiga arquitetura em madeira, nos palácios mayas de Labná e Sayil (Yucatan) e em Bakong e Prah Ko (Camboja).

Esses e outros paralelismos, bem como as hipóteses de contatos transpacíficos sugeridas

pelos autores para explicá-los, foram recebidos com frieza pela maioria dos americanistas, que se de um lado aceitam a tese do povoamento do continente a partir da Ásia por caçadores paleoíndios, não admitem, de outro, que os contatos com a Ásia oriental tenham se repetido muito mais recentemente dando origem, ou pelo menos influenciando, o desenvolvimento das civilizações da Mesoamérica. Há nisso, ao que parece, um fator emocional (a *my tribe syndrome* já denunciada com aguda autocrítica por um etnólogo norteamericano), como se influências externas fossem reduzir a importância da sua área de estudos. Mas há também a crítica objetiva face à ausência, na América, de elementos fundamentais da tecnologia e da economia asiática como o uso do ferro, a roda, o torno de oleiro, o cavalo e o boi. Daí a prudência daqueles que preferem esperar a prova dos fatos; e além daquelas ausências, a prova ainda não apareceu. Nenhum artefato produzido na Ásia foi até hoje encontrado em contextos arqueológicos americanos e tampouco consta que materiais pré-colombianos tenham sido encontrados na Ásia (ou em qualquer outra parte do mundo) antes de 1500. Isto vale também para as coleções de museus, muitas vezes sem documentação de origem embora geralmente de procedência geográfica conhecida. O resultado disso é que, passado meio século da sua divulgação nos meios acadêmicos, os indícios de contatos culturais entre Ásia oriental e Mesoamérica continuam a ser virtualmente ignorados na maioria dos compêndios de Arqueologia da Mesoamérica (Adams 1991, Adams ed. [1977] 1989, Fiedel 1992, Hammond [1982] 1988, Sabloff 1990, Sharer 1994).

Além das semelhanças em motivos simbólicos e decorativos, outros paralelismos já haviam sido encontrados, alguns deles há muito tempo, em certas instituições, crenças, rituais e jogos dos dois lados do Pacífico. Há mais de cem anos Tylor (1879, 1896) havia comparado o *patolli*, jogo mexicano praticado num tabuleiro cruciforme que remete aos quatro pontos cardeais e ao calendário, com o *pachisi*, jogo difundido em todo o sul e leste da Ásia com características semelhantes. Graebner (1921) apontou paralelismos estruturais entre os calendários mesoamericanos e do sudeste asiático (China, Tailândia e Java). Rock (1922) analisou em detalhes

uma série de correspondências cosmológicas e iconográficas entre a China da idade do bronze (Shang Chou) e a Mesoamérica. E ainda antes de Heine-Geldern, Marchal (1934) havia assinalado semelhanças estilísticas entre a arte Khmer do Camboja e as da Polinésia e da América.

Uma questão fundamental com que se defrontam as hipóteses de contatos transpacificos é a da cronologia. Diversos elementos e motivos artísticos comuns aos dois continentes distribuem-se ao longo de um enorme espaço de tempo, mas não parecem apresentar padrões regulares de ocorrência e cronologia relativa que dêem sustentação à tese dos contatos transpacificos. Não há espaço, aqui, para a análise e demonstração dessas semelhanças e muito menos para a discussão dos problemas cronológicos que elas envolvem; uns poucos exemplos serão porém suficientes para dar uma idéia da questão. As espirais e volutas geometrizadas dos bronzes Chou tardios (700 a 200 a.C.) têm contrapartidas quase idênticas nos baixos-relevos do Clássico médio e tardio de Tajín (Veracruz), entre 600 e 900 d.C. e nos vasos mayas de mármore encontrados no vale do rio Ulúa (Honduras), provavelmente da mesma época. Neste e em outros casos em que a ocorrência asiática é muito mais antiga que a americana foi sugerida a possibilidade, já admitida pela maioria dos arqueólogos, de que os motivos decorativos e simbólicos mesoamericanos já estivessem presentes na arquitetura e na escultura em madeira que teriam antecedido o uso da pedra e do estuque. Um caso inverso é o do estilo arquitetônico de Angkor, no Camboja, que remete inclusive funcionalmente ao do Clássico maya, mas que é pelo menos setecentos anos mais tardio do que este. Se a semelhança dos dois estilos (templos-pirâmides, escadarias, torres com rostos humanos gigantes) não for um caso de singular convergência, e uma vez que a civilização do Camboja é sabidamente resultado da colonização indiana no sudeste asiático, caberá até mesmo a hipótese, até agora só sugerida como "teoricamente concebível" (Heine-Geldern 1966), de influências mayas trazidas pelos próprios navegantes asiáticos no retorno de suas supostas expedições à América.

A tese das navegações transpacíficas da Ásia para a América, vigorosamente refutada pela grande maioria dos americanistas, é fundamentada pelos seus defensores na conhecida tradição chinesa de comércio marítimo. As fontes históricas sobre a navegação chinesa de alto mar pelo oceano Índico e pelo Pacífico ocidental só recuam, na melhor das hipóteses, ao fim do primeiro milênio d.C., mas as tradições literárias chinesas fazem referência a episódios marítimos muito mais antigos, possivelmente até do século III a.C., embora geograficamente indefinidos (Ekholm 1964: 507, Heine-Geldern 1966: 293). No tocante à técnica de navegação oceânica não parece haver razões para questionar a capacitação dos marinheiros chineses; a sua influência nos arquipélagos do Pacífico ocidental durante o primeiro milênio d.C. e talvez antes já foi comprovada arqueologicamente e as navegações oceânicas dos polinésios são historicamente documentadas. A essa tradição marítima veio se somar, nos primeiros séculos da nossa Era, a expansão indiana pelo sudeste asiático continental e insular impulsionada pelo comércio de especiarias e outros produtos exóticos. (Para uma boa discussão do problema das navegações oceânicas e da possível difusão de elementos culturais na antiguidade, veja-se Jett 1971).

A partir de meados dos anos 70 os debates sobre contatos transpacíficos foram esmorecendo, em parte esgotados pelo não aparecimento de provas arqueológicas, mas também devido às mudanças teóricas e programáticas da Arqueologia norte-americana a partir dos anos 80. O interesse pelos processos de longa duração e de grande escala que havia orientado tanto o difusionismo como o neoevolucionismo, e o rigoroso empirismo da Nova Arqueologia, deram lugar a novas prioridades e metodologias. Pós-processualismo, contextualismo e cognitivismo, se de um lado tiveram o mérito de denunciar certa ilusão positivista subjacente à ecologia cultural e ao neoevolucionismo, levaram de outro a minimizar a própria possibilidade de conhecimento objetivo do passado: “ a new

skepticism ... which essentially claims that we cannot learn about a past reality ... we can only create a past in ‘our image’.” (Binford 1995: 61).

Apesar de praticamente estacionária nos últimos vinte anos e ainda à espera de provas arqueológicas, a discussão sobre contatos transpacíficos levou a uma melhor avaliação do problema e a relativizar uma das principais críticas que a tese recebia dos “isolacionistas”. Argumentava-se que a maioria dos padrões tecno-econômicos, das soluções arquitetônicas e urbanísticas, dos estilos cerâmicos e artísticos e mesmo das expressões de vivência religiosa das civilizações americanas já estavam documentados, em sua origem e desenvolvimento local, nos períodos Formativos da Mesoamérica e dos Andes; e que tratando-se de áreas culturais resultantes de tradições, ou co-tradições, arqueologicamente identificadas, não havia por que procurar a sua origem em supostos ou tênues indícios de influências externas (Phillips 1966). O fato é que, colocadas nesses termos, as influências asiáticas são um falso problema; o próprio caráter esporádico ou não sistêmico da presença de elementos asiáticos nas civilizações da Mesoamérica, bem como a sua aparente inserção em tradições locais pré-existentes, sugere mais, como aliás vinha sendo sugerido por Ekholm, Heine-Geldern e outros, que o caráter ocasional e limitado dos contatos transpacíficos tenha tido um efeito seletivo nos empréstimos culturais, atingindo principalmente a elite em suas manifestações artísticas e religiosas. Pode-se comparar esse processo com o das influências helenísticas na arte e na iconografia budista da Índia e do Afeganistão; com o simbolismo indígena pré-colombiano nos crucifixos e nas imagens religiosas do México colonial; com os motivos heráldicos e militares europeus incorporados como elementos decorativos ao artesanato de diversas tribos africanas; ou com os floreios e o preciosismo rococó com que as índias do baixo Amazonas, no século 18 e por influência missionária, substituíram os desenhos geométricos tradicionais na decoração de suas cuias.

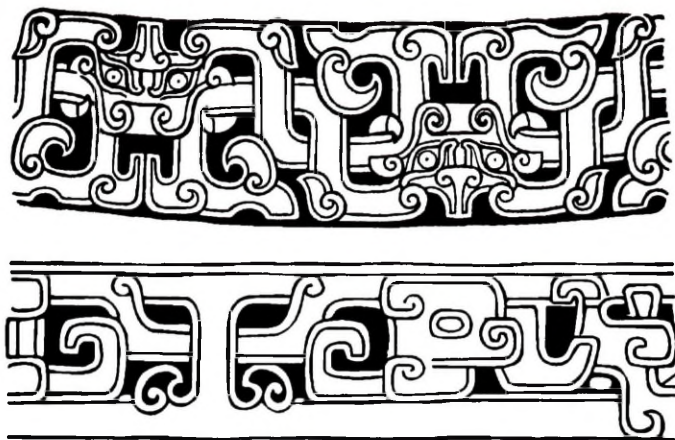


Fig.1 – Acima, desenho em vaso de bronze, Chou tardio, China. Abaixo, desenho em friso de pedra, Tajín (Veracruz), México. (Heine-Geldern 1959a: 197).

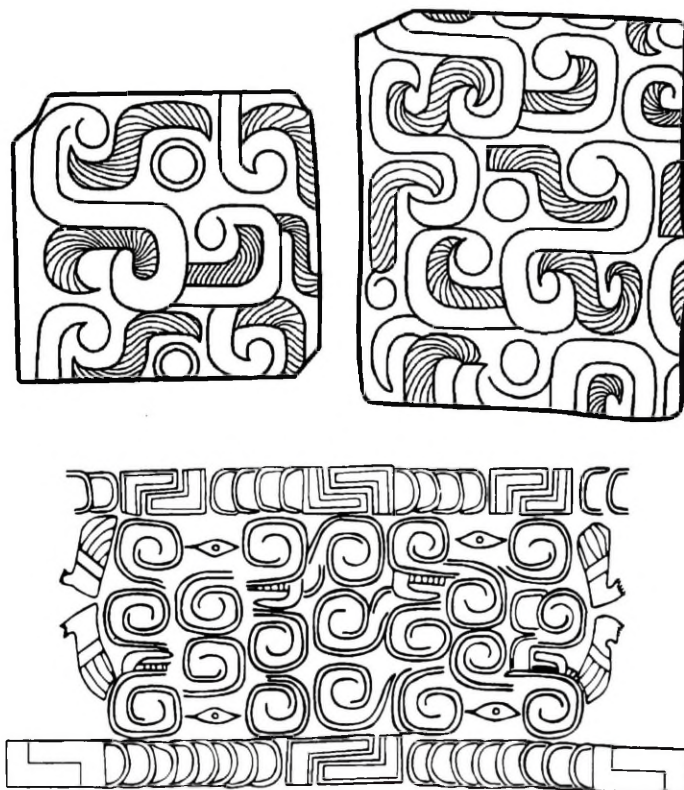


Fig. 2 – Acima, tabuletas de pedra, Chou tardio, China. Abaixo, desenho em vaso de mármore, Cultura Maya, vale do Uluá, Honduras. (Heine-Geldern 1959a: 196).

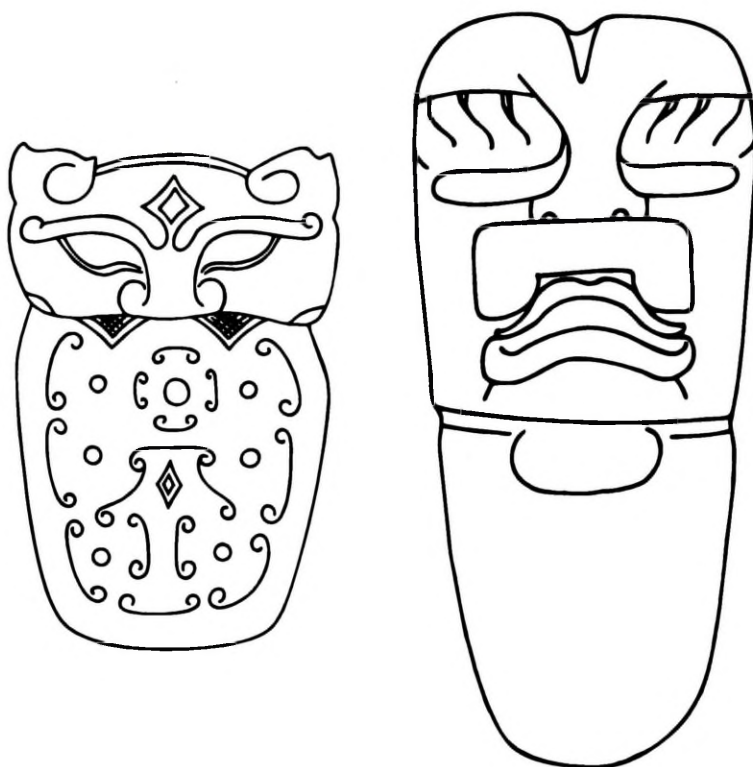


Fig. 3 – À esquerda, lâmina de jade com motivo felino, Shang, China. À direita, machado ritual de jade com divindade felina, Cultura Olmeca, La Venta (Tabasco), México. (Meggers 1975: 14-15).

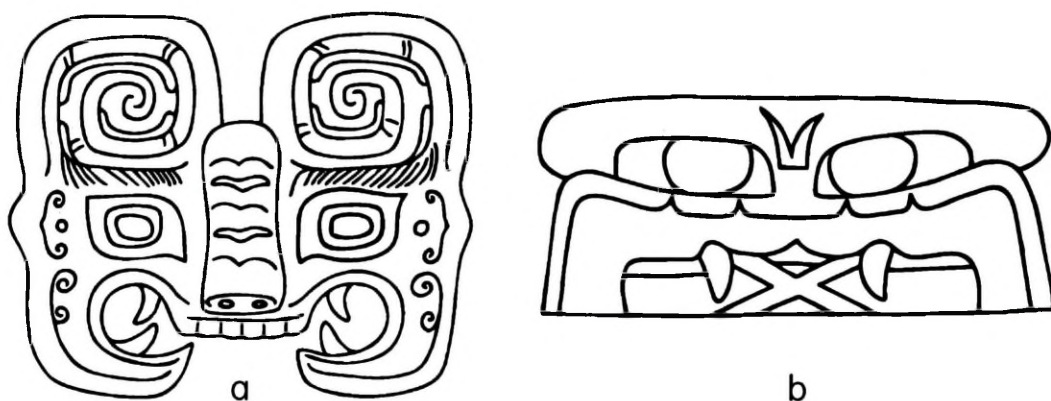
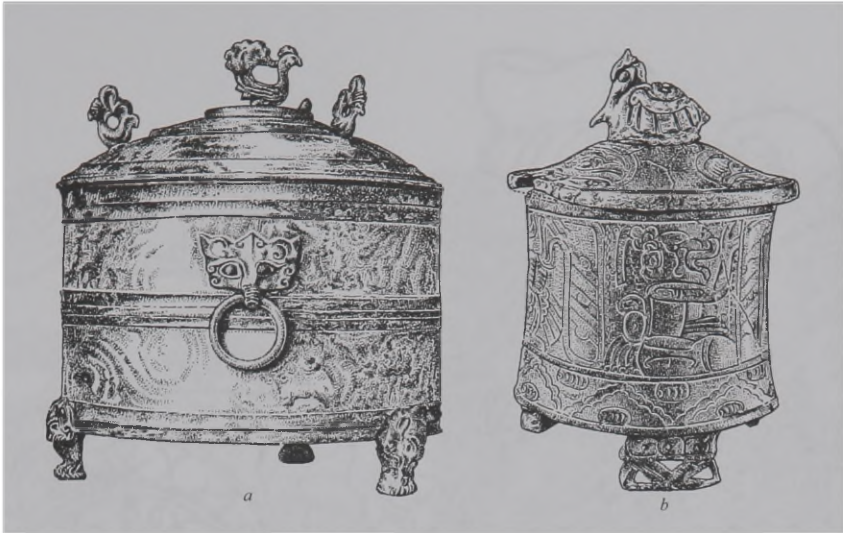


Fig. 4 – À esquerda, máscara de bronze, Shang, China. À direita, desenho gravado no altar 4, Cultura Olmeca, La Venta (Tabasco), México. (Meggers 1975: 15).





*Fig. 5 – À esquerda, vaso tripode de bronze, Han, China. À direita, vaso tripode, cerâmica Maya, Tikal, Guatemala. (Ekholm 1964b: 505).*



*Fig. 6 – Acima, vasos tripodes de bronze, Han, China. Abaixo, vasos tripodes, cerâmica Maya, Kaminaljuyu, Guatemala. (Heine-Geldern 1959b: 208-209).*

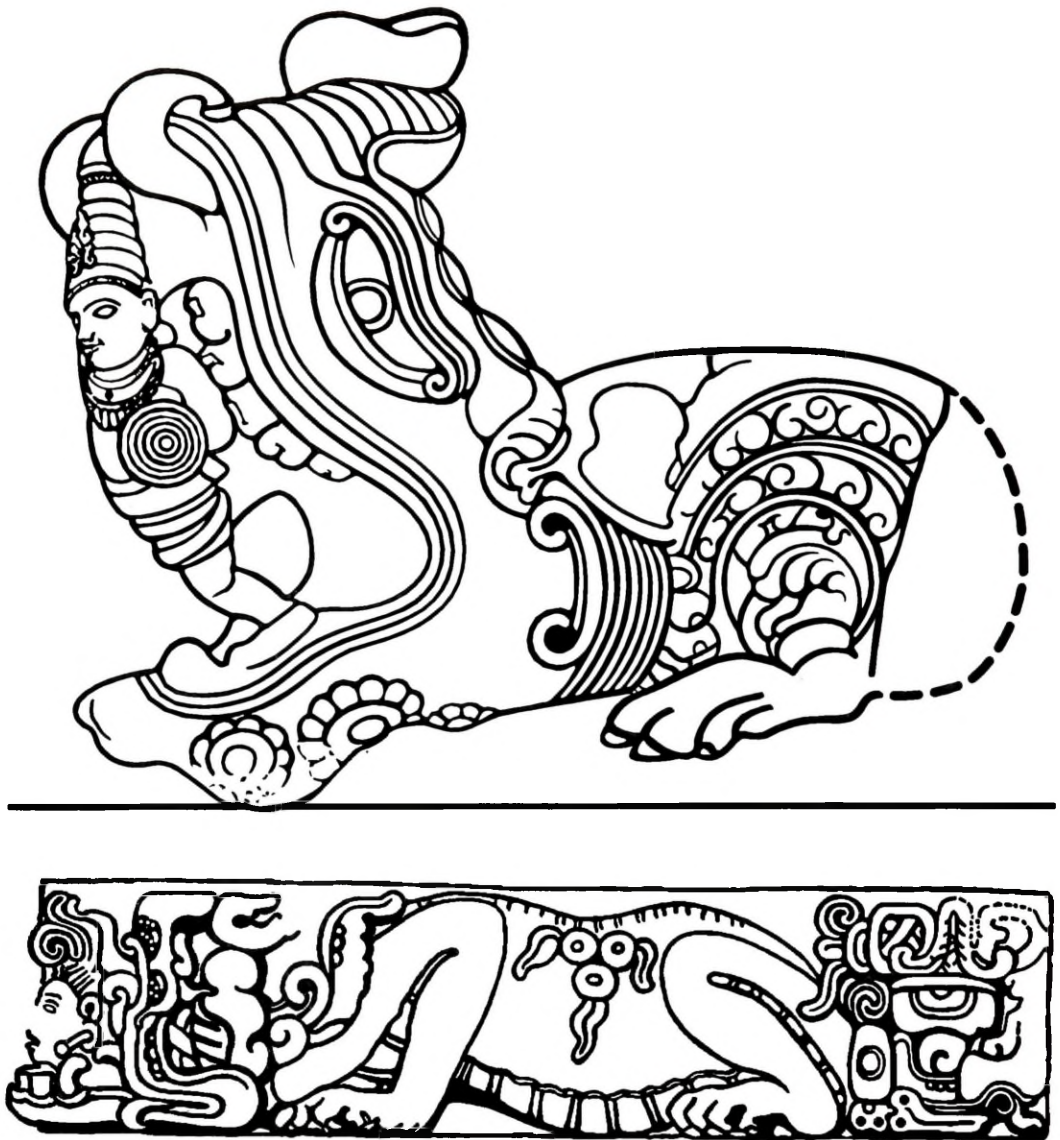


Fig. 7 – Acima, um Makara, monstro lendário que combina traços de réptil e de mamífero, de cuja boca emerge uma figura humana, Mysore, Índia. (Heine-Geldern 1964: fig. 12). Abaixo, dragão Maya de duas cabeças, com os mesmos caracteres anatômicos e uma cabeça humana saindo da sua boca anterior. Relevô de Copan, Honduras (Spinden 1957: 53).





Fig. 8 – À esquerda, o deus Maya da chuva, Chac, com apêndice nasal em forma de tromba, no códice de Madri. À direita, estátua do deus Ganesa, Champa, Índia. (Heine-Geldern 1966:286).

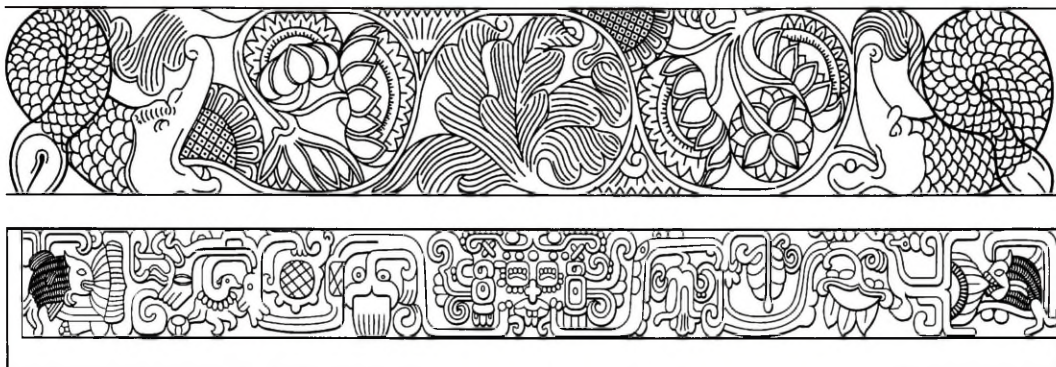


Fig. 9 – Acima, relevo, Amaravati, Índia. Abaixo, relevo, Chichen Itzá (Yucatan), México. (Heine-Geldern 1964: figs. 1, 2).

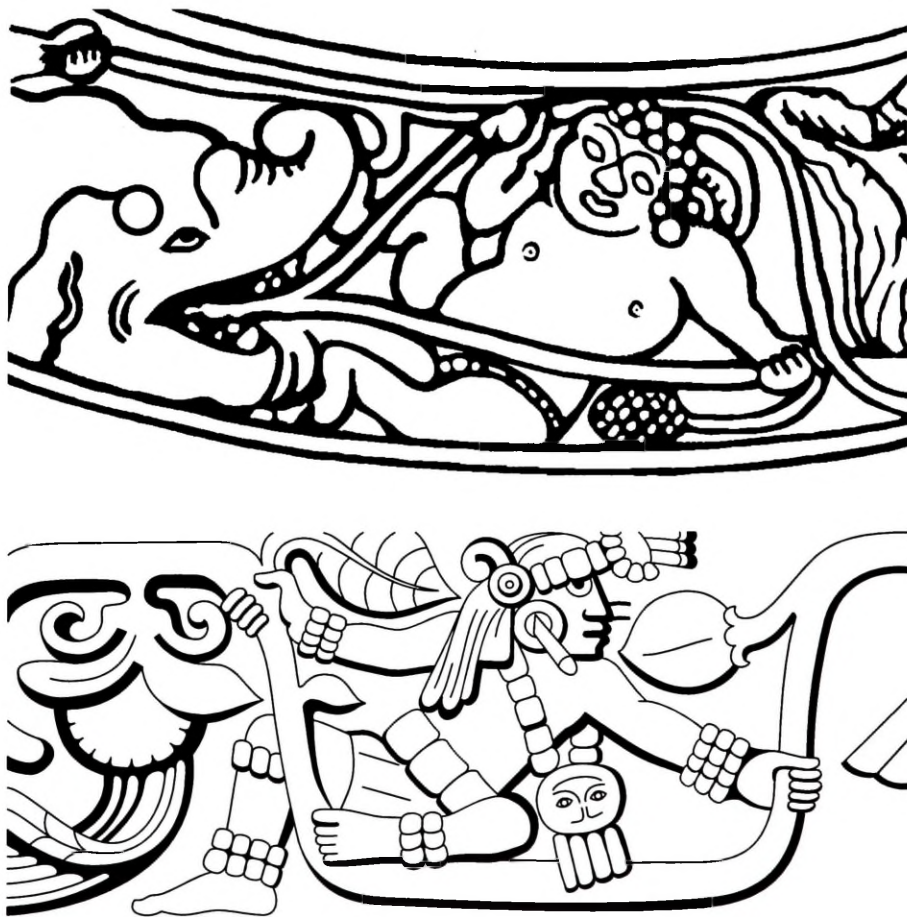


Fig. 10 – Detalhes, Amaravati e Chichen Itzá. (Heine-Geldern 1964: figs. 3,4).



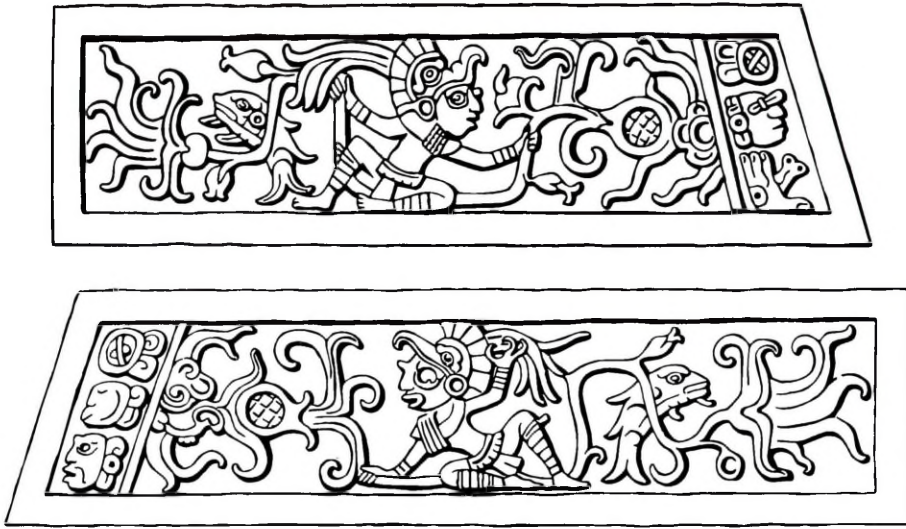


Fig. 11 – Relevo, *Templo do Anão*, Uxmal (Yucatan), México. (Heine-Geldern 1964: fig. 5).



Fig. 12 – À esquerda, um Bodhisattva sentado na característica posição com uma perna flexionada; ao seu lado, em destaque, uma flor-de-lótus. Período Pala, nordeste da Índia. À direita, baixo-relevo Maya do Clássico tardio, representando um chefe ou dignitário na mesma postura e segurando o talo de uma planta aquática. Palenque (Chiapas), México. (Ekholm 1964b: 506).

PORRO, A. Transpacific contacts between eastern Asia and precolumbian Mesoamerica: an open question. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 197-209, 2000.

**ABSTRACT:** Transpacific contacts between eastern Asia and precolumbian Mesoamerica are one of the big controversial issues in American archaeology. Oppositely to old and amateurish ideas on Egyptian or Phoenician travels to America, it broke out with scholarly status from comparative studies of similar iconographic and symbolic traits endeavored since 1950 by specialists of both areas. Notwithstanding lack of historical and archaeological evidences of contacts, several significant common elements suggest that they took place more than once, during the first millennium B.C. and the first millennium A.D.

**UNITERMS:** Mesoamerica: Archaeology – Oriental Asia: Archaeology – Pacific: navigations, cultural diffusion.

### Referências bibliográficas

- ADAMS, R.E.W.  
1991 *Prehistoric Mesoamerica*. Univ. Oklahoma Pr.
- ADAMS, R.E.W. (Ed.)  
1989 *Los orígenes de la civilización maya*.  
[1977] México: FCE.
- BINFORD, L.R.  
1995 The 'New Archaeology' then and now.  
[1989] C.C. Lamberg-Karlovsky (Ed.) *Archaeological thought in America*. Cambridge, Cambridge Univ. Press: 50-62.
- EKHOLM, G.F.  
1950 Is American Indian culture Asiatic ?  
*Natural History*, 59: 344-351, 382.  
1953 A possible focus of Asiatic influence in the late classic cultures of Mesoamerica.  
*Mem. Soc. Amer. Archaeol.*, 9: 72-89.  
1955 The new orientation toward problems of Asiatic-American relationships. B.J. Meggers; C.Evans (Eds.) *New interpretations of aboriginal American culture history*. Anthr. Soc. Washington 75th Anniv. Vol.??: 95-109.  
1964a Possible Chinese origin of Teotihuacan cylindrical tripod pottery and certain related traits. *Acts 35th Intern. Congr. Americanists*, Mexico, 1: 31-45.  
1964b Transpacific contacts. J.D. Jennings; E. Norbeck (Eds.) *Prehistoric Man in the New World*. The Univ. of Chicago Press: 489-510.
- FIEDEL, S.F.  
1992 *Prehistory of the Americas*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- GRAEBNER, F.  
1921 Alt-und neuweltliche Kalender. *Zeit. für Ethnol.*, 52/53: 6-37.
- HAMMOND, N.  
1988 *La civilización maya*. Madrí: Istmo.  
[1982]
- HEINE-GELDERN, R.  
1937 L'art pré bouddique de la Chine et de l'Asie du Sud-Est et son influence en Océanie. *Révue des Arts Asiatiques*, 11: 177-206.  
1952 Some problems of migration in the Pacific. ? Koppers; R. Heine-Geldern; ? Haekel (Eds.) *Kultur und Sprache. Wiener Beitrage zur Kulturgeschichte und Linguistik*, 9: 313-362.  
1959a Chinese influences in Mexico and Central America: the Tajín style of Mexico and the marble vases from Honduras. *Acts 33d. Intern. Congr. Americanists* (San José, Costa Rica, 1958), 1: 195-206.  
1959b Chinese influence in the pottery of Mexico, Central America, and Colombia. *Acts 33d. Intern. Congr. Americanists* (San José, Costa Rica, 1958), 1: 207-210.  
1960 Theoretical considerations concerning the problem of pre-Columbian contacts between the Old World and the New. A.Wallace (Ed.) *Selected Papers 5th Intern. Congr. Anthr. Ethnol. Sciences*, Philadelphia: 277-281.  
1964 Traces of Indian and southeast Asiatic Hindu-Buddhist influences in Mesoamerica. *Acts 35th Intern. Congr. Americanists*, Mexico, 1: 47-54.

- 1966 The problem of transpacific influences in Mesoamerica. R. Wauchope (Gen. Ed.) *Handbook of Middle American Indians*. Austin, Univ. Texas Press, 4: 277-295.
- HEINE-GELDERN, R.; EKHOLM, G.F.  
1951 Significant Parallels in the Symbolic Art of Southern Asia and Middle America. S. Tax (Ed.) *The Civilizations of Ancient America*. Selected Papers of the XXIX Intern. Congr. Americanists. The Univ. of Chicago Press: 299-309.
- JETT, S.C.  
1971 Diffusion versus Independent Development: The Bases of Controversy. ? Riley et al. (Eds.) *Man across the Sea*. Austin, Univ. Texas Press: 5-53.
- KRICKEBERG, W.  
1946 *Etnologia de America*. Mexico: FCE. [1939]
- MARCHAL, H.  
1934 Rapprochements entre l'art Khmer et les civilisations polynésiennes et précolombiennes. *Jour. Soc. Américanistes*, 26: 213-222.
- MEGGERS, B.J.  
1975 The Transpacific Origin of Mesoamerican Civilization: A Preliminary Review of the Evidence and its Theoretical Implications. *Amer. Anthropologist*, 77: 1-27.
- MORLEY, S.G.  
1946 *The Ancient Maya*. Stanford Univ. Press. Trad. esp. *La civilización maya*. México: FCE, 1947.
- PHILLIPS, Ph.  
1966 The role of transpacific contacts in the development of New World pre-Columbian civilizations. R. Wauchope (Gen. Ed.) *Handbook of Middle American Indians*. Austin, Univ. Texas Press, 4: 296-315.
- PIJOÁN, J.  
1946 *Summa Artis. Historia General del Arte*. Vol. X: Arte Precolombiano Mexicano y Maya. Madrid: Espasa-Calpe.
- ROCK, F.  
1922 Kalender, Stern Glaube und Weltbilder der Tolteken als Zeugen verschollener Kulturbeziehungen zur Alten Welt. *Mitteilungen Anthr. Gesellschaft in Wien*, 52: 43-136.
- SABLOFF, J.A.  
1990 *The New Archaeology and the Ancient Maya*. New York: Scientific American Library.
- SHARER, R.J.  
1994 *The Ancient Maya*. Stanford Univ. Press.
- SPINDEN, H.J.  
1957 *Maya Art and Civilization*. Indian Hills, Colorado: The Falcon's Wing Press.
- TYLOR, E.B.  
1879 On the game of patolli in ancient Mexico and its probable Asiatic origin. *Journ. Anthr. Inst. Great Britain and Ireland*, 8: 116-129.  
1896 On American lot-games, as evidence of Asiatic intercourse before the time of Columbus. *Internat. Archiv für Ethnog.*, Suppl. to vol. 9: 55-67.
- VAILLANT, G.C.  
1955 *La civilización azteca*. México: FCE. [1941]

Recebido para publicação em 3 de novembro de 2000.



## A POÉTICA DA FOME NA ARTE GUARANI\*

Mona Birgit Suhrbier\*\*  
Mariana Leal Ferreira\*\*\*

SUHRBIER, M.; LEAL FERREIRA, M. A poética da fome na arte Guarani. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 211-229, 2000.

**RESUMO:** Desenhos produzidos por crianças Guarani Mbyá na virada do milênio sugerem que a Terra-sem-Males pode ser uma realidade mundana. O solo infértil e cheio de pragas da Terra Indígena Itaóca no litoral sul de São Paulo é transformado por jovens artistas em farto território, repleto de plantações e caça. A proximidade do lixão de Mongaguá, fazendas de banana e Cemitério da Igualdade, onde os Guarani buscam restos de alimento, trabalham como escravos e enterram seus mortos prematuramente, é mantida fora das ilustrações. Crianças doentes e enfraquecidas do grupo indígena mais numeroso do Brasil (30.000) materializam-se nas ilustrações em *xondaro* Guarani – guerreiros cujos corpos captaram a essência do paraíso mítico, a imortalidade. A qualidade estética das representações da vida social Guarani advém das dimensões de um mundo errante que as crianças tentam recriar e expressar por meio da arte. Enquanto adultos e idosos acreditam que fome e escassez são condições necessárias para a passagem à Terra-sem-Males, a geração mais nova propõe mudanças concretas à ordem social, incluindo a aceitação do conforto da agricultura sedentária. Se a palavra sagrada, vital à pessoa Guarani, não transmitiu até hoje à insensível sociedade brasileira os efeitos dramáticos da pobreza e violência, os jovens esperam que sinais visuais de um mundo poético e idealizado possam educar o público sobre suas presentes aspirações.

**UNITERMOS:** Etnoestética – Mbyá Guarani – Cosmologia – Etnicidade.

### Os artistas

Crianças e jovens Guarani da Aldeia Teko Wy'a Pyau, na Terra Indígena (TI) Guarani de Itaóca, litoral sul do estado de São Paulo, produziram ilustrações em 1999 e 2000. Um

único desenho foi feito em 1950 por Miringuasu, jovem Guarani Kaiowá da Área Indígena Panambi, no Mato Grosso do Sul, e coletado por Egon Schaden (1963).<sup>1</sup> Os demais desenhos foram elaborados por Luiz Karaí, Cecília de

(\*) Trabalho apresentado na 99<sup>th</sup> Annual Meeting of the American Anthropological Association em San Francisco, California, 15 a 18 de novembro de 2000.

(\*\*) (Museum für Völkerkunde, Frankfurt)

(\*\*\*) (University of Tennessee, Knoxville)

(1) Os Guarani são divididos em três sub-grupos: Mbyá, Kaiowá e Nhandeva. Os desenhos originais coletados por Egon Schaden são parte da coleção de arte do Museum für Völkerkunde Frankfurt am Main, na Alemanha. Cada desenho é acompanhado por uma explicação de Schaden escrita a mão. Estes desenhos estão publicados em Münzel (1988) e Suhrbier (1997b).



Souza, Sílvio de Souza, Mariano Tupã Mirim, Yldo Veríssimo, Márcia Fernandes, Célio de Souza, Danilo Silveira, Basílio Silveira, Claudio da Silva e Hugo Fernandes, jovens Guarani do subgrupo Mbyá da Aldeia Teko Wy'á Pyau, na TI Itaóca. As ilustrações foram coletadas por Mariana Leal Ferreira e Mona Suhrbier.<sup>2</sup>

### Situação Política

Os Guarani são o grupo indígena mais populoso do Brasil. São mais de 30 mil indivíduos dos subgrupos Mbyá, Nhandeva e Kaiowá vivendo nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (ISA 1996). Em São Paulo há 1752 Guarani localizados em 15 terras indígenas no litoral e no interior do estado.<sup>3</sup> Na Terra Indígena Itaóca, de onde provêm os desenhos mais recentes, vivem 117 Mbyá e 67 Nhandeva (Ferreira 2000:28). Na Área Indígena Panambi, no Mato Grosso do Sul, onde vivia Miringuasu em 1950, há cerca de 100 Kaiowá. É o estado brasileiro com maior população Guarani, com quase 25 mil índios (ISA 1996:721-723).

Dois situações políticas bastante distintas caracterizam os períodos históricos em que as ilustrações foram produzidas. Os Guarani de 1950 e os Guarani de 1999/2000 fizeram uso de estilos contrastantes, porém complementares, de representar o presente pensando num futuro poético e idealizado.

### 1950

O processo de colonização do sul brasileiro reduziu amplos territórios Guarani a diminutas reservas, muitas vezes divididas com os Kaingang e Terena, grupos com

rivalidades históricas entre si.<sup>4</sup> Hoje, em São Paulo, há terras indígenas Guarani no litoral, como Itaóca e Aguapeú, que não foram demarcadas e homologadas, apenas identificadas. Outras, como Pindoty em Pariquera-açu e Pacurity em Iguape, não estão sequer em processo de identificação. A maior parte das áreas indígenas Guarani de São Paulo é formada por terras inférteis e devolutas do Estado, oferecidas aos índios por seu baixo valor no mercado imobiliário. Este é o caso da Terra Indígena Rio Branco II, em Cananéia. De outro lado, há aldeias como Rio do Azeite e Capoeirão, na TI Serra do Itatins, município de Itariri, que estão localizadas no entorno da Estação Ecológica da Juréia. Apesar da fartura de recursos neste santuário, que se contrapõe à aridez da área indígena, os índios estão proibidos de caçar, pescar, fazer roça ou coletar palmito e outros frutos silvestres (Ferreira 1998, 2000, 2001).

Expulsão de territórios ancestrais e confinamento em reservas diminutas e improdutivas traumatizaram de modo severo comunidades Guarani no sul do Brasil. Fome, doenças infecto-contagiosas, como o sarampo e a tuberculose, bem como a desesperança provocaram mortalidade acentuada entre crianças e adultos, bem como o uso perverso do suicídio, entre os Kaiowá, como “apelo para a vida” (Meihy 1994).<sup>5</sup> Perder o controle da terra onde os Guarani caçavam, coletavam e plantavam, criavam seus filhos e enterravam os mortos, e estabeleciam relações de troca entre as várias aldeias, significou, para várias lideranças religiosas – os *karai*, ou profetas Guarani – a chegada de um cataclisma. De acordo com Schaden (1963) e Métraux (1948), os Guarani interpretaram a forte presença do homem branco em territórios indígenas como o fim do mundo. Em reação a essa e outras crises, os Guarani do sul brasileiro têm partido em movimentos migratórios, em maior ou menor escala, sempre em direção ao norte e tendo o Oceano Atlântico como principal referência.

(2) Os desenhos coletados por M. Suhrbier fazem parte da coleção de arte do Museum für Völkerkunde, Frankfurt am Main.

(3) Há subgrupos Guarani vivendo também na Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia. ISA (1996: VII) estima que há 25.000 Kaiowá vivendo no Paraguai.

(4) Perspectivas históricas sobre migrações Guarani durante o processo de colonização do sul brasileiro podem ser encontradas em Brandão (1992), Chero-bim (1986), Métraux (1948) e Monteiro (1984). (5) Ver também Clastes (1995), Ferreira (1998b, 1999b, 1999c, 2001) e Monteiro (1984).

Migrações Tupi-Guarani foram documentadas por oficiais portugueses e missionários já no começo do século XVI. Milhares de índios abandonaram as próprias aldeias seguindo um grande *karai*, que lhes havia prometido um território naturalmente abundante, sem a necessidade de trabalho (Métraux 1927:21). Dos 10 a 12 mil Guarani que tomaram o rumo norte em direção ao rio Amazonas, somente 300 sobreviveram à grande jornada (Hill 1995: vii).

Na década de 1950, o líder religioso da Aldeia Panambi, o *karai* Pai Chiquinho, promoveu rituais apocalípticos representando o fim desta vida mundana e facilitando a transcendência a outro domínio cósmico – a Terra-sem-Males. Conhecimentos mitológicos Guarani foram postos em prática: o *karai* Pai Chiquinho invocou Nhanderaçu, o Criador Guarani, para formalizar pregações sobre a renovação do mundo. Nhanderaçu tem o poder de pôr fim ao sofrimento intenso e desencadear o processo do apocalipse Guarani.

É neste contexto que o antropólogo brasileiro Egon Schaden (1963, 1974) pediu desenhos a alguns Guarani. Foi a primeira vez em que Miringuasu, a autora da ilustração de 1950, usou materiais de desenho e produziu ilustrações no papel (Ilust.1).

## 1999/2000

Os Guarani Mbyá da Aldeia Teko Wy'a Pyau (Nova Esperança, em português), na Terra Indígena Guarani de Itaóca, município de Mongaguá, sobrevivem coletando restos de comida e latinhas de alumínio para vender no lixão municipal. O lixão fica localizado a 800 metros da aldeia, no limite setentrional da terra indígena, que não é demarcada e nem faz parte do Plano de Urbanização da Cidade de Mongaguá. A qualidade do lixo varia conforme o fluxo de turistas no balneário local: carnaval e feriados prolongados fazem o lixo ficar “gordo”, principalmente em função da abundância de latinhas de cerveja, vendidas a cinco centavos o quilo no próprio lixão aos “donos do lixo”.<sup>6</sup>

(6) Os donos do lixo são não-índios que servem de intermediários entre os índios e as pequenas empresas que compram alumínio, vidro e plástico para reciclar.

Mulheres, homens e crianças trabalham em condições de escravidão, conforme critérios do próprio Ministério do Trabalho, nas fazendas de banana vizinhas à Terra Indígena. Os índios não possuem registro de trabalho, têm salário inferior ao mínimo permitido por lei, sofrem discriminação racial e têm ferramentas descontadas do salário, o que a legislação trabalhista proíbe. Por fim, há famílias Mbyá e Nhandeva que vendem pequenos animais esculpidos em caixeta e arte plumária a turistas na praia, bem como palmito e orquídeas na feira local (Ferreira 1998, 1999b, 2000, 2001, no prelo).

Em 1998, houve importante mudança na liderança da Aldeia Teko Wy'a Pyau. O cacique Julinho, enfraquecido na terceira idade por alcoolismo e má-nutrição, foi substituído pelo jovem Luiz Karai de Souza. Luiz Karai despontou como forte liderança profética, antevendo o cataclisma Guarani na própria terra indígena Itaóca. Entre abril de 1997 e julho de 1999, morreu em média uma criança entre zero e 3 anos de idade por mês, devido à desnutrição crônica (Ferreira 1998, 1999b, 2000, 2001, no prelo). A impossibilidade de liderar um grande movimento migratório, dada a fraqueza física da comunidade, provocada por falta de comida e escassez absoluta de recursos e de assistência médica, fez com que Luiz Karai, a esposa Cecília e outros jovens Guarani resolvessem reproduzir as condições de abundância do paraíso mítico na própria terra indígena. Os jovens propuseram várias mudanças concretas ao *nhanderekó* ou modo de vida Guarani, mudanças essas refletidas na escolha do novo nome da aldeia – Nova Esperança – e na participação e elaboração de projetos de educação bilíngüe e de desenvolvimento auto-sustentado.<sup>7</sup>

A Terra Indígena Guarani de Itaóca foi identificada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) em 1994 (Portaria Funai No. 912, 10/13/94). A identificação é a primeira de cinco etapas do processo de demarcação de terras indígenas no Brasil.

(7) Entre 1997 e 2000, Luiz Karai participou de vários cursos de formação em educação e saúde, promovidos pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Mariano Tupã Mirim formou-se agente de saúde em 1998 por meio de curso realizado no Pronto Socorro Agenor de Campos, em Mongaguá.

As mudanças propostas por jovens lideranças são especialmente significativas para os Guarani. Fazem frente ao descaso completo da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Fundação Nacional de Saúde (FNS) e da Prefeitura Municipal de Mongaguá, responsáveis pelo bem-estar dos índios de Itaóca e de Aguapeú.<sup>8</sup> Por outro lado, o *nhanderekó* ou ascese Guarani prevê o sofrimento físico e moral como condição de ascensão à *Ywy maraẽ'y*, a Terra-sem-Males (Clastres 1995). Nas condições atuais de fome e miséria, o asceticismo exacerbado de adultos Guarani torna-se, por vezes, perigoso para a sobrevivência física da comunidade. A fome é reinterpretada como “jejum”, prática essencial para tornar o corpo “leve” e facilitar transes e sonhos dos karáí. O jejum forçado acaba por enfraquecer a comunidade desnutrida, provocando a morte – condição que, à diferença da relação cristã entre morte e ressurreição, *não* garante acesso à Terra-sem-Males. Em Itaóca e Aguapeú, adultos com mais de 30, 35 anos tendem a assumir postura contemplativa frente aos descasos das autoridades competentes, já que o sofrimento pode levar à efetiva realização da virtude, à plenitude da vida moral (Ferreira 2001, no prelo). Não-índios, como funcionários da Funai e de postos de saúde locais, aproveitam-se da situação, justificando a fome e a miséria Guarani como produto da “passividade” e “preguiça” do povo. Equacionar pobreza com alteridade tem o perverso efeito de tornar o sofrimento mais distante, porque o atribuímos à “diferença cultural”.

Histórias de sofrimento são emblemáticas de algo mais do que mortes trágicas e prematuras. É neste sentido que transformações da vida cotidiana, seja na incrementação das roças, na construção de um prédio para a escola e na formação de agentes de saúde,

seja na intensificação de rituais infantis na *opy* ou casa de reza, são representativas da capacidade que crianças e jovens Guarani têm de representar o presente e interpretar o futuro, tentando recriar a economia de reciprocidade Guarani (Melià 1987) a partir de jovem visão de mundo. Ao contrário dos próprios pais, tios e avós, crianças e jovens Guarani não aceitam as condições desumanas que enfrentam na terra indígena, no lixão, nos hospitais e fazendas de banana. Organizam-se para produzir o mundo idealizado da Terra-sem-Males e, ao fazê-lo, atribuem novos significados a visões apocalípticas de corpo, tempo e espaço Guarani.

Este ensaio propõe o entendimento de como os Guarani Mbyá do sul do Brasil experimentam o mundo em que vivem e que tentam recriar, a partir da crítica que formulam à sociedade humana usando lápis e papel. Elegemos a autonomia do universo infantil como premissa básica, de acordo com a mais recente vertente da Antropologia da Criança (Chin 1999; Ferreira 2001, no prelo; Nunes 1997; Toren 1995). A criação e recriação do mundo Guarani contemporâneo pelos jovens não é mera réplica ou miniatura do mundo adulto, mas um domínio relativamente autônomo, regulado por racionalidade própria. Jovens Guarani reinventam, nos desenhos produzidos em 1999 e 2000, o *nhanderekó*, propondo soluções concretas de como recriar a “divina abundância” da Terra-sem Males neste domínio cósmico, o terrestre. Em vez de retratar crianças esfomeadas no lixão, doentes nos hospitais, escravizadas nos bananais, mortas e enterradas prematuramente no Cemitério da Igualdade, os jovens desenham o mundo em que gostariam de viver.

## Imagens e Palavras

Desenhar no papel não é parte das tradições artísticas Guarani. Conhecidos como “mestres da palavra” (Melià 1987:632), o repertório da cultura Guarani revela forte tendência à oralidade e pouca ênfase a grafismos, como pintura corporal. Há, na cestaria, padrões geométricos bastante elaborados, mas estes não são transpostos a outras superfícies,

(8) A Terra Indígena Guarani do Aguapeú também está localizada no município de Mongaguá, com população em 1999 de 50 indivíduos (Ferreira 2000). Como Itaóca, a TI Aguapeú está somente identificada, porém não demarcada pela Funai. As condições de vida dos Guarani de Aguapeú são igualmente trágicas. A FNS é hoje responsável pela saúde indígena no Brasil (Ministério da Saúde, Medida Provisória número 1.911-8, Artigo 28-B, 29/07/99).

exceto em aldeias onde a geometria Guarani vem sendo estudada nas escolas (Ferreira 1998b). Além da cestaria, escultura em madeira, plumária e cerâmica fazem parte do acervo artístico Guarani. Mas a palavra continua sendo o modo de expressão privilegiada da cultura Guarani (Clastres 1995; Ferreira 2001, no prelo; Melià 1987, 1988).

A iconografia Guarani aqui apresentada pode parecer, à primeira vista, esteticamente simples. Sua complexidade, porém, só pode ser apreciada por meio de análise que ilumine o campo social e a economia política que ajudam a estruturar a atual cosmologia Guarani. A crítica dos artistas indígenas à sociedade humana tem o efeito de construir o presente à imagem do futuro, à medida que propõe mudanças ao comportamento coletivo, incluindo a adoção de vários conhecimentos não-indígenas, como a escrita, a agricultura sedentária e a biomedicina.

Para os Guarani Mbyá do estado de São Paulo, a arte verbal é dedicada à composição de rezas e encantações coletivas que facilitam a comunicação com divindades de outras esferas do cosmos Guarani. Rezas e encantações podem também ser recebidas em sonhos, quando, então, são consideradas propriedade individual e constituem elementos essenciais da pessoa Guarani. A força do repertório confere prestígio a cada indivíduo, na medida em que sonhos promovem a comunicação entre os seres que habitam os vários domínios do cosmos Guarani (Clastres 1995, Métraux 1979, Schaden 1974).

Crianças Guarani da aldeia Teko Wy'a Pyau são educadas pelos mais velhos a desenvolver as próprias experiências religiosas. As crianças levam isso ao extremo e rejeitam sistematicamente o proselitismo religioso de missionários que vêm tentando converter os Guarani ao protestantismo. Os pequenos compõem rezas pessoais e compartilham aquelas recebidas em sonho (e transe, no caso dos *karai*) com a comunidade local, em cerimônias diárias na *opy*, a casa de reza (*ver desenho da opy de Teko Wy'a Pyau adiante*). Estas cerimônias são lideradas por Sílvio de Souza, que toca o violino (Sílvio é autor de várias ilustrações apresentadas a seguir). A socialização de repertórios individuais na casa

de reza fortalece a recriação da economia de reciprocidade Guarani, que reflete realidades de várias ordens, como poder, influência, simpatia, status e emoção (Bourdieu 1991, Mauss 1990).

Rezas e canções Guarani têm composição poética: são obras em verso, com estrofes bem definidas e enredo contundente (Melià 1988). É o que podemos notar na seguinte canção Guarani, com forte conotação política:

*Pemê'e jevy pemê'e jevy*  
Devolva, devolva  
*Oreyvy pera'a va'e kue*  
A terra que você roubou  
*Roiko'i haguã*  
De nós  
*Pera'a va kue roiko'i haguã.*  
Para que possamos continuar a viver.

Migrações Guarani em direção à Terra-sem-Males também são tema de canções ou poesias com melodia, cantadas por crianças Guarani, como na canção que se segue:

*Xekyvy'i Xekyvy'i*  
Meu irmãozinho, meu irmãozinho  
*Ereo rire*  
Você se foi  
*Ejevy voi ja'a aguã*  
Volte logo  
*Ja'a mavy*  
Para que possamos ir juntos  
*Joupive'i*  
Venerando a Deus  
*Para rovai jajerojy*  
Para o outro lado do oceano.

Cada canção ou reza tem, além de texto com estrutura poética, melodia e ritmo. Este é marcado por passos de dança e instrumentos musicais, como chocalhos e bastões de madeira. Cantar e rezar durante horas, em jejum, torna o corpo leve e prepara a pessoa Guarani para a transcendência espiritual em direção à Terra-sem-Males. O domínio terrestre é imperfeito porque está condenado à destruição, enquanto o plano cósmico é caracterizado por opulência infinita e prazer, nenhum trabalho e a negação de todas as proibições. Isto significa dizer que o mal – trabalho, lei – é a sociedade. A ausência do mal – a Terra-sem Males – é a contra-ordem (Clastres 1995: 56).

## Os desenhos

O desenho de Miringuasú foi escolhido para ilustrar como uma imagem gráfica pode ser estruturada como um poema (Ilust. 1).

A experiência de desenhar no papel pela primeira vez levou Miringuasú, filha do xamã da aldeia Panambi em 1950, e com 23 anos na época, a desenhar o ritual xamânico. Usando estilo abstrato, a artista compôs o desenho como poema, em que uma estrofe segue a outra. Entidades individuais, cada uma representando um ato cerimonial, são organizadas lado a lado em fileiras dispostas em camadas (Suhriebier 1997b).

Miringuasú estabelece forte ligação entre os eventos políticos da própria época a aspectos essenciais da cosmologia Guarani. A jovem artista interpreta o tema fundamental da história Guarani, a procura da Terra-sem-Males, dentro do contexto político dos anos 50. Ela mostra como os Guarani, seguindo a liderança política e religiosa do *karai* Pai Chiquinho, tentam escapar, de modo ritual e coletivo, do mal que aflige a vida terrena. O objetivo é alcançar a realidade parasidíaca da Terra-sem-Males.

Como uma poetisa, que desenvolve o próprio tema articulando palavras para produzir novas combinações, Miringuasú produz sua obra gráfica integrando círculos e linhas em arranjos originais, formando novas conexões entre as entidades. Estas entidades estão interligadas em uma rede de relações recíprocas, que espelha e ao mesmo tempo ajuda a recriar o cosmos Guarani. A teia de analogias criada pela artista entre os elementos da ilustração lhe permite desenvolver a narrativa da própria trajetória de vida por meio de conceitos básicos do pensamento religioso Guarani. Círculos e linhas representam os esforços dos *karai* ou profetas em recriar o equilíbrio da vida coletiva por meio da reza, do canto e da dança, assegurando a comunicação com as divindades do povo (Suhriebier 1997b). A artista expressou de modo bem claro, por meio de linguagem pictográfica, aspectos fundamentais do que significava ser, pensar e agir como uma mulher Guarani em meados do século 20.

A liberdade de representação e criação – forte aspecto da religiosidade Guarani – é transposta da oralidade para a nova arte de desenhar. Em comunidades Guarani contemporâneas do sul brasileiro, a vida ritual tem forte impacto na experiência da pessoa Guarani. Cantos e rezas ritualizados congregam três aspectos importantes do ser Guarani moderno, porque: (1) são atos de (re)criação dos ancestrais mitológicos; (2) replicam, na esfera terrestre, a trajetória dos ancestrais ao paraíso mítico enquanto parte da experiência espiritual interior da pessoa; e (3) enfatizam a necessidade dos futuros guardiões das almas humanas serem submetidos à mesma influência ritualística (Grünberg 1995:89).

A iconografia de Miringuasú põe em evidência o prazer da artista em experimentar uma nova modalidade gráfica, o desenho em papel. É o que vem ocorrendo entre os Guarani e vários povos indígenas brasileiros, de tradição oral, que vêm fazendo uso crescente da escrita e do desenho para produzir cultura (Melià e Blinder 1988, Ferreira 1992, Suhriebier 1997a, Vidal 2001). Os resultados destas novas formas de expressão e representação entre povos de tradição oral vêm sendo explorados por vários estudiosos, mas principalmente entre povos que já possuem forte tradição gráfica, como os Kayapó e os Xavante (Vidal 2000).

## Artistas Guarani Mbyá na modernidade

Os jovens artistas Luiz Karai, Cecília de Souza, Sílvio de Souza, Mariano Tupã Mirim, Yldo Veríssimo, Márcia Fernandes, Célio de Souza, Danilo Silveira, Basílio Silveira, Claudio da Silva e Hugo Fernandes, da Aldeia Teko Wy'a Pyau em Mongaguá, produziram os desenhos analisados a seguir em 1999 e 2000. Todos sugerem, em suas obras, que a abundância da Terra-sem-Males pode ser replicada na Terra Indígena Itaóca, guardadas as devidas proporções. Para que as condições de existência na *Ywy maraẽ'y* (*ywy* terra, *maraẽ'y* indestrutível) possam ser reproduzidas, os jovens propõem transformações estruturais na ascese Guarani. Há, por um lado, uma exacerbção da religiosidade do povo, à medida que

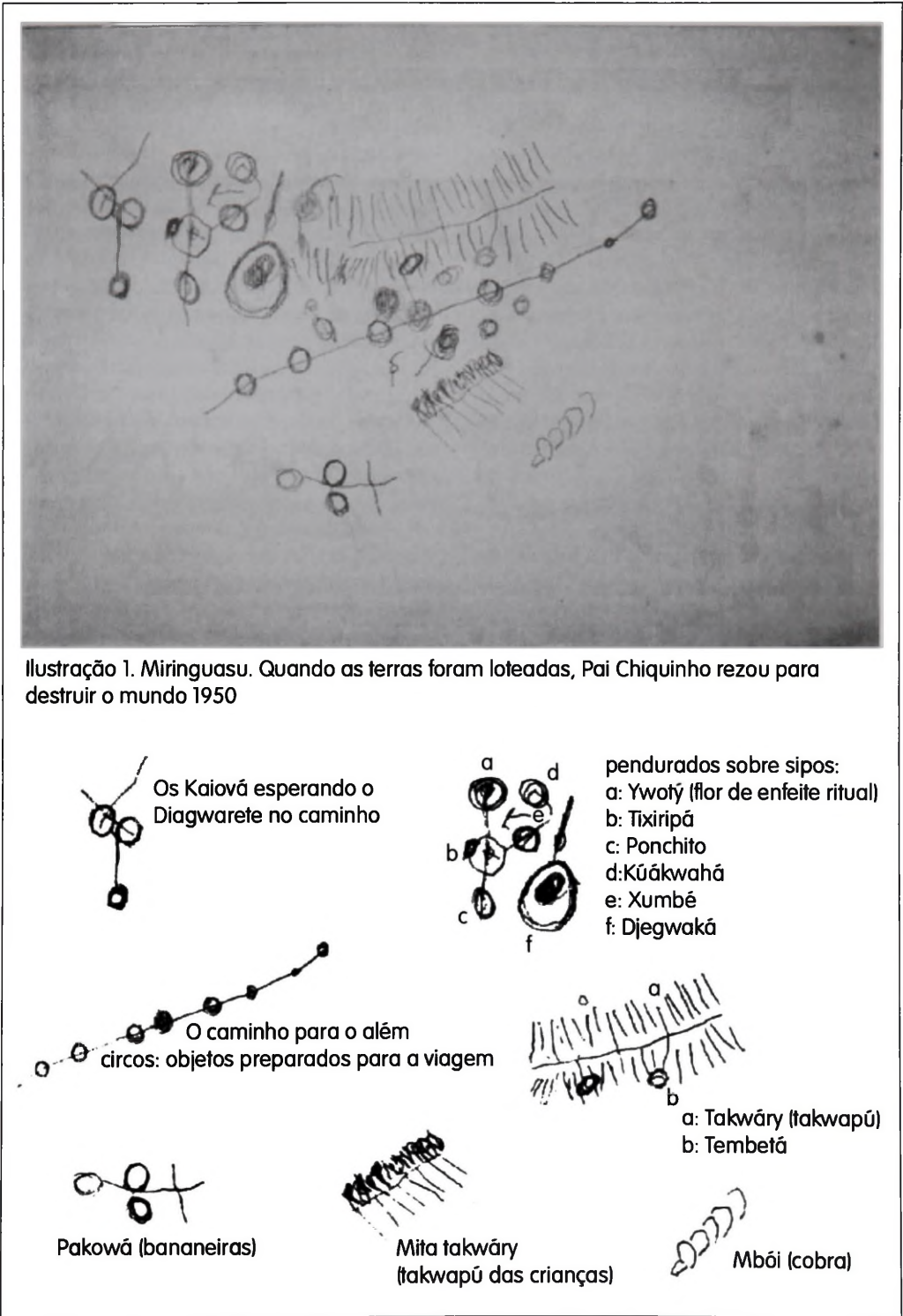


Ilustração 1.



os jovens deixam clara a importância da vida ritual para o bem-estar do povo. Neste sentido, a *opy* ou casa de reza, bem como as atividades dos xamãs aparecem com destaque nos desenhos, enquanto cenas de pronto-socorros e hospitais, tão frequentes na vida dos jovens da aldeia, são obliteradas. Por outro lado, os jovens propõem mudanças estruturais básicas à economia de reciprocidade Guarani, sugerindo que o trabalho humano, ao contrário da vida contemplativa, é condição de ascensão ao paraíso mítico. A agricultura sedentária aparece, nos desenhos, como atividade desejável, bem como o desenvolvimento de técnicas de caça antigas e modernas. Como afirmou o líder da aldeia Luiz de Souza Karaí, “morrer [de fome] não leva a lugar nenhum, só ao cemitério.” Ao contrário da crença cristã na morte como condição de ascensão ao paraíso, para os Guarani “a morte é o fim”.

Os desenhos revelam aspectos idílicos da vida na aldeia Teko Wy’a Pyau. O mundo natural e social é representado de forma idealizada, ensolarado, coberto com farta vegetação e agricultura que as crianças se

dedicam a cultivar. O desenho “Vida de criança na aldeia,” de Mariano Tupã Mirim, mostra crianças Guarani trabalhando com enxadas, carregando palmito, estendendo roupa lavada (Ilust. 2).

Em outras ilustrações, os jovens dedicam-se à construção da escola, que não existia até fins de 2000, ou ao plantio de milho, abóbora, feijão e batata doce. Em todos os desenhos, a comunidade aparenta boa saúde e está invariavelmente bem vestida. Jovens e adultos dedicam-se a práticas rituais e demonstram atitude respeitosa frente aos líderes cerimoniais. Mulheres e homens trabalham juntos para a prosperidade da aldeia, em vez de dedicar-se à coleta de restos de alimentos para comer e latas de alumínio para vender, no lixão da cidade. A *arte contemporânea* Guarani não é, neste sentido, um modelo em miniatura ou em pequena escala do mundo, seguindo a definição de Claude Lévi-Strauss (1966:23). Pelo contrário, a *arte Guarani moderna* faz uma crítica à sociedade humana à medida que representa os desejos atuais de jovens Guarani, desejos estes que os próprios jovens tentam materializar.



Ilustração 2.



Os estilos gráficos de artistas individuais variam, é claro. Sílvio de Souza tem traço marcante no modo como ocidentaliza os Guarani, representando-os de acordo com padrões de conduta e vestimenta dos “brancos” ou não-índios. Artistas mais jovens como Yldo Veríssimo, Célio de Souza e Danilo Silveira escolheram representar os Guarani, em alguns desenhos, como lutadores musculosos. Este super-herói Guarani veste pequena tanga, cocar de penas e ornamentos nos braços, empunhando arco e flechas, lança e facão ou faca. É forte o bastante para lutar contra a onça pintada e suficientemente poderoso para dominar índios hostis, homens brancos ou mesmo um gorila do estilo de King Kong (Ilust. 3).

Estes seres fantásticos são recriações do *xondaro* ou guerreiro Guarani, que alcançou a essência necessária à transcendência da pessoa Guarani: a propriedade indestrutível (*marã’y*) que garante a imortalidade aos seres humanos. Os *xondaro* Guarani aparecem transfigurados em fantásticos lutadores ocidentais – Scorpion, Liunkag ou Rayden – de jogos como “Combate Mortal” (Ilust. 4).

É necessário exercitar cautela, porém, ao atribuir características ocidentais a representações de mundo Guarani. Os primeiros etnógrafos, bem como missionários e funcionários governamentais atribuíram características cristãs à religiosidade Guarani, equacionando a Terra-sem-Males ao paraíso cristão. Confinamento e proximidade a missões jesuítas teriam “influenciado” a religiosidade Guarani. Vários estudiosos como Métraux (1948), Schaden (1974) e Unkel (1914), entre outros, enfatizaram repetidamente a importância que os Guarani dão à própria vida religiosa, o que invalida alegações de que os Guarani seriam “aculturados” ou teriam “perdido” a própria cultura. O mesmo pode ser dito sobre a arte Guarani. Os super-heróis são genuinamente Guarani, à medida que expressam a essência do corpo político: a qualidade indestrutível que a sociedade Guarani deseja e necessita que seus membros adquiram para garantir a sobrevivência física e cultural do povo no mundo atual.

A proximidade do lixão de Mongaguá, das fazendas de banana, dos pronto-socorros e do Cemitério da Igualdade, onde os Guarani

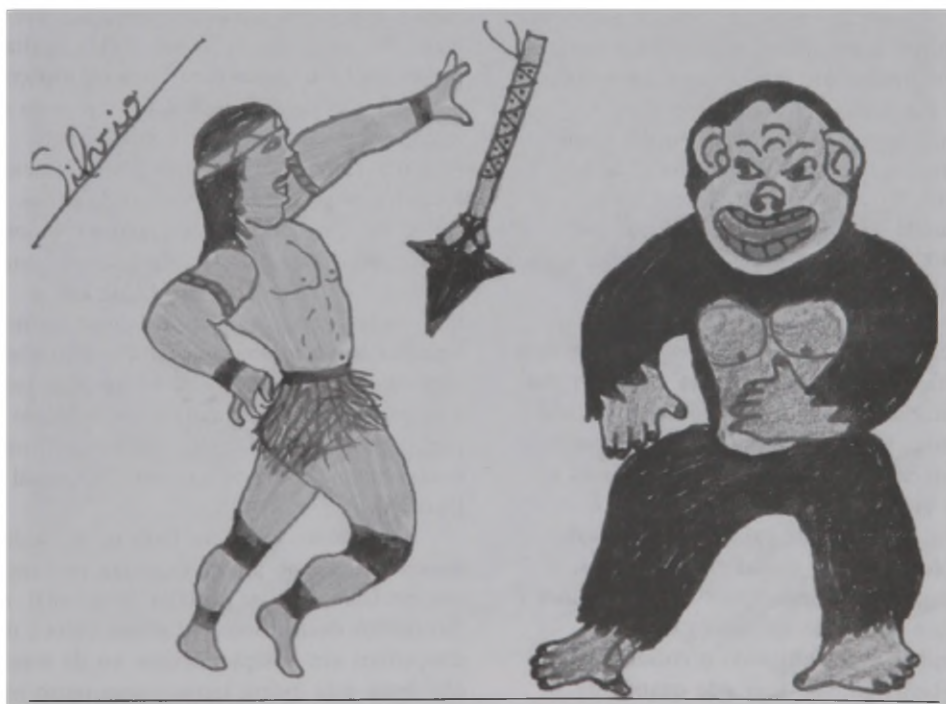


Ilustração 3.

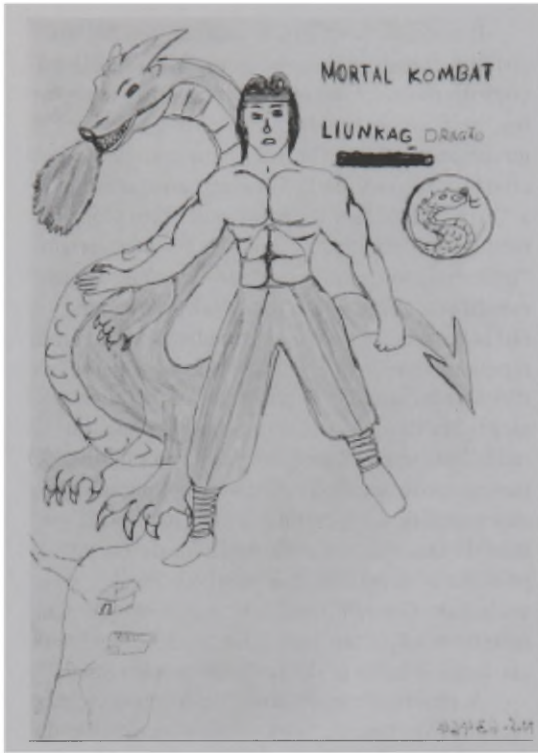


Ilustração 4.

buscam restos de alimento, trabalham como escravos e enterram seus mortos prematuramente, é mantida fora das ilustrações. A realidade da sociedade nacional mais ampla não é retratada ou permanece marginal nos desenhos. No retrato da paisagem local elaborada por Mariano Tupã Mirim, por exemplo, a cidade de Mongaguá aparece como pequena silhueta no horizonte.

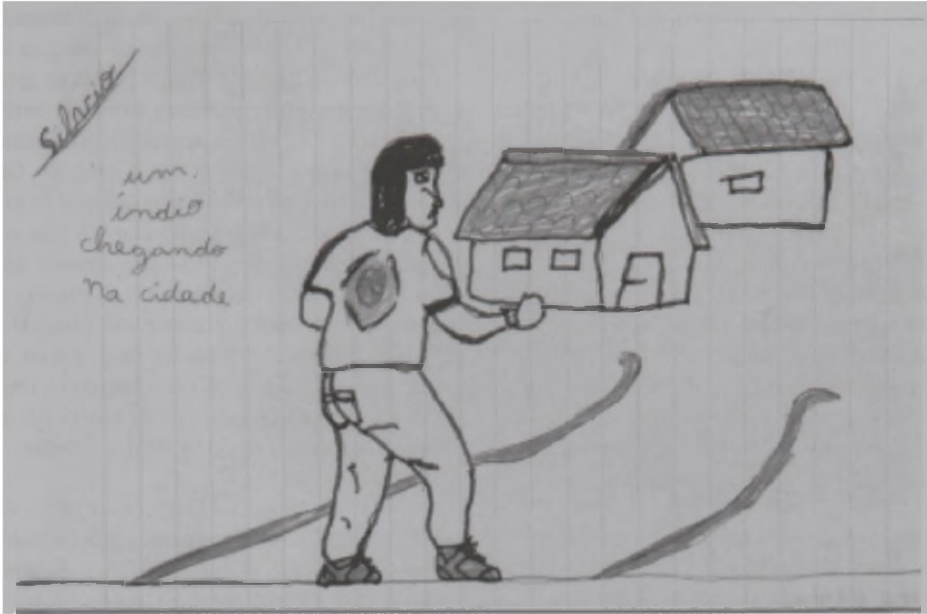
Nenhum artista quis mostrar os Guarani como catadores de lixo e gravemente enfermos de doenças infecto-contagiosas. Nem tampouco decidiram retratar os pequenos túmulos de cimento com os nomes das crianças Guarani no Cemitério da Igualdade. Ratos, moscas e baratas que infestam as casas, devido à proximidade do lixão, estão ausentes das ilustrações. Em vez destas cenas trágicas, o tema central da grande maioria dos desenhos é a beleza e dignidade da cultura Guarani, orientando e transformando o cotidiano da aldeia. Isto significa dizer que quando os Guarani exibem aspectos de sua identidade a não-índios e estranhos de modo geral, selecio-

nam aspectos positivos da vida diária e de práticas rituais. Esta seleção aponta também, como afirmamos acima, à idealização do domínio terrestre do cosmos Guarani, à imagem da *Ywy maraë'y*.

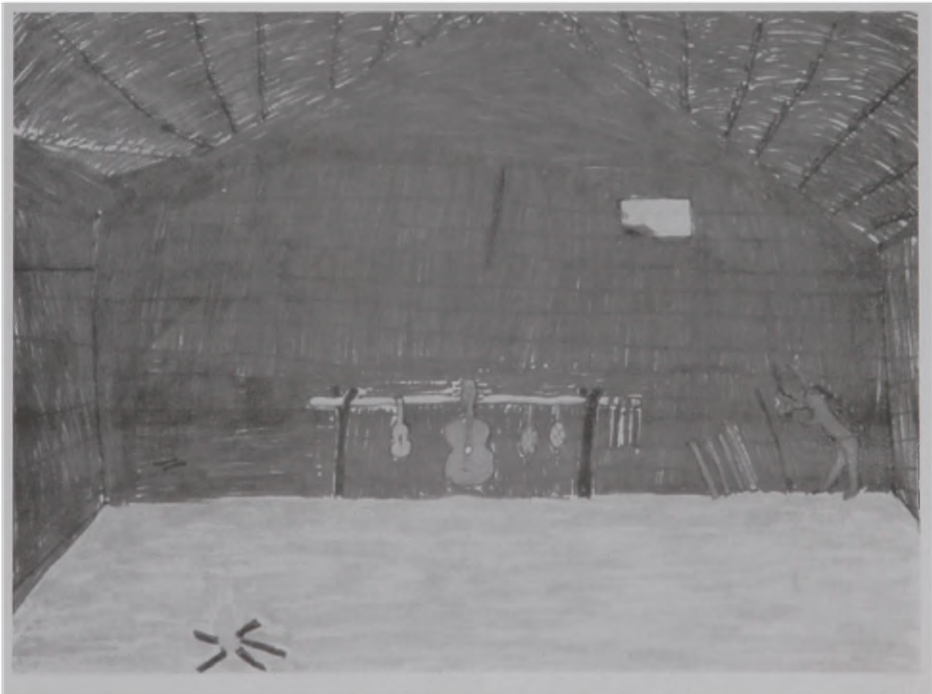
A adoção de estilo gráfico (mas não conteúdo!) europeu por parte dos artistas, em 1999-2000, reflete a capacidade Guarani para a comunicação intercultural. Trata-se, aqui, de estratégia bem sucedida de expressar pensamentos, emoções e experiências a duas antropólogas (autoras deste ensaio). O desenho “Um índio chegando na cidade”, de Sílvio de Souza, retrata claramente essa interação simbólica: o índio que vai à cidade veste calças compridas e camiseta com emblema da bandeira brasileira (Ilust. 5). Sílvio apropriou-se da linguagem (traços, conceitos, valores simbólicos) da sociedade brasileira mais ampla na construção do próprio entendimento do que significa ser Guarani hoje.

É interessante observar que no contexto ritual de sociedades indígenas, seres e objetos são organizados, com frequência, em fileiras, ou são colocadas lado a lado seguindo linhas concretas ou imaginárias (Suhrbier 1998). Em rituais, especialmente os de iniciação, que marcam a transição de jovens à vida adulta, por exemplo, transpor uma linha ou espaço demarcado pode significar a passagem de um estado social a outro. O artista Guarani Mariano Tupã Mirim faz uso deste elemento formal, o traço linear, em quatro desenhos. Em “*Opy*” ou Casa de reza, Mariano dispõe os instrumentos musicais lado a lado no centro da ilustração. A ordem espacial da *opy* é informada pela disposição dos instrumentos. O significado do violino, chocalhos e bastões de ritmo é dado pela sua inserção no contexto religioso, em vez de enfatizar sua utilidade prática, o que faz da linguagem do grafismo uma forma de objetivar a ordem cerimonial (Ilust. 6).

Em “Cantos e danças Guarani na Aldeia Itaóca”, o mesmo artista organiza os dançarinos em fileira oposta ao líder cerimonial. Ao mostrá-los desta forma, Mariano coloca os dançarinos em posição liminar ou de transição entre esta esfera terrena para outro nível cósmico. Dançar e cantar, como já afirmamos, facilita a comunicação entre os vários seres



*Ilustração 5.*



*Ilustração 6.*



do universo Guarani, o que sugere a transição dos dançarinos entre diferentes níveis cósmicos. A fileira dos dançarinos ordenando o espaço do desenho dá expressão visual à idéia central do ritual: a manutenção da ordem (Ilust. 7).

Em “O plantio da banana, mandioca e batata doce”, Mariano dispõe os principais produtos da agricultura Guarani em fileiras. À primeira vista, o arranjo parece replicar práticas agrícolas encontradas nas fazendas da região, que praticam monoculturas, em vez da roça de coivara de povos indígenas. O artista pode estar designando, porém, a roça como local sagrado, onde plantas em fileiras são evidência de um sistema agrícola que faz parte da vida religiosa mais ampla. Esta interpretação de Mariano se contrapõe à definição moderna de plantação enquanto simples local de trabalho e produção, dominado por valores exclusivamente utilitários (Ilust. 8).

Finalmente, em “Pajé e o índio doente”, do mesmo artista, o círculo é o elemento formal central da ilustração. No meio da

circunferência, o pajé cura um paciente. Na periferia estão dispostos os instrumentos musicais e objetos cerimoniais da casa de reza. Notem que os objetos parecem estar em movimento, circulando em torno da cerimônia terapêutica. O artista reproduz graficamente um importante momento performático Guarani, em que os jovens dançam por horas em círculo, marcando o ritmo com os pés no chão, ficando a trajetória firmemente desenhada no solo arenoso. Mariano interpreta o cenário terapêutico como parte integral do sistema cerimonial Guarani mais amplo, em que todos os Guarani desempenham importante papel. O conhecimento e o poder do pajé compõem o núcleo desse sistema religioso (Ilust. 9).

O simbolismo de linhas e círculos nos desenhos Guarani pode ser interpretado como indicativo de estratégias modernas de manutenção e recriação da cultura Guarani, frente às condições de vida extremamente adversas que enfrentam nas diminutas reservas em São Paulo – o estado mais rico do Brasil.



Ilustração 7.



Ilustração 8.



Ilustração 9.

## Considerações finais

Nos últimos 50 anos, a arte Guarani mudou em estilo e organização simbólica. O que não mudou foram os significados simbólicos da arte e as intenções dos artistas.

O primeiro desenho de Miringuasu, em 1950, com *estilo* aparentemente *abstrato*, foi inspirado por idéias de composição musical e de dança. Com linguagem fortemente estruturada, a composição da imagem segue a lei do pensamento discursivo, apresentando um “simbolismo discursivo” (Langer 1957:79). Na virada do milênio, o estilo de pintura de jovens artistas Guarani transformou-se em estilo figurativo europeu, que por vezes faz uso de desenhos figurativos e em perspectiva. Tal estilo é conhecido como “presentational symbolism” (Langer 1957:79), em que imagens heterogêneas da realidade e entidades complexas são articuladas de forma simultânea em uma imagem total. A essência da arte Guarani contemporânea não é mais um caminho ritual que deve ser seguido, mas uma síntese do que significa ser, pensar, agir e sentir Guarani hoje.

À primeira vista, os grafismos Guarani refletem somente aspectos da vida diária do povo. Na verdade, as produções artísticas dedicam-se à recriação de aspectos importantes da cosmologia contemporânea Guarani, fazendo uso de elementos do passado para reinventar o presente. Os artistas criam a ilusão de haver estruturado o pensamento mítico de acordo com três diferentes níveis, ou domínios cósmicos. Como em rezas e canções, que associam três linhas de ação em níveis temporais distintos, os desenhos congregam e conferem intensidade, em uma única imagem, a (1) a memória das ações significativas dos ancestrais; (2) a experiência espiritual interior de cada artista com a cultura do povo, à luz de uma situação política e econômica de extremo conflito; e (3) aspirações por um mundo terreno mais humano, à imagem da *Ywy maraẽ'y*.

À semelhança de pinturas e retratos de vários artistas indígenas sul americanos (tais como os Ticuna e os Tukano do noroeste brasileiro), artistas Guarani Mbyá não retratam um mundo “naturalizado”. Compõem, isto sim, várias entidades simbólicas específicas cujos

significados são representativos, no seu conjunto, de uma ordem social, histórica e política da vida moderna Guarani. A *opy* ou casa de reza, objetos materiais como arcos e flechas, revólveres, cestas, instrumentos musicais, cachimbos, cocares e esculturas de animais em madeira, são alguns dos símbolos recorrentes na moderna iconografia Guarani.<sup>9</sup> É o que vemos nos dois desenhos de Sílvio de Souza, apresentados a seguir (Ilustrs. 10 e 11).

A própria paisagem e seus componentes fantásticos, religiosos ou míticos figuram nos desenhos como símbolos (Suhrbier 1999). Entidades “naturais” como rios, roças, raios caindo perto de profetas; animais como onças, cobras e pássaros; e personagens altamente simbólicas e/ou espirituais como o caçador, o líder político, o profeta e o *xondaro* são representados. Variações espaciais e temporais são combinadas para fazer com que a imagem final torne-se expressiva de uma realidade aparentemente irreal, romantizada, expressando e dando forma à emoção e aspiração do artista.

A perspectiva contemporânea adotada por historiadores da arte não nos estimula a perceber semelhanças entre arte Guarani e pinturas românticas de paisagens européias. Levando em conta que é a *intenção* que confere significados a conhecimentos e ações, facilita a comparação entre trabalhos de artistas Guarani e de artistas europeus. Se a palavra sagrada, vital à pessoa Guarani, ainda não foi capaz de transmitir à insensível sociedade brasileira os efeitos dramáticos da persistente pobreza e violência que atinge os Mbyá de São Paulo, os jovens artistas esperam que sinais visuais de um mundo idealizado e poético possam ajudar a educar o público sobre as próprias aspirações.

(9) Em sociedades que privilegiam a oralidade como forma de transmissão de conhecimentos, como os povos das terras baixas sul americanas, objetos de uso diário são considerados não somente úteis e práticos, mas são vistos como símbolos que desempenham papel importante na estruturação simbólica dos seres humanos e na formação da pessoa. Criados na interface entre desejos e objetivos individuais, e ideais míticos coletivos, objetos materiais têm o potencial de combinar os processos paralelos de experiência e criação (Suhrbier 1998).

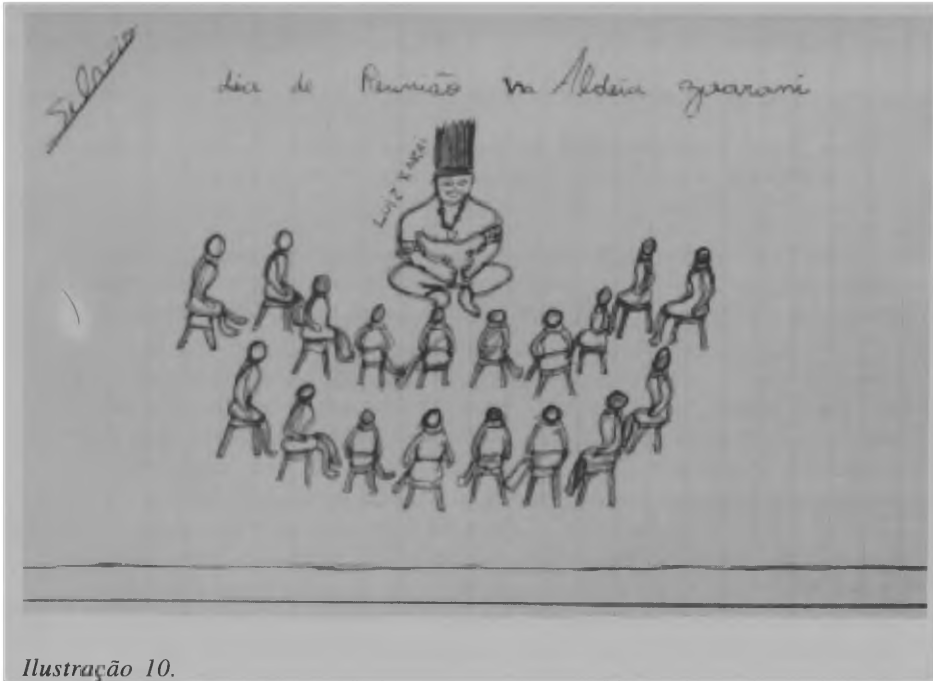


Ilustração 10.

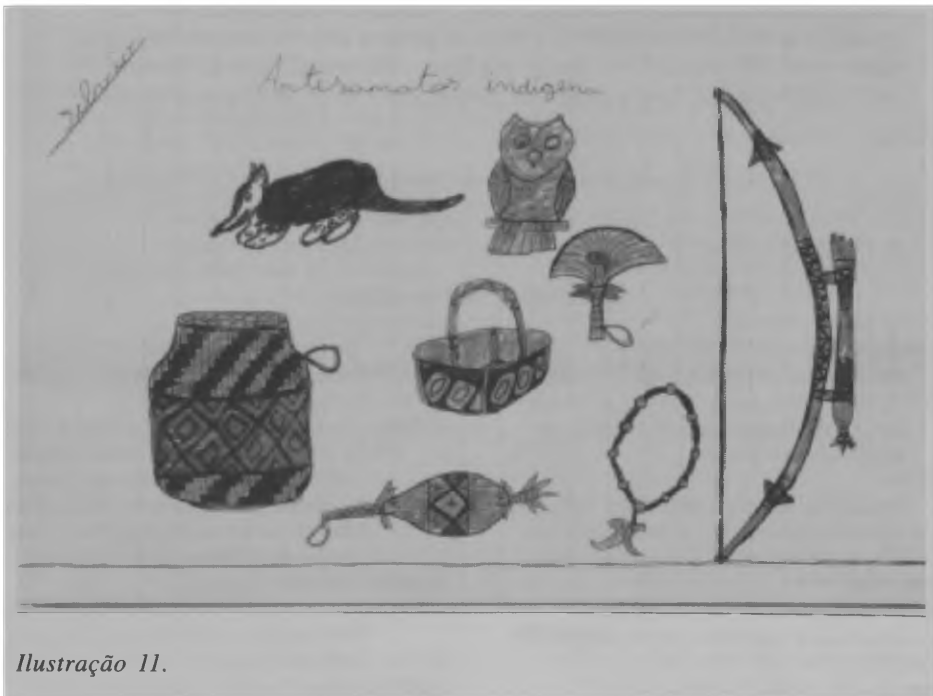


Ilustração 11.



## Agradecimentos

As autoras desejam agradecer ao Museum für Völkerkunde Frankfurt, na Alemanha, e à

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, auxílios 94/3492-9, 98/09100-6 e 99/05689-8), e à Deutsche Forschungsgemeinschaft, auxílios SU 232/-1-1 e 232/-2-1, pelo apoio.

SUHRBIER, M.; LEAL FERREIRA, M. The poetics of famine in Guarani art. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 211-229, 2000.

**ABSTRACT:** Drawings by Guarani Mbyá children at the turning of the millenium suggest that the Land-without-Evils may be a worldly reality. The barren and plagueful soil of the Indigenous Land Itaóca, at the southern coast of São Paulo, is transformed by young artists into a rich territory, full of plantation and fit for hunting. The proximity of the big garbage dump of Mongaguá, banana farms and the "Equality Cemetery", where the Guarani search for food, work as slaves and prematurely bury their deads, is kept out of the illustrations. Sick and weakened children from the most numerous Indian group of Brazil (30.000) materialize in the illustrations in *xandaro* Guarani – warriors whose bodies encapsulated the essence of the mythical paradise, the immortality. The aesthetic quality of the representations of the Guarani social life comes from the dimensions of an erring world which the children try to recreate and express through art. Whereas adults and elder people believe that famine and scarcity are necessary conditions for the passage to the Land-without-Evils, the newer generation proposes concrete changes to social order, including the acceptance of the comfort of the sedentary agriculture. If the sacred word, vital to the Guarani person, did not transmit, up to now, the dramatic effects of poverty and violence to the unsensitive Brazilian society, the young hope that visual signs of a poetic and idealized world may educate the people about their present aspirations.

**UNITERMS:** Ethnoaesthetics – Mbyá Guarani – Cosmology – Ethnicity.

## Referências bibliográficas

- ALMEIDA, R.  
1988 Breves comentários sobre saúde e relações de contato: os guarani brasileiros. *Saúde em Debate*. Edição especial: A saúde do Índio. Janeiro: 28-32.
- BALDUS, H.  
1937 *Ensaio de Etnologia Brasileira*. Biblioteca Pedagógica Brasileira. Brasileira, vol. 101. São Paulo: Cia. Editora Nacional.
- BRANDÃO, C.R.  
1992 Os Guarani: índios do sul. Religião, resistência e adaptação. *Novos Estudos* 4 (10):53-90.
- CADOGAN, L.  
1959 *Ayyv Rapyta. Textos míticos de los Mbyá-Guaraní del Guairá*. Boletim da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo 227(5).
- 1950 La Encarnación y la Concepción; la Muerte y la Resurrección en la Poesía Sagrada 'Esoterica' de los Jeguaká-va Tenonde Porã – güe (Mbyá- Guarani) del Guairá, Paraguay. *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, São Paulo, IV:233-246.
- CHAMORRO, G.  
1998 *A espiritualidade Guarani: uma Teologia Ameríndia da palavra*. São Leopoldo, RS: IEPG/Ed. Sinodal.
- CHEROBIM, M.  
1986 *Os índios Guarani do litoral do estado de São Paulo: análise antropológica de*

- uma situação de contato. São Paulo: FFLCH-USP.
- CHIN, E.  
1999 Politically Correct Dolls: Toying with the Race Industry. *American Anthropologist*, 101 (2): 305-321.
- CLASTRES, H.  
1995 *The Land-without-Evil. Tupi-Guarani*  
[1975] *Prophetism*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press.
- CLASTRES, P.  
1978 *A Sociedade contra o Estado. Pesquisas de Antropologia Política*. Tradução do francês de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora.
- COMIN  
1998 *Discussões sobre a situação de saúde dos Mbyá Guarani no Rio Grande do Sul. Rojogueroayvu Mba'e Achy Rekore Orekuá I Va'e Rio Grande Pygua Mbya-Guaranikuéry* São Leopoldo, RS: COMIN (Conselho de Missão Entre Índios).
- CONKLIN, B.  
1997 Body-paint, feathers, and Vcrs: Aesthetics and Authenticity on Amazonian Activism. *American Ethnologist*, 24 (4): 711-737.
- FARMER, P.  
1996 On Suffering and Structural Violence: A View from Below. *Daedalus* Special Issue on Social Suffering, 125 (1):261-283.
- FERNANDES, F.  
1951 A função social da guerra na sociedade Tupinambá. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, VI: 7-425.
- FERREIRA, M.K.L.  
no prelo Tupi Guarani Apocalyptic Visions of Time and the Body. 122<sup>th</sup> Annual Meeting of the American Ethnological Society, Março 23-25, 2000. Tampa, Florida. *Journal of Latin American Anthropology*.  
2000 *Saúde e Educação entre Povos Indígenas de São Paulo*. Relatório de Pós-Doutoramento apresentado à FAPESP (processo n. 98/09100-6). São Paulo: Universidade de São Paulo.  
2001 Divina abundância: fome e miséria entre os Guarani de São Paulo. A. Lopes da Silva; A. Nunes (Eds.) *Criança Indígena. Ensaios Antropológicos*. São Paulo: Global Editora/FAPESP/MARI.  
1998 Fome ameaça populações indígenas em São Paulo. *Parabólicas*, São Paulo, Instituto Socioambiental (ISA), 44 (5):12.  
1999a Corpo e História do Povo Yurok. *Revista de Antropologia*, Universidade de São Paulo, 41 (2): 17-39.  
1999b Guarani catam comida e latinhas no lixo de Mongaguá. *Últimas Notícias*. Instituto Socioambiental (www.socioambiental.org.br), Junho.
- 1992 Escrita e oralidade no Parque Indígena do Xingu: Inserção na vida social e a percepção dos índios. *Revista de Antropologia*, Universidade de São Paulo, 35: 91-112.
- GRÜNBERG, F.  
1995 *Auf der Suche nach dem Land ohne Übel: die Welt der Guarani-Indianer Südamerikas*. Wuppertal.
- HILL, J.D.  
1995 Foreword. Clastres, H. *The Land-without-Evil. Tupi-Guarani Prophetism*. Urbana and Chicago, University of Illinois Press: vii-xi.
- ISA (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL)  
1996 *Povos Indígenas no Brasil 1991/1995*. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- LANGER, S.K.  
1957 *Philosophy in a New Key. A Study in the*  
[1942] *Symbolism of Reason, Rite and Art*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press.
- LEITE, J.C.F.  
1995 A situação da fome nas terras indígenas – Sul/Sudeste. *Mapa da fome entre os povos indígenas no Brasil (II)*. Brasília, INESC-PETI/MN – ANAÍ/BA: 40-45.
- LEME, M.C.; BIDERMAN, C.  
1997 O mapa das desigualdades no estado de São Paulo. *Novos Estudos CEBRAP*, 49, nov.: 181-211.
- LÉVI-STRAUSS, Cl.  
1969 The Principle of Reciprocity. R. Needham  
[1949] (Ed.) *The Elementary Structures of Kinship*. Boston, Beacon Press: 52-68.  
1966 *The Savage Mind*. Chicago: The University of Chicago Press  
[1962]
- MARQUES, R.M.; MARCONDES, E.; BERQUÓ, E.; PRANDI, R.; NUNES, J.  
1982 *Crescimento e Desenvolvimento Pubertário em Crianças e Adolescentes Brasileiros*. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências.
- MARTINS, S.J.; MENEZES, R.C.  
1994 Evolução do estado nutricional de menores de 5 anos em aldeias indígenas da tribo Parakanan, na Amazônia Oriental Brasileira. *Revista de Saúde Pública*, 28 (1) Fev.: 1-8.
- MEIHY, J.C.S.B.  
1991 *Canto de morte Kaiowá: História oral de vida*. São Paulo: Edições Loyola.  
1994 Morte como apelo para a vida: o suicídio Kaiowá". R. dos Santos; C. Coimbra Jr, (Orgs.) *Saúde e Povos Indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.
- MELIÀ, B.  
1987 La Tierra Sin Mal de los Guarani: Economía e Profecía. Ms. Paraguay.  
1988 Die schönen Ur-Worte: Die Kunst des Wortes bei den Guaraní. M. Münzel (Ed.)

- Die Mythen Sehen. Bilder und Zeichen vom Amazonas.* (Roter Faden zur Ausstellung 14 & 15). Frankfurt am Main, Museum für Völkerkunde: 629-646.
- MELIÀ, B.; BLINDER, O.  
1988 An der Schwelle einer neuen Kunst der Guarani. M. Münzel (Ed.) *Die Mythen Sehen. Bilder und Zeichen vom Amazonas.* (Roter Faden zur Ausstellung 14 & 15). Frankfurt am Main, Museum für Völkerkunde: 647-659.
- MÉTRAUX, A.  
1979 *A Religião dos Tupinambás.* Brasileira, [1928] vol. 267. São Paulo: Cia. Editora Nacional e EDUSP. Tradução do francês de Estêvão Pinto.  
1948 The Guarani. J. Steward (Ed.) *Handbook of South American Indians*, vol. 5. Bulletin 143. Bureau of American Ethnology. Washington, Smithsonian Institution: 559-599.  
1927 Les migrations historiques des Tupi-Guarani. *JSAP*, 19:1-45.
- MONTEIRO, J.  
1984 Vida e morte do índio: São Paulo colonial. *Índios no Estado de São Paulo: Resistência e Transfiguração.* São Paulo: Yankatu Editora/CPI-São Paulo.
- MORAIS, M.; FAGUNDES NETO, U.; BARUZZI, R.G.; PRADO, M.; WEHBA, J.; SILVESTRINI, W.  
1990 Estado Nutricional de crianças índias do Alto Xingu e avaliação do uso do perímetro braquial no diagnóstico da desnutrição protéico-calórica. *Revista Paulista de Medicina*, 108 (6), Novembro-Dezembro: 245-51.
- MÜNDEL, M.  
1988 Anhang: Zeichnungen der Pai-Tavyterã aus Brasilien (Sammlung Egon Schaden). M. Münzel (Ed.) *Die Mythen Sehen. Bilder und Zeichen vom Amazonas.* (Roter Faden zur Ausstellung 14 & 15). Frankfurt am Main, Museum für Völkerkunde: 660-671.
- NUNES, A.  
1997 *A Sociedade das Crianças A'uwe Xavante: Por uma Antropologia da Criança.* Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.
- SANTOS, R.V.  
1993 Crescimento físico e estado nutricional de populações indígenas. *Cadernos de Saúde Pública*, 9 (supl.1):46-57.
- SCHADEN, E.  
1963 Desenhos de Índios Kayová-Guarani. *Revista de Antropologia*, 11: 79-82.  
1974 *Aspectos Fundamentais da Cultura* [1954] *Guarani.* São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária/EDUSP.
- SCHEPER-HUGHES, N.  
1992 *Death Without Weeping. The violence of everyday life in Brazil.* Berkeley, Los Angeles and Oxford: The University of California Press.
- SUHRBIER, M.B.  
1997a Der Anfang vor dem Anfang. E.C. Raabe; M.B. Suhrbier (Eds.) *Sinnwelten.* (Galerie 37. Kunst im Museum für Völkerkunde 1). Frankfurt am Main, Museum für Völkerkunde: 25-38.  
1997b Wortkunst und Zeichenkunst. E.C. Raabe; M.B. Suhrbier (Eds.) *Sinnwelten.* (Galerie 37. Kunst im Museum für Völkerkunde 1). Frankfurt am Main, Museum für Völkerkunde: 39-51.  
1998 *Die Macht der Gegenstände. Menschen und ihre Objekte am Oberen Xingú, Brasilien.* (Curupira 6). Marburg  
1999 Mythen und Kunst. Ms. Seminar für Völkerkunde, Jan/1999, University of Marburg, Alemanha.
- SUHRBIER, M.B.; FERREIRA, M.L.  
2000 The Poetics of Tupi-Guarani Art in the Face of Hunger and Scarcity. 99th Annual Meeting of the Association of American Anthropology, Nov. 15-18, 2000, San Francisco, California.
- TOREN, C.  
1993 Making history: The significance of childhood cognition for a comparative anthropology of the mind. *Man*, 28 (3): 461-478.
- UNICEF  
1998 O Progresso das Nações 1998. Annual Report. <http://www.unicef.org.br>  
1999 Criança no lixo, nunca mais!. National Program. <http://www.unicef.org.br>
- UNKEL, CURT NIMUENDAJU  
1987 *As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani.* Tradução do alemão de Charlotte Emmerich e E. Viveiros de Castro. São Paulo: HUCITEC - EDUSP.  
[1914]
- VERDUM, R.  
1995 Introdução. *Mapa da fome entre os povos indígenas no Brasil (II).* Brasília, INESC-PETI/MN - ANAÍ/BA: 7-15.
- VIDAL, L. (Org.)  
2001 O uso das cores entre os Kayapó-Xikrin. A. Lopes da Silva; M. Ferreira (Orgs.) *Práticas Pedagógicas na Escola Indígena.* São Paulo: Global Editora/ FAPESP/ MARI.  
2000 *Grafismo Indígena.* São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/EDUSP.
- VIVEIROS DE CASTRO, E.  
1987 Nimuendaju e os Guarani. In: Curt [1992] Nimuendaju Unkel *As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos*

SUHRBIER, M.; LEAL FERREIRA, M. A poética da fome na arte Guarani. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 211-229, 2000.

*da religião dos Apapocúva-Guarani*. São Paulo: HUCITEC - EDUSP.

WILLIAMS, S.R.

1997 *Fundamentos de Nutrição e Dietoterapia*. Porto Alegre: Artes Médicas.

WRIGHT, R.

2000 In Ecuador, a Coalition of Savvy Children. *Los Angeles Times*, January 31, 2000. [www.latimes.com/news](http://www.latimes.com/news)

*Recebido para publicação em 18 de outubro de 2000.*



## A ABORDAGEM DO PERÍODO PRÉ-COLONIAL BRASILEIRO NOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Camilo de Mello Vasconcellos\*

Ana Carla Alonso\*\*

Paulo Rodrigues Lustosa\*\*\*

VASCONCELLOS, C.M.; ALONSO, A.C.; LUSTOSA, P.R. A abordagem do período pré-colonial brasileiro nos livros didáticos do ensino fundamental. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 231-238, 2000.

**RESUMO:** Este artigo traz uma análise a respeito do tratamento dispensado ao período pré-colonial brasileiro nos livros didáticos do Ensino Fundamental.

**UNITERMOS:** Livro didático – Arqueologia – Educação.

Apesar do avanço das pesquisas arqueológicas realizadas em nosso país – notadamente nas duas últimas décadas – é possível afirmar que os resultados de tais investigações ainda permanecem restritos ao círculo das Universidades, Museus e Centros Especializados.

A sociedade brasileira em geral desconhece o que vem a ser a ciência arqueológica e a sua prática está associada, para o grande público, ao aspecto fantasioso e aventureiro, onde ainda pesam conceitos equivocados e distorcidos.

No segundo semestre de 1993, por ocasião de um seminário ocorrido em Niterói (Tenório 1994) que reuniu arqueólogos, museólogos, professores de Ensino Fundamental e Médio e

educadores de museus, foi constatada a demanda e, ao mesmo tempo, a carência de informações relacionadas à pesquisa arqueológica em virtude da divulgação fragmentada dos dados fornecidos pelo meio acadêmico e imprensa, o que dificulta a sua compreensão.

Devido à preocupação com a questão da divulgação e da socialização do conhecimento sobre arqueologia pré-colonial brasileira, no evento referido, apresentou-se uma reflexão a respeito da abordagem que os livros didáticos do Ensino Fundamental vinham dando a esta temática até então (Vasconcellos 1994: 14-20).

A idéia de darmos continuidade às reflexões a respeito da abordagem deste tema no livro didático do Ensino Fundamental, deve-se à necessidade de romper com a “consagração” dos 500 anos do Brasil – visão limitada de nossa história – aliada à perspectiva de uma grande exposição que o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP realizará em 2001.

Além disso, outras razões nos levaram a esta análise e estão relacionadas aos seguintes aspectos considerados fundamentais:

(\*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Divisão de Difusão Cultural. Serviço Técnico de Musealização.

(\*\*) Divisão de Difusão Cultural. Serviço Técnico de Musealização do MAE/USP. Estagiária.

(\*\*\*) Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Graduação.

- A dificuldade dos profissionais do magistério em se relacionar com a temática da Arqueologia ao mesmo tempo em que esta desperta grande interesse junto aos alunos;
- Desconhecimento, do público em geral, relacionado com a ocupação do território brasileiro pelos grupos indígenas no período pré-colonial;
- Trabalhando com educação em museus é imprescindível conhecermos a realidade do universo escolar no que diz respeito à utilização dos livros didáticos e dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Este fato constitui um desafio para um museu arqueológico universitário que apresenta como uma de suas principais funções a divulgação da produção do conhecimento científico numa linguagem acessível ao grande público;
- O conhecimento de que o livro didático é usado, em grande parte, como instrumento, às vezes único, de trabalho do professor e não como um suporte para o aluno.

O objetivo principal deste artigo é fornecer, especialmente aos professores de Ensino Fundamental, propostas adequadas para trabalhar com a história do período Pré-Colonial a partir do uso do livro didático, fugindo de abordagens preconceituosas, erros conceituais, abordagens superficiais e outros problemas que estão presentes nesta ferramenta de trabalho. Com isso pretendemos contribuir para diminuir a distância entre a produção do conhecimento em Arqueologia no país e sua disseminação junto ao ensino formal.

Realizando tal análise, acreditamos estar possibilitando a abertura de um debate sobre esta questão, situando os principais problemas e dificuldades encontrados nos livros didáticos analisados e apresentar algumas discussões que contribuam para superá-los.

A comemoração dos 500 anos do Brasil traz à tona uma questão: nossa cultura se formou apenas a partir da chegada dos portugueses? A resposta, por maiores que sejam as divergências existentes, é clara e apontará para uma direção: nossa cultura não é herdeira direta e somente da cultura portuguesa; ela se constitui numa diversidade de culturas e é o resultado de um longo processo conflituoso, ainda em construção nos dias atuais.

Sendo assim, os nossos “500 anos” vão muito mais além desse período e, para compreender nossa história, nossa cultura e nossa

identidade é necessário também conhecer a história dos povos que aqui viviam antes de 1500 – nossos primeiros “formadores de cultura”.

### Sobre a natureza do livro didático

Diversos estudos vêm sendo produzidos a respeito do livro didático nas áreas de História, Pedagogia, Sociologia etc.. Estas discussões demonstram que o livro didático é um “objeto de múltiplas facetas e possui uma natureza complexa” (Bittencourt 1997: 71).

No artigo sobre textos e imagens no livro didático, Circe Bittencourt sintetiza em sua análise as várias definições deste instrumento: como mercadoria, já que obedece à lógica do mercado editorial; suporte de conteúdos curriculares; instrumento pedagógico (apresentando conteúdo e metodologia de ensino) e, finalmente, portador de ideologias e valores culturais.

Reconhecemos que o livro didático é o principal instrumento utilizado por professores e alunos e tem o papel de mediador das propostas curriculares e o conhecimento ensinado em sala de aula, e por isso é fundamental analisá-lo em seus vários aspectos: relação texto/imagem, estrutura, linguagem, conteúdos veiculados e diferentes abordagens historiográficas.

Desta maneira, nas obras selecionadas para a elaboração deste texto, consideramos alguns pontos-chaves para a análise, que por sua vez são decorrentes de duas categorias elencadas:

#### 1) Quanto ao conteúdo veiculado:

- a) Espaço dedicado ao tema no contexto geral da obra;
- b) Nomenclatura e definição do período;
- c) Periodização adotada;
- d) Problemática das abordagens: erros, omissões, discriminações, pontos positivos e
- e) Fontes utilizadas.

#### 2) Quanto à forma apresentada:

- a) Tipos de imagens utilizadas;
- b) Relação texto/imagem;
- c) Fontes às quais o autor recorreu.

Assim, definiram-se as principais categorias a serem problematizadas e que deverão



servir de referencial básico na apresentação de subsídios para os professores de Ensino Fundamental quando abordarem esta temática em sala de aula.

É preciso salientar que procedendo desta maneira, consideramos o caráter documental do livro didático, já que elegemos os critérios de forma e conteúdo vinculados à sua produção, circulação e ao seu consumo.

### Seleção das obras

Para a pesquisa, foram selecionados dez livros didáticos atualmente em uso pelas escolas públicas e privadas do Ensino Fundamental, que possuem distribuição nacional.

Os critérios utilizados para a escolha de tais livros basearam-se em dois aspectos:

- Mercadológico: os livros mais vendidos (portanto, os mais adotados e/ou indicados pelas escolas) segundo informações obtidas junto às respectivas editoras;

- Oficial: os livros aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático da FNDE/MEC (1999), que orientam e determinam a escolha dos professores das escolas públicas<sup>1</sup> que receberão estes livros gratuitamente para o trabalho junto aos seus alunos.

Os livros analisados e os respectivos capítulos que abordam a temática do Período Pré-Colonial são os seguintes:

#### 1. *Brasil: história em construção*

Autores: Ricardo de Moura Faria, Adhemar Martins Marques e Flávio Costa Berutti.

Editora Lê, vol. I, 1998.

Tema: "A América encontrada pelos europeus"

"O que era a América"

"O encontro da América com os europeus"

#### 2. *História*

Autor: José Roberto Martins Ferreira

Editora FTD, 5ª e 6ª série, 1994.

Tema: "Pré-História"

Capítulo 10: "Andando eles descobriram o Brasil" (5ª série)

Capítulo 5: "Enquanto isso no Brasil" (6ª série)

Capítulo 6: Portugal: o senhor dos mares e do comércio" (6ª série)

#### 3. *História do Homem* (abordagem integrada de História Geral e do Brasil)

Autor: Francisco Assis Silva

Editora Moderna, Volume 1, 1996.

Unidade II: "As comunidades primitivas"

Capítulo 10: "Pré-História: a comunidade primitiva no Brasil"

#### 4. *História e Reflexão*

Autor: Gilberto Cotrim

Editora Saraiva, vol. I, 1996

Capítulo 5: "Pré-História Brasileira"

#### 5. *História e Vida*

Autor: Nelson Piletti e Claudino Piletti

Editora Ática, vol. I, 1997.

Capítulo 2: "Há milhares de anos"

#### 6. *História: Passado e Presente- Brasil Colônia*

Autores: Sônia Irene do Carmo e Eliane Frossard Bittencourt Couto

Editora Atual, vol. I, 1994.

Unidade II: "Povoando o mundo, construindo a história"

Capítulo 5: "Os índios do Brasil"

#### 7. *Fazendo a História: As sociedades americanas e a Europa na época moderna*

Autores: Rubim Santos L. de Aquino, Nivaldo Jesus Freitas de Lemos e Oscar G. P. Campos Lopes

Editora Ao Livro Técnico, 7ª série, 1990.

Capítulo 1: "De onde vieram os índios?"

Capítulo 2: "Como vivia a maioria dos indígenas?"

Capítulo 3: "Quais eram as sociedades mais organizadas?"

#### 8. *História e Companhia*

Autores: Ricardo de Moura Faria, Adhemar Martins Marques e Flávio Costa Berutti.

Editora Lê, vol. I, 1996.

Unidade I: "Os seres humanos antes da escrita"

Capítulo 2: "Os caçadores e os coletores"

Capítulo 3: "Os pastores e os agricultores"

#### 9. *História Integrada: da Pré-História à Idade Média*

Autor: Cláudio Vicentino

Editora Scipione, 5ª e 6ª série, 1996.

Capítulo 1: "A Pré-História" (5ª série)

Capítulo 5: "A América Pré-Colombiana" (6ª série)

#### 10. *História: Cotidiano e Mentalidades: dos primeiros homens ao século V*

Autores: Ricardo Dreguer e Eliete Toledo

Editora Atual, vol. I, 1995.

Capítulo 7: "Os primeiros americanos"

(1) No caso das escolas da rede particular de ensino, esse Guia serve como uma orientação ao professor na escolha do livro didático, que poderá ser seguida ou não.

## A análise

O que se observa em relação à estrutura geral das obras citadas é a tentativa de apresentar uma nova abordagem da História que leva em conta as novas tendências da historiografia contemporânea. Desta forma, encontramos autores que privilegiam a questão da História do Cotidiano, das Mentalidades, da Vida Privada, das Estruturas Econômicas etc..

A tendência quase unânime apontada pelos autores é a de apresentar uma visão de História que integra a História Geral e a do Brasil: a chamada “História Integrada”, que possui alguns problemas de ordem estrutural e de conteúdo mas que não é relevante tratarmos no âmbito deste artigo.

Quanto ao tema aqui tratado, o período Pré-Colonial,<sup>2</sup> nota-se um avanço na abordagem: há quase sempre um espaço dedicado a ele nos livros analisados, seja este de qualquer tamanho e importância em relação aos outros capítulos. Desta maneira, o livro didático não ignora este período como faziam os anteriores (até a década de 80), que iniciavam a História do Brasil pela colonização portuguesa, ou através das “Grandes Navegações”.

Todos os autores admitem que o “descobrimento” do Brasil não se deve aos portugueses, mas aos povos que aqui chegaram bem antes destes:

“(…) Nossa história não começou quando os portugueses iniciaram a ocupação do Brasil em 1500. Os primeiros habitantes do Brasil aqui chegaram há dezenas de milhares de anos” (Piletti & Piletti 1997).

(2) Preferimos a denominação Pré-Colonial à de Pré-História por entendermos que a segunda apresenta maiores problemas, além de considerarmos o critério da escrita uma categoria não válida para a periodização do espaço/tempo anterior a 1500. O conceito de Pré-História e História é muitas vezes utilizado de maneira etnocêntrica e reflete a periodização européia. O que deve ficar claro é que as sociedades européias e as sociedades ameríndias sempre foram contemporâneas e resultam de processos históricos específicos e particulares. As sociedades indígenas não constituem o passado das sociedades européias como quiseram demonstrar os evolucionistas sociais do século XIX.

“(…) Qualquer que seja a hipótese aceita, o importante é saber que, quando os portugueses chegaram ao Brasil, há cerca de 500 anos, essa terra era povoada por aproximadamente 5 milhões de pessoas. Portanto, não podemos continuar afirmando que Cabral descobriu o Brasil” (Silva 1996).

“(…) se alguém deveria ser homenageado pelo descobrimento do Brasil, esse alguém seriam os antepassados dos homens que Cabral encontrou aqui.” (Martins 1994).

Há uma obra que chega inclusive a apresentar uma abordagem bastante interessante a respeito das diferenças de mentalidade entre os povos que aqui já viviam e os europeus:

“(…) enquanto para os europeus prevalecia uma visão que implicava na dominação, subjugação e incorporação da natureza, para os índios americanos a vida obedecia a ritmos cíclicos ditados pela própria natureza. (...) Os vários povos que viviam na América possuíam diversas e diferentes visões de mundo, o que é revelador de que, num mesmo tempo cronológico, podem existir diferentes tempos históricos” (Faria & outros 1996).

Apesar destes pontos positivos, vários são os problemas verificados na abordagem do tema. Um dos principais é o evolucionismo social,<sup>3</sup> existente em quase todos os livros analisados:

“(…) é importante assinalar que, independente de seu **estágio cultural** (grifo nosso), essas comunidades primitivas haviam alcançado um conhecimento técnico que permitia a elas sobreviverem segundo seus costumes e valores, construírem suas próprias crenças, sua visão particular de mundo (Faria & outros 1996).

“Nem todos os grupos humanos alcançaram estágios avançados de civilização. Existem ainda hoje inúmeras sociedades primitivas na Austrália, no Brasil e na África” (Vicentino 1996).

“(…) Comunidade primitiva é uma forma de organização social onde a não existência da propriedade privada dos meios de produção resulta em uma

(3) Corrente de pensamento da segunda metade do século XIX que estabeleceu a divisão da Humanidade em três estágios culturais: selvageria, barbárie e civilização. As sociedades aborígenes, por meio desta interpretação, estariam em um estágio de cultura atrasado ou estagnado em relação ao modelo a ser atingido: o da civilização européia. Além disso, esta corrente propunha que as sociedades se desenvolviam de modo linear em direção ao progresso material.

economia comunitária, na qual não há desigualdades sociais” (Aquino & outros 1990).

“Desconheciam a propriedade privada, não estavam organizados em classes sociais e não chegaram a organizar o Estado”. (Faria & outros 1996).

Algumas destas frases reproduzem a visão dos pensadores evolucionistas sociais do final do século passado que, na verdade, escamoteava o projeto político e econômico de dominação neocolonial europeu sobre os continentes africano, asiático e latino-americano; outras utilizam-se da abordagem marxista, buscando categorizar o passado das sociedades primitivas a partir de modelos esquemáticos que também acabam apontando para uma visão de história marcada pela idéia de progresso.<sup>4</sup>

Outra questão que também aponta para um avanço na abordagem deste período diz respeito à preocupação de alguns autores em apresentar uma clara definição do que entendem ser a divisão entre pré-história e história, chegando até mesmo a problematizá-la.<sup>5</sup>

“(…) A divisão entre pré-história e história é um costume (...) O homem, desde o seu aparecimento, é um ser histórico, utilize ou não a escrita. Como o termo pré-história é de uso universal, podemos empregá-lo, mas conscientes de que a pré-história é uma disciplina histórica, pois todo o homem e todos os povos têm a sua história” (Cotrim 1996).

“(…) aqueles que entendem que todo o passado do homem, desde a sua origem, compõe a sua história, essa definição não é correta. A extraordinária riqueza cultural que herdamos dos nossos antepassados não pode ser considerada pré-histórica” (Silva 1996).

Também encontramos outra tendência na definição de alguns autores com relação ao que entendem ser o período em análise: a utilização

(4) Este tipo de abordagem sofre muita influência da obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Friedrich Engels de 1884. Nesta, a História é marcada por uma visão teleológica onde os modos de produção são apresentados como modelos válidos para todos os povos do universo, numa visão evolucionista típica do século XIX, notadamente no campo da economia política.

(5) Apesar desta problematização alguns autores mantiveram a chamada de seus capítulos como “Pré-História Brasileira”.

de termos classificatórios da pré-história europeia no estudo da pré-história e da etnologia brasileiras, que podemos caracterizar como anacrônico:

“(…) Embora, para efeitos de estudo, a Pré-história tenha terminado com o surgimento da escrita, no Brasil e em alguns outros pontos do mundo, muitos grupos indígenas têm até hoje (grifo nosso) condições primitivas de vida, semelhantes às do período paleolítico” (Vicentino 1996).

“No Brasil, os mais antigos vestígios desses povos datam do período paleolítico: sambaquis, utensílios primitivos e pinturas rupestres” (idem, idem).

Este autor, como outros, busca nas características das sociedades pré-coloniais brasileiras uma aproximação com as sociedades pré-históricas europeias, cuja cronologia é muito distinta e divergente das sociedades indígenas deste período.

Na verdade, encontramos com isso mais uma abordagem que se caracteriza pela visão eurocêntrica da História, pois não leva em conta que a diferença cronológica aludida acima, provém de particularidades históricas de cada uma destas sociedades e não devem ser categorizadas de maneira homogênea e totalizante.

Já que tocamos na questão da periodização, todos os autores analisados desconhecem a terminologia adotada pelos arqueólogos brasileiros na classificação e interpretação das sociedades indígenas, a saber:

**Paleóíndio**, que corresponde ao período inicial de ocupação do território brasileiro, caracterizado pelos caçadores-coletores, com grupos pouco numerosos, dispersos e nômades, compreendido entre, aproximadamente, 30.000 a 10.000 anos atrás;

**Arcaico**, que corresponde ao início do processo de sedentarização e adaptação aos diferentes ambientes existentes após o término da Era Glacial, dando início à diversificação cultural dos vários grupos espalhados pelo território brasileiro, compreendido entre 10000 a 1000 anos atrás;

**Formativo**, corresponde ao período de pleno domínio da agricultura, que já complementa a subsistência das aldeias além da caça e da coleta, tendo início há, aproximadamente, 3000 anos.<sup>6</sup>

(6) As periodizações aqui apresentadas não são rígidas, havendo ainda muita discussão entre os arqueólogos a respeito das datações.

Na verdade, os livros didáticos apresentam uma periodização voltada para a presença dos diversos vestígios encontrados no território brasileiro que podem indicar a antigüidade da ocupação do homem neste território, na tentativa de estabelecer uma cronologia desta ocupação:

“Os vestígios mais antigos de ocupação do território brasileiro datam entre 50.000 até 15.000 anos: a primeira fase de ocupação onde encontramos informações a respeito de vestígios em Minas Gerais (Lagoa Santa, Matozinhos, Sete Lagoas e Belo Horizonte) e São Raimundo Nonato (Piauí);

Após 15.000 quando ocorrerá um longo processo de transformação nos padrões de comportamento, uma nova fase da evolução cultural nas comunidades primitivas do Brasil” (Silva 1996).

Em outros autores, esta questão está relacionada com o tipo de ambiente onde foram encontrados os vestígios de ocupação:

“A vida nas cavernas está relacionada com os caçadores-coletores comprovados pelas pinturas encontradas nas cavernas de São Raimundo Nonato e em Lagoa Santa: armas e instrumentos de pedra lascada aparecem associados às figuras humanas, sugerindo que eram utilizadas para caçar”.

Já a “vida no litoral” está se referindo aos grupos sambaquieiros enquanto que “a vida no interior” refere-se aos grupos horticultores e relaciona-se com a presença de objetos feitos de barro”. (Piletti & Piletti).

É preciso ressaltar o grande espaço ocupado no livro didático pelas pesquisas coordenadas pela arqueóloga Niède Guidon no Piauí. Isto justifica-se pelo fato de que tais pesquisas têm uma intensa repercussão junto à mídia, pois apresentam datação e hipóteses de ocupação do território brasileiro inéditas.

Dois autores apresentam uma polêmica em relação às descobertas realizadas pela arqueóloga Niède Guidon no Piauí, o que consideramos positivo, pois demonstram o caráter científico, controverso e dinâmico da ciência arqueológica:

“Entre 70 e 50 mil anos, segundo a arqueóloga Niède Guidon que realiza trabalhos de escavações no Piauí, foram encontrados fogões pré-históricos, isto é conjunto de pedras (seixos) colocadas em forma de círculos ou triângulos, no meio dos quais se fazia o fogo. Nas proximidades desses fogões também foram achados ossos de animais e instrumentos de pedra lascada. (...) Já para a arqueóloga norte americana Betty Meggers os carvões encontrados devem ser de um

incêndio espontâneo e não de uma população pré-histórica” (Cotrim 1996).

“(…) Polêmica entre arqueólogos:

A partir de vestígios encontrados no Piauí, Niède Guidon concluiu que a ocupação dessa região remontaria a cerca de 30.000 anos atrás. Seria, então, o mais antigo vestígio da presença do homem na América. Suas conclusões geraram muita discussão entre os arqueólogos do mundo todo.

A maioria dos pesquisadores questionou a tese de Guidon afirmando que ela se baseou em artefatos, isto é, pedaços de ossos e pedras semelhantes a instrumentos. Para eles, esses artefatos isolados podem ter sido transformados pela ação da própria natureza: rolagem nos rios, carbonização natural, raspagem em outras pedras.

Esses pesquisadores consideram que os artefatos encontrados por Guidon só poderiam ser aceitos como prova da existência humana naquela região há 30.000 anos se estivessem acompanhados de outros tipos de vestígios: fósseis humanos, restos de habitações, cinzas, marcas em grutas.

Por outro lado, alguns pesquisadores continuam procurando novos vestígios de ocupação humana na América anterior a 12.000 anos atrás, não apenas no Brasil, mas também em outras regiões do continente. Enfim, a polêmica continua” (Dreguer & Toledo 1995).

Já com relação às fontes às quais os autores recorrem para elaborar as suas abordagens encontramos uma variedade, tais como:

- 1) Grande Imprensa: principalmente jornais e revistas de grande circulação (em maior número);
- 2) Publicações de cunho científico: Betty Meggers,<sup>7</sup> Niède Guidon,<sup>8</sup> Luciana Palestrini e José Luiz de Moraes<sup>9</sup> (em número bem restrito);
- 3) Livros Paradidáticos: a obra de Norberto Guarinello;<sup>10</sup>

(7) Esta obra intitulada *A América Pré-Histórica*, Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979, está indicada no Manual do Professor do livro didático *História e Companhia* (Faria, Marques & Berutti 1996).

(8) A referência a esta autora está citada a partir de artigos da grande imprensa.

(9) Palestrini, L. & Moraes, J.L. *Arqueologia pré-histórica brasileira*. São Paulo, USP, Museu Paulista, 1982. Esta obra está indicada no livro didático *História & Vida* (Piletti & Piletti 1997).

(10) Guarinello, Norberto Luis *Os primeiros habitantes do Brasil. A arqueologia pré-histórica no Brasil*, São Paulo, Atual Editora, 1994. Indicada em *História & Reflexão* (Cotrim 1996).

4) Não citam fonte nenhuma: a metade das obras analisadas.

Temos que levar em consideração que tais autores são, na maior parte das vezes, historiadores que não possuem nenhum vínculo com a Arqueologia e tampouco com a produção científica realizada pela comunidade arqueológica brasileira.

Desta maneira, não podemos cobrar-lhes o acerto teórico, mas sem dúvida podemos sugerir uma aproximação maior entre os arqueólogos e estes autores que acabam se tornando uma referência, muitas vezes única, no universo dos nossos alunos e, em muitos casos, de nossos professores.

Finalmente, a análise das imagens e ilustrações presentes nas obras didáticas demonstrou um lado positivo em termos de variedades existentes e na relação com os textos apresentados.

A partir de mapas, fotos de escavações, pinturas rupestres, desenhos, croquis etc, foi possível dinamizar a leitura dos capítulos e dar maior agilidade ao processo de apreensão do assunto abordado.

Porém, uma ressalva muito importante: em algumas obras analisadas os autores utilizaram-se de fotos etnográficas para se referir ao modo de vida das sociedades pré-coloniais (Martins 1944, Carmo & Couto 1994 e Silva 1996). Isto é gravíssimo e pode gerar uma visão distorcida e preconceituosa de que as sociedades indígenas são estáticas no tempo e que, da época pré-colonial até os dias atuais, muito pouco ou quase nada foi alterado nas estruturas destas sociedades, reforçando um conceito equivocado de cultura.

## Conclusões

Entendemos ser necessário que o professor desperte a atenção de seus alunos ao observar problemas tais como os elencados neste texto e utilize o livro didático como instrumento para discussões que, ao invés de construir ou consolidar preconceitos, sirvam para derrubá-los, o que é essencial no processo educativo.

Neste momento de intensa informatização, quando os meios de comunicação levam e trazem notícias de forma rápida, atualizada e muito mais atrativa do que a “velha” sala de aula, o papel do professor torna-se mais evidente. Ele deixa de

ser um mero “transmissor” de informações para assumir o papel de mediador da relação entre o conhecimento, a sua construção e o aluno.

Levando-se em conta que os Parâmetros Curriculares Nacionais e outras propostas pedagógicas decorrentes definem que o objetivo maior das escolas é formar o cidadão,<sup>11</sup> a tarefa do educador, especialmente do professor de História, é ser o articulador do pensamento crítico de seus alunos, e não aceitar e repassar a informação recebida e pronta.

É necessário, portanto, desconstruir e analisar criticamente a informação e ensinar seus alunos a fazerem o mesmo, de modo que, ao final do processo escolar, eles estejam aptos a realizar reflexões semelhantes sem a mediação de outrem.

Ampliar o acesso aos museus de Arqueologia, responsáveis por uma extensa produção acadêmica, mantenedores de cursos de extensão, exposições e serviço educativo sistemático de atendimento aos professores de Ensino Básico, seria uma alternativa à deficiência apresentada nos livros didáticos.

Os museus permitem o contato com a cultura material, com o aspecto concreto dos objetos, contribuindo para a superação de muitos preconceitos em relação às culturas indígenas, uma vez que estas instituições trabalham com fontes específicas e diferenciadas, que podem, inclusive, contrapor-se à visão apresentada nos livros didáticos.

Sendo instituições de educação não-formal, com objetivos voltados ao mesmo tempo para o público acadêmico e escolar, os museus têm um grande potencial de ampliação do referencial do professor ao se deparar com o ensino do período pré-colonial brasileiro.

Eis o grande desafio do professor: unir e dar as devidas dimensões à linguagem e aos parâmetros oferecidos pelos dois veículos de comunicação – o livro didático e o museu – enriquecendo sobremaneira o estudo da temática da pré-história brasileira dentro e fora dos limites da sala de aula.

(11) O cidadão completo é entendido aqui como aquele que além de cumprir seus deveres eticamente, reivindica seus direitos, tem consciência destes e se posiciona ideologicamente baseado em fundamentos e em reflexões críticas.

VASCONCELLOS, C.M.; ALONSO, A.C.; LUSTOSA, P.R. A abordagem do período pré-colonial brasileiro nos livros didáticos do ensino fundamental. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 231-238, 2000.

VASCONCELLOS, C.M.; ALONSO, A.C.; LUSTOSA, P.R. An approach to the Brazilian pre-colonial time in the didactic books for elementary school. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 231-238, 2000.

**ABSTRACT:** This article is an analysis about the treatment given to the Brazilian Pre-Colonial time in the didactic books in Elementary School.

**UNITERMS:** Didactic Book – Archaeology – Education.

### Referências bibliográficas

- BITTENCOURT, C.  
1997 Livros didáticos entre textos e imagens. C. Bittencourt (Org.) *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Editora Contexto, 3ª edição: 69-90.
- ENGELS, F.  
1978 *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S/A, 4ª edição.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO  
1998 Guia de Livros Didáticos . 5ª a 8ª séries. *Programa Nacional do Livro Didático*, Ministério da Educação e do Desporto, Brasília, MEC-SEF
- 1997 *Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia*/Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC-SEF.
- ROCHA, E.P.G.  
1990 *O que é etnocentrismo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 7ª edição.
- SILVA, A.L. ; GRUPIONI, L.D.B.  
1995 *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO.
- TELLES, N.A.  
1984 *Cartografia Brasilis ou: esta história está mal contada*. São Paulo: Ed. Loyola.
- TENÓRIO, M.C. (Org.)  
1999 *Pré-história da Terra Brasilis*. UFRJ, Editora da UFRJ.
- VASCONCELLOS, C.M.  
1994 A pré-história brasileira no livro didático. M.C. Tenório; T.C. Franco (Orgs.) *Seminário para Implantação da temática Pré-História Brasileira no Ensino de 1º, 2º e 3º graus*. UFRJ, Museu Nacional: 14-20.

*Recebido para publicação em 20 de novembro de 2000.*

# Estudos de Curadoria





## TRATAMENTO E ORGANIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DOCUMENTÁRIAS EM MUSEUS

Suely Moraes Ceravolo\*

Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo\*\*

CERAVOLO, S.M.; TÁLAMO, M.F.G.M. Tratamento e organização de informações documentárias em museus. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 241-253, 2000.

**RESUMO:** O sistema de documentação em museus como usualmente é concebido volta-se mais para o acompanhamento da circulação do objeto dentro da instituição do que para a produção, recuperação e difusão de informações documentárias. Entende-se que a arquitetura e objetivos desses sistemas devem privilegiar esse acompanhamento bem como o tratamento e organização das informações sobre o objeto, lembrando que se lida com representações através da linguagem. Para a realização de tais procedimentos usa-se de metodologias próprias da Documentação adequadas a museus, distinguindo-se no sistema de documentação dessas instituições o que concerne às questões documentárias.

**UNITERMOS:** Documentação de Museus – Sistema de Informação, Documentação, Museus.

Embora tida como uma atividade tão antiga quanto as instituições que a abrigam, a documentação de museus desenvolveu-se lentamente, ficou à margem ou à deriva durante muito tempo, realizada sem método e considerada como a “parente pobre” dentre as atividades dessas instituições (Olcina 1986: 307). A partir do início do século XX, na Europa, especialmente entre 1927 e 1945, organismos de porte internacional como o

*L'Office International des Musées* (O.I.M)<sup>1</sup> procuraram dar a essa documentação uma feição mais especializada, ainda que num primeiro momento de forma indireta, pois nesse período privilegiavam-se mais os registros de posse e propriedade das chamadas obras de arte, como garantia e salvaguarda contra roubos. Mas, por causa da necessidade de descrever e intercambiar tais obras, ainda nessa época, surgem as primeiras propostas de normatização para registros voltadas principalmente para catálogos iconográficos (Aubert

(\*) Museu de Anatomia Veterinária da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo.

(\*\*) Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Arte da Universidade de São Paulo.

(1) Órgão internacional com sede em Paris, parte do *International Institute of Intellectual Cooperation*, este um desdobramento da Liga das Nações.

1948). No entanto, a documentação ainda não era pensada como uma atividade especializada com procedimentos e objetivos particulares, sendo este um dos focos de discussões e de tentativas de implementação de sistemas durante o decorrer de décadas do século XX.

O ICOM (Conselho Internacional de Museus) substituiu, a partir de 1946, o O.I.M., e na década de 50 forma-se no âmbito daquele Conselho, o Comitê Internacional de Documentação (CIDOC), secretariado pelo Centro de Documentação UNESCO-ICOM, cujos primeiros passos foram moldados por Yvonne Oddon,<sup>2</sup> bibliotecária e colaboradora de George Henri Rivière.<sup>3</sup> Na década de 60, o CIDOC tratou de questões relativas a padrões para os registros de museus como também da compatibilidade entre eles, mas não sem problemas, uma vez que a imensa diversidade de tipos de objetos é traço característico tanto das coleções como das instituições que as abrigam. A partir de 1967, ainda este organismo defrontou-se com discussões embrionárias sobre o uso de técnicas informatizadas. Contudo, o maior empenho dirige-se para a configuração básica dos chamados 'sistemas de documentação', que serão difundidos nos anos 80, quando florescem propostas de sistemas dessa natureza. No decorrer dos anos 70, ainda no âmbito desse organismo, grupos de trabalho concluem a favor de procedimentos informatizados como auxiliar para o armazenamento, organização e comunicação de informações, mas eram muitas as dificuldades, entre elas os problemas para identificar, definir e estabelecer um conjunto mínimo de dados<sup>4</sup>

descrevendo objetos de museu (Olcina 1986: 311ss.). Nesses anos, o tema "documentação" é incluído em cursos sobre museus, caso daquele ministrado por G. H. Rivière, em Paris.

Aos poucos, a documentação assume um estatuto significativo no interior dos museus, quer como suporte para as atividades administrativas, quer como elemento de apoio para a pesquisa científica neles desenvolvidas. Torna-se consenso que as coleções são o seu 'coração' (Pearce 1986), foco principal de suas atividades, e ponto nevrálgico para a documentação, mesmo com as mudanças ocorridas no conceito de "museu" e de "objeto museológico" (Menchs 1989) ao longo das décadas posteriores à Segunda Guerra.<sup>5</sup> Coleções de objetos permanecem como sendo o elemento característico e diferenciador entre museus, bibliotecas e arquivos.

À medida que aumentam as tarefas ao redor das coleções, a documentação, durante a década de 80, será considerada como um conjunto complexo de ações direcionadas sobre aqueles conjuntos, e como sugere Klaus Schreiner (1985: 59-60), deveriam estar diretamente envolvidas com a pesquisa acadêmica, tendo o objetivo de tornar eficiente o trabalho de pesquisadores.

Essa visão não é homogênea no panorama geral dos museus. Observam-se ao menos duas tendências no trato da documentação. Uma mais "reflexiva" debruça-se sobre a importância do objeto como documento e suporte de informações significativas para as pesquisas científicas. Essa perspectiva poderia ser considerada como uma linha especialmente francesa, desenvolvida princi-

(2) Oddon, entre outras atividades na área de documentação de museus, compilou um esquema de classificação para assuntos relativos a museus para ser usado por bibliotecas e Centros de Documentação, ministrou cursos de treinamento, um dos quais resultou no *Elements de documentation muséographique*, datado de 1968, e, ainda hoje, considerado como um trabalho de referência na área (Olcina 1986).

(3) George Henri Rivière foi diretor do ICOM por anos consecutivos. Desempenhou um papel marcante na área de museus e é tido como introdutor de novas idéias para essa área. (*La Muséologie Selon G.H.R.*, 1989).

(4) O problema dos dados mínimos ainda não se encontra totalmente resolvido. Toni Petersen, em 1995, então presidente do *Data and Terminology*

*Working Group* (formado em 1992), tinha como projeto no ano anterior estabelecer um guia para a padronização desses dados mínimos, temporariamente denominados de "Minimum Information Categories for Museum Objects" (MICMO), tendo por base a identificação, localização e contabilidade de seus objetos e espécimes (CIDOC - COMITÉ INTERNATIONAL POUR LA DOCUMENTATION, ICOM, 1995: 34-36).

(5) Passa-se a admitir um conceito de museu não mais restrito a quatro paredes e suas coleções. Fala-se na musealização de territórios e participação de comunidades, contexto no qual a idéia de *objeto museológico* passa a englobar qualquer expressão cultural.

palmente sob a égide das propostas de Rivière e por ele disseminada para outros países através do ICOM, já que foi seu presidente por muitos anos. No bojo dessas propostas, nasce a concepção de que museus podem ser considerados como ‘Centros de Documentação’ em potencial, tendo na própria documentação o alicerce para criar o “museu-laboratório”, uma associação entre o “museu cultural” (*musée culturel*) e o “museu-científico” (*musée scientifique*) (*La Muséologie Selon G.H.R.*, 1989: 175 e 179). Uma outra tendência da documentação em museus pode ser chamada de “tecnicista”, pois visa em primeiro lugar o acesso rápido aos objetos e seus respectivos registros. Aqui busca-se preferencialmente o controle das coleções por meio da conexão entre registros, fichas e fichários, com referências cruzadas para que possam ser recuperados. O escrivão (*registrar*), é a figura profissional responsável pela criação, manutenção e cuidado permanente com os registros, e os curadores pela pesquisa do objeto e sua catalogação (Dudley *et alii* 1976). Esta tendência desenvolve-se com força em território norte-americano. O foco diferenciador entre uma e outra instala-se na abordagem do objeto de museu e nas funções da documentação uma privilegiando a necessidade de compreendê-lo, desvendando e registrando em detalhes, e a outra enfatizando os aspectos administrativos onde o documentar coleções vincula-se fortemente à idéia de eficiência no seu gerenciamento.

Tal como em outras áreas, os museus também não escaparam da idéia de que a informática poderia resolver tudo, ou quase tudo, do acesso aos objetos à elaboração de catálogos, atribuindo-se as possíveis ou futuras possibilidades de informatização a organização e recuperação das informações sobre as coleções. Envolvida na aura da informatização, no decorrer dos anos 80, a ‘informação’ passou a ser considerada como fator de evidência (Lewis 1986:V). Na visão de alguns autores, os museus deixariam de ser um *show-room*, na medida em que poderiam prover seus públicos com outros subsídios informativos (Elisseff 1970/1:5).

De fato, comenta-se sobre as possibilidades de informatização no universo dos museus desde o final da década de 60, idéia que se

manteve nas décadas seguintes vista como meta ideal a ser alcançada. Para isso não faltaram precursores, instituições ou projetos, nos quais a alavanca temática era informatizar as informações sobre as coleções. Visava-se, principalmente, agilizar o cruzamento, busca e recuperação de dados, como também elencá-los para formar os tão desejados catálogos de museus (Chenhall 1975). No entanto, para que isso pudesse ocorrer usando-se com plenitude os computadores,urgia, em primeiro lugar, compreender o que Lenore Sarasan chamou de “teoria da documentação” e os “sistemas de documentação”, elementos a serem obrigatoriamente definidos *antes* da implantação de qualquer sistema informatizado (Sarasan 1981:45), ou mesmo manual. No final da década de 80, e no início dos anos 90, a ênfase recai sobre a importância do controle de vocabulários e de terminologias descritivas especializadas.<sup>6</sup> No entanto, essa importância vincula-se mais à necessidade de operacionalizar a informatização das coleções e menos à preocupação de tornar acessíveis para um amplo público as informações sobre as coleções. Leonard Will, em 1993, considera que a documentação em museus ainda está na sua infância, pois estas instituições não se vêem como prestadores de serviços de informação (Light, Roberts, Stewart 1986).

(6) Em 1987, forma-se o Grupo de Trabalho para o Controle Terminológico (*Terminology Control Working Group*), ligado ao CIDOC. Segundo este órgão, há 43 *thesauri* para museus, elaborados para auxiliar a descrição de objetos, nas áreas de: agricultura, armas, arqueologia, arquitetura, artes decorativas, cerâmica, construções, cultura material de forma geral, cutelaria, engenharia, esculturas, ferramentas e transportes, filmes e fotografias, indumentária, instrumentos marítimos, instrumentos musicais, jóias, livros, manuscritos, material etnográfico, mobiliário, moedas, objetos cerimoniais, objetos de metal, objetos eclesiais, objetos históricos, objetos relacionados à ciência e tecnologia, pinturas, relógios, tapeçaria, têxteis, trabalhos em papel e outros tipos de impressos, e termos para designar a amarração e costura em livros raros. Em língua portuguesa contamos com o *Tesouro para acervos museológicos*, publicado em 1987 por Helena D. Ferrez e Maria Helena S. Bianchini (*Directory of thesauri for object names*, CIDOC, 1994). A década de 80 concentrou, até agora, o maior número dessas publicações.

Pode-se dizer que na esteira das tecnologias de informatização abriram-se possibilidades mais amplas de padronização e integração de vocabulários na área de museus, com o objetivo de descrever objetos. Não se pode esquecer que essa possibilidade, no entanto, se fazia presente com restrições, por causa da disponibilidade de equipamentos existentes, da dependência de grupos de trabalho, em alguns museus de grande porte, e em alguns países em particular.

### Sistemas de documentação em museus (SDMs) e o controle das coleções

Vê-se que a documentação em museus trilhou etapas sucessivas de complexidade no percurso de sua formação, o mesmo ocorrendo com a implantação dos 'sistemas' propriamente ditos. Nos idos anos 60, não é a idéia de sistema que está presente, mas sim a necessidade de singularizar a documentação como algo próprio dessa instituição. Yvonne Odon a chamará de 'documentação museográfica' e, transportando técnicas biblioteconômicas para a documentação de museus, sugere etapas de processamento técnico, propõe modelos de fichas e procura caracterizar os 'instrumentos documentários' que descrevem e classificam os objetos. Do processamento técnico resulta, como conseqüência, o recenseamento dos bens da instituição, ao mesmo tempo em que se obtém um alicerce para a documentação científica. Para o estudo das coleções, ela sugeria outros instrumentos de "classificação e análise", compreendidos como 'fundos',<sup>8</sup> acompanhados de fichas alfabéticas, sistemáticas e dossiês, permitindo que o utilizador acesse o maior número de registros e documentos sobre os objetos, e, assim, compreenda as suas múltiplas referências. Para Odon e Rivière, os instrumentos de recuperação, como os catálogos, são o meio de obter o que

denominaram de "informação racional" (ver *La Muséologie Selon G.H.R.*, 1989), sem entretanto defini-la. Odon entende a documentação museográfica compartimentalizada em "serviços" similar ao das Bibliotecas: os serviços de registros, os de inventário, os de catálogo, a fototeca, a filмотeca, a fonoteca e a biblioteca (Odon 1968:1).

Com base nos manuais da área, entende-se que a palavra 'documentação' abarca uma idéia abrangente do "ato de documentar", atribuindo-lhe a função de abordar as coleções de museus. Num sentido mais restrito, a documentação de museus parece se aproximar da elaboração de registros escritos, considerados fundamentais para a manutenção do controle das coleções tal como recomendava Chenhall (1975:7), o que nos leva, nessa direção, a conhecer a quantidade e localização das peças sob guarda da instituição. Carl Guthe, por sua vez, ressaltava a importância da conexão entre o "objeto e seu registro", referindo-se à necessidade de criação de uma identidade para os objetos a partir de 'símbolos de identificação', que seriam, neste caso, números (Guthe *apud* Chenhall 1975: 7).

Já o termo 'sistema', presente na denominação 'sistema de documentação em museus' (SDMs) implica idéias diferentes,<sup>9</sup> tais como: método, esquema, estruturação de trabalho em etapas, passos a serem seguidos, encadeamento de registros, como se observa na proposta de sistema sugerida por Porta *et alii* (1982: 12,13 e 19); ou suscita um processo rígido, limitado, dirigido ao exterior ou por ele imposto, sem espaço para o espírito criativo, segundo comentário de Cameron (1970). Em menor grau, o termo sublinha a importância da informação para a tomada de decisões.<sup>10</sup>

O processamento técnico da documentação de museus divide-se em etapas sucessivas e por vezes concomitantes, na dependência do tamanho da instituição e da equipe que ela possui. A partir da entrada do objeto no

(7) Em francês *documentation museographique*, em inglês *museum documentation*.

(8) O termo "fundo" encontra-se associado mais à área de Arquivos, correspondendo à "Unidade constituída de documentos acumulados por uma entidade (...)". Relaciona-se com acumulação e coleção (Camargo *et alii* 1996: 40)

(9) Os autores ou trabalhos citados aqui servem-nos como exemplos, há outros que poderiam ser nomeados.

(10) Um exemplo encontra-se na proposta do *Sistema Nacional de Documentación Museológica*, Argentina, s/d.

museu, serão desenvolvidas séries de tarefas correspondendo ao momento de ingresso (“dar entrada”), acompanhadas de diferentes registros (Inventário, Livro de Entradas, Tombamento e fichamentos), ou outros documentos (correspondências etc.). Uma vez que a instituição conte com pessoal, equipamentos e laboratórios, os objetos passarão por especialistas diferentes gerando novos registros, como é o caso das anotações sobre tratamentos e intervenções realizadas pela conservação e restauro. Considera-se que, para instituições de grande porte, deva existir um departamento ou seção centralizadora dos fichários, arquivos e catálogos. Alerta Fernanda Camargo-Moro, que não importam o tamanho ou as condições de um museu (se público, privado etc.), mas sim o uso de uma documentação estruturada considerada “essencial para todos os museus” (Camargo-Moro 1986:41).

De modo genérico, cada movimentação executada sobre o objeto (entrada/saída/baixa), estará envolvida e amparada por uma ou várias notações escritas e registradas em fichas, formulários ou modelos previamente elaborados. Neles, diversos ‘campos’ devem ser preenchidos, correspondendo em linhas gerais aos chamados ‘dados’<sup>11</sup> sobre o objeto, ou dados básicos de identificação: nome do objeto, histórico, proveniência, descrição, estado de conservação, dimensões, e assim por diante, como também sobre a situação de movimentação que acionou o processo (modo de entrada). O tipo de dado requerido depende das necessidades institucionais, como também está condicionado à natureza do objeto (se de

arte, de história, de arqueologia, de anatomia etc.). Mas há uma variedade de dados a serem coletados vindos de fontes diversas: os de entrada que idealmente acompanham o objeto no momento de sua introdução na instituição, os descritivos e os que devem ser investigados. Como há a tendência de associar o objeto a áreas disciplinares, essa coleta tende a ser constantemente acrescida, ainda que, como atesta Marta Heloísa L. Salum (1988: 43-60), esta seja uma atividade sujeita a implicações que podem distorcer as informações. Alguns autores, como Camargo-Moro, chamam a essa irradiação de informações ao redor do objeto de “informação associada”, aquelas que “(...) recebem, aumentam e difundem, dando ao objeto uma visão interdisciplinar, proporcionando-lhe um universo maior” (Camargo-Moro 1986:42).

Desta feita, a captação de dados concentra-se *no, sobre e ao redor* do objeto (de aquisição, detalhes descritivos, históricos, e assim por diante), nesse sentido, documentação e pesquisa caminham de forma muito próxima nos museus, o que não significa que uma substitua a outra. Mas é possível distinguir a articulação da documentação e dos SDMs ao redor de três eixos: o *administrativo* (para gerenciamento das coleções), o *curatorial* (da pesquisa) e o *documental* (identificativo dos objetos/ coleções), sendo que cada um deles responde às necessidades informativas diferenciadas.<sup>12</sup>

Por sua vez, o objeto será submetido a medições, marcações com números provisórios ou permanentes, cuidados de conservação, fotos da peça etc. A garantia do acesso físico ao objeto, uma prioridade, fica assegurada com a atribuição de números aplicados concomitantemente ao suporte e aos múltiplos registros (inventários, fichas, dossiês etc.), formando não só um elo entre um registro e outro, mas também entre registros e objetos. A busca se faz segundo um arranjo facilitador: nome de autor, nome do objeto, períodos cronológicos,

(11) ‘Dado’ pode ser visto como atributo, no sentido de “qualidade ou característica que pertence ao objeto ou é própria dele. (Exemplo: nome do objeto, autor, técnica...)” (Porta *et alii*; 1982: 19). Para Jean Claude Gardin é um “fato(s) da informação” (Gardin 1986: 11). Segundo Eliyahu M. Goldratt, o que é dado para uma pessoa pode ser informação para outra, não é portanto a entrada para um processo de decisão mas seu resultado (Goldratt 1996: 6 e 117). No estado dicionarial, ‘informação’ significa: “ação ou efeito de informar”, “instrução”, “indagação”, “investigação” e “notícia”. Cintra, Tálamo, Lara e Kobashi, consideram *informação* um *fluxo de mensagens* ela mesma “(...) um conhecimento potencialmente transmissível” (Cintra *et alii* 1994: 14).

(12) As necessidades de informação institucionais sobre um determinado objeto numa coleção de objetos não são as mesmas, escreve Chenhall, do que aquelas que um curador necessita (Chenhall 1975: 15).

ou por qualquer outra entrada determinada por prioridades institucionais.

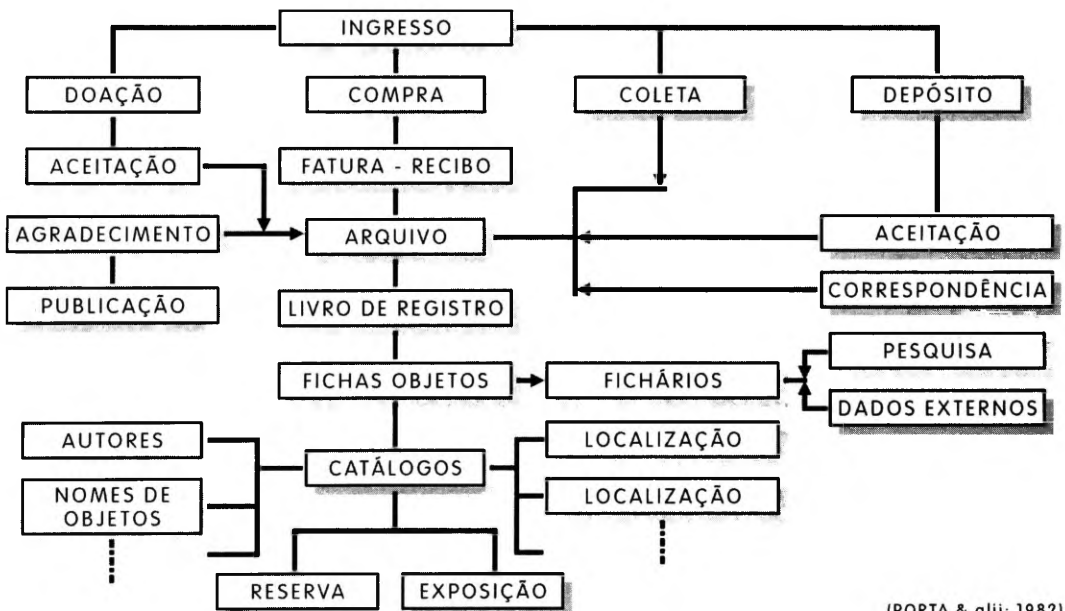
Podemos dizer que do ponto de vista da documentação de museus, que executa ou acompanha toda essa movimentação dos objetos, abrem-se dois caminhos paralelos: de um lado há as ações direcionadas ao *suporte* e, de outro, ao *conteúdo*, pois essa documentação se responsabiliza pela elaboração, manutenção e recuperação dos registros, o que equivale, em última instância, a promover o acesso às informações.

Quanto às funções do SDM, percebe-se que a ele compete de certa forma modelar a organização da própria documentação, ou seja, o 'sistema' forma a estrutura arquitetônica através da qual perpassam as diferentes etapas de acompanhamento do suporte (objeto), e não da informação propriamente dita, até que aquele possa ser armazenado em reservas técnicas, ou apresentado em exposições. Assim, o 'sistema' funciona como uma

espécie de guia das tarefas seqüenciais a serem executadas, e no seu bojo instalam-se os registros escritos.

Tudo o que foi dito nos leva a concluir que essa documentação funde-se ou mesmo confunde-se com registros, e esses com os SDMs. Nos anos 70 e 80, a documentação estará caminhando par e passo com a noção de enfoque sistêmico.<sup>13</sup> Autores como Robert Chenhall (1975), esforçaram-se para diferenciar não só uma etapa de procedimento da outra, mas especificar a função de registros e fichas, mostrando que cada um deles tem um objetivo determinado e não podem ser confundidos, mesmo que compartilhem de atividades correlatas. Recomendava-se igualmente que os sistemas fossem elaborados e implantados para serem ativados manualmente, como um momento necessário e prévio para sua posterior informatização.

Para recuperar os registros, sugeria-se a princípio o uso de palavras-chave, com base



(PORTA & alii; 1982)

(13) O enfoque sistêmico implica em noções de complexidade e ambiente (Maximiano 1997).



na seleção de nomes ou classes de objetos, acompanhadas de números, e textos livres para descrições sintéticas (Chenhall 1975, Light *et alii* 1986). O controle de vocabulário e a normatização de terminologias ficaram dependentes da necessidade de informatizar, com o propósito de recuperar as informações e facilitar seu intercâmbio.

Embora raramente na década de 80 use-se a expressão “sistemas de informação”, o fato significativo é que os sistemas de documentação de museus passam a ser imprescindíveis para essas instituições garantindo o controle e o acesso às coleções. Observa-se, entretanto, que na estruturação dos sistemas, tal como se apresentam, não há distinção entre o tratamento dos dados para acompanhamento do objeto (suporte) e o tratamento e organização das informações propriamente dito, ainda que ambos não prescindam da linguagem no sentido amplo. As etapas dos SDMs ficaram muito vinculadas ao trajeto que o objeto percorre no interior da instituição museu, tomando-se como idêntico o acompanhamento do percurso do objeto e a *informação sobre o objeto*, dando a ambos um tratamento global. No entanto, a ação documentária (ciclo e tratamento documentários) baseia-se, em primeiro lugar, na distinção entre *agente* (suporte/objeto), e consecutivamente nas *metodologias* envolvidas nesses processamentos, sendo que para cada uma delas há uma linguagem controlada a ser usada. Disto decorre que não há previsão nos SDMs de etapas específicas, com metodologias também particulares para o tratamento da informação, sendo este tratamento uma consequência posterior. De fato, não priorizava-se uma Política de Informação para esses sistemas.

Conclui-se, portanto, que os SDMs operam na direção do controle das coleções, atuando preferencialmente sobre o eixo administrativo/gerencial. Tais sistemas não podem ser caracterizados como *sistemas de informações documentárias* (SIDMs). Apesar disso, deduz-se que exista alguma operação para o tratamento da informação, ainda que de modo implícito. Tal fato pode ser inferido da afirmação de Chenhall quando comenta a importância dos índices remissivos: “(...) qualquer documentação de objetos numa

coleção deve ter índices cruzados de tantas formas quantas sejam possíveis ou as informações contidas nos registros não poderão ser usadas” (Chenhall 1975:9). Portanto, a recuperação das informações nos SDMs dependia desses índices remissivos, embora fossem vistos como lugar de fixação de dados transpostos de um registro para outro. Se tais referências aos índices correspondem ao controle de vocabulário, sabe-se que esta operação é algo que o sistema não pode realizar por si sem o aporte da Análise Documentária (AD). É função da AD tratar da análise, síntese e representação da informação, para que seja recuperada e disseminada, caracteriza-se como uma atividade metodológica específica no interior da Documentação (Cintra *et alii* 1994:24). Por outro lado, o simples uso de recursos informatizados não poderia executar por si tais remissivas. Naturalmente, tal perspectiva de ‘sistema’ influi sobre os procedimentos de produção, organização, manutenção e recuperação da informação em museus.

### **Ausência de princípios documentários em museus: exemplos**

Há no âmbito da documentação de museus ações que são por natureza *documentárias*, e, caso não estejam conceituadas, corre-se o risco de emprestar palavras da Documentação, sem, no entanto, conhecer o seu conteúdo conceitual.

Isto pode ser observado no contexto dos manuais de documentação de museus, nos significados atribuídos à ‘catalogação’, e ao ‘catalogar’. ‘Catalogação’, refere-se à pesquisa do objeto (ou coleções) e parece ser consenso que se trate de função de especialistas (ou curadores) (Dudley *et alii*: 1979). Quanto ao ‘catalogar’ percebem-se divergências: Chenhall (1975: 9) remete à associação entre registros e um objeto, e entre este e objetos similares, com base num sistema de classificação; para Dudley *et alii* (1979: 31), é uma função da classificação e os fichários devem ser mantidos por ‘registradores’ tendo por base informações fornecidas pelos curadores; para Scheiner (1985: 57), trata-se de uma questão

acadêmica e temática, vinculada à estruturação das áreas disciplinares às quais as coleções são afeitas. Pode também ser vista como coleta e registro de dados (nome, localização, autor, procedência, cronologia etc.) sobre determinado objeto, abordagem semelhante à catalogação em Documentação, enquanto *descrição física* de um documento (descrição das características do livro indicadoras do autor, título, editora, ano de publicação, cidade da publicação e número de páginas).

Ao 'catálogo' se atribuem diferentes conotações: fichários onde ficam as fichas, idealmente com certo grau de padronização da linguagem (Dudley *et alii* 1979: 31-2); livro de registros (Porta *et alii* 1982: 66); fichário simples (análogo às fichas de cabeçalhos em bibliotecas) (Chenhall 1975: 9); a documentação de toda a coleção (fichas e outros documentos) arranjada em alguma seqüência que não a numérica; listas simples ou múltiplas das quais constem o registro de cada objeto. Segundo Chenhall, ele "(...) *pode* ser qualquer um desses, e usualmente tem alguns elementos de todos eles" (grifo do autor) (Chenhall 1975: 9).

Do ponto de vista da Documentação, 'catalogação' corresponde a uma ação cujo resultado é um sistema de referências do documento/objeto e não do seu conteúdo. Para o tratamento do conteúdo, é necessário, segundo Cintra *et alii* (1994: 19) "(...) uma estrutura operatória de conjunto, formada por um encaixe hierárquico de classes e elementos disjuntos. (Isto é) não é mera justaposição de classes elementares (...)". 'Catalogar' relaciona-se, portanto, a um produto descritivo. 'Classificação' e 'catálogo' não prescindem de ação temática. Do conjunto dessas ações, participantes do chamado *ciclo documentário*, resultam *produções e produtos* com o objetivo de emitir *mensagens codificadas*. Trata-se de 'sistemas de significação' desenvolvidos pela Análise Documentária (AD), que se vale de metodologias para efetuar a transformação de um sistema de significação primeiro em outro, gerando os chamados produtos documentários, que em relação àquele é secundário. Para a elaboração de tais produtos recorre-se a estruturas classificatórias e indexações, apoios necessários para a recuperação e disseminação das informações, pois para a AD, o texto em si não é informação. Esta é uma construção metódica resultante do

trabalho efetuado sobre o *conteúdo* de documentos.

Nesse *ciclo documentário* há princípios operatórios de natureza lingüística, também aplicáveis à documentação de museus: o tratamento da informação caracteriza-se como um processo de *representação*<sup>14</sup> empreendido através de linguagem construída para esse fim (nesse tratamento nos museus, e de posse de linguagens, realizam-se inúmeras passagens a começar do objeto para a escrita, desta para o vocabulário controlado, deste para as indexações numa relação objeto/linguagem de especialidade,<sup>15</sup> e para os esquemas classificatórios, inerentes ao processo de indexação numa relação objeto/área de conhecimento). Este procedimento supõe a construção de linguagens artificiais que contemplam outra intervenção de natureza lingüística, já que a função da *representação* exercida no tratamento da informação se faz por estas linguagens denominadas de *linguagens documentárias* (LDs), "*sistemas de significação próprios da Documentação*" (grifo nosso) (Lara 1993: 29). Diz-se 'linguagens' pois possuem simultaneamente "estrutura e representação" (Tálamo 1997: 11).

Conseqüentemente, 'dados', sucessão de palavras ou nomes tirados de uma ficha não são capazes de realizar a recuperação de informações, já que não representam ou representam qualquer coisa, mesmo que selecionados num universo de interesse institucional. Listas podem até refletir uma aparente credibilidade, mas "(...) é somente a *rede de relações* das unidades de uma linguagem que pode contribuir para o exercício de qualquer representação (...)" (Tálamo 1997: 5).

Os SDMs, para estarem capacitados a realizar a indexação dos objetos e organizar classificações, dependem dos princípios assinalados, pois a produção e recuperação de

(14) Kobahsi identifica e nomeia a descrição e a condensação como fatos do campo das representações, simbólicos mas opostos a qualquer ato imaginativo ou fantasioso que a palavra possa sugerir, "pois seu estatuto e função (...) a assimilam à razão, a procedimentos metódicos" (Kobashi 1994: 50)

(15) Linguagens próprias de uma área de conhecimento.

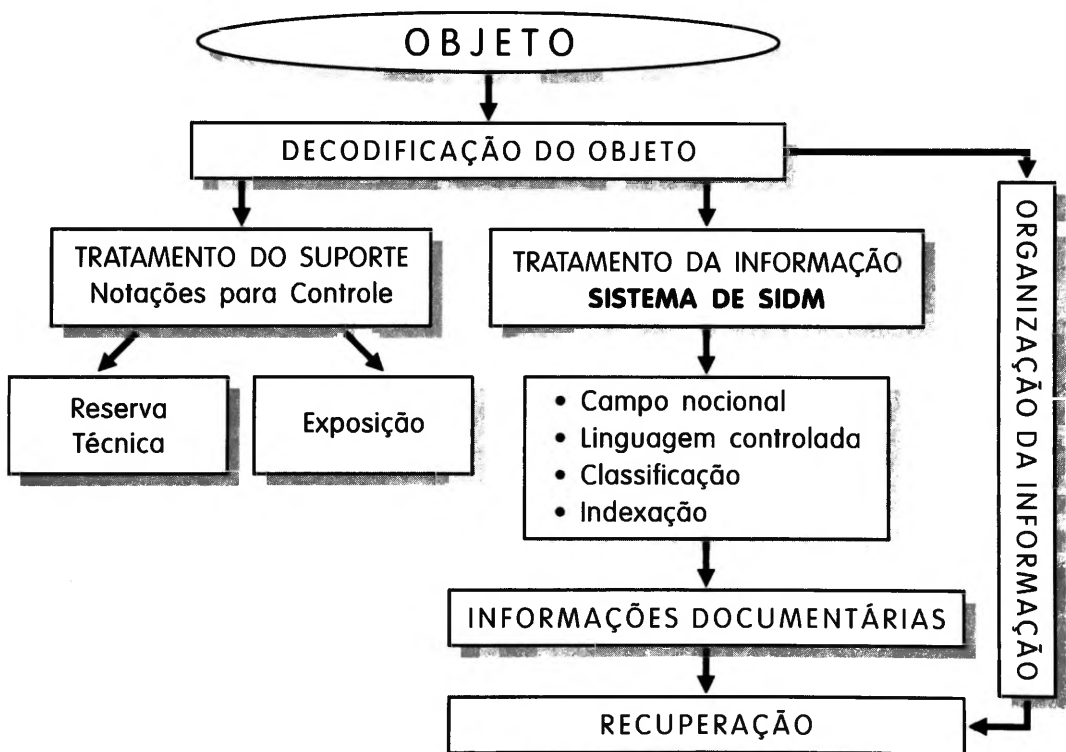
informações possuem características muito peculiares. Linguagens controladas, classificações e índices configuram as *informações documentárias*,<sup>16</sup> construídas num sistema documentário e não em outro tipo de sistema. Nessa perspectiva, definem-se os limites entre a área de abrangência e a especificidade do SDMs (Sistema de Documentação de Museus) na sua abordagem do objeto concreto (o suporte), e as tarefas documentárias diretamente ligadas à organização da informação (os conteúdos), no interior de um SIDM (Sistema de Informação Documentária de Museu), subordinado a outras metodologias, distante portanto daquelas que de início descrevemos.

Objetos e registros não são autônomos, e a significação que os entrelaça, vinculada ao

sistema de documentação de museus, submete-se à linguagem construída para que se alcance os resultados esperados (representação e circulação de informações) – a partir deste ponto chega-se ao SIDMs.

### Proposta para um sistema informativo documentário em museus (SIDMs)

Observa-se que, embora a palavra ‘documentação’ esteja presente no contexto dos sistemas de documentação de museus, ela não abarca os traços constantes do termo Documentação, justamente porque não estão previstas no interior de seus sistemas a elaboração de LDs (linguagens documentárias)



(16) *Informação documentária* depende de procedimentos metodológicos explícitos, “é uma representação construída a partir de um objeto efetivamente presente, que o substitui para certas finalidades”

(Kobashi 1994: 50). Distingue-se assim, sob a perspectiva da Análise Documentária (AD), das ‘informações brutas’, ‘principais’, ‘significativas’ ou ‘essenciais’.

e sua utilização.<sup>17</sup> Donde a necessidade de se distinguir SDMs e SIDMs. O primeiro responde apenas pelo trajeto do objeto, no interior do sistema; o segundo procedendo por métodos lógico-lingüísticos produz e organiza informação. Contudo, sem escamotear a diferença evidente entre texto e objeto, mas levando-se em conta a possibilidade de aplicar metodologias da AD para outros suportes informativos (ver Smit e Macambyra 1997), consideramos que há um patamar comum entre a documentação de museus e a Documentação, tornando aquela subsidiária direta desta, no que tange a representações contidas nos índices (uma vez que resumo como produto documentário inexistente no caso da documentação de museus). Este patamar comum é estabelecido a partir dos seguintes referenciais:

- a documentação de museus e Documentação procede pela *linguagem*;
- há tratamentos distintos, embora complementares, entre *suporte* e *conteúdo* e,
- a produção e organização das informações, visando sua recuperação, dependem da estruturação de linguagens artificiais (tal como as LDs) operando no dueto sistema/usuário.

Se é exigida da documentação de museus a captação de complexas variáveis do objeto, este se assemelha à “informação bruta”, ao mesmo tempo em que é suporte, conteúdo e imagem. Por outro lado, não podemos esquecer que os objetos encontram-se indissociavelmente imbricados a áreas específicas do conhecimento dotadas de organização, discurso e terminologia próprias, ou seja, características de um campo nocional específico. Quando se pensa num sistema de informação documentária, a organização do campo nocional funciona como um conjunto de partida (o conhecimento), a partir do qual realizam-se, através das LDs, equivalências e substituição (sínteses parafrásticas), de forma que o conjunto de chegada seja a informação

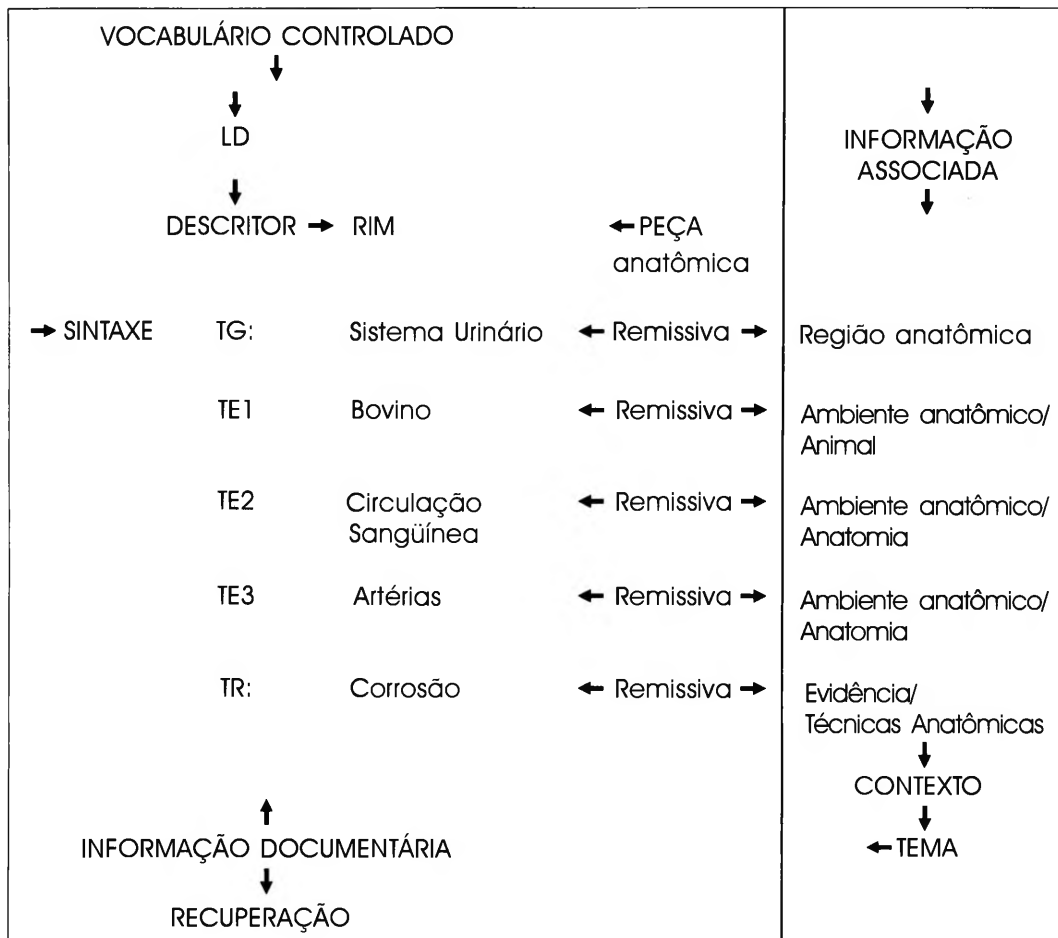
documentária. Equivalências e substituições constroem-se com regras explícitas, num sistema de relações remetendo a estruturas de significação definidas e previstas, diversa da virtualidade que caracteriza as LNs (linguagens naturais). Nesse contexto, “palavras” não são operatórias, mas sim termos<sup>18</sup> com noções definidas.

Para atuar entre a representação e a significação, as LDs são fundamentadas em organizações lógico-hierárquicas de classes, que são *um* e não o único ponto de vista. Uma vez organizado o campo nocional (área de conhecimento), chega-se por meio da ordem e subordinação ao estabelecimento de diferentes relações hierárquicas e não-hierárquicas. Constrói-se o vocabulário controlado, tendo por base uma sintaxe também controlada pelas diferentes modalidades de relações entre suas unidades constitutivas.

O início de uma proposta para a formulação de uma LD para museus deve integrar diferentes variáveis consideradas necessárias para a captação das características do objeto em questão: a denominação do objeto (dados *do* objeto), a descrição (dados *sobre* o objeto), e aqueles que remetem à chamada informação associada (dados *ao redor* do objeto) que contextualizam a peça e remetem-na a temas que a ela podem estar associados. Considera-se a sintaxe expressa pelas relações hierárquicas: o termo genérico (TG) vinculado à denominação do objeto; termos específicos (TE) remissivos de situações contextuais *sobre* a peça, e o termo relacionado (TR) como remissivo de sinais de evidência identificadora.<sup>19</sup> O conjunto sintático/semântico para operar a LD conjuga, assim, variáveis selecionadas tidas como significativas para enunciar os diferentes aspectos do objeto de museu, como exemplificado no quadro abaixo. Nessa perspectiva, entendemos que o SIDMs (Sistema Informativo Documentário de Museus) encontra-se inserido no ambiente do sistema de documentação de museu, dele se distinguindo, mas, também, dele necessariamente participante.

(17) Lembrando que se encontram na área de museus recomendações para o controle de vocabulário como meio de obter consistência e coerência (glossários – Camargo-Moro: 1989; vocabulários controlados – Dudley *et alii*: 1979; terminologias – Ligth *et alii* 1986), reforça-se a idéia de que tal operação é fundamental, no entanto, não há nesses manuais métodos explicitados para realizá-los.

(18) Termo tem como definição: “uma designação por meio de uma unidade lingüística de uma noção definida numa língua de especialidade” (ISO: 1087, 5). (19) Este ensaio fundou-se na organização do acervo de peças anatômicas sob guarda do Museu de Anatomia Veterinária da FMVZ/USP, para o qual a técnica anatômica aplicada modifica e cria a evidência nela observável.



CERAVOLO, S.M.; TÁLAMO, M.F.G.M. Treatment and organization of documentary informations in museums. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 241-253, 2000.

**ABSTRACT:** The conception of documentation in museums, as articulated in the body of work representative of this particular area, is inadequate for the retrieval and diffusion of documentary information. It is necessary that the process of documentation in museums, insofar as it focuses upon the treatment of the object of documentation, also consider the treatment of the information to be handled, with Language as the instrument of its conversion. It is in the methodology of the Science of Information that elements adequate to the process of documentary representations in museums can be drawn, the result being a distinction in the system of documentation of museums what is specifically documentary information.

**UNITERMS:** Information systems – Documentation – Museums.

### Referências bibliográficas

- AUBERT, M.  
1948 L'Ecole du Louvre. *Museum*, Paris, 1, July: 37-38.
- CAMARGO, A.M.A.; BELLOTTO, H.L.  
1996 *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura. 142 p.
- CAMARGO-MORO, F.  
1986 *Museus: aquisição/documentação*. Rio de Janeiro: Eça. 309 p.
- CAMERON, D.F.  
1970 Musées, systèmes et ordinateurs. *Museum*, Paris, UNESCO, 23 (1): 11-14.
- CHENHALL, R.G.  
1975 *Museum cataloging in the computer age*. Nashville: American Association For State and Local History. 261 p.
- CIDOC – COMITÉ INTERNATIONAL POUR LA DOCUMENTATION.  
1995 ICOM, 6, June/July: 34-36.
- CINTRA, A.M.M.; TÁLAMO, M.F.G.M.; LARA, M.L.G.; KOBASHI, N.Y.  
1994 *Para entender as linguagens documentárias*. São Paulo: Polis. 72 p.
- DUDLEY, D.; WILKINSON, I.B.  
1979 *Museum registration methods*. Washington, D.C.: American Association of Museums. 437 p.
- ELISSEEFF, V.  
1970/ [1971] Musées et ordinateurs. *Museum*, 23 (1): 3-4.
- GARDIN, J.C.I.  
1985 *Informática e arqueologia*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda. 91 p.
- GOLDRATT, E.M.  
1996 *A síndrome do palheiro*. Garimpando Informação num Oceano de Dados. São Paulo: Educator. 304 p.
- GOMES, H.E. (Coord.)  
1990 *Manual para elaboração de tesouros monolíngues*. Brasília: PNBIES. 78 p.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION  
1990 ISO 1087. 17 p.
- KOBASHI, N.Y.  
1994 *A elaboração de informações documentárias: em busca de uma metodologia*. São Paulo. Tese de Doutorado. Departamento de Biblioteconomia e Documentação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. 195 p.
- LA MUSÉOLOGIE SELON GEORGE HENRI RIVIÉRE.  
1989 Paris: Dunod. 402 p.
- LARA, M.L.G.  
1993 *A representação documentária: em jogo a significação*. São Paulo. Dissertação de Mestrado. Departamento de Biblioteconomia e Documentação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. 133 p.
- LEWIS, G.D.  
1986 Foreword. R.B. Light; A. Roberts; J.D. Stewart (Orgs.) *Museum documentation systems: developments and applications*. London, Butterworths: V-VI.
- LIGHT, R.B.; ROBERTS, A.; STEWART, J.D.  
1986 *Museum documentation systems: developments and applications*. London: Butterworths. 332 p.
- MAXIMINIANO, A.C.A.  
1997 *Teoria geral da administração*. Da escola científica à competitividade em economia globalizada. São Paulo: Atlas. 366 p.
- MEY, E.S.A.  
1995 *Introdução à catalogação*. Brasília: Briquet Lemos/Livros. 123 p.
- MENSCH, P.  
1989 *Museus em movimento*. Cadernos Museológicos. Rio de Janeiro: SPHAN, proMemória, Ministério da Cultura: 49-54.
- ODDON, Y.  
1968 *Elements de documentation muséographique*. Nigéria: Centre de Formation de Techniciens de Musées. 68 p.
- OLCINA, P.  
1970/ [1971] Le Centre UNESCO-ICOM: la documentation au service du muséologue. *Museum*, 23 (1): 59-60.  
1986 The development and coordination of museum documentation by international agencies. R. Light (Org.) *Museum documentation systems: developments and applications*. London, Butterworths: 307-314.
- PEARCE, S.  
1986 Thinking About Things. *Museum Journal*, 85 (4), Mar.: 198-201.
- PORTA, E.; MONTERRAT, R.M.; MORRAL, E.  
1982 *Sistema de documentación para museus*. Barcelona: Departament de Cultura de La Generalitat de Catalunya. 84 p.
- SALUM, M.H.L.  
1988 Termos classificatórios de arte africana nas coleções: um problema para os acervos museográficos no Brasil. *Dédalo*, São Paulo, 26: 43-60.
- SARASAN, L.  
1981 Why Museum Computer Projects Fail. *Museum News*, 59 (4): 40-49.
- SMIT, J.; MACAMBYRA, M.M.  
1997 *Tratamento de multimídia*. São Paulo, APB: p.13. (Ensaio APB, n.40).

SISTEMA NACIONAL DE DOCUMENTACION  
MUSEOLOGICA

s.d. *Proyecto*. Argentina: Secretaría de Cultura de la Nación/Dirección Nacional de Museos. 43 p.

SCHREINER, K.

1985 *Fundamentals of museology*. Waren: República Democrática Alemã. 95 p.

TÁLAMO, M.F.G.M.

1997 *Linguagem documentária*. São Paulo, APB: p.12. (Ensaio APB, n.45).

WILL, L.

1993 The indexing of museums objects. *The indexer*, 18 (3), Apr.: 157-160.

*Recebido para publicação em 20 de dezembro de 2000.*





## A COLEÇÃO ETNOGRÁFICA DE CULTURA RELIGIOSA AFRO-BRASILEIRA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO\*

Rita Amaral\*\*

AMARAL, R. A coleção etnográfica de cultura religiosa afro-brasileira do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 255-270, 2000.

**RESUMO:** Este artigo apresenta a coleção afro-brasileira de cultura religiosa do MAE, incluindo a Coleção Registro Sertanejo, que acaba de ser catalogada e possui grande importância histórica e etnográfica por sua cronologia e características. O texto argumenta, ainda, em favor da criação de um acervo de cultura afro-brasileira em suas várias dimensões dada sua importância na cultura nacional.

**UNITERMOS:** Cultura afro-brasileira – Cultura brasileira – Religiões afro-brasileiras – Arte sacra – Identidade afro-brasileira – Museologia.

### Introdução

A contribuição dos valores da chamada cultura afro-brasileira vem sendo mais e mais reconhecida como elemento marcante da cultura e sociedade brasileiras por todo o mundo. Hoje, não apenas a música e a comida, as festas, a capoeira e a religião, mas também elementos menos concretos como um “jeito de ser” herdado dos africanos, têm sido reconhe-

cidos e divulgados como valores nacionais que, inclusive, exportamos para países da Europa e da Ásia, entre outros. O berimbau, o pandeiro, a terrina de feijoada, os orixás, são abertamente valorizados como elementos de nossa cultura, do mesmo modo que o rebolado, o jeito extrovertido, a malícia e a jocosidade. Exportamos o samba, o carnaval e as “mulatas” para todo o mundo; o candomblé e a umbanda para a Argentina, Venezuela, Chile, a Itália, Suécia, França, Alemanha, Estados Unidos e até para o Japão. Hoje, além do crescimento e da adesão de populações diversas às escolas de samba, à capoeira e aos ritmos de origem negra, seja o *reggae*, o samba ou jazz, há ainda um forte crescimento da adesão às religiões afro-brasileiras, que vêm se tornando mais e mais visíveis em todos os espaços sociais e na mídia impressa e eletrônica, aparecendo em novelas de televisão,

(\*) O presente artigo é resultado da pesquisa de Pós-Doutoramento que venho realizando junto ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo / MAE, sob supervisão da Profa. Dra. Paula Montero e com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

(\*\*) Dra. em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo.

minisséries, filmes, exposições, pinturas e esculturas e, mais recentemente, CD-ROMs e *sites* na Internet. As Ciências Sociais, por sua vez, dedicam-se a compreender o papel do negro na sociedade nacional, onde ainda é discriminado enquanto indivíduo ao mesmo tempo em que suas práticas culturais são absorvidas de modo quase apaixonado.

Apesar disto, a memória do desenvolvimento desta cultura, matriz e produto ao mesmo tempo do processo de desenvolvimento histórico nacional que deu origem à “cultura brasileira” (que não se separa da “afro-brasileira”) em seu aspecto religioso ou profano, não tem encontrado lugar nos museus e instituições oficiais que visam preservar a memória dos grupos e suas artes e técnicas; sua história enfim. Esta cultura, vista até bem pouco tempo como “cultura dominada”, raras vezes se vê representada em seus valores próprios. Em geral aparece nas leituras e releituras dela feitas por artistas plásticos, escritores e músicos, mas pouco se conhece e valoriza, por exemplo, o simbolismo de arte sacra afro-brasileira e nem mesmo se dá a ela tal nome, talvez por seu pequeno valor material, talvez pelo desconhecimento da riqueza simbólica, mitológica e histórica implícita e explícita nos grafismos de um *adê* de Oxum (espelho da deusa dos rios dos ritos de origem ioruba), ou no trançado de um *bilala* de Oxossi (chicote de couro do deus caçador), do significado do modo de amarrar na cabeça os *ojá-oris* (turbantes) que indicam a senioridade no culto, o grau de conhecimento, também explicitados pelos *brajás* (colares de conta de louça, em gomos, cheios de riquezas numéricas relacionadas aos mitos), do significado das vestimentas, memórias da vida colonial e da escravidão.

Alguns estudos têm se dedicado a colecionar e catalogar imagens ou objetos recolhidos em alguns terreiros e delegacias (que os mantêm desde os tempos da repressão ao culto, quando fechavam os terreiros e recolhiam os objetos rituais como provas do “crime” de “feitiçaria”) e analisá-los tecnicamente em termos da transformação da matéria-prima e das técnicas de produção, sendo menor o número os estudos que se dedicam a avaliar os aspectos sócio-religiosos nos quais

tais objetos estão inseridos como verdadeiros ícones de cultura, a partir dos quais é possível recontar a história dos cultos religiosos de origem africana no Brasil (Bastide 1978; Gonçalves 1954; Lody 1974, 1977, 1979, 1982, 1984, 1985a, 1985b; Oliveira Neto 1968; Rodrigues 1982; Valladares 1969 e outros).

Tendo sido a cultura negra, durante muito tempo, uma cultura dominada, suas manifestações religiosas foram duramente perseguidas pelo poder político e sua polícia e também pelo catolicismo, hegemônico durante longos anos. A memória religiosa só se manteve às custas da transmissão de tradição oral, de pais para filhos. Do ponto de vista oficial, a história dos negros é uma história de escravos, que muitas vezes escamoteia significados e interpreta mais do que explica. Nos museus, à parte acervos de peças referentes ao processo escravagista, como grilhões, mordças, pelourinhos, não há quase registros materiais de sua cultura em liberdade, colocando-se novamente a cultura afro-brasileira em situação de inferioridade diante da cultura de origem européia, que erigiu imensos acervos para preservar os elementos significativos de sua história. Para a cultura de origem africana, transformada em cultura afro-brasileira pelo processo histórico, entretanto, pouca memória material existe. E os grupos afro-descendentes em muito se ressentem disto. Em minha pesquisa de Mestrado, sobre o estilo de vida dos adeptos do candomblé paulista (Amaral 1992), várias vezes encontrei pais e mães de santo preocupados com a criação de “museus” em seus terreiros, que visassem, no mínimo, manter a memória de sua história se não a de todo o candomblé. Roupas ricamente bordadas com signos religiosos, peças em metal trabalhado, ícones de memória das práticas que orientam suas vidas lhes pareciam escapar das mãos com o tempo. A idéia de “criar um museu” era sempre a de preservar-se, a de não desaparecer no processo de modernização que tanto transforma as práticas e os valores, impedindo assim que o futuro venha a apagar toda a memória de sua existência, caso a evidência material não seja preservada como testemunho de sua existência. Preservar sua crença, implicaria, portanto, preservar também algo do aparato material sobre o qual ela se

inscreve; preservar o fruto do trabalho e da fé na sua mais concreta materialidade. O processo de tombamento de um terreiro em São Paulo, o Axé Ilê Obá, pelo CONDEPHAAT e pelo SPHAN se deu, inclusive, por iniciativa da própria mãe-de-santo que o lidera,<sup>1</sup> visando preservar e garantir o espaço para a continuidade do candomblé e de todo o aparato material que havia dentro dele. A preocupação com acervos de memória tem aparecido também em vários documentos e discursos ênicos, assim como a busca de um espaço que reúna objetos, fotos e literatura sobre a história dos negros desligada da memória da escravidão. Segundo uma mãe-de-santo.

*“Eles [instituições oficiais de memória e academia] vêem o negro escravo. Mas os negros não foram apenas escravos. Tinham suas famílias, sua crença, suas danças, suas comidas. Ninguém conta a história dos judeus, que também foram escravos, apenas como escravos. Por que a história do negro tem que ser sempre a do povo escravizado?”* [Sylvia de Oxalá, ialorixá do Axé Ilê Obá].

Assim, é extremamente relevante, não apenas do ponto de vista científico dos estudos de cultura material, História, Antropologia e Museologia, mas também do ponto de vista do diálogo com a comunidade, o empenho do MAE em organizar sua coleção de peças referentes à cultura religiosa afro-brasileira, dando início ao que poderia vir a se tornar um Acervo e mesmo um Centro de Apoio aos estudos nesta área.

### **A cultura material religiosa afro-brasileira**

Os objetos materiais ocupam uma posição extremamente peculiar em todas as culturas, mas muito particularmente na cultura religiosa afro-brasileira, conformando muitas vezes a própria identidade religiosa do grupo. Por exemplo: o rito queto toca os atabaques com *aguidavis* (varas de marmelo), diferenciando-se do rito angola, que não os utiliza e toca com

as mãos. O axé, energia vital, fundamento maior destas religiões, é fixado em objetos vários e por meio deles se transmite; os exemplos, enfim, podem ser numerosos. Até mesmo a identidade do indivíduo relaciona-se intimamente a um conjunto particular de objetos religiosos que geralmente desaparecem com ele, quando de sua morte (Bastide 1978, Prandi 1991, Amaral 1992, Silva 1996). À raridade dos objetos que permanecem, em função da visão religiosa propriamente dita, soma-se o período de extrema repressão, em que os objetos de culto foram destruídos, apreendidos ou escondidos durante as invasões da polícia aos terreiros. Finalmente, soma-se a isto a transformação sofrida por eles no processo de assimilação dos cultos afro-brasileiros pela sociedade abrangente, o escasseamento de matérias-primas e o desaparecimento dos artesãos iniciados e retentores do estilo técnico de confecção de determinadas peças. Atualmente, grande parte dos objetos são feitos em série e vendidos em lojas, e seu significado individualizado só será dado pelo contexto religioso particular em que for inserido. Apenas a minoria dos objetos vem sendo confeccionada sob encomenda, por artesãos especializados. Portanto, justifica-se também em termos de antiguidade, raridade e significado, a atenção dada às peças de cultos afro-brasileiros que o MAE possui. É fundamentalmente destes valores simbólicos que se extrai a importância desta coleção. Antes, contudo, de passar a falar dela, é preciso apresentar, ainda que rapidamente, o contexto social em que se insere e de onde extrai seu valor etnográfico.

### **A importância da cultura afro-brasileira na formação da cultura nacional**

Os cultos afro-brasileiros, como já disse, tiveram importante papel na formação da cultura brasileira, tendo sido amplamente analisadas em suas particularidades regionais, como o tambor de mina maranhense (Eduardo 1948, Pereira 1979, S. Ferretti 1986, M. Ferretti 1993 etc.), xangô pernambucano (Fernandes 1937; Ribeiro 1952; Motta 1988, 1991; Carvalho 1984; Segato 1995 etc.), batuque gaúcho

(1) Sobre o processo de tombamento deste terreiro ver Amaral 1991. (Também disponível via Internet em <http://www.aguaforte.com/antropologia/tombaxe.htm>.)

(Krebs 1988, Corrêa 1992, Oro 1994 etc.), candomblé baiano (Rodrigues 1935, Carneiro 1978, Bastide 1978; Verger 1981; Pierson 1967; Landes 1967; Lima 1977; J. Santos 1977; Braga 1988, 1995; Barros 1993; J. Santos 1995 etc.), candomblé carioca (Binon-Cossard 1971, Augras 1983, Birman 1995 etc.), candomblé paulista: (Prandi 1991, Amaral 1992, Silva 1995 etc.), umbanda (Camargo 1961, Velho 1975, Ortiz 1978, Negrão 1996) e estes estudos têm sublinhado as singularidades dos processos de desenvolvimento destas religiões através da focalização de aspectos diversos delas, como o transe, a estrutura religiosa e mitológica, a culinária, o estilo de vida, suas relações com a metrópole etc. Apesar da riqueza etnográfica atual no que diz respeito às formas de religiões afro-brasileiras nas diferentes regiões do país, poucos trabalhos têm tentado dar conta dos aspectos materiais destas religiões e delinear, numa perspectiva antropológica, as relações destes com o sistema religioso e sua transformação através das mudanças sofridas pelas diferentes denominações em sua relação com a cultura brasileira. Para avaliar a relevância da criação e organização de um Acervo de Cultura Afro-Brasileira no MAE, é preciso compreender o processo histórico que trouxe para o Brasil, no período Colonial, sob o sistema escravista, diferentes grupos étnicos, principalmente bantos e sudaneses, com diferentes práticas culturais, inclusive religiosas.

O Brasil do período Colonial escravista era uma sociedade regida pelos valores do catolicismo português, religião obrigatória para todos. Um catolicismo fortemente mágico, com imenso aparato simbólico materializado no uso de velas, escapulários, bentinhas, medalhinhas, óleos santos, tercinhos etc., marcado pela devoção aos inúmeros santos mártires e pela crença da interferência destes no cotidiano (Ewbank 1979). Sob a hegemonia deste catolicismo conviviam as tradições religiosas dos vários grupos indígenas e africanos. As recorrências estruturais existentes entre as cosmovisões destes três grupos permitiram a tradução e a reinterpretação de umas pelas outras. O politeísmo africano identificou-se com o politeísmo indígena e com o culto aos santos católicos. No primeiro caso, a tradutibilidade se dava inclusive pela

divinização de elementos da natureza. No segundo, as histórias dos santos se relacionavam de modo coerente com vários mitos africanos de orixás (deuses do grupo sudanês) e inkices (deuses do grupo angolano). Ao se reorganizarem no Brasil, portanto, as religiosidades africanas estabeleceram um diálogo entre si, com a religiosidade indígena e com o catolicismo a que todas estavam submetidas. Evidentemente houve, ao longo dos quatro séculos, diferentes processos, de certo modo condicionados pelas especificidades regionais de onde estas religiosidades se desenvolveram e, assim, diferentes conseqüências com diferentes feições. Após o advento da abolição da escravatura e da República tornaram-se visíveis várias expressões religiosas de origem africana (Amaral e Silva 1996).

A cultura material das religiões afro-brasileira mostra claramente as marcas deste processo através dos signos de que vão sendo impregnados os objetos: cruzeiros, cálices, balanças e vários outros associados aos santos católicos e elementos da cultura indígena.

*“O processo abolicionista<sup>2</sup> e a instauração da República enfatizou a necessidade de se pensar a construção de uma identidade brasileira diante da necessária convivência dos vários segmentos sociais e étnicos. O modelo de país que as elites da época desejavam adotar publicamente contrapunha-se à realidade, pois mesmo “compartilhando” os ideais da cultura européia iam sendo envolvidas por aspectos da cultura africana[...]. Deparando-se com esta realidade, as elites intelectuais e científicas dedicaram-se, então, a entender o legado dos vários grupos que compunham a cultura nacional. O legado africano tornou-se, então, objeto de interesse científico e, dentro deste, as práticas religiosas foram vistas como um dos principais focos de análise, uma vez que ela*

(2) Com a abolição da escravidão, os negros incharam as cidades em busca de melhores condições de vida, e os serviços pesados, braçais e o pequeno comércio foram suas principais atividades. As mulheres negras, tidas por exímias cozinheiras, quando não continuaram como empregadas domésticas na casa de seus antigos donos, estabeleceram-se vendendo em seus tabuleiros doces, acarajés, abarás e outras comidas da culinária africana. Neste contexto, a cultura de origem africana encontrou maiores possibilidades de expressão e foi ganhando aos poucos mais visibilidade.

*permeava todo o cotidiano dos descendentes de africanos no Brasil. No entanto, num primeiro momento, o politeísmo, o "animismo", o transe e o caráter "mágico" das religiões africanas foram interpretadas como sinal de "primitivismo" e "atraso"*<sup>3</sup> (Amaral e Silva 1996: 202).

A contradição entre a discriminação social e a adoção dos valores culturais dos negros pela sociedade brasileira surgiu também em outras instâncias da vida cultural do país. Na literatura, por exemplo, após a crítica de alguns autores aos preconceitos e às condições vergonhosas de vida da população negra, o movimento modernista valorizou as características do povo brasileiro como elementos centrais para a expressão da cultura nacional. Jorge Amado, escritor mundialmente lido, tematizou o candomblé em suas obras, divulgando-o nacional e internacionalmente. Em "Compadre de Ogum", por exemplo, Amado mostra as dificuldades da dominação católica na Bahia, onde até mesmo o padre é descendente de africanos, filho de Ogum, não podendo portanto afrontar os que acreditavam nos orixás nem ser afrontado por estes. Nas artes plásticas o negro aparece nas telas de pintores famosos como Tarsila do Amaral, Di Cavalcanti e Cândido Portinari. Na música popular brasileira, Dorival Caymmi e outros, cantaram temas do cotidiano popular, entre eles o candomblé. (Amaral e Silva 1996). Capistrano de Abreu descreve famílias brancas, pobres, vivendo como as famílias negras, dormindo em esteiras no chão, comendo com as mãos, dançando as músicas dos negros e frequentando o candomblé, sinal de que a religião e os hábitos já não eram exclusivamente de negros, mas de brasileiros. (Abreu 1988).

"Neste contexto, o que havia sido designado até então como "africano" passa a ser compreendido como "afro-brasileiro" ou "brasileiro". Em vez do termo "seitas africanas" passa-se a falar em "religiões afro-brasileiras" e os estudos centrados nestas religiões adquirem nova direção. Artur Ramos (1940) e, posteriormente, Édison Carneiro (1978,1981) e Roger Bastide (1978,1985), abandonaram definitivamente a associação entre inferioridade racial e religiosida-

de dos negros (politeísmo, transe etc.), em prol de uma reinterpretação histórica e cultural desta. Pela primeira vez estas religiões foram tratadas como tais e amplamente investigadas e valorizadas. Mário de Andrade organizou a "Missão de Pesquisas Folclóricas" que percorreu o Nordeste e o Norte do Brasil registrando em gravações e fotos as principais manifestações religiosas afro-brasileiras. No Recife e em Salvador, aconteceram os primeiros congressos afro-brasileiros, que reuniram religiosos, cientistas e políticos num evento oficial, divulgado pela imprensa. (Amaral e Silva 1996: 205.)

O caráter nacional da religiosidade afro-brasileira foi tomado pela umbanda como bandeira e usado como uma de suas mais valorizadas estratégias de crescimento e legitimação. Teve sua origem com as feições atualmente predominantes por volta da década de 1920, quando espíritas kardecistas de classe média passaram a juntar elementos de origem africana à sua religião, defendendo publicamente tal sincretismo. Ao panteão africano traduzido para o catolicismo (Iansã é Santa Bárbara, Oxum é Nossa Senhora Aparecida), a umbanda acrescentou os pretos-velhos, índios (caboclos) boiadeiros, ciganos, baianos, marinheiros, divinizando e valorizando os brasileiros representantes dos grupos marginalizados. Buscou, no processo de "nacionalização", apagar os traços associados ao "primitivismo" dos cultos africanos, como o sacrifício de animais e o uso de atabaques que importunassem a vizinhança. Com isso, cresceu significativamente e tornou-se a mais popular das religiões afro-brasileiras, ocupando importantes espaços no campo religioso urbano do sudeste e, depois, de todo o país (Camargo 1961, Ortiz 1978, Brumana & Martinez 1991, Amaral & Silva 1996, Negrão 1996).

Nos anos 60, as influências externas em nossa cultura dos acontecimentos mundiais (movimento Black Power, Hippie e outros) cresceram e com este crescimento também os movimentos de conscientização política, como os dos negros, e os estéticos, como o Tropicalismo, que revalorizaram a identidade nacional. A cultura afro-brasileira envolveu em sua aura de misticismo e sensualidade os grandes centros urbanos do sudeste e artistas reconhecidos, quase todos descendentes de

(3) Ver, por exemplo, os trabalhos de Nina Rodrigues (1935, 1977).

negros. Caetano Veloso, Gilberto Gil, Maria Bethânia, Martinho da Vila, Clara Nunes e outros, em geral ligados ao candomblé e à umbanda, cantaram para todo o Brasil os nomes e as lendas dos orixás e outras divindades afro-brasileiras, legitimando nacionalmente uma prática cotidiana do universo popular. A aceitação da cultura religiosa afro-brasileira também foi ampliada pela atração de seus ritmos e danças nas grandes festas populares brasileiras, fazendo com que estas ganhassem visibilidade na mídia em nível nacional. Os xangôs que saem às ruas do Recife através do ritmo e estética dos maracatus, grupos carnavalescos intimamente ligados aos terreiros tornaram-se populares como os afoxés, versões profanas dos cultos aos orixás, que se apresentam no carnaval. saídos dos candomblés de Salvador. As escolas de samba cariocas, que se organizaram em torno da vida social dos terreiros ganharam destaque nacional e internacional, dando oportunidades de projeção e ascensão a compositores e carnavalescos que tematizaram a cultura afro-brasileira, pondo em evidência sua relevância na formação da cultura brasileira (Ortiz 1986, Tinhorão 1988, Moura 1983, Mota 1977, Brown 1977, Risério 1981, Amaral & Silva 1996).

Nos anos de 1980/1990, o prestígio das religiões afro-brasileiras cresceu significativamente e consolidaram-se como religiões de conversão universal, conquistando espaços de reconhecimento. Brancos, negros, mulatos, imigrantes, pobres, ricos, artistas, intelectuais, converteram-se a estas religiões. Terreiros de candomblé foram tombados pelos órgãos do Patrimônio Histórico Nacional, em reconhecimento da importância e legitimidade destes grupos na história e na cultura brasileiras.<sup>4</sup> As festas e os líderes das religiões afro-brasileiras ocuparam a mídia, e os órgãos governamentais dirigiram sua atenção à elaboração de políticas públicas que contemplassem os grupos negros, entre os quais se localizavam os grupos religiosos, muitas

vezes organizando-os mesmo. Associações destes grupos foram reconhecidas pelo Estado como de utilidade pública (Prandi 1991; Amaral 1992, 1998; Silva 1995; Amaral & Silva 1996).

Como se vê, a história da formação do campo religioso afro-brasileiro se confunde com a própria formação da sociedade nacional e a perspectiva a ser empregada no projeto de organização da coleção e um eventual futuro Acervo de Cultura Afro-Brasileira deve considerar tantos os aspectos particulares do campo afro-brasileiro em si, como as conexões que ele mantém com as demais esferas da cultura brasileira, uma vez que a cultura material é um aspecto da sociedade que não pode ser isolado e analisado de forma independente de outras esferas da cultura. Assim, atribuir valor material às peças da cultura afro-brasileira presentes no Museu é um dos pontos complexos, pois o que deve ser considerado, no caso, não é seu valor material (as peças são feitas de materiais relativamente baratos) ou antigüidade, mas a relevância do objeto dentro do sistema religioso, deste na cultura envolvente e todo o processo transformativo em que se insere. Os aspectos mais especificamente materiais, como estilo, função, trabalho artístico e a idade do objeto também devem ser considerados, sempre em relação com seu "papel" no sistema sócio-religioso. Do relacionamento destas peças com o contexto em que são ou eram utilizadas, e deste com o contexto mais amplo da história do Brasil e dos próprios cultos é que propomo extrairmos tal valor. Finalmente, os bens materiais, vistos como palavras numa linguagem, devem ser considerados em seu contexto e em sua associação a gestos: no caso do candomblé, danças, reverências, cumprimentos, cantigas, momentos rituais etc., captando-se a totalidade do que pretendem suportar como significado e transmitir como mensagem.

#### **As Coleções Pierre Verger, Breziate e Guimarães e a Coleção Registro Sertanejo, do MAE**

O Acervo de Cultura Afro-Brasileira do MAE é composto basicamente de três coleções, ou conjuntos de peças. Uma delas, a

(4) Entre os terreiros que foram tombados ou que têm recebido ajuda dos órgãos governamentais para garantir a manutenção de seu patrimônio físico e de suas tradições religiosas estão a Casa Branca do Engelho Velho em Salvador, o Axé Ilê Obá em São Paulo e a Casa de Nagô em São Luís.



coleção Registro Sertanejo, possui importante valor etnográfico e histórico, pois data do começo do século XX ou mesmo final do século XIX. As demais são representativas da segunda metade do século, apresentando-se como importante coleção etnográfica.

Parte das peças por mim estudadas<sup>5</sup> até o momento faz parte de uma série conhecida como “Coleção Pierre Verger”, uma vez que foi por ele vendida ao MAE, durante a administração do Prof. Marianno Carneiro da Cunha. Esta coleção é constituída por objetos rituais de metal. O restante da coleção de objetos de cultos afro-brasileiros é composto de peças vendidas por mais dois colecionadores: os senhores Carlos Henrique Guimarães (que vendeu um lote de peças não discriminadas e designadas em recibo apenas como “etnológicas afro-brasileiras”, em 29/03/1972) e P.A. Breziat (que vendeu um lote de peças também não discriminadas e ditas, “peças arqueológicas afro-brasileiras”, em 30/04/1971 e que, curiosamente, constam como doação, no Diário Ficha de mesma data). Há ainda duas peças vendidas ao MAE em outubro de 1974 pelo artista plástico Deoscóredes dos Santos, conhecido como Mestre Didi, assobá do terreiro de candomblé baiano Ilê Axé Opo Afonjá, ao qual estava vinculado o etnógrafo Pierre Verger e que provavelmente estabeleceu o contato entre este e o Museu.

As 11 peças vendidas por Verger ao MAE em 1976, e incorporadas ao Museu na gestão de Ulpiano Bezerra de Menezes, não pertenciam à sua coleção particular, como se crê, mas foram encomendadas por ele a artesãos baianos, conforme se pode ler na correspondência trocada entre ele e Marianno Carneiro da Cunha, em 1974. Por razões burocráticas (os artesãos não podiam fornecer notas fiscais de seus trabalhos), as peças entraram no Museu como pertencendo à coleção pessoal de Pierre Verger, o que não é fato. Isto implica em que estas peças foram confeccionadas especialmente para a venda, não tendo pertencido a

nenhum terreiro ou iniciado particularmente, e adotando signos legíveis para dentro e para fora do grupo, sendo portanto mais representativas das peças que se encontram nos mercados. De fato, não apresentam as particularidades de signos que as peças de uso no culto costumam apresentar. São exemplares compostos por elementos mínimos dos orixás que representam e, assim, bastante didáticas. Lamentavelmente, especialmente em se tratando de etnógrafo renomado que era, Verger não acrescentou dados etnográficos de nenhum tipo sobre estas peças, sobre os artesãos que os confeccionaram, sobre os terreiros aos quais estes pertenciam, sobre os ritos a que se associavam, região de onde vinham ou nenhuma outra além do nome e material. Objetos idênticos são vendidos atualmente no Mercado Modelo de Salvador e em várias lojas do país. Registrou-se, apenas, o nome das peças e que foram feitas por artesãos da Bahia, supondo-se Salvador e arredores, já que Verger residia na capital baiana e frequentava o terreiro de candomblé Opô Afonjá.

As peças vendidas por Pierre Verger em 1976 ao MAE são:

- 1 Paxorô de Oxalá (em 3 elementos, de metal niquelado) (76/1.1.A, B, C)
- 1 Abebê (leque) de Iemanjá (cobre niquelado) (78/1.2)
- 1 Adê (coroa) de Oxum (latão) (76/1.3)
- 1 Adê de Iemanjá (latão niquelado) (76/1.4)
- 1 Par de pulseiras copo de Oxum (latão) (76/1.5 A,B)
- 1 Adjá (sino de 3 bocas) de cobre niquelado (76/1.6)
- 1 Oxê de Xangô (cobre) (76/1.7)
- 1 Colar de contas de Oxalá (76/1.10)
- 1 Colar de contas de Xangô (76/1.10)
- 1 Colar de contas de Oxum (76/1.8)
- 1 Colar de contas de Iemanjá (76/1.9)

Da coleção afro-brasileira do MAE constam ainda, como já mencionei, duas peças (um *xaxará* e um *ibiri*) de autoria de Mestre Didi, atualmente conhecido em todo o mundo como artista plástico que se dedica à arte sacra afro-brasileira. Estas peças não constituem peças propriamente etnográficas, pois são elaborações artísticas que tomam como tema os objetos rituais do candomblé. Mestre Didi tornou-se famoso por suas peças em taliças,

(5) Algumas peças das coleções Pierre Verger, Breziat e Guimarães foram estudadas anteriormente por outros pesquisadores, de forma menos sistemática para o conjunto das mesmas.

palha, junco, matéria-prima que domina e que lhe vale o cargo religioso de assobá do Ilê Axé Opo Afonjá. O fato de Mestre Didi ser um *assobá* (homem iniciado no culto e que tem como atribuição exclusiva confeccionar todos os objetos de palha de um terreiro, como os *ibiris*, *xaxarás*, *azês*, pulseiras, capacetes etc) do terreiro baiano Axé Opô Afonjá, e do culto dos eguns de Itaparica (BA) é totalmente ignorado na documentação, assim como a relevância deste fato para a incorporação da peça na coleção. Felizmente, foi possível recuperar estas informações e incluí-las nas fichas, além de informações sobre as peças e seu uso, mitologia, grupo de origem etc. Não foi possível saber, a partir da documentação disponível no MAE, sobre os dois outros colecionadores que venderam peças para a coleção, quem vendeu quais delas. Continuo a investigação. Outro fato importante é que as peças pertencem, em sua grande maioria, ao culto do candomblé baiano. Não existem, nesta coleção, como se pensava, peças de outros ritos, seja de umbanda, tambor-de-mina ou qualquer outro.

As demais peças de cultura afro-brasileiras, vendidas ao MAE por Breziat e Guimarães, são:

- 1 Agogô (74/2.4)
- 1 Agogô com percussor (78/d.5.6 A e B)
- 1 Assentamento de cauris (Ewá/Exu) (s/número)
- 1 Casal de Exus, grande, de ferro (números provisórios SA/1 e SA/2)
- 1 Lança de Exu (fincador) (s/número)
- 1 Estátua de Iemanjá (s/número)
- 1 Exu de ferro (feminino) (s/número)
- 1 Exu de ferro (masculino) (s/número)
- 1 Exu de ferro, pequeno (s/número)
- 1 Gã (78/d.5.10)
- 1 Gã (74/2.2)
- 1 Gã (78/d.5.?)
- 1 Ibiri de Nanã (74/9)
- 1 Idan (pulseira) (s/número)
- 3 Idans (trio) (s/número)
- 1 Ofá (78/d.1.6 3b)
- 1 Ofá (grande) (74/2.11)
- 1 Opá de Ossain (74/2.7)
- 1 Opá de Ossain (s/número)
- 1 Opá Ossain (s/número)
- 1 Penca de balangandãs prateada (s/número)
- 1 Penca de balangandãs, dourada.(s/número)
- 1 Penca de Ogum (74/2.1)
- 1 Penca de Ogum (78/d. i5.22)
- 1 Penca de Ogum (com Oxóssi) (s/número)
- 1 Penca de Ogum (s/número)
- 1 Penca de Ogum (s/número)

- 1 Percussor de agogô ou de gã (78/d.5.6. A)
- 1 Percussor de agogô ou de gã (78/d.5.6. B)
- 2 Serpentes de Oxumaré (par) (número provisório A e B)
- 1 Xaxará de Omolu (74/2.5)
- 1 Xere (cobre) (s/número)
- 1 Xere (cobre) (s/número)

Esta “coleção” é bastante incompleta em relação ao culto do candomblé, da qual é representante. Uma coleção deveria obedecer a um critério mínimo que a organizasse, o que não é o caso, pois não encontramos uma coleção de ferramentas completa, nem de contas, nem de ferros etc. Para qualquer tipo de organização possível como coleção, lhe faltam peças. Como proposto no projeto de pesquisa, foi elaborada uma proposta de acervo mínimo, que deve compor uma coleção de cultura religiosa afro-brasileira, elaborando critérios apropriados de classificação, utilizando como referência não apenas a bibliografia especializada como também a experiência de doze anos de pesquisa do candomblé.

### Classificação das peças

A classificação das peças foi um dos momentos mais complexos da pesquisa, pois nas religiões afro-brasileiras uma mesma peça pode pertencer a mais de um sistema, ou transitar entre eles. Ou seja: uma mesma peça pode, num dado momento, pertencer ao sistema dos instrumentos musicais (como o *xere*, chocalho do orixá Xangô) e, em seguida, pertencer ao sistema dos paramentos de dança do deus, ou ainda ao dos objetos que indicam senioridade, quando nas mãos de um iniciado que não esteja em transe. Terminado o culto, ela pode passar a compor os elementos do “assentamento” do orixá, no peji. Optei, portanto, pela união que surge quase que naturalmente na convivência com os objetos no contexto religioso e pelo uso dos termos êmicos, que segundo percebo, sintetizam seu significado, valor e função. Assim, os objetos foram classificados em: **ferros, ferramentas, louças, roupas e paramentos, contas, hierarquia e instrumentos musicais**. Todos, entretanto, são objetos rituais, sagrados, que transitam por

diferentes regiões (espaçiais ou simbólicas) de sacralidade conforme o momento ritual ao qual pertençam. Esta classificação se mostrou funcional e adequada, embora seja possível construir várias outras, conforme o que se queira destacar como princípio organizativo.

### 1 – Ferros

O povo-de-santo chama de “ferros” todos os objetos que são feitos de metal e que compõem os *assentamentos* dos orixás (o assentamento é a representação material do orixá, o lugar onde sua energia é fixada, assentada. Fixar o orixá significa “prender sua energia” numa pedra (*otá*) e colocá-la num alguidar junto a outros elementos mágicos e louças). Os ferros costumam identificar, para o fiel, seu orixá, através da particularização de cada um. Mesmo quando comprados em lojas, fabricados em séries, os objetos são, no interior dos terreiros, particularizados, colocando-se uma fitinha, um penduricalho, retirando-se algum elemento ou, no limite, através da particularidade de cada ritual e fórmula mágica que os consagra.

Cada assentamento possui um “ferro” diferente a fim de diferenciá-lo e personalizá-lo como sendo de um orixá particular, nunca compartilhado, pois ele tem seus signos, seus símbolos, sua “qualidade” e seu nome. Por exemplo, todos os assentamentos de Oxóssi possuem um ferro na forma de *ofá* (arco e flecha) de ferro, para indicar que pertence a este orixá. Para particularizá-lo, serão acrescentados símbolos, como as contas azuis de louça, uma folha particular, um recurvamento do metal, uma ponta diferenciada de flecha, um animalzinho de madeira ou louça etc.

Cada um destes quartilhões (espécie de vasos de cerâmica) com bacias e alguidares sobre eles, representa um orixá assentado, de forma particular, para um único indivíduo. Dentro deles, além de água, são colocados pequenos objetos, moedas, búzios, metais, contas, sangue do sacrifício de animais e folhas de plantas rituais específicas para cada orixá, compondo a fórmula mágica de assentamento individual.

### 2 – Ferramentas

São chamadas de ferramentas, todas as insígnias utilizadas pelos orixás durante sua presença pública nas festas rituais. São suas insígnias. A ferramenta é um símbolo de identidade, também, e particulariza o orixá durante suas danças. A palavra ferramenta, segundo informações recolhidas em campo, sugere que são instrumentos de transmissão de axé dos orixás.

As ferramentas costumam ser fixas na forma geral, com imensa variação nos detalhes que as particularizam. Um *oxê* de Xangô, por exemplo, será sempre um machado bipene, mas pode ser confeccionado de metal branco ou vermelho, em madeira, e até mesmo de isopor, entalhado, pintado ou não, ter desenhos particulares que o identificam como um Xangô particular. Mas jamais um Xangô se apresentará em público, numa festa, sem ele.

Diferentemente dos ferros, as ferramentas podem ser de metal, palha, plástico, pano coberto por lantejoulas ou outros materiais, embora, no candomblé, apesar das dificuldades crescentes para a manutenção deste padrão, os materiais naturais sejam preferidos.

### 3 – Louças

Pelo termo genérico “louças” o povo-de-santo designa uma série de objetos, sejam eles feitos de louça de fato, sejam eles feitos de cerâmica ou ainda de madeira ou metal esmaltado. São louças os quartilhões de cerâmica, as quartinhas de louça, os pratos de louça ou metal esmaltado, alguidares de cerâmica (ditos “de barro”), os *opons* de madeira, as colheres de pau etc. As contas dos orixás, apesar de serem geralmente de louça, não estão incluídas nesta categoria.

As louças podem ser “do santo” ou da casa e também dos iniciados. Por “louça do santo” compreende-se o conjunto dos assentamentos, geralmente quartilhões, como os vistos na foto a seguir, pratos, alguidares, bacias de metal esmaltado.

A louça da casa é composta pelas bacias e alguidares usados nos rituais e a dos iniciados pelos pratos e canecas utilizados nos períodos de obrigações (rituais de iniciação ou renovação da iniciação).



Fig. 1 - Assentamento de Oxalá. Pesquisa de campo, 1998. Rita Amaral.

No MAE não existem peças de *louça*, e o estabelecimento de um Acervo de Cultura Religiosa Afro- Brasileira deverá incluir tais peças. A proposta de criação deste acervo considera a aquisição destas louças entre outras peças exemplares.

#### 4 – Roupas e Paramentos

As roupas podem ser divididas em roupas de “ração”, de “barracão” e “roupas de orixás”. A roupa de “ração” é a usada no cotidiano do terreiro, feita de algodão branco, sem goma, simples e sem enfeites. Os homens usam “calça de ração” (amarrada na cintura por um cadarço, como as calças de pijama) e camiseta, e as mulheres “saia de ração” (longas, franzidas, amarradas na cintura por cadarço, também) e camiseta. Em geral cobre-se a cabeça também com os *ojá-oris* (panos de cabeça), enrolados na forma de turbantes.

As roupas de “barracão” (espaço público dos terreiros, onde acontecem as festas do culto) das iniciadas costumam ser brancas, e chamadas de “baiana”, pois é a cópia dos trajes vestidos pelas baianas dos fins do século XIX e começo do XX, que por sua vez se vestiam de branco exatamente por causa de suas ligações com o candomblé. Os homens vestem-se atualmente com calça e camisa branca e em alguns terreiros mais conservadores, de terno branco. As casas que fazem a crítica ao sincretismo dos cultos afro-brasileiros costumam, por sua vez, optar pelos *abadás* coloridos. Compõem os trajes dos iniciados os *ojá-oris* (panos em forma de echarpe que são amarrados como turbantes na cabeça), as faixas de *ebomi* (faixas de tecido que os iniciados usam na cintura depois de receberem o grau de senioridade), chinelos brancos e toalhas brancas, no caso das *equedes*, para enxugar o suor dos rostos dos orixás durante as danças. Como se vê, também o vestuário demarca identidade e hierarquia, nos menores detalhes.

Os orixás têm roupas especiais que são usadas nas festas, quando eles incorporam seus filhos, para dançar e distribuir seu axé.

Cada orixá tem suas cores, que se mesclam a outras conforme seu enredo mítico particular, e que é extremamente variável. No entanto, Oxum sempre usará tons de amarelo, referência ao ouro dos rios, das quais é guardiã. Nada impede, contudo, que uma Oxum “do fundo do rio”, vista verde por sua associação com o limo. A roupa dos orixás é composta de saíotes engomados, uma sobressaia colorida, e *atacáns* (tecidos que são amarrados no peito formando laços atrás), além dos *ojás-oris* sob os *adês* (coroas).

Os *adês* (coroas), *ides* (pulseiras), capangas e pendentos que os orixás usam junto com suas roupas são chamados *paramentos*. Eles podem ser de metal, plástico, tecido rebordado e seu uso é imprescindível quando os orixás são vestidos para festas, pois denotam a riqueza e o poder que têm e distribuem.

O MAE não possui roupas em sua coleção, e um Acervo de Cultura Religiosa Afro-Brasileira deveria contar com pelo menos um exemplo de trajes rituais dos iniciados e dos orixás.

## 5 – Contas

As contas de louça (*ilekês*) são um dos principais objetos do estojo de identidade de um filho de santo, juntamente com o assentamento (*ibá*) do orixá. As contas representam o mundo místico a que pertence o iniciado, e sua combinação numerológica e cromática é a representação material de sua identidade e a de seu orixá, do qual ele passa a fazer parte, e vice-versa. As cores das contas, lisas ou estampadas, sua distribuição no fio, que sempre deve ser de algodão, o número de fios etc., indicam ainda suas ligações com o terreiro, com o pai ou mãe-de-santo, com o orixá patrono do terreiro, com outros orixás, seu grau hierárquico, senioridade etc. Além disso, o principal símbolo iniciático é o *kelê*, colar pesado, amarrado junto ao pescoço, também conhecido no candomblé como “gravata do orixá”, e que é usado durante os primeiros meses de iniciação, denotando o caráter de recém-iniciado do indivíduo. As contas também podem fazer parte dos *ibás* e junto com elas, estão os *mocãs* e *contra-eguns*, colares feitos em palha da costa, que afastam os *eguns* (espíritos dos mortos).

O MAE possui, na coleção Pierre Verger, alguns exemplares de contas de orixás (erindiloguns ou endiloguns) e a coleção do Registro Sertanejo, ao qual me referirei mais tarde, possui outros exemplares, mais raros e antigos

## 6 – Objetos de hierarquia

Os objetos de hierarquia podem pertencer a qualquer das categorias já citadas, como é o caso dos *brajás* (contas dos mais velhos, *ebomis*, iniciados com mais de 7 anos), ou dos *adjás* (sinetas com 2, 3 ou mais campânulas, conforme o grau do iniciado) e os *xeres* (chocalhos de Xangô, que dizem possuir a capacidade mágica de chamar os orixás nas festas), usados apenas por *ebomis*, do sexo masculino, embora venha se tornando comum seu uso por mulheres, nos terreiros paulistanos. Entre as roupas temos os *ojá-oris* (panos de cabeça) cujas amarrações que terminam em

“asinhas” só podem ser utilizadas por *ebomis*, assim como os chinelinhos brancos. Os iniciados há menos de 7 anos devem estar sempre descalços no terreiro.

O MAE possui alguns exemplares de *adjás* e *xeres*. Não há, contudo, *mocãs*, *kelês* ou *brajás*, um dos principais símbolos da senioridade no candomblé.

## 7 – Instrumentos musicais

São os instrumentos utilizados nos toques e festas, que acompanham as cantigas e chamam os orixás. São eles os *ilus* (atabaques) rum, *rumpi* e *lê*, os *batás*, o *gã*, o *agogô*, *xequerê* e o *caxixi*. Os *ilus* também são tocados na umbanda e, nela, muitas vezes um só em lugar de três, como no candomblé. A este conjunto unem-se os *adjás* (sinetas) e os *xeres* (chocalhos). Os *ilus* são considerados vivos, e por isso são sacralizados de modo especial, recebendo sacrifícios, numa espécie de “iniciação” no candomblé. São reverenciados como entidades, durante as festas, quando os filhos de santo e convidados tomam sua benção e os reverenciam antes mesmo de reverenciar os líderes da casa. Acredita-se que são eles quem chamam os orixás, com sua fala musical. Os demais instrumentos são seus auxiliares, e também considerados “vivos”, mas menos importantes. Cada instrumento é dedicado a um orixá (como se fosse filho dele) e nas festas costumam usar *ojás* (panos) amarrados na forma de laços, indicando o orixá ao qual “pertencem”. São de uso exclusivamente masculino e aqueles que os tocam, os *alabês*, considerados personagens fundamentais do candomblé.

A coleção Pierre Verger/Breziat/Guimarães não possui exemplares de *ilus*, mas a coleção Registro Sertanejo, do Setor de Etnologia Brasileira, atualmente em estudo, conta com alguns conjuntos deles, raríssimos, feitos em cerâmica e cobertos com pele animal, de origem banto, e outros feitos de barril reciclado ou tronco de árvore escavado, que merecem ser estudados cuidadosamente e expostos, por sua antiguidade e significado social.

## A Coleção Registro Sertanejo

Durante o processo da pesquisa da coleção Verger/Breziat/Guimarães, proposta no projeto de Pós-Doutorado, soube, através da Profa. Dra. Marta Salum, do setor de Etnologia Africana do Museu, de uma “gavetinha” com pequenas pecinhas afro-brasileiras, vindas do Museu Paulista quando da criação do MAE, que ela julgava que poderiam vir a ser acrescentadas ao estudo. Falei sobre isto com a Profa. Nobue Myazaki, do setor de Etnologia Brasileira, que conseguiu que a Reserva Técnica fosse aberta para que eu visse estas peças. Logo foi possível constatar a importância delas e sua antiguidade. Regivaldo Dias Leite, técnico da área de Conservação disse-me, então, que havia muitas outras peças afro-brasileiras mais, espalhadas pela Reserva Técnica, todas vindas do Museu Paulista, e que a listagem das peças se encontrava num caderno, no setor de Documentação. Conversei então com a responsável pelo setor de Documentação, Marilúcia Botallo, que o encontrou e me entregou. Coincidentemente, quando eu consultava este caderno e algumas folhas soltas com documentação incompleta, conheci a Profa. Dra. Sonia Dorta, que tendo trabalhado no Museu Paulista, conhecia esta coleção, e que afirmou que havia uma listagem que deveria estar ali mesmo no setor de Documentação, pois fora enviada por ela, pessoalmente. Esta listagem, onde constam os dados principais das peças, mas de modo incompleto, foi encontrada. A partir dela e com a ajuda inestimável de Regivaldo Dias, foram encontradas 187 das 252 peças listadas, datadas do princípio do século, de cultos afro-brasileiros sediados principalmente no interior de São Paulo.

Segundo informações contidas nesta listagem, algumas peças foram levadas ao Museu Paulista em 1914. Outras em 1938 e outras ainda em 1943. São originárias de cultos do interior de São Paulo (Tietê, Pirapora, Araraquara, Jundiá) e foram doadas ao Museu Paulista pela Secretaria de Segurança

Pública, o que indica que devam ter sido apreendidas durante o período de repressão policial ao culto. Esta coleção é extremamente valiosa, não apenas por representar aspectos múltiplos do culto, como por seu caráter artesanal, constituindo peças únicas. Os pequenos ilus de cerâmica, as contas de Iemanjá, feitas em biscuit e pintadas à mão com delicadas flores, as espadas de madeira, os ilus escavados a fogo e formão no tronco da árvore, cuja pele se amarra ao corpo com cipó, as guardas de espada feitas com latas industriais recicladas, o xaxará de Omolu, feito com simples taliças unidas pela base num pequeno saquinho de tecido são exemplares de um momento histórico do culto em São Paulo e testemunhas da existência de um candomblé organizado que se pensava não ter existido em São Paulo antes dos anos 60, mas já apontado por Liana Trindade em 1991.

Nem todas as peças constantes da listagem enviada ao MAE pelo Museu Paulista foram encontradas. Até o momento foram catalogadas as peças constantes na tabela ao lado (ver Tabela).

## Conclusão

A riqueza e significado histórico, simbólico, etnográfico e social destas coleções, a demanda dos grupos que representam, sempre inferiorizados diante da cultura hegemônica e a proposta educativa do MAE, ao qual se integram, parecem compensar o investimento do Museu na formação de um Acervo de Cultura Afro-Brasileira ou mesmo de toda uma área de Cultura Afro-Brasileira, uma vez que o acervo que a representa não se esgota nos objetos de cultura religiosa e nem mesmo unicamente nos objetos de candomblé. A Universidade de São Paulo tem produzido sistematicamente conhecimento sobre os grupos afro-brasileiros e um acervo como o proposto viria a enriquecer em muito o aprendizado na própria USP e se tornar, também, importante referência para a educação nestas áreas.

**Peças do Museu Paulista catalogadas**

Nº no Inventário Geral	Objeto
RS002	Ferro de Ossanha
RS011	Imandje de lata
RS016	Xaxará de Omolu
RS017	Xaxará de Omolu
RS018	Lança de Oxosse (lança de ferro)
RS028	Guia de Batuque
RS029	Peça de agogô
RS030	Peça de agogô
RS037	Agogô terreiro de macumba
RS038	Adjá terreiro de macumba
RS040	Foicinha de Oxossi
RS045	Chocalho de lata em forma de meia lua
RS049	Pequeno cinorro de ferro
RS050	Lança de madeira
RS051	Espada de Ogum, de ferro
RS053	Corrente com gancho
RS054	Espada de Ogum, de ferro
RS055	Machadinho de Xangô, madeira
RS056	Machadinho de Xangô, madeira
RS057	Machadinho de Xangô, madeira
RS058	Machadinho de Xangô, madeira
RS059	Espada de Ogum, de madeira
RS063	Espada de Ogum, madeira
RS064	Espada de Ogum, madeira
RS069	Chocalho de cestaria
RS070	Guaiá de batuque
RS072	Castiçal torneado, madeira
RS073	Anguaiá de lata
RS074	Chicote com cabo de madeira
RS080 (*)	Colar de Iemanjá
RS081	Fio de contas de Oxossi
RS082	Colar de Iemanjá
RS088	Colar de Iemanjá
RS090 (*)	Rosário de Oxumaré
RS091	Rosário de Oxumaré
RS092 (*)	Colar de rongafé [runjebe]
RS093	Colar de rongafé [runjebe]
RS094	Colar de rongafé [runjebe]
RS095	Colar de rongafé [runjebe]
RS104	Paiá de lata
RS126	Agogô
RS137	Adjá

**Peças do Museu Paulista catalogadas (cont.)**

Nº no Inventário Geral	Objeto
RS142	Anguaiá de lata
RS158	Piteira de taquara e barro
RS166 (*)	Chocalho de cobre
RS167 (*)	Instrumento de Exu
RS168	Instrumento de Exu
RS169	Espada de Ferro
RS176	Miniatura de foice
RS177	Cachimbo africano
RS178	Colar de macumba
RS180 (*)	Chocalho de contas
RS186	Defumador de barro
RS191	Atabaque
RS210	Anguaiá, de jongo
RS215	Ferramenta de Ossanha
RS216	Ferramenta de Ossanha
RS217	Ferramenta de Ossanha
RS218	Espada de Ogum (ferro)
RS219	Faca de matança
RS220	Espada de Inhansan
RS221	Ferro de Ogum
RS222	Ferramenta de Ogum
RS223	Ferramenta de Ogum
RS224	Ferramentas várias (7) de Oxoce [Oxossi]
RS225	Ferramentas várias de Oxoce [Oxossi]
RS226	Ferramenta de Oxoce [Oxossi] (8)
RS227	Ferramentas diversas de Ogum (sete pequenas peças)
RS228	Ferramentas de Ogum (13 pequenas peças)
RS229	Caraquicê ou caxixi
RS230	Caraquicê
RS231	Caraquicê
RS232	Caraquicê
RS234	Peça metal lua crescente, c/ estrelas e sereia
RS235	Cornimboque de caçador [Oxossi]
RS236	Instrumento para dança de africanos [Xere]
RS237	Chocalho de metal [Xere]
RS239	Instrumento p/danças africano [Oxé]
RS240	Atabaque "Lé" de cerâmica
RS241	Atabaque "Lé" de cerâmica
RS242	Atabaque Rum de cerâmica
RS243	Atabaque "Lé" de madeira
RS244	Atabaque "Lé" de madeira



<b>Peças do Museu Paulista catalogadas (cont.)</b>		<b>Peças do Museu Paulista catalogadas (cont.)</b>	
Nº no Inventário Geral	Objeto	Nº no Inventário Geral	Objeto
RS245	Atabaque "Lé" de madeira	RS547	Colar de contas verdes listradas de vermelho
RS246	Atabaque "Lé" de madeira	RS548	Colar de contas azuis
RS247	Atabaque Rum de madeira	RS549	Colar de miçangas vermelhas e brancas
RS249	Atabaque Rumpi de cerâmica	RS550	Colar de miçangas amarelas
RS349	Peça a duas folhas de ferro	RS551	Colar de contas brancas/avermelhadas/vermelhas
RS351	Machadinho	RS552	Colar de contas brancas
RS357	Arpão duplo de ferro	RS590	Oitô cachimbos de barro
RS534	Colar rongafé [runjebe]	RS650	Espada de Ogum, madeira
RS535	Colar de Oxum	RS651	Espada de Ogum, madeira
RS536	Colar de Oxalá	RS652	Espada de Ogum, madeira
RS537	Colar de Inhansan	RS653	Espada de Ogum, madeira
RS538	Colar de contas de Sta. Bárbara	RS654	Espada de Ogum, madeira
RS539	Colar de contas de Inhansan	RS655	Espada de Ogum, madeira
RS540	Colar de contas de Oxum	RS657	Cordão branco com 3 nós na extremidade
RS541	Colar de conta de Oxumaré	RS669	Ídolo africano, madeira, mãos no peito
RS542	Colar de contas de Oxumaré	RS670	Ídolo africano, madeira, mãos na barriga
RS543	Colar de contas de Oxum	RS679	Alguidar de estanho
RS544	Colar de contas de Iemanjá	RS698	Figura antropomorfa de ferro [Iemanjá]
RS545	Colar de contas azuis		
RS546	Colar com 13 grupos de 4 contas brancas sep/amarela		

AMARAL, R. The ethnographic collection of Afro-Brazilian religious culture at the Museu de Arqueologia e Etnologia of São Paulo University. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 255-270, 2000.

**ABSTRACT:** This article shows the Afro-Brazilian religious culture collection of MAE, including the Registro Sertanejo collection, now. That collection has ethnographic and historic importance by it's chronology and characteristics. The work claims, also, the building of Afro-Brazilian Culture Collection, considering it's multiple dimensions and importance in the national culture.

**UNITERMS:** Afro-Brazilian culture – Brazilian culture – Afro-Brazilian religions – Sacred art – Afro-Brazilian identity – Museology.

### Referências bibliográficas

- AMARAL, R. de C.  
 1991 *O tombamento de um terreiro de candomblé em São Paulo*. Comunicações do ISER, nº. 41, Rio de Janeiro.  
 1992 *Povo-de-santo, povo-de-festa. O estilo de vida dos adeptos do candomblé paulista*. São Paulo. FFLCH/USP. Dissertação de Mestrado.  
 1998 Awon Xirê! A festa de candomblé como elemento estruturante da religião. C.E.M. de MOURA (Org.) *Leopardo dos olhos de fogo. Escritos sobre a religião dos orixás VI*. São Paulo, Atelier Editorial: 85-118.  
 1999 AMARAL, R.; SILVA, V.G. da  
 1996 Símbolos da herança africana. Por que candomblé? L.M. SCHWARCZ; L.V. REIS (Orgs.) *Negras Imagens. Ensaios sobre escravidão e cultura*. EDUSP/Estação Ciência: 195-210.
- ARINOS DE M.F., A.  
 1971 *Desenvolvimento da civilização material [1905] no Brasil*. Conselho Federal de Cultura 2ª.ed. Rio de Janeiro.
- BACELAR, J.; CAROSO, C. (Orgs.)  
 1999 *Faces da tradição afro-brasileira religiosidade, sincretismo, anti-sincretismo, reafricanização, práticas terapêuticas, etnobotânica e comida*. Rio de Janeiro: Ed. Pallas.
- BASTIDE, R.  
 1978 *O Candomblé da Bahia*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, São Paulo.  
 1983 *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva.  
 1985 *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: Pioneira.
- BERNARDO, R.M.C.  
 1994 *Objetos do axé: um estudo antropológico que vai da construção do objeto à manutenção da vida nos grupos de candomblé de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. FFLCH/USP, São Paulo.
- BINON-COSSARD, G.  
 1981 A filha de santo. C.E.M. de MOURA (Org.) *Olorisá – escritos sobre a religião dos orixás*. São Paulo, Ágora: 127-152.
- BRAGA J.  
 1988 *O jogo de búzios. Um estudo da adivinhação no candomblé*. São Paulo: Brasiliense.  
 1995 *Na gamela do feitiço: repressão e resistência nos candomblés*. Salvador: EDUFBA.  
 1999 *A Cadeira de Ogã e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Ed. Pallas.
- CARNEIRO, E.  
 1978 *Candomblés da Bahia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.  
 1981 *Religiões negras, negros bantos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CASTRO, Y.P.DE  
 1968 Etnônimos Africanos e Formas Ocorrentes no Brasil. *Revista Afro-Ásia*, 6 e 7, Bahia: CEAO, UFBA: 22-32.
- CORRÊA, N.  
 1992 *O batuque do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS.
- DORTA, S.T. F.  
 1987 Das coisas às idéias: cultura material e sistemas simbólicos. Trabalho apresentado na IV Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Santos, 1987.
- FARELLI, M. H.  
 1981 *Balangandãs e Figs da Bahia*. Rio de Janeiro: Ed. Pallas. (2ª.ed.).
- FERNANDES, G.  
 1937 *Xangôs do Nordeste*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FERREIRA, A.M.  
 1984 *Candomblé-de-caboclo. Encontro de nações de candomblé*. Salvador, Ianamá/CEAO/UFBA.
- FERRETTI, S.  
 1995 *Repensando o sincretismo. Estudo sobre a Casa das Minas*. São Paulo: EDUSP/FAPEMA.
- HARTMANN, T.  
 1988 Evidência interna em cultura material ; o caso das cuias pintadas do século XVIII. *Revista do Museu Paulista*. Nova Série, São Paulo, 33: 291-302.
- LÉVI-STRAUSS, CL.  
 1981 *A Via das Máscaras*. Lisboa: Editorial Presença.
- LODY R.G.DA M.  
 1974 *Símbolos mágicos na arte do metal*. Rio de Janeiro: S.L. Arts, Gráfica Editora.  
 1977 Pano da Costa. *Cadernos de Folclore*, 15, Rio de Janeiro, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro: 6-9.  
 1979 *Santo também come: estudo sócio-cultural da alimentação cerimonial em terreiros afro-brasileiros*. (Série Estudos e Pesquisas), Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.  
 1982 *Introdução ao Estudo das Cores*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Centro de Estudos Folclóricos.  
 1984 *Espaço, orixá, sociedade - um ensaio de antropologia visual*. Rio de Janeiro: Edição do Autor.  
 1985a *Yorubá: um estudo etno-tecnológico de 50 peças da coleção "Arte Africana" do Museu Nacional de Belas Artes*. Rio de Janeiro.  
 1985b *Coleção Perseverança: um documento do Xangô Alagoano*. Maceió, UFAL; Rio de

- Janeiro, FUNARTE, Rio de Janeiro.
- 1992 *Tem Dendê, Tem Axé. Etnografia do Dendezeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Pallas.
- 1995a *O Povo do Santo: religião, história e cultura dos orixás, voduns, inquices e caboclos*. Rio de Janeiro: Ed. Pallas.
- 1995b *Uma bibliografia sobre cultura material afro-brasileira em tempo de devolução*. Comunicado aberto, Rio de Janeiro, 23, 7p., março.
- 1998 *Santo Também Come*. Rio de Janeiro: Ed. Pallas. (2ª.ed.)
- LODY, R.G. da M. (Org.)
- 1985 *Coleção Culto Afro-Brasileiro: um testemunho do xangô pernambucano*. Recife: Museu do Estado de Pernambuco.
- MANZOCHI, H.M.
- 1992 *Alguns aspectos iconográficos da produção plástica religiosa afro-brasileira*. Dissertação de Mestrado em Comunicações, São Paulo, ECA/USP.
- MENESES, U.T.B.
- 1993 *Problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento)*. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, 1: 207-22.
- NEGRÃO, L.N.
- 1996 *Entre a cruz e a encruzilhada*. São Paulo: EDUSP.
- PRANDI, R.
- 1991 *Os candomblés de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/EDUSP.
- PRANDI, R.; SOUZA, P.; SOUZA, A.; VALLADO, A.
- 1998 *O candomblé de caboclo em São Paulo*. Trabalho apresentado no simpósio de pesquisa conjunta "As 'outras' religiões afro-brasileiras". VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina, São Paulo, 1998.
- QUERINO, M.
- 1938 *Costumes africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- 1955 *A Raça Africana e os Seus Costumes*. Salvador: Progresso.
- RAMOS, A.
- 1940 *O negro brasileiro*. São Paulo: Ed. Nacional.
- [1934] Nacional.
- 1979 *As culturas negras no Novo Mundo*. São Paulo: Ed. Nacional.
- [1935] Paulo: Ed. Nacional.
- RIBEIRO, R.
- 1952 *Cultos afrobrasileiros do Recife. Um Estudo de Ajustamento Social*. Recife, Boletim do Instituto Joaquim Nabuco.
- RODRIGUES, R.N.
- 1935 *O animismo fetichista dos negros bahianos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- 1977 *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional.
- [1933] Nacional.
- SANTANA, E.E.
- 1984 *Nação-angola. Encontro de nações de candomblé*. Salvador, Ianamá/CEAO/UFBA: 34-37.
- SANTOS, D. dos (Mestre Didi)
- 1988 *História de um terreiro nagô*. São Paulo: Max Limonad.
- SANTOS, J.T. dos
- 1995 *O dono da terra. O caboclo nos candomblés da Bahia*. Salvador: SarahLetras.
- SANTOS, J.E. dos
- 1977 *Os Nagô e a morte*. Rio de Janeiro: Vozes.
- SENNA, R. DE S.
- 1998 *Revisitando o Jarê. Descrição de um ritual de festa*. Trabalho apresentado no simpósio de pesquisa conjunta "As 'outras' religiões afro-brasileiras". VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina, São Paulo, 1998.
- SILVA, V.G. da
- 1994 *Candomblé e umbanda: Caminhos da devoção brasileira*. São Paulo: Ática.
- 1995 *Orixás da metrópole*. Petrópolis: Vozes.
- TRINDADE, L.M.S.
- 1991 *Construções míticas e História: estudos sobre as representações simbólicas e relações raciais em São Paulo do século XVIII à atualidade*. São Paulo. FFLCH/USP. Tese de Livre-Docente. (mimeo).
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. PRÓ-REITORIA DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
- COMISSÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL
- 1994 *Bibliografia sobre conservação e restauração de bens culturais*. São Paulo: USP/CPC.
- 1996 *Bibliografia sobre conservação e restauração de bens culturais*. M.C.B. de Almeida (Coord.). São Paulo: USP/CPC.
- VERGER, P.
- 1981 *Orixás*. São Paulo: Corrupio.
- 1983 *Lendas Africanas dos Orixás*. Salvador: Editora Corrupio.
- 1995 *Dieux d'Afrique*. Paris: Ed. Revue Noire.
- [1954]
- VOGEL A.M.A.; BARROS, J.
- 1998 *Galinha D'Angola. Iniciação e identidade na Cultura Afro-brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Pallas. (2ª.ed.).

Recebido para publicação em 27 de outubro de 2000.

## MÁSCARAS DE DANÇA TÜKÚNA\*

Orlando Sampaio-Silva\*\*

SAMPAIO-SILVA, O. Máscaras de dança Tükúna. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 271-288, 2000.

**RESUMO:** O paradigma artístico dos índios Tükúna, do Alto Rio Solimões, é abordado em um estudo que se realiza no campo da Antropologia Estética. É tratada a questão da pesquisa tendo por objeto peças de acervo de museu. São analisadas máscaras rituais Tükúna, que integram as coleções do MAE-USP, as quais são apresentadas e interpretadas em seus significados simbólicos.

**UNITERMOS:** Arte indígena – Estética pictórica – Máscaras – Ritual – Simbolismo.

### Introdução

Os Tükúna se constituem em uma sociedade indígena que vive tradicionalmente em uma região contígua que compreende parte dos territórios do Brasil, da Colômbia e do Peru. Suas aldeias se encontram às margens do Rio Amazonas-Solimões ou às suas proximidades e em sítios localizados ao longo de rios afluentes do rio principal e de igarapés seus tributários, naquela região sul-americana. É uma das maiores populações tribais existentes no Brasil, constituída de mais de vinte mil índios. Falam uma língua isolada (cf. Rodrigues 1986: 93-98) ou “separate language” (cf. Nimuendaju 1948: 713).

(\*) Este artigo se insere no projeto de estudo: “O Senso Estético na Produção de Exemplares Artísticos de Alguns Povos Indígenas”, em desenvolvimento no Museu de Arqueologia e Etnologia-MAE/USP, sob a responsabilidade do autor.

(\*\*) Professor Titular de Antropologia, aposentado, da UFPA; pesquisador visitante no MAE/USP.

A estrutura da sociedade Tükúna se caracteriza por ser do tipo dual, ou seja, é dividida em metades (*moitiés*) exogâmicas;<sup>1</sup> estas, por sua vez, subdividem-se em clãs e sub-clãs, nos quais estão contidas famílias extensas. Os clãs são patrilineares, isto é, são de descendência unilinear agnática (em linha paterna). Esta sociedade é também marcada pela endogamia tribal, em cuja organização os casamentos ocorrem entre homens de uma metade com mulheres da outra metade. Com base na reciprocidade, são estabelecidas alianças interclânicas. Segundo Cardoso de Oliveira (1965: 17), no âmago desta organização social, “o sistema de parentesco Tükúna é do tipo Dakota [.....], com terminologia de primos Iroquês [.....]”.<sup>2</sup>

(1) Com relação a sistemas de organização social dual e de clãs, ver Cl. Lévi-Strauss 1982.

(2) Sobre a estrutura da sociedade Tükúna, consultar R. Cardoso de Oliveira 1961 e 1965.

Nimuendaju (1948: 717) informa que as metades em que se estrutura a sociedade Tükúna estão associadas, respectivamente, com o leste e o oeste, e com base neste autor, Cardoso de Oliveira refere que os clãs de leste pertencem a *dyo'i* e os de oeste a *'e:pi* (1964: 69), sendo *dyo'i* e *'e:pi* heróis culturais Tükúna. Segundo Nimuendaju (op. cit.: 717), uma das metades tem quinze "sibs" patrilineares com nomes de plantas e a outra metade congrega vinte e uma "sibs" com nomes de pássaros. Cardoso de Oliveira (1965: 9) oferece exemplos de clãs e sub-clãs Tükúna, conforme a seguir:<sup>3</sup>

Metade Plantas	
Clãs	Sub-Clãs
Auaí	auaí grande auaí pequeno e jenipapo jenipapo do igapó
Buriti	buriti buriti fino
Saúva	açaí saúva ('nai(n)yeë) saúva (têku)
Onça	seringarana pau mulato acapu caranã maracajá

Metade Aves	
Clãs	Sub-Clãs
Arara	canindé vermelha maracanã maracanã grande maracanã pequeno
Mutum	mutum cavalo urumutum
Japu	japu japihim
Tucano	tucano
Manguari	manguari jaburu tuyuyu
Galinha	galinha
Urubu Rei	urubu-rei
Gavião Real	gavião-real

(3) Oliveira Filho diz que Nimuendaju e Cardoso de Oliveira "não hesitaram em caracterizá-los [refere-se aos grandes grupos sociais Tükúna] como clãs", mas

Em Oro (1978), encontramos algumas informações preciosas sobre a mitologia Tükúna, fruto de sua pesquisa de campo com esses índios e de atenta revisão bibliográfica. Assim, é esse autor quem informa que

"Não paira dúvida de que os Tükúna acreditam na existência de um Mundo Superior e um Mundo Inferior. Para eles, o Mundo Superior não é a morada dos astros (estes estão abaixo deles), e se divide em três partes: a primeira é habitada por seres semelhantes aos da terra, vivendo em condições diferentes; a segunda é o lugar da habitação de "ta-e" deusa Tükúna – e das almas dos mortos; e a última pode ser a habitação do "rei dos urubus", os quais são capazes de se transformar em pássaros, mas não podem retornar à terra. Nenhuma pessoa viva pode entrar no Mundo Superior, nem mesmo o xamã enquanto sonha.

"No Mundo Inferior habitam os demônios. Eles são os seres mais antigos do mundo, se bem que não imortais. São representados em máscaras estranhas e exóticas." (p. 74)

No entanto, segundo esse autor (ibidem: 76), o herói cultural mais importante nos mitos Tükúna é *dyo'i*, o criador da humanidade, um ser sobrenatural "inteligente, bom e compreensivo", ao contrário de seu irmão gêmeo *'e:pi*, que, segundo Nimuendaju (1952: 121-2, *apud* Oro 1978: 75), é bobo, enganador e mentiroso, qualidades negativas às quais Oro acrescenta ser ele irascível e mau (op. cit.: 76). De conformidade com Nimuendaju (1948: 724), "The most outstanding character in *Tucuna* religion is Dyaí [*dyo'i*], the culture hero, who made people, established all tribal laws and customs, and gave mankind the most important elements of material culture." Para este mesmo autor (op. cit.: 724), *dyo'i* vive na terra do sol nascente, abaixo do mar ("Dyaí going east and Epi west").<sup>4</sup>

opta (Oliveira Filho) por referir-se a esses grupos como *nações*, conforme os denominam os Tükúna em língua portuguesa (1988: 88-9).

(4) Para os Tükúna, certas árvores da floresta têm espírito, como nos exemplos referidos por Nimuendaju (*apud* Oro, op. cit., 1978: 83): a samaumeira, a açacu, a ucuba, entre outras. O espírito da samaumeira seria o "demônio da floresta" referido em língua geral como *caapora*.

Porém, uma informação original e surpreendente referente à mitologia Tükúna se encontra em Alveano (1943: 19), segundo a qual esses índios acreditariam em dois princípios, a saber, o do bem, encarnado em *Tupã*, e o do mal, presente em *Jurupari*. Segundo nossa interpretação, *Tupã* e *Jurupari* são termos que sugerem a idéia de uma crença desses índios paralela à sua mitologia tradicional, ou, então, a possibilidade de eles corresponderem aos heróis culturais *dyo'i* e *e:pi* que, no caso, seriam eles mesmos dissimulados sob essas outras denominações, em uma adaptação ou *arranjo* cultural. Estas entidades sobrenaturais (*Tupã* e *Jurupari*), com suas denominações em língua Tupi, corresponderiam a Deus e ao diabo (a oposição binária do bem e do mal) da teologia cristã e foram levados também a sociedades indígenas não falantes de línguas Tupi (como os Tükúna, que falam uma língua isolada) em decorrência de contatos intertribais ou da ação catequética católica ao longo da história. No caso dos Tükúna, certamente esta última hipótese corresponde mais aos fatos históricos relacionados com este povo, de vez que os Tükúna não têm vizinhos próximos que falem língua filiada ao tronco Tupi, mas têm uma longa história de contatos com a sociedade inclusiva.

Oliveira Filho (1988: 21) se reporta a que “Apesar de três séculos de contato com os brancos, os Tucuna mantêm viva a sua língua, sendo raros os casos de índios ou mestiços que, criados por civilizados, não falam a língua nativa”. Nimuendaju (1948: 713) refere que os Tükúna foram mencionados pela primeira vez por Cristobal d’Acuña em 1641, e Cardoso de Oliveira (1964: 43) informa que a “conjunção interétnica” em que têm estado envolvidos esses índios teve início “por volta do século XVII” e foi “incrementada ao longo dos séculos XVIII e XIX”. Este último autor (ibidem) analisa cuidadosamente a inserção desses índios na economia da produção da borracha desde o século XIX, em situação assimétrica no confronto com a sociedade nacional, como mão-de-obra explorada nos seringais, em muitos casos, no interior das terras indígenas, cujo processo caracteriza como sendo de “fricção interétnica”. Presentemente, os Tükúna estão livres desta situação

de subordinação nos seringais a que estiveram submetidos e têm grande parte de suas terras regularizadas e sob seu domínio.

### A “Festa da Moça Nova”

Os Tükúna, a par das fortes influências culturais exógenas que se têm exercido sobre sua sociedade – como o último surto messiânico registrado nessa tribo a partir de 1972 –<sup>5</sup>, encontram nos mitos e rituais tradicionais sustentáculos para a preservação de sua vida social tribal e o fortalecimento de sua identidade étnica. As cerimônias mais marcantes dos Tükúna são ritos de iniciação e de passagem, como a nominação das crianças e o ritual referente à puberdade das meninas, regionalmente conhecida como “festa da moça nova”. Estes rituais se realizam em períodos de abundância de peixes, oportunidades em que se reúnem parentes e convidados, em uma confraternização de caráter mítico-religioso, com a ocorrência de danças, consumo de alimentos e de bebidas (o *pajuaru* e a *caçu-ma*, ambas preparadas da mandioca). A “festa da moça nova” é também conhecida pela denominação “festa da pelação”, porque a jovem reclusa, além de submeter-se a restrições alimentares, tem seus cabelos extirpados. Das danças participam os personagens mascarados.

No período de reclusão atinente ao evento da puberdade, a jovem Tükúna passa por experiências místicas extraordinárias, tais como o contato com seres sobrenaturais. A propósito destes acontecimentos, Nimuendaju revela:

“At her first menstruation, a girl is secluded in the house loft. This is not so cruel as certain travelers (Bates 1863, 2: 406) proclaim. Every girl submits willingly, convinced that her peculiar condition requires it and that its omission would

(5) A sociedade dos índios Tükúna, dadas suas características culturais endógenas e às circunstâncias históricas de seus contatos com a sociedade inclusiva, tem sido campo fértil para a erupção de surtos messiânicos. A propósito dessas manifestações místicas, consultar: Curt Nimuendaju, op. cit. 1948; Maurício Vinhas de Queiroz 1963; Ary Pedro Oro, op. cit. 1978, e Orlando Sampaio-Silva 1997.

be dangerous, as she is surrounded by invisible 'immortals' and demons, who seek contact with her and at times cause extraordinary supernatural experiences." (1948: 718)

Neste cenário de forte misticismo, tem lugar o ritual de passagem da jovem Tükúna da infância para a adolescência, fase esta na qual lhe será permitido o casamento e, em conseqüência, a maternidade.

Oro (1978: 65-6), reportando-se a este rito de passagem e tendo estudado o último surto messiânico entre os Tükúna, informa (notar que se trata de um texto publicado em 1978): "É lamentável que esse ritual de passagem – o principal dos Tükúna – esteja em vias de extinção devido especialmente ao Movimento da Santa Cruz, porquanto o seu fundador proibiu a realização desta festa. Em vista disso, nos dias atuais apenas uma comunidade Tükúna realiza a 'Festa da Moça-Nova': Belém do Solimões, em seu lado Católico."

Porém, temos informação de que aos poucos índios Tükúna que haviam se convertido ao Movimento da Santa Cruz estão retornando às manifestações tradicionais da cultura Tükúna, inclusive como forma de fortalecimento de sua identidade étnica em face da sociedade inclusiva com a qual suas relações, em muitos momentos, mesmo recentes, têm sido conflitivas. "Anos depois, em 1985 [quando estivemos com esses índios pela última vez], estando os Tükúna em pleno processo restaurador de sua consciência étnica, havia ocorrido já um refluxo quantitativo e qualitativo quanto aos adeptos da Santa Cruz. Um número expressivo de índios, em diferentes grupos locais que visitamos, retomavam a consciência de sua identidade étnica e valorizavam sua condição indígena e Tükúna, reinserindo-se em sua cultura" (Sampaio-Silva 1997: 296).

## A pesquisa

Desde o mês de maio de 1999, estamos desenvolvendo um projeto de estudo de máscaras ritualísticas dos índios Tükúna existentes no acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia-MAE, da Universidade de São Paulo.

Muito embora já tenhamos estado por mais de uma vez em visita de estudo aos índios Tükúna,<sup>6</sup> não fomos coletores das peças ora estudadas, não assistimos o processo de sua produção e de seu uso, nem tivemos contato direto com os pesquisadores coletores dessas máscaras, sendo estes já falecidos. As máscaras que estudamos são peças ritualísticas que se encontram depositadas no Museu, à disposição dos pesquisadores, havendo raras informações sobre as mesmas, e, em geral, quando as há, nas fichas, são referentes aos nomes dos coletores e anos da coleta e de sua entrada na instituição e, em poucos casos, uma frase (ou pouco mais) objetiva identificar ou descrever o objeto.

Nossa abordagem, neste primeiro momento, caracteriza-se por ser um trabalho hermenêutico a partir da observação de doze máscaras, objetivando sua descrição e sua compreensão, mediante a análise das figuras gráficas existentes nas mesmas, as quais interpretamos na tentativa de desvendar os significados simbólicos destas expressões da arte pictórica Tükúna; desvelar os seus significados, mas também percorrer descritiva e intuitivamente as manifestações do poder criador e a capacidade estética destes artistas indígenas anônimos, que engendraram, mediante formas e cores, a crônica gráfica do simbolismo de seus mitos e de sua inserção social, ao participarem de seu ritual maior. O paradigma artístico dos índios Tükúna é, assim, abordado em um estudo que se realiza no campo da Antropologia Estética.

Neste artigo apresentamos nossos registros relativos a algumas destas máscaras. O número de peças estudadas em nosso projeto e, em particular, o que é apresentado neste artigo, ainda não nos permite proceder a uma classificação tipológica do conjunto de

(6) Nossas estadas em aldeias dos índios Tükúna, muito embora objetivassem o estudo de *situações de contato* das comunidades indígenas visitadas com a sociedade inclusiva – cf. os trabalhos de nossa autoria publicados em 1985/86 e op. cit. 1997 –, permitiram-nos a observação de máscaras, inclusive uma máscara para a cabeça sendo confeccionada, e outras peças produzidas por esses índios, esculpidas e/ou pintadas.



máscaras Tükúna constante do acervo do MAE ou de elaborar generalizações ou perceber padrões ou modelos da arte pictórica dos índios Tükúna, tarefas cujas possibilidades de concretização serão avaliadas ao longo do tempo, no evoluir do trabalho. No ponto em que se encontram nossos estudos, ainda nos atemos nos limites das descrições e interpretações de objetos individuados. Porém, na evolução dos estudos, mesmo nesta fase, avaliamos a ocorrência de algum padrão ou de padrões de estilos de manufatura ou de símbolos vinculados a grupos sociais – clãs, sub-clãs, grupos de idade, grupos de sexo etc. –, a par de a análise se concentrar prioritariamente nas expressões estilísticas individuais presentes nas obras e em seus significados etnográficos. É certo que, como nos informa Gruber (1992), “A confecção e o uso das máscaras são de domínio dos homens” (p. 258) ou “Os especialistas reconhecidos na arte de pintar o tururi são os homens, em sua maioria jovens ou de meia-idade” (p. 255); todavia, pelo menos aparentemente e até o ponto que nossos estudos nos permitem verificar, os produtores não manufaturam seus trabalhos segundo padrões, estilos ou modos de fazer, que seriam expressões de seu pertencimento a um grupo social formal na sociedade, mas, sim, como uma concepção e um labor individuais. Há alguma padronização relacionada com a simbolização do pertencimento do autor da máscara a um clã ou sub-clã, podendo reportar-se à identidade clânica do *autor da pintura-usuário* participante do ritual. Pinturas de algumas faces de máscaras estudadas têm clara relação com uma identificação clânica, fato que foi constatado por Gruber (*ibidem*: 258-9), que registrou entre os Tükúna pinturas faciais que simbolizam “nações” ou “clãs” pertencentes às metades em que se estrutura esta sociedade. Referente à Metade Plantas, a autora citada teve a oportunidade de verificar pinturas faciais relativas aos clãs (ou sub-clãs) *buriti*, *jenipapo*, *saúva*, *onça* e *avaí*, e no que tange à Metade Aves, desenhos de faces correspondentes aos clãs *japó*, *tucano*, *galinha*, *maguari*, *arara*, *urubu-rei*, *gavião real* e *mutum* (*idem*, *ibidem*). Desenhos faciais como tais, aparecem em caras esculpidas e/ou pintadas nas máscaras. Esta padronização

ocorre na sociedade Tükúna como um todo. Desta forma, apesar de Nimuendaju ter referido que as máscaras *não são associadas com as pessoas individualmente, com a sociedade ou outros grupos* (1948: 719), registram-se, sim, padronizações de desenhos que significam caras, que permitem, em diversos casos, a qualquer Tükúna identificar uma relação entre a máscara (e o mascarado) e um clã ou sub-clã. Estando presente esta codificação de signos gráficos ao nível das representações na sociedade, cada manufator que prepara sua máscara, decidindo fazê-lo, pode registrar nela seu vínculo clânico segundo aquela padronização simbólica, expressando-se graficamente, porém, segundo seu estilo individual.

Em nosso estudo, debruçamo-nos sobre estes objetos com o intuito de buscar, mediado pela análise formal e dos conteúdos simbólicos, estabelecer relacionamentos entre estes exemplares da cultura material e o cenário cultural mais amplo subjacente na sociedade. É como diz Newton (1987: 17): “atrás do isolamento da cultura material para fins analíticos, há o objetivo maior de identificar as relações entre os domínios material e não-material da cultura”.

As máscaras quase sempre apresentam um colorido marcante decorrente da pintura com tintas de origem vegetal. Informa Gruber (1992: 256):

“As cores mais correntes são o azul das folhas do *bure* (*Calathea loeseneri*), o amarelo do rizoma da açafroa (*Dieffenbachia humulisi*), o vermelho da casca do pau-brasil, o azul-escuro ou roxo do fruto da pacova, o verde das folhas da pupunheira (*Gulielma speciosa*) e o vermelho ou laranja das sementes de urucum. Outrossim, podem ser criadas novas matizes, misturando o pigmento da pacova com ferro ou frutas cítricas, o primeiro para escurecer a cor e as outras para torná-la mais clara e brilhante.”

O colorido e os diferentes matizes atribuem muita vida e intensidade policrômica às criações pictóricas Tükúna, nas em que se registra o mimetismo com a natureza, assim como nas de cunho abstrato, ou ainda nas de caráter marcadamente mítico.

Pesquisar em um acervo de museu, se por um lado – como no presente caso –, não propicia a possibilidade do contato direto com

os artistas indígenas e – também como na pesquisa ora relatada – com os pesquisadores-coletores dos objetos estudados, que poderiam, aqueles e estes dar informações e explicações sobre, p. ex., os significados de desenhos e pinturas, por outro lado, o contato direto e exclusivo do hermenêuta com cada objeto de estudo em situação de acervo de museu, pede deste observador, como um desafio, o uso intenso da imaginação e da intuição na formulação de hipóteses, situação que instiga a sua capacidade interpretativa e explicativa. A mediação de trabalhos publicados de autoria de outros pesquisadores que também estiveram no campo estudando a cultura e a sociedade dos índios Tükúna propiciou-nos um pano de fundo de dados empíricos e elementos etnológico-etnográficos que se tornaram indispensáveis ao desenvolvimento de nosso estudo. A perspectiva que objetiva a compreensão do significado simbólico das máscaras Tükúnas estudadas, na complexidade de suas formas e combinações de cores, isto é, no conjunto da arte gráfica nelas contida, orientou o desenvolvimento de nosso estudo e a formulação dos textos explicativos particulares a cada uma, conforme a seguir.

### As máscaras

Meses antes da festa da moça nova, os convidados a participar do ritual iniciam a preparação de suas máscaras. Estas são fabricadas de entrecasca – líber – de certas espécies de árvores (cf. Gruber 1992: *certas espécies de Ficus ou "tururi", como é denominado regionalmente: 255*, ou *Ficus radula, Poulsonia armata* e outras, idem: 256; cf. Nimuendaju: *Ficus* sp. 1948: 719, e Frei Alvião se refere simplesmente aos *tururys*, "tapetes que fazem com uma casca de árvore", 1943: 14). As máscaras, por um lado, por sua natureza intrínseca, têm por finalidade tornar anônima a identidade do seu usuário, e, por outro lado, têm a função de simbolizar um clã ou sub-clã Tükúna e/ou entidades demoníacas, espíritos maléficos da natureza, "fantastic animals" (cf. Nimuendaju 1948: 719), ou, ainda, servem ao senso estético do manufator para representar exemplares da natureza circun-

dante, como árvores e flores,<sup>7</sup> ou, objetos de seu uso cotidiano, como, p. ex., um facão ou uma embarcação etc. Há máscaras inteiriças, recobrando o usuário-dançarino da cabeça aos pés, ou compostas de duas peças, separadas, mas articuladas entre si, uma para a cabeça e a outra para o corpo. As caras são pintadas no alto das máscaras inteiriças ou em máscaras separadas para as cabeças ou são esculpidas em madeira e pintadas e agregadas àquelas coberturas de líber para as cabeças. As diferentes formas das máscaras, em face de seus significados simbólicos, recebem denominações, tais como, cf. nossa constatação pessoal e de diferentes pesquisadores cujos textos estamos consultando na elaboração deste artigo: *mãe do vento (o'ma)*, *pai do vento*, *jurupari*, *maguari*, *macaco*, *onça* e outras denominações.

A seguir, exporemos os resultados de nossa observação referente a quatro exemplares de máscaras Tükúna, que estudamos no desenvolvimento do projeto de estudo em andamento. No início de cada explanação específica, registraremos em caracteres itálicos as anotações constantes das fichas correspondentes às peças existentes no acervo do MAE.

### Máscara Nº 1

RG: 2836

Objeto: Máscara de entrecasca (Mávi)

Coleção: Curt Nimuendaju

Grupo étnico: Tukuna - Alto Solimões

Observação: Permutado, vindo do Museu Emílio Goeldi

Ano: 1942.

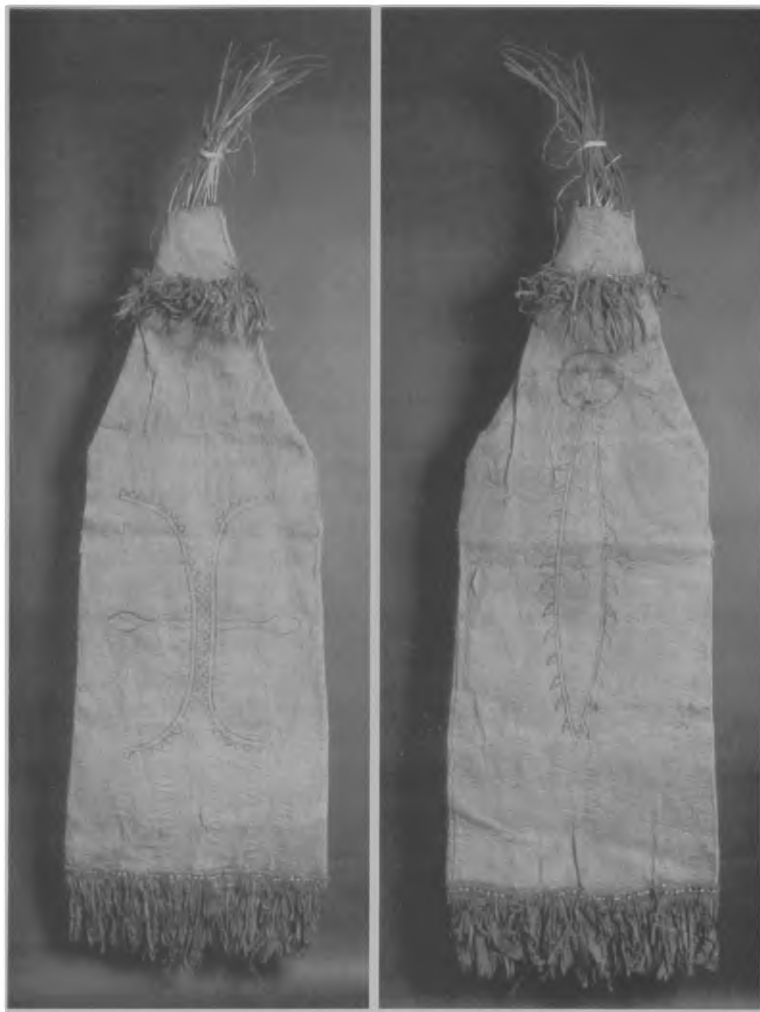
### Descrição

- Altura: 1,90m

- Largura máxima: 0,56m

Trata-se de uma máscara inteiriça fabricada de líber de árvore destinada a encobrir a cabeça e o corpo de uma pessoa adulta.

(7) Harald Schultz (1962: 24) informa que "Actually the tree represents the embodiment of all the evil spirits of the forest, but as a mask it does not seem to possess all these evil characteristics, for like all the other masked figures, it is there to add jollification to the feast and to amuse the guests".



No alto da cabeça, registra-se um penacho confeccionado de casca de cipó, o qual está costurado a um elmo ou chapéu fabricado do mesmo material do restante da máscara à qual está costurado. Na linha circular desta junção há um franjado formado de um material flexível proveniente de casca de árvore. Este franjado, que circunda toda a máscara, aí se encontra provavelmente com a função de cabelo, pois está localizado logo abaixo do elmo e acima do desenho de uma face. Na extremidade mais baixa do corpo da máscara encontra-se costurada, circundando toda a saia, uma franja fabricada também de casca vegetal macerada e desfiada, o mesmo material de que se constitui o *cabelo*. A máscara também apresenta, logo

abaixo da parte que se destina a cobrir os ombros, duas aberturas, uma de cada lado, destinadas às passagens dos braços do dançarino-usuário.

A frente e o dorso da máscara apresentam concepções gráficas com evidente caráter simbólico. São figuras estáticas, que abrangem grandes extensões de cada face e ocupam de forma simétrica os espaços em torno de pontos centrais presentes, porém não visíveis. Os desenhos se encontram sobre um fundo que tem a cor amarelada natural da entrecasca de árvore.

Não se trata esta concepção do manufator Tükúna de uma manifestação de arte imitativa da natureza; os desenhos não são miméticos e,

em conseqüência, a inventividade do artista ao criar estas figuras simbólicas provocam o observador, que é instigado e induzido ao estabelecimento de hipóteses interpretativas, em uma polissemia hermenêutica.

A máscara, em toda sua extensão, tem 1,90m de altura, incluindo o elmo com o penacho e o babado ou franja que se localiza na extremidade inferior da saia. A largura máxima da vestimenta encontra-se nesta barra da saia, ou seja, 0,56m; a cintura mede 0,51m; a cabeça como um todo mede 0,31m de largura, e o elmo, 0,05m em sua extremidade mais alta, na parte de onde sai o penacho, e 0,18m na intersecção com a cabeça.

#### *A frente da máscara*

Abaixo dos prováveis *cabelos*, encontra-se desenhado um rosto possivelmente humano. Este é constituído de um círculo pintado com tinta preta, medindo 0,13m de diâmetro; dois orifícios se constituem nos olhos, havendo sobre os mesmos pequenas sobranceiras combinadas com longos cílios. A partir destes descem duas linhas que se encontram um pouco abaixo formando o nariz. Um terceiro orifício, situado abaixo do nariz, tem a função de boca. O círculo que desenha o contorno do rosto não é fechado. Onde seria o queixo, a linha do círculo encontra duas linhas paralelas de cada lado, desenhadas em tinta preta, as quais descem da ponta do nariz, com a forma de duas faixas estreitas, que, transcendendo o círculo constitutivo da cara, distanciam-se entre si, percorrem quase a totalidade do corpo da máscara até se encontrarem novamente na saia, configurando uma forma que pode lembrar (conforme a imaginação pode supor) uma grande lâmina, ou um peixe, ou, mais provavelmente, uma grande boca que se abre a partir da cara, descendo corpo abaixo. Ao longo da figura, registram-se, externamente, formas, que podem sugerir a configuração de espinhos ou dentes, ou escamas eriçadas. O conjunto da imagem pode sugerir outras idéias, tais como a de ser uma grande serra, ou de tratar-se de signos de seres da natureza envolvente, tais como uma imensa larva, ou um ortóptero...

O grande desenho que se alonga da cara até a parte inferior da saia apresenta 0,73m de

cima abaixo e 0,10m de largura na metade da figura, onde ela tem a maior abertura. As formas dentadas existentes ao longo deste desenho têm 0,03m de altura em média.

#### *O dorso da máscara*

O dorso apresenta um conjunto pictórico em tinta preta, que é constituído de formas compostas, com figuras que podem levar o hermenauta a diferentes interpretações. São duas imagens, que se contrapõem: duas faixas, com cerca de 0,01m de largura cada, partem do alto das costas da máscara de pontos opostos situados próximos aos ombros, descem ao longo do disfarce em linhas curvas, que se aproximam uma da outra sem se tocar, vindo a afastar-se novamente seguindo em direções opostas para a parte mais baixa na saia. Estas faixas têm a forma côncava-convexa e são dentadas externamente, ou seja, em suas partes convexas, com *dentes* ou espinhos que medem 0,015m em média. Este conjunto imagético pode também simbolizar uma boca imensa, semicerrada, significando as partes em oposição dois lábios que apenas se aproximam. Porém, a forma côncava-convexa que os dois desenhos do conjunto apresentam pode também sugerir ao observador imagens de barcos, que têm suas quilhas muito próximas e que se opõem uma a outra. As quilhas dentadas poderiam ser formadas por duas cobras, cujas escamas estivessem eriçadas ou em forma de espinhos. Na hipótese de essa representação estar presente no imaginário e na inventividade do artista indígena, estas figuras de barcos assim concebidas dariam à criação gráfica um caráter fantástico na simbologia dos barcos formados por cobras com grandes escamas eriçadas e pontiagudas. A idéia da presença de cobras e espinhos na concepção artística de um índio Tükúna é coerente com a concretude da utilização mágica pelos xamãs dessa sociedade de espinhos e cobras nas práticas da feitiçaria.

Exatamente na metade das formas curvas de cada faixa, encontram-se duas figuras em posições divergentes, ou seja, voltadas para um lado e para o outro em direção às partes laterais da veste. Estes desenhos têm a forma aparente de remos ou de colheres. Sendo estes

índios navegadores, remos integram seu cotidiano, interpretação que seria coerente com a idéia de barcos antes referida. Estando há longo tempo em contato com o *mundo dos brancos*, eles conhecem e eventualmente utilizam colheres, objetos que, por sua função no ato de alimentar-se, vinculam-se à boca. Este conjunto pictórico, formado de duas grandes imagens rigorosamente semelhantes entre si, que estão frente a frente e em oposição, é, portanto, suscetível de diferentes interpretações sobre seus significados simbólicos.

Cada faixa tem 0,56m de comprimento e as figuras centrais – *remos* ou *colheres* (?) –, 0,18m de extensão.

### Comentários finais

Uma possível interpretação do desenho da parte frontal da máscara é que a figura apresentada é, provavelmente, uma simbolização mítica, com o corpo zoomorfo – forma de peixe ou de outro animal – e a cara com características fortemente antropomórficas. Segundo esta compreensão, a concepção artística do autor indígena virtualmente objetivaria a expressão estética de uma figura bipartida, que poderia simbolizar um ser que pertence ao mesmo tempo ao mundo dos homens e ao mundo animal, ao mundo da cultura e ao mundo da natureza, ao mundo concreto e ao universo mítico. Porém, esta mesma figura pode ter outra interpretação à qual atribuímos maior ênfase em face das demais: ao invés de a figura que desce da cara e se expande ao longo da máscara representar um corpo zoomórfico, ser ela mesma uma extensão da própria cara, simbolizando a grande boca entreaberta uma figura demoníaca. As formas pontiagudas, nesta hipótese, seriam dentes. Esta interpretação é coerente com a do conjunto figural do dorso da máscara, vista como uma enorme boca semicerrada. Segundo esta compreensão hermenêutica, os dois blocos de concepções gráficas, o da face frontal e o da face dorsal, complementar-se-iam, constituindo uma única representação mítica, um ser único de dupla face, muito provavelmente simbolizando *Jurupari* (ou *e:pi*), entidade maligna, que vive no Mundo Inferior.

### Máscara Nº 2

R.G.: 5923

Objeto: “*Vestido de entrecasca que corresponde à festa do chaací*”

Datas: Coletada: 1949

Entrada: 1950

Colecionador: Compra da Sra. Dra. Wanda Hanke

Grupo étnico: Tukuna - Alto Rio Solimões, Amazonas

### Descrição

- Altura - total: 1,42m
- Corpo da máscara sem a franja: 1,14m
- Franja: 0,28m
- Largura - no extremo mais alto da máscara (pescoço ou colarinho): 0,52m
- Na cintura: 0,57m
- Na costura da saia com a franja: 0,59m

A peça em estudo é uma máscara ou vestimenta corporal utilizada ritualmente na comunidade indígena Tükúna por ocasião da “Festa da Moça Nova”. Está ausente a parte referente à cabeça da máscara. A peça é composta de uma porção mais alta com a função de pescoço ou gola, o corpo e, na parte mais baixa, uma franja. O limite entre a primeira e a segunda partes é marcado pela ocorrência de um barbante, provavelmente confeccionado de palha da palmeira buriti (*Mauritia vinifera*), que, enfiado através de orifícios em torno de toda a máscara, serve para ajustar a vestimenta sobre o ombro do usuário. Se repuxado o barbante, surge no alto da máscara um franzido na forma de largas dobras, que ajustam esta parte da peça sobre os ombros, na forma de pescoço ou gola. A franja, localizada na parte mais baixa da máscara, constitui-se de dupla camada de fibras vegetais, sendo uma de entrecasca de árvore, o mesmo material do restante do corpo da vestimenta, e a outra formada de tiras de casca de árvore macerada, estando esta sobreposta à primeira, sendo ambas costuradas à saia da máscara.

Na parte central do corpo da vestimenta encontra-se um desenho colorido, que circunda toda a máscara, ocupando um espaço que vai desde o peito até próximo do limite inferior da saia. Esta concepção pictórica contínua e única sugere a idéia de que a peça vegetal foi pintada estando ainda aberta, ou seja, antes de ser procedida a costura lateral. Esta, de cima abaixo, foi processada com um barbante provavelmente



de palha da palmeira buriti. A máscara – com o pescoço ou gola – é formada de uma lâmina de líber com 1,16m de largura em média (a lâmina aberta apresentaria esta dimensão).

A máscara, não contendo cabeça, não apresenta outros indícios claros do que poderiam ser indicadores da parte da frente e da parte do dorso. Contém apenas em um dos lados uma abertura para a passagem de um dos braços do usuário-dançarino. Como o grande desenho é mais amplo em uma das faces da vestimenta e se combinamos este dado com a localização da passagem para o braço, que se encontra à direita desta face, pode-se supor que esta seja a parte frontal da máscara.

Percebe-se que a pintura total existente na máscara foi executada na peça de entrecasca aberta, ou seja, antes de ser a mesma costurada em uma de suas laterais, tal é a continuidade das linhas e das formas na passagem de uma para a outra face.

#### **Aspectos estéticos Interpretações**

A referida pintura é composta de uma faixa com 0,08m de largura, que circunda toda a vestimenta na altura da cintura, como uma larga cinta colorida. Tomando-se esta faixa

como eixo central, nota-se que se desenvolvem desenhos, ora em formas geométricas, ora abstratos, que se distribuem acima e abaixo da faixa. Na parte de cima, em um dos lados da máscara, encontra-se desenhada uma grande estrela que estaria *semi-encoberta* pela faixa, que deixa aparecer apenas seis de suas oito pontas presumíveis. Esta representação pictórica de um astro celeste pode simbolizar o sol, pois *dyo'i*, o mais importante herói cultural Tükúna, vive na terra do sol nascente.<sup>8</sup> O desenho, em seu conjunto, é formado em quase a sua totalidade de linhas retas, que constituem espaços geometricamente concebidos, os quais estão total ou parcialmente coloridos, alguns com a cor preta, outros com a amarela e ainda outros com a cor vermelha. Os espaços coloridos têm formas triangulares no interior da faixa, e formas retangulares abaixo da faixa, sendo alguns retângulos semi-coloridos. Registram-se também duas pontas da estrela que estão coloridas. Os demais espaços se apresentam na cor amarelada natural do material constitutivo da máscara, a entrecasca de árvore. Todas as linhas dos contornos das formas desenhadas são em preto. A sensibilidade do pintor Tükúna promoveu a transposição de espaços geométricos para a tela, em abstrações formais, que se tocam.

As diversas formas coloridas se opõem simetricamente formando um conjunto pictórico harmonioso. As diferentes cores se complementam na ocupação dos espaços e se contrapõem entre si, formando uma pintura complexa e de forte caráter decorativo. Em um dos lados, abaixo da faixa central, registram-se formas abstratas em suas linhas que se entrecortam em delicada concepção decorativa sem conteúdo simbólico aparente. A faixa com seus complementos acima e abaixo, a estrela, os triângulos, os losangos e as formas abstratas se constituem em uma *idéia* pictórica, que contém uma beleza singela e chocante em sua estática. No evento pictórico, o artista indígena refletiu sobre a natureza, que se evidencia estilizada na estrela e nas formas triangulares-losangulares, possíveis símbolos de peixes.

(8) Sobre os heróis culturais Tükúna, cf. C. Nimuendaju, op. cit. 1948.

### Máscara Nº 3

R.G.: 13.1

Nome da peça: "Manto entrecasca"

Origem: Coleção "P. Airosa"

Grupo étnico: Ticuna

Coletor: Frei Fidelis Alviano

Doador ou vendedor: Coleção Paixão

Condições e restauração: 6/83 – danificado – cores firmes

Descrição: Manto feito c/ fibra de Caxingubeira

Material: Líber (entrecasca de árvore)

### Descrição

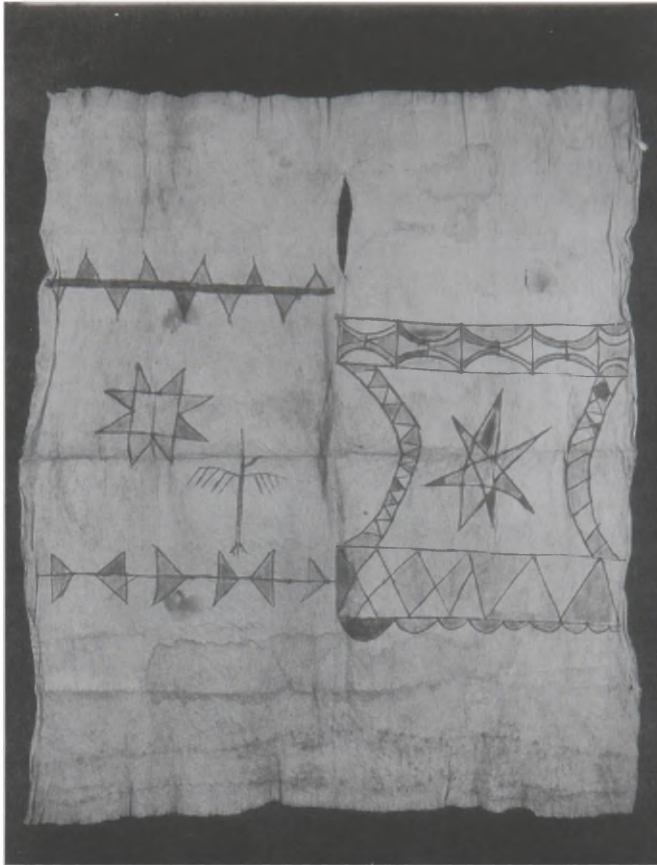
- Altura: 1,25m

- Largura: 1,08m

É provável que esta peça, que está fichada como "manto", em verdade, se destinasse à função de máscara corporal. A peça é inteiriça e se encontra sem cabeça; estando sem a costura lateral, ela se apresenta aberta. O indício mais forte de que se trata de uma máscara para encobrir o corpo e não uma peça para ser usada descerrada está na existência de uma abertura que, pela localização, teria a finalidade de passagem para um dos braços do dançarino-usuário, conforme se registra normalmente nas máscaras rituais Tükúna. Esta abertura se encontra na parte superior da peça exatamente onde ela se divide ao meio no sentido vertical, separando as partes que seriam a frente e o dorso da máscara. Estas partes são marcadas de maneira muito forte pela presença de dois conjuntos pictóricos, que estariam claramente em cada face, decorando-as. Poder-se-ia dizer que esta peça é uma máscara inacabada, de vez que está faltando a costura lateral que a fecharia em torno do corpo do usuário. Assim, a peça sugere a idéia de que ela foi pintada e foi feita a abertura para a passagem do braço do dançarino, mas o manufator não concluiu o trabalho realizando a costura lateral. A partir desta compreensão, identifica-se a verticalidade da peça, cuja parte de cima é a em que se encontra a abertura para a passagem do braço. Assim, o objeto, se estivesse fechado, teria altura (cf. registro acima) e largura, medindo 0,54m no sentido horizontal.

Corroborando a idéia da verticalidade da peça, há de referir-se à existência, em uma das faces, do desenho estilizado de um pássaro, cuja cabeça presumivelmente está para cima e os pés para baixo.





Na análise desta peça é praticamente impossível e é mesmo irrelevante a definição de qual é a face frontal e qual a dorsal. Os desenhos e pinturas existentes em uma e na outra face não servem a esta classificação. Uma ou a outra ocupar esta ou aquela posição dependeria de o usuário indígena fazer passar pelo orifício existente com esta finalidade o seu braço direito ou o esquerdo. Ante este fato, desprezamos tal classificação e optamos por marcar as faces por letras, sendo uma a Face A e a outra a Face B.

#### Face A

O desenho desta face se compõe de quatro faixas que se tocam nas extremidades. As faixas de cima e de baixo são retas e as laterais, curvas com as concavidades para o interior do espaço central formado pelas quatro faixas. No centro deste espaço se localiza uma estrela de sete

pontas, que pode ter sido desenhada com uma única linha quebrada e contínua, a qual, em sua configuração, entrecorta-se sobre si mesma. Que simboliza esta estrela? O sol – o lugar mítico que se reporta ao herói cultural *dyo'i*? A estrela da manhã? Gruber (1992: 256) refere que os Tükúna desenhavam em suas máscaras a estrela da manhã. A faixa superior é composta de quadriláteros, que se dispõem lado a lado. Cada uma destas figuras geométricas contém em seu espaço interno duas faixas curvas com as concavidades voltadas para o centro, uma contra a outra. Estas faixas internas ora se tocam, ora não. Os espaços constantes destes desenhos são pintados com as cores preta, amarela, marrom, alaranjada, verde escuro e verde claro, figurando lado a lado com estas colorações a cor natural amarelada do líber nas partes não pintadas.

Deve-se notar o diálogo cromático entre as figuras e o fundo sobre o qual estas estão

compostas. Os espaços vazios não pintados, em geral, têm como valor crômico a cor natural da tela, ou seja, o amarelado, importante na coloração das diferentes imagens. As diversas cores apresentam múltiplas tonalidades, que são, certamente, conseqüência da mistura de tintas ou da maior ou menor intensidade de sua aplicação ou, ainda, da composição destas, por transparência ou por *sombra*, com a cor natural do fundo. O verde é evidente decorrência da pintura com tinta natural azul por composição com o fundo amarelo. A partir destas combinações, intensidades e diafanidades, tomam corpo o marrom claro e escuro, e o cinzento, cores que têm em sua composição originária o preto modificado pela luminosidade assimilada conseqüente da combinação com outras cores claras. Estas junções cromáticas estão presentes nos diversos desenhos que esta peça apresenta nas duas faces.

A faixa inferior se compõe de triângulos e losangos, porém como figuras geométricas de formas irregulares, todos internos à faixa. Externamente, voltadas para baixo, encontram-se articuladas figuras semicirculares.

A faixa lateral externa (considerando a peça como se encontra, aberta) contém em seu interior espaços que lembram formas geométricas tais como triângulos, losangos e quadrados, porém deformados em suas configurações.

A faixa lateral interna é composta de triângulos cujos vértices se alternam, voltados para um e para o outro lado. Nas extremidades da faixa encontram-se figuras quadrilaterais irregulares.

#### Face B

O lado B se compõe de um conjunto de três desenhos constituídos de formas policoloridas e um quarto desenho, sendo este unicolor, preto.

Na parte de cima da peça, encontra-se uma grossa linha transversal em cor preta, com 0,01m de largura, à qual se articulam, para cima e para baixo, alternadamente, cinco triângulos para cada lado, pintados com diferentes cores, tais sejam, o amarelo, o verde claro e o verde forte, e o marrom claro e escuro.

Em contraposição, no setor mais baixo da peça, registra-se uma linha fina e transversal

em cor preta, que se dispõe paralela à anterior e que apresenta seis formas triangulares, que estão divididas ao meio pela linha, do que decorre a duplicação dos triângulos, que ficam dispostos para cima e para baixo do eixo geométrico divisor; estes triângulos apresentam-se nas tonalidades amarela, verde forte e verde claro, e marrom claro e escuro.

Estas linhas retas pretas articuladas com triângulos multicoloridos podem ser apenas, na criação plástica, figuras geométricas que estão na peça com fins, por assim dizer, decorativos enquanto tal; no entanto, estes dois conjuntos pictóricos podem simbolizar partes de vegetais estilizados, nas quais as linhas seriam talos e os triângulos coloridos, folhas ou mesmo grandes espinhos, símbolos pictóricos que podem aludir, diacriticamente, ao cenário natural, e têm sua razão de ser no ambiente artístico Tükúna, que é intimamente permeado pela exuberante natureza envolvente, em seu mundo vital.

No espaço constituído entre as duas figuras acima descritas, encontram-se dois desenhos, uma estrela e um pássaro. A estrela contém oito pontas formadas por triângulos coloridos em amarelo, verde claro e verde forte, e marrom, os quais se dispõem em torno de um quadrado central. De cada lado deste quadrado se encontram duas pontas. Que representa este astro, o sol, a estrela da manhã? É ele um sinal do Mundo Superior da cosmogonia Tükúna? São hipóteses possíveis. A figura do pássaro dá nítida idéia de voo, pois está com as asas abertas, o bico esticado para a frente e os pés estendidos para trás. Esta ave pode simbolizar o clã e o sub-clã do qual faz parte o pintor-dançarino; neste caso, tratar-se-ia de um signo atinente a um dos grupos sociais da *metade aves*, quem sabe o *jaburu* ou o *tuiuiu* ou o *gavião-real*... Se compreendermos estes dois desenhos centrais, a estrela e o pássaro, como constitutivos de uma concepção representativa integrada, podemos aí visualizar a simbolização mesma do Mundo Superior, lugar cósmico onde o uruburei habita, conforme a mitologia Tükúna. As duas linhas, a de cima e a de baixo, constariam na obra pintada como *moladura* ou linhas limítrofes da concepção estética principal, pairando esta no universo mítico Tükúna, que

é povoado de astros e de pássaros, um momento contemplativo do artista.

### Comentários finais

Os dois conjuntos de figuras constantes das faces A e B, sendo espacialmente independentes entre si, no entanto, tocam-se em um ponto: a linha de baixo do conjunto da face B atinge a faixa de baixo do conjunto da face A em um ponto situado na metade da base do triângulo marron localizado na extremidade interna da faixa. A atmosfera pictórica que se pode observar nas duas figuras de uma e da outra face é marcada pela vivacidade que é criada a partir da intensidade, da alternância e da variedade das cores, mesmo tratando-se de uma concepção artística estática, exceto no detalhe da possibilidade de o desenho do pássaro representá-lo em pleno vôo.

### Máscara Nº 4

R.G.: 8683

Nome da peça: Máscara de dança

Entrada: 1956

Coletor: Harald Schultz

Data: 1956

Doador ou vendedor: O mesmo

Forma de aquisição: Expedição do Museu Paulista

Grupo étnico: Tukuna

Localização geográfica: Alto Rio Solimões

Descrição: Máscara de tururi vermelho, com aba na cabeça, rosto pintado

Condições e restaurações: Bom estado de conservação

### Descrição

- Altura do corpo: 1,35m
- Altura da cabeça (incluindo o pescoço): 0,60m
- Altura total da máscara: 1,95m
- Altura da franja: 0,30m
- Altura do corpo sem a franja: 1,05m
- Largura do corpo: 0,50m
- Largura da cabeça de ponta a ponta das orelhas: 0,49m
- Largura da cabeça (não se considerando as orelhas): 0,21m
- Diâmetro de cada orelha de forma circular: 0,14m

A peça que está sendo apresentada é uma máscara de dança ritual Tükúna constituída de duas partes claramente definidas, a cabeça e o corpo, ligadas entre si por uma costura com um barbante de fibra provavelmente da palmeira tucumã (*Astrocaryum tucuma*). Este

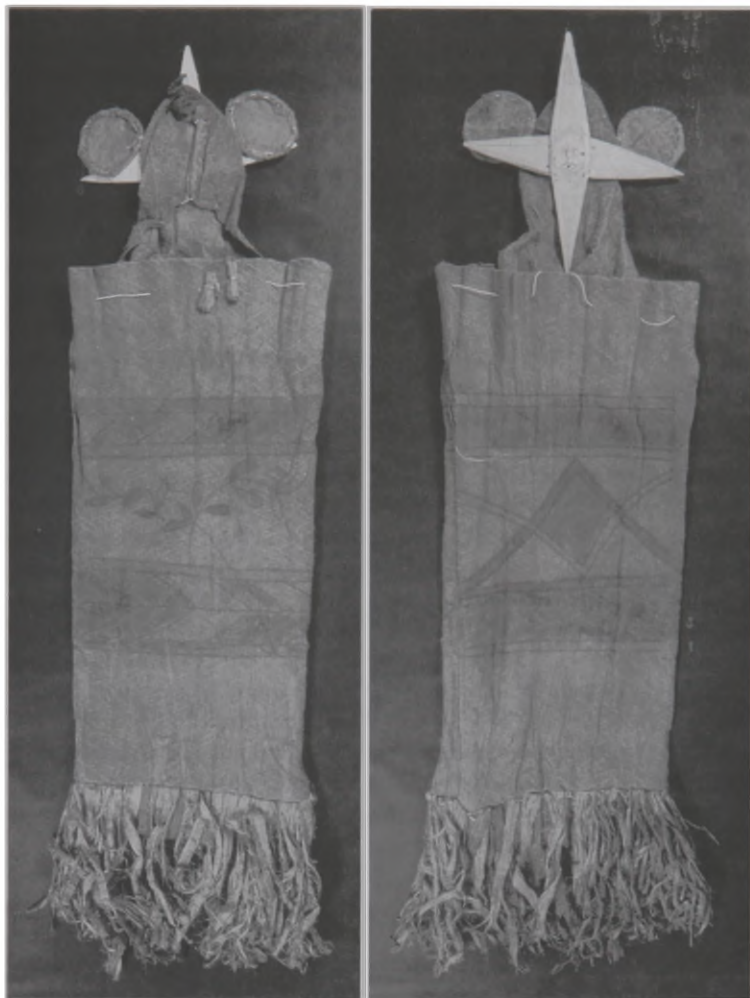
mesmo barbante se encontra enfiado, em uma costura de largos pontos, no alto do corpo da máscara, no sentido horizontal, com a finalidade de, pela pressão, estreitar a máscara sobre os ombros do usuário, fixando a peça sobre o corpo para que não caia durante o uso.

### Comentários descritivos e interpretativos

#### A cabeça

A máscara destinada a encobrir a cabeça é composta de duas partes: o capuz, com grandes orelhas, fabricado de líber ou entrecasca de árvore, que reveste toda a cabeça até o pescoço e se articula com o corpo da máscara; e uma estrela de madeira de quatro pontas, que se encontra afixada à parte fibrosa na frente da máscara. A estrela se compõe de duas hastes que se cruzam, formando pontas que se dispõem para cima e para baixo, para um lado e para o outro. Estas duas hastes sobrepostas estão costuradas uma à outra com um barbante fino (de provável fibra da palmeira tucumã), que, por sua vez, também prende a estrela à máscara facial. A haste superior da estrela mede, no ponto de cruzamento, 0,08m de largura, ponto a partir do qual as quatro pontas se vão estreitando paulatinamente até quase se aguçarem nas extremidades. No quadrado formado pela intersecção das duas hastes da estrela, encontra-se desenhada uma cara com a forma circular. Esta cara apresenta desenhados olhos arregalados com cílios e supercílios, e a boca aberta, que contém, de um lado e do outro, pequenos traços, que partem do lábio superior para cima; registram-se também pequenos riscos, na parte superior da cara, representando cabelos. Os olhos e a boca estão escavados na madeira, apresentando um dos olhos uma íris de latão. O nariz é figurado por uma estreita peça de latão que separa os dois olhos e desce até o lábio superior. Os desenhos são feitos em tinta preta. A cabeça da máscara não apresenta furos que permitam a visão do dançarino. Como usá-la e participar do ritual, das danças? O dançarino usuário pode ser conduzido por outrem ou tem a visão do que ocorre além da máscara através da trama da entrecasca.

As pontas da estrela apresentam sulcos laterais produzidos na madeira, os quais



partem do quadrado central e vão até as extremidades onde se encontram.

A cara, certamente, não é humana, ou, se o é, está caracterizada para representar um ser da natureza; ela está inserida em uma estrela, como se fosse a imagem de uma entidade cósmica. Porém, muito provavelmente, ela é um signo da filiação clânica do pintor-usuário. Pode representar a pintura facial correspondente ao clã *onça*. O desenho da cara particularmente os detalhes da boca indiciam esta possibilidade.

#### *O corpo*

Como a cabeça, o corpo é manufaturado de líber de cor marrom. Na extremidade mais

baixa da peça se encontra uma franja fabricada de casca desfiada de madeira, que está costurada ao corpo da máscara. Este apresenta em um de seus lados uma costura, que fecha a vestimenta, dando à mesma a forma de um vestido; constam, também, na porção superior e de cada lado, aberturas destinadas às passagens dos braços do dançarino indígena. A parte mediana da máscara corporal apresenta grandes desenhos coloridos em ambas as faces – a frontal e a dorsal. Cada uma destas figurações contém largas faixas, que se estendem longitudinalmente, as quais, se tocando, promovem a integração entre as imagens das duas faces da máscara. Em cada face, entre as faixas se encontram amplos espaços com 0,50m de altura e que ocupam

toda a largura da peça. Nestes espaços se encontram concepções estéticas de desenhos coloridos. Percebe-se com muita clareza que a peça foi desenhada de forma contínua de extremidade a extremidade da entrecasca (no sentido horizontal), quando esta ainda se encontrava aberta, ou seja, antes de ser procedida a costura lateral, em uma grande concepção artística com dupla imagem, isto é, ocupando o espaço total meio a meio.

Estando a máscara da cabeça afixada a uma das faces da máscara corporal, constata-se qual das duas faces desta é a frente e qual é o dorso, pois a cara constante da cabeça indica qual é a face frontal da máscara corporal. A cabeça da máscara está presa à parte da frente daquela. No alto do dorso da máscara corporal encontram-se dois chumaços de casca de árvore desfiada (compostos do mesmo material da franja), aos quais estão amarradas as extremidades do barbante de fibra vegetal, que prende a cabeça ao corpo da máscara e que também serve para estreitar este sobre os ombros do dançarino.

O desenho da face frontal apresenta uma faixa larga superior e outra faixa larga inferior, as quais estão interligadas por duas faixas estreitas, que gizam em sentidos diagonais o espaço formado entre as primeiras faixas. Estas faixas estreitas interiores, sendo uma em cor amarela e a outra em roxo forte, apresentam-se na forma de dois grandes ângulos, que se entrecruzam nas porções medianas, formando um grande losango central em cor rósea. A faixa superior se compõe de um núcleo mais largo em cor roxa clara, que vem marginado acima e abaixo por sub-faixas estreitas em cor amarela. O arroxeadado da cor da porção mais larga da faixa deve ser consequência de provável combinação de cores consequente do uso de tinta vermelha vegetal sobre o fundo marrom claro do líber.

A faixa inferior também se subdivide em uma secção central mais larga e duas sub-faixas mais estreitas que marginam a porção principal, acima, em cor roxa clara, e abaixo, em cor amarela. Esta faixa larga tem seu espaço nuclear totalmente ocupado por um desenho em cor preta, com figuração pouco inteligível certamente em decorrência do *envelhecimento* da peça. Porém, em um esforço analítico, pode-se supor estar esta

figura articulada com o desenho estilizado e colorido de uma grande flor que se encontra na faixa inferior do dorso da máscara, em uma continuidade integrada dos dois desenhos. Neste caso, o desenho da parte frontal poderia ser um talo folheado da flor da outra face.

Todas as linhas dos contornos dos desenhos são em cor preta.

O desenho do dorso da máscara, em continuidade ao da face frontal, exhibe outra concepção artística, que, embora diferente, se prende à arquitetura básica que conforma a outra face. São duas faixas, uma acima e a outra abaixo, tendo o espaço intermediário cortado por linhas que se entrecruzam e que promovem a ligação entre as duas grandes faixas. As faixas superior e inferior, como as da outra face, compõem-se de núcleos centrais principais, marginados por sub-faixas mais estreitas. As duas sub-faixas do desenho de cima, apresentam-se com tonalidades arroxeadas uma e em cor amarela a outra. O núcleo largo central é cortado por linhas retas paralelas e inclinadas, as quais constituem formações losangulares dispostas lado a lado, em uma alternância de cores, tais sejam o amarelo, o roxo, o marrom e a cor natural marrom clara da entrecasca.

A faixa larga inferior, tripartida, contém, marginando o núcleo central, uma faixa estreita em cor amarela e a outra em marrom. Conforme referido acima, consta do núcleo central mais largo o desenho de um grande ramo vegetal estilizado, em forma alongada, contendo folhas em cores amarela, roxa, marrom e vermelha e, na extremidade, uma flor roxa.

De pontos da faixa de baixo partem dois ramos vegetais com folhas verdes, amarelas, roxa e marrom. Estes ramos logo se entrecruzam, ao se dirigirem em direções opostas. Uma das folhas de um dos ramos toca suavemente a faixa superior.

As figuras vegetais sugerem a possibilidade de, além de seu caráter decorativo, simbolizarem a filiação clânica do pintor Tükúna, na *metade plantas*. Esta hipótese é compatível com a ocorrência do desenho da cara, que se encontra na cabeça da máscara, de vez que este pode ser o signo do clã *onça*, um dos grandes grupos sociais desta sociedade que se insere na *metade plantas*.

Os desenhos da face dorsal da máscara, sobretudo as linhas e formas que estruturam o ramo constante da faixa larga de baixo, são vigorosos, não propriamente pela força de cada cor, pois estas já se encontram desmaiadas devido à ação do tempo, mas, fundamentalmente, pela energia expressiva dos traços dos contornos e pela combinação das cores. Evidencia-se o poder da concepção ideal do artista indígena, que se concretiza no equilíbrio das formas e na beleza plena de força vital que as tintas, ainda que sendo antigas,

emprestam àquelas. Trata-se da efetivação, com esmero, de um projeto estético do artista Tükúna, conforme um Ideal objetiva e subjetivamente concebido. O mimetismo da natureza, que se registra nas pinturas e nos desenhos, exprime a integração entre o criador e o meio ambiente natural em que ele vive, exuberante de formas e de policromia. Mesmo assim, o desenho como um todo, nas duas faces da máscara de dança, é marcado pela simplicidade das formas, que falam por meio de uma linguagem pictórica clara e direta.

SAMPAIO-SILVA, O. Tükúna dance masks. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 271-288, 2000.

**ABSTRACT:** The artistic paradigm of the Tükúna Indians from the high Solimões river is discussed in a study, which belongs to the field of Aesthetic Anthropology. We address the question of the research involving pieces of a museum collection. Ritual Tükúna masks from the MAE-USP collection are analyzed and presented, as well as interpreted in their symbolic meanings.

**UNITERMS:** Indian art – Pictorial aesthetics – Masks – Ritual – Symbolism.

### Referências bibliográficas

- ALVIANO, F. de  
1943 Notas etnográficas sobre os Ticunas do Alto Solimões. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, V. 180. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- CARDOSO de OLIVEIRA, R.  
1961 Aliança Interclânica na Sociedade Tükúna. *Revista de Antropologia*, 9 (1 e 2), São Paulo: 15-32.  
1965 Totemismo Tükúna?. *Revista do Instituto de Ciências Sociais*, II (1), UFRJ, Rio de Janeiro: 5-22.  
1964 *O Índio e o Mundo dos Brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- GRUBER, J.G.  
1992 A arte gráfica Ticuna. L. Vidal (Org.) *Grafismo Indígena: Estudos de Antropologia Estética*. São Paulo, Studio Nobel – FAPESP – EDUSP: 249-264.
- LÉVI-STRAUSS, Cl.  
1982 *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- NEWTON, D.  
1987 Introdução: Cultura Material e História Cultural. D. Ribeiro (Ed.): B.G. Ribeiro (Coord.) *SUMA: Etnologia Brasileira – 2 Tecnologia Indígena*. Petrópolis, Ed. Vozes-FINEP: 15-25.
- NIMUENDAJU, C.  
1948 The Tucuna. *Bulletin* 143, *Handbook of South American Indians*, Vol. 3. Washington, Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology: 713-725.

OLIVEIRA FILHO, J.P.

- 1988 *O Nosso Governo: Os Ticuna e o Regime Tutelar*. São Paulo: MCT-CNPq.-Ed. Marco Zero.

ORO, A.P.

- 1978 *Tükúna: Vida ou Morte*. Caxias do Sul: UCS/EST/Ed. Vozes.

QUEIROZ, M.V.

- 1963 "Cargo Cult" na Amazônia: Observações sobre o milenarismo Tükúna. *América Latina*, Rio de Janeiro, Ano 6 (4): 43-61.

RODRIGUES, A. dall'I.

- 1986 *Línguas Brasileiras: Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Ed. Loyola.

SAMPAIO-SILVA, O.

- 1986 Relatório de viagem ao Alto Rio Solimões: [1985] Visita à Área dos Índios Tükúna. *Anais do Museu de Antropologia*, Florianópolis, 18, Anos XVII e XVIII: 59-80.

- 1997 Milenarismo Tükúna e na sociedade não-indígena do Alto Rio Solimões. M.S. Cipolleti (Coord.) *Resistencia y Adaptación Nativas en las Tierras Bajas Latino-americanas*. Quito, Ed. ABYA-YALA: 269-322.

SCHULTZ, H.

- 1962 *Hombu*. Amsterdam-Rio de Janeiro: Colibris Editora Ltda.

*Recebido para publicação em 20 de maio de 2000*



# Estudos Bibliográficos



## COMENTÁRIO D' "A POPULAÇÃO NATIVA DA AMÉRICA DO SUL"

Francisco Silva Noelli\*

Julian Steward e a sua obra dispensam apresentações, sendo supérfluo falar sobre a amplitude da sua contribuição ao desenvolvimento da etnologia dos povos indígenas situados nas Américas do Sul e Central. Nas duas últimas décadas, contudo, suas idéias e proposições vêm passando por um contínuo processo de análise e crítica, sendo dissecadas e, em muitos casos, demolidas pela onda de novas pesquisas que vêm revelando, de modo "formidável", uma massa enorme de informações inimagináveis até poucos anos atrás, como disse recentemente Claude Lévi-Strauss (1998: 122). As engrenagens do que Viveiros de Castro (1996) chamou de "modelo standard" de Steward, mostram como se pode construir grandes teorias sem a devida base de dados, constituindo um exemplo clássico de pesquisa com motivação indutiva.

Publicado há meio século, "A População Nativa da América do Sul" é o artigo seminal de Julian Steward sobre demografia indígena na América do Sul. Sua base é formada com dados coligidos pelos quase cem autores dos artigos que compõem os seis grossos volumes do monumental *Handbook of South American Indians*, publicados pelo *Bureau of American Ethnology* da *Smithsonian Institution*, entre 1946 e 1949. O volume 7, "Index", foi publicado uma década depois, em 1959.

Qual seria a razão de traduzir e publicar no Brasil um trabalho cujos dados e idéias já são obsoletos, graças ao contínuo desenvolvimento das pesquisas em demografia histórica indígena desde o final dos anos 50? As razões são basicamente duas: 1) facilitar o acesso, tanto lingüístico, quanto da própria publicação, há muito esgotada, aos graduandos brasileiros que não lêem inglês; 2) estimular pesquisas locais

e regionais sobre demografia histórica indígena no período colonial, pois ainda não há um estudo ou, melhor, um conjunto de estudos que tenham efetivamente superado as idéias e as abordagens de Steward e daqueles que o seguiram, revelando outras estatísticas coloniais baseadas nas fontes disponíveis. Também, devido ao fato de que muito se repete as concepções de Steward sem lê-lo, desconhecendo o que o próprio Steward lembrou no texto traduzido acima. Considerando as publicações disponíveis ao redor de 1949, ele concluiu que a maioria das estimativas até aquela data foram baseadas em "chutes" (*by sheer guess*, Steward 1949a: 655).

Visando superar a lacuna em demografia histórica indígena para o atual território brasileiro, a tradução acima é uma contribuição que pretende incentivar o estudo das idéias demográficas de Steward, muitas vezes lidas indiretamente, pela mão de seus discípulos e exegetas mais influentes no Brasil, como Betty Meggers, Clifford Evans, Darcy Ribeiro e Eduardo Galvão, ou através de muitos outros pesquisadores ativos entre o pós-guerra e 1980. Conhecê-lo melhor, em primeira mão e auxiliado pelas leituras e análises dos seus críticos, é a melhor maneira de não mais repetir acriticamente suas concepções, enraizadas profundamente na Etnologia e Arqueologia praticadas no Brasil. Outras publicações de Steward também mereciam ser traduzidas, de modo que o acesso fosse direto e funcionasse como uma explícita contribuição ao estudo da história das idéias da etnologia indígena americanista.

A importância desse artigo sobre demografia histórica indígena, no meu entender, não reside somente nos números populacionais, que figuram no artigo para reforçar o que pensava e defendia Julian Steward naquela época.

Creio que sua importância reside na representação das densidades populacionais para cada território, usada para justificar o modelo ecológico-

(\*) Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História da Universidade Estadual de Maringá. Paraná, PR.

co sobre a ocupação humana do leste da América do Sul. Como é amplamente sabido, especialmente no caso do Brasil, o modelo é baseado em uma generalizante dicotomia que pretendeu reduzir a imensa gama de ecótonos do leste da América do Sul entre “várzea” e “terra firme” (Steward 1948, 1949b). Na várzea as populações seriam um pouco mais densas, devido ao aumento da capacidade de sustento em função das ofertas mais abundantes de pescado e outros animais dos cursos d’água. Na terra firme, isto é, afastados dos cursos d’água maiores e dos seus recursos, haveria agrupamentos menos densos, bem como menos desenvolvidos em termos culturais, políticos e sociais, em função da oferta menor de alimentos protéicos e da necessidade de ir atrás da caça e da coleta, sendo obrigados a mudar constantemente de território. Em suma, na perspectiva do determinismo ecológico de Steward, inspirado no pensamento degeneracionista de Martius ([1847] 1982, [1839] 1905), os então imaginados solos pobres das áreas “Marginal” e “Floresta Tropical”, cobertos por campo ou por densa floresta, seriam adversos à ocupação humana e o fator causal de uma imaginada baixa densidade demográfica. E, principalmente, explicariam o “baixo desenvolvimento” sociológico e antropológico dos povos ocupantes dessas regiões, classificados nos últimos patamares do modelo evolucionista de Steward.

Em que pese sua reconhecida erudição, Steward deixou-se cair refém das construções históricas defasadas e incompletas da maioria dos capítulos do *Handbook*, aceitando francamente os resultados e argumentos apresentados. Na maioria dos capítulos, os autores, de fato, não dominavam as fontes, criando imagens distorcidas e empobrecidas das diversas áreas, como foi constatado posteriormente por várias pesquisas regionais de demografia histórica indígena (ver abaixo, sugestões de leitura). As exceções do *Handbook*, considerando os dois autores que tiveram a preocupação de manipular o máximo possível de fontes, parecem restringir-se aos artigos de George Kubler e de John Rowe no volume 2, sobre os Andes (cf. Cook 1981).

Steward também enredou-se nas perspectivas das estimativas hemisféricas sugeridas até 1945, especialmente por Alfred Kroeber, que não considerava o efeito das epidemias, e Ángel Rosenblat, famoso pela sua abordagem “tenden-

ciosa” das fontes (Borah 1964, [1976] 1992; Lovell 1992). Isto é, Steward ignorou solenemente uma larga série de informações históricas disponíveis, bem como desconsiderou diversas perspectivas que permitiam perceber uma densidade populacional muito maior que a apresentada nas suas sínteses marcadamente evolucionistas (cf. Steward 1949b, 1949c; Steward e Faron 1959). Uma das principais analistas do modelo de Steward, Anna Roosevelt (1991: 104), não teve dúvidas ao afirmar que

*“A teoria [do determinismo ecológico] está virtualmente errada em vários aspectos importantes e apesar disso, as implicações desses erros não foram ainda levadas em consideração adequadamente por muitos pesquisadores”.*

Isto se aplica perfeitamente ao Brasil. Em relação aos séculos XVI e XVII, período que ainda não foi exaustivamente pesquisado com abordagens do tipo “fonte-a-fonte para cada área”, aderiu-se acriticamente à teoria do determinismo ecológico. A maioria dos estudos demográficos históricos indígenas posteriores a Steward adotou a dicotomia “várzea X terra firme” para justificar esta ou aquela densidade em função dos solos e da cobertura vegetal, simplesmente desconsiderando todas as fontes existentes em prol de alguma mais à mão, a exemplo da “pura suposição” de John Hemming (*pure guesswork*, 1978: 491). Ainda que raros, os estudos demográficos históricos sobre os séculos XVI e XVII contribuíram para a construção de um prédio sem fundações, pois, mesmo que bem intencionados, vários pesquisadores sugeriram estimativas despidas de uma sólida e convincente base de dados que lhes sustentassem, com são os casos de Pierre Clastres ([1973] 1978) e John Hemming (1978). William Denevan (1966, [1976] 1992a, 1992b, 1996), Antonio Porro ([1981] 1995), Warren Dean (1985) e Thomas Myers (1988, 1992) estão em uma posição intermediária, pois, apesar de adotarem mais ou menos explicitamente o modelo de Steward e não terem feito uma completa utilização das fontes disponíveis, são partidários de números populacionais algo mais elevados.

Na atualidade, nestes tempos da efeméride sobre o “descobrimento do Brasil”, o que se repete na academia e na mídia são meras alegorias ao invés de números de demografia histórica indígena obtidos através de cálculos apoiados por dados levantados pacientemente

nos arquivos e nos documentos publicados, bem como em campo, nos sítios arqueológicos. Até hoje, simplesmente, não foi publicada nenhuma estimativa demográfica histórica em nível local, regional ou global que apresente números confiáveis para o século XVI ou XVII, excetuando um estudo preliminar de Bartomeu Melià (1988), sobre a região do antigo Guairá. Melià, analisando parte da documentação relativa ao início do século XVII, quase sem cálculos adicionais e sem considerar o que ocorreu no século XVI, revelou indicadores de que apenas a população Guarani daquela porção do atual estado do Paraná estaria entre 800.000 e 1.000.000 de habitantes.

À medida em que novos estudos forem desenvolvidos certamente haverá um grande impacto sobre o que se pensa ou supõe ser o tamanho global da população indígena ao tempo dos primeiros contatos em cada região. Ainda deveremos esperar mais alguns anos, até que comecem a aparecer os novos cálculos, devidamente acompanhados de detalhada e ampla pesquisa dos processos históricos e biológicos que contribuíram para transformar radicalmente o panorama sócio-cultural do que hoje chamamos Brasil. Não podemos esperar mais para iniciar as novas pesquisa, pois continuaremos ignorando o que Steward (1949a: 658) disse sobre seus próprios cálculos: “as estimativas

presentes são meros cálculos e devem ser consideradas preliminares”.

Atualmente o ambiente acadêmico para estas pesquisas é mais favorável e menos preconceituoso, pois, parece que a velha prática de fazer ciência sem base de dados efetivos está em extinção no Brasil. Felizmente, a tradição indutiva e as grandes explicações e generalizações teóricas estão caindo em desuso, substituídas por pesquisas com subsídios que permitam estabelecer novos dados, modelos e concepções, como revelam os diversos balanços sobre a obra e a influência do pensamento de Julian Steward (cf. Roosevelt 1980, 1991, 1995; Viveiros de Castro 1996; Hackenberger 1998, 1999; Wüst 1998; Wüst e Barreto 1999; Neves 1988, 1995, 1998).

Enfim, a esperança reside na possibilidade de que a demografia histórica indígena feita no Brasil cresça com o conjunto das pesquisas e das novas abordagens interdisciplinares em desenvolvimento no continente, de modo a produzir um panorama que consiga dar conta dos processos vivenciados pelos povos indígenas desde o final do século XV. E que, também, ao longo desta nova etapa, sejam sucessivamente produzidos números e apresentados processos históricos que paulatinamente reconstruam o complexo e multifacetado quebra-cabeças da população e da depopulação indígena nas Américas.

### Referências bibliográficas

- BORAH, W.  
1962 ¿América como modelo? El impacto demográfico de la expansión europea sobre el mundo no europeo. *Cuadernos Americanos*, 6: 176-185.  
1992 The historical demography of aboriginal and colonial America: an attempt at perspective. W.M. Denevan (Ed.) *The native population of the Americas in 1492*. 2 ed. Madison, University of Wisconsin Press: 13-34.
- CLASTRES, P.  
1978 *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- COOK, N.D.  
1981 *Demographic collapse*. Indian Peru (1520-1620). Cambridge: Cambridge University Press.
- DENEVAN, W.M.  
1992a Native American population in 1492: recent research and a revised Hemispheric estimate. W.M. Denevan (Ed.) *The native population of the Americas in 1492*. 2 ed. Madison, University of Wisconsin Press: xvii-xxix.  
1992b Estimating the unknown. W.M. Denevan (Ed.) *The native population of the Americas in 1492*. 2 ed. Madison, University of Wisconsin Press: 1-12.  
1992c The aboriginal population of Amazonia. W.M. Denevan (Ed.) *The native population of the Americas in 1492*. 2 ed. Madison, University of Wisconsin Press: 205-234.  
1996 A bluff model of riverine settlement in prehistoric Amazonia. *Annals of the Association of American Geographers*, 86 (4): 654-681.
- HACKENBERGER, M.J.  
1998 Manioc agriculture and sedentism in Amazonia: the Upper Xingu example. *Antiquity*, 72 (277): 633-648.  
1999 O enigma das grandes cidades. Corpo privado e Estado na Amazônia. A. Novaes

- (Ed.) *A outra margem do Ocidente*. São Paulo, Cia das Letras: 125-152.
- HEMMING, J.  
1978 *Red gold*. The conquest of the Brazilian Indians. London: MacMillan.
- LÉVI-STRAUSS, Cl.  
1998 Entrevista a Eduardo B. Viveiros de Castro. *Mana*, 4 (2): 119-126.
- MARTIUS, C.F.P.  
1905 A ethnographia da América, especialmente do Brasil. O passado e o futuro do homem americano. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 9: 534-562.  
1982 Como se deve escrever a História do Brasil. C.P.F. Martius *O Estado de direito entre os autóctones do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- MELIÀ, B.  
1988 *El Guarani conquistado y reducido*. Asunción: CEADUC.
- MYERS, Th.P.  
1988 El efecto de las pestes sobre las poblaciones de la Amazonia alta. *Amazonia Peruana*, 8 (15): 61-81.  
1992 The expansion and collapse of the Omagua. *Journal of the Steward Anthropological Society*, 20: 129-152.
- NEVES, E.G.  
1995 Village fissioning in a Amazonia: a critique of monocausal determinism. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 5: 195-209.  
1998 Twenty years of Amazonian Archaeology in Brazil (1977-1997). *Antiquity*, 72 (277): 625-632.
- NEVES, W.A.  
1989 Teorias de Determinismo Ecológico na Amazônia: um caso de marginalidade da comunidade científica nacional. W.A. Neves (Org.) *Biologia e Ecologia Humana na Amazônia: avaliação e perspectivas*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi/ SCT/CNPq: 59-76.
- PORRO, A.  
1995 *O povo das águas*. Petrópolis: Vozes.
- ROOSEVELT, A.C.  
1980 *Parmana*. Prehistoric maize and manioc subsistence along the Amazon and Orinoco. New York: Academic Press.
- 1991 Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia. W.A. Neves (Org.) *Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia*. Belém, SCT/CNPq/Museu Paraense Emílio Goeldi: 103-141.
- 1995 Early pottery in the Amazon: twenty years of scholarly obscurity. W.K. Barnnet; J. Hoopes (Eds.) *The emergence of pottery: technology and innovation in ancient societies*. Washington D.C., Smithsonian Institution Press: 115-131.
- STEWART, J.H.  
1948 Culture areas of the Tropical Forests. J.H. Stewart (Ed.) *Handbook of South American Indians*, v. 3. Washington D. C., Smithsonian Institution: 883-899.  
1949a The native population of South America. J.H. Stewart (Ed.) *Handbook of South American Indians*, v. 5. Washington D. C., Smithsonian Institution: 655-668.  
1949b South American cultures: an interpretative summary. J.H. Stewart (Ed.) *Handbook of South American Indians*, v. 5. Washington D. C., Smithsonian Institution: 669-772.  
1949c Cultural causality and law: a trial formulation of the development of early civilizations. *American Anthropologist*, 51 (1): 1-27.
- STEWART, J.H.; FARON, L.C.  
1959 *Native peoples of South America*. New York: McGraw-Hill.
- VIVEIROS DE CASTRO, E.B.  
1996 Images of nature and society in Amazonian Ethnology. *Annual Review of Anthropology*, 25: 179-200.
- WÜST, I.; BARRETO, C.  
1999 The ring villages of Central Brazil: a challenge for Amazonian archaeology. *Latin American Antiquity*, 10 (1): 3-23.
- WÜST, I.  
1998 Continuities and discontinuities: archaeology and ethnoarchaeology in the heart of the Eastern Bororo territory, Mato Grosso, Brazil. *Antiquity*, 72 (277): 663-675.

## APÊNDICE

### Sugestão: leituras introdutórias em demografia histórica indígena americana

O objetivo desta sugestão é apresentar uma bibliografia que raramente aparece entre as referências citadas nas publicações sobre os povos indígenas situados no Brasil. Como eu disse acima, respaldado por uma criteriosa revisão bibliográfica e por uma busca nos programas dos cursos de pós-graduação brasileiros, até hoje foram raros os indicadores de um “sólido interesse” em demografia histórica indígena relativa aos séculos XVI e XVII no que hoje é o Brasil. Diante deste quadro em branco, espero que o alto nível alcançado pelas referências sugeridas desper-

te o interesse e estimule pesquisas nesta especialidade, superando o total atraso em que se encontra o tema no Brasil.

Considerando o espaço disponível, a lista que segue é uma amostra e visa sugerir uma seleção dos estudos mais significativos sobre a problemática da demografia histórica indígena colonial nas Américas. A maioria dos trabalhos é o portal para a massa de publicações na área, bem como também são indicadores de temas, de problemas, de debates, de outras fontes e áreas de pesquisa. Na medida do possível, foram indicadas as traduções.

- ALDEN, D.; MILLER, J.C.  
1987 Out of Africa: The slave trade and the transmission of smallpox to Brazil, 1560-1831. *Journal of Interdisciplinary History*, 18 (2): 195-224.
- ASHBURN, P.  
1947 *The ranks of death*. A medical History of the conquest of America. New York: Coward-McCann.
- ASSADOURIAN, C.S.  
1989 La despoblación indígena en Perú y Nueva España durante el siglo XVI y la formación de la economía colonial. *História Mexicana*, 38 (3): 419-453.
- BAKER, B.J.; ARMELAGOS, G.J.  
1988 The origin and antiquity of Syphilis: Paleopathological diagnosis and interpretation. *Current Anthropology*, 29 (5):703-720. (with comments and reply, p. 720-737).
- BECKERMAN, S.  
1991 Amazônia estava cheia de gente em 1492? W.A. Neves (Org.) *Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia*. Belém, SCT/CNPq/Museu Paraense Emílio Goeldi: 143-159.
- BORAH, W.  
1962 ¿América como modelo? El impacto demográfico de la expansión europea sobre el mundo no europeo. *Cuadernos Americanos*, 6: 176-185.  
1968 Review of La población de América en 1492: viejos y nuevos cálculos, by Ángel Rosenblat. *Hispanic American Historical Review*, 48 (2): 475-477.  
1976 Renaissance Europe and the population of America. *Revista de História*, 105: 47-61.
- 1991 Epidemics in the Americas: Major issues and future research. *Latin American Population History Bulletin*, 19: 2-13.
- BOYD, R.  
1996 Commentary on early contact-era smallpox in the Pacific Northwest. *Ethnohistory*, 43 (2): 307-328.
- BROOKS, F.J.  
1993 Revising the conquest of Mexico: Smallpox, sources, and population. *Journal of Interdisciplinary History*, 24 (1): 1-29.
- BUIKSTRA, J.E.; KONIGSBERG, L.W.  
1985 Paleodemography: critiques and controversies. *American Anthropologist*, 87 (2): 316-333.
- BUTZER, K.R. (Ed.)  
1992 The Americas before and after 1492: current geographical research. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 82, n. 3.
- CALLOWAY, C.G.  
1990 *The Western Abenakis of Vermont, 1600 – 1800: War, migration and the survival of an Indian People*. Norman: University of Oklahoma Press.
- CHAUNU, P.  
1960 Une histoire hispano-américaniste pilote. En marge de l'oeuvre de l'École de Berkeley. *Revue Historique*, 224 (456): 339-368.  
1964 La population de l'Amérique indienne (nouvelles recherches). *Revue Historique*, 232 (471): 111-118.  
1969 *A América e as Américas*. Lisboa: Cosmos.
- CLASTRES, P.  
1978 *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.



- COOK, N.D.; LOVELL W.G. (Eds.)  
 1992 "Secret judgements of God". Old World disease in Colonial Spanish America. Norman: University of Oklahoma Press.
- COOK, N.D.  
 1981 *Demographic collapse indian Peru, 1520-1620*. Cambridge: Cambridge University Press.  
 1998 *Born to die*. Disease and New World conquest, 1492-1650. Cambridge: Cambridge University Press.
- COOK, S.F.  
 1973 The significance of disease in the extinction of the New England Indians. *Human Biology*, 45 (3): 485-508.
- COOK, S.L.; BORAH, W.  
 1971 *Essays in population History*, 3 v. [1979] Berkeley: University of California Press. (há tradução em espanhol).  
 1989 *El pasado de México: aspectos sociodemográficos*. México D.F.: Fondo de cultura.
- CROSBY, A.W.  
 1967 Conquistador y pestilencia: The first New World Pandemic and the fall of the Great Indian Empires. *Hispanic American Historic Review*, 47 (3): 312-337.  
 1992 Hawaiian depopulation as a model for the Amerindian experience. T. Ranger; P. Slack; Crosby, A.W. (Eds.) *Epidemics and ideas. Essays on the historical perception of pestilence*. Cambridge: Cambridge University Press: 175-201.  
 1992 Ills. A.L. Karras; J.R. McNeill (Eds.) *Atlantic American Societies*. London, Routledge: 19-39.  
 1991 Infectious disease and the demography of the Atlantic. *Journal of World History*, 2 (2): 119-133.
- DANIELS, J.D.  
 1992 The Indian population of North America in 1492. *William and Mary Quarterly*, 49 (2): 298-320.
- DEAN, W.  
 1986 Las poblaciones indígenas del litoral brasileño de São Paulo a Río de Janeiro. Comercio, esclavitud, reducción y extinción. N. Sanchez Albornoz (Org.) *Población y mano de obra en América Latina*. Madrid, Alianza Editorial: 25-50.
- DENEVAN, W.M. (Ed.)  
 1992 *The Native Population of the Americas in 1492*. 2<sup>nd</sup> ed. Madison: The University of Wisconsin Press.
- DENEVAN, W.M.  
 1992a Native American population in 1492: recent research and a revised Hemispheric estimate. W.M. Denevan (Ed.) *The native population of the Americas in 1492*. 2 ed. Madison, University of Wisconsin Press: xvii-xxix.
- 1992b Estimating the unknown. W.M. Denevan (Ed.) *The native population of the Americas in 1492*. 2 ed. Madison, University of Wisconsin Press: 1-12.
- 1992c The aboriginal population of Amazonia. W.M. Denevan (Ed.) *The native population of the Americas in 1492*. 2 ed. Madison, University of Wisconsin Press: 205-234. (há tradução em espanhol).
- 1996 A bluff model of riverine settlement in prehistoric Amazonia. *Annals of the Association of American Geographers*, 86 (4): 654-681.
- DOBYNS, H.F.  
 1963 An outline of Andean Epidemic History to 1720. *Bulletin of the History of Medicine*, 37: 493-515.  
 1966 Estimating aboriginal American population. An appraisal of techniques with a New Hemispheric estimate. *Current Anthropology*, 7 (4): 395-416. (with comments and reply, p. 425-448).  
 1974 Native American publication of Cultural History. *Current Anthropology*, 15, (3): 304-306.  
 1976 Brief perspective on a scholarly transformation: widowing the "virgin" land. *Ethnohistory*, 23, (2): 95-104.  
 1976 *Native American Historical Demography: a critical bibliography*. Bloomington: Indiana University Press.  
 1987 Demographics of native American Indians. Calvin Martin (Ed.) *The American Indian and the problem of History*. Oxford, Oxford University Press: 67-74.  
 1989 More methodological perspectives on historical demography. *Ethnohistory*, 36 (3): 285-299.  
 1989 Native Historic epidemiology in the Greater Southwest. *American Anthropologist*, 91(1): 171-174.  
 1989 On issues in Treponemal epidemiology. *Current Anthropology*, 30 (3): 342-343.  
 1991 *Their number become tinned*. Native American population dynamics in Eastern North America. 3<sup>rd</sup> ed. Knoxville: The University of Tennessee Press.  
 1993 Disease transfer at contact. *Annual Review of Anthropology*, 22: 273-291.
- DUFFY, J.  
 1953 *Epidemics in Colonial America*. Baton Rouge: Louisiana State University Press.
- DUNN, A.E.  
 1995 A cry at daybreak: Death, disease, and defense of community in a highland Ixil-Mayan village. *Ethnohistory*, 42 (4): 595-606.
- FOWLER, Jr., W.R.  
 1988 La población nativa de El Salvador al momento de la conquista española. *Mesoamérica*, 15: 79-116.

- FRIEDE, J.  
1967 Demographic changes in the mining community of Muzo after the plague of 1629. *Hispanic American Historic Review*, 47 (3): 338-343.
- GARAVAGLIA, J.C.  
1984 La demografía paraguaya: aspectos sociales y cuantitativos (siglos XVI-XVIII). *Suplemento Antropológico*, 19 (2): 19-85.
- GUERRA, F.  
1985 El efecto demográfico de las epidemias tras el descubrimiento de América. *Revista de Indias*, 46 (177): 41-58.  
1985 La epidemia americana de influenza en 1493. *Revista de Indias*, 45 (176): 325-347.
- GUTIÉRREZ, H.  
1996 Teses brasileiras em História Demográfica (1985-1994). *Populações*, 4: 11-17.
- HACKENBERGER, M.J.  
1998 Manioc agriculture and sedentism in Amazonia: the Upper Xingu example. *Antiquity*, 72 (277): 633-648.  
1999 O enigma das grandes cidades. Corpo privado e Estado na Amazônia. A. Novaes (Ed.) *A outra margem do Ocidente*. São Paulo, Cia das Letras: 125-152.
- HARRIS, C.  
1994 Voices of disaster: smallpox around the strait of Georgia in 1782. *Ethnohistory*, 41 (4): 591-626.
- HAY, J.D.  
1995 La evolución demográfica paraguaya desde la perspectiva de un pueblo de indios. *Suplemento Antropológico*, 30 (1-2): 145-162.
- HELM, J.  
1980 Female infanticide, European diseases, and population levels among the Mackenzie Dene. *American Ethnologist*, 7 (2): 259-285.
- HEMMING, J.  
1978 *Red gold*. The conquest of the Brazilian indians. London: MacMillan.
- HENIGE, D.  
1978 On the contact population of Hispaniola: History as higher Mathematics. *Hispanic American Historic Review*, 58 (2): 217-237.  
1978 Reply for Rudolph A. Zambardino. *Hispanic American Historic Review*, 58 (4): 709-712.  
1986 If pig could fly: Timuacan population and native American historical demography. *Journal of Interdisciplinary History*, 16 (4): 701-720.  
1986 Primary source by primary source? On the role of epidemics in New World depopulation. *Ethnohistory*, 33 (3): 293-312.
- 1986 The context, content, and credibility of La Florida de Ynca. *The Americas*, 43 (1): 1-23.  
1989 On the current devaluation of the notion of evidence: a rejoinder to Dobyns. *Ethnohistory*, 36, (3): 304-307.  
1992 Standards of proof and discursive strategies in the debate over Native American population at contact. *The peopling of the Americas*. Veracruz: 17-46.
- HENRY, L.  
1976 Temas de pesquisa, fontes e métodos da Demografia Histórica no Brasil. *Revista de História*, 53 (105): 63-80.
- HICKERSON, D.A.  
1997 Historical processes, epidemic disease, and the formation of the Hasinai Confederacy. *Ethnohistory*, 44 (1): 31-52.
- HOFFMAN, P.E.  
1997 Did Coosa decline between 1541 and 1560? *The Florida Anthropologist*, 50 (1): 25-29.
- JACKSON, R.H.  
1994 *Indian population decline*. The missions of Northwestern New Spain, 1687-1840. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- JOHANSSON, S.R.  
1982 The Demographic History of the Native peoples of North America: a selective bibliography. *Yearbook of Physical Anthropology*, 25: 133-152.
- JORALEMON, D.  
1982 New World depopulation and the case of disease. *Journal of Anthropological Research*, 38 (1): 108-127.
- KAY, J.  
1984 The fur trade and Native American population growth. *Ethnohistory*, 31 (4): 265-287.
- KEEN, B.  
1971 The White Legend revisited: A replay to Professor Hanke's "modest proposal". *Hispanic American Historic Review*, 51 (2): 336-355.
- KOSTIANOVSKY, O.M.  
1970 Historia y evolución de la población en el Paraguay. D.M. Rivarola; G. Heisecke (Eds.) *Población, urbanización y recursos humanos en el Paraguay*. Asunción, Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos: 209-259.
- KRECH III, S.  
1978 Disease, starvation, and Northern Athapaskan social organization. *American Ethnologist*, 5 (4): 710-747.
- KROEBER, A.L.  
1934 Native American Population. *American Anthropologist*, 36 (1): 1-25.  
1939 *Cultural and natural areas of Native North America*. Berkely: University of

- California Publications in American Archaeology and Ethnology.
- KUNITZ, S.J.  
1994 Disease and the destruction of indigenous populations. T. Ingold (Ed.) *Companion Encyclopedia of Anthropology*. London, Routledge: 297-325.
- LAROCQUE, R.  
1988 Le rôle de la contagion dans la conquête des Amériques: Importance exagérée attribuée aux agents infectieux. *Recherches Améridiennes au Québec*, 18 (1): 5-16.
- LOVELL, W.G.  
1988 Las enfermedades del Viejo Mundo y la mortandad indígena: la viruela y el tabardillo en la Sierra de los Cuchumatanes, Guatemala (1780-1810). *Mesoamérica*, 16: 239-285.  
1990 *Conquista y cambio cultural: La Sierra de los Cuchumatanes de Guatemala (1500-1821)*. Antigua: Centro de Investigaciones Regionales de Mesoamérica.  
1992 "Heavy shadows and black night": disease and depopulation in Colonial Spanish America. *Annals of the Association of American Geographers*, 82, (3): 426-443.
- LOVELL, W.G.; LUTZ, Ch.H.; SWEZEY, W.R.  
1984 The indian population of Southern Guatemala, 1549-1551: an analysis of López Cerrato's tasaciones de tributos. *The Americas*, 40 (4): 459-477.
- MAEDER, E.A.  
1990 Las misiones guaraníes: história demográfica y conflictos com la sociedad colonial, 1641-1807. S.O. Nadalin; M.L.Marcílio; A.P. Balhana (Orgs) *História e população: estudos sobre América Latina*. São Paulo, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados: 41-50.
- MAEDER, E.A.; BOLSI, A.A.  
1974 La población de las misiones guaraníes entre 1702-1767. *Estudios Paraguayos*, 2 (1): 111-137.  
1980 *La población guaraní de las misiones jesuíticas: evolución y características*. Resistencia: Instituto de Investigaciones Geohistóricas.
- MAEDER, E.A.; GUITIERREZ, R.  
1995 *Atlas Histórico del Nordeste Argentino*. Resistencia: Instituto de Investigaciones Geohistóricas/CONICET/ FUNDANORD.
- MAEDER, E.J.A.  
1984 Las encomiendas en las Misiones Jesuíticas. *Folia Historica del Nordeste*, 6: 119-137.  
1989 La población de las misiones guaraníes (1641-1682). Reubicación de los pueblos y consecuencias demográficas. *Estudos Ibero-Americanos*, 15 (1): 49-68.
- 1992 *Misiones del Paraguay: conflicto y disolución de la sociedad Guaraní*. Bilbao: Mapfre.  
1975 La población del Paraguay en 1799. El censo del gobernador Lázaro de Ribera. *Estudios Paraguayos*, 3 (1): 63-86.
- MAEDER, J.; BOLSI, A.S.  
1974 La población de las misiones Guaraníes entre 1702-1767. *Estudios Paraguayos*, 2 (1): 111-137.  
1983 La población Guaraní de las misiones jesuíticas, evolución y características (1671-1767). *Cuadernos de Geohistoria*, 4.
- MALVIDO, E.; VIESCA, C.  
1985 La epidemia de cocoliztli de 1576. *Histórias*, 11: 27-33.
- MARCÍLIO, M.L.  
1999 A população do Brasil Colonial. L. Bethel (Org.) *História da América Latina. América Latina Colonial*, v. 2. São Paulo, EDUSP/FUNAG: 311-338.
- MARTIUS, C.F.P.  
1905 A ethnographia da América, especialmente do Brasil. O passado e o futuro do homem americano. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 9: 534-562.  
1982 Como se deve escrever a História do Brasil. In: C.F.P. Martius *O Estado de direito entre os autóctones do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- McARTHUR, N.  
1970 The demography of primitive populations. *Science*, 167 (3921): 1097-1101.
- McLEOD, D.P.  
1992 Microbes and muskets: smallpox and the participation of the amerindians allies of New France in the Seven Year's War. *Ethnohistory*, 39 (1): 42-64.
- MEINDL, R.S.; RUSSELL, K.F.  
1998 Recent advances in method and theory in Paleodemography. *Annual Review of Anthropology*, 27: 375-399.
- MEISTER, C.W.  
1976 Demographic consequences of Euro-American contact on selected American Indian population and their relationship to the demographic transition. *Ethnohistory*, 23 (2): 161-172.
- MELIÀ, B.  
1986 *El Guaraní conquistado y reducido*. Ensayos de Etnohistoria. Asunción: CEPAG.
- MONTEIRO, J.M.  
1989 De índio a escravo. A transformação da população indígena de São Paulo no século XVII. *Revista de Antropologia*, 30/31/32: 151-174.  
1992 Colonização e despovoamento. São Paulo e Maranhão no século XVII. *Ciência Hoje*, 15 (86): 13-18.

- 1992 Os Guarani e a história do Brasil meridional. Séculos XVI e XVII. M.C. Cunha (Org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras: 475-498.
- 1994 *Negros da terra*. São Paulo: Companhia das Letras.
- 1995 O desafio da História indígena no Brasil. A.L.Silva; L.D.B. Grupioni (Orgs.) *A temática indígena na escola*. Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília, MEC/MARI/UNESCO: 221-228.
- 1999 The crisis and transformations of invaded societies: coastal Brazil in the sixteenth century. F. Salomon; S.B. Schwartz (Eds.) *The Cambridge History of the Native Peoples of the Americas*, v. 3. South America, part 1. Cambridge, Cambridge University Press: 973-1023.
- MORA MÉRIDA, J.L.  
1973 *História social de Paraguay (1600-1650)*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos.
- 1974 La demografía colonial paraguaya. *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*, 11: 52-77.
- MÖRNER, M.  
1967 *RACE mixture in the History of Latin America*. Boston: Little, Brown & Co.
- MYERS, Th.P.  
1988 El efecto de las pestes sobre las poblaciones de la Amazonia alta. *Amazonia Peruana*, 8 (15): 61-81.
- 1992 The expansion and collapse of the Omáqua. *Journal of the Steward Anthropological Society*, 20: 129-152.
- NEVES, E.G.  
1995 Village fissioning in Amazonia: a critique of monocausal determinism. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 5: 195-209.
- 1998 Twenty years of Amazonian Archaeology in Brazil (1977-1997). *Antiquity*, 72 (277): 625-632.
- NEWMAN, M.T.  
1976 Aboriginal New World epidemiology and medical care and the impact of Old World disease imports. *American Journal of Physical Anthropology*, 45 (3): 667-672.
- NEWSON, L.A.  
1982 Labour in the colonial mining industry of Honduras. *The Americas*, 39 (2): 185-203.
- 1985 Indians population patterns in Colonial Spanish America. *Latin American Research Review*, 20 (3): 41-74.
- 1986 *The cost of conquest: Indian decline in Honduras under spanish rule*. Boulder: Westview Press. (há tradução em espanhol).
- 1987 *Indian survival in Colonial Nicaragua*. Norman: University of Oklahoma Press.
- 1992 Explicación de la variaciones regionales de las tendencias demográficas en la América española colonial: el caso de México. *História Mexicana*, 41 (4): 517-549.
- 1992 Variaciones regionales en el impacto del dominio colonial español en las poblaciones indígenas de Honduras y Nicaragua. *Mesoamérica*, 24: 297-312.
- 1993 Highland-lowland contrasts in the impact of Old World diseases in Early Colonial Ecuador. *Social Science and Medicine*, 36 (9): 1187-1195.
- 1995 *Life and death in Early Colonial Ecuador*. Norman: University of Oklahoma Press.
- ORTNER, D. et al.  
1992 New approaches to the study of disease in archaeological New World populations. *Human Biology*, 64 (3): 337-360.
- PERTTULA, T.K.  
1993 Kee-Oh-Na-Wah'-Wah. The effects of European contact on the Caddoan Indians of Texas, Louisiana, Arkansas, and Oklahoma. J.D. Rogers; S.M. Wilson (Eds.) *Ethnohistory and Archaeology*. Approaches to postcontact change in the Americas. New York, Plenum Press: 89-110.
- PETERSEN, W.  
1975 A demographer's view of prehistoric demography. *Current Anthropology*, 16 (2): 227-245.
- PHILLIPS, G.H.  
1974 Indians and the breakdown of the Spanish mission system in California. *Ethnohistory*, 21 (4): 291-301.
- PORRO, A.  
1995 *O povo das águas*. Petrópolis: Vozes.
- PURDY, B.A.  
1988 American Indians after A.D. 1492: a case study forced culture change. *American Anthropologist*, 90 (3): 640-655.
- RAMENOFISKY, A.F.  
1987 *Vectors of death*. The Archaeology of European contact. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- 1996 The problem of introduction infectious diseases in New Mexico: A.D. 1540-1680. *Journal of Anthropological Research*, 52 (2): 161-184.
- RAMOS, A.R.  
1993 *O papel político das epidemias: o caso Yanomami*. Brasília: UNB. Série Antropologia nº 153.
- REEVE, M.-E.  
1994 Regional interaction in the Western Amazon: The early colonial encounter and the jesuit years: 1538-1767. *Ethnohistory*, 41 (1): 106-138.

- REFF, D.T.  
 1987 The introduction of smallpox in the Greater Southwest. *American Anthropologist*, 89 (3): 704-708.  
 1989 Disease episodes and the historical record: a reply to Dobyns. *American Anthropologist*, 91 (1): 174-175.  
 1991 *Disease, depopulation, and culture change in Northwestern New Spain, 1518-1764*. Salt Lake City: University Press of Utah.
- RIBEIRO, B.G.  
 1983 Quantos seriam os índios das Américas? *Ciência Hoje*, 6: 55-60.
- RIBEIRO, D.  
 1956 Convívio e contaminação. Efeitos dissociativos da depopulação provocada por epidemias em grupos indígenas. *Sociologia*, 18 (1): 3-50.
- ROBERTS, L.  
 1989 Disease and death in the New World. *Science*, 246 (4935): 1245-1247.
- ROJAS, E.I.  
 1998 Las epidemias del Viejo Mundo entre los indígenas de Costa Rica antes de la conquista española: mito o realidad? (1502-1561). *Mesoamérica*, 36: 593-618.
- ROOSEVELT, A.C. (Ed.)  
 1994 *Amazon Indians*. From Prehistory to present. Tucson: The University of Arizona Press.
- ROOSEVELT, A.C.  
 1980 *Parmana*. Prehistoric maize and manioc subsistence along the Amazon and Orinoco. New York: Academic Press.  
 1991 Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia. W.A. Neves (Org.) *Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia*. Belém, SCT/CNPq/Museu Paraense Emílio Goeldi: 103-141.  
 1995 Early pottery in the Amazon: twenty years of scholarly obscurity. W.K. Barnett; J. Hoopes (Eds.) *The emergence of pottery: technology and innovation in ancient societies*. Washington D.C., Smithsonian Institution Press: 115-131.
- ROSENBLAT, A.  
 1954 *La población indígena y el mestizaje en América*. La población indígena (1492-1950), v. 1. Buenos Aires: Editorial Nova.  
 1967 *La población de América en 1492*. México, D.F.: Colégio de México.
- SALOMON, F.; SCHWARTZ, S.B. (Eds.)  
 1999 *The Cambridge History of the Native Peoples of the Americas*, v. 3. South America, part 1. Cambridge: Cambridge University Press.
- SALZANO, F.M.; CALLEGARI-JACQUES, S.  
 1988 *South American Indians*. A case study in Evolution. Oxford: Clarendon Press.
- SANCHEZ ALBORNOZ, N.  
 1976 *La población de América Latina*. Desde los tiempos precolombinos al año 2000. Madrid: Alianza Editorial.
- SANTOS, R.V.; COIMBRA Jr., C. (Orgs.)  
 1994 *Saúde e povos indígenas*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- SATTENSPIEL, L.; HERRING, A.D.  
 1998 Structural epidemic models and the spread of Influenza in the Central Canadian Subartic. *Human Biology*, 70 (1): 91-115.
- SAUER, C.O.  
 1992 *The early Spanish Main*. Berkeley: University of California Press. (há tradução em espanhol).
- SCHLESIER, K.H.  
 1976 Epidemics and indian middlemen: rethinking the wars of the Iroquois, 1609-1653. *Ethnohistory*, 23 (2): 129-145.
- SCOTT, A.S.V.  
 1998 A contribuição da Demografia Histórica para a História da população e da família no Brasil. *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, 16 (1): 297-353.
- SMITH, C.T.  
 1970 Depopulation of the Central Andes in 16<sup>th</sup> Century. *Current Anthropology*, 11 (4-5): 453-464.
- SNOW, D.R.; LANPHEAR, K.M.  
 1988 European contact and Indian depopulation in the Northwest: The timing of the first epidemics. *Ethnohistory*, 35 (1): 15-33.  
 1989 "More methodological perspectives": A rejoinder to Dobyns. *Ethnohistory*, 36 (3): 299-304.
- SPALDING, K.  
 1984 *Huarochiri*. An Andean society under Inca and Spanish rule. Stanford: Stanford University Press.
- SPINDEN, H.J.  
 1928 The population of ancient America. *The Geographical Review*, 18: 641-660.
- STEWART, J.H.; FARON, L.C.  
 1959 *Native Peoples of South America*. New York: McGraw-Hill.
- STOREY, R.  
 1987 An estimate of mortality in a Pre-Columbian urban population. *American Anthropologist*, 87 (3): 519-535.
- SUNDSTROM, L.  
 1997 Smallpox used them up: References to epidemic disease in Northern Plains winter counts, 1714-1920. *Ethnohistory*, 44 (2): 305-343.
- THOMAS, D.H. (Ed.)  
 1991 *Columbian Consequences*, v. 3. Washington D.C.: Smithsonian Institution Press.

- THORNTON, R.; MARSH-THORNTON, J.  
1981 Estimating prehistoric American Indian population size for United States area: implications of the Nineteenth century population decline and nadir. *American Journal of Physical Anthropology*, 55 (1): 47-53.
- THORNTON, R.; MILLER, T.; WARREN, J.  
1991 American Indian population recovery following smallpox epidemics. *American Anthropologist*, 93 (1): 28-45.
- UBELAKER, D.H.  
1988 North American population size, A.D. 1500 to 1985. *American Journal of Physical Anthropology*, 77 (3): 289-294.
- UPHAM, S.  
1986 Smallpox and climate in the American Southwest. *American Anthropologist*, 88 (1): 115-128.  
1987 Understanding the disease History of the Southwest: a reply to Reff. *American Anthropologist*, 89 (3): 708-710.
- VELÁZQUES, R.E.  
1981 Indígenas e españoles en la formación social del pueblo paraguayo. *Suplemento Antropológico*, 16 (2): 29-61.  
1986 Poblamiento del Paraguay colonial. *Estudios Paraguayos*, 14 (1-2): 167-182.
- VELLARD, J.  
1953 Causas biológicas de la desaparición de los [1955] índios americanos. *Boletín del Instituto Riva-Agüero*, 2: 77-93.
- VERANO, J.W.; UBELAKER, D.H. (Eds.)  
1992 *Disease and demography in the Americas*. Washington D.C.: Smithsonian Institution Press.
- VERANO, J.W.; UBELAKER, D.H.  
1992 Health and disease in the Pre-Columbian World. H.J. Viola; e C. Margolis (Eds.) *Seds of change*. A quincennial commemoration. Washington, Smithsonian Institution Press: 209-223.
- VIVEIROS DE CASTRO, E.B.  
1996 Images of nature and society in Amazonian Ethnology. *Annual Review of Anthropology*, 25: 179-200.
- WAGLEY, Ch.  
1942 Os efeitos do despovoamento sobre a organização social entre os índios Tapirapé. *Sociologia*: 406-411.
- WATTS, S.  
1997 *Epidemics and History*. Disease, power and Imperialism. New Haven: Yale University Press.
- WHITEHEAD, N.L.  
1993 Ethnic transformation and historical discontinuity in Native Amazonia and Guayana, 1500-1900. *L'Homme*, 33 (2-4): 285-305.
- WIGHTMAN, A.M.  
1990 *Indigenous migration and social change*. The forasteros of Cuzco, 1570-1720. Durham: Duke University Press.
- WÜST, I.; BARRETO, C.  
1999 The ring villages of Central Brazil: a challenge for Amazonian archaeology. *Latin American Antiquity*, 10 (1): 3-23.
- WÜST, I.  
1998 Continuities and discontinuities: archaeology and ethnoarchaeology in the heart of the Eastern Bororo territory, Mato Grosso, Brazil. *Antiquity*, 72 (277): 663-675.
- ZAMBARDINO, R.A.  
1978 Critique of David Henige's "On the population of Hispaniola: History as higher mathematics". *Hispanic American Historic Review*, 58 (4): 700-708.  
1980 México's population in the Sixteenth Century: demographic anomaly or mathematical illusion? *Journal of Interdisciplinary History*, 11 (1): 1-27.
- ZAMBRANO, A.J.G.  
1992 El poblamiento de México en la época del contacto, 1520-1540. *Mesoamérica*, 24: 239-296.

Recebido para publicação em 15 de maio de 2000.





## A POPULAÇÃO NATIVA DA AMÉRICA DO SUL\*

Julian H. Steward\*\*

A densidade por unidade de área da população é uma medida aproximada do sucesso das atividades de subsistência na área e, até certo ponto, é correlacionada ao desenvolvimento cultural. Porém, ela não fornece esclarecimentos suficientes sobre problemas culturais, porque mera densidade mostra as populações apenas em um sentido médio ou estatístico, como se fossem esparramadas igualmente pela região. De fato, grandes áreas foram temporária e permanentemente não povoadas, enquanto as pessoas se juntavam em bandos ou em comunidades. Na verdade, é o tamanho, a composição e a permanência dessas comunidades que proporcionam o pano de fundo dos padrões sócio-políticos e do comportamento cultural. [Nesse artigo] a primeira seção fornecerá as densidades populacionais; a seção subsequente relacionará a composição da colônia aos tipos sócio-políticos através de dados sobre o tamanho da comunidade.

### Problemas metodológicos

As dificuldades metodológicas, inerentes aos estudos da população americana nativa, são evidentes diante das discrepâncias existentes entre os resultados de cientistas confiáveis. Números totais para o hemisfério variam de 8.400.000 de Kroeber (1939) (um número menor daquele de Ricketson (1937) que chega a 13.000.000 apenas para Yucatán) até os 40.000.000-50.000.000 de Rivet (1924) e

Sapper (1924) e os 50.000.000-75.000.000 de Spinden (1928). Os totais da América do Sul variam de 4.300.000 de Kroeber aos 25.000.000 de Rivet. Means (1931) calcula entre 16.000.000 a 32.000.000 apenas para os Andes. A tabela 1 mostra a decomposição destas estimativas. É óbvio que ou os dados ou os métodos são falhos.

Os estudos populacionais anteriores analisaram principalmente a América do Norte e a América Central. Todas as estimativas da América do Sul, exceto aquelas de Rosenblat (1945), que cuidadosamente investigou fontes originais e algumas estimativas de áreas limitadas, são feitas por analogia com a América do Norte ou da América Central, ou simplesmente por suposição.

Rosenblat calcula a partir da população moderna em 1940, e retrocede para 1825, 1650, 1570 e 1492. Ele aceita as estimativas contemporâneas de cada período: todavia, 1570 gerou dados sobre apenas poucas áreas, e 1492 é estimada por uma extensão hipotética da curva populacional. Seu método mostra detalhadamente apenas o Haiti e Santo Domingo.

Rivet (1924: 599-602) afirma que, na América do Norte, o número de aborígenes foi reduzido de 1.148.000 para um terço da presente população de 403.000. Supondo uma redução idêntica pelo hemisfério, ele multiplica a presente população por 3 para calcular a figura dos nativos, sem levar em consideração as diferenças locais.

Sapper (1924), um geógrafo, baseia seus cálculos na presumível produtividade de tipos diferentes no uso da terra: nas áreas de caça, pesca e coleta, a população é esparsa; nas áreas de cultivo, especialmente nas planícies quentes do México, América Central e América do Sul, a população é densa. Por exemplo, considera-se que a Guatemala moderna e a Guatemala no tempo dos aborígenes tenham tido aproximadamente a mesma população, porque os vários modos agrícolas são semelhantes.

As estimativas de Kroeber para a América do Norte são principalmente baseadas nos

(\*) Tradução e revisão técnica: Profs. Thomas Bonnici e Francisco S. Noelli, Universidade Estadual de Maringá.

(\*\*) Originalmente publicado In: Julian H. Steward (Ed.) *Handbook of South American Indians*, v. 5. The Comparative Ethnology of South American Indians. Washington: Smithsonian Institution/Bureau of American Ethnology, Bulletin 143, 1949: 655-668.

TABELA 1

Estimativas das Populações Nativas Americanas				
Estimativa Populacional conforme <sup>1</sup>				
Área	Sapper (1924)	Rosenblat (1945)	Kroeber (1939:131-181)	Steward <sup>2</sup>
Norte do México	2.000.000 – 3.500.000	1.000.000	1.000.880	1.000.880
México	12.000.000 – 15.000.000	4.500.000	3.000.000	4.500.000
Índias Ocidentais	3.000.000 – 4.000.000	300.000	200.000	225.000
América Central	5.000.000 – 6.000.000	8.000.000	– <sup>3</sup>	736.000
<b>Total</b>	20.000.000 – 25.000.000	5.600.000	–	5.461.880
América do Sul				
Andes <sup>4</sup>	12.000.000 – 15.000.000	4.750.000	3.000.000	6.131.000
Restante da América do Sul	3.000.000 – 5.000.000	2.035.000	3.334.000	2.898.000
<b>Total</b>	15.000.000 – 20.000.000	6.785.000	4.300.000	9.129.000
<b>Total para o Hemisfério</b>	37.000.000 – 48.500.000	13.385.000	8.400.000	15.590.880

(1) Todas são para aproximadamente 1492.

(2) A estimativa para a América do Norte segue Kroeber (1939); México é de Rosenblat (1945); outras estimativas serão dadas em detalhe abaixo. Uma estimativa preliminar foi dada por Steward (1945).

(3) América Central é incluída na América do Sul.

(4) Da Colômbia ao Chile.

cálculos de Mooney; para outras áreas foram feitas através de uma comparação com a América do Norte, levando em consideração as áreas culturais e naturais. Kroeber supõe que: 1) a maioria das estimativas contemporâneas, feitas especialmente pelos primeiros administradores e missionários espanhóis, eram muito altas; 2) o etnólogo competente poderia corrigir tais estimativas no caso de uma área bem conhecida; 3) as populações modernas dão alguma indicação das populações nativas, mas a taxa de crescimento não é a mesma em todos os lugares; 4) uma ecologia rica geralmente significa uma maior densidade de nativos, mas fatores como ferramenta de ferro e solos friáveis devem ser levados em consideração quando se comparam as densidades moderna e nativa; 5) uma rica cultura é normalmente indício de uma alta densidade.

Dados sobre a demografia na América do Sul mostram que as estimativas feitas por qualquer método apenas se aproximam da exatidão, e a margem de erro sempre será muito grande, talvez até cinquenta por cento. As estimativas contemporâneas para os primeiros

períodos foram dadas principalmente por soldados e missionários e, às vezes, por administradores. A suspeita de Kroeber sobre tais cálculos é justificável no caso de soldados que, com certeza, exageraram no número de seus inimigos. As estimativas missionárias de tribos independentes tendem ao exagero. A contagem cuidadosa de índios nas estações missionárias parece ser confiável e freqüentemente é a nossa única fonte; esses cálculos não enumeram os índios isolados; e existe a tendência de colocar juntos os índios de tribos diferentes. O valor das estimativas dos administradores varia: nos Andes centrais parece que foram baseadas em cálculos cuidadosos de censos, mas a taxa de pagadores de tributo para a população inteira variava de 5 a 1 para 2 a 21 (Rosenblat 1945).

Referente à floresta tropical e às áreas do Caribe temos muito poucas estimativas contemporâneas. Os primeiros números podem variar entre cinquenta a duzentos anos após a tribo ter sido inicialmente contada pelos brancos; doenças, guerras, escravidão, assimilação cultural racial e outros fatores já

havia reduzido a população pela metade ou mais e, em alguns casos, o fizeram completamente. Os Omáguas foram reduzidos de 15.000 a 7.000 entre 1641 e 1681, e os índios de Hispaniola foram quase extintos no curto período de uma geração.

A população moderna índia é um índice não-confiável da população aborígine. Isto acontece não apenas porque cada área tem uma curva populacional distinta, mas porque os censos modernos têm encontrado grandes dificuldades em contar índios em áreas remotas. Ademais, há na América Hispânica uma tendência para classificar os índios mais na base cultural do que racial. Um índio é considerado uma pessoa que vive como índio, especialmente aquele que fala a língua indígena; quando adquire suficientemente a cultura européia, ele passa para a categoria de mestiço, crioulo, ladino ou caboclo, como os índios parcialmente assimilados são chamados, embora racialmente ele seja completa ou majoritariamente índio. O método de projetar a curva populacional do presente ao passado, ou seja, para tempos aborígenes, poderia ser válido apenas se a curva tivesse sido inicialmente estabelecida em estimativas confiáveis em todos os períodos. Mesmo assim, sua aplicabilidade a outras tribos para os quais foi construída, é um ponto questionável, porque muitos fatores são envolvidos: se os índios continuaram nas missões; efeitos de doença; fatores especiais de sua cultura, ambiente e contato com o branco. Portanto, enquanto os Omáguas foram reduzidos à metade em 40 anos, no século 17, seus vizinhos, os Kokámas mantiveram os números nativos quase até hoje.

O método presente utiliza os dados mais antigos que parecem ser confiáveis – em alguns casos, os relatórios de missionários e administradores, em outros, os relatos de viajantes – e estende a densidade calculada para uma tribo específica a outras que possuíam culturas semelhantes e moravam em áreas semelhantes. Como as tribos parecem ter declinado, em termos gerais, ao tempo que as estimativas eram feitas, as densidades calculadas, embora admita-se certo exagero, provavelmente tendem a ser menores do que maiores.

## Densidades nativas

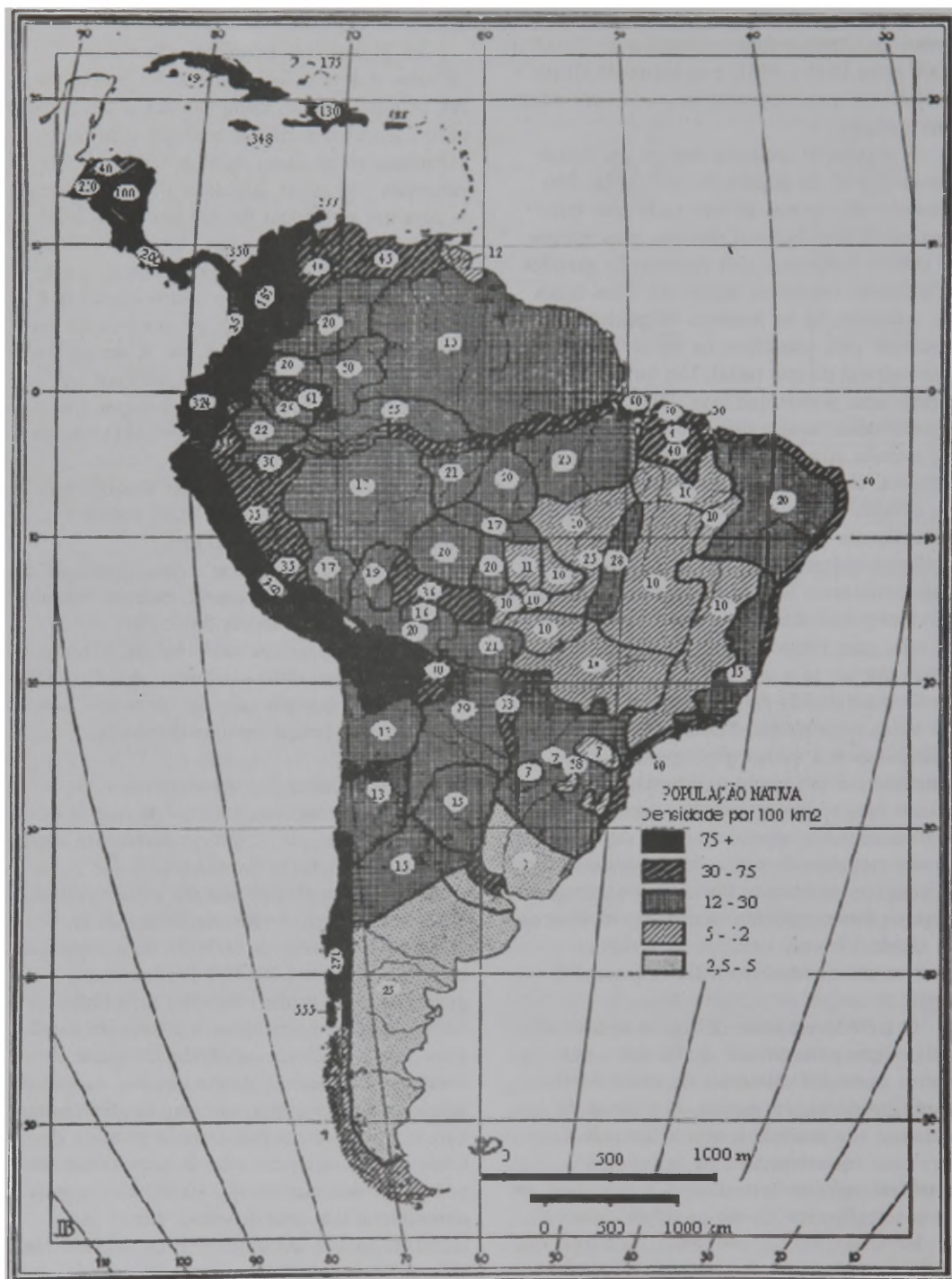
As estimativas presentes são meros cálculos e devem ser consideradas preliminares. Algumas áreas, completamente desconhecidas, são estimadas por analogia com áreas vizinhas para as quais existem amostras razoáveis. Em geral, isto dá um quadro coerente para que a margem de erro em certas áreas provavelmente não seja mais de que 10% ou 20%. Em algumas áreas o erro pode chegar a 100%; todavia, diminuindo o erro a tanto já é uma façanha considerável, se são levadas em conta as estimativas anteriores. A necessidade óbvia é a utilização plena da fonte material numa contagem tribo a tribo e área por área, igual àquela de Kubler (1946: 334-341) e Rowe (1946: 184) para os Andes.

O Mapa 1 segue o mapa de Kroeber para a América do Norte (Kroeber 1939) e mostra o número de pessoas por 100 km<sup>2</sup>.

As estimativas para as tribos Marginais do sul são provavelmente exatas, embora fossem feitas muitos anos depois do contato. Se fossem erradas, seriam muito baixas. Estimativas mais antigas dão os números dos Guarani e dos Chaco, que parecem ser razoáveis, mas os Abipón poderiam ter uma densidade 5, revista para 15.

As densidades dos Araucano e as de Chilotán, estas últimos maiores do que as dos Andes centrais, são surpreendentemente altas. Mesmo uma redução da estimativa dos Araucano à metade deixaria um número acima das densidades das tribos vizinhas; mas os Araucano modernos são 300.000. Se a população nativa araucana de 1.000.000 não é um erro grande (veja Rosenblat 1945: 77-78), o Chile Central durante a agricultura indígena era muito mais produtivo do que se admitia até agora. Em contraste, os números de atacameños, baseados numa amostra pequena, são surpreendentemente baixos. Poucas áreas dos desertos ao norte do Chile são habitadas e o total de atacameños não poderia ter sido mais do que 40.000. Os Diaguita deveriam ter tido uma densidade entre 13, calculada para os atacameños, e 15, estabelecida para os Comechingón.

As tribos Marginais das planícies do Brasil oriental são em grande parte desconhecidas. A densidade média de 10 por 100 km<sup>2</sup>,



Mapa 1

baseada em várias amostras da área do alto Xingu-Tapajós, estende-se às tribos Jê. A densidade maior de 15 para os Botocudo e seus vizinhos na costa brasileira é uma revisão para cima das várias amostras recentes desses povos. Por contraste, julgando-se pelos números dos Tupinambá, os Tupi da costa tinham uma densidade nativa de 60.

Para as tribos da floresta tropical da bacia da Amazônia, algumas amostras independentes consistentemente variam entre 17 e 25. Há algumas áreas na floresta tropical que não seguem o padrão geral. O território sul do alto rio Guaporé na Bolívia oriental tinha 36 pessoas por km<sup>2</sup>, o que parece um número relativamente bom. A não ser que estes números sejam muito altos, a densidade de 20 dos Yunga poderia ser muito baixa. Parece que os Yunga têm um número muito baixo quando comparado com aquele das montanhas ao norte; possivelmente a população dos Yunga, que manteve contato com os brancos quase desde o início, ficou reduzida à metade quando as estimativas foram feitas. O número da Montaña é muito alto em comparação ao das terras baixas da Amazônia. A não ser que os missionários tenham errado numa maneira muito consistente nas várias estimativas independentes sobre a Montaña, pode-se suspeitar que algumas estimativas das terras baixas, geralmente posteriores, são baixas demais. Os Witoto constituem uma ilha de grande densidade no meio de pessoas comparativamente muito raras. Os números de observadores confiáveis como Preuss e Whiffen significam que as estimativas para os povos vizinhos são muito baixas; por enquanto, tal inconsistência pode ser mantida.

No que diz respeito a Guiana, certamente os números são muito baixos. Necessitam-se números sobre o período de contato. Amostras recentes dão uma densidade de cerca de 10 por 100 km<sup>2</sup>; o número dos nativos poderia ser 50% a mais, ou superior. É uma questão discutida se a costa pantanosa tinha uma alta densidade fora do comum.

A melhor fonte para a Venezuela é Humboldt (1862) cujas observações realizadas em 1800 dão amostras de densidade de 38/100 km<sup>2</sup>. A população nativa era muito maior, mas é impossível dizer quanto sem a utilização das

fontes do período de contato. A densidade poderia ter sido 45/100km<sup>2</sup>.

A Colômbia também necessita de fontes antigas. A estimativa atual aceita 300.000 para os Chibcha e 700.000 – uma densidade de 184 – para o resto da Colômbia, um total de 1.000.000, embora algumas estimativas sobre os Chibcha apenas cheguem a 1.000.000. Uma estimativa confiável de 1586 dá à Colômbia o número de 715.000 (Rosenblat 1945: 77-78); 1.000.000 para todos os nativos na Colômbia parece ser razoável em comparação com o do Peru, e provavelmente não tão grande. Alguns cronistas estimam de 100.000 a 500.000 somente no vale Popayán, uma densidade de 500 a 2.500/100 km<sup>2</sup>.

O número nativo nas montanhas do Equador é calculado apenas por analogia. O meio milhão da população nativa, muito parecido ao número dos índios atuais, dá uma densidade de 300 quando comparada com os 390 do Peru por 100 km<sup>2</sup>. Certamente esta figura não é muito baixa; se, no Equador e no Peru, há mais índios atualmente do que durante a conquista, o número torna-se muito grande.

A América Central também necessita de estimativas baseadas nos primeiros cronistas. A atual população indígena, que em muitas áreas ou foi extinta ou muito reduzida, dá muita pouca luz sobre os números nativos. As poucas amostras mais antigas sugerem que a população era muito densa no Panamá oriental, ou seja, 300 pessoas por 100 km<sup>2</sup>, que diminuía em direção ao oeste. Costa Rica, El Salvador e as montanhas ao sul da Guatemala tinham uma densidade maior (200/100 km<sup>2</sup>) do que a Nicarágua ou o norte de Honduras (40/100 km<sup>2</sup>).

O Caribe tinha uma grande população, embora seu tamanho freqüentemente tenha sido exagerado. Segui as estimativas conservadoras de Rosenblat, embora o número que ele dá para Hispaniola mostre uma densidade de 767/100 km<sup>2</sup>, o dobro de qualquer outra área na América. As Antilhas Menores chegam a uma densidade acima de 500/100 km<sup>2</sup>, a julgar por certas amostras. Por contraste, Cuba, que os índios Aruák compartilhavam com os Ciboney primitivos, tinha uma densidade de apenas 59/100 km<sup>2</sup>.

Na Tabela 2 os dados foram retirados dos artigos do *Handbook of South American Indians*, exceto quando a fonte é indicada.

TABELA 2

Números das populações nativas e densidades das tribos da América do Sul				
Área	População	Tamanho em unidades de 100 km <sup>2</sup>	Pessoas p/ 100 km <sup>2</sup>	Fontes e comentários
<i>Tribos Marginais</i>				
Marginais do Sul				
Arquipélago	9.000	1.051	9	Chono, 1.000; Alakaluf, 400 após 1900; Yaghan, 3.000, 1875; Ona, 2.000, 1875-1900
Pampa – Patagônia	36.125	14.450	2.5	Várias estimativas no século XIX
Querandí	4.000	1.000	4	
Comechingón-Huarpe, etc..	52.550	3.570	15	Estimativa dos Comechingón nativos: 30.000 (Serrano 1945)
Charrua-Caracara	9.000	3.000	3	Por analogia com os Pampa
<b>Total, Marginais do Sul</b>	<b>110.675</b>	<b>23.071</b>		
<i>Chaco Ocidental</i>				
	186.400	4.320	29	Totais mais antigos para as principais tribos (Métraux 1946)
<i>Brasil Oriental</i>				
Bororo	16.000	1.600	10	Por analogia; as estimativas recentes parecem excessivamente baixas
Kayapó do Sul-Guató	59.000	5.900	10	Por analogia; sem dados
Kaingang	17.500	2.500	7	Amostra recente; pode ser muito baixa
Bakairi	6.000	600	10	Por analogia; sem dados
Nambikwára	22.000	1.100	20	Boas estimativas (Lévi-Strauss 1948)
Alto Xingu	10.000	1.000	10	Analogia com Nambikwára, redução conservadora; excessivamente baixos os 3.000 de von den Steinen
Jê Centrais e do Noroeste	98.000	9.800	10	Amostras recentes deram 6 a 8 por 100 km <sup>2</sup>
Kreíé-Timbira	1.440	160	9	Por analogia com outros Jê
Timbira	22.000	2.200	10	Sem dados; por analogia
Jeicó	10.000	1.000	10	Sem dados; por analogia
Botocudo, etc..	43.500	2.900	15	Estimativas do último século dão densidade de 11 a 14 por km <sup>2</sup>
Tapirapé	4.000	160	25	Estimativa de 1910: 1.000; redução dos Karajá em 1910 foi estimada em um quarto da original
Karajá	57.000	2.000	28	Krause estimou 100.000 para 1845; redução pela metade
Tremenbé	21.000	700	30	Sem dados; densidade foi provavelmente a metade dos Tupi da costa
<b>Total, Brasil oriental</b>	<b>387.440</b>	<b>700</b>		
<i>Marginais da Amazônia</i>				
Mura	30.000	1.400	21	Redução à metade da estimativa mais antiga de 60.000 habitantes nativos
Província de Mainas	42.500	1.900	22	Estimativas de missionários
Caríjona	19.400	970	20	Analogia; sem dados
Outros				Incluídos com tribos vizinhas por carência de dados
<b>Total, Marginais da Amazônia</b>	<b>91.900</b>	<b>4.270</b>		

**TABELA 2 (cont.)****Números das populações nativas e densidades das tribos da América do Sul**

Área	População	Tamanho em unidades de 100 km <sup>2</sup>	Pessoas p/ 100 km <sup>2</sup>	Fontes e comentários
<i>Tribos da Floresta Tropical</i>				
Chaco Oriental: Abipones e vizinhos	50.250	3.350	15	Totais mais antigos das principais tribos (Métraux 1946)
Payaguá, Chané, Mbayá	30.000	900	33	Totais mais antigos (Métraux 1946)
<b>Total do Chaco Oriental</b>	<b>80.250</b>	<b>4.250</b>		
<i>Tupi-Guarani</i>				
Paraguai-Brasil	200.000	7.200	28	Estimativa de 300.000 Guarani mortos ou capturados na Conquista, reduzidos para 200.000; ou 30 missões com 6.000 cada em 1708
Delta do Paraná	24.000	800	30	Por comparação com os Tupi da costa
Região do Alto Rio São Francisco	49.000	4.000	10	Sem dados; analogia com a área Jê
Karirí e vizinhos	65.500	6.550	10	Sem dados; analogia com a área Jê
Tupi da costa sul do Amazonas	189.000	3.150	60	4.200 km de costa, por 75 km de profundidade. A amostra Tupinambá deu 27.000 pessoas em 45.000 km <sup>2</sup> . Ilha do Maranhão, densidade de 906 por 100 km <sup>2</sup> (Métraux 1948)
Tenetehara	60.800	1.520	60	Por analogia com os Tupi da costa; número desconhecido de Amanayé e Turiwára não foram computados na área
Tupi do baixo Amazonas	100.000	4.000	25	Âmbito da densidade Mawé; Amostra Mawé em 1939 deu 25 por 100 km <sup>2</sup> . Total pode ser visto abaixo
Apiaká-Kayabi	18.000	1.600	11	Estimativa provavelmente segura de 16.000 Apiaká, 2.000 Kayabi
Mundurukú	36.200	1.800	20	Estimativa de Martius por volta de 1888, o dobro de Tocantins em 1877
Parintintin-Kagwhív	25.500	1.500	17	Por analogia com vizinhos Tupi
<b>Total Tupi-Guarani</b>	<b>768.000</b>			
<i>Rio Amazonas</i>				
Kokáma	12.000	400	30	Essas estimativas levam em conta 50 km, ambos os lados do rio
Omágua	16.000	800	20	Estimativas de missionários. Hoje, cerca de 10.000
Amazonas abaixo dos Omágua	72.000	1.800	40	Estimativas de missionários, 15.000 em 1641; 7.000, em 1681
Aruã (Marajó)	30.000	500	60	Sem dados; analogia com os Tupi da costa e com o Alto Amazonas; Carvajal notou aldeias grandes abaixo da foz do Içá
<b>Total do Amazonas</b>	<b>130.000</b>	<b>3.500</b>		
<i>Sudoeste da Amazônia</i>				
Juruá-Purús	139.400	7.200	17	Por analogia com vizinhos; brancos e índios atuais são cerca de 100.000
Norte do Guaporé	46.000	2.300	20	Sem dados; por analogia com os vizinhos
Sul do Rio Guaporé	72.160	1.950	36	Média de várias estimativas alcançam de 25 a 45 por km <sup>2</sup>
<b>Total do Sudoeste da Amazônia</b>	<b>257.560</b>	<b>11.450</b>		



TABELA 2 (cont.)

Números das populações nativas e densidades das tribos da América do Sul				
Área	População	Tamanho em unidades de 100 km <sup>2</sup>	Pessoas p/ 100 km <sup>2</sup>	Fontes e comentários
<i>Bolívia Oriental</i>				
Tacanans	25.000	1.250	20	Estimativa total das missões entre 40 e 150 anos atrás: 18.000; talvez 2/3 seriam em missões
Província de Chiquitos	42.000	2.000	21	Estimativa de 23.788 em 1766, 200 anos depois do contato
Província de Mojos	6.000	400	15	Estimativa para 1680
Paresí	5.000	50	10	
Yungas	31.000	1.550	20	Estimativas são muito baixas; densidade de 20 por 100 km <sup>2</sup> é por analogia
Chiriguano	48.000	800	60	Estimativa mais antiga razoavelmente acurada
<b>Total da Bolívia Oriental</b>	<b>157.000</b>	<b>6.500</b>		
<i>Tribos da Floresta Tropical (continuação)</i>				
<i>Montaña:</i>				
Ucayali-Madeira	31.740	1.800	17	Censo de 1940
Kampa	20.000	510	38	Estimativa das missões do século XVII; censo de 1940 também deu 20.000
Huallaga-Ucayali	105.070	2.765	38	Estimativas amostrais de missionários; analogia com vizinhos
Jíbaro	26.600	700	38	Stirling (1938: 28-38).
Kofán, Quijo, Kanelo	25.000	255	100	Estimativa de missionários; veja Rosenblat (1945: 77-78)
<b>Total da Montaña</b>	<b>208.750</b>	<b>10.075</b>		
<i>Noroeste da Amazônia</i>				
Amazonas-Rio Negro	71.250	2.500	25	Foi usada como amostra uma estimativa nativa mais conservadora
Tukanos ocidentais	16.000	800	20	Estimativa de 1635 deu densidade de 15 por 100 km <sup>2</sup> , ajustada para 20
Witoto, etc..	67.000	1.000	67	Cf. Handbook, v. 3, estimativas são para cima, comparadas aos vizinhos
Uauapés-Caquetá	45.000	2.250	20	Total dos Tukano em 1900 é 8, 700 ou 10 pessoas por 100 km <sup>2</sup> ; densidade nativa é provavelmente o dobro
Colômbia Oriental	70.500	3.525	20	Por analogia
<b>Total, Noroeste da Amazônia</b>	<b>269.750</b>	<b>10.075</b>		
<i>Guianas</i>				
Norte da Amazônia, Guianas,	213.750	14.250	15	Amostras modernas dão densidades ao redor de 10 pessoas por 100 km <sup>2</sup> ; nativos devem ser o dobro, talvez mais
Incluindo Marginais				
Warrau	6.300	525	12	Gumilla 1791
<b>Total das Guianas</b>	<b>220.050</b>	<b>14.775</b>		

**TABELA 2 (cont.)**

<b>Números das populações nativas e densidades das tribos da América do Sul</b>				
Área	População	Tamanho em unidades de 100 km <sup>2</sup>	Pessoas p/ 100 km <sup>2</sup>	Fontes e comentários
<b>Noroeste da América do Sul</b>				
Motilonos e vizinhos	40.000	1.000	40	Densidade recente dos Motilonos é 25 pessoas por 100 km <sup>2</sup>
Goajiro	31.300	113	277	Estimativa do século 20
Costa Colombiana do Pacífico	15.000	600	25	Estimativa Chocó recente deu densidade de 17 pessoas por 100 km <sup>2</sup>
<b>Total, Noroeste da América do Sul</b>	<b>86.300</b>	<b>1.713</b>		
<b>Tribos Sub-Andinas</b>				
Venezuela, norte do Orinoco	144.000	3.200	45	Estimativa de Humboldt (1822-27) deu 38 pessoas por 100 km <sup>2</sup> em 1800
Colômbia: Chibcha	300.000	240	1.070	Estimativa nativa
Terras Altas do resto da Colômbia	700.000	3.800	184	Tolerância de 1.000.000 para a Alta Colômbia, menos 300.000 Chibcha
<b>Total dos Sub-Andinos</b>	<b>1.144.000</b>	<b>7.240</b>		
<b>Tribos Andinas</b>				
Equador Andes meridionais: Atacameño	500.000	1.800	300	Handbook, v. 2
Atacameño	40.000	3.008	13	Salar de Atacama, 13 pessoas por 100 km <sup>2</sup> , 1581; total em 1800, 7.400 (Boman 1908)
Diaguaita	41.000	3.160	13	Por analogia com Atacama, estimativa provavelmente muito baixa
Chiloé	50.000	90	555	Cooper, Handbook, v. 2
<b>Total das tribos andinas</b>	<b>1.631.000</b>	<b>11.708</b>		
<b>Terras Altas Centrais</b>				
Alto Perú	2.370.000	5.965	390	Handbook, v. 2
Alta Bolívia	1.170.000	3.000	390	Handbook, v. 2
<b>Total, Andes Centrais</b>	<b>3.500.000</b>	<b>8.965</b>		
<b>Total da América do Sul</b>	<b>9.228.735</b>	<b>182.507</b>		

### Densidade, Cultura e Ecologia

As densidades populacionais no Mapa 1 representam aproximações de números, embora possam ter um erro de 10 a 100%. As densidades relativas são muito mais importantes para os problemas culturais, e o sentido de um erro é muito reduzido se as densidades relativas

são consideradas. Por exemplo, através de estimativas atuais, os Andes centrais tinham cerca de 150 vezes a densidade da Patagônia. Se a população da Patagônia fosse duplicada e aquela dos Andes reduzida à metade, o primeiro aproximaria a quarenta vezes a densidade do último, que ainda ficará muito importante em termos de números de popula-

**TABELA 2 (cont.)**

<b>Números das populações nativas e densidades das tribos da América do Sul</b>				
Área	População	Tamanho em unidades de 100 km <sup>2</sup>	Pessoas p/ 100 km <sup>2</sup>	Fontes e comentários
<i>América Central</i>				
Paramá Oriental	150.000	500	300	Densidade provável próxima dos Kuna modernos, 350 por 100 km <sup>2</sup>
Panamá Ocidental	74.600	373	200	População do Panamá adelgaçando em direção ao Ocidente, com a densidade Chanagueña de 125 em 1709
Costa Rica	119.400	597	200	Provavelmente a mesma densidade do Paramá Ocidental
Costa oriental de Nicarágua e Honduras	180.000	1.180	100	Densidade de Mosquito agora é 55; nativa foi certamente o dobro
Costa norte de Honduras	25.000	500	50	Densidade Jicaque, 20 em 1674; densidade Paya, 50 em 1800
Terras Altas de Honduras e El Salvador	187.500	750	250	Densidade moderna dos Lenca ao redor de 190; Kroeber dá 292 para El Salvador
<b>Total para América Central</b>	<b>736.500</b>	<b>3.900</b>		
<i>Antilhas</i>				
Cuba	80.000	1.147	69	Rosenblat
Jamaica	40.000	115	348	Rosenblat
Bahamas	20.000	114	175	Metade da estimativa nativa
Haiti e Santo Domingo	100.000	767	555	Rosenblat
Porto Rico	50.000	90	555	Rosenblat; De Hostos (Handbook, v. 4), deu 200.000. Algumas estimativas chegaram até 600.000
Baixas Antilhas	35.000	70	500	2.000 em Saint Vicent em 1700; se 3.000 são nativos, a densidade de Saint Vicent é 750, a densidade da Dominica é 375
<b>Total para Antilhas</b>	<b>225.000</b>	<b>2.303</b>		

ção que pode se agregar em grupos sócio-políticos. Supondo que os presentes números são aproximadamente corretos, as densidades parecem variar significativamente entre os grupos culturais. Considerando os Andes centrais como medida padrão, estima-se que têm 44 vezes a densidade do arquipélago chileno, 14 a 40 vezes a densidade das outras tribos Marginais, 20 vezes a densidade dos povos da Floresta Tropical, e cerca de 2 vezes a densidade do Caribe, das terras altas da Colômbia, e da América Central.

Em termos ecológicos, as maiores densidades estavam nos Andes semi-áridos onde a subsistência baseava-se na agricultura intensiva, com irrigação e fertilizantes. Foi

estimado que nos Andes meio alqueire de terra cultivada era necessária para sustentar cada pessoa, em contraste à necessidade de um alqueire no México e nos Estados Unidos Oriental (Kroeber 1939: 146-147, 163) e 7/10 de alqueire em Yucatán (Ricketson e Ricketson 1937: 16-17). As outras maiores densidades estavam na área ao redor do Caribe, onde as pessoas se apoiavam nas fontes marinhas e na agricultura. A situação é comparável à costa pacífica da América do Norte que, apesar da ausência de agricultura, tinha uma das populações mais densas do continente. Ao redor do Caribe, as fontes adicionais agrícolas sustentavam muito mais pessoas do que as costas da América do Norte. As áreas da costa e dos

rios das Guianas e do Brasil eram mais raramente povoadas do que a área ao redor do Caribe, provavelmente por causa da baixa intensidade da agricultura. Tem-se a impressão de que vastas regiões de terras, potencialmente aráveis, jamais foram utilizadas e de que a população poderia ter estado se expandindo no período da conquista. Nas terras de savana, ao redor das bacias do Amazonas e do Orinoco, e na parte do Brasil oriental e do Grande Chaco, onde as raízes tropicais não podiam crescer e, onde as tribos eram caçadoras-coletoras, a população era extremamente esparsa. A densidade mais baixa estava nas planícies da Argentina que, embora bem adaptada para animais e para a agricultura de arado, não serviam para os métodos agrícolas dos índios.

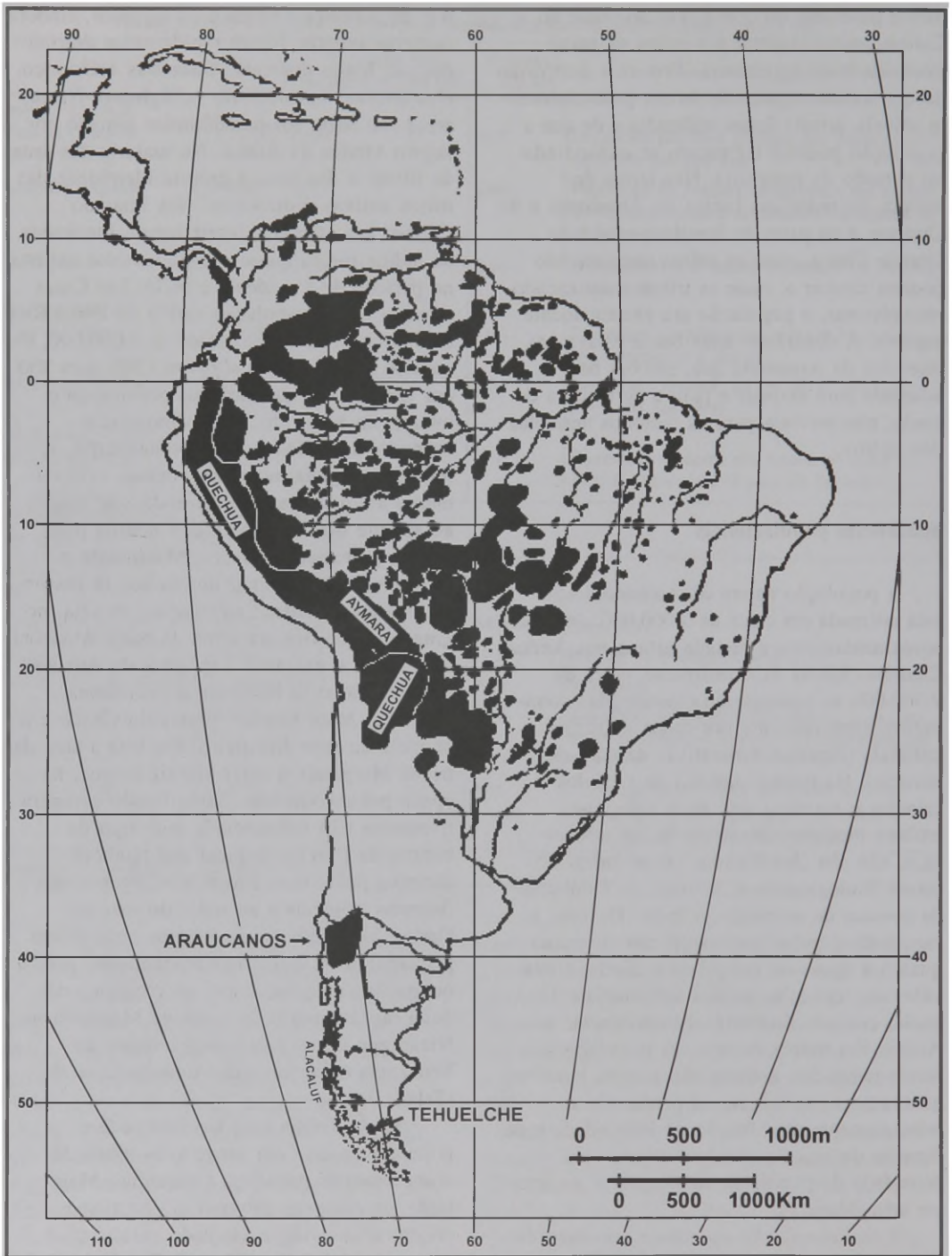
### **Tendências populacionais**

A população nativa da América do Sul está estimada em cerca de 9.000.000, dos quais aproximadamente a metade estava nos Andes Centrais (Tabela 3). Atualmente, cerca de 7.000.000 de pessoas são classificadas como índios, especialmente por causa de razões culturais (algumas estimativas dobram este número). Há muitos milhões de caboclos, crioulos e mestiços de vários tipos que, embora predominantemente índios em sua raça, não são classificados como índios no censo. Biologicamente, há mais de 7 milhões de pessoas de ascendência índia. De fato, a raça índia é indubitavelmente tão numerosa quanto à época da conquista e, ainda, provavelmente tem feito ganhos substanciais. O ganho contudo é tributável inteiramente aos Andes. Em outros lugares, as populações foram reduzidas, embora não sempre tanto quanto o censo indique. A perda, que é primariamente uma função da intensidade e da duração do contato com o europeu e da densidade da população nativa, varia de área em área (Mapa 2).

A maior redução aconteceu ao longo do litoral e dos grandes rios para onde os europeus, tendo chegado de navio e mantendo contato com a pátria, invadiram com forças impressionantes. Os índios da costa do

Brasil, das Guianas, da Venezuela, da Colômbia, da América Central e do Equador, embora numerosíssimos, foram rapidamente derrotados; ao longo dos rios Amazonas e Orinoco, eles tiveram um declínio vertiginoso. Nestas áreas seu lugar foi parcialmente tomado por negros vindos da África. Na maioria das áreas do litoral e dos rios, a própria identidade das tribos nativas é duvidosa. Nas ilhas do Caribe, consideradas inteiramente litorâneas, os índios foram quase completamente extintos no período de um século e meio. Las Casas estimou que a população nativa de Porto Rico e da Jamaica havia diminuído de 3.000.000, um número extremamente alto, em 1509, para 200 em 1542. Como os Europeus penetraram o interior ao longo dos rios Amazonas e Orinoco, os índios foram gradualmente rendidos, alguns morrendo, outros culturalmente assimilados e misturando seu sangue ao sangue dos brancos e dos negros para formar populações mistas. Atualmente a sobrevivência principal dos índios se restringe às áreas de difícil navegação, ou seja, no grande U que fica em torno da bacia Amazônica e inclui o encontro das águas do Amazonas e Orinoco, o Nordeste do Amazonas, Montaña, Mato Grosso, partes do Chaco e a planície no leste Brasileiro. Era esta a área das tribos Marginais e semi-Marginais que, na época pré-colombiana, havia ficado comparativamente não influenciada pelo tipo de cultura da floresta tropical que também chegava pelos rios. Em outros lugares, nas florestas tropicais e ao redor do mar do Caribe, os índios sobreviventes hoje vivem principalmente nas áreas inadequadas para a ocupação européia, como os pântanos do delta do Orinoco e da costa de Mosquito na Nicarágua e nas áreas montanhosas da Venezuela ocidental e da América Central (Tabela 3).

Na Argentina e no Uruguai onde a população nativa era esparsa, as tribos da costa foram as primeiras a sucumbir. Mais tarde, os europeus entraram no interior e encontraram o lugar adaptado para sua economia. Praticamente, os índios quase desapareceram. No Chile, a história se repetiu, com a exceção dos Araucano, os quais, empurrados para o sul, mas sem se renderem,



Mapa 2

foram finalmente isolados numa reserva indígena.

Havia inúmeros fatores para tal declínio e seu funcionamento nas várias localidades produziu curvas populacionais dissimiles (veja Rosenblat 1945). As doenças européias, muito devastadoras onde havia grandes concentrações de índios, como nas missões e nas colônias forçadas, extinguiram dentro de um século ou dois algumas tribos, enquanto os vizinhos imediatos sobreviveram com certo vigor até os dias atuais. As guerras com os brancos e com as tribos que foram deslocadas pela Conquista foram desastrosas. Os índios também foram vítimas de uma ruptura na sua

vida econômica e cultural. Talvez seja prematuro dizer se medidas sanitárias e os sistemas de reservas indígenas sustarão tal declínio.

Contrastando-se às demais regiões da América do Sul, os Andes, especialmente os Andes Centrais, atualmente contêm mais índios do que no período da Conquista. À semelhança de outros lugares, a costa sofreu mais diante dos contatos com o homem branco. Mais tarde, os brancos penetraram no interior e provavelmente a população se reduziu à metade. Esta população, numerosa em seu aspecto indígena, estável culturalmente e, até certo ponto, não afetada pelas epidemias, já se recuperou e atualmente está maior e em ascensão.

**TABELA 3**  
**População Indígena da América do Sul**

Localização	População Indígena em		Percentual da População
	1500	1940	Nacional (1949)
<b>Nações Meridionais</b>			
Chile	1.000.000	200.000	9.0
Argentina	300.000	120.000	1.0
Uruguai	20.000	Extintos	0
<b>Total</b>	<b>1.320.000</b>	<b>410.000</b>	
<b>Nações Tropicais, Sub-tropicais e Circum-Caribe</b>			
Paraguai	100.000	60.000	6.0
Brasil	1.100.000	500.000	11.0
Guianas	90.000	11.000	2.4
Venezuela	350.000	103.000	3.7
Antilhas	300.000	Extintos	0
Terras Baixas da Colômbia	350.000	105.000	5.7
Terras Altas da Colômbia	800.000	60.000	3.2
Panamá	70.000	42.000	9.0
Costa Rica	40.000	3.000	0.6
Nicarágua, Honduras e El Salvador	100.000	85.000	9.0
<b>Total</b>	<b>3.300.000</b>	<b>969.000</b>	
<b>Nações das Terras Altas</b>			
Equador	1.000.000	960.000	50.0
Peru	3.500.000	2.800.000	40.0
Bolívia	–	1.800.000	51.0
<b>Total</b>	<b>4.500.000</b>	<b>5.560.000</b>	
<b>Total, América do Sul</b>	<b>9.120.000</b>	<b>6.939.000</b>	





SCHEEL-YBERT, R. *Stabilité de l'Écosystème sur le Litoral Sud-Est du Brésil à l'Holocène Supérieur (5500-1600 Ans BP) – Les Pêcheurs-Cueilleurs-Chasseurs et le Milieu Végétal: Apports de l'Anthracologie*. Université Montpellier II Sciences et Techniques du Languedoc, França, 1998, vol 1, 232 pp.; vol. 2, *Atlas Anthracologique des Sambaquis du Sud-Est de l'État de Rio de Janeiro*; CD-Rom incluso: *Banque de données anthracologique "Atlas Brasil"* – version 1.8 (1998); vol 3, Anexos.

Marisa Coutinho Afonso\*

No final de 1998, Rita Scheel-Ybert apresentou sua tese de doutorado na Université Montpellier II, França. Observando que o conhecimento que se tinha sobre as populações de pescadores-coletores-caçadores referia-se, principalmente, às relações com o meio animal, procurou identificar aquelas existentes com o meio vegetal, através da antracologia. Embora alguns pesquisadores já tenham apontado para a importância da coleta vegetal, como Tenório (1991), há ainda poucas pesquisas nesta linha.

A antracologia foi definida por Scheel, Gaspar e Ybert (1996:3) como “o estudo e interpretação dos restos de madeira carbonizados provenientes dos solos ou de sítios arqueológicos. Esta disciplina, baseada na identificação anatômica dos carvões, pode fornecer informações de cunho etnoarqueológico e paleoecológico”.

O trabalho de Rita Scheel-Ybert é pioneiro no Brasil e, na América do Sul, os estudos antracológicos começaram a ser realizados na década de 90, na Patagônia e na Guiana Francesa. No entanto, as ocorrências de carvão em solos, sedimentos eólicos, lacustres e paludiais têm sido registrados no Brasil e estudados por quaternaristas desde a década de 80 (Suguio, 1999: 275), interessados no estudo dos paleoclimas.

Os principais objetivos da tese foram: a reconstrução da evolução paleoambiental e paleoclimática do litoral do Estado do Rio de Janeiro ao longo dos seis últimos milênios; a

avaliação das interrelações entre ocupação humana e meio, pesquisando as influências antrópicas no ambiente e, inversamente, a influência eventual das variações ambientais e climáticas sobre as populações e a interpretação paleoetnológica referente à utilização de madeiras (“*ligneux*”) pelas populações pré-históricas.

Para se atingir estes objetivos, três questões foram colocadas pela autora: 1. a antracologia é uma ferramenta adequada aos objetivos fixados?; 2. em que medida o estudo antracológico é aplicável aos meios tropicais? e 3. os métodos desenvolvidos para a análise antracológica dos meios mediterrânicos são adaptáveis ao meio tropical?

O estudo antracológico foi realizado em sete sítios arqueológicos localizados no litoral do Estado do Rio de Janeiro, entre Cabo Frio e Saquarema: os sambaquis do Forte, Salinas Peroano, Boca da Barra e do Meio (Cabo Frio), da Ponta da Cabeça (Arraial do Cabo), da Beirada e da Pontinha (Saquarema). Para esta região de estudo, a pesquisadora sintetizou o conhecimento sobre clima, geomorfologia litorânea, vegetação e povoamento pré-histórico.

Os aspectos metodológicos foram amplamente desenvolvidos no Capítulo 2, onde abordou questões teóricas relacionadas à representatividade paleoecológica dos carvões de madeiras arqueológicas e à análise das amostras; as metodologias de campo e de laboratório e a validade da amostragem. Esta parte da tese é especialmente importante para os arqueólogos brasileiros, porque apresenta de forma clara como é feito o trabalho antracológico, seus alcances e limites.

Para cada um dos sete sítios pesquisados, há uma síntese do quadro arqueológico com

(\*) Museu de Arqueologia e Etnologia/Universidade de São Paulo

base nas publicações dos arqueólogos responsáveis pelas escavações: Lina Kneip, Osvaldo Heredia e Maria Cristina Tenório. Estes sítios foram pesquisados nas décadas de 70 (Forte), 80 (Salinas Peroano, Boca da Barra, do Meio e da Beirada) e no final de 80/início de 90 (Ponta da Cabeça e Prainha); foram ocupados na segunda metade do Holoceno, entre 5500 e 1600 anos BP. Em cada um deles, foram reabertos perfis estratigráficos para a coleta das amostras antracológicas.

Um dos resultados mais interessantes obtidos por Rita Scheel-Ybert foi no sambaqui do Forte. Descoberto na década de 60 e pesquisado pela equipe de Lina Kneip (Museu Nacional/UFRJ) na década seguinte, este sítio representa um importante marco na arqueologia brasileira por ser um dos mais antigos da região sudeste e por ter sido objeto da primeira aplicação do método de decapagem horizontal de grandes superfícies por camadas naturais em sambaqui. Lina Kneip identificou a existência de dois sambaquis superpostos, separados por uma camada arenosa estéril, com espessuras variando de 0,50 a 1,70 m. Esta camada foi considerada como o resultado de um período de abandono do sítio, durante o qual houve deposição de areias por ação eólica.

No entanto, Rita Scheel-Ybert observou que a camada arenosa intercalada entre outras com muitas conchas é extremamente rica em fragmentos de carvão, produtos de debitage de quartzo e marcas de fogueiras e concluiu que não pode ser considerada estéril. Ou seja, diferentemente de Lina Kneip, considerou que o sítio foi ocupado de forma contínua.

Na síntese sobre as análises antracológicas nos sete sambaquis, Rita Scheel-Ybert observou que a região estudada foi ocupada no Holoceno Superior por floresta de restinga, floresta seca típica dos maciços rochosos de Cabo Frio e Floresta Atlântica, além do manguezal. Apesar de terem sido registradas oscilações climáticas na região, que afetaram a vegetação do mangue, não foram encontrados indícios de mudança notável no ecossistema vegetal.

Neste sentido, a tese de Rita Scheel-Ybert é importante para arqueólogos e outros profissionais quaternaristas porque demonstra que a correspondência entre mudanças climáticas e nas formações vegetais não é uma norma e pode ser identificada, ou não, como foi o caso estudado, pelas análises antracológicas.

A pesquisadora afirmou que é possível lançar a hipótese de que as formações litorâneas, onde o componente pedológico é determinante, são resistentes às mudanças climáticas. Ela considerou que a estabilidade do ambiente foi um fator decisivo para a manutenção do sistema sócio-cultural das populações sambaquieiras, que conservaram uma cultura por mais de 6.000 anos.

Acreditando que a antracologia é uma disciplina privilegiada para a reconstituição do paleoambiente associado aos sambaquis, e também para a dedução dos diversos aspectos paleoetnológicos das populações pré-históricas, a autora chegou a conclusões interessantes quanto aos carvões das fogueiras, à coleta de madeira para o fogo e aos produtos de origem vegetal na alimentação dos grupos sambaquieiros.

A coleta de madeira morta, aleatória, forneceu o essencial para o fogo; no entanto, a abundância de *Condalia sp.*, rara hoje na restinga, sugere uma seleção cultural. Esta escolha pode estar ligada às qualidades da madeira para fins utilitários ou rituais. Rita Scheel-Ybert demonstrou que a coleta de produtos vegetais pelos sambaquieiros era significativa, como os numerosos fragmentos de frutos de palmeiras (coquinhos) carbonizados, grãos e resíduos de tubérculos de monocotiledônias (gramíneas e/ou ciperáceas e inhames) encontrados atestam.

As pesquisas de Levy Figuti (Figuti, 1992) demonstraram a maior importância da pesca com relação à coleta de moluscos na alimentação das populações sambaquieiras; e Rita Scheel-Ybert comprovou a importância dos produtos vegetais. Estes dois autores oferecem um quadro bastante diferente do que se tinha até a década de 80 sobre a alimentação dos grupos sambaquieiros e atestam, com suas pesquisas nas áreas de zooarqueologia e antracologia, respectivamente, como o registro arqueológico pode ser enganoso em um primeiro momento de observação, devido à conservação diferencial dos vestígios. Ou seja, como as conchas são muito visíveis nos sambaquis, as populações eram consideradas basicamente como coletoras de moluscos. As pesquisas destes dois autores exemplificam a necessidade de uma especialização dentro da disciplina arqueológica e um cuidado maior com amostragem e análise, para a produção de novos conhecimentos.

Nas conclusões da tese, Rita Scheel-Ybert apresentou claramente os avanços da antracologia e como seus estudos puderam contribuir para interpretações de ordem paleoambiental, identificando o quadro fitogeográfico das populações pescadoras-coletoras-caçadoras e, também, para as relações entre as populações pré-históricas e seu meio ambiente, com a formulação de observações paleoetnológicas referentes à utilização da madeira e à alimentação dos sambaquieiros.

A autora retomou as questões formuladas no início da tese para afirmar que: 1. os sedimentos dos sambaquis contêm quase sempre uma grande quantidade de fragmentos de carvão provenientes de fogueiras domésticas e os espectros antracológicos representam essencialmente a vegetação local; 2. os estudos antracológicos são aplicáveis em meio tropical, principalmente com a constituição de coleções de referência de madeiras carbonizadas e bancos de dados informatizados; 3. a antracoanálise de material arqueológico das regiões tropicais fornece resultados confiáveis, mas adequações metodológicas deverão ser feitas para melhorar as interpretações paleoambientais.

A tese de doutorado de Rita Scheel-Ybert muito colabora para a arqueologia brasileira e para outras pesquisas quaternaristas por

vários motivos: introduziu a análise antracológica nos sambaquis brasileiros, mostrando que é possível ser realizada a coleta mesmo após o término das escavações, facilitou futuros trabalhos antracológicos pela confecção de uma coleção de referência e a criação de um banco de dados informatizado; demonstrou que uma mudança climática não é acompanhada necessariamente por mudanças na cobertura vegetal (o clima não é o único fator de alteração) e mostrou que a coleta de produtos vegetais foi bastante importante para as populações sambaquieiras

A autora contribui, junto com outros arqueólogos em pesquisas realizadas principalmente nesta década, para uma visão bastante diferente das populações sambaquieiras do que se tinha até a década de 80.

De um cenário com bandos nômades, pouco numerosos, consumidores de moluscos, cujos sítios eram formados por resíduos de alimentação, “lixo” depositado aleatoriamente, passou-se para um outro quadro, com populações sedentárias, alimentação variada, mas constituída principalmente pela pesca, coleta de moluscos e vegetais e caça, cujos sítios revelam que “o hábito de acumular restos alimentares e industriais, morar sobre eles e lá mesmo sepultar os mortos é expressão material de um sistema de regras sociais” (Gaspar 1996: 82).

### Referências bibliográficas

- FIGUTI, L.  
1992. *Les sambaquis COSIPA (4200 à 1200 ans BP): étude de la subsistance chez les peuples préhistoriques de pêcheurs-ramasseurs de bivalves de la côte centrale de l'État de São Paulo, Brésil*. Thèse de Doctorat. Muséum National d'Histoire Naturelle, Institut de Paléontologie Humaine. Paris.
- GASPAR, M.D.  
1996. Análise das datações radiocarbônicas dos sítios de pescadores, coletores e caçadores. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Ciências da Terra*, 8: 81-91.
- SCHEEL, R.; GASPAR, M.D. & YBERT, J.P.  
1996. Antracologia, uma nova fonte de informações para a Arqueologia Brasileira. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 6: 3-9.
- SUGUIO, K.  
1999. *Geologia do Quaternário e Mudanças Ambientais (Passado + Presente = Futuro?)*. São Paulo: Paulo's Comunicação e Artes Gráficas.
- TENÓRIO, M.C.  
1991. *A importância da coleta no advento da agricultura*. Tese de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ. Rio de Janeiro.



# Notas



## CONSERVAÇÃO E RESTAURO DE CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS: *WORKSHOP*

### Introdução

No período de 25 a 29 de julho de 2000, ocorreu no MAE/USP o *workshop* "Conservação e Restauro de Cerâmicas Arqueológicas". Este evento foi promovido pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, British Museum e Associação Brasil +500 Anos. Dirigido apenas para conservadores de instituições brasileiras, foi ministrado por Janet Quinton, Conservadora Sênior do Museu Britânico de Londres, no Laboratório de Conservação e Restauro do MAE/USP como parte das atividades preparatórias para a exposição *Unknown Amazon*, que será aberta em outubro de 2001, no Museu Britânico.

### Amazônia Desconhecida

A idéia de um *workshop* de conservação e restauro de cerâmicas arqueológicas começou a ser discutida desde as primeiras visitas à Reserva Técnica do MAE/USP, quando os curadores da exposição *Unknown Amazon*, Prof. Dr. Eduardo Góes Neves (MAE/USP), Cristiana Barreto (Associação Brasil +500 Anos) Prof. Dr. Colin McEwan (British Museum) selecionavam as peças. Eles constataram essa necessidade ao visitarem as instituições que emprestariam os objetos para a mostra itinerante promovida pela Associação Brasil +500 Anos em parceria com o British Museum. A diversidade de estados de conservação em que se encontrava a maioria das peças levou à exigência de observá-las sob um contexto mais uniforme. Muitas delas já haviam passado por diversas intervenções, sem critérios compatíveis com a conservação científica; algumas precisavam de cuidados imediatos, sem os quais estariam com sua integridade física ameaçada; outras ainda estavam com camadas de terra de escavação. A partir daí, começaram a trabalhar com a possibilidade de um *workshop*

que congregaria os conservadores ou responsáveis pelas coleções dos principais museus que cederiam peças para esta mostra. De acordo com Cristiana Barreto, este *workshop* teria a possibilidade de assegurar que as peças expostas seriam restauradas e conservadas em seus museus de origem dentro de um mesmo padrão, permitindo que os participantes das várias instituições envolvidas pudessem tomar contato com as técnicas mais avançadas nesta área de conservação e restauro, na qual, sem dúvida, o British Museum é mundialmente reconhecido.

O Laboratório de Conservação do MAE/USP, apesar de suas pequenas dimensões, foi escolhido por ser o mais bem equipado e pelo nosso próprio envolvimento anterior na "Mostra do Redescobrimto". Também o MAE/USP contava com salas de aula e coleções com todas as características citadas anteriormente.

As instituições convidadas que enviaram representantes para o *workshop* foram:

- Museu Paraense Emílio Goeldi;<sup>1</sup>
- Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro;<sup>2</sup>
- Museu do Índio FUNAI, do Rio de Janeiro;<sup>3</sup>

Por nossa sugestão, Cristiana Barreto convidou um representante do CECOR,<sup>4</sup> Centro de Conservação e Restauração da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, como forma de possibilitar a divulgação (efeito multiplicador) dos conhecimentos e dessa experiência neste que é um dos

(1) Vera Lúcia Calandrini Guapindaia (Curadora das coleções arqueológicas) e Raimundo Teodorio dos Santos.

(2) Ângela Maria Camardela Rabello (Arqueóloga, assistente de curadoria das coleções arqueológicas) e Fátima Nascimento (Antropóloga, curadora das coleções etnográficas).

(3) Lucia Bastos (Restauradora).

(4) Moema Nascimento Queiroz (Especialista em conservação e restauração de bens culturais móveis).



únicos centros especializados em formação profissional de conservadores em nosso país.

A parceria estabelecida possibilitou a vinda de dois profissionais do departamento de conservação do British Museum: Janet Quinton, Conservadora Sênior da área de materiais inorgânicos, quem ministrou o curso; Barbara Wills, Conservadora Sênior da área de materiais orgânicos.

Na abertura do evento, houve os pronunciamentos da Profa. Dra. Maria Isabel D'Agostino Fleming, representando o MAE/USP, do Sr. Rene Parrini, representando a Associação Brasil +500 Anos, de Cristiana Barreto, representando os curadores. Em seguida, Janet Quinton apresentou a palestra "The British Museum: A Potted History (Uma breve história do Museu Britânico e seu departamento de conservação)", aberta ao público em geral, com a participação de Barbara Wills.<sup>5</sup>

## Workshop

Estabeleceu-se uma metodologia para o workshop: *manhãs* com aulas teóricas tendo como material didático a apresentação de diapositivos seguida de discussões entre os participantes e os professores, referentes às respectivas experiências e *tardes*, com aulas práticas no Laboratório do MAE.

Os temas abordados às *manhãs* foram:

- apresentações do grupo participante e as diretrizes do encontro, com uma explanação sobre as idéias básicas sobre a exposição "Unknown Amazon"; dos professores convidados com um breve histórico do British Museum e sua filosofia de atuação; dos departamentos de conservação e restauração do British Museum e seu corpo técnico e administrativo;
- critérios de conservação e restauração adotados no British Museum;
- distribuição de material didático para o curso e de divulgação do British Museum;
- discussão sobre os processos de conservação e restauração, como limpeza,

(5) Para facilitar a comunicação, a Associação Brasil +500 Anos contratou um serviço de tradução simultânea, disponível durante todo o workshop.

refixação de camadas de pintura decorativa ou cerâmicas em desprendimento e suas consequências, consolidação de fraturas e rachaduras, remontagem de obras e métodos de preenchimento de lacunas e a possibilidade de reinterpretação de perdas;

- conferência sobre conservação e restauração de *materiais orgânicos*, proferida por Barbara Wills e de *materiais inorgânicos*, proferida por Janet Quinton;

Os trabalhos práticos às *tardes* tiveram a seguinte sequência:

- distribuição do material didático (kit individual)<sup>6</sup> com explicações sobre a utilização e função dos diversos materiais a serem usados, suas aplicabilidades, composição química, fatores de risco e segurança no manuseio etc.;
- escolha de peças arqueológicas do acervo do MAE/USP que apresentavam problemas para a discussão, demonstração de procedimentos e exercícios práticos<sup>7</sup>. Cada participante ficou com uma peça e pode experimentar técnicas diversas de limpeza;
- preparação dos adesivos a serem utilizados com explicações teóricas sobre os produtos;
- técnicas de limpeza de fragmento arqueológico (peças cedidas pelo MAE): limpeza a seco, limpeza com solventes, limpeza com jato de vapor;
- fragmentação proposital de um vaso cerâmico (material didático) para as práticas no

(6) Durante os meses de preparação deste workshop, Janet Quinton e o coordenador do Laboratório de Conservação e Restauo do MAE/USP mantiveram uma correspondência eletrônica para a definição de quais materiais eram encontrados no mercado brasileiro e quais deveriam ser importados da Inglaterra. Janet Quinton efetuou as compras na Inglaterra e Gedley Braga as compras no Brasil. A Associação Brasil +500 Anos realizou a importação e cobriu todos os custos dos materiais encontrados no mercado nacional. Alguns solventes e os equipamentos de laboratório foram fornecidos pelo MAE/USP.

(7) Uma seleção prévia do material que poderia trazer mais discussões e oportunidades de experiências já havia sido feita por Janet Quinton e Gedley Braga no dia anterior ao início oficial do workshop.



*Conferência de Janet Quinton.*



*Trabalhos práticos.*

laboratório utilizando a metodologia usada pelos departamentos de conservação e restauração do British Museum. Os procedimentos de reorganização dos fragmentos

permitiram testes com os diversos tipos de adesivos preparados e/ou disponíveis, complementações e preenchimentos. Cada participante foi orientado a levar para suas



*Seminário.*



*Apresentação dos materiais aos participantes.*

instituições (em pontos distintos do país) o seu vaso com seus fragmentos reconstituídos com vários tipos de adesivos e a observarem o comportamento das uniões efetuadas em seus

ambientes (diversos tipos de temperatura e umidade relativa no país).

Um dia especial foi reservado para a visita aos Módulos de Arqueologia e Artes Índige-

nas da Mostra do Redescobrimento, no Pavilhão Lucas Nogueira Garcez (Oca), no Parque do Ibirapuera. Nesta oportunidade, todos os participantes do workshop se encontraram com todos os curadores da exposição *Unknown Amazon* para uma discussão quanto ao estado de conservação das peças expostas, principalmente aquelas que poderiam ser selecionadas para a exposição no British Museum. Os curadores falaram da expectativa quanto aos resultados de possíveis tratamentos. Os instrutores analisaram as peças expostas com diferentes graus de intervenções: se estas eram adequadas ou inadequadas, excessivas ou não, opcionais ou obrigatórias (para garantir a estabilidade do objeto). Foram discutidos aspectos como a fragilidade de certas peças, se elas poderiam viajar, como deveriam ser manuseadas e expostas, se poderiam ser limpas ou terem certas intervenções removidas, preenchimentos de lacunas, refazer ou não as partes faltantes. Nestas discussões ficavam claros alguns aspectos subjetivos ou éticos da restauração: principalmente aqueles que se referiam à apresentação estética dos objetos (formas diferentes de reintegração cromática), preenchimento ou recomposição de perdas. As características mais relacionadas com a segurança e conservação das peças através da mínima intervenção também foram lembradas. As discussões foram ricas e acaloradas diante de tantas peças com restaurações antigas, realizadas quando ainda não estavam em prática os princípios básicos da conservação científica (ou porque ainda não haviam sido postulados ou porque eram desconhecidos pelos antigos restauradores).

Recebido para publicação em 15 de agosto de 2000.

## Conclusão

Durante o workshop, ao longo da jornada teórica e prática, os vários especialistas puderam trocar informações relevantes quanto à forma de atuação na conservação de materiais cerâmicos arqueológicos, confrontando suas respectivas metodologias com os procedimentos habitualmente aplicados no British Museum. O intercâmbio foi extremamente enriquecedor, levando-se em consideração as grandes diferenças regionais no nosso país e na Inglaterra. Os objetivos iniciais de se criar a oportunidade para a discussão de uma linguagem uniforme e coerente com a proposta de critérios de conservação direcionados à exposição "*Unknown Amazon*" puderam ser alcançados, sendo a possibilidade de aplicação destas experiências adequadas às diferentes realidades regionais e formações profissionais dos participantes do curso.

Nesta oportunidade se estabeleceu, também, um diálogo entre as áreas científicas do British Museum e o MAE/USP.

## Agradecimentos

Aos curadores Cristiana Barreto, Eduardo Góes Neves e Colin McEwan.

À Profa. Dra. Maria Isabel D'Agostino Fleming

Ângela de Menezes Freitas

À Associação Brasil +500 Anos

Ao MAE/USP e ao British Museum

*Gedley Belchior Braga\**  
*Moema Nascimento Queiroz\*\**

(\*) Laboratório de Conservação e Restauro do Serviço de Curadoria do Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade de São Paulo.

(\*\*) CECOR, Centro de Conservação e Restauração da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais.



## ALGUNS DADOS RELATIVOS AO PROJETO DE PESQUISA “ARQUEOLOGIA DE UM SANTUÁRIO: O *HERAION* DE DELOS, GRÉCIA”

### Introdução e resumo do projeto de pesquisa

Em 1990, o ex-Diretor da École Française d’Athènes, Prof. Dr. Olivier Picard, encarregou-me de retomar o conjunto do dossiê do Heraion de Delos com vistas a uma nova publicação: escavado em 1911 por Pierre Roussel, o monumento e as oferendas votivas foram publicadas sucessivamente por Charles Dugas, André Plassart e Alfred Laumonier de 1928 a 1956. Foram realizadas sondagens em 1953 e 1958 por Paul Bernard e, em 1964, por Jean Ducat.

O reexame deste material arqueológico levou-me a questionar a classificação das inúmeras categorias cerâmicas, das terracotas, dos fragmentos arquitetônicos e, do mesmo modo, a cronologia dos objetos e do monumento: dois templos, um mais antigo que o outro, um altar, um muro de períbolo, um muro de sustentação do terraço.

As três campanhas de estudo realizadas em 1990, 1996 e 1999 revelaram, sobretudo a partir do exame do material das sondagens de Paul Bernard e de Jean Ducat, a presença de fragmentos cerâmicos do Geométrico Recente (750-700 a.C.) o que reforçou desta maneira uma data mais antiga para o início do culto de Hera neste santuário; e também do material cerâmico ático com figuras vermelhas, mais recentes do que se acreditava até então, isto é, datado de após 480 a.C. Isto coloca o problema do início do santuário e da cronologia do templo mais antigo, o Heraion I, e da data do templo mais recente, o Heraion II. A análise dos artefatos, todos objetos votivos consagrados à deusa Hera, orienta também para o conhecimento da história do culto praticado em honra a esta deusa e apóia uma melhor datação das outras estruturas arquitetônicas subsistentes no santuário, a saber, o altar, o muro

de períbolo e o muro de sustentação do terraço dos templos.

Com base nestes dados, tenho aprofundado as seguintes questões em várias etapas de pesquisas:

1. O santuário de Hera (Heraion), suas estruturas arquitetônicas, seu significado, sua caracterização técnica, bem como sua cronologia exata.
2. As oferendas votivas: vasos e terracotas, com análises detalhadas, classificação, iconografia e cronologia.
3. O Heraion e as questões históricas: pela freqüentação do santuário, cuja origem será conhecida pela determinação dos centros de produção das oferendas, estudo e tipologia das relações entre as cidades gregas das Cíclades, da Grécia continental e da Jônia e o santuário de Hera em Delos.
4. O Heraion e as questões antropológicas: análise dos objetos como oferendas votivas, a noção de *dom* a uma divindade; definição de conceitos como tradição, inovação, assimilação e aculturação de formas e decoração dos ex-votos.

### O Heraion de Delos: pesquisas da campanha de 2000

Durante o período de 75 dias na Grécia,<sup>1</sup> incluindo 30 dias em Delos e 45 dias em Atenas, realizou-se um programa incluindo pesquisas de campo em Delos (estudo das estruturas arquitetônicas no sítio arqueológico e da cerâmica na Reserva Técnica do Museu local), em Míconos, no Museu Ar-

(1) Com Bolsa de Pesquisa no Exterior, FAPESP.

queológico, e, em Atenas, nos locais da Escola Francesa de Arqueologia, pesquisas documentais na Biblioteca, Fototeca, Planoteca e Arquivo, bem como estudos comparativos com material cerâmico conservado nos museus Benaki, Clássico e Cerâmico.

### 1. As estruturas arquitetônicas no sítio arqueológico (Fig. 1)

#### 1.1. O Heraion I (Fig. 2)

O Heraion I, templo de Hera mais antigo, foi descoberto no interior da *cella* do Heraion II, templo de Hera mais recente. Para uma melhor análise das estruturas, procedeu-se em primeiro lugar a uma limpeza geral, que possibilitou uma compreensão mais nítida das construções. Este primeiro templo foi edificado com placas de gneis dispostas com uma certa regularidade. De forma trapezoidal, tem as seguintes dimensões externas: muro N = 3,40m; muro S = 2,85m; muro O = 2,77m; muro E = 2,87m. A abertura da porta, orientada ao S, tem 0,98m de largura.

Em sua parte posterior, existe uma banqueta cultural, com 0,48m de altura acima do rochedo e com 0,20m aproximadamente acima do nível antigo. Ela ocupa quase a metade deste pequeno *naos* e é constituída por um recheio de terra e de pedras que limitam os murinhos em placas finas de gneis e que recobrem as lajes de gneis com dimensões variáveis.

Há vestígios do teto, pois alguns restos de cobertura foram recolhidos nas escavações de 1911: encontram-se na Reserva Técnica, ainda para serem analisados detidamente, inúmeros fragmentos de telhas planas e alguns fragmentos de *simae*, de terracota: a decoração da *sima* consta de palmetas e de flor de lótus pintadas em vermelho púrpura (Fig. 3).

É provável que o Heraion I possuísse à sua volta uma colonata de madeira, uma vez que foram encontradas pequenas bases troncocônicas de mármore que são, na verdade, suportes de colunas. O número dos fragmentos destas bases conservadas indicaria uma disposição períptera e colunas bem próximas, talvez quatro para cada face do templo.

#### 1.2. O Heraion II (Fig. 4)

Este segundo templo de Hera forma um retângulo de 13,05m, 13,8m N-S por 6,95m, 6,97m O-E, com fachada ao sul constituída de duas colunas *in antis*. Trata-se de um templo de ordem dórica, composta de um *pronaos* e de uma *cella*. O alicerce é feito de gneis e de granito; na parte oeste, dois tambores de mármore branco aí estão excepcionalmente dispostos. O aparelhamento externo da elevação bem como o *pronaos* são constituídos de blocos retangulares de mármore branco, o piso da *cella* era feito de pequenos seixos também brancos justapostos em uma camada de cimento pouco espessa estabelecida sobre um leito de pedrinhas.

Durante a escavação de 1911, antes da escavação do templo antigo (Heraion I), descobriram-se na *cella* os alicerces de uma grande base retangular disposta um pouco obliquamente, cerca de 2,75m ao N da soleira. Estas fundações foram retiradas e recompostas sobre uma pequena esplanada ao N do edifício; feitas de lajes de gneis ou de mármore, medem 3,70m de largura e 2,70m de profundidade, conservam ainda na parte superior quatro blocos de mármore branco. Certamente esta fundação no interior do novo templo devia suportar a estátua de culto.

No *pronaos*, duas banquetas laterais, a leste e oeste, deviam servir como assento para os fiéis que vinham prestar seu culto à deusa.

O monumento comportando os dois templos (Heraion I e II), o mais antigo embutido no mais recente, está cercado por um recinto retangular, os muros de peribolo, que parece ser paralelo ao templo I, apesar de as interpretações feitas até o momento verem-no como paralelo ao templo II. Este peribolo constitui-se de blocos de granito e de gneis e está mais bem conservado no lado sul.

Diante do Heraion, fora do peribolo, encontra-se o altar: sobre os alicerces de lajes de gneis e blocos de granito repousa uma *enthyteria* de mármore branco e placas de gneis com contornos irregulares completam esta base no interior. A situação deste altar fora do muro de peribolo é bastante problemática se nós entendermos o muro de peribolo como recinto do Heraion II. Ora, parece



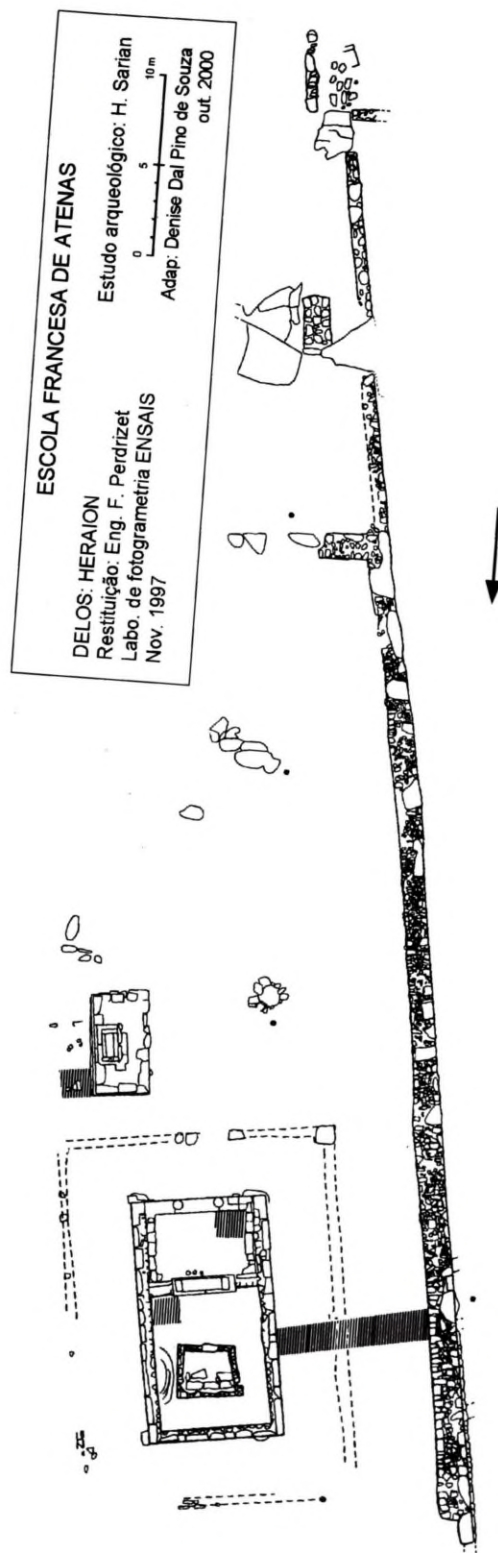


Fig. 1 – Planta do santuário de Hera.



*Fig. 2 – Heraion I. Foto EFA, Philippe Collet.*



*Fig. 3 – Fragmentos arquitetônicos. Foto EFA.*



Fig. 4 – O Heraion II. Foto EFA, Phillipe Collet.

estranho que tanto o altar quanto boa parte do terraço do templo ficassem fora do recinto sagrado. Daí, a interpretação acima, de que o períbolo depende mais do Heraion I do que do Heraion II, poderá esclarecer esta questão.

Tal altar, pelo tipo de grampo em duplo T entre as lajes de mármore, por tratar-se de um altar dotado de frontões e pelo emprego de lajes de gneis no alicerce, parece datar do séc. IV a.C.

O conjunto de estruturas arquitetônicas é enquadrado por um muro de sustentação do terraço, cujo aparelhamento oeste é visível e caracterizado por enormes blocos de granito com apenas a face externa sumariamente aplainada. A técnica deste muro de terraço parece indicar uma data no período arcaico, porém a cronologia mais específica e melhor determinada exigirá um estudo mais aprofundado.

Algumas questões cronológicas se apresentam: em primeiro lugar, deve-se salientar que o Heraion, com todas as suas construções, tem uma cronologia um tanto quanto incerta: o Heraion I, como bem mencionamos acima, tem sido datado do séc. VII a.C., com base no depósito votivo que se compõe de inúmeros vasos cicládicos, protocoríntios e da Grécia de Leste desse período. Ora, não só encontramos vasos geométricos, neste

depósito votivo, quanto observamos fragmentos do período geométrico recente no material proveniente sobretudo das sondagens de 1964 realizadas por Jean Ducat. Seria preciso considerar melhor estes achados e levá-los em conta não só no que respeita ao início da prática cultural mas também no que se refere às estruturas do Heraion I.

A cronologia do templo mais recente, o Heraion II, tem sido fixada entre o final do século VI a.C. e os primeiros anos do século V. Mais uma vez, um reexame dos vasos e fragmentos cerâmicos, desta vez áticos de figuras negras e de figuras vermelhas, aponta para o final do primeiro quartel do século V a.C. (ou mesmo meados do séc. V a.C.) vale dizer, entre os anos 475 e 450 a.C.

Os muros de períbolo e de sustentação têm uma cronologia insegura e devem ser estudados quanto à técnica de construção e quanto ao relacionamento com os templos de Hera.

## 2. A coleção cerâmica conservada no Museu local

As categorias cerâmicas identificadas por Charles Dugas em 1928 incluem, em um total de um milhar de exemplares (sem contar os fragmentos), vasos cicládicos orientalizantes



(alguns do final do geométrico); vasos orientalizantes da Grécia de Leste; vasos protocoríntios e coríntios; vasos áticos. Poucos são os exemplares de Creta, Chipre e outras raras localidades ainda a serem determinadas. Nas etapas de estudo de 1990, 1996 e 1999, foi possível reexaminar estes vasos. Na etapa deste ano, dediquei-me exclusivamente ao estudo dos fragmentos e de alguns pequenos vasos conservados na Reserva Técnica do Museu de Delos. Esta pesquisa foi desenvolvida com a colaboração de dois dos meus orientandos, Fábio Vergara Cerqueira e André Leonardo Chevitarrese, os quais usufruíram de uma bolsa de estudos da Escola Francesa de Atenas, precisamente para esta finalidade.

Assim sendo, fizemos a análise de material cerâmico contido em 18 gavetas, num total de aproximadamente 550 exemplares entre pequenos vasos e fragmentos, dentre os quais 50% foram também fotografados.

As categorias cerâmicas registradas são:

1. Cerâmica cicládica: geométrico, orientalizante (Fig. 5) incluindo os importantes exemplares de pratos provavelmente de Paros, vasos de Naxos, pínakes policromados, e vasos de estilo “meliano”.

2. Cerâmica da Grécia de Leste: orientalizante ródio, *askoi* de Rodes, taças jônicas, aríbalos e enócoas rodo-jônicas; bucchero jônico (Fig. 6).

3. Cerâmica de Corinto incluindo os proto-coríntios e os coríntios propriamente ditos (Fig. 7).

4. Cerâmica ática, incluindo as técnicas de figuras negras e de figuras vermelhas (Figs. 8, 9, 10).

Na análise destes artefatos, levamos em conta a caracterização e a coloração da argila e do verniz, esta última baseada com rigor na *Notice sur le Code de Couleurs des Sols* de A. Cailleux (Boubée, Rondel Imp., s/l, s/d).

Por outro lado, muitas comparações foram feitas com os vasos expostos nas vitrinas do Museu, a maioria deles provenientes do Heraion e pertencentes às mesmas categorias cerâmicas.

Vale ressaltar, finalmente, que as datas do material analisado referem-se à 2ª metade do séc. VIII a.C. (cerâmica geométrica das Cíclades) até meados do século V (cerâmica ática de

figuras vermelhas), logo, um quadro cronológico de mais de dois séculos e meio.

## Perspectivas

As pesquisas continuarão por ainda alguns anos. Inseridas no Plano Diretor quadrienal da École Française d’Athènes, são parte substancial de um programa prioritário mais amplo incluindo o estudo dos santuários de Delos: uma síntese sobre o santuário de Apolo em preparação sob a responsabilidade de Roland Etienne, Diretor da École Française d’Athènes; as publicações do santuário de Anios por Francis Prost, ex-membro da EFA e professor na Universidade de Rennes, e do santuário de Serapis por Hélène Siard, também ex-membro da EFA e professora da Universidade de Limoges.

No tocante ao Santuário de Hera, pretende-se proceder a uma série de escavações (ver Fig. 1, indicações com hachuras) com o



Fig. 5 – Fragmento de ânfora cicládica orientalizante. Foto H. Sarian.

objetivo principal de situar melhor a cronologia das estruturas. Estas escavações, previstas para 2002, orientarão as possibilidades de outras pesquisas de campo para o futuro. Por



*Fig. 6 – Fragmento de prato da Grécia de Leste, Rodas. Foto H. Sarian.*

outro lado, prosseguir-se-ão os estudos do material votivo conservado no Museu local procedente das escavações de 1911 e, logicamente, do material que por ventura for descoberto nas escavações a serem realizadas a partir de 2002.



*Fig. 7 – Árballo proto-coríntio. Foto H. Sarian.*



*Fig. 8 – Fragmento de vaso ático de figuras negras. Foto H. Sarian.*



Fig. 9 – Fragmentos de vasos áticos de figuras vermelhas. Foto H. Sarian.



Fig. 10 – Fragmentos de vasos áticos com inscrições dedicatórias à deusa Hera. Foto H. Sarian.

#### Bibliografia básica

DUGAS, C.

1928 *Les vases de l'Héraion*. Paris: De Boccard. (EAD, X).

LAUMONIER, A.

1956 *Les figurines de terre cuite*. Paris: De Boccard. (EAD, XXIII).

PLASSART, A.

1928 *Les sanctuaires et les cultes du Mont Cynthe*. Paris: De Boccard. (EAD, XI).

Haiganuch Sarian\*

Recebido para publicação em 6 de dezembro de 2000.

(\*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.



## ARQUEOLOGIA DO RÍO QUEQUÉN GRANDE (REGIÃO PAMPEANA, ARGENTINA)

De 23 de outubro a 18 de novembro de 2000, foi realizada a segunda etapa de escavações no sítio Paso Otero 5, localizado nas barrancas do curso médio do rio Quequén Grande, na planície pampeana, Argentina. Os trabalhos, coordenados pelos Profs. Drs. Gustavo Politis (UNCPBA), Gustavo Martínez (UNCPBA) e Profa. Ms. Maria Gutierrez (UNCPBA), contaram com a participação de uma equipe com cerca de vinte integrantes, composta por estudantes do curso de graduação em Arqueologia, da Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Universidad Nacional de La Plata e também de estudantes de pós-graduação do MAE-USP (Adriana Schmidt Dias; Denise Maria Cavalcante Gomes; Lucas Bueno; e Patrícia Bayot Donati).

O objetivo das escavações foi reunir informações para o projeto INCUAPA – Investigaciones Arqueológicas y Paleontológicas del Cuaternario Pampeano, sobre o modo de vida de caçadores-coletores da região

Pampeana. Paso Otero 5 constitui um sítio de caça e processamento secundário, contendo, basicamente, ossos de mamíferos de pequeno porte, quantidade abundante de ossos queimados, ossos sem sinais de combustão, pertencentes a megamamíferos extintos (megatério, toxodonte, cavalo americano e camelídeos extintos), além de vestígios líticos (47 artefatos), entre os quais se encontra uma ponta de projétil do tipo *cola de pescado* (rabo de peixe). A explicação proposta para a existência dos ossos queimados seria a utilização de parte do material como combustível para as fogueiras.

A história da pesquisa na área remonta aos anos 40, com estudos sistemáticos desenvolvidos nos anos 60 por Madrazo (1979). Novamente, nos anos 80, as investigações foram retomadas por Politis (1984), tendo sido escavados os sítios Zanjón Seco 2 e 3, onde aparece a cerâmica mais antiga da Argentina, datada em 3000 anos AP., relacio-



Escavação no Sítio Paso Otero 5.



nada a contextos de caçadores-coletores (Politis *et al.*, 2001). No ano de 1989 começam os trabalhos na localidade de Paso Otero. Como consequência das primeiras escavações, no sítio Paso Otero 1, foram identificados problemas específicos, que visavam explicar a grande quantidade de vestígios ósseos de guanaco (*Lama guanicoe*), correspondentes a, pelo menos, 30 indivíduos; o escasso material lítico (7 peças); e a disposição dos ossos em pilhas. A questão inicial era saber se este era um sítio arqueológico ou paleontológico.

A partir daí, uma abordagem tafonômica foi adotada para auxiliar na compreensão da gênese do sítio Paso Otero 1, visando distinguir padrões naturais e culturais (ex.: marcas de corte, indicativas de consumo de carne ou de medula óssea; distribuição espacial diferenciada dos ossos; presença de estruturas). Os resultados das análises realizadas por Gutierrez (1998) apontaram que se tratava de um sítio arqueológico, com atividades restritas à caça e processamento de mamíferos, mas com poucos exemplares de ossos de guanaco exibindo marcas de corte intencionais, o que indicava uma sub-exploração dos recursos. Uma explicação parcial propõe que os caçadores buscassem, sobretudo, os tecidos macios, como couro e carne.

Com estas expectativas foram escavados os sítios Paso Otero 3 e Paso Otero 5. As informações sobre estes sítios foram integradas ao conhecimento pré-existente, cujo interesse era construir um modelo de sistema de assentamento pré-hispânico para o Pleistoceno Tardio e Holoceno, abordando tópicos relativos à subsistência, tecnologia e mobilidade. Segundo Martínez (1999), a atividade dos grupos de caçadores-coletores do Holoceno

tardio da região revela um planejamento das atividades e construção da paisagem. Isso demonstra uma organização social que se complexifica ao longo do tempo, incluindo manejo de matérias-primas líticas, escassas na área; incorporação de tecnologia cerâmica; uso de artefatos para moer; e evidências de ocupação prolongada.

Nesta segunda campanha de escavações do sítio Paso Otero 5, deu-se continuidade à investigação de questões relativas à tafonomia; diagênese; processo de formação do sítio; subsistência; tecnologia; e importância da megafauna. Um aspecto que merece destaque é a presença de um laboratório em campo, montado no interior de um *trailer*, para conservação *in situ* dos vestígios ósseos. Esta iniciativa piloto contou com a colaboração de Susan Baxevanis, do Museum of Texas Tech University, no treinamento de pessoal técnico para conservação, processamento, registro e inventário do material.

Por fim, destacamos a importância do sítio Paso Otero 5 em termos cronológicos. Sua cronologia foi estabelecida em cerca de 10.200 AP, a partir de datações de colágeno proveniente dos ossos de megamamíferos, datados por AMS. Uma vez que os sítios mais antigos, de caçadores-coletores da região pampeana, estão situados na área serrana de Tandilia, Paso Otero 5, localizado na área inter-serrana, possui particular interesse para o esclarecimento de questões relacionadas ao povoamento do Homem na América e as suas rotas de deslocamento.

Denise Maria Cavalcante Gomes\*

### Referências bibliográficas

GUTIERREZ, M.

- 1998 *Taphonomic Effects and State of Preservation of the Guanaco Bone Bed from Paso Otero 1*. Tesis de Maestría, Texas Tech University. Lubbock, TX, USA.

MADRAZO, G.

- 1979 Los cazadores a larga distancia en la Región Pampeana. *Prehistoria Bonaerense*, Municipalidad de Olavarría: 11-67.

MARTÍNEZ, G.

- 1999 *Tecnología, subsistencia y asentamiento en el curso medio del río Quequén Grande*:

(\*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Pós-Graduação, Doutorado, Bolsista FAPESP.

- un enfoque arqueológico*. Tesis Doctoral, Facultad de Ciencias Naturales y Museo de La Plata.
- POLITIS, G.  
1984 *Arqueología del Área Interserrana Bonaerense*. Tesis de Doctorado, Facultad de Ciencias Naturales y Museo, Universidad Nacional de La Plata.  
2000 Los Cazadores de la Llanura. M. Tarragó (Ed.) *Nueva Historia Argentina. Los Pueblos Originarios y la Conquista*. Tomo I. Buenos Aires, Editorial Sudamericana: 61-103.
- POLITIS, G.; GUTIERREZ, M.A.  
1998 Gliptodontes y cazadores-recolectores de la Región Pampeana (Argentina). *Latin American Antiquity*, 9 (2): 111-134.  
POLITIS, G.; MARTÍNEZ, G.; BONOMO, M.  
2001 Alfarería Temprana en Sitios de Cazadores-Recolectores de la Región Pampeana (Argentina). *Latin American Antiquity*, 12 (2): 167-181.

Recebido para publicação em 10 de dezembro de 2000.



## ARQUEOLOGIA E ARQUITETURA: PROPOSTA DE REVITALIZAÇÃO DO PORTO DO RIBEIRA

O objetivo desta nota é divulgar o projeto de revitalização da área do antigo Porto do Ribeira, que está sendo desenvolvido através de um trabalho conjunto entre a Universidade de São Paulo, a Prefeitura de Iguape e a iniciativa privada.<sup>1</sup>

A proposta de revitalização do antigo Porto do Ribeira, visando devolver à cidade os marcos físicos da sua história, veio de encontro à preocupação da Prefeitura Municipal de Iguape de valorizar a entrada da cidade, localizada na antiga área portuária. Assim, o projeto original de acesso à cidade feito através de um pórtico, deu lugar à proposta mais ampla de revitalização e restauro da área.<sup>2</sup>

A idéia de revitalização partiu da evidência de elementos, arqueológicos e históricos, em uma região antropicamente descaracterizada.

A pesquisa arqueológica possibilitando a elaboração do projeto de revitalização da área, com a devolução à comunidade de um espaço urbano otimizado e com melhor qualidade, cumpre o seu papel social, fazendo com que os

vestígios do passado sejam utilizados em benefício do presente.

A proposta final de revitalização é a implantação de um espaço museológico, que crie um marco forte na entrada e que ao mesmo tempo sirva de cartão de visita anunciando o caráter da cidade. Este espaço tem uma dupla função: de história e uso social.<sup>3</sup> Consideramos a revitalização como uma solução eficaz para a conservação dos sítios arqueológicos históricos e para o processo de conscientização e valorização do patrimônio cultural. Este último constitui um dado fundamental em qualquer proposta de revitalização de áreas e edificações que necessitam de recuperação parcial e integral em decorrência do processo de deterioração sofrido.

A vocação que se pretende transmitir ao visitante está relacionada com os aspectos ecológico, histórico e arqueológico e paisagístico, presentes na entrada, onde estão representados pela densa vegetação, pela igreja e estruturas associadas ao antigo porto.

A realização deste trabalho significou a possibilidade da concretização de um projeto de política pública, dentro de uma abordagem multidisciplinar.<sup>4</sup>

A área a ser revitalizada corresponde atualmente ao primeiro bairro atingido pela estrada de acesso à cidade. No passado, a localidade englobava as construções e facilidades relacionadas ao funcionamento do antigo Porto do Ribeira, que era considerado em meados do século XIX um pitoresco povoado situado em um dos melhores locais

(1) A pesquisa arqueológica neste local foi decorrente daquela realizada anteriormente no Porto Grande, no âmbito do Programa Arqueológico do baixo Vale do Ribeira, que vem sendo desenvolvido sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia e com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de São Paulo-FAPESP.

O Porto do Ribeira, situado no rio do mesmo nome, e o Porto Grande, localizado nas margens do Mar Pequeno, eram articulados e faziam parte do sistema de escoamento dos produtos agrícolas do médio e alto Ribeira. No que se refere à iniciativa privada, dando corpo ao espírito lançado pelo art.199 da Constituição do Estado de São Paulo, as instituições públicas responsáveis pelo projeto, seguindo a melhor orientação de política pública para o caso, criaram condições de ser articulada uma unidade privada de conservação. Estamos contando com toda a participação do escritório Burle Marx e Cia. Ltda.

(2) O projeto será executado com verba fornecida pelo DADE-Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias, da Secretária de Esportes e Turismo, do Governo do Estado de São Paulo.

(3) Estamos defendendo para a região a idéia de uso social dos sítios arqueológicos como forma de conservação. Pensamos a revitalização da mesma maneira, isto é, para que uma área volte a ser valorizada, ela deve ter uma função, um uso social que garanta a sua manutenção e preservação.

(4) Na implantação do projeto estão envolvidas áreas públicas e particulares, a criação de um Centro Cultural e de uma Escola de Cantaria.

da cidade, no trecho onde o rio Ribeira se aproxima do oceano, mais ou menos três quilômetros da cidade de Iguape.

As fontes de referência para a identificação da área do antigo Porto do Ribeira são constituídas por documentos textuais, iconográficos e materiais. Não existe documentação que nos remeta às origens do Porto do Ribeira, mas no século XVII já existia o povoado no local. Mas, é somente em meados do século XIX que o porto realmente passou a ter importância em função do desenvolvimento da produção de arroz e do aumento da circulação de mercadorias envolvendo os dois portos. Em 1833, o local já contava com mais de 40 casas, a capela de São João e um chafariz. A sua posição como ponto estratégico persistiu até a abertura e utilização do Valo Grande.<sup>5</sup>

Do ponto de vista da documentação material, várias estruturas de pedra e algumas construções constituem remanescentes das antigas atividades desenvolvidas no porto.

Mesmo após o assoreamento do Porto Grande, o local continuou a ser utilizado para o desembarque e armazenamento de mercadorias vindas do Ribeira acima. Em períodos recentes foram instaladas fábricas no local, últimos testemunhos das atividades realizadas na antiga área portuária que, cessando, levaram a área a um abandono.

As pesquisas arqueológicas recuperaram as estruturas arquitetônicas, de natureza variada, constituídas por alicerces, colunas e pisos que testemunham a dimensão e volume do movimento do antigo porto.

A pesquisa de arqueologia histórica<sup>6</sup> realizada em conjunto com o estudo arquitetônico, representa um grande avanço para as

duas disciplinas, no conhecimento da aparência física, dos processos construtivos e do uso dos sítios. Essa dupla abordagem é necessária quando se pensa na restauração dos sítios, parcial ou total, visando dar a eles um uso social.

Um problema relevante na escavação e restauração de sítios históricos é aquele que se refere ao momento cronológico a ser considerado. No caso do Porto do Ribeira, o corte cronológico se refere a meados do século XIX.

O significado do passado não é neutro e está relacionado com a maneira em que ele é interpretado e politicamente usado. No nosso caso, o passado que está sendo focado representa um momento de riqueza e abundância, que resultou na cultura material resgatada pela arqueologia, e faz com que a cidade se recorde de uma condição que foi perdida ao longo do tempo em consequência de uma intervenção ambiental que ocasionou o fechamento dos portos.

A arqueologia atuou como meio de resgatar um marco histórico, que não pode ser isolado do seu aspecto ideológico, e que forneceu a base para reverter uma situação, revitalizando um espaço que correspondeu a um período de riqueza anterior, em substituição à marginalização do presente.

A estratégia de implantação do projeto se deu através de reuniões com os diferentes profissionais envolvidos, nas quais foram considerados problemas de diferente natureza. Dentro de uma abordagem interdisciplinar, as considerações teórico-metodológicas levaram em conta as especificidades das disciplinas envolvidas.

O projeto envolve áreas públicas<sup>7</sup> e particulares<sup>8</sup> e um terreno de marinha, onde se

(5) A vontade de melhorar a ligação dos dois portos, com a abertura de um canal, precipitou o colapso econômico na região. Na verdade, a abertura do Valo não trouxe a melhoria esperada, ao contrário: as areias trazidas do rio Ribeira foram depositadas no Porto Grande, obstruindo e afastando o ancoradouro de barcos da cidade.

(6) Estamos considerando a arqueologia histórica como “o estudo dos aspectos materiais, em termos históricos, culturais e sociais concretos, dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo que foi trazido da Europa em fins do século XV e que continua em ação ainda hoje (Orser Jr. 1992: 23).

(7) Além das áreas públicas da Prefeitura Municipal de Iguape, foram incorporados ao projeto os terrenos próximos ao Valo Grande pertencentes ao DAE, que os cedeu para a reurbanização do local.

(8) As áreas particulares relacionadas ao projeto são de diferente natureza. Os terrenos onde estão localizadas as estruturas do antigo Porto do Ribeira estão incorporados ao projeto harmonicamente, compondo um único conjunto. Paralelo a esta situação existem construções que deverão sofrer um processo de alteração na fachada para atender aos critérios mínimos de programação visual propostos pela comissão executora do projeto.

instalou uma grande favela,<sup>9</sup> sendo que cada uma destas parcelas sofreu abordagens diferenciadas.

No que se refere ao conceito de revitalização de edificações históricas e arqueológicas, a *Carta de Burra*<sup>10</sup> indica alguns procedimentos que devem ser considerados no processo.

Os procedimentos básicos envolvem: a **conservação** do bem; o seu **resgate** e reconstrução; a **restauração** e a **adaptação** do mesmo. Podemos acrescentar a estes itens, a **devolução** à comunidade do bem, resgatado, reconstruído, restaurado e adaptado a um uso compatível à sua vocação cultural.

O cruzamento das informações arqueológicas com as arquitetônicas, norteou a formulação das soluções de conservação e revitalização.

As estruturas existentes não se enquadram na descrição genericamente feita para as construções do litoral, como pertencente a uma arquitetura singela, construída com a única intenção de abrigo, e sem uma preocupação plástica. Ao contrário, o que tem sido evidenciado pela pesquisa arqueológica no local, e comprovado pela documentação fotográfica existente, é uma arquitetura elaborada, com sobrados, decorrente de um período econômico ligado ao comércio do arroz. Esses sobrados abrigavam armazéns no térreo e moradia no andar superior, e, de acordo com as informações bibliográficas, seguiam a tradição pombalina importada de São Paulo. Este tipo de construção associado ao Porto do Ribeira confirma a sua importância como pólo econômico regional.

A garantia da revitalização de um área é seu uso e a incorporação social do espaço, pois somente a utilização assegura a conservação.

O trabalho no sítio arqueológico Porto do Ribeira está longe de representar um estudo individual e isolado, pois está correlacionado ao entorno e à história econômica da região.

*Recebido para publicação em 15 de dezembro de 2000.*

(9) Em um período anterior, o processo de desfavorecimento no local já havia sido realizado pela iniciativa privada, sendo que na implantação deste projeto a prefeitura é que fará o traslado dos moradores para outro terreno.

(10) ICOMOS-Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, Austrália, 1980.

A conscientização por parte da comunidade do valor do seu patrimônio arqueológico e histórico coincide com a definição da vocação da região, relacionada ao turismo ecológico e cultural.

A arqueologia histórica como meio de fornecer informação sobre o passado mais recente contribuiu para reverter o quadro de abandono e esquecimento de uma área, mostrando a sua importância no passado e no processo de desenvolvimento da cidade de Iguape, fazendo com que as antigas estruturas, repensadas e reutilizadas no presente, sejam conservadas para o futuro.

A dificuldade que a cidade de Iguape tem tido em conviver com os vestígios físicos do passado pode ser minimizada com a valorização deste e a possibilidade de sua utilização para gerar recursos econômicos para a população atual, ajudando na estruturação de uma indústria turística.

#### **Agradecimento**

Gostaríamos de agradecer ao prefeito municipal de Iguape Capitão João Muniz Cabral, que acreditou na proposta e apoiou a realização deste projeto, igualando a cidade a outras que desenvolveram posições semelhantes em relação à valorização e aproveitamento do patrimônio cultural.

*Maria Cristina Mineiro Scatamacchia\**  
*Marcelo Pini Prestes\*\**  
*Silvestre de Lima Neto\*\*\**  
*Sérgio Moraes\*\*\*\**  
*Rivaldo Pavlawski\*\*\*\**  
*Abel de Oliveira Rocha\*\*\*\**

(\*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, Bolsista do CNPq.

(\*\*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Pós-graduação em Arqueologia, Mestrado.

(\*\*\*) Centro Cultural do Porto do Ribeira.

(\*\*\*\*) Prefeitura Municipal de Iguape.





## PLANOS DE EMERGÊNCIA PARA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL CONTRA DESASTRES

### Introdução

Os membros do Consórcio Latino-Americano para Formação em Conservação Preventiva promoveram um Workshop denominado “Futuros Instrutores en Planes de Emergencia”, em Santiago do Chile, em junho deste ano, com o intuito de criar um grupo de profissionais comprometidos em difundir a preocupação com a proteção do patrimônio contra desastres.

Os seis dias de atividades do workshop foram bastante intensos, comportando uma grande quantidade de informações para os participantes das mais diferentes formações que pudessem atuar no âmbito da “proteção do patrimônio histórico-cultural contra desastres”.

A uniformização dos conceitos sobre “Planos de Emergência” entre os participantes foi o principal tópico discutido neste evento. A discussão do tema é, em si, muito ampla pois este contempla desde a proteção de sítios arqueológicos, até de edifícios históricos e de acervos neles abrigados ou não. Tal proteção não se restringe àquela relativa apenas a emergências advindas de fatores naturais ou causadas pelo homem, como incêndios, inundações, desabamentos, terremotos, maremotos, ventos fortes, atos de terrorismo e de guerra, abandono / negligência etc., mas também ao vandalismo, furto e roubo.

Apesar de haver uma grande expectativa, entre alguns dos participantes, de que o workshop respondesse a perguntas específicas, tal como “quais os sistemas mais eficazes de combate ao fogo com o menor prejuízo possível ao acervo?”, os instrutores e organizadores do workshop o moldaram de uma forma a esclarecer que há a necessidade da formação de equipes multidisciplinares para a configuração de um Plano de Emergência, em que cada profissional tem sua parte de responsabilidade e que ninguém se transformaria num especialista no assunto naqueles poucos dias de atividade. No fundo,

um reforço da questão da multidisciplinaridade tão falada nos meios da Conservação Preventiva e da Restauração.

O workshop contou com a participação de representantes de vários países Latino-Americanos (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba). A equipe coordenada por Valerie Dorge, com uma ampla experiência de trabalho com o Getty Conservation Institute, contou com os seguintes instrutores estrangeiros: Wilbur Faulk, Jane Hutchins e Barbara Roberts. Os instrutores especialistas chilenos, da Pontifícia Universidade Católica do Chile – anfitriã deste encontro – foram Cecília Beas e Flavia Muzio Consigliere. O Consórcio Latino-Americano é composto pelas seguintes instituições:

- ARGENTINA: Fundación Antorchas;
- BRASIL: Vitae – Apoio à Cultura, Educação e Promoção Cultural; Universidade de São Paulo; Universidade Federal da Bahia; CECOR (Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da Universidade Federal de Minas Gerais);
- CHILE: Centro Nacional de Conservación y Restauración; Pontificia Universidad Católica – Escuela de Arte;
- COLÔMBIA: Ministerio de Cultura – Escuela de Restauración; Fundación Universidad Externado de Colombia – Facultad de Restauración de Bienes Muebles
- CUBA: Centro Nacional de Conservación, Restauración y Museología.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: Getty Conservation Institute.
- MÉXICO: Escuela Nacional de Conservación, Restauración, y Museografía.

### Atividades desenvolvidas no Workshop

De acordo com os instrutores, muitas das situações de emergência são perfeitamente previsíveis. Por isso mesmo, a recente inclusão deste tópico na lista das prioridades dentro dos planos de ação da Conservação Preventiva. O desastre, neste contexto, poderia ser definido

como uma situação em que alterações intensas nas pessoas, nos bens, nos serviços e no ambiente, causadas por um fator natural ou pela atividade humana, excedem a capacidade de resposta de uma comunidade afetada (Dorge & Jones 1999 e material didático distribuído no Workshop). A atividade da Conservação Preventiva nestes casos, como o próprio nome indica, é tentar prever as possibilidades de desastres (ou emergências) e todas as ações para minimizar os riscos, assim como também a administração de uma situação de emergência de modo a evitar ou reduzir os danos ao patrimônio cultural envolvido.

Um dos tópicos mais discutidos ao longo do workshop, entre os desastres que podem assolar museus e edifícios históricos, foi a questão do incêndio, pois os acervos, quando atingidos por água ou fungos, podem ter danos bem menores e hipoteticamente restaurados, mas a recuperação de acervos devastados por incêndio é, muitas vezes, impossível (quase sempre com perda total). Os instrutores mostraram a importância desse tipo de abordagem, quando os participantes puderam aprimorar a sensibilidade e o senso de equilíbrio. Apenas desse modo seria possível a elaboração de propostas de planos de emergência, criando subsídios para a tomada de ações preventivas e para situações de avaliação de riscos / emergências.

O workshop já apontava para uma perspectiva de interatividade no seu planejamento, já que os representantes nacionais da Argentina, da Colômbia, de Cuba e do Brasil tiveram que desenvolver, previamente ao evento, algumas tarefas, cujas apresentações ocorreram no segundo dia de atividades. As tarefas consistiam, basicamente, no levantamento de um caso de desastre recente no respectivo país e pesquisa da estrutura de órgãos federais, estaduais, locais e privados que estão envolvidos com a questão da proteção patrimonial e da vida humana em situações de emergência.

A equipe brasileira realizou um trabalho em grupo enfocando dados principalmente relativos aos estados representados, ou seja, Minas Gerais e São Paulo, além dos órgãos atuantes nos níveis regional e federal, utilizando-se dos dados disponíveis nas instituições representadas, assim como naqueles encontrados por busca na Internet.

O objetivo desta atividade prévia era introduzir as equipes nacionais ao tema e verificar a estrutura com que poderiam contar para o desenvolvimento de planos de emergência. Verificou-se que em todos os países abordados existem órgãos em diferentes níveis, conformados de diferentes maneiras, mas que poderiam formar uma rede para situações de emergência também para a proteção do patrimônio histórico-cultural.

No caso do Chile, houve um dia do evento especialmente dedicado ao exemplo chileno de estrutura para enfrentar desastres, visto que este país é vulnerável a um tipo de desastre bastante assolador e inevitável – o terremoto / maremoto. As apresentações de vários especialistas de entidades como a ONEMI – Oficina Nacional de Emergencia de Ministerio de Interior e o Corpo de Bombeiros Voluntários do Chile, mostrou o quanto estes podem ser sensibilizados quanto à importância da proteção do patrimônio histórico-cultural e a distância hoje existente entre tais entidades e aquelas que efetivamente administram este patrimônio.

Mais uma vez, houve aí uma forte intervenção dos instrutores quanto às atividades pró-ativas que os envolvidos no tema deveriam tomar, uma vez que cada país / região possui suas particularidades e seus problemas, mas podem tentar interagir com outras entidades locais para a configuração de seu plano de emergência. O trabalho de sensibilização foi enfatizado inúmeras vezes e parece ser a parte mais difícil desta tarefa, pois ninguém pode desenvolver e colocar em efetividade um plano de emergência eficaz sem o envolvimento institucional. O engajamento das pessoas nas posições mais altas da hierarquia da entidade onde se quer atuar, assim como o estímulo ao trabalho voluntário, foram dois tópicos ressaltados pelos instrutores como importantes para o sucesso de um plano de emergência. Aqui também foi lembrado que a conservação / restauração / proteção de um patrimônio cultural pode, inclusive, fazer parte do importante processo de desenvolvimento da cidadania.

Os vários exemplos de como proceder para a formação de um plano de emergência foram citados e comentados rapidamente, tendo como base o livro-texto “Building an Emergency Plan”, que certamente é uma importante

referência no desenvolvimento prático de planos de emergência.

Um plano de emergência passa por várias fases de desenvolvimento, vindo a ser implantado após anos de trabalho. Assim, o processo pode ser demorado e deve ser conduzido com bastante calma e paciência. O processo envolve as fases de coleta de informações do acervo a ser protegido, ou seja, da documentação e do inventário dos bens culturais a serem preservados, das atividades de conservação preventiva e de educação / conscientização dos envolvidos, sendo que uma das condições ideais é: ter tempo, habilidade e recursos financeiros suficientes. Entretanto, o que efetivamente acontece é que dificilmente todos estes fatores estão presentes simultaneamente, o que faz com que o objetivo seja atingido apenas através de pequenos passos a cada vez. Barbara Roberts recomendou, como um simples exercício, por exemplo, que cada um, ao chegar em sua instituição, desse uma volta por cada canto de seu prédio, procurando conhecer todos os detalhes, todas as saídas, incluindo uma verificação dos telhados (entre-forro) e de toda a vizinhança. Isso já poderia ser um bom passo adiante.

As várias fases de conformação de um plano de emergência foram apresentadas e discutidas, exemplos foram apresentados, e simulações foram realizadas dentro e fora da sala culminando em um exercício efetivo de diagnóstico de uma situação real em um museu (*walk-through*).

Por fim, questões foram abordadas quanto aos próximos passos a serem dados pelos participantes do workshop tanto nas atividades de difusão dos planos de emergência, assim como na sua efetiva implantação nas respectivas entidades.

Outros aspectos discutidos foram as técnicas de ensino para fomentar a experiência de docência e a exploração de estratégias inovadoras, além dos estudos de caso, exercícios interativos, participação na elaboração de artigos técnicos, utilização de recursos de Internet etc. e a criação de um currículo modelo que possa se adaptar para situações variadas de formação, tanto para programas acadêmicos como para cursos de curta duração.

A expectativa é que este evento seja um começo de uma longa jornada, o início de um intercâmbio entre os representantes dos vários países envolvidos, devendo gerar outras ativida-

des conjuntas e futuros workshops. O grupo tem mantido contato através de um endereço eletrônico em *Intranet*, com o compromisso de informes bimestrais sobre as atividades de cada um dos membros.

### A necessidade de planos de emergência

Desastres ocorrem quase que diariamente, podendo ser de ordem natural ou causados pelo homem. Dentre os prejuízos causados por fenômenos como furacões, terremotos, eclosões vulcânicas, secas, enchentes, desabamentos e incêndios, atos de guerra, terrorismo ou vandalismo, é possível dizer que o incêndio assola a todos, independente de condições econômicas, políticas ou geográficas e, na maioria das vezes, tem efeitos devastadores, causando perdas e danos irrecuperáveis.

No Brasil, onde não temos tantas causas de desastres naturais como em outros países (terremoto, maremoto, furacões etc), chegamos à conclusão que um dos piores desastres que pode acontecer ao nosso patrimônio é o incêndio.

Em geral, quando pensamos sobre as ações preventivas a serem tomadas em caso de incêndio em edificações, nos preocupamos, prioritariamente, com as medidas que visam a proteção à vida humana, ou seja, a segurança dos ocupantes.

No entanto, apesar da segurança dos ocupantes ser essencial, alguns objetos, edifícios ou sítios históricos/arqueológicos são também de valor inestimável para uma cidade, um país ou até para a Humanidade, como no caso da destruição, intencional, da Biblioteca de Alexandria pelos árabes, fato que será eternamente lamentado. A perda pode também significar um impacto emocional e econômico muito grande para uma certa comunidade.

Quem poderia imaginar um incêndio ou outro desastre qualquer destruindo, por exemplo, o Museu do Louvre, o Museu Britânico ou a Biblioteca do Congresso dos EUA? Seria inadmissível tanto para a comunidade local como para o mundo todo. Pois, nestes casos, mesmo que as obras de arte ou o acervo estejam cobertos por seguro, dinheiro nenhum poderá substituí-los. O seguro de patrimônio cultural não deixa de ser algo apenas simbólico.

Uma das perdas mais marcantes no Brasil, de repercussão mundial, ocorreu no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro em 9 de julho de 1978. Um incêndio destruiu 90% da coleção do museu, que incluía aproximadamente 1000 obras de arte, além de pinturas emprestadas para uma exibição especial. Em apenas 30 minutos o incêndio causou uma perda estimada em 50 milhões de dólares, em valores da época. O edifício, de arquitetura moderna e que não possuía sistema de detecção e alarme automático ou de chuveiros automáticos, foi completamente recuperado, porém o seu acervo nunca voltou a ser o mesmo e a lembrança da tragédia permanece na memória da cidade e do mundo.

Em 1988, um incêndio no bairro histórico do Chiado, em Lisboa, destruiu 18 edifícios datados de 1755, numa área conhecida como “Baixa Pombalina”, por ter sido reconstruída pelo Marquês de Pombal após um grande terremoto que assolou Lisboa no século XVIII. A falta de compartimentação corta-fogo nos edifícios, aliada à grande quantidade de material combustível existente nos seus interiores e à dificuldade de acesso dos bombeiros pelas ruas estreitas do bairro, tomadas por veículos, permitiu o desenvolvimento do incêndio em grandes proporções.

Temos, ainda, como exemplo mais recente em nosso país, um incêndio na Igreja Nossa Senhora do Carmo da cidade de Mariana, tombada pelo IPHAN – Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que destruiu boa parte do piso de madeira, dois altares laterais e todo o telhado. A igreja, concluída em 1784 e que tinha acabado de passar por um processo de restauração de quatro anos, se destaca dentre as construções coloniais mineiras pela peculiaridade de sua arquitetura. Muitos objetos de arte e imagens datadas do século XVIII foram resgatados pelos moradores no incêndio ocorrido em 20 de janeiro de 1999, e o edifício está sendo recuperado. No entanto, a preciosa pintura barroca do forro foi perdida para sempre. O posto de bombeiros mais próximo se localizava na cidade vizinha de Ouro Preto, levando a uma considerável demora no atendimento da ocorrência. Este foi o fato escolhido por nós para a apresentação no Workshop, no Chile, por representar um exemplo de um dos maiores riscos a que nosso Patrimônio Cultural está submetido.

Em todos os casos apresentados, perdas irrecuperáveis foram registradas, em diferentes escalas, e pergunta-se: estes incêndios não poderiam ser evitados ou seus danos amenizados?

## O desenvolvimento de planos

Um plano de emergência tem como objetivo identificar a vulnerabilidade de um edifício ou patrimônio cultural a situações de emergência, antecipar seus efeitos potenciais (sobre os edifícios, coleções e comunidade), indicar como preveni-los, atribuir responsabilidades e propor um plano de ação e de recuperação em caso de emergências.

É certo que qualquer tipo de edificação deveria possuir um plano para as várias emergências que possam ocorrer, como uma emergência médica, um transbordo ou vazamento de água, um vazamento de gás ou mesmo um incêndio. Planos de emergência são muito comuns, por exemplo, em áreas susceptíveis a terremotos ou furacões, onde o fenômeno natural pode gerar múltiplos efeitos secundários como o rompimento de tubulações de água e gás, queda no fornecimento de energia elétrica, interrupção das vias públicas e de meios de comunicação etc. No entanto, estes planos não são tão frequentes como se desejaria em países em desenvolvimento.

O plano de emergência para casos de incêndio em edifícios históricos ou que abrigam acervos histórico-culturais exerce um papel importante na proteção do patrimônio, pois, além de um programa de prevenção contra incêndios, precisa contar com programa de salvamento e recuperação do patrimônio. Não devemos esquecer que a prioridade em uma emergência é sempre a vida humana. Quando lidamos com conservadores e restauradores muito envolvidos emocionalmente com as coleções pelas quais são responsáveis, devemos frisar bastante este fato. Muitos conservadores seriam capazes de colocar suas próprias vidas em risco para salvar um bem cultural. São muitas as perdas humanas com este tipo de reação heróica de enfrentar o perigo (sem avaliar ou conhecer os riscos) para salvar algum objeto (principalmente aqueles objetos carregados de valores sentimentais e simbólicos). Portanto, é fundamental em um plano de emergência o estabelecimento bem preciso de prioridades e atribuições

de responsabilidade. No exercício que praticamos com atribuições de diversos papéis hipotéticos, Wilbur Faulk sempre perguntava *who is in charge of...* (quem é o responsável por...) se referindo aos diversos níveis de responsabilidade e até que ponto uma pessoa interage com a outra.

O acervo pode ser salvo de um incêndio através de uma rápida ação de combate ao fogo, no entanto, deve haver um plano que também minimize os efeitos causados pelo próprio ato de supressão do incêndio ou de outros fatores gerados pela emergência.

A água utilizada para o combate, por exemplo, pode trazer outros danos, caso não seja contida rapidamente. Além disso, o local pode sofrer atos de vandalismo e saque, caso seu acesso fique vulnerável ou seu acervo não seja rapidamente removido para um local seguro. A documentação de todas as alterações relacionadas a uma coleção é fundamental (o que aconteceu, onde, quando, com o quê, de onde saiu, para onde foi). Um inventário bem feito dos bens culturais se revela imprescindível nestes momentos.

O ato do combate ao fogo em si pode gerar grandes perdas caso o bombeiro não conheça o edifício e seu conteúdo. Enquanto os conservadores do patrimônio são os que melhor conhecem suas coleções e os cuidados para sua conservação e recuperação, os responsáveis pela segurança patrimonial do edifício devem conhecer a integridade e a vulnerabilidade do edifício, do acervo e dos sistemas instalados. Por outro lado, os bombeiros são aqueles que têm maior propriedade em assuntos como técnicas de combate ao fogo e salvamento de pessoas em caso de incêndio, porém, geralmente possuem poucas informações sobre os edifícios que vão adentrar e o tipo de material que vão encontrar pela frente.

Dá a importância de um plano de emergência e da integração entre entidades responsáveis pela proteção do patrimônio histórico-cultural – as entidades mantenedoras e os órgãos públicos, dentre eles o departamento de edificações e o corpo de bombeiros.

Além desses personagens acima citados, as várias pessoas que exercem funções de importância dentro do edifício também devem estar envolvidas no plano de emergência, pois responsabilidades devem ser atribuídas e distribuídas, de modo que o plano tenha efeito como uma orquestra afinada (cada um saiba seu

papel e esteja pronto para atuar conforme suas atribuições).

A elaboração e execução de um Plano de Emergência devem contar com o apoio de toda linha hierárquica e administrativa para que seja efetiva. Pode-se levar alguns anos até que toda a estrutura esteja montada e funcionando, pois envolve desde a avaliação das condições de segurança contra incêndio (NFPA 909), à análise de risco a desastres do local, à formação dos vários grupos de ação e até à realização de treinamentos periódicos e simulações anuais, não só envolvendo todos os funcionários, mas também o corpo de bombeiros e a comunidade local (voluntários).

Em resumo, a criação de um plano de emergência deve contemplar as seguintes fases (Dorge 1999):

1. Definir a filosofia de museu / edifício histórico / sítio arqueológico quanto às eventuais situações de emergência
2. Decidir os responsáveis pela coordenação em situações de emergência
3. Definir as áreas de responsabilidade (coordenador, áreas administrativa, de segurança, do edifício, do acervo etc.)
4. Decidir a estratégia para o desenvolvimento do plano
5. Programar e realizar o treinamento de pessoal
6. Prever suprimentos e equipamentos necessários para enfrentar uma emergência
7. Realizar exercícios simulados de evacuação, primeiros socorros e eventos / incidentes inesperados

## Conclusões

Procurou-se, nestes parágrafos, levantar a discussão sobre a questão da proteção do patrimônio histórico-cultural contra desastres e situações de emergência. Verificamos a necessidade de um maior compromisso dos profissionais e dos órgãos envolvidos pois, como já foi comentado anteriormente, um desastre pode causar prejuízos de dimensões desproporcionais e perdas irreversíveis para o patrimônio cultural da humanidade. O papel dos conservadores e o envolvimento dos responsáveis pelas instituições que mantêm acervos são primordiais para o sucesso na implantação e manutenção de planos de emergência, os quais devem ser específicos em função do tipo de acervo a ser protegido e das circunstâncias particulares de cada instituição.

### Agradecimentos

A participação dos autores no referido workshop foi possível através do apoio da *Vitae – Apoio à Cultura, Educação e Promoção Cultural*.

Os autores também agradecem à ABRACOR pela oportunidade concedida para apresentação deste trabalho, no Congresso ABRACOR, em novembro de 2000, no SESC Pompéia, São Paulo.

### Referência bibliográficas

- DORGE, V.; JONES, S.L. (Eds.)  
1999 *Building an emergency plan: a guide for museums and other cultural institutions*. Los Angeles: Getty Conservation Institute.
- NATIONAL FIRE PROTECTION ASSOCIATION  
1997 *Standard for the Protection of Cultural Resources Including Museums, Libraries, Places of Worship, and Historic Properties*.

Quincy, MA: National Fire Protection Association (NFPA) 909

*Rosaria Ono\**  
*Gedley Belchior Braga\*\**  
*Deise Cavalcante Lustosa\*\*\**

(\*) Agrupamento de Instalações Prediais, Saneamento Ambiental e Segurança ao Fogo da Divisão de Engenharia Civil – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT). São Paulo, SP.  
(\*\*) Laboratório de Conservação e Restauro do Serviço Técnico de Curadoria do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.  
(\*\*\*) Instituto Estadual de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Minas Gerais (IEPHA). Belo Horizonte, MG .

## RECURSOS PEDAGÓGICOS DE MUSEUS: “KITS” DE OBJETOS ARQUEOLÓGICOS E ETNOGRÁFICOS

### Introdução

A Divisão de Difusão Cultural do MAE, dentro de seu Programa de Recursos Pedagógicos e Museográficos, possui seis “kits” pedagógicos com objetos arqueológicos e etnográficos os quais foram projetados para serem utilizados em atividades educativas principalmente com público escolar.<sup>1</sup>

A prática pedagógica que sensibiliza os educandos em relação ao “universo dos objetos” é bastante importante para que eles tenham experiências concretas que possibilitem um bom entendimento sobre o mundo contemporâneo.

Os objetos que nos rodeiam propiciam uma relação direta entre nós e quem os fez, usou e guardou, desde que tenhamos a possibilidade de interpretá-los. Assim, podemos compreender

(1) Os “kits” foram criados pelas educadoras do antigo MAE: Célia Maria Cristina Demartini, Denise Cristina Catunda Marques e Judith Mader Elazari, sob a coordenação da Profa. Dra. Elaine Hirata, em 1990, como parte do Projeto *Museu vai à escola à noite*. Hoje ele se apresenta de uma forma bastante modernizada e prática, tendo sido elaborada pelo projetista gráfico Sergio Kon, graças ao financiamento conseguido junto à VITAE.

Esse Projeto foi aplicado inicialmente por apenas uma educadora, mas para que ele pudesse atingir um público escolar mais amplo, os professores passaram a ser capacitados para utilizarem este material didático, através de *Treinamentos e Cursos*. Esses tinham a duração de trinta horas, divididas em dez semanas. Eram discutidos vários conceitos e conteúdos relacionados aos objetos arqueológicos e etnográficos contidos no “kit”; os professores visitavam os “bastidores” do museu (laboratórios, biblioteca, laboratório museográfico etc.) e trabalhavam com os objetos do “kit” como sujeitos da aprendizagem.

Este “kit” também foi utilizado na atividade educativa *Museu vai à escola*, durante o período em que a exposição de longa duração “Formas de Humanidade” estava sendo montada. Os educadores iam às escolas e trabalhavam os conhecimentos possíveis de serem construídos através deste recurso pedagógico.

Desde 1998, o “kit” tem sido usado no Curso de Extensão Universitária *Caminhos e possibilidades da Educação Infantil no MAE*, ministrado na DDC-MAE.

melhor a história do povo ao qual os objetos pertencem ou pertenceram.

Por serem concretos e visíveis, os objetos tanto envolvem como desenvolvem nossos sentidos quando os olhamos, tocamos, cheiramos, ouvimos e mesmo os degustamos. E, podendo manuseá-los, os sentimos mais plenamente.

Objetos nos motivam a investigar, analisar, discutir, pesquisar informações e também possuem muitas vezes uma simbologia especial sobre a qual precisamos nos inteirar. A partir de sua análise, eles podem, inclusive, estimular novas criações.

Podemos ir além dos currículos escolares através dos objetos, trabalhando com conceitos importantes, assim como com informações diversificadas. Este recurso pedagógico é também inestimável por ser menos sujeito a preconceitos que outros vestígios humanos, sendo assim menos propenso a atitudes estereotipadas frente a povos que o público escolar não conhece bem.

Precisamos “aprender a ler” os objetos e assim os teremos como um estimulante material didático.<sup>2</sup> E de que maneira? Através de certos procedimentos (habilidades) intelectuais, tais como: observação, investigação, dedução, descrição, pesquisa, identificação, classificação, registro, avaliação, instigação etc., que nos possibilitam desenvolver o processo de aprendizagem do envolvido no que se refere a observação e apreciação.

Sistematizar as especificidades dos objetos que se quer conhecer é fundamental. Para tal, é aconselhável o uso de um *Roteiro de Análise de*

(2) Consideraremos como material didático o que “no acesso ao conhecimento tem a função de ser mediador na comunicação entre o professor e o aluno (...). Isto é, são materiais didáticos tanto os elaborados especificamente para o trabalho de sala de aula – livros, manuais, apostilas e vídeos – como também os não produzidos para esse fim, mas que são utilizados pelo professor para criar situações de ensino”. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DE HISTÓRIA (1998).



*Objetos*<sup>3</sup> que nos possibilite utilizar os procedimentos acima. Assim, fica mais claro, para quem estiver analisando os objetos, o que se quer saber sobre eles e porque estamos fazendo a sua análise. A aprendizagem pode se desenvolver através de qualquer tipo de objeto. O importante é que se aplique este Roteiro primeiramente com objetos mais próximos do grupo envolvido e posteriormente com os de um “kit” temático.

Este tipo de atividade educacional deve ser realizado levando-se sempre em conta os saberes que os educandos já possuem devido a suas vivências anteriores.

O manuseio e a análise direta dos objetos nem sempre nos fornecem todas as informações sobre eles. Há necessidade de pesquisas posteriores mais aprofundadas, em livros, documentos, vídeos, filmes, construções, museus etc. e algumas vezes são levantadas hipóteses que não são esclarecidas totalmente.

### Os “kits” pedagógicos de objetos arqueológicos e etnográficos do MAE

O MAE possui “kits” com objetos arqueológicos e etnográficos, que são emprestados aos docentes interessados.<sup>4</sup> Eles possibilitam ao professor, em conjunto com os seus alunos, utilizar recursos pedagógicos direcionados aos conhecimentos específicos sobre diferentes

(3) Este Roteiro permite questionarmos o objeto quanto a: características físicas, construção, função/utilização, design, valor e sociedade que o produziu.

(4) O “kit” contém cinco categorias de componentes:

- a) Objetos arqueológicos e etnográficos (autênticos e réplicas): instrumentos líticos (ponta de projétil lascada; raspador lascado; furador lascado; lâmina de machado polida; bloco lascado e percutor para lascamento); objetos cerâmicos (fragmento de vasilha; lamparina greco-romana; utensílio Karajá) e pente Waiwai.
- b) Painéis sobre a produção de alguns de seus objetos (confeção de lamparinas e de objetos cerâmicos com a técnica de roletes; lascamento de rochas; painel com imagem de lamparina e textos contemporâneos à lamparina.
- c) Textos contemporâneos à lamparina greco-romana.
- d) Subsídios teóricos para os professores trabalharem com o “kit” pedagógico.
- e) Feltro para espalhar os objetos antes do seu manuseio.

culturas estudadas por arqueólogos e etnólogos, que pesquisam principalmente os vestígios materiais das sociedades que os produzem (Fotos 1 e 2).

Esta prática pedagógica leva em conta também objetivos mais específicos, tais como:

- Oferecer a oportunidade a alunos, professores e outros públicos, de manusear, observar e analisar estes objetos;
- Discutir a relação possível entre diferentes documentos deixados ou usados pelo Homem: escritos, materiais e iconográficos, identificando as contribuições, alcances e limitações de cada um deles para o estudo e ensino principalmente de História;
- Mostrar a necessidade de os museus atuarem também como laboratório pedagógico, experimentando e propondo formas alternativas de ensino e aprendizagem;
- Preparar professores para que estes motivem o público escolar a visitar as exposições do MAE e também de outras instituições museológicas;
- Experimentar os atributos educacionais de diferentes recursos didáticos.

### Ação educativa desenvolvida através do “kit” pedagógico

Os trabalhos educativos que podemos desenvolver com este recurso pedagógico são muitos. Sugerimos um Roteiro o qual muitas vezes aplicamos e orientamos professores a utilizá-lo. Ele se desenvolve em duas etapas:

#### 1ª etapa

Esta etapa, que dura cerca de duas horas, é o primeiro contato que os alunos têm com o conteúdo do “kit” e envolve:

- a. Relaxamento (alunos sentados no chão, em círculo), tendo os objetos do “kit” no centro, cobertos por um feltro).
- b. Sondagem: troca de idéias entre os alunos e o educador sobre seus conhecimentos a respeito da instituição museu e sobre os museus que já visitaram.
- c. Manuseio dos objetos: os alunos têm oportunidade de sentir os objetos e observarem as suas características principais (Foto 3).
- d. “As peças falam...”: os objetos são contextualizados através das questões que o professor passa a fazer, e os alunos, na medida em que as respondem, começam a construir várias informações sobre as sociedades que os produziram/usaram, tais como: matéria-prima, técnica de produção, função/

utilização, quem usou ou quem fez etc.. Nesta fase são utilizados os painéis sobre a produção de alguns dos objetos do “kit” (Fotos 4 e 5).

e. Formulação de conceitos (eles serão construídos a partir da análise destes objetos e do que os levou a ser resgatados e preservados): Arqueologia, Etnologia, Museu, Cultura, Patrimônio Cultural e outros. Sempre se considera a faixa etária com a qual se está trabalhando para que esses conceitos sejam compreendidos da forma mais adequada possível.

## 2ª etapa

Esta etapa, que tem a duração aproximada de duas horas, se torna mais produtiva se for desenvolvida em um segundo dia e consta das seguintes fases:

a. Recordação do que foi visto no contato anterior, procurando-se, principalmente, destacar o objeto como suporte de informações e os conceitos construídos a partir deles.

b. Análise do utensílio *lâmparina* (documento material),<sup>5</sup> da representação de sua imagem em vaso contemporâneo (documento iconográfico) (Foto 6) e de textos sobre a sua utilização (documento escrito).<sup>6</sup> Através desses três tipos de documentos, é possível discutir a potencialidade informativa de cada um deles e a integração das informações para a melhor compreensão da sociedade que os produziu.

c. Avaliação da ação educativa desenvolvida através deste recurso pedagógico por meio de: questões, desenhos, dramatização, elaboração de textos, montagem de museu na escola, construção de “sítio arqueológico” para que seja escavado e analisado pelos alunos, e outras possibilidades.

## Treinamento de Professores para utilização dos “kits” pedagógicos

Este material pedagógico está disponível no MAE para ser emprestado aos professores interessados. Como, porém, o seu potencial

educativo é bastante amplo e muito complexo para ser aplicado por professores ou outras pessoas interessadas sem uma preparação prévia, é necessário que haja uma orientação especializada para o seu uso. São oferecidos *Treinamentos* para o público docente nos quais se desenvolvem várias atividades, tais como:

1. Discussão e análise de conceitos básicos: Cultura, Diversidade Cultural, Arqueologia, Etnologia, Patrimônio Cultural e outros, os quais são fundamentais para a contextualização dos objetos do “kit” pedagógico.

2. Análise de diferentes objetos, inclusive os dos “kits” do MAE: quando o professor se torna o receptor da ação educativa o que o qualifica mais adequadamente para o seu trabalho com os seus alunos (Foto 7).

3. O professor adquire apostilas com textos teóricos a partir dos quais poderá contextualizar mais profundamente os objetos arqueológicos e etnográficos do “kit”.

O *Treinamento* tem a duração de quatro horas e, depois de participar de um deles, o professor poderá tomar emprestado, por quinze dias, o “kit”. Para tal, assina um *Termo de Responsabilidade* e leva um *Questionário de Avaliação* que deve ser respondido após a utilização do material pedagógico e devolvido juntamente com o “kit”.

No final de cada semestre, todos os participantes dos *Treinamentos* são convidados a retornarem ao MAE para trocarem as experiências que tiveram com a utilização do “kit” e discutirem alguns dos pontos levantados nos *Questionários de Avaliação*.<sup>7</sup> É nesta ocasião que constatamos a versatilidade deste material pedagógico. Os professores nem sempre seguem o Roteiro sugerido durante o *Treinamento*. Eles elaboram situações educativas de diferentes tipos, muito criativas.

## Considerações finais

Este material pedagógico que evidencia a importância dos objetos como fonte de informações importantes e valiosas pode ser utilizado

(5) Vide este objeto assinalado na Foto 2.

(6) Os textos são os seguintes:

**Heródoto**, VII, 215: “ (...) Eles deixaram o campo na hora em que se acendem as lâmparinas”.

**Platão**, *Conv.*, 218c: Com efeito, senhores, quando a lâmparina foi apagada (...)”

**Aristófanes**, *Nu*, 56: “Não há mais óleo na lâmparina”.

**Xenofonte**, *Conv.* VII, 4: “Por exemplo, por que então a lâmparina, por que ela tendo uma chama brilhante ilumina (...)”.

(7) Dados de 1996 a 2000 demonstram que os “kits” foram emprestados para cerca de noventa escolas, num total aproximado de 8.500 alunos. Há professores que solicitam o “kit” durante anos seguidos e outros mais de uma vez no mesmo ano, donde se constata que adotaram em seu *Planejamento de Curso* este recurso pedagógico.

também como subsídio para o professor preparar, em sala de aula, seus alunos para uma visita livre ou monitorada à exposição de longa duração “Formas de Humanidade” do MAE, capacitando-os para a apreciação e análise dos bens culturais lá expostos. Estarão trabalhando dentro dos princípios da Educação Patrimonial, cuja metodologia é seguida e aplicada na ação educativa da DDC/MAE.<sup>8</sup>

Considera-se que os recursos pedagógicos criados e divulgados por um museu, dentro de

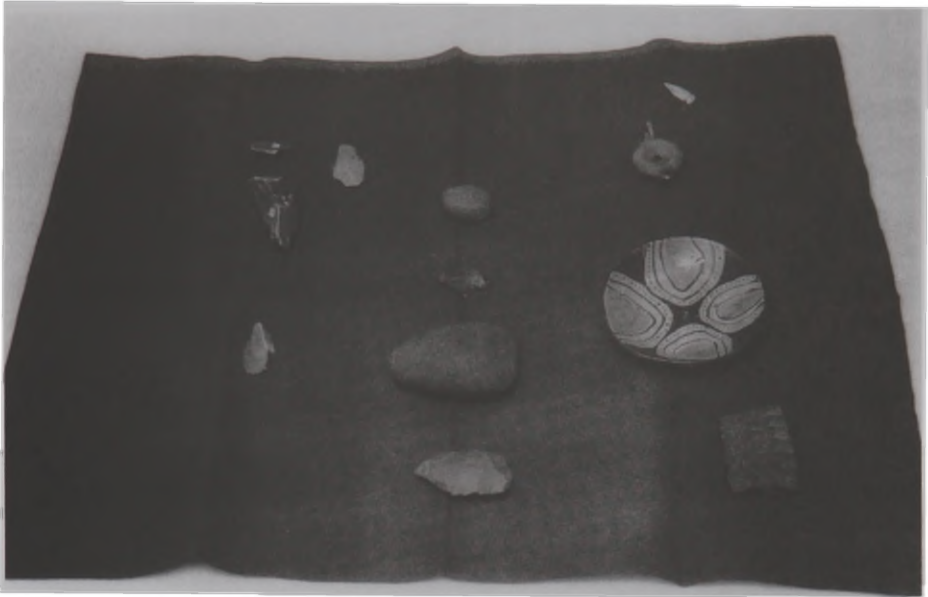
seus programas educativos, fazem parte da premissa que “cabe a esta instituição propiciar experiências inovadoras de aprendizagem de forma a alargar o espaço destinado ao livre questionamento por parte dos estudantes, suscitando o aparecimento de idéias novas”; assim como “criar condições adequadas e estimulantes para o exercício das potencialidades do indivíduo, usando de linguagem que lhe é própria, e que está expressa no seu acervo” (Hirata, Demartini, Peixoto, Elazarf 1989: 15).



Foto 1 – Os “kits” pedagógicos interna e externamente.

(8) A Educação Patrimonial se refere ao “ensino centrado nos bens culturais, como a metodologia que toma estes bens como ponto de partida para desenvolver a tarefa pedagógica; que considera os bens

culturais como fonte primária de ensino” (Grunberg (1995: 6). Para um maior conhecimento desta metodologia e seus princípios teóricos, pode-se consultar Horta *et al.* (1999).



*Foto 2 – Alguns objetos do “kit” pedagógico.*



*Foto 3 – Alunos manuseando objetos do “kit” pedagógico.*

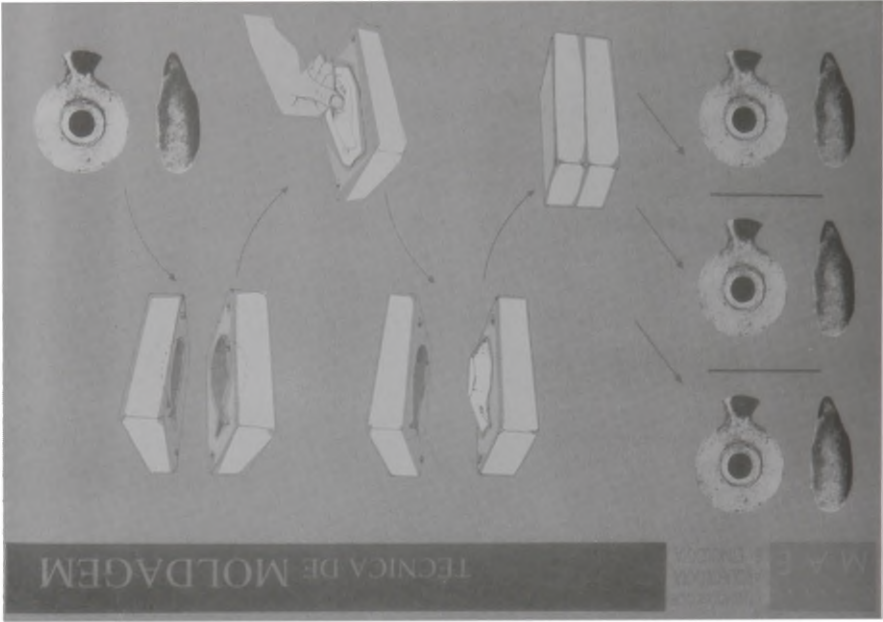


Foto 5 – Painel com a confecção de lamparinas em moldes.

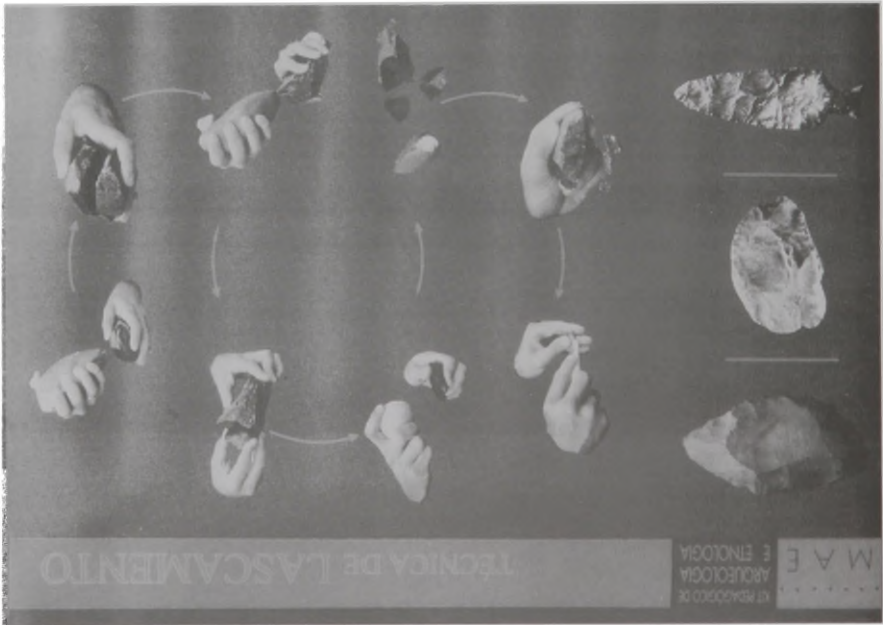


Foto 4 – Painel com a técnica do lascamento de rochas.



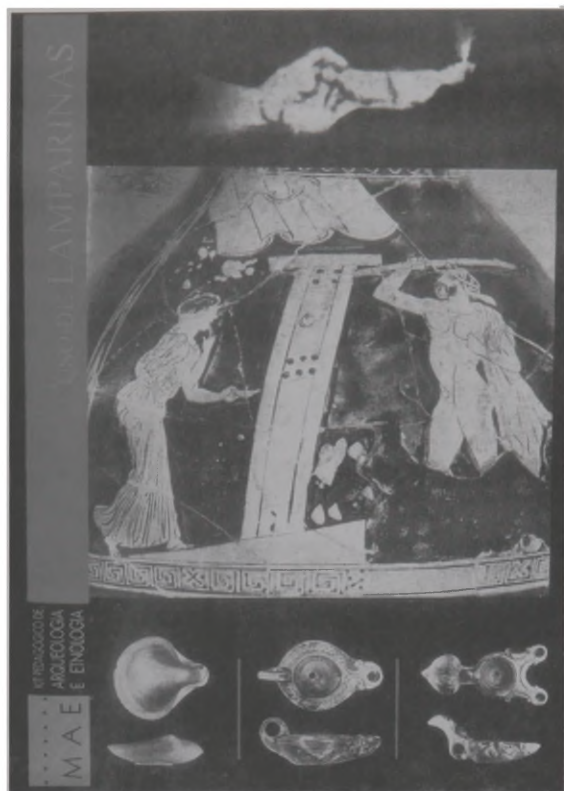


Foto 6 – Painel com foto de vaso contemporâneo ao uso de lamparinas, ilustrando sua utilização.



Foto 7 – Treinamento de professores para a utilização do “kit” pedagógico.

### Bibliografia

- DURBIN, G.; MORRIS, S.; WILKINSON, S.  
1990 *A teacher's guide to learning from objects*. London: English Heritage.
- FREIRE, P.  
1998 *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra.
- GRUNBERG, E.  
1995 *Educação Patrimonial – a utilização de bens culturais como recursos educacionais*. S. Miguel, RS, Encontro de Museus do Mercosul, outubro (digitado).
- HIRATA, E.F.V.; DEMARTINI, C.M.C.; PEIXOTO, D.C.C.; ELAZARI, J.M.  
1989 Arqueologia, educação e museu: o objeto enquanto instrumentalização do conhecimento, *Dédalo*, São Paulo, 27: 11-45.
- HORTA, M.L.P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A.Q.  
1999 *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília, IPHAN, Museu Imperial.
- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS  
1998 *Parâmetros Curriculares Nacionais de História* (Ensino Fundamental).  
1993 *Roman Gallery Resource Pack: Notes for Teachers*. London, The Museum of London.
- SECCO, M.F.F.V.  
1991 Coleção didática de Zoologia para alunos de 1º e 2º graus. *Ciências em Museus*, 3: 51-56.

Judith Mader Elazari\*

(\*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Divisão de Difusão Cultural, Serviço Técnico de Musealização, Área de Educação.



# REVISTA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## Regulamento

### Objetivos

A Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia – USP (Rev. MAE), de periodicidade anual, destina-se à publicação de trabalhos originais inéditos, versando sobre Arqueologia, Etnologia e Museologia, com ênfase em África, América, Mediterrâneo e Médio-Oriente. Excepcionalmente, poderão ser aceitos trabalhos já publicados, para republicação em português.

### Constituição

A Rev. MAE é constituída pelas seguintes seções:

- Artigos: trabalhos de pesquisa
- Estudos de Curadoria: levantamentos e comentários sobre acervos arqueológicos e etnográficos; estudos sobre peças e coleções; estudos de conservação e documentação
- Estudos Bibliográficos: ensaios e resenhas
- Notas: projetos e resultados preliminares de pesquisa

### Instruções aos autores

– Os originais devem ser enviados ao editor em disquetes de formato MS - DOS, até 31 de maio do ano da publicação. Estes deverão ter sido digitados através do processador de textos MS-Word, em equipamento padrão IBM - PC ou compatível. No mesmo disquete, um segundo arquivo deverá conter nome, endereço, e-mail, telefone e/ou fax dos autores e, ainda, informações sobre a versão e programa utilizados, caso não tenham sido aqueles aqui indicados. O material enviado deverá incluir uma cópia impressa e não será devolvido.

## Artigos e Estudos de Curadoria

– Os textos (30 páginas no máximo, incluindo tabelas, mapas e ilustrações) podem ser escritos em português, inglês, espanhol, francês ou italiano.

– Serão fornecidas gratuitamente 20 separatas.

– O texto deverá obedecer o seguinte padrão:

a) 65 caracteres por linha; 55 linhas por página.

b) A primeira folha deverá conter: 1) título (português e inglês); 2) nome dos autores e instituições a que pertencem; 3) um resumo bilingue (inglês/português) de, no máximo, 10 linhas, contendo objetivos, metodologia e resultados; 4) unitermos (palavras-chave).

c) As figuras devem ser enviadas de preferência em mídia eletrônica ou originais em papel. Na elaboração das figuras, gráficos, tabelas, e fotografias (estas somente em branco e preto) deve-se levar em conta as dimensões úteis da Revista (18 x 27cm) a fim de que, no caso de redução, não se tornem ilegíveis; este material deve ser enviado juntamente com o disquete, devidamente acondicionado.

d) Escalas gráficas deverão ser sempre utilizadas em lugar de escalas numéricas.

e) As notas, numeradas na ordem em que aparecem no texto, devem estar situadas no final do arquivo, juntamente com os agradecimentos, apêndices, legendas das figuras e tabelas.

f) As notas de rodapé não deverão conter referências bibliográficas. Estas deverão ser inseridas no próprio texto, entre parênteses, remetendo o leitor à bibliografia. Ex.: (Barradas 1968:120-190).

g) A bibliografia seguirá a ordem alfabética pelo sobrenome do autor citado em primeiro lugar.

**Exemplos:**

**BOCQUET, A.**

- 1979 Lake bottom archaeology. *Scientific American*, 240 (2): 56-75.

**FOLEY, R. A.**

- 1981 Off site archaeology: an alternative approach for the short sites. I. Hodder, G; Isaac and N. Hammond (Eds.) *Pattern of the Past Studies in Honor of David L. Clarke*. Cambridge, Cambridge University Press: 157-183.

**SANOJA, M.; VARGAS, I.**

- 1978 *Antigas formaciones y modos de producción venezolanos*. Caracas: Monte Avila Editores.

***Estudos bibliográficos***

- a) ensaios: 15 páginas, no máximo.
- b) resenhas: 5 páginas, no máximo.

***Notas***

- 4 páginas, no máximo.

## Regulations

### Aims

The Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia (Rev. MAE) publishes (annually) original works, not published elsewhere, on archaeology, ethnology and museology, with emphasis on Africa, America, Mediterranean Europe and Middle East. Exceptionally, translations into Portuguese of papers already published may be considered.

### Organization

The Rev. MAE will have the following sections:

- Articles: research works
- Curatorship Studies: surveys and comments on archaeological and ethnographical material; studies of artifacts and collections; studies of conservation and documentation
- Bibliographical studies: essays and reviews
- Notes: research projects and preliminary reports

### Instructions to the authors

The originals should be sent to the editor, in MS – DOS formatted diskettes, before May 31 of the publication year, preferably as files of MS – Word, in standard equipment IBM - PC, or compatible. A second file should contain name, address, e-mails, telephone and/or fax number, as well as information about the word processor employed. This material will should contain one printed copy and will be not sent back to the authors.

### Articles and Curatorship Studies

- The articles (30 pages at most, including tables, maps and illustrations) may be written in Portuguese, English, Spanish, French or Italian.
- 20 offprints will be provided free of charge.
- The text should conform to the following pattern:

a) A page has 55 lines of 65 characters each.

b) The first page should contain: 1) the title of the work; 2) the names of the authors and the institutions to which they belong; 3) a bilingual abstract (Portuguese/English) having no more than 10 lines, containing aims, methodology and results. The Editors will prepare the abstract in Portuguese for foreign authors; 4) uniterms (keywords).

c) Drawings should be sent in electronic media or original printings. In preparing drawings, graphs, tables and (black and white) photographs, the working dimensions of Rev. MAE (18 x 27cm) must be kept in mind so that upon reduction, they do not become illegible.

d) Graphical scales should always be used instead of numerical ones.

e) Footnotes and references, numbered in the order of appearance, should be gathered at the file's end, with acknowledgements, appendices and figure-and table captions.

f) Footnotes should not contain bibliographical references. These should be inserted in the text between parenthesis, sending the reader to the bibliography. For instance: (Barradas 1968: 120-180).

g) The references should follow the alphabetical order (firstnamed author).

### Examples:

- BOCQUET, A.  
1979 Lake bottom archaeology. *Scientific American*, 240 (2): 56-75.
- FOLEY, R. A.  
1981 Off site archaeology: an alternative approach for the short sites. I. Hodder, G; Isaac and N. Hammond (Eds.) *Pattern of the Past Studies in Honor of David L. Clarke*. Cambridge, Cambridge University Press: 157-183.
- SANOJA, M.; VARGAS, I.  
1978 *Antigas formaciones y modos de producción venezolanos*. Caracas: Monte Avila Editores.

### Bibliographical Studies

- a) essays: 15 pages at most.
- b) reviews: 5 pages at most.

### Notes

- 4 pages at most.



Editoração Eletrônica:  
*Fábio Batista dos Santos*

Tratamento de Imagem:  
*José Luiz de Mahalhães Castro Neto*

Secção de Produção Gráfica e Audio-Visual

**Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE**



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Jacques Marcovitch

Vice-Reitor: Prof. Dr. Adolpho José Melfi

Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária

Pró-Reitor: Prof. Dr. Adilson Avansi de Abreu

Pró-Reitoria de Pesquisa

Pró-Reitor: Prof. Dr. Herman Chaimovich

## MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

Diretora: Profa. Dra. Paula Montero

Vice-Diretor: Prof. Dr. José Luiz de Moraes

Conselho Deliberativo: Profa. Dra. Paula Montero

Prof. Dr. José Luiz de Moraes

Profa. Dra. Maria Beatriz Borba Florenzano

Profa. Dra. Marta Heloisa Leuba Salum

Profa. Marília Xavier Cury

Prof. Dr. Murillo Marx

Prof. Dr. Waldenir Caldas

Sr. José Vinhote Costa

Sra. Cleide Franchi



CRENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO DO:  
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP  
COMISSÃO DE CRENCIAMENTO



ÁREA INTERDEPARTAMENTAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA USP

